

Universidade de Lisboa
Instituto de Ciências Sociais



**Ervas que curam.
Da “Terra das Ervanárias”
à produção de plantas medicinais e de conhecimento.**

Elsa do Céu Dias de Almeida Frazão Mateus

Doutoramento em Antropologia
Especialidade de Antropologia da Saúde

2014

Universidade de Lisboa
Instituto de Ciências Sociais



**Ervas que curam.
Da “Terra das Ervanárias”
à produção de plantas medicinais e de conhecimento.**

Elsa do Céu Dias de Almeida Frazão Mateus

Tese orientada pela professora Doutora Cristiana Lage Bastos

Doutoramento em Antropologia
Especialidade de Antropologia da Saúde

Apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano e do QREN Portugal 2007-2013
(Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/65700/2009)

2014

Resumo

Sabe-se que as plantas medicinais têm sido usadas no tratamento de doenças humanas em muitos locais e épocas diversas. Enquanto a medicina popular e as suas tradições de cura coexistiram com a biomedicina e com as ciências farmacêuticas em vários períodos e lugares, o conhecimento popular foi frequentemente desprezado como supersticioso. Contudo, as tendências recentes nas ciências e no mercado da saúde vieram renovar o interesse pelo conhecimento tradicional sobre plantas medicinais. Subjacente ao valor económico deste conhecimento aplicado no desenvolvimento de novos medicamentos, surge a questão da protecção da propriedade intelectual, juntamente com a necessidade de proteger a biodiversidade da sobreexploração e da biopirataria. Essa protecção implicou o estabelecimento de regulamentação que ajustasse os diferentes sistemas de conhecimento e modos de estar no mundo aos padrões da ciência hegemónica.

Este estudo pretende analisar estes processos, focando-se nas estratégias de uma pequena aldeia portuguesa onde a tradição de colheita da flora espontânea para o fornecimento de boticários e ervanários se tornou numa indústria. A sua recente denominação como «Terra das Ervanárias» está localmente interligada com a história da exploração dos recursos naturais, dos baldios e da protecção da natureza. Mas, encontra-se, sobretudo, relacionada com a produção de conhecimento sobre plantas medicinais articulada com o mercado de saúde, representados pela investigação científica, pelo negócio da indústria local e por uma reputada ervanária de Lisboa, fundada em 1793. Desta forma, será possível discutir os processos de produção, comercialização e consumo de produtos herbais como medicamentos através do seu enquadramento em diferentes significados de acordo com cada actor social. A Terra das Ervanárias oferece, então, um exemplo etnográfico de todas estas tensões entre as perspectivas tradicionais e as preocupações contemporâneas subjacentes à escolha de soluções de saúde e das suas diversas implicações.

Palavras-chave: Antropologia do Conhecimento, Antropologia da Saúde, Ervanária, Etnobotânica, Medicamentos.

Abstract

Medicinal plants are known for being used in many different places and times for the treatment of human ailments. While folk medicine and its healing traditions coexisted with biomedicine and pharmaceutical sciences in many periods and places, folk knowledge was often deemed as superstitious and dismissed. Recent trends in the health sciences and health markets have however brought a renewed interest about traditional knowledge on medicinal plants. Underlying the economic value of the knowledge applied in the development of new medicines, the question of intellectual property protection arose along with the need to protect biodiversity from overexploitation and from biopiracy. Protection implied regulation to adjust different systems of knowledge and ways of being in the world into the standards of the hegemonic science.

This study intends to analyse those processes by focusing on the strategies of a small Portuguese village where the tradition of collecting wild plants to supply apothecaries and herbal stores became an industry. Its recently denomination as «Land of Herbalists» is locally intertwined with the history of the natural resources exploitation, of the Commons and of the protection of nature. But the «Land of Herbalists» relies mostly in the production of knowledge around medicinal plants articulated with the health market, represented by scientific research, by the local industry business, and by a well-known herbal store in Lisbon founded in 1793. Therefore, the production, marketing and consumption of herbal products as medicines will be discussed, framing it in different meanings accordingly with each social actor. Thus, the «Land of Herbalists» stands as an ethnographic example of all these tensions between the traditional perspectives and contemporary concerns underlying the choice of health solutions and its several implications.

Key words: Anthropology of Knowledge, Medical Anthropology, Herbalists, Ethnobotany, Medicines.

Índice

Agradecimentos	vii
I Introdução.....	1
II Protecção do Conhecimento	15
III Da Terra Comum e da Terra das Ervanárias	43
IV Pelo Património Vegetal.....	83
V Flora Protegida	112
VI Medicina e Conhecimento Tradicional	147
VII Das ervas	196
VIII Da botica e ervanária	244
IX Vida Social dos Chás Medicinais	285
X Considerações finais	325
Bibliografia.....	335
Fontes Documentais.....	379
Anexos	381

Índice de Imagens

Imagem 1 - Placa afixada à entrada da povoação em 2008. (Foto de Maio de 2010).....	43
Imagem 2 – Localização do PNSAC e mapa do Baldio de Vale da Trave, conforme acordo de 2014. (Adaptado de http://www.icnf.pt/ e de http://baldiodovaledatrave.blogspot.pt/).....	68
Imagem 3 - Placa assinalando terrenos do Baldio do Vale da Trave (Foto de Maio de 2010). ..	70
Imagem 4 - Centro Comunitário do Vale da Trave (Foto de Maio de 2010).....	77
Imagem 5 - Pormenor da placa assinalando a construção da escola pelo povo. (Foto de Abril de 2012).	77
Imagem 6 - Festas em Honra de S. Caetano e S. Sebastião em 2012. (http://baldiodovaledatrave.blogspot.pt/2012/04/festas-do-vale-da-trave-fotos.html).	77
Imagem 7 - Dia Comunitário de Vale da Trave, Dezembro de 2010.....	77
Imagem 8 - Formandos do curso da AGROBIO observando a secagem tradicional de hipericão-do-gerês. (Foto de 30 de Junho de 2012).	79
Imagem 9 - Lagoa de Vale da Trave, recuperada pelo Baldio em 2014. (Fotografia de Madalena Durão).	80
Imagem 10 - <i>Verças</i> identificada na flora espontânea, Vale da Trave. (Foto de Abril de 2012).	91
Imagem 11 - Ti' Elisa com as <i>verças</i> colhidas, Vale da Trave. (Idem).....	91
Imagem 12 – Rosmaninho e tojo, Vale da Trave. (Foto de Maio de 2010).....	113
Imagem 13 – Murta, Vale da Trave. (Foto de Abril de 2012).....	113
Imagem 14 – Salva brava colhida por Ti' Elisa. (Foto de Abril de 2012).....	134
Imagem 15 - Folheto do Percorso Pedestre Gruta do Pena PR1 STR, Vale da Trave - Terra das Ervanárias.....	144
Imagem 16 - Aroeira e alecrim. Ti' Elisa, Vale da Trave. (Foto de Abril de 2012).....	152
Imagem 17 - Instalações da primeira fábrica de Vale da Trave. (Foto de Maio de 2012).	219
Imagem 18 - Máquina de joeirar, num segundo armazém. Vale da Trave. (Foto de Maio de 2012).	223
Imagem 19 - Máquina de cortar, num terceiro armazém. Vale da Trave. (Idem).....	223
Imagem 20 - Alfredo Silvério: processamento do eucalipto. Ao fundo, eucalipto ensacado para ser transportado no dia seguinte. (Idem)	223
Imagem 21 – Fel da Terra, produção biológica. Armazém de Alfredo Silvério.Vale da Trave. (Idem).....	223
Imagem 22 - Américo Duarte Paixão, Lda. Vale da Trave (Foto de Maio de 2010).	224
Imagem 23 - Instalações da ADP Lda. (Foto de Junho de 2013).....	224
Imagem 24 - Sala de Escolha Manual. Centelha asiática. ADP Lda. Vale da Trave. (Foto de Junho de 2013).	225
Imagem 25 - Sala de Embalagem Automática. ADP Lda. Vale da Trave. (Idem).....	225

Imagem 26 - Fel-da-terra. Maxieira, PNSAC. (Foto de 30 de Junho de 2012).....	232
Imagem 27 - Fel-da-terra. Herdade de Vale Côvo, Mértola. (Foto de 16 de Junho de 2012)...	232
Imagem 28 - Módulo 4 «Identificação de Plantas» do Curso Prático da AGROBIO, realizado na Maxieira em Junho de 2012. Exemplo de procedimento incorrecto, com um molho de fel-da-terra arrancado pela raiz e abandonado no local, evidência do crescente interesse por esta actividade económica por indivíduos sem conhecimentos sobre as práticas tradicionais. PNSAC. (Foto de Junho de 2012).....	232
Imagem 29 - Escolha manual do eucalipto no processo artesanal (Vale da Trave, Maio de 2012).	234
Imagem 30 - Secagem artesanal do hipericão-do-Gerês (Maxieira, Junho de 2012).....	234
Imagem 31 - Folheto do estabelecimento de Alfredo Augusto Tavares (c. 1926/1930).....	249
Imagem 32 - Algumas especialidades do Antigo Ervanário (c. 1926-1930).....	253
Imagem 33 - Crónica Feminina de 1942.....	254
Imagem 34 - Forma de usar a preparação de plantas para regular a menstruação (1926-1930). (Fonte: http://www.custojusto.pt/braga/colecoes/cartaz-comercial-alfredo-augusto-tavares-1793-14109232 , 11 de Novembro de 2014).....	256
Imagem 35 - Interior da Antiga Ervanária, Agosto de 2013.	270
Imagem 36 - Rebuçados Peitorais 1793 (Fonte: Catálogo Alfredo Augusto Tavares, Sucessores, Lda.)	281
Imagem 37 - Armazenamento de matéria-prima. (Foto ADP 6 de Junho de 2013).....	288
Imagem 38 - Máquina de corte. (Fonte: Processo de Fabrico detalhado, ADP Lda.).....	288
Imagem 39 - Sala de infusões. (Foto ADP 6 de Junho de 2013).....	289
Imagem 40 – Sala de infusões (Fonte: Processo de Fabrico detalhado, ADP Lda.)	289
Imagem 41 - Embalagem manual. (Fonte: Processo de Fabrico detalhado, ADP Lda.)	289
Imagem 42 - Armazém de expedição. (Foto ADP 6 de Junho de 2013).....	289
Imagem 43 – Aspecto do auditório no I EIPAM, 18 de Maio de 2012, IPBeja (Fonte: Flickr Galeria de Fotos do IPBeja).	291
Imagem 44 - Amendoeira da Serra, Mértola (Foto de 18 de Maio de 2012).	291
Imagem 45 - Recepção aos visitantes na Ameixoeira da Serra. (Fonte: Página de Facebook da ADPM).....	291
Imagem 46 - PROVERE (Foto Amendoeira da Serra, 18 de Maio de 2012).	291
Imagem 47- Expositor de plantas para chá da ADP Lda. (Auditório da ESA, Março 211).....	295
Imagem 48 - Folhetos da ADP Lda. e de Vale da Trave, Terra das Ervanárias (idem).	295
Imagem 49 - «Identificação de Plantas», formandos do Curso Prático da AGROBIO. (Maxieira, 30 de Junho de 2012).	299
Imagem 50 - Pormenor da flora espontânea observada pelo grupo na imagem anterior: <i>hipericão</i> e <i>bardana</i> . (idem).....	299

Imagem 51 – Cebola-albarrã (Fonte: http://www.ethnopharmacologia.org/recherche-dans-prelude/?plant_id=12755#lightbox[12755]/5/)	302
Imagem 52- Aromas D'Aire. (Fonte: ADP Lda.)	305
Imagem 53 - Antiga Ervanária, Agosto de 2013.....	308
Imagem 54- Expositor de chás compostos na Antiga Ervanária (Foto de Agosto de 2013).....	309
Imagem 55 - Pormenor dos chás compostos Antiga Ervanária, compostos e infusões <i>HappyFlora</i> (Foto de Agosto de 2013).....	309
Imagem 56 - Isaurinda Paixão, gerente da Antiga Ervanária (Foto de Agosto de 2013).....	311
Imagem 57 - Chás compostos <i>HappyFlora</i> no Congresso de Medicina Popular. (Foto de Vilar de Perdizes, 3 de Setembro de 2011).	312
Imagem 58 - Protesto contra a fiscalização da ASAE no Congresso de Medicina Popular (Foto de Vilar de Perdizes, 3 de Setembro de 2011).	313
Imagem 59 - Afluência do público num <i>stand</i> de chás, «Albergaria de Santa Hildegarda». (idem)	313
Imagem 60 - Plantas Aromáticas <i>Chás de Vilar de Perdizes</i> , da cooperativa local (Foto de Vilar de Perdizes, 2 de Setembro de 2011).	313
Imagem 61 - Plantas embaladas com etiqueta agrafada. <i>Ervas de Vilar de Perdizes</i> (Foto de Vilar de Perdizes, 3 de Setembro de 2011).	313
Imagem 62 - Expositor de plantas simples Antiga Ervanária, na ADP Lda. Clarinda Paixão e marido (Fonte: website da ADP Lda.)	314
Imagem 63 - Exemplo de marcadores - Pau d'Arco e Camomila - e verso. (Fonte: <i>website</i> OIPM)	320
Imagem 64 - Um dos <i>flyers</i> da campanha «Não Misture Produtos Naturais com Medicamentos». (Fonte: <i>website</i> OIPM).....	320
Imagem 65 – Folheto Alfredo Augusto Tavares Antigo Ervanário. (Fonte: http://www.custojusto.pt/braga/coleccoes/cartaz-comercial-alfredo-augusto-tavares-1793-14109232 , Novembro de 2014).....	383
Imagem 66 - Trindade. Vale da Trave (Abril de 2012).....	383
Imagem 67 - Maria Alice e Maria Hortência (Dia Comunitário de Vale da Trave, Dezembro de 2012).	383
Imagem 68 - Graciete e Madalena (Dia Comunitário de Vale da Trave, Dezembro de 2012).	383
Imagem 69 - Maria Celeste (à esq.) e Clarinda (à dta.) em dia de Procissão. (Festas do Vale da Trave 2013, foto de Madalena Durão).	383
Imagem 70 - Luís Ferreira (Dia Comunitário de Vale da Trave, Dezembro de 2012).	383

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Espécies espontâneas comestíveis mais significantes. (Adaptado de Santayana <i>et al.</i> 2007)	90
Tabela 2 – Principais importações de Plantas 1955-1962.	122
Tabela 3 - Caracteres organolépticos, etiologia e farmacologia galénica. (Adaptado de Dias 2005).	155
Tabela 4 - Plantas mais comercializadas em Portugal em 2010. (Adaptado de Figueiredo 2012).	238
Tabela 5 - Marca HappyFlora Plantas Mediciniais. Compostos – infusão e tradicionais (2009/2010).	381

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Plantas mais frequentes na toponímia dos lugares do PNSAC.....	88
Gráfico 2 – Outros óleos essenciais exportados (kg) entre 1948-1956.....	117
Gráfico 3 - Óleos essenciais 1948-1956 (kg)	117
Gráfico 4 - Exportação e Importação de Plantas para Perfumaria e Usos Mediciniais (ton.) entre 1948 e 1957.....	118
Gráfico 5 - Plantas para perfumaria e outros usos medicinais (kg/Esc).....	119
Gráfico 6 - Relação entre peso e valor das plantas mais exportadas (Esc./kg)	123
Gráfico 7 – Observação de Plantas a Proteger no PNSAC (1981).....	129
Gráfico 8 - Uso do solo na área do PNSAC. (Adaptado de Marques 2010).	132
Gráfico 9- Modos de preparação de plantas medicinais. (Baseado em Mendes 1998)	202
Gráfico 10 - Espécies citadas por efeito farmacológico atribuído.	202
Gráfico 11 - Destino da produção comercializada. (Adaptado de GPP 2013).	239
Gráfico 12 - Evolução da exportação total de PAM por país, de 2000 a 2012 (Fonte: GPP 2013).	240
Gráfico 13 - Formas de apresentação dos suplementos alimentares Antiga Ervanária.....	272
Gráfico 14 - Usos terapêuticos atribuídos pela Antiga Ervanária aos seus suplementos alimentares.	274
Gráfico 15 - Categorias de efeitos terapêuticos.....	275
Gráfico 16 - Partes de plantas mais frequentes das espécies comercializadas na Antiga Ervanária.	293

Índice de Figuras

Figura 1 – Distribuição geográfica da fitotoponímia.	87
Figura 2 - Fluxograma do procedimento com as matérias-primas. (In http://www.adplda.com/3/servicos)	382
Figura 3 - Circuito de Fabrico. (Fonte: Processo de Fabrico detalhado, ADP Lda.).	382

Agradecimentos

Não é fácil compactar, em poucas palavras, todas as emoções envolvidas num percurso que vai desde a elaboração do projecto até à tese como resultado final. Trata-se de um trajecto pessoal que recruta o envolvimento, directo e indirecto, de muitos outros que, de uma maneira ou de outra, tornaram possível atingir esta etapa.

Em primeiro lugar tenho de agradecer à minha família todo o esforço, apoio e encorajamento que me permitiu desenvolver este trabalho.

Fico, igualmente, grata ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, enquanto instituição de acolhimento, pelas condições facultadas e à Fundação para a Ciência e Tecnologia pelo financiamento deste projecto de Doutoramento. Deixo também o meu agradecimento aos professores e colegas com quem tive o privilégio de me cruzar e, sobretudo, à minha orientadora científica, a Doutora Cristiana Bastos, por toda a sua disponibilidade e apoio incondicional na tarefa de me conduzir neste percurso de aprendizagem.

A toda a comunidade de Vale da Trave e, em especial, aos interlocutores citados, a minha gratidão pela receptividade, pelo acolhimento e pelos ensinamentos que, espero, conseguir retribuir com esta tese. Agradeço, também, à ADP Lda. e à Antiga Ervanária, na pessoa das suas gerentes, Clarinda e Isaurinda Paixão, respectivamente, toda a colaboração prestada.

O desenvolvimento deste trabalho implicou o contacto com pessoas de diversas instituições a quem não posso deixar de agradecer: os professores Natália Gaspar e José Grego (Escola Superior Agrária de Santarém), Joana Godinho (Instituto Superior de Agronomia), Dalila Espírito Santo (Jardim Botânico da Ajuda), Amélia Frazão-Moreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), Ana Maria Carvalho (Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança), Olga Duarte Silva (Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa), Luís Mendonça de Carvalho (Museu Botânico de Beja), Manuel Pardo de Santayana (Universidade Autónoma de Madrid); António Flor (Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros), António Monteiro (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Santarém) e João Carlos Nogueira (Biblioteca do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP).

Não me poderia esquecer de agradecer, também, o contributo de Cassandra Quave, editora de *Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*, e dos revisores anónimos n.º 3, 4 e 5, através dos comentários a propósito um artigo que submiti para o número especial intitulado “*The European Heritage of Folk Medicines and Medicinal Foods: Its Contribution to the CAMs of Tomorrow (EHFM)*”.

Por último, um agradecimento muito especial a todos quantos com a sua amizade me deram alento e confiança para chegar até aqui.

«Quando um povo, em virtude das más cabeças dos homens que o constituem, ou de condições históricas e geraes, está em decadência, como o nosso, permitta-se ao menos aos que amão a terra em que nascerão furtar-se, pela contemplação e estudo das cousas do passado, ás misérias do presente: assim se evitará uma causa de soffrimento moral, e ao mesmo tempo se tirará do conhecimento ethnologico do país, e da consciência da solidariedade em que os diversos momentos históricos estão entre si, estímulo para não deixar abysmar-se completamente no pântano das protervias sociaes o que ainda resta de sentimentos puros na alma nacional.»

(J. Leite de Vasconcelos, 1897, Religiões da Lusitania, Vol. 1, Lisboa: Imprensa Nacional, VIII)

I

Introdução

Em 2008, as potencialidades terapêuticas da flora das Serras d’Aire e Candeeiros emergiam na comunicação social de âmbito nacional. Em Março vinha a público a «Terra das Ervanárias», como uma aldeia onde o saber tradicional sobre plantas medicinais mobilizava a população na recolha para comercialização pela fábrica local. Em Agosto, a imprensa escrita divulgava que uma investigação portuguesa descobrira potencialidades para o desenvolvimento farmacológico na terapia da doença de Alzheimer de uma espécie autóctone de sálvia nas Serras D’Aire e Candeeiros (*Salvia sclareoides*), sendo a possibilidade da sua produção agronómica objecto do estudo científico subsequente. A coincidência temporal e geográfica levou-me a questionar se subjacente à constituição da «Terra das Ervanárias» se encontraria alguma estratégia de protecção do conhecimento face às incursões científicas relacionadas com a flora local.

Propus-me, então, seguir o percurso estabelecido entre a «Terra das Ervanárias» e a produção de plantas medicinais e de conhecimento. Procurei, pois, perceber o trajecto das plantas, entre os significados e usos, a colheita, a comercialização e a regulamentação, a investigação científica e patentes, enquanto recursos terapêuticos afluídos nas tensões entre a medicina convencional, as medicinas alternativas e complementares e as práticas de consumo.

O ponto de partida deste percurso de inspiração etnográfica centra-se na aldeia de Vale da Trave, na freguesia de Alcanede e concelho de Santarém. Situada no limite do Parque Natural das Serras D’Aire e Candeeiros, a aldeia encontra-se identificada como «Terra das Ervanárias» desde 2008, na sequência de um dos projectos estratégicos para o desenvolvimento local promovido pela Assembleia de Compartes do Baldio do Vale da Trave, Casal de Além, Covão dos Porcos e Vale do Mar.

O interesse por esta resposta de carácter comunitário assume relevância para a Antropologia Médica não só pela sua articulação com a medicina popular, mas também pela possibilidade de contextualização no crescimento acentuado do consumo de produtos de saúde à base de plantas enquanto fenómeno cultural, com repercussões na própria produção do conhecimento científico. Em Portugal, o consumo de medicamentos naturais aumentou em cerca de 30%, estimando-se que entre 30 a 40% da

população recorra a este tipo de produtos o que, em conjunto com o mercado internacional, constituem aspectos facilitadores do tipo de dinamização comunitária em análise.

De acordo com a comunicação lançada pelos mentores do projecto, a «Terra das Ervanárias» refere-se à tradição no uso das plantas que nascem espontaneamente na região, mas mais essencialmente à tradição da sua colheita para venda a produtores de *chás*. Trata-se, simultaneamente, de um processo de afirmação de propriedade: em primeira instância dos terrenos comunitários, resultando da disputa pela administração dos 700 hectares de terrenos baldios; porém, associados a uma actividade económica que pressupõe a especialização e propriedade de um conhecimento etnobotânico especificamente orientado para o mercado dos medicamentos naturais. O trajecto da investigação conduz-nos, portanto, a uma incursão pela problemática dos baldios, integrada no confronto das relações de poder entre as práticas tradicionais de utilização dos espaços comunais e o estabelecimento de uma política agrícola e florestal.

Deste modo, enquanto projecto estratégico da respectiva Assembleia de Compartes, o conhecimento da «Terra das Ervanárias» carece de um enquadramento que nos transporta do meio local para o âmbito mais lato, quer no espaço, quer no tempo, das estratégias nacionais para a propriedade, gestão e aproveitamento do espaço florestal. Neste contexto, interessa também analisar a relação da comunidade com o seu meio envolvente à luz da negociação de limites – geográficos, cartográficos ou ao próprio aproveitamento dos recursos naturais – relacionados com o estabelecimento de zonas protegidas e da correspondente regulamentação dos Parques Naturais, com vista à preservação da biodiversidade.

Por outro lado, a própria emergência deste conceito encontra-se ligada ao reenquadramento do tráfico internacional, gestão e exploração comercial da biodiversidade e do conhecimento tradicional na procura de novas drogas (Hayden 2007). O interesse pelas plantas como reservatórios de diversidade química e uma fonte significativa de novos medicamentos antimicrobianos, cardiovasculares, imunossupressores ou anticancerígenos, foi, nos últimos anos, renovado a partir dos problemas de resistência dos microorganismos às drogas existentes, de efeitos secundários dos remédios modernos e pelo aparecimento de novas doenças para as quais não se conhecia medicamentos (Bhushan 2005), nomeadamente a SIDA (Alexiades 2009, Hrudayanath e Patra 2011).

Já em 1978 a Organização Mundial de Saúde tinha adoptado, com a declaração de Alma Ata, uma resolução acerca das políticas do medicamento e da gestão de plantas medicinais, reconhecendo a sua importância nos sistemas de saúde, de tal modo que, passadas duas décadas, seriam consideradas fontes importantes da produção farmacêutica com uma percentagem significativa no mercado (W.H.O. 1998a). Surgem, então, os debates sobre a bioprospecção, definida como a prática de desenvolver drogas a partir de ingredientes bioactivos em plantas e seres vivos, cuja promessa lucrativa tem conduzido o interesse em medicamentos derivados da natureza (Chen 2008). Consequentemente, as potencialidades do mercado de produtos naturais conduzem a novas perspectivas económicas e pesquisas que vão desde o providenciar de cuidados de saúde até ao desenvolvimento de produtos comercializáveis (Bodeker, Kronenberg e Buford 2007).

Não será por isso de estranhar que, perante as dificuldades experimentadas pelos cientistas farmacêuticos no «mundo finito de diversidade química» e lançado o desafio de inventariar e avaliar as plantas medicinais utilizadas na Medicina Tradicional de acordo com os padrões fármaco-epidemiológicos baseados na evidência, a pesquisa de novos medicamentos tenha passado pela exploração do conhecimento e práticas tradicionais que constituíam uma base de dados de material botânico sobejamente atestado quando à segurança (Bhushan 2005, 114-118). Uma tal valorização do conhecimento tradicional pressupunha processos de validação, de mercantilização e até de politização que, ao oferecerem oportunidades para o seu fluxo, transmissão, incorporação e transformação, criavam, igualmente, espaços de cooperação e de conflito acerca dos diferentes tipos de conhecimento (Alexiades 2009, 68).

Neste sentido, o enquadramento teórico da investigação que constitui o segundo capítulo desta dissertação discute a problemática da *protecção do conhecimento*, integrando-a nas diversas abordagens antropológicas à questão do *conhecimento tradicional*.

De acordo com Oguamanam (2004), a necessidade de reconciliar o conhecimento local com os direitos de propriedade intelectual convencionais é informada pelo desejo dos povos autóctones em beneficiar do seu conhecimento decorrente da sua apropriação por interesses externos. A sua premência é contextualizada na crescente valorização do conhecimento local face à explosão da biotecnologia e a emergência da sociedade de conhecimento e informação global, daqui resultando uma ampla discussão.

Por um lado, a urgência em prevenir a *biopirataria*, entendida como a utilização do conhecimento ou do material genético sem o consentimento do seu detentor (Bhushan 2005, 15) ou a devida compensação (Timmersmans 2003, 746), levantaria um aceso debate acerca da protecção da propriedade intelectual, nomeadamente em torno do acordo TRIPS [Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights] e da acção da WIPO [World Intellectual Property Organization]. O reconhecimento e validação do conhecimento tradicional implicariam repensar os direitos de propriedade intelectual, uma vez que, como refere Alexiades (2004, 292), nas economias comunitárias, as inovações são frequentemente incrustadas em alguma espécie de matriz social e como tal formam um tipo de «propriedade comunitária», enquanto nas economias de mercado, são consideradas como produtos da mente individual e, portanto, como forma de «propriedade individual».

A potencialidade do conhecimento tradicional acerca das propriedades medicinais das plantas, recorde-se, assumiu novos contornos perante a incapacidade da indústria farmacêutica em produzir soluções inovadoras fosse para resolver os problemas decorrentes do consumo dos seus próprios produtos [como a resistência microbiana e efeitos secundários], para as chamadas doenças civilizacionais que marcaram a segunda transição epidemiológica [cancro, diabetes, doenças coronárias e pulmonares], ou como resposta à terceira transição epidemiológica com o surgimento de novas patologias a partir de meados da década de 1970 [Ebola, HIV] e o retorno de surtos de doenças infecciosas [cólera, tuberculose] com resistência antimicrobiana que se pensavam controladas e erradicadas (Barrett *et al.* 1998).

Definido com um marco para o progresso da civilização moderna, o controlo das doenças infecciosas estabelecia-se como um produto dos desenvolvimentos da ciência médica e da tecnologia no mundo industrializado que eventualmente se difundiria aos países menos desenvolvidos (*idem*). Neste sentido, a circulação e legitimação do conhecimento de práticas terapêuticas no âmbito da dicotomia biomedicina/medicina tradicional enquadra-se também no amplo debate que surge frequentemente associado ao estudos sobre medicina e império (Arnold 1993, Anderson 2002), tendo em conta que, como argumenta Alexiades (2009, 81), enquanto fenómeno social, a *biopirataria* expressa tanto a memória colectiva de um passado colonial e neo-colonial, como o medo de uma nova ordem tecnológica e económica nas quais as noções de soberania e integridade nacional e individual estão ameaçadas.

Daí a importância da discussão em torno do direito de propriedade intelectual de forma a proteger o conhecimento tradicional da exploração económica por parte de terceiros, pela imposição de uma lógica de mercado do sistema capitalista a comunidades que tentam preservar a cultura tradicional e que, em última análise, culminaria com a introdução do conceito de património cultural imaterial pela UNESCO em 2007.

Praticamente três décadas passadas sobre o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde da relevância dos sistemas de medicina tradicional e do recurso às plantas como medicamento [Alma Ata, 1978], após os problemas levantados pela sobreexploração e bioprospecção que originariam a Convenção para a Diversidade Biológica [1992] e as discussões em torno dos direitos comerciais que se pretendiam salvaguardar com o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio [TRIPS 1994] e com a observação por parte da Organização Mundial para a Propriedade Intelectual [WIPO 2001], seria a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] a oferecer, em 2007, uma solução abrangente para a protecção do conhecimento tradicional. A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial viria contemplar nesta categoria os conhecimentos, saberes-fazer, competências, práticas e representações desenvolvidas e perpetuadas pelas comunidades em interacção com o seu meio natural, incluindo, entre outros, os conhecimentos ecológicos tradicionais, os saberes autóctones, a etnobiologia, a etnobotânica, a etnozologia, as farmacopeias e medicinas tradicionais.

Em suma, o elevado interesse da indústria farmacêutica pelas propriedades medicinais das plantas moveria a necessidade de implementar, nos anos 90 do século passado, medidas de protecção em duas frentes que, surgindo muitas vezes como distintas, se encontram, no entanto, interligadas com as potencialidades inerentes ao mercado global de medicamentos. Esse processo foi acompanhado por uma mudança de perspectiva quanto ao conhecimento local e consequente validação das medicinas tradicionais, com diversas repercussões nas práticas socioculturais.

Por um lado, a sobreexploração das plantas medicinais para satisfação da procura da indústria ou para exportação agravou o risco de extinção (Timmermans 2003, 747). Embora tradicionalmente a colheita de plantas pelos curandeiros e povos indígenas não afectasse a dinâmica populacional das espécies devido ao baixo nível de recolha, a partir do final do século passado, o aumento de vendas de remédios herbais

amplificou a comercialização das plantas medicinais precipitando a colheita em larga escala em muitos dos países em desenvolvimento (Anyinam 1995, 324). Além deste aumento do comércio interno de medicamentos herbais, através da produção massiva pelos curandeiros para fornecimento das ervanárias urbanas acompanhando o êxodo rural e o recurso à etnomedicina nos cuidados de saúde primários, também o comércio internacional das farmacopeias tradicionais aumentou, constituindo Singapura, Hong Kong, Canadá, Estados Unidos, Suíça e Alemanha os principais destinos de grandes quantidades de remédios herbais empacotados, vendidos sob a forma de chás, extractos, elixires, pós e óleos como diuréticos, laxantes, sedativos, estimulantes, calmantes e tónicos nas lojas de produtos naturais e ervanárias que proliferaram nas cidades industrializadas do mercado ocidental, acompanhando o evitamento das substâncias sintéticas (idem, 324-325).

Naturalmente, a colheita de plantas medicinais espontâneas conduziria ao empobrecimento de várias comunidades bióticas em muitas áreas (idem, 325). No entanto, como notam Alexiades e Shanley (2004, 8-9), o declínio da disponibilidade de espécies florestais/espontâneas não é apenas resultado directo da sobreexploração, mas também da degradação do habitat e das alterações na utilização da terra que, consoante as características ecológicas das espécies, podem determinar a sua capacidade de sobrevivência e de recuperação relativamente aos níveis de extracção.

Estas três circunstâncias – a bioprospecção e a sobreexploração aliadas às mudanças nos usos da terra – constituindo uma ameaça ao equilíbrio das espécies naturais, estiveram na base do estabelecimento, em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro, da Convenção para a Diversidade Biológica e da relevância conferida desde então ao conceito de *biodiversidade*. Uma das consequências práticas desta Convenção foi precisamente a definição da urgência na protecção dos espaços naturais que originou, entre outras iniciativas, a Rede Natura 2000 concebida para preservar a biodiversidade e proteger as espécies e habitats ameaçados na Europa.

Neste sentido, torna-se então relevante averiguar os impactos locais destas regulamentações internacionais, atendendo à tradição de colheita de espécies na flora espontânea da área do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros que faz parte dos sítios Natura. Nomeadamente, em que medida o projecto «Terra das Ervanárias» promovido pela Assembleia de Compartes do Baldio de Vale da Trave corresponde a uma tentativa de assegurar o acesso da comunidade a um património comum, com todas

as implicações socioeconómicas inerentes e como estratégia de protecção da sustentabilidade ambiental (Anyinam 1995, 325) com base no reconhecimento de que os princípios culturais tradicionais e os valores dos sistemas etnomédicos contribuem para a preservação e conservação de muitas comunidades bióticas (idem, 327). Interessa, portanto, analisar a regulação comunitária local como resposta gerada no contexto mais amplo das iniciativas para a protecção da biodiversidade, nos seus diversos níveis de agência política, principalmente por se encontrar localmente relacionada com a actividade tradicional de colheita da flora espontânea para comercialização à indústria ervanária.

Parece, então, pertinente que, para compreender a génese da «Terra das Ervanárias», o terceiro capítulo desta dissertação constitua uma abordagem à problemática dos baldios, enquadrada num percurso histórico de relações de poder sobre a propriedade e os recursos naturais e enquanto instância de afirmação dos valores socioculturais da comunidade em negociação constante face a projectos de âmbito nacional ou internacional. Neste sentido, também o conhecimento tradicional e a memória têm sido analisados enquanto mecanismos de reforço da diversidade cultural e biológica (Nazarea 2006), pelo que importa salientar o modo como os discursos, as práticas e instituições de conservação e desenvolvimento reconstroem o mundo a partir dos conceitos de biodiversidade e de que forma se articulam em estratégias comunitárias de projecção mais ampla, no contexto da globalização.

Sendo, igualmente, necessário entender a interacção entre as diferentes correntes relacionadas com a exploração dos recursos florestais e as políticas adoptadas na gestão e ordenamento florestal pretende-se, no quarto e quinto capítulos, demonstrar as formas de intervenção estatal no aproveitamento económico da vegetação, desde o mapeamento do território à introdução de espécies exógenas, do interesse e valorização das plantas aromáticas e medicinais, à *patrimonialização* de espaços de lazer e de turismo da natureza. Os meios materiais e discursivos desta nova cosmologia natural, na qual se valoriza o conhecimento e práticas tradicionais, estão patentes no estabelecimento de áreas protegidas, que virtualizam espaços, lugares e as comunidades produzidas (West, Igoe e Brockington 2006).

Será nesta perspectiva que interessa analisar a relação da «Terra das Ervanárias» com as iniciativas estatais para a preservação da Natureza. Este tipo de delimitação implica o distanciamento entre as populações e o ambiente e acarreta uma necessária mercantilização da biodiversidade e da natureza, tornando comercializáveis

as manifestações tradicionais das populações autóctones e os seus conhecimentos e práticas ecológicas, fixados no passado em detrimento do seu actual entendimento e utilização do meio ambiente. As áreas protegidas podem, assim, ser encaradas como um modo de ver, compreender e produzir natureza e cultura e como uma estratégia de gestão e controlo da relação entre ambas, virtualizando os espaços, lugares e comunidades produzidas (West, Igoe e Brockington 2006). Essa *patrimonialização* tem, nos últimos tempos, abrangido o conhecimento tradicional local, na sequência das questões levantadas no âmbito da protecção proclamada pela Convenção para a Diversidade Biológica em 1992.

Mais do que estudar uma comunidade rural que partilha um modo distinto de vida em comum, apesar de integrada numa sociedade complexa (Wolf 2001, 191), interessou-me visualizar a criação deste grupo culturalmente marcado na sua relação com o impacto global das forças económicas e políticas (Wolf 2001 [1984], 368-369).

Contextualizada a produção de identidade e de conhecimento nos paradigmas da conservação, desenvolvimento e biodiversidade, importa contextualizar o medicamento natural e a produção ervanária nos paradigmas da biomedicina e das abordagens da Antropologia Médica.

Assim, no sexto capítulo apresento a relação estabelecida pela comunidade local com as plantas medicinais ao longo do tempo, pretendendo compreender como foi sendo constituído o conhecimento específico que serviu de base à «Terra das Ervanárias». Interessa, portanto, abordar as práticas de medicina popular e o confronto com a medicina convencional, não esquecendo a associação com a religião, seja pelos rituais e evocações que reforçam a eficácia terapêutica das plantas, seja pelo contributo da Inquisição à perseguição dos curandeiros, condenando o saber tradicional acerca das propriedades medicinais das plantas (Walker 2013).

Entretanto, essa capacidade de identificar na vegetação espontânea espécies com valor terapêutico seria rentabilizada com a respectiva aquisição de valor comercial no mercado farmacêutico, potenciando uma economia paralela que acabaria por se enquadrar no ciclo das actividades agrícolas da comunidade e propiciar a criação da empresa local de importação e exportação de plantas medicinais.

Deste modo, no sétimo capítulo, são analisadas as cadeias operatórias e os circuitos estabelecidos, numa triangulação constante entre o capital simbólico da Natureza, da Tradição e da Ciência. Necessariamente serão aqui focadas tanto as alterações decorrentes da modernização e do poder regulamentador da ciência a nível do

sistema de produção local, como as diversas estratégias de adaptação que possibilitam a manutenção do negócio, com a dinamização do sistema de conhecimento tradicional incorporando novos saberes e novas práticas, como resposta à demanda do mercado internacional. Consequentemente, a «Terra das Ervanárias» reposiciona a aldeia de Vale da Trave no mundo, seguindo o argumento de Janes e Cobertt (2009) de que os medicamentos são cidadãos globais e reflectem os circuitos ideológicos da globalização quer tenham origem nas tradições locais ou tenham sido desenvolvidos pela tecnologia farmacêutica.

Atendendo a que o desenvolvimento do negócio de colheita da flora espontânea para comercialização foi impulsionado pela ligação à Antiga Ervanária da Anunciada que, fundada em 1793, viria a ser adquirida pela família proprietária da fábrica da «Terra das Ervanárias» em 1990, o oitavo capítulo é dedicado ao percurso deste estabelecimento comercial. Será, então, possível abordar a comercialização das plantas medicinais contextualizada na tradição das boticas e acompanhar o gradual afastamento da categoria de *medicamento* à medida que esta vai sendo elaborada nas ciências médicas e farmacêuticas. Legalmente classificados como *suplementos alimentares* e interdita a menção de propriedades profilácticas ou terapêuticas, torna-se interessante examinar a articulação de vários tipos de discursos e conceitos de doença que permitem a integração dos produtos naturais em diferentes lógicas de consumos de saúde.

Uma vez que a «Terra das Ervanárias» se fundamenta na tradição de colheita de plantas medicinais para comercialização às ervanárias com reflexos no próprio conhecimento etnobotânico local, importa, igualmente, abordar a questão do consumo de fitoterapêuticos que será o objecto do nono capítulo, aplicando o conceito de vida social do medicamento (Whyte, Van der Geest e Hardon 2002) aos chás medicinais. Para além do percurso da botica à ervanária, a dissociação relativamente à farmácia reflecte-se nas lógicas de consumo que levantam, actualmente, novos problemas que vão desde a regulamentação e fiscalização dos medicamentos à base de plantas até às consequências do pluralismo terapêutico (Lopes 2010).

Embora a preferência do consumidor pelos produtos naturais se baseie na associação entre natureza e inocuidade, enquanto medicamentos [Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto] estes não só provocam efeitos secundários, como interacções medicamentosas que carecem de estudos, constituindo um problema de Saúde Pública devido tanto à dificuldade em regulamentar e controlar o mercado, como

em aceder a dados concretos de consumo. Surge, novamente, o distanciamento e preconceito da medicina convencional em relação às mezinhas e produtos naturais, reflectindo-se numa ausência de conhecimento baseada na ineficácia atribuída a esta categoria de medicamentos, que indo ao encontro da inocuidade simbolicamente construída pelos consumidores, não só impede que estes reportem aos médicos o recurso aos fitoterapêuticos, como, caso o façam, este não seja devidamente valorizado para constituir evidência a reportar (Barata 2008).

Serão, então, retomadas as implicações da valorização das plantas enquanto *medicamento*, centrada no confronto entre os usos tradicionais e a ciência e consequentes lógicas de produção e de consumo. Chen (2008), por exemplo, demonstra como as categorias *medicamento tradicional* e *nutracêuticos* são formadas em relação à regulação estatal dos produtos farmacêuticos, alimentação e suplementos alimentares, condicionadas na sua acção terapêutica por provas de inocuidade. Em Portugal, os produtos naturais encontram-se sob a categoria de suplementos alimentares, sujeitos à fiscalização da ASAE, de acordo com os critérios da União Europeia onde se encontram sob a supervisão da EFSA [European Food Safety Authority]. Enquanto na União Europeia existem duas agências distintas para a segurança alimentar e para os medicamentos, nos Estados Unidos a fiscalização destes produtos cabe à FDA [Food and Drug Administration] que aglutina ambos os sectores.

Conforme referido, cabe à ciência a validação e definição da eficácia terapêutica dos medicamentos tradicionais à base de plantas, constituindo um requisito do processo de autorização de entrada no mercado, supervisionada pelo INFARMED. Como tal, tem-se assistido a uma tentativa de reforçar a autoridade científica que se traduz pelo recente aparecimento, em Portugal, de alguns cursos de pós-graduação relacionados com as potencialidades terapêuticas das plantas, como o Mestrado em Biotecnologia e Bioempreendedorismo em Plantas Aromáticas e Medicinais (Universidade do Minho), Grupos Terapêuticos de Medicamentos à base de Plantas (Universidade Lusófona), Marketing de Suplementos Alimentares e Fitoterapias (Universidade Atlântica) ou Mestrado/Doutoramento em Medicamentos à base de Plantas (Universidade de Lisboa). A produção do conhecimento científico na área das Plantas Medicinais pode contextualizar-se no mercado emergente de produtos naturais e formas farmacêuticas contendo plantas medicinais por oposição aos medicamentos de síntese e na necessidade de regulamentação do sector pelo Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED).

Neste sentido, a investigação desenvolvida pela Escola Superior Agrária de Santarém e pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa acerca da aplicação de extractos de uma espécie autóctone de Sálvia (*Salvia sclareoides*) na inibição de duas enzimas envolvidas na patologia de Alzheimer, é ilustrativa das oportunidades para a construção de conhecimento científico, possibilitando a discussão da problemática das patentes e do desenvolvimento de novas áreas do saber. Desde 2008, por exemplo, a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Santarém inclui na sua oferta formativa um curso de Mestrado em Produção de Plantas Medicinais e para Fins Industriais.

Consequentemente interessa perceber as articulações entre o projecto comunitário «Terra das Ervanárias» da Assembleia de Compartes do Baldio de Vale da Trave, os projectos científicos da Escola Superior Agrária de Santarém relativos à produção de plantas medicinais e outros projectos como o PRODER, o P.O.P.H. e a Rede Natura. Por outro lado, manter a relação tradicional com este mercado implica novas formas de conhecimento (Reyes-García 2010) e de relacionamento com o mundo vegetal, através da agricultura. Uma vez que o estudo da produção agronómica de plantas medicinais para fins industriais é ainda recente, as espécies passíveis de cultivo são limitadas, reduzindo e alterando a biodiversidade, não só por essa limitação, como pela introdução de espécies exógenas e geneticamente modificadas (Schippmann, Leaman e Cunningham 2002).

Por fim, será possível concluir que a falta de consonância entre as diversas vertentes implicadas na produção de plantas medicinais e de conhecimento, não obstante toda a regulamentação protectora, se traduz, paradoxalmente, na imposição de padrões que inviabilizam a participação do conhecimento tradicional, contribuindo duplamente para a sua erosão. A aproximação da tradição à da ciência implica apropriações de discursos e práticas que apesar de constituírem, em si, objecto de interesse pelos processos de negociação implícitos, desvirtua a primeira aos olhos da segunda que procura validar repositórios de saberes originais, perpetuados e cristalizados na memória cultural (Frazão-Moreira, Carvalho e Martins 2009).

Como notava Anyinam (1995, 323), o conhecimento autóctone acerca das utilizações das plantas encontra-se em maior risco de extinção do que os biomas e as próprias plantas, pelo seu carácter performativo (Richards 1993 cit. por Ellen 2000) e por se tratar de uma ontologia de compromisso directo (Ingold 2000). Assim, aumentando a distância entre o «saber sobre» e o «saber fazer» (Frazão-Moreira,

Carvalho e Martins 2007), a impossibilidade de colher plantas medicinais na flora espontânea para comercialização fará com que a capacidade de identificar as espécies e os seus usos terapêuticos deixe de ser transmitida às novas gerações, perdendo-se, simultaneamente, o conhecimento etnobotânico construído ao longo de uma forma específica de relação com o meio natural envolvente, como fonte de rendimento adicional assente no mercado das ervanárias. O conhecimento local é cosmos mais do que corpus, praxis mais do que plano, constituído através da incorporação sensorial, da emoção e memória que nele participam e lhe conferem poder (Nazarea 2006, 323). Perdendo-se este conhecimento tradicional, as plantas perdem o seu valor e o risco de extinção pode ainda ser maior (Gupta 1998, Madimetja, Masoga e Mearns 2010). Trata-se, portanto, de uma relação profundamente simbiótica, com reflexos na biodiversidade (Alexiades 2004).

Embora a ciência não detenha ainda respostas eficazes no âmbito da produção agrícola de plantas medicinais e se reconheça a sustentabilidade e o contributo para a preservação da biodiversidade dos modos tradicionais de colheita da flora espontânea, a necessidade de regulamentar o mercado tem-se revelado contraproducente, contraditória e paradoxal. Com a valorização do conhecimento etnobotânico, etnofarmacológico e etnomédico, estabeleceram-se medidas políticas com o objectivo de travar a sobreexploração económica dos recursos biológicos e do conhecimento tradicional e proteger ambos, que falharam nessa protecção ao tentarem uniformizar diferentes sistemas epistemológicos à luz de uma hegemonia científica da validação e regulamentação. No entanto, a integração do conhecimento ecológico tradicional no mercado revela, acima de tudo, que as interconexões dos mercados locais para além das fronteiras nacionais é acompanhada por trocas de sistemas de conhecimento e de valor, relações sociais e de poder e que os fluxos de conhecimento e de recursos não são unidireccionais, influenciando tanto o relacionamento humano-ambiente como o conhecimento (Olson 2013, 141).

Esta dissertação pretende ser uma reflexão antropológica acerca dessas interconexões e desses fluxos, fruto de um trabalho de campo que implicou percursos diversificados, não só a nível geográfico, como entre áreas de conhecimento.

Nesse sentido, frequentei escolas de verão sobre transferência de conhecimento (UL 2009) e Etnobotânica (FCSH-UNL 2012), realizei um Curso Pós-graduado de actualização em Etnofarmacologia (FFUL 2010) e um Curso Prático de Formação Profissional de Produção, Recolha, Secagem, Destilação e Comercialização

de Plantas Aromáticas e Óleos Essenciais em Agricultura Biológica (AGROBIO 2012). Fazem, por isso, parte da observação participante para entender o modo como a problemática do conhecimento tradicional acerca das plantas medicinais é encarada e respondida pela ciência.

Pelo mesmo motivo assisti a reuniões científicas internacionais específicas, como o 11.º Congresso da Sociedade Internacional para a Etnofarmacologia e I Encontro Hispano–Português de Etnobiologia (Albacete 2010) ou o I Encontro Ibérico de PAM (Beja 2012), que permitem analisar a articulação entre a ciência e o mercado de plantas aromáticas e medicinais. Para aceder a uma perspectiva popular sobre estas discussões, não poderia deixar de incluir o Congresso de Medicina Popular (Vilar de Perdizes 2011) na observação participante.

Para compreender a «Terra das Ervanárias» foram realizadas entrevistas qualitativas em Vale da Trave ao, então, presidente da mesa da Assembleia de Compartes do Baldio (Luís Ferreira), a sete colectoras de plantas medicinais (Elisa, Graciete, Maria Alice, Maria Hortencia, Madalena, Maria Celeste, Trindade), a um angariador (Alfredo Silvério) e à gerente da fábrica Américo Duarte Paixão Lda. (Clarinda Paixão). A observação participante foi efectuada em visitas ao campo com colectoras, na visita às instalações da fábrica, aos armazéns do angariador, numa acção de formação promovida pela ANIMAR e no Dia Comunitário de Vale da Trave (2012).

A ligação ao mercado e ao consumo foi também estudada na Antiga Ervanária da Anunciada, em Lisboa, com observação participante e entrevistas qualitativas às duas responsáveis pela loja (Isaurinda Paixão, Maria Celeste Santos).

A trajetória da investigação conduziu igualmente a assistir à apresentação pública do livro «Cultura e Utilização de Plantas Medicinais e Aromáticas» no auditório da Escola Superior Agrária de Santarém (2010) e a entrevistas qualitativas com investigadores de áreas diversas, ligados à Escola Superior Agrária de Santarém (Natália Gaspar e José Grego), ao Instituto Superior de Agronomia (Joana Godinho) e ao Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (António Flor). Constei igualmente com o contributo informal disponibilizado por outros investigadores ligados ao Jardim Botânico da Ajuda (Dalila Espírito Santo), à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Amélia Frazão-Moreira), à Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança (Ana Maria Carvalho), ao Museu Botânico de Beja (Luís Mendonça de Carvalho) e à Universidade Autónoma de Madrid (Manuel Pardo de Santayana).

O trabalho que se desenvolve em seguida resulta, então, do trânsito entre Vale da Trave, Vilar de Perdizes e Mértola, entre o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e o Instituto para a Conservação da Natureza e Florestas, entre as instituições de ensino superior de Agricultura de Santarém, Lisboa e Beja, entre a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, os arquivos da Santa Casa da Misericórdia de Santarém e a Antiga Ervanária da Anunciada e de muitos outros percursos marcados pelas plantas aromáticas e medicinais.

II

Protecção do Conhecimento

«Seja livre a cada cidadão o colher plantas medicinaes para seu uso; mas não seja permitido senão aos boticarios o vendel-as ao povo. Para se consentir que os herbolarios as vendessem fôra necessário sujeital-os a um exame de botânica, em que mostrassem que conheciam as plantas medicinaes, e sabiam o meio de as colher e conservar.» (Pinto 1863, 873)

Para analisar o sistema de conhecimento local sobre plantas que serve de justificação à «Terra das Ervanárias», simultaneamente enquadrada num processo de afirmação de propriedade de terrenos comunitários e de regulação do acesso a recursos naturais numa área protegida, optei por contextualizar a questão da *protecção do conhecimento* nos paradigmas da *conservação, desenvolvimento e biodiversidade* e nas correspondentes abordagens antropológicas. Pretendo, sobretudo, enfatizar a sua interligação com a intensa procura de soluções terapêuticas.

Reflexo dos focos de tensão relativos à propriedade e à utilização dos recursos naturais pelas populações, numa lógica de conflito entre o regime comunitário e as políticas florestais, a «Terra das Ervanárias» remete para séculos de confronto dos modos de vida tradicionais com os paradigmas da civilização, da modernização e do progresso e, deste modo, para questões que têm constituído temas centrais de discussão na Antropologia e até de constituição da própria disciplina.

Uma das formas de analisar as dinâmicas relativas à conservação da natureza assenta na dicotomia *natureza-cultura*. Como nota Little (1999, 254), o termo *ambiente* é frequentemente utilizado como sinónimo para *natureza*, no sentido de ambiente biofísico não humano, gerando uma confusão conceptual, uma vez que o ambiente de qualquer grupo humano inclui elementos biofísicos e culturais. Segundo aquele autor, a dinâmica relacional e perspectivista entre o organismo e o ambiente, funde-se, erroneamente, com a dicotomia *natureza/cultura*, de carácter essencialista e substantivo (idem). Porém, essa mesma oposição parece estar subjacente aos conceitos de *conservação da natureza* que impunham um protecționismo restrito, até ao último quartel do século XX, entendendo-se que as actividades humanas eram prejudiciais ao

ambiente em causa, reflectindo uma «modernidade ocidental» que, segundo Boaventura Sousa Santos:

«significa a coexistência da sociedade civil com o estado de natureza, separados por uma linha abissal com base na qual o olhar hegemónico, localizado na sociedade civil, deixa de ver e declara efectivamente como não-existente o estado de natureza.» (Santos 2009, 28)

Tais políticas de conservação da natureza reflectiam igualmente o contraste conceptual entre *selvagem* e a *civilização*, constituindo-se esses lugares simbolicamente híbridos – parques nacionais – que, no final do século XIX, associavam a «preservação de valores naturais de extraordinário interesse» com a «utilização pública destas áreas para lazer e recreio» (POPNSAC 1981). Esta divisão entre «zonas selvagens e zonas civilizadas» transforma-se num «critério geral de sociabilidade, um novo espaço-tempo hegemónico» que, sendo transversal a «todas as relações sociais, económicas, políticas e culturais», se torna «comum à acção estatal e à acção não-estatal» (Santos 2009, 37).

De certa forma, o mapeamento de espaços onde o ambiente físico deveria retomar ou manter a sua essência primitiva e natural, por oposição à civilização cosmopolita, assinala também a essência da humanidade pela capacidade de transcender a natureza, traduzindo o dilema existencial de uma criatura que pode conhecer-se a si próprio e o mundo de que faz parte, apenas pela renúncia do seu modo de estar nesse mundo (Ingold 2010, 514).

De acordo com Boyer (2005, 142-143), o problema do conhecimento foi desde sempre um tema central na Antropologia, transversal ao estudo da mitologia, magia, ciência, religião e mais recentemente, à invenção de tradições, imaginários sociais, etnografia da investigação científica e interfaces semióticos e epistémicos entre as comunidades humanas e os seus ambientes sociais e naturais. Esta centralidade do conhecimento na Antropologia é reforçada pelo autor, com base no argumento de Crick (1982), de que a antropologia do conhecimento é um meio diferente de apreensão do compromisso epistémico dos seres humanos com os seus ambientes (Boyer 2005, 148).

No início do século XX os discursos antropológicos centravam-se na questão da universalidade das formas epistémicas humanas, processos e conteúdos, analisando a racionalidade, a lógica e a cognição e procurando caracterizar o «pensamento primitivo», de que são expoentes as obras de Tylor, Frazer ou Lévy-Bruhl (Boyer 2005, 141). Contemporânea desta corrente evolucionista, a *etnobotânica* foi inicialmente

definida por Harshberger [1896], com o objectivo de elucidar o desenvolvimento cultural dos povos, perceber a distribuição das plantas no passado, conhecer as rotas comerciais e estudar os usos das plantas locais e perceber quais as suas propriedades (Carvalho 2006).

Procurava-se, então, valorizar a vasta contribuição do conhecimento das populações locais [nativas ou indígenas] para o conhecimento científico, intensificada a partir da expansão global europeia dos séculos XV e XVI: desde os *Colóquios dos simples, e drogas e coisas medicinais da Índia...* de Garcia da Orta [1563], à «flora do sudeste asiático de Rumphius que se baseou grandemente nas classificações e ecologia nativa que, captada por Lineu, continua a influenciar a biologia científica até aos nossos dias» e à própria «emergência da teoria da evolução, construída por Darwin por intermédio das informações dos habitantes das Galápagos» (Sillitoe 2007, 5).

A atenção tradicionalmente devotada pela Antropologia às pequenas comunidades e sociedades relativamente simples, permitiu perceber os seus sistemas socioculturais envolvendo os correspondentes aspectos ecológicos (Helm 1962, 639), salientando a importância do ambiente para os grupos humanos (Olson 2013, 140). Nos anos trinta do século passado, Julian Steward propunha o conceito de *ecologia cultural*, referindo-se aos processos adaptativos pelos quais a natureza da sociedade e um número imprevisível de características culturais eram afectadas pela adaptação básica através da qual o homem utiliza um dado ambiente (Helm 1962, 636). Daí derivariam as propostas iniciais de Conklin [1954, 1957] e de Frake [1962] para a *etnoecologia*, entendida por este último autor como correspondendo à necessidade de descrever o ambiente das populações como estas o constroem em consonância com as categorias da sua *etnociência* (Fowler 2000, 12).

Entretanto, na década de 1940, enquanto os estudos académicos na área da etnobotânica, prosseguindo nos levantamentos que reportavam a utilização das espécies vegetais pelas diferentes populações, procuravam novos recursos para as sociedades industrializadas (Carvalho 2006), o interesse etnográfico tradicional na medicina primitiva – incluindo a feitiçaria e magia – adquiria maior relevância no âmbito dos movimentos em torno da saúde pública internacional surgidos após a II Guerra Mundial (Foster 1974), como os programas desenvolvidos a partir dos anos 1950, pela Fundação Rockefeller, pela Organização Mundial de Saúde e pela Unicef.

Recorde-se que o controlo das doenças infecciosas – associadas à precariedade das condições de vida – era um dos objectivos estabelecidos para o progresso da

civilização moderna, a conquistar pelo desenvolvimento das ciências médicas e da tecnologia no mundo industrializado (Barrett *et al.* 1998, 254). Por esse motivo, em meados do século XX, a tuberculose, a malária, a lepra, a poliomielite, a gripe, entre outras doenças de massas, foram alvo de campanhas de âmbito internacional que se estenderam às sociedades menos desenvolvidas, no contexto da ideologia de *desenvolvimento* que pretendia implementar o crescimento económico e a *modernidade* em África, na Ásia e na América Latina (Lewis 2005). Como refere Jasanoff (2006, 289-290), «o poder das sociedades avançadas para desenvolver e aplicar os tratamentos necessários, oferece-lhes, então, o direito, senão a obrigação, de se envolver numa nova missão civilizadora, assente numa ética biomédica de cura que substitui o anterior modelo de graça religiosa».

Neste contexto em que o conhecimento dos povos não-industrializados relativo ao modo como lidavam com a saúde e a doença e à forma como os recursos vegetais eram utilizados nessa lógica processual continuava a merecer o apurado registo da Antropologia e da Etnobotânica, o *imperialismo ecológico* (Crosby 2004) ressurgiu nos anos 1960, sob a forma do que posteriormente se designaria por *biopirataria* (Bhushan 2005, Alexiades 2009). O National Cancer Institute dos Estados Unidos da América, por exemplo, testou 114 mil extractos de 35 mil plantas colhidas principalmente nas regiões temperadas, entre 1960 e 1981 (Cragg *et al.* 1994).

Saliente-se que desde 1953 que a estrutura do ADN tinha sido descoberta (Jasanoff 2006), possibilitando o desenvolvimento da biotecnologia e que duas décadas antes da possibilidade de patentear formas de vida (Alexiades 2009, 77), a Convenção Internacional para a Protecção de Novas Variedades de Plantas, assinada em 1961, oferecia protecção a variedades de plantas, definidas, então, como qualquer cultivar, clone, linha, estoque ou híbrido com capacidade de cultivo que satisfizesse as condições de estabilidade e de homogeneidade e que constituíssem novidade comercial (Overwalle 2006, 122-123).

Associada ao progresso técnico e científico e ao uso insustentável dos processos e recursos naturais, a partir da década de 60 do século passado a degradação ambiental emergiu como uma preocupação (Schmidt *et al.* 2011, 162). Aliados às perspectivas neo-Malthusianas que relacionavam a depleção dos recursos com o crescimento populacional proliferaram discursos que responsabilizavam as populações locais pela degradação ambiental (Dove 2006, 196), de que é exemplo o ensaio de Hardin [Tragedy of the Commons, 1968]. No início da década de 1970, instâncias

internacionais, como a ONU e a Unesco, estabeleciam medidas para a protecção da natureza que viriam a impor a dicotomia ocidental entre *natureza* e *cultura* a lugares e populações onde tal distinção não existia (West, Igoe e Brockington 2006).

Começam, então, a questionar-se as consequências do projecto de modernização que se vinha desenvolvendo sob o ângulo do *cientismo*, acreditando que a mundovisão científica era a única possível para verdadeiramente compreender o mundo, do *desenvolvimentismo*, baseando o progresso em determinados padrões de consumo e do *estatismo*, enfatizando o papel do estado moderno como a forma legítima de autoridade política (Alexiades 2009, 70). O discurso global em torno do *desenvolvimento* ignorava o conhecimento local (Dove 2006, 195), até porque a legitimidade da *tradição* era questionada e considerada algo a ultrapassar e a subverter (Ellen e Harris 2000, 11). Esse mesmo projecto vinha sendo aplicado aos países do chamado Terceiro Mundo, numa engenharia social caracterizada pela construção de nações, urbanização e industrialização, subordinando as populações rurais «periféricas», bem como as suas práticas de subsistência, tradições e conhecimento, aos objectivos político-económicos da modernização (Alexiades 2009, 70).

Consequentemente delineia-se na Antropologia o que Sahlins (1997a, 42) designou por «paradigma do objecto-em-vias-de-extinção», em que a «crença da inexorabilidade do progresso» fazia antever um panorama de culturas exóticas desintegrando-se por aculturação «sob o assédio da ordem capitalista mundial», gerando o «pânico pós-moderno acerca da própria possibilidade do conceito de cultura» (Sahlins 1997b, 137). Na viragem reflexiva na Antropologia dos finais dos anos 1960 até meados dos anos 1980, a antropologia do conhecimento constituiu, igualmente, um dos esforços para alargar as questões epistemológicas levantadas pelas críticas à representação etnográfica na construção do conhecimento antropológico (Boyer 2005, 145-146). De acordo com Lewis (2005), esse período de reflexão pós-moderna abriu também o caminho para a reconsideração do papel do antropólogo enquanto actor na produção do conhecimento e nas práticas relativas ao desenvolvimento.

Segundo Mosse (2013, 229), surge, também, uma antropologia (crítica) do desenvolvimento, influenciada pelos trabalhos de Foucault, preocupada com as estratégias de poder inerentes aos programas para melhorar as condições de vida dos povos a que estavam subjacentes práticas governamentais de controlo e incorporação no capitalismo global, o reordenamento material dos recursos naturais em benefício das metrópoles e a imposição de hierarquias de conhecimento. O interesse da antropologia

pelos sistemas indígenas de gestão de recursos tinha florescido a partir do aparecimento da *etnoecologia* nos anos 1950, servindo de base ao longo das duas décadas seguintes à crítica do paradigma dominante do desenvolvimento.

Perante a suspeita de insustentabilidade do sistema de utilização de recursos construído com base no paradigma científico ocidental e nos modelos do capitalismo neo-liberal, os sistemas não-ocidentais foram valorizados numa perspectiva de acção local contra-hegemónica (Dove *et al.* 2007, 129; v. Agrawal 2002 e Santos 2012). Etnobotânicos, etnoecologistas e antropólogos tinham, entretanto, vindo a produzir relatos detalhados de estratégias de gestão de recursos desenvolvidas pelas sociedades rurais não-industrializadas, revelando o importante contributo que poderia ser inferido desses sistemas de conhecimento com aplicabilidade nos problemas de saúde contemporâneos, do desenvolvimento e da conservação (Alexiades 2009, 72).

Nos anos 1980, a ecologia e os problemas ambientais tornam-se questões prementes na arena política internacional, com a popularização do conceito de *sustentabilidade* a partir do relatório Brundtland [1987]. Por outro lado, nessa mesma época, os modelos explanatórios fornecidos pela *ecologia da doença* (linha de pesquisa derivada da Medicina Tropical, da Patologia Animal e da Imunologia desenvolvida entre 1960/1970), tornaram-se particularmente atraentes no contexto da emergência de doenças, resistência aos antibióticos, bioterrorismo e dos impactos das mudanças climáticas na saúde, uma vez que privilegiavam a interacção dos organismos na etiologia (Anderson 2004, 39-40). De entre as perspectivas pioneiras desta abordagem, salienta-se a de Carson, que propunha que a doença devia ser entendida como um problema de ecologia, de inter-relações e de interdependência (*idem*, 42) ou a de Fenner, que alertava que as perturbações induzidas pelo Homem na biosfera e algumas inovações médicas, criaram novas doenças para o próprio Homem e para os seus animais domesticados (*idem*, 56).

Perante a terceira transição epidemiológica caracterizada pela (re)emergência das doenças infecciosas no mundo industrializado e pelo aumento da globalização da ecologia da doença (Barrett *et al.* 1998, 248), a Declaração de Alma Ata [1978] recomendava a integração da medicina tradicional nos programas de cuidados de saúde primários, reconhecendo a saúde como um direito humano, bem como a incapacidade de contornar as desigualdades socioeconómicas que se reflectiam no acesso aos cuidados de saúde.

Recorde-se que desde 1969, a Assembleia da Organização Mundial de Saúde tinha aprovado nove resoluções relacionadas com a medicina tradicional, das quais duas [WHA31.33 (1978) e WHA41.19 (1988)] se reportavam especificamente às plantas medicinais (W.H.O. 2009). De facto, a resolução de 1978 reconhecia a importância das plantas medicinais nos sistemas de saúde dos países em desenvolvimento, bem como o crescente interesse dos governos e das comunidades médicas e científicas sobre este assunto (W.H.O. 1978a). Alertava igualmente para a importância do conhecimento ao sublinhar que as plantas medicinais contêm substâncias que tanto podem ter valor terapêutico como potencial toxicidade, quando indevidamente utilizadas, decretando a necessidade de se proceder a uma compilação de inventários das plantas medicinais e dos seus usos terapêuticos, de acordo com os critérios científicos standardizados e hegemónicos.

No relatório do encontro da Organização Mundial de Saúde para a Promoção e Desenvolvimento da Medicina Tradicional realizado em 1977, discutiam-se os conceitos de medicina tradicional, salientando não só que as diferenças essenciais entre os vários sistemas de medicina derivam não dos seus objectivos ou efeitos, mas da cultura dos povos que as praticam, como a falácia que constituía a desvalorização da medicina tradicional pelos profissionais de saúde (W.H.O. 1978b).

Aliando as abordagens da *etnomedicina* e da *biomedicina ocidental*, a antropologia médica tinha vindo a propor uma análise das construções socioculturais em torno da doença (Fabrega 1971; v. Kleinman 1978; Browner *et al.* 1988), enquanto a *etnobotânica* e a *etnofarmacologia*, davam conta das utilizações e efeitos terapêuticos dos recursos vegetais. Esta última define-se como o estudo das substâncias vegetais, minerais e animais utilizadas para afectar a saúde, servindo o prefixo *etno-* para designar modalidades preventivas e terapêuticas diversas da biomedicina ocidental (Etkin 1988, 23). Intimamente relacionada com a etnobotânica médica, a *etnofarmacologia* assume-se também, como consistente com alguns dos debates centrais na antropologia que procuram compreender as dinâmicas das relações humano-ambiente e aceder ao seu impacto na saúde e doença (*idem*). De facto, a partir da publicação do *Journal of Ethnopharmacology* em 1979, a *etnofarmacologia* assumiu-se como uma área multidisciplinar de pesquisa dedicada à observação, descrição e experimentação de drogas indígenas para determinar a sua actividade biológica, num processo que Moerman descreveu a Heinrich como «o exame da utilização não-

ocidental das plantas medicinais nos termos dos usos ocidentais das plantas» (Heinrich 2014, 99-100).

A diversidade biológica vê o seu valor simbólico, político e económico alterado no contexto da transição para o capitalismo pós-moderno (Alexiades 2009, 71), quando nos Estados Unidos da América foi legalmente admitida a possibilidade de patentear genes isolados do seu ambiente natural, no início da década de 1980 (v. Hayden 2007) e com a oportunidade para a bioprospecção por parte da indústria farmacêutica, numa era em que, perante a epidemia de SIDA e a resistência microbiana verificada com a reemergência de outras doenças infecciosas, a biotecnologia se apresentava como um recurso para a finitude da diversidade química (Bhushan 2005).

No entanto, como refere Jasanoff (2006, 289) a biotecnologia providenciaria um discurso de desenvolvimento de continuidade com as tradições coloniais, embora os agentes, os receptores e os mecanismos específicos do projecto de desenvolvimento tenham sido parcialmente reconfigurados na era moderna (v. Santos 2012). Por esse motivo, enquanto fenómeno social, a *biopirataria* expressa a memória colectiva de um passado colonial e neo-colonial, aliado ao medo de uma nova ordem tecnológica e económica na qual as noções de soberania ou integridade nacional e individual se encontram ameaçadas (Alexiades 2009, 81).

O chamado capitalismo pós-industrial caracterizou-se igualmente pela apreensão da categoria genérica do *conhecimento*, no início dos anos 1990, que acompanhou a capitalização das suas formas semióticas e epistemológicas e os seus processos característicos (Boyer 2005, 147). Consequentemente, abria-se a possibilidade de que as plantas medicinais, os cultivares e o conhecimento associado fossem bens livres (ou comuns) numa sociedade tribal ou rural e pudessem tornar-se propriedade intelectual protegida numa sociedade industrial capitalista (Brush 1993, 653). Por outro lado, como nota Olson (2013, 148), nos países ocidentais do Norte global, a conservação dos recursos naturais foi tomada pelo modelo capitalista neoliberal com impactos directos na conservação no Sul global, com o qual se relacionam a mercantilização do conhecimento acerca desses recursos e a assunção de que o conhecimento florestal será reificado ao assumir valor económico de mercado.

Perante este contexto, Brush (1993, 653) descreve cinco tendências que se enunciaram em torno dos direitos de propriedade intelectual relativos aos grupos indígenas, às mudanças ambientais e comércio internacional: 1) a erosão do conhecimento indígena consequência da diminuição das populações e perda das línguas;

2) a perda de diversidade biológica devido à deflorestação e intensificação agrícola; 3) a valorização dos sistemas de conhecimento indígenas como repositórios de informação atendendo à escassez da diversidade biológica e às possibilidades da biotecnologia; 4) a expansão dos direitos de propriedade intelectual nos países industriais avançados para incluir materiais biológicos, formas de vida e novas variedades de plantas; e, por fim, 5) a pressão internacional para que os todos os estados implementem a protecção da propriedade intelectual de uma forma standardizada. Conforme refere o autor, estas tendências levantaram questões acerca do estatuto legal dos grupos indígenas e do seu direito a controlar a informação culturalmente específica mas globalmente útil (idem).

Surge, então o conceito de *indigenismo*, segundo Dove (2006, 195) como uma reacção aos impactos da deslocalização da modernidade, do mesmo modo que o interesse pelo conhecimento indígena se constituía, parcialmente, como resposta a uma visão desencantada da modernidade e das suas consequências para as comunidades locais (v. Sillitoe e Bicker 2004), no que Boaventura Sousa Santos (2009, 42-43) designa por *globalização contra-hegemónica* e *cosmopolitismo subalterno*. Como notava Sahlins (1997b, 137), os povos estudados pelos antropólogos, «estavam a descobrir suas “culturas” e a proclamar o direito destas à existência» (v. Dove *et al.* 2007). De acordo com Alexiades (2009, 71-72), o conhecimento local e mais concretamente o conhecimento indígena foram alvo de um processo de validação e de reconhecimento sem precedentes, no seio dos centros de poder político e económico, como governos, agências de desenvolvimento multilateral, doadores internacionais, O.N.G.s, instituições científicas, corporações privadas e nos meios de comunicação social (v. Santos 2009 e 2012). Incluindo este processo de validação numa orientação mais ampla para o *relativismo cultural* (v. Spiro 1986), Alexiades sintetiza alguns dos contributos da *etnociência* e da botânica económica, distinguindo abordagens particularistas, universalistas e utilitárias.

Deste modo, a ênfase conferida pela *etnociência* à complexidade e natureza sistemática do conhecimento (ambiental) local influenciou a percepção acerca do conhecimento tradicional, salientando que enquanto produto social, o conhecimento ambiental se encontra necessariamente embebido em contextos situacionais, sociais ou ambientais específicos, ao mesmo tempo que permitiu compreender que sociedades diferentes têm uma percepção fundamentalmente semelhante de aspectos-chave da realidade (Alexiades 2009, 71-72). Paralelamente, botânicos como Schultes, Balick ou Prance, entre outros, sublinharam o valor prático dos sistemas de conhecimento

ambiental na gestão dos recursos, planeamento do território, alívio da pobreza e para um desenvolvimento ambiental e socialmente são (idem, 72). Não obstante as diferenças nas suas abordagens, vários ramos da *ethnoecologia* e da *etnobotânica* vieram, segundo o mesmo autor, questionar uma das premissas fundamentais da modernização que classificava o conhecimento tradicional como rudimentar, ingénuo e sem valor ou mérito intrínseco (idem).

Por seu turno, Brush (1993, 659) aponta as duas correntes no discurso antropológico relativas à problemática da propriedade intelectual. A primeira diz respeito à formulação de um entendimento de que a natureza e valor dos sistemas de conhecimento não-ocidental (popular ou indígena) estavam subjacentes à gestão de grande parte dos recursos biológicos da Terra. Também Charnley e Poe (2007, 303) destacam os contributos dos antropólogos na demonstração da correlação entre a distribuição das florestas e das populações indígenas, da sobreposição das áreas de maior biodiversidade com os lugares onde as comunidades tradicionais mantêm o controlo na gestão dos recursos, documentando o extensivo conhecimento ecológico acerca das florestas que muitas das populações locais e indígenas detêm e as respectivas práticas de gestão florestal ecologicamente sãs. Neste esforço explícito para contrariar o discurso desenvolvimentista dominante, os defensores académicos do conhecimento indígena demonstraram que tais sistemas de conhecimento poderiam constituir uma base para intervenções melhor sucedidas (Dove 2006, 195).

Outra das correntes do discurso antropológico apontadas por Brush (1993, 658-659) diz respeito à exploração e marginalização das minorias étnicas e ao debate em torno dos direitos humanos, de que é exemplo a utilização do termo «indígena» (v. Kuper 2008) tanto para enfatizar os direitos humanos e políticos dos grupos minoritários, como para descrever o seu conhecimento.

Ainda de acordo com aquele autor, baseando-se no trabalho dos etnobotânicos e dos etnobiólogos, a antropologia cognitiva demonstrou a afinidade histórica e semelhança estrutural entre os sistemas de conhecimento não-ocidentais (iletrados e pré-científicos) e ocidentais (letrados, científicos), estabelecendo a fundamentação do silogismo central à questão da propriedade intelectual (Brush 1993, 658). Assim, se os conhecimentos indígenas e científicos partilham semelhanças estruturais, então, o conhecimento específico de fonte indígena deveria ter direito ao mesmo estatuto legal (idem, 659). Este silogismo seria reforçado pela ecologia humana ao demonstrar que as sociedades camponesas e tribais têm sido hospedeiras em ecossistemas frágeis, pelo

que, se a comoditização do conhecimento científico ocidental é justificada por atender a um vasto interesse público, o conhecimento indígena merece protecção de propriedade intelectual por ser útil em áreas como a conservação da diversidade biológica ou identificação compostos vegetais farmacologicamente activos (idem).

Simultaneamente, a noção de que o conhecimento indígena sobre as plantas medicinais poderia ser a chave para a cura de doenças como o cancro ou a SIDA começou a ser popularizada (Alexiades 2009, 73), numa altura em que os cientistas farmacêuticos se envolviam quer na validação das plantas medicinais utilizadas na Medicina Tradicional, quer na pesquisa de novos medicamentos numa base de dados de material botânico cujo recurso tradicional atestava a segurança (Bhushan 2005, 114-118). Uma tal valorização do conhecimento tradicional pressupunha processos de validação, de mercantilização e até de politização que, ao oferecerem oportunidades para o seu fluxo, transmissão, incorporação e transformação, criavam, igualmente, espaços de cooperação e de conflito acerca dos diferentes tipos de conhecimento (Alexiades 2009, 68).

As potencialidades inerentes ao mercado global de medicamentos faziam prever que a sobreexploração das plantas medicinais, tradicionalmente com um baixo nível de recolha pelos curandeiros e povos indígenas para o mercado local, agravasse o risco de extinção perante a demanda da indústria ou para exportação (Timmermans 2003, 747). De facto, o aumento de vendas de remédios herbais amplificou a comercialização das plantas medicinais precipitando a colheita em larga escala em muitos dos países em desenvolvimento, propiciando o empobrecimento de várias comunidades bióticas em muitas áreas (Anyinam 1995, 324-325). Além da bioprospecção e sobreexploração, também a degradação do habitat e as alterações nos usos da terra que, consoante as características ecológicas das espécies, podem determinar a sua capacidade de sobrevivência e de recuperação relativamente aos níveis de extracção, poderiam contribuir para o declínio da disponibilidade de espécies florestais/espontâneas (Alexiades e Shanley 2004, 8-9).

Estas três circunstâncias – a bioprospecção e a sobreexploração aliadas às mudanças nos usos da terra – constituindo uma ameaça ao equilíbrio das espécies naturais, estiveram na base do estabelecimento, em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro, da Convenção para a Diversidade Biológica [CDB] e da relevância conferida desde então ao conceito de

biodiversidade. No seu artigo 8.º, a CDB estabelece que compete a cada parte contratante:

«Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas». (Alínea j), artigo 8.º)

No entanto, ao contemplar a preservação do conhecimento tradicional e a repartição equitativa dos benefícios (v. Hayden 2007), a CDB relançou a urgência em reconciliar o conhecimento local com os direitos de propriedade intelectual convencionais, como forma de proteger esse conhecimento da apropriação por interesses externos e garantir os devidos benefícios (Oguamanam 2004). O conceito de protecção da biodiversidade decorre, sobretudo, da necessidade de reenquadrar o tráfico internacional, gestão e exploração comercial da biodiversidade e do conhecimento tradicional na procura de novas drogas (Hayden 2007), como mecanismo de prevenção da biopirataria, entendida como a utilização do conhecimento ou do material genético sem o consentimento do seu detentor (Bhushan 2005, 15) ou a devida compensação (Timmersmans 2003, 746).

Portanto, quando a Organização Mundial de Saúde confere às *etnomedicinas* o estatuto de *medicina tradicional*, definindo-a como o conjunto de conhecimentos, competências e práticas baseadas em teorias, crenças e experiências indígenas de culturas diferentes, explicáveis ou não, utilizadas na manutenção da saúde, como na prevenção, diagnóstico, melhoria ou tratamento de doenças físicas e mentais (W.H.O. 2009), estabelece uma validação *a priori* da etnociência ligada à saúde e doença em simultâneo com a necessidade de a secundar de acordo com os critérios científicos do mundo ocidental. Esse trabalho de tradução ou de reconversão (v. Waldram 2000) reforça o silogismo central à questão da protecção dos direitos de propriedade intelectual (Brush 1993) e não se encontra dissociado da necessidade de protecção da biodiversidade, uma vez que a medicina tradicional envolve geralmente os recursos biológicos e o conhecimento das populações nativas e/ou curandeiros, relativamente ao seu uso terapêutico (Timmersmans 2003, 745).

Nesse sentido, atendendo ao potencial valor comercial do conhecimento e dos produtos derivados desse conhecimento, em 1994 a Organização Mundial para a Propriedade Intelectual [OMPI ou WIPO, no original] avançou com o *Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio* [TRIPS]. Ao impor padrões uniformes para a protecção da propriedade intelectual, este acordo veio acicatar a controvérsia relativa ao conhecimento tradicional, devido ao receio que a sua implementação pudesse acarretar um aumento de preço dos produtos farmacêuticos, reduzindo o acesso aos medicamentos modernos principalmente nos países em desenvolvimento (Timmermans 2003, 745).

Analisando os dilemas políticos relativos à propriedade intelectual e medicina tradicional, Timmermans (2003, 746) refere a exploração e apropriação dos recursos biológicos e genéticos e/ou conhecimento medicinal tradicional associado, sob os direitos de propriedade intelectual ocidentais, sem a aprovação ou consentimento dos seus detentores, nem compensação adequada. Acrescenta ainda esta autora, vários exemplos de patentes emitidas para investigadores ou companhias, após ligeira modificação dos recursos biológicos e/ou conhecimento tradicional, como as relacionadas com a *Azadirachta indica*,¹ as *Dioscoreas mexicana*, *floribunda* e *composita*,² *Phytolacca dodecandra*³ ou a *Piper methysticum*,⁴ que renovaram as preocupações dos países em desenvolvimento relativas à protecção do seu conhecimento e à prevenção da biopirataria e à repartição de benefícios derivados do seu conhecimento (idem). O artigo de Greene (2004) e respectivos comentários fornecem uma perspectiva acerca da contestação de patentes e da bioprospecção farmacêutica pelos povos indígenas.

A necessidade de clarificar a questão da propriedade dos recursos biológicos e conhecimento associado, acompanhou o interesse revelado pela indústria farmacêutica em adquirir e desenvolver medicamentos tradicionais, baseados em espécies promissoras que evidenciavam potencialidade para a descoberta de novas drogas (Timmermans 2003, 746). De acordo com Timmermans, o exemplo do desenvolvimento dos medicamentos anticancerígenos vincristina e vinblastina a partir da *Catharantus roseus*⁵ de Madagáscar, demonstrou a possibilidade de patentear produtos derivados do conhecimento tradicional e incentivou o interesse da indústria farmacêutica nas medicinas tradicionais.

Deste modo, ao tornar a concessão de patentes aos produtos farmacêuticos obrigatória por um período mínimo de 20 anos, o TRIPS aumentava o nível de

protecção dos medicamentos modernos (Timmermans 2003, 747), ao mesmo tempo que se revelava a dificuldade em enquadrar o conhecimento associado à medicina tradicional nos padrões convencionais dos direitos de propriedade intelectual (idem, 748). Como também nota Alexiades (2004, 292), o reconhecimento e validação do conhecimento tradicional implicam repensar os direitos de propriedade intelectual, uma vez que nas economias comunitárias, as inovações são frequentemente embebidas em alguma espécie de matriz social e como tal formam um tipo de «propriedade comunitária», enquanto nas economias de mercado, são consideradas como produtos da mente individual e, portanto, como forma de «propriedade individual».

Torna-se, portanto, necessário reconhecer a diversidade de conceitos acerca da propriedade do conhecimento e as respectivas estratégias. O conceito subjacente à legislação dos direitos de propriedade intelectual assenta na perspectiva moderna de que todo o conhecimento pertence ao domínio público, excepto o privatizado por aquela via legal, mas ainda assim contemplando a troca entre ambos os domínios: mesmo admitindo que o conhecimento protegido derive do conhecimento do domínio público e que expirado o período da protecção, o conhecimento privado passa a pertencer ao domínio público (Timmermans 2003, 749). Corresponde a uma abordagem *top-down* pela qual as agências nacionais e internacionais alargam os direitos aos grupos indígenas, atribuindo uma compensação indirecta para um fundo colectivo e tem sido aplicada nas discussões na área da agricultura, sendo um outro exemplo o praticado pela companhia farmacêutica americana *Shaman Internacional Inc.* ao prometer a retribuição de parte dos lucros de medicamentos parcialmente derivados do conhecimento indígena para um fundo geral para a conservação (Brush 1993, 662).

Um outro conceito de propriedade do conhecimento baseia-se no argumento de que as leis e práticas costumeiras constituem um mecanismo de protecção do conhecimento tradicional equiparável à legislação dos direitos de propriedade intelectual: embora não seja respeitado fora da comunidade, o *costume* restringe o acesso e o direito de terceiros utilizarem o conhecimento tradicional (Timmermans 2003, 749). A este respeito, acrescenta-se, por exemplo, que apesar do reconhecimento e formalização dos modos costumeiros de gestão das comunidades florestais por alguns governos, Charnley e Poe (2007, 303) referem a sua substituição pela burocracia estatal com consequências negativas para as populações locais. Inerente a este conceito encontra-se, então, uma abordagem *bottom-up* na qual serão os grupos indígenas a reclamar os seus direitos, independentemente das formas convencionais, podendo eles

próprios requerer as suas compensações através da venda de licenças para colheita de plantas ou para serem entrevistados por agricultores ou ervanários, ou ainda de acordos para partilha de lucros da utilização das plantas e conhecimento indígena (Brush 1993, 661).

Um terceiro conceito de propriedade do conhecimento enquadra os domínios individual, comunitário e público, reconhecendo que embora possa ser partilhado, existem variações no conhecimento que cada elemento dessa comunidade detém e que é possível que a criatividade individual acrescente novos conhecimentos, merecendo igualmente a devida compensação (Timmermans 2003, 749). A este conceito corresponde uma abordagem intermédia que permitiria a utilização das leis de propriedade intelectual existentes (patentes, direitos de autor, segredo comercial e protecção de variedade de plantas) pelos grupos indígenas, de que é exemplo, o acordo estipulado entre o National Cancer Institute dos Estados Unidos e os seus colectores de plantas e representantes dos povos indígenas que estipula que uma porção dos lucros da eventual produção de medicamentos anticancerígenos provenientes da recolha de plantas em áreas indígenas seja devolvida ao respectivo grupo (Brush 1993, 662).

Inerente à discussão em torno dos direitos de propriedade intelectual como forma de protecção do conhecimento tradicional, apresentam-se, igualmente, três axiomas sobre a problemática do conhecimento: a sua natureza pervasiva, o facto do conhecimento moderno ter por base o conhecimento tradicional e constituir um aspecto integral da humanidade (Bhushan 2005, 94-95). Este último axioma considera não ser possível reclamar propriedade sobre o conhecimento por não ser um bem comerciável, nem diminuir ao ser partilhado ou disseminado, mas antes pelo contrário aumentar, paradoxalmente, no processo de partilha e de distribuição (idem), integrando-o, portanto, na categoria dos bens comuns.

Ainda nesta perspectiva da protecção surge a questão dos direitos de autor aliada à necessidade de levantamento e registo do conhecimento tradicional relacionado com as aplicações terapêuticas de plantas medicinais e respectivos sistemas de medicina, no qual intervêm etnobiólogos, etnobotânicos, etnofarmacêuticos e antropólogos. Tratando-se de um conhecimento transmitido oralmente no seio das comunidades, instalou-se a preocupação com a sua documentação, através de inventários nacionais, como recomendado pela Organização Mundial de Saúde em 1978. Estes inventários pretendiam não apenas converter o conhecimento tradicional de acordo com os parâmetros da ciência hegemónica, como identificar os casos em que a

conservação e o cultivo eram necessários com base numa compreensão dos recursos naturais existentes utilizados com fins medicinais (Bhushan 2005, 14).

No entanto, como argumenta Agrawal (2002, 290), a construção de bases de dados, implica a *particularização*, ou seja, uma selecção do conhecimento indígena considerado útil de acordo com os critérios da ciência e isolamento do restante conhecimento, práticas, meio, contexto e crenças culturais em combinação com os quais existe. Esta dissociação do seu contexto social e reincorporação em novos cenários socioeconómicos, em regra, geográfica e culturalmente remotos, produz transformações no fluxo de conhecimento no seio da rede global, em termos do seu significado, papel e contexto no qual é produzido e reproduzido (Ellen, Parkes e Bicker 2000).

Além disso, como nota Timmermans (2003, 748-749), no processo de documentação e publicação, os forasteiros tornam esse conhecimento do domínio público, retirando os direitos aos seus detentores e diminuindo as suas possibilidades de receberem o justo retorno do seu contributo. Fabian (2012) refere-se ao modo como a posse do conhecimento tem vindo a constituir um dilema na antropologia, abordando esta questão e ampliando-a com a discussão acerca da «escrita da cultura» [*writing culture*]. Às decisões acerca do acesso e da propriedade da informação, acrescenta-se a necessidade de ter em conta que o modo de vida dos curandeiros tradicionais pode depender do segredo dos seus métodos de cura (Bhushan 2005, 14). Este debate encontra-se resumido, por exemplo, por Alexiades (2003) e Alexiades e Laird (2002) que discutem a metodologia e ética para recolha e preservação do conhecimento tradicional, propondo fundamentos para as relações equitativas estabelecidas na investigação relacionada com a biodiversidade.

Salientam ainda estes mesmos autores que muitas destas questões que se levantam na pesquisa da biodiversidade têm, desde há muito tempo, sido exploradas pelos antropólogos: a articulação entre agentes e processos locais e globais; a apropriação da cultura e do conhecimento cultural; as representações sociais ou as implicações da organização social em categorias como comunidade ou grupo étnico (Alexiades e Laird 2000, 12). Nesse sentido, quando os investigadores que trabalham no contexto da biodiversidade se deparam com os problemas levantados pelos conceitos de consentimento prévio informado, repartição equitativa de benefícios e noções de propriedade e posse dos conhecimentos e dos recursos, são essenciais as abordagens e ferramentas conceptuais da antropologia social e cultural, centrais a muitos destes assuntos (*idem*).

De acordo com Siebers (2004, 31-32), embora não existam diferenças ontológicas fundamentais entre os corpos de conhecimento a que se referem as categorias de conhecimento indígena e tecnologia moderna, o contexto cultural e as relações de poder nas quais os fluxos de conhecimento estão embebidos, distinguem uma pluralidade de influências de conhecimento, baseadas nas distinções e classificações que as próprias pessoas constroem e que permitem aceder às conotações de poder e cultura. A forma como em grupos específicos as pessoas lidam com esses fluxos, como gerem os diversos corpos de conhecimento envolvidos nas suas práticas organizacionais quotidianas é muito importante (idem), como demonstram, por exemplo, Wayland (2003) a propósito dos médicos de Saúde Pública na Amazônia em relação às plantas medicinais, Greene (2004) acerca das estratégias indígenas e a bioprospecção no Peru ou Kim (2007) a respeito do esforço de tradução da medicina coreana em linguagem científica.

As perspectivas aqui apresentadas resumem alguns dos aspectos da vasta problemática da protecção do conhecimento, a falta de consenso acerca dos assuntos da comensurabilidade de diferentes formas de conhecimento, da natureza da posse de práticas específicas indígenas, da pertinência da compensação e de como olhar para interacções transculturais que potencialmente ameaçam o conhecimento indígena (Agrawal 2002, 287). Contudo, demonstram essencialmente como as plantas medicinais, situando-se na interface de dois sistemas epistemológicos – conhecimento local e científico –, se prestam ao estudo antropológico das políticas de conhecimento (Wayland 2003, 483; v. Greene 2004), no contexto da gestão de recursos, da conservação da biodiversidade e também no desenvolvimento de terapêuticas na interface entre medicina tradicional e biotecnologia.

Reconhecida como codificada, regulada, ensinada de forma aberta, ampla e sistematicamente praticada desde longa data, a medicina tradicional é igualmente compreendida como sendo altamente secreta, mística e extremamente localizada com a transmissão oral do conhecimento sobre as suas práticas, podendo basear-se tanto nos sintomas físicos como nas forças sobrenaturais percebidas (Bhushan 2005, 32). Assim, tal como se discute a aplicabilidade do conhecimento indígena ambiental fora do seu contexto particular, atendendo à sua descontextualização e desagregação subsequentes à redescoberta, reificação e reinvenção do conhecimento tradicional (Alexiades 2009, 82), no campo da medicina e farmacêutica a questão assume outros contornos.

Analisando a controvérsia em torno dos ensaios clínicos para validação da medicina tibetana, Adams (2002) aponta as dificuldades no processo de adaptação dos sistemas tradicionais aos parâmetros científicos ocidentais quando estes últimos pressupõem categorias universais de diagnóstico, assumem a evidência dos dados empíricos como irrefutável e a possibilidade de reduzir os tratamentos a listas discretas de ingredientes activos isoláveis e passíveis de avaliação individual da sua eficiência. A tradução de categorias de doença acarreta um problema de epistemologia, uma vez que ao identificar abordagens únicas ao sofrimento corporal, modelos de anatomia e protocolos lógicos de tratamento diferentes, definem realidades empíricas diferentes em qualquer dos sentidos do compromisso prático com um universo matéria (Adams 2002, 670). Por sua vez, também os dados empíricos/evidências são interpretados de forma diferente, em consonância com as lógicas inerentes a cada um dos sistemas de conhecimento (idem, 672).

Este será um dos motivos pelos quais apesar de muitos extractos de plantas apresentarem uma variedade de efeitos farmacológicos [anti-inflamatórios, vasodilatadores, antimicrobianos, anticonvulsivos, sedativos ou antipiréticos], foram poucos os estudos de controlo randomizado levados a efeito para investigar o trabalho quotidiano dos praticantes que usam plantas com fins terapêuticos, registando-se a lacuna de patentes, relatórios científicos e ensaios clínicos para muitas doenças importantes, como a SIDA (Bhushan 2005, 45-46). Waldram (2000, 616) resume de forma clara o dilema: para que se possa aplicar um ensaio clínico controlado, é necessário remover a medicina tradicional do seu próprio contexto cultural, mas a avaliação *in situ* com os critérios dos ensaios clínicos controlados aplica um padrão que a biomedicina não aplica a si própria normalmente.

Deste modo, as distinções epistemológicas entre *cura* e *tratamento* [cure/healing] e entre as várias acepções de *doença* [disease/sickness/illness] permanecem centrais tanto na antropologia médica, como na problemática da definição da *eficácia* da medicina tradicional (Waldram 2000). Todas estas questões estão subjacentes à validação da medicina tradicional pela Organização Mundial de Saúde e dificultam o ambicionado processo de conversão de terapias extraídas desses sistemas tradicionais em produtos farmacêuticos industrializados.

Resultado da *particularização* já mencionada, Etkin (1988, 24) criticava a apresentação de dados botânicos e farmacológicos isolados dos seus contextos sociais na maior parte dos inventários etnobotânicos, ignorando as circunstâncias específicas e

contextos nos quais ocorre a utilização das plantas, como os dados relativo ao modo de preparação, dose, tipo e duração da aplicação e semelhantes. Referindo-se à utilidade do conceito de *eficácia*, globalmente definida como um indicador de algumas combinações de diminuição de sintomas, resolução do desconforto ou recuperação de saúde, a autora salienta que a eficácia nos usos medicinais das plantas depende das expectativas culturalmente definidas pelo paciente, curandeiro ou grupo social (idem, 25). Sendo culturalmente construída, a eficácia pode diferir consideravelmente entre a população e os indicadores semióticos, fisiológicos, sociais e outros podem ser variavelmente salientes, tornando-se necessário distinguir entre os critérios indígenas [locais/internos] e aqueles impostos do exterior, tipicamente conformes aos paradigmas da biomedicina ocidental (idem).

A natureza pervasiva do conhecimento – sujeito a apropriação, circulação e transformação – marcada pela adaptação a novos contextos de significância política, económica e social (Alexiades 2009, 82) faz, então, surgir outras questões. Dificilmente se acredita que, face aos contactos, variação, transformação, troca, comunicação e aprendizagem ao longo dos séculos, as formas de conhecimento indígena e ocidentais permaneçam mutuamente intocadas (Dove 2006, 195).

Por um lado, com a disseminação do conhecimento terapêutico tradicional no mercado da saúde, ocorreram vários fenómenos. Como nota Bhushan (2005), os herbolários e curandeiros das aldeias que procuravam nos seus arredores plantas para as suas curas, foram substituídos pelos mercados urbanos, pelas ervanárias e vendedores ambulantes que fornecem conselhos, plantas e preparados por si produzidos (v. Miles 1998). A *hibridização* de sistemas de conhecimento médico e terapêutico (v. Dove *et al.* 2007) resulta não só de uma resposta à procura de mercado, como da procura em enriquecer o conhecimento. Atendendo ao processo descrito de valorização do conhecimento e de aproximação entre sistemas (v. Quinlan e Quinlan 2007), a *biomedicalização* da medicina tradicional, com a incorporação e utilização da linguagem e tecnologia biomédica pelos praticantes tradicionais, é outro dos resultados da era pós-colonial de globalização (Waldram 2000). Ambos os fenómenos – hibridização e biomedicalização – contribuem para a erosão do conhecimento tradicional. Como dizia Sahlins (1997b, 136), «a defesa da tradição implica alguma consciência; a consciência da tradição implica alguma invenção; a invenção da tradição implica alguma tradição».

Por outro lado, ultrapassada a ameaça que a pressão desenvolvimentista fizesse desaparecer as culturas indígenas e o conhecimento popular e que os praticantes de etnomedicina estivessem em riscos de extinção (Anyinam 1995), seria a pressão da procura dos produtos associados à etnomedicina e ao conhecimento tradicional que determinaria uma nova ameaça. O crescimento do mercado de plantas medicinais – quer no meio urbano, nos circuitos internacionais, quer na indústria – transformou a colheita da flora espontânea num recurso económico para as comunidades rurais empobrecidas e, conseqüentemente, ao empobrecimento de várias comunidades bióticas em diversas áreas (idem). A perda de biodiversidade pela destruição do habitat e práticas de colheita insustentável, diminuindo a disponibilidade de um vasto leque de medicamentos para os «praticantes de saúde tradicional», implica, a longo prazo, a perda do conhecimento associado às espécies que desaparecem (Madimetja, Masoga e Mearns 2010, 231).

Uma vez que a etnomedicina depende dos ecossistemas locais para a sua farmacopeia e terapêutica (Anyinam 1995, 321) e que essa é uma relação simbiótica, a protecção do conhecimento na medicina tradicional passa, igualmente, pela protecção das comunidades bióticas que sustentam as terapias tradicionais, remetendo, novamente para a questão da sustentabilidade.

A partir do momento em que o conhecimento tradicional passa a ser encarado não como um obstáculo ao desenvolvimento, mas como conhecimento da gestão agrícola e ambiental e como desenvolvimento sustentável, baseado numa interacção natureza-sociedade apropriada à sua vida política e económica, sistema social, vida comunitária e estrutura social, tinha-se concedido um determinado sentido de preservação dos recursos (Gupta 2011, 60-62). A sobreexploração dos recursos, ameaçando o equilíbrio, a biodiversidade e o próprio conhecimento, vai ao encontro dos debates se as práticas indígenas podem ser enquadradas no conceito de conservação (Dove 2006, 197). Segundo Dove (idem, 198), tais discussões sugerem que qualquer divisão percebida entre *intenção* e *não-intenção* na gestão dos recursos, resultam mais de uma reflexão de diferença entre modernidade e pré-modernidade do que entre práticas conservacionistas ou não-conservacionistas.

Outro factor a registar é a falta de conhecimento acerca da colheita dos produtos florestais não lenhosos e das plantas medicinais, que permanece um sector marginal e pouco reconhecido ou indocumentado nas estatísticas oficiais. Como refere Hamilton (2004b, 1482), existe pouca consciência entre os decisores, quer a respeito da importância deste comércio para os cuidados de saúde e para as economias das

populações, quer relativamente aos problemas de insustentabilidade e do impacto da colheita selvagem nos habitats naturais. Charnley e Poe (2007, 317) acrescentam ainda a ausência de estudos sobre as consequências ecológicas da colheita de partes de plantas, como as raízes, os bolbos, a casca, resina ou ramos. Estes últimos autores sublinham a correlação entre o aumento da intensidade da colheita e a possibilidade de efeitos ecológicos negativos, na estrutura e dinâmica das populações de espécies.

Perante a ameaça de sobreexploração e da extinção das espécies e do conhecimento acerca delas, começam a surgir recomendações para que as espécies espontâneas fossem adaptadas a sistemas de cultivo (Schippman, Leaman e Cunningham 2006). Coloca-se novamente a questão do conhecimento, pela ausência de conhecimento em relação às taxas e práticas de colheita sustentável e a necessidade de identificar os benefícios e custos para a conservação para os diferentes sistemas de produção (idem). O cultivo de plantas medicinais, ao reduzir a extensão da colheita das populações selvagens também pode conduzir à degradação ambiental e perda de diversidade genética, para além da diminuição de incentivos à conservação das populações espontâneas (idem, 76). No entanto, em 2006 o número de espécies medicinais cultivadas para produção comercial não alcançava 1% do número total de plantas medicinais utilizadas a nível mundial (idem, 80).

Apesar de corresponder a uma melhor possibilidade de satisfação do mercado, uma das razões para que a percentagem de plantas cultivadas seja tão reduzida reside tanto no entendimento cultural que estas são qualitativamente inferiores aos espécimes colhidos na flora espontânea, como das evidências científicas que comprovam que os níveis de ingredientes activos podem ser bastante menores nos estoques cultivados, devido à ausência dos metabolitos secundários que as plantas encontram no seu ambiente natural sob condições particulares de *stress* e competição (idem, 80-81). Embora alguns valores possam ser deliberadamente aumentados nas plantas mediante condições controladas de cultivo, a domesticação dos recursos pela agricultura nem sempre é tecnicamente possível: muitas espécies são difíceis de cultivar devido a determinadas características biológicas ou requisitos ecológicos. Assim, a domesticação de espécies que são colhidas na vegetação espontânea implica não só um investimento substancial de capital, como muitos anos de investigação, exemplificada pelos autores com o estudo da produção agrícola da *Alchemilla alpina* que durou 12 anos a ser concluído com sucesso (idem, 81-82).

Estes factores fazem com que entre as espécies que podem ser comercializáveis com preços que tornem o investimento no cultivo lucrativo sejam poucas as que se encontram nas categorias mais elevadas de ameaça, uma vez que a viabilidade económica não qualifica para cultivo muitas das plantas medicinais em perigo de extinção (idem, 85). Atendendo a que os requisitos industriais para a estandardização encorajam um estreito leque genético no material a cultivar, a domesticação não contribuiu para a conservação da diversidade genética, por causa da selecção inerente ao processo (idem, 86).

Não obstante a colheita sustentável de populações selvagens de plantas medicinais constituir a melhor opção na prioridade de conservação, a possibilidade de produzir novo conhecimento sobre o mundo vegetal, nomeadamente, sobre o processo de domesticação de plantas medicinais com valor comercial, reintroduz a questão dos direitos de propriedade intelectual e industrial. Contornando a componente intangível que consiste na apropriação do conhecimento tradicional, a componente tangível do desenvolvimento de plantas medicinais – as próprias plantas ou os compostos químicos isolados – pode ser enquadrada em regimes de protecção (Overwalle 2006, 122).

As plantas medicinais cultivadas e produzidas de modo tradicional podem ser protegidas pelos direitos do produtor de plantas, com base na Convenção Internacional para a Protecção de Novas Variedades de Plantas [UPOV]⁶, assinada em 1961 e revista em 1991 (idem). Os *direitos do produtor de plantas* é um título legal que confere ao seu titular o direito exclusivo e a autorizar outros, para a produção de material reprodutivo da sua variedade de planta com o objectivo de comercialização e vender este material num território particular e por um determinado período (Overwalle 2006, 123). Contudo, esta protecção não abrange os métodos de produção que também não estão contemplados na protecção de patente.

A Convenção Europeia de Patentes [EPC], assinada em 1973, excluindo do seu campo de aplicação as variedades de plantas ou processos essencialmente biológicos para a produção de plantas ou animais, permite a aplicação de patente a processos microbiológicos ou produtos derivados, a substâncias químicas devidamente caracterizadas isoladas a partir de plantas medicinais, bem como aos métodos de isolamento, cultivo ou preparação dos compostos químicos (idem, 126). A legislação europeia de patentes oferece, então, protecção a produtos que englobam as plantas medicinais e substâncias químicas delas isoladas e aos processos compreendendo os métodos de transformação das plantas medicinais e para o isolamento das substâncias

químicas das plantas medicinais (idem). As plantas geneticamente modificadas, as células e sementes de plantas, desde que obedçam ao critério de novidade, invenção e aplicabilidade industrial, são patenteáveis, tal como o método de modificação (idem, 127).

Em suma, os produtos da biotecnologia são patenteáveis, mantendo-se as plantas espontâneas, enquanto produto da natureza, fora deste critério de protecção do conhecimento, mas antes enquadrado nos mecanismos de protecção da natureza. Por seu turno, o próprio conceito de protecção da natureza e da biodiversidade também sofreu alterações, considerando-se actualmente estar dependente da intervenção do homem (Albergaria 2006, 5), existindo autores que defendem que a biodiversidade evoluiu no contexto do uso humano baseando-se na evidência que as regiões com maior biodiversidade correspondem a regiões com maior diversidade cultural (Charnley e Poe 2007, 315; v. Vandebroek *et al.* 2011).

Deste modo, no início do século XXI, as *áreas protegidas* tornavam-se objecto de análise antropológica enquanto forma de ver, perceber e produzir *natureza* [ambiente] e *cultura* [sociedade] e como tentativas de gerir e controlar a relação entre ambos (West, Igoe e Brockington 2006, 251). Segundo os autores, este tipo de delimitação implica o distanciamento entre as populações e o ambiente e acarreta uma necessária mercantilização da biodiversidade e da natureza, tornando comercializáveis as manifestações tradicionais das populações autóctones e os seus conhecimentos e práticas ecológicas, fixados no passado em detrimento do seu actual entendimento e utilização do meio ambiente (idem).

No entanto, conclui-se que o conhecimento relativo à utilização das plantas está a desaparecer mais rapidamente do que as próprias plantas (Anyinam 1995, 323). Em 2007, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] oferecia uma solução abrangente para a *protecção do conhecimento tradicional* através da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Este documento viria contemplar nesta categoria os conhecimentos, saberes-fazeres, competências, práticas e representações desenvolvidas e perpetuadas pelas comunidades em interacção com o seu meio natural, incluindo, entre outros, os conhecimentos ecológicos tradicionais, os saberes autóctones, a etnobiologia, a etnobotânica, a etnozootologia, as farmacopeias e medicinas tradicionais. Os recursos de plantas selvagens e práticas associadas tornam-se símbolos de identidades locais enquanto formas de *herança cultural intangível*, percebidos como estando sob ameaça ou como

novos recursos para o crescimento económico local (Pardo-de-Santayana, Pieroni e Puri 2010).

A incerteza acerca do futuro dessas tradições, que já não são praticadas ou cujos recursos estão sob pressão devido à expansão e intensificação dos ambientes humanos, ditou a necessidade de reavaliação da herança cultural baseada nas plantas com a conservação e o uso da diversidade biocultural (idem). Interessa, então, registar e perceber os sistemas locais de conhecimento.

Em primeiro lugar, importa salientar que as diversas designações – *local*, *nativo*, *autóctone*, *indígena*, *técnico indígena*, *tradicional*, *tradicional ambiental*, *popular*, *ambiental*, *folclore*, *ciência do povo ou etnologia* (v. Gupta 2011, 59) – mais do que circunscrever o conhecimento de um grupo local de pessoas numa dada situação (Fischer 2004, 20) pretende sublinhar o seu carácter *não formal* por oposição aos sistemas de conhecimento científico ocidentais *hegemónicos* (Brush 1993). Segundo Brush (1993, 659) o conceito de *sistema de conhecimento* veio substituir o *conhecimento popular* como objecto de pesquisa antropológica por lhe estar mais inerente o sentido de estrutura e de utilidade. Mesmo podendo não ser tão abstracto como o conhecimento científico, é um conhecimento frequentemente concreto, sempre dinâmico, baseando-se fortemente na intuição e nas evidências directamente perceptíveis e na acumulação de experiências históricas, contendo teorias, conceitos, inter-relações, dados factuais e informação atributiva com elevado grau de precisão (Gupta 2011, 59).

Entende-se por *sistemas de conhecimento local* o conhecimento, crenças, tradições, práticas, instituições e mundovisões desenvolvidas e sustentadas por comunidades indígenas e locais que se acredita representar uma estratégia adaptativa ao ambiente no qual essas comunidades vivem (Vandebroek *et al.* 2011). Esta definição não difere substancialmente da definição de Reyes-Garcia (2010) para o *conhecimento tradicional* e *sistemas de conhecimento tradicional*, que utiliza para se referir ao conhecimento da dinâmica dos recursos e ecossistemas e práticas associadas de gestão existentes nas populações de comunidades que, numa base diária ao longo de um grande período de tempo, interagem com os ecossistemas para o seu benefício e vivência.

Tendo em conta que o conhecimento que faz parte do meu objecto de estudo se reporta a uma comunidade rural portuguesa, opto por designá-lo como *tradicional* quando se enquadra num conjunto de elaborações leigas de matriz tradicional, ou por *local*, sempre que apresenta especificidades culturais que resultam da interacção com o

meio envolvente. Por esse motivo e considerando que a classificação do *conhecimento* como *indígena* tem uma significação politico-geográfica própria, mas que em termos de conteúdo de análise, pode equiparar-se ao *conhecimento tradicional ou local*, recorro aos conceitos teóricos elaborados na perspectiva do indigenismo que possam corresponder ao contexto ocidental do conhecimento tradicional.

Deste modo, o conhecimento tradicional pode caracterizar-se de acordo com os seguintes parâmetros resumidos por Gupta com base em Ellen e Harris (1996) para o conhecimento indígena: 1) ser local ou específico de uma geografia particular, microambiente ou ecossistema, ou de uma comunidade vivendo perto da natureza; 2) oralmente transmitido; 3) resultando de experiências informais, de um conhecimento íntimo da natureza e da acumulação de raciocínios intelectuais de experiências de vida quotidiana testadas em laboratórios religiosos de sobrevivência por gerações sábias; 4) originado por interações e não ao nível individual; 5) mais empírico do que teórico ou abstracto; 6) funcional ou dinâmico e por isso constantemente em mudança, descoberta, perda e redescoberta sob novas formas; 7) culturalmente embebido sendo problemática a separação entre técnica e não-técnica, racional e irracional; 8) repetido ao longo do tempo; 9) segmentado em nichos sociais ou assimetricamente distribuído numa população, por género e idade; 10) partilhado por muitos e até pela ciência global (Gupta 2012, 381; v. Ellen e Harris 2000).

Ainda de acordo com Gupta, a vida da comunidade é construída em conjunto com os seguintes factores que são estruturantes na preservação do conhecimento nos seus domínios não adaptativos da cultura: uma parte intangível da cultura não-reflectiva de que fazem parte os valores culturais, normas sociais, modos populares, tabus e crenças tradicionais; uma parte não tangível mas reflectiva composta por informação, conhecimento e tecnologias tradicionais que constituem o conhecimento indígena [tradicional ou local]; o modo de comunicação formal e informal entre humanos, natureza e o sobrenatural; a rede formada entre agrofactors, artefactos, socifactors e mentefactors; e o sistema social tradicional não adaptativo e composto por diversas instituições (Gupta 2012, 381).

No que toca ao valor dos sistemas de conhecimento local para os cuidados de saúde globais, reconhece-se que têm vindo a ser demonstrados a diversos níveis – desde a providência de cuidados de saúde primários aos pobres rurais na ausência dos principais cuidados biomédicos, ao constituírem uma opção mais satisfatória para muitos migrantes transnacionais em comparação com os cuidados biomédicos ou como

forma de seleccionar espécies vegetais interessantes para a descoberta e desenvolvimento de novos fármacos (Vandebroek *et al.* 2011).

No entanto, a falta de novos medicamentos desenvolvidos pela pesquisa etnobotânica, a perda acelerada de espécies vegetais de valor medicinal, de ecossistemas e dos sistemas de conhecimento local associados, além das questões relativas à propriedade no uso de material genético e recursos bioquímicos, constituem desafios a esta abordagem (*idem*). Ainda assim, a pesquisa do conhecimento tradicional contribui teoricamente para a investigação etnofarmacológica, ao estudar as relações sociais que permitem a geração, manutenção, disseminação e devolução de traços culturais e inovações que incluem o conhecimento etnofarmacológico (Reyes-Garcia 2010).

Será ainda de salientar a distinção entre o conhecimento etnobotânico e as capacidades etnobotânicas. O primeiro é principalmente adquirido durante a infância, sendo mais fácil de adquirir, baseando-se numa memória cumulativa e exigindo relativamente poucas interações. A aquisição de capacidades ou competências etnobotânicas requer um maior investimento do aprendiz em tempo, um número elevado de observações directas e de repetição dentro de um contexto particular (*idem*).

Esta distinção explica a distância muitas vezes verificada entre o «saber sobre plantas» e o «saber fazer com plantas» (Frazão-Moreira, Carvalho e Martins 2007, 1) e que também pode ser considerado como *conhecimento tácito* (Kightley *et al.* 2013; v. Fischer 2004). Tradicionalmente, o conhecimento etnobotânico é adquirido informalmente, envolvendo relações sociais específicas e uma *ecologia perceptual*, uma vez que é um conhecimento baseado em sentimentos, consistindo em competências, sensibilidades e orientações que são desenvolvidos através de uma longa experiência de vida num ambiente particular (Ingold 2000). Enquanto «ontologia de envolvimento directo» (*idem*), personifica as formas tradicionais de viver e experimentar as paisagens naturais e seus recursos. Neste sentido, envolve a capacidade de localizar informações, compreender o seu significado no contexto de um trabalho de percepção directa com o nosso meio, explícita na paisagem e na incorporação de uma temporalidade social (*idem*).

Assim, como nota Ingold (2003), *conhecer* não é apenas possuir informação transmitida do passado, mas antes indissociável da actividade de vida do organismo-pessoa num ambiente que foi e continua a ser, por sua vez, modelado pelas actividades dos seus antecessores e contemporâneos. Ainda que não seja sempre aplicado na prática, é perpetuamente gerado (*idem*). Distinguindo entre as concepções *locais* e *modernas* do

conhecimento tradicional, o autor salienta o carácter *processual* do conhecimento na concepção local, gerado de forma contínua nos contextos do envolvimento prático com as componentes significantes do ambiente, por oposição ao carácter *substancial* da concepção moderna acerca do conhecimento tradicional, entendido sobretudo como a transmissão e memorização de informação que pode ser acedida e expressa na prática (idem).

Ao estabelecer-se a imagem de marca da aldeia de Vale da Trave como a «Terra das Ervanárias» enquadra-se, enquanto objecto de estudo, nas discussões enunciadas neste capítulo, atendendo à relação da sua constituição com a produção de conhecimento científico acerca de uma espécie autóctone de sálvia nas Serras D'Aire e Candeeiros com potencialidades para o desenvolvimento farmacológico na terapia da doença de Alzheimer e tendo por base a reivindicação de tradição na recolha de plantas e ervas utilizadas na medicina popular e na respectiva comercialização pela indústria local de produtos naturais.

Reconhecendo que o foco tradicional da antropologia no conhecimento sobre plantas, em conjunto com o desenvolvimento do interesse na conservação da biodiversidade em geral e em plantas com valor farmacêutico em particular, conduz ao interesse na concessão de direitos de propriedade intelectual dos povos indígenas sobre os recursos biogénéticos, orientados para o mercado (Dove 2006, 196), a «Terra das Ervanárias», enquanto imagem de marca, constitui a estratégia de protecção do conhecimento tradicional possível (Bhushan 2005, 96), como irei demonstrar ao longo dos próximos capítulos.

NOTAS

¹ Conhecida em Portugal como árvore de Nim, amargosa, lilás-da-índia ou sicómoro-bastardo.

² Espécie de inhame selvagem, explorado no México.

³ Segundo o *Jornal Literário e Instructivo*, «O Panorama», de 1842, esta espécie em Portugal seria conhecida como erva dos cachos da índia ou tintureira.

Cf. *O Panorama*, volume I, Segunda Série, n.º 53, de 31 de Dezembro de 1842, p. 420.

⁴ Conhecida por *kava-kava*.

⁵ Popularmente designada por vinca, em Portugal.

⁶ Esta Convenção é conhecida pelas iniciais da sua designação original em francês: Union pour la Protection des Obtentions Végétales.

III

Da Terra Comum e da Terra das Ervanárias

«Toda a história dos baldios é feita de lutas na defesa de direitos do povo contra interesses de variada ordem: económico, políticos, privados, etc. Entre sucessos e retrocessos, o legado dos baldios que, de geração em geração, chegou aos nossos dias assenta numa realidade completamente distinta da sua génese, o que conduz a uma encruzilhada.» (Programa das Jornadas «Novas Perspectivas para a Administração de Baldios, 2007)

A promoção de Vale da Trave como «Terra das Ervanárias», em 2008, resulta de um projecto estratégico para o desenvolvimento local promovido pela Assembleia de Compartes do Baldio do Vale da Trave, Casal de Além, Covão dos Porcos e Vale do Mar, reportando-se à tradição local de colheita de plantas espontâneas para venda a produtores de chás.



Imagem 1 - Placa afixada à entrada da povoação em 2008. (Foto de Maio de 2010).

De acordo com Serrão (1981), a origem dos baldios, enquanto bens comuns particulares, poderá remontar à época pré-romana, embora possa estar também associada às concessões foraleiras dos primeiros reis de Portugal, através das quais atribuíam terras comuns aos habitantes das povoações como um meio complementar de subsistência, consistente com as bases da economia feudal. Na carta de foral dada por D. Manuel I às vilas de Alcanede e Pernes, em 22 de Dezembro de 1514, consta que os maninhos serão doados

pelo sesmeiro da Ordem de Avis, pelo que a origem dos baldios desta região poderá remontar a esta época.

Perante as usurpações dos baldios pelos senhores feudais e pela burguesia rural e atendendo às conseqüentes reclamações populares, em 1521, as Ordenações Manuelinas estipulam o respeito pelos «terrenos destinados ao geral proveito dos moradores de lugares, nos pastos, criações e logramento de lenhas e madeira para as suas casas e lavouras» (PNVTC 2010, 8). Porém, entre os séculos XIV e XV, surgiam com frequência nas Cortes, questões relacionadas com a falta de madeira e de lenha, o excesso de terras coutadas e a alienação dos usos nos baldios (Devy-Vareta 1986, 20).

A crescente necessidade de combustível e de matéria-prima para edificações e, sobretudo, para as armadas reais e a marinha mercante, originaria, em 1565, a «Lei das Árvores», estabelecendo os «‘montes baldios’ dos termos» como áreas de arborização prioritária (idem, 29). Evidencia-se, portanto, que já entre os séculos XIV e XVI, a problemática dos baldios remetia para a necessidade do seu aproveitamento agrícola ou para florestação, enunciando as preocupações políticas que se viriam a desenvolver em torno deste tipo de propriedade e da sua utilização.

Segundo Hespanha (1980, 219-220), na concepção elaborada a partir do século XVI, o direito de propriedade é entendido como o complexo de todas as utilidades de uma coisa e dos correspondentes poderes de uso. Como referem Brandão e Rowland:

«Num contexto social desse tipo, o importante é saber-se quem pode utilizar e fruir de um certo objecto, dada a sua função socialmente determinada e dado o seu enquadramento no processo produtivo, e quem é ou pode vir a ser excluído desse uso e desse usufruto. Por isso, o importante é assegurar-se os direitos de fruição e de uso, uma vez que os direitos de cada um dispor dos bens fruídos se encontram extremamente coarctados pela multiplicidade dos direitos de uso constituídos sobre a mesma terra.» (Brandão e Rowland 1980, 181)

Assim sendo, não se reconhecia personalidade jurídica ao conjunto dos utentes de um baldio, delegando nos concelhos a regulamentação do uso dos baldios, o direito às receitas correspondentes e à alienação desses terrenos, salvaguardando o respectivo direito das populações ao aproveitamento económico directo (Bica 2003, 12-13).

Neste sentido, acompanhando o reforço do poder dos concelhos das vilas entre os séculos XIV e XVI (Estevão 1996, 30), a partir de 1602, as Ordenações Filipinas, facilitariam a passagem de terrenos baldios para a posse dos concelhos, processo que seria continuado com a legislação pombalina e de D. Maria I, na qual a propriedade dos baldios seria

frequentemente confundida com os bens do concelho (Serrão 1981, 281). Em 1766, o alvará régio de 23 de Julho, reconhecia os direitos dos concelhos sobre os baldios, autorizando-os a aliená-los mediante decisão favorável do Desembargo do Paço (Bica 2003,10). De acordo com Abel (1988, 342), a transição da posse e administração dos baldios, para «a pessoa moral que representa a comunidade» – concelhos ou municípios e juntas de paróquia – possibilitou a venda e arrendamento desses terrenos,¹ registando-se, na segunda metade do século XVIII, uma vaga de protestos das populações em oposição às diversas tentativas de reduzir às suas áreas comuns (Freire 2004, 193).

Como salienta Estêvão (1983), o baldio assumia um papel de relevo na agricultura de nível local, pois proporcionava o pasto e o mato para a cama do gado, que juntamente com o estrume constituía o fertilizante acessível ao camponês. Também acontecia serem utilizados para cultivo de centeio, recorrendo-se ao sistema de afolhamento após o arroteamento ou a queimadas. Era nestes terrenos comuns, que se obtinha lenha, madeira, carvão e mel (v. Brouwer 1995).

No final do século XVIII, o destino dos baldios e maninhos ainda alimentava as «tensões interclassistas» entre povos dos concelhos contra as aristocracias das câmaras (Hespanha 1980, 233-234), ao mesmo tempo que se assistia à gradual preferência pela forma de propriedade privada, por oposição à propriedade feudal e à propriedade comunitária, cada vez mais consideradas como um entrave ao desenvolvimento agrário (PNVTC 2010, 8).

Muito embora terrenos *maninhos* e *baldios* fossem frequente e convenientemente confundidos, Leite de Vasconcelos apresenta uma distinção interessante, atribuindo ao primeiro uma «significação física: terreno inculto» e ao segundo, um «significado sociológico: logradouro comum de certos povos, logradouro público» (Vasconcelos 1988, 518). No entanto, apesar de terem uma diferente significação sociocultural que justificava o modo como eram tradicionalmente utilizados os terrenos baldios, os interesses agro-florestais consideravam-nos desaproveitados e incultos de igual forma.

Assim, evidenciava-se uma tendência para a divisão dos baldios, consoante pudessem ser aproveitados para cultura arvense ou para prados (Serrão 1981), a par do aumento da apropriação privada de terras de uso comum (Castro 1980). Estas tendências indiciam que a terra deixava de ser considerada como «um meio de satisfação de necessidades directas» e começava a ser pensada como «um meio de produção» (Hespanha 1980, 227), pelo que as práticas agrícolas tradicionalmente associadas aos baldios começavam a ser vistas como inibidoras do progresso económico e agrícola (Estevão 1983).

Na transição entre os séculos XVIII e XIX, começa a notar-se a influência das doutrinas fisiocráticas² no pensamento económico português, reflectindo-se na proliferação de diversos estudos e trabalhos publicados nas *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa* que, ao considerarem os baldios como obstáculo ao desenvolvimento da agricultura, defendiam a transferência da sua propriedade (Castro 1980).

Segundo Castro (1980), esses autores apontavam os pastos comuns, baldios e terrenos próprios do concelho como causas da decadência agrária do Alentejo [Henriques da Silveira 1789], como prejudiciais à produção de gado lanar na indústria de lanifícios da Covilhã [Rodrigues da Silva 1803] e entrave ao desenvolvimento da agricultura por impedirem os afolhamentos [Mendes Trigoso 1815], sendo vários os que propunham a sua divisão e privatização para cultivo [Vila Nova Portugal 1790; Sá 1791; Araújo Travassos 1792].

O trabalho de Vila Nova Portugal (1790, 416) referia-se aos baldios de Ourém, que juntamente com «as mattas, pinhaes, terra inculta [...] occupaõ duas partes do território». Diz o autor que as populações «tem conservado hum uso livre destes terrenos, no que pertence a mattagens e pastos dos gados» e «impugnado que se altere este uso», concluindo que «tem sido, como em outras partes costuma suceder, huma inquietação entre os moradores, cada vez que se falla, sem se apropriar algum» (idem, 415-416). Apesar de alertar que a «cultura não só consiste em lavoiras, mas tambem em plantações de arvoredos silvestres», Vila Nova Portugal sugere o aumento de arvoredo para abundância de lenhas para fornecer as fábricas de Tomar e Torres Novas, destacando também a importância do comércio de madeiras (idem, 422). Tratando-se de uma área inserida na mesma região serrana, o panorama não deveria ser muito diferente em relação à freguesia de Alcanede.

Estas posições eram subsidiárias tanto da formulação de propriedade de Locke, em que a apropriação e criação de direitos sobre as terras comuns seriam justificáveis pela aplicação do trabalho à terra, no cultivo e melhoramentos fundiários (Brown 2007, 511), como das concepções de Quesnay subjacentes na teoria fisiocrática de que só a agricultura era produtiva (Castro 1980, 31).

Nesse sentido, começa a esboçar-se a necessidade não só de «conhecer perfeitamente as suas terras, o que produzem e as suas capacidades» (Castro 1980, 35), como de disciplinar a administração do território e redefinir os conceitos de propriedade. A partir de 1820, começa também a consolidar-se a concepção jurídica de propriedade em torno de «um direito absoluto, abstracto e privado ao livre uso, usufruto, disposição e mesmo de abuso (desde que isso não colida com as exigências do bem público) de objectos (materiais ou

imateriais) com a finalidade de prover à satisfação dos interesses subjectivamente definidos pelo seu possuidor» (Brandão e Rowland 1980, 179). No entanto, a lei dos forais de 1822, reconhecia ainda aos concelhos poderes de administração sobre os baldios (Bica 2003, 11), confirmando a existência de propriedade comunitária e contrariando alguns princípios liberais (CNVTC 2010).

Entretanto, instituída em 1824 com vista à gestão do património florestal do Estado, a Administração-Geral das Matas seria extinta em 1886, limitando-se o Plano de organização dos Serviços Florestais ao ordenamento das matas e florestação das serras e dunas (Devy-Vareta 2003). Reflectindo estes projectos de política agrícola e florestal, a reforma administrativa liberal iniciada pela Regência da Terceira, estabeleceria entre as competências das Juntas de Paróquia, criadas através do decreto n.º 25, de 26 de Novembro de 1830, a conservação e gestão do *comum* e dos terrenos baldios (v. Sá 1985, 211-212).³

Com o Liberalismo, defendia-se para os baldios uma linha fisiocrática, em que se propunha a sua divisão pelos vizinhos para cultivo, enquanto se passava a sua gestão para as Câmaras Municipais (PNVTC 2010, 9). Apesar da crescente possibilidade de privatização dos baldios denotava-se uma preocupação em manter estes meios comunais de subsistência receando, sobretudo, a revolta do povo (Hespanha 1980)⁴ já que se assistia a levantamentos de partes contra a apropriação dos baldios (v. Peixoto 1990, 337),⁵ principalmente no norte do país, onde a organização comunitária era mais vincada (Abel 1988, 314).

A resistência comunitária nortenha na defesa dos seus baldios é também reinterpretada noutros contextos geográficos pela orografia e pela economia local associada:

«Os baldios sobrevivem nas zonas montanhosas porque não foram apropriados. Nessas zonas, se as pessoas dividissem os baldios não chegava nem para o gado. Guardou-se esse direito nas zonas onde não havia agricultura. Os baldios ficaram resumidos às zonas montanhosas (distrito de Coimbra para cima), mais por força das aldeias serranas que subsistem da agro-pecuária e precisam deles para apascentar os gados.» (Luís Ferreira, Baldio de Vale da Trave)

No entanto, como notava Jorge Dias (1984), trata-se efectivamente de diferentes entendimentos de *comunitarismo* que é um conceito essencial e subjacente aos baldios e às práticas tradicionais que lhes estão associadas:

«Já no extremo ocidental, pela Serra de Aire (Porto de Mós), apesar de haver baldios, não existem rebanhos comuns, nem vestígios de vida comunal. Cada um pode pastar e apanhar lenha nos baldios, mas nada mais.» (Dias 1984, 16-17)

Contudo, a indefinição jurídica dos baldios na época liberal proporcionava situações em que alguns tribunais os consideravam passíveis de aquisição privada por usucapião, enquanto outros os associavam aos bens do domínio público (Bica 2003, 11).

Porém, a reforma de Mouzinho da Silveira, nomeadamente, o seu decreto n.º 12, de 18 de Abril de 1832 e Relatório, viria contrariar a «resistência colectiva dos povos à apropriação individual dos bens comunitários» (Abel 1988, 342). Analisando as repercussões deste decreto na propriedade rural, Brandão e Rowland salientam algumas incoerências:

«No caso particular dos terrenos subordinados a uma utilização colectiva pode ir-se ao ponto de considerar o que até aí eram direitos da colectividade como intrusões no direito de um certo indivíduo integrado na mesma — nomeadamente aquele que procedeu à vedação das suas terras—, ou de se considerarem os hábitos colectivos estribados nesses direitos como destruidores da riqueza ou obstáculos ao nascimento da mesma». (Brandão e Rowland 1980, 186)

Associada ao estabelecimento do direito de propriedade, surge a necessidade desse reconhecimento através do auto de aforamento, que documenta legalmente o «domínio útil sobre certo terreno a quem já anteriormente o possuía, ou a quem a ele acede por instituição nova do vínculo de posse» (idem, 188). Por outro lado, os termos desse processo formalizavam um duplo reconhecimento de posse, pois solicitar à Câmara a confirmação ou atribuição do direito de propriedade, implicava igualmente, reconhecer a sua soberania sobre os terrenos baldios (idem, 190). Importa também recordar que sendo as autarquias dominadas pelos «caciques locais», estes não resistiram à prática de actos de usurpação (Abel 1988, 342).

Para além destas implicações legais, estava também subjacente que a apropriação individual de «um terreno susceptível de várias utilizações socialmente determinadas» se viria a reflectir não só no «ordenamento colectivo do espaço físico» (Brandão e Rowland 1980, 191-192), como no social, atendendo à crescente valorização da propriedade da terra. Por esse motivo, como refere Estêvão (1983,1166) «os baldios desempenharam um papel fundamental (directa ou indirectamente) no aumento das áreas de cultura e correspondente acréscimo de produção agrícola no último quartel de Oitocentos». Ainda assim, vozes como a de Alexandre Herculano (1849) continuavam a levantar-se contra os baldios⁶.

De acordo com Estêvão (1983) a importância atribuída ao cultivo dos baldios na promoção e incremento da agricultura coaduna-se com a defesa dos direitos absolutos da propriedade privada. No entanto, segundo Bica (2003,11), a ligação dos baldios às autarquias locais e a sua competência para regulamentar o seu uso, seria reconhecida pela definição de coisas comuns, introduzida no Código Civil de 1867:

«São comuns as coisas naturais ou artificiais, não individualmente apropriadas, das quais só é permitido tirar proveito, guardados os regulamentos administrativos, aos indivíduos compreendidos em certa circunscrição administrativa, ou que fazem parte de certa corporação pública». (Bica 2003,13)

Apesar da oscilação quanto ao poder administrativo das paróquias, cujo estatuto de autarquia local havia sido retirado pelo decreto de 26 de Março de 1832, reposto pela lei de 25 de Abril de 1835 e novamente retirado pelo Código Administrativo de 1842 (Bica 2003), a propriedade dos baldios enquanto *coisas comuns* encontrava-se legalmente estabelecida. Contudo, em 1869, a Lei da Desamortização dos Baldios, viria incrementar o processo da sua alienação (Abel 1988; Estêvão 1983; Serrão 1981) com o conseqüente ressurgimento dos aforamentos. Reservando-se os logradouros comuns como espaços aproveitados pelas populações locais para pastos, matos e lenhas (Estêvão 1983), o espaço inculto dos baldios seria, então, destinado à florestação. Com o «reconhecimento, determinação e estudos dos terrenos cuja arborização é necessária e útil» (idem, 1177), efectuado pelo Instituto Geográfico em 1868 e com o esboço de regime florestal definido no Plano de Organização dos Serviços Florestais de 1886, a arborização das serras do Gerês e da Estrela em 1888 assinalaria uma das primeiras etapas de uma política florestal que, com a reorganização dos Serviços Florestais e Aquícolas em 1901, se centraria na florestação dos incultos (Estêvão 1983, Devy-Vareta 2003).

Deste modo, no terreno pouco pacífico dos baldios tornava a acender-se a discórdia, resultante do confronto entre a florestação enquanto «forma de afirmação de poder administrativo, económico e político» do Estado e a reprodução das comunidades de acordo com os seus usos tradicionais (Freire 2004, 193). Ou seja, no início do século XX dá-se o embate entre a autoridade científica do Estado e os usos tradicionais e ancestrais das povoações, traduzido na personificação dos Serviços Florestais como usurpadores dos baldios, cuja acção depararia com fortes resistências locais (Devy-Vareta 2003; Estêvão 1983; Freire 2004). Como refere Freire (2004, 193) o século XX será marcado pelo «continuado empenho do estado em ‘usurpar’ e ‘reflorestar’ os baldios».

Entretanto, prosseguiram as redefinições dos poderes autárquicos, alterando-se a designação do território das paróquias, novamente reconhecido no Código Administrativo de 1878, para Freguesia.⁷ Segundo Bica (2003), a administração dos baldios das suas povoações passou para a Freguesia, integrada no Município e ambas as instituições ficaram, desde 1918, autorizadas à divisão desses terrenos comuns mediante requerimento da maioria dos vizinhos⁸. Entre o final do século XIX e a 1.^a República, o Estado legislou a integração plena

dos baldios na organização administrativa portuguesa, redefinindo concelhos municipais, paróquias [freguesias] e lugares, distinguindo-se, então, os baldios paroquiais dos baldios municipais e possibilitando a alienação desses terrenos, em prejuízo das populações (ANEFA 2010; PNVTC 2010).

A estas mudanças de regime jurídico da propriedade fundiária não são alheias as duas tendências político-económicas que se delineiam no final de oitocentos: a da intensificação da produção agrícola orientada para uma economia de mercado e a de protecção de zonas frágeis do território, associada ao potencial económico do mercado de produtos florestais (Freire 2004; Rodrigues 1999).

Durante o período do Estado Novo, os baldios seriam alvo de especial atenção. Criada em 1925, a Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização, tinha conseguido a instalação da Colónia dos Milagres em baldios do concelho de Leiria no ano seguinte e em 1932, reconhecendo a existência de «extensas áreas de terrenos baldios susceptíveis de uma remuneradora exploração» e na impossibilidade de proceder ao seu cadastro nacional, obriga as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia ao envio da «relação dos terrenos baldios existentes, quer sejam ou não aproveitados como logradouro comum» para a elaboração de um inventário preliminar (Estêvão 1983, 1159). Ainda no mesmo ano, nomeia uma comissão para organizar um plano de estudos para o imediato aproveitamento dos baldios, suspendendo, entretanto, todos os processos de alienação dos baldios até à obtenção de resultados (idem, 1159-1160).

Perante as informações submetidas pelas autarquias locais, em 1933, a Divisão dos Baldios estimava que estes correspondessem a 140 000 hectares, incluindo as Ilhas. No final de 1936, terminado o reconhecimento dos baldios portugueses – para serem arborizados, servirem de logradouro comum dos povos, ou destinados à colonização – a Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização seria substituída pela, então criada, Junta de Colonização Interna [JCI], à qual se atribuíra, entre outras, a competência para:

«Efectuar o reconhecimento e estabelecer a reserva de terrenos baldios do Estado e dos corpos administrativos susceptíveis de aproveitamento para instalação de casais agrícolas, tendo em atenção a natureza dos terrenos, a sua extensão e as regalias dos povos no que respeita à sua actual fruição». (Estêvão 1983, 1162)

Ainda em 1936, surge o novo Código Administrativo, com um capítulo dedicado aos baldios, que embora mantivesse a distinção entre municipais e paroquiais, introduzia novas classificações baseadas na sua utilidade social e aptidão cultural. Passam, então, os baldios a

ser classificados como *indispensáveis* ou *dispensáveis* ao logradouro comum (podendo estes ser próprios ou impróprios para a cultura) ou, ainda como *arborizados* ou *destinados à arborização*.⁹

A partir de 1938, os baldios passam a estar subordinados à Lei do Povoamento Florestal que, com base no reconhecimento dos baldios ao norte do Tejo de 1935, pretendia proceder à arborização de 420 000 hectares de baldios que, assim revertiam para os Serviços Florestais, agrupados em perímetros florestais (idem, 1196). O perímetro florestal «constitui uma superfície de terreno baldio, mais ou menos contínua e destinada a arborização» (idem, 1179). Como seria de esperar e à semelhança do que já tinha acontecido com a arborização das serras do Gerês e de Manteigas em 1888-1889 (v. Estêvão 1983), o processo de florestação não seria pacífico, existindo inúmeros recursos e estratégias para criar obstáculos (v. Estêvão 1983; Freire 2004).

Passada uma década, em 1948, seria publicado pela Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas [DGSFA], o *Plano de Arborização da Serra d’Aire*, da autoria de Bernardino Barros Gomes. Incluindo o «Plano de arborização de 100 hectares da Serra de Aire no concelho de Torres Novas [...] em conformidade com o ofício da Direcção Geral do Comércio datado de 7 de Dezembro último [1867]», justifica-se a pertinência para a DGSFA do relatório de Barros Gomes dedicado à «Arborização dos terrenos pertencentes a municípios ou particulares»:

«As considerações de ordem económica que são feitas e os judiciosos comentários apresentados, por exemplo quando afirma que “O Governo poderá fundar com respeito de todos os interesses legítimos um domínio útil *onde hoje existe um comunismo ruinoso*” são igualmente de uma verdade indiscutível e de flagrante actualidade». (idem, 7; grifos do autor)

Retomando o trabalho de Vila Nova Portugal [1790] sobre os baldios de Ourém, Barros Gomes reportava as semelhanças acerca da propriedade comunal:

«Alguns destes fazem parte da região montanhosa a que pertence a Serra d’Aire, e como o autor descreve as condições de domínio em que elas se achavam no seu tempo, entrando na apreciação especial das diversas formas que ali assumia a propriedade comunal, [...] segundo o conjunto de informações que tomei as coisas a tal respeito estão hoje no mesmo pé em que estavam então para toda a região circunvisinha. Notei a mesma falta de clareza, os mesmos embaraços na definição do que ali se deve entender por terreno propriamente baldio, no sentido em que o autor o define, terreno de câmaras, terreno de paróquias. Sem delimitação alguma real os

terrenos comunais são usufruídos, o mais latitudinariamente que é possível, em tudo quanto respeita a matagem e pastos. A cultura que neles é permitida ou mesmo promovida por expressas disposições legais, como a da oliveira, por exemplo, não tira ao terreno, onde se exerce, a condição comunal, até a azeitona que nele cai desde logo assume esse carácter.» (idem, 14)

De referir que este foi o uso reportados pelos compartes do Baldio de Vale da Trave (v. Fernandes 1996, 110), embora constituindo uma forma de apropriação individual do espaço comum.

«Em relação aos baldios, cada qual tinha o seu bocado. Metia-se um tenção (tronco de oliveira) numa cova muito funda, na ideia do terreno ficar para a gente, mais tarde começavam a fazer o muro. Dava só um metro de terreno. Depois veio o fogo, queimou ou arrancaram para pôr animais.» (Maria Celeste)

«Quanto aos baldios, cada qual tinha o seu bocado, agora não. Todos tinham o seu talho com tenções. Sabiam usar. Agora não deixam ter, nem cortar lenha. [...] Os tenções eram os ramos das oliveiras, metiam na terra; pegavam e metiam oliveiras. Para lenha.» (Maria Hortência)

Esta prática de propagação de oliveiras recordada pelas interlocutoras seria bastante antiga, uma vez que se encontra descrita com termos idênticos, nos finais do século XVIII na região de Coimbra (v. Baptista 1789, 281). No caso dos baldios de Vale da Trave, constituía uma estratégia de demarcação das parcelas de cada comparte, como também constatava Barros Gomes:

«Relativamente a cultura das árvores, vê-se que o direito de plantar e semear arvoredo, e como o de o cercar alguns anos com muro ou sebe protectora, é reconhecido e exercido. Veem-se mesmo nas baixas da Serra de Aires [...] muitos destes cercados ou “cerrados” como ali lhe chamam, protegendo pequenos olivais ou pequenos pinhais dispersos pelos baldios. Alguns destes cerrados não deixam já de constituir apropriações definitivas.» (Gomes 1948, 14-15)

Quanto à exploração dos baldios propriamente dita, Barros Gomes sugeria a extinção num prazo de 10 anos de «todo o usufruto comunal em 2 ou 3 mil hectares da serra, coitando no primeiro ano 200 ou 300, no segundo outro tanto e assim sucessivamente», concedendo o «domínio desta parte da serra [...] ao menos nos 20 anos mais próximos» ao Estado (idem, 19). Defendia a aquisição gradual dos terrenos das câmaras pelo governo (200 a 300 hectares por ano), com «indeminização, às câmaras e paróquias interessadas no assumpto comunal que se for extinguido» (idem). Para esse efeito, deveriam ficar estipuladas:

«duas obrigações de utilidade e de equidade relativamente ao emprego deste dinheiro; em primeiro lugar, que todo ou parte dele dê entrada nos orçamentos de receitas das paróquias civis mais interessadas no usufruto da serra; em segundo lugar, que seja aplicado, todo ou parte à construção de designados caminhos vicinais ou municipais». (Gomes 1948, 19)

Preocupando-se em «poder satisfazer os interesses legítimos comunais, em lugar de lhes declarar injustamente a guerra em nome de uma legislação proibitiva», o plano apresentado por Barros Gomes procurava garantir que «o usufruto gratuito da serra será concedido muito gradualmente em usufruto gratuito de alguns quilómetros a mais de bons caminhos rurais» (idem, 19-20).

Assim, procurando conciliar vários interesses e apaziguar o difícil relacionamento com as populações, em 1954 surge uma nova lei pela qual se institui que os Serviços Florestais passarão também a prestar assistência a todos os «terrenos carecidos de beneficiação», prevendo a realização de um novo reconhecimento que possibilitasse a elaboração de planos de arborização para cada região e a identificação de terrenos cuja arborização constituísse «utilidade pública urgente» (Estêvão 1983). Inicia-se, então, o previsível conflito de interesses, como se adivinha pelo seguinte excerto do Projecto apresentado pelo Núcleo de Rio Maior, Turquel e Benedita:

«No entanto os baldios localizam-se junto de povoados muito pouco evoluídos, tão atrasados como as mais primitivas aldeias das Beiras e de Trás-os-Montes. [...] Primeira conclusão a tirar: só temporariamente a Serra poderá ter valor para os povos limítrofes como logradouro comum, tudo indicando que em prazo não muito dilatado seja completamente desprezada pelos seus habitantes e utentes.» (DGSFA 1962a, 11-12)

Os baldios da Serra dos Candeeiros (Rio Maior e Alcobaça) apenas seriam submetidos ao regime florestal em 1962 e os da Serra de Aire (Torres Novas, Alcanena e Vila Nova de Ourém), em 1964. Segundo Luís Ferreira, o Baldio de Vale da Trave, Casal de Além, Covão dos Porcos e Vale do Mar tem por base os baldios definidos no Perímetro Florestal de Alcanede, que apenas foi submetido ao regime florestal em 1963, pelo Decreto-Lei n.º 45 433, de 13 de Dezembro.

Nessa área total de dois mil hectares que reunia os baldios paroquiais e os baldios municipais do concelho de Santarém situados na freguesia de Alcanede sob o Perímetro Florestal, o Estado ficou encarregue da arborização, exploração e conservação dos povoamentos florestais, indemnizando os corpos administrativos pelos rendimentos perdidos

(como sugerira Barros Gomes em 1867) com 1000\$00 anuais. A exploração de pedreiras, uma das principais actividades económicas da região, ficava condicionada à aprovação prévia da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.

Por sua vez, aos «povos limítrofes» eram concedidas, além das serventias indispensáveis, as «regalias» da permissão para apascentar gados, roçar matos conforme as necessidades locais, sem prejuízo dos trabalhos de arborização, aproveitar águas e lenhas até seis milímetros de diâmetro e a prospecção de minérios em consonância com a legislação. Atentando nas *regalias* concedidas às populações, sobressai o impedimento de extrair lenha, que na prática, atendendo ao diâmetro estabelecido, como referiu Luís Ferreira «não passavam de uns galhinhos». No projecto de Barros Gomes de 1867, recuperado pela DGSFA em 1948, enunciava-se o valor económico dos matos da serra de Aire:

«Quanto aos matos o seu valor na serra ou é nulo ou muito pequeno. Nas terras baixas do concelho vale a carrada de mato na terra, livre para o dono deste, 1\$200 a 1\$600 reis. O peso da carrada é de 60 até 80 arrobas. O preço da roça anda por 600 rs a carrada; e o carreto, termo médio por 400 rs, tem-se pois o mato posto à parte por 2\$200 rs. Na serra tudo muda de figura. As carradas não podem ser de mais de 30 ou 40 arrobas. A condução para Torres Novas não custa menos de 800 rs a 1\$000 por carrada. Por este modo o valor do mato na serra ou se anula ou desce a um preço ínfimo, auferido pelo usufruto comunal.» (Gomes 1948, 16)

Contudo, para as populações locais os matos e lenhas assumiam maior valor possibilitando o aumento dos seus rendimentos e constituindo uma alternativa à falta de emprego nas fábricas locais e um complemento à actividade agrícola, conforme registam várias interlocutoras de Vale da Trave:

«Nos baldios cortavam os matos, roçavam os matos para a cama dos gados. Estava tudo mais cuidado. Tudo mudou há uns 40 ou 30 anos. Cortávamos lenha para a fábrica de telhas, que levávamos nos carros de bois. Depois deixou de haver isso, de fornecer para as fábricas. [...] As fábricas de telha já fecharam, as outras não queimam lenha. É tudo diferente.» (Graciete)

«Naquela altura apanhavam tudo quando queriam. Uma carrada de lenha, num carro de bois, para vender à cerâmica para fazer telha. Desciam dois quilómetros. No tempo em que eu era nova, eramos solteiros. O marido, quando era novo queria ter dinheiro mas o pai não lhe dava; em vez disso, aconselhou-o a juntar-se a uns primos, apanharem mato e irem vender às cerâmicas. Muitos, aos 15 ou 16 anos já arranjavam emprego nas cerâmicas.» (Maria Celeste)

Será de salientar que as populações iludiam o controlo estatal e persistiam nas suas práticas. O que permaneceu como marca desses tempos prévios à intervenção dos Serviços Florestais, numa espécie de contínuo que se confunde com a criação do Parque Natural no final dos anos 1970, foi o sentimento de que «a serra era do povo» como recorda uma interlocutora:

«Passava-se com as cabras; antigamente era na serra, hoje é nas fazendas. Havia mais rebanhos do que há hoje. Quando vieram os serviços florestais, os do Parque não deixavam as pessoas andar lá com os rebanhos, nem apanhar alecrim.» (Maria Celeste)

Segundo Freire (2004, 200) eram frequentes as críticas das autarquias locais à política florestal e ao Estado, por este não suportar efectivamente as suas atribuições relativas aos melhoramentos locais, estabelecidas como contrapartida da usurpação dos bens que possibilitavam o seu financiamento pelos Serviços Florestais. Refere a autora, que a prestação de serviços e benefícios por parte dos Serviços Florestais acabavam por promover a reprodução de formas tradicionais de dependência e clientelismo. Acrescenta ainda:

«O que atormentava a população era constatar que não só a expansão das árvores por iniciativa do Estado surgia associada à retirada às autarquias da posse jurídica dos baldios – subtraindo estes bens do controlo local -, como verificar que a proliferação dos ‘pinhos’ chocava com outras formas de explorar os recursos naturais, pondo em causa a segurança alimentar e económica das comunidades». (Freire 2004, 204)

Porém, outros problemas surgiriam com a introdução, em 1966, do novo Código Civil do qual desaparecera o conceito de «coisas comuns» (Estêvão 1983). Esvaziando-se a natureza jurídica dos baldios, estes poderiam ser tratados como *coisas públicas* ou como *coisas privadas* e nenhum dos conceitos era consistente com a natureza dos baldios, ficando, assim, ainda mais limitados os direitos dos vizinhos. Conforme nota Freire, ao suprimir gradualmente os baldios, o Estado Novo:

«Acabava com esses ‘estados quase independentes’ como eram consideradas as aldeias mais remotas, nas quais as decisões do conselho de vizinhos e o respeito pelo direito consuetudinário prevalecia sobre as leis do país. [...] A arborização não mudava apenas a cobertura vegetal do solo era também um meio para acabar com gente ‘primitiva’ e formas de vida ‘arcaicas’ e, como tal, era mais um instrumento de que o estado dispunha para reeducar o povo, fazendo surgir o ‘homem novo’.» (Freire 2004, 199)

No início dos anos 70 do século passado, tinham sido submetidos aos Serviços Florestais praticamente 500 000 hectares de baldios, cerca de 5% do território (Bica 2003, Estêvão 1983) e tal como observa Estêvão, a propriedade comunitária, em vez de ser convertida à propriedade privada, tinha-o sido à propriedade pública.

O problema da gestão dos recursos e da propriedade comum tinha também começado a merecer a atenção académica. Em 1968, popularizou-se o ensaio de Hardin – *The Tragedy of the Commons* –, que apresentava o acesso livre e desregulado aos recursos das propriedades comuns e a prevalência do egoísmo individual, como conduzindo necessariamente à sobreexploração desses recursos (Roberts e Emel, 1992). Para Hardin (1968), a lógica inerente aos bens comuns gerava uma tragédia sem remorsos, pelo que a propriedade comum deveria ser privatizada ou o seu acesso regulado pelas autoridades, com vista à protecção dos recursos comuns. Com o aumento da consciência global sobre a deflorestação, nos anos 70, a solução passava por proteger as florestas das populações locais, acusadas de serem responsáveis pela degradação dessas áreas (UNFF 2011).

Com a queda da ditadura em 1974, a questão dos baldios tornou-se tão relevante que a sua devolução aos seus legítimos utentes seria incluída no decreto-lei 203-C/75 de 25 de Abril, que aprovou as bases gerais para as medidas económicas de emergência (Bica 2003, 22). Tendo em conta a desarticulação da sociedade rural (Freire 2004) promovida pela política Estado Novo, eram muitos os apelos à devolução do controlo dos baldios às comunidades ou às autoridades municipais (Brouwer 1995). Os Serviços Florestais opunham-se fortemente à transferência dos baldios para os conselhos municipais, temendo a divisão desses bens comuns, o abate das zonas florestais e o final do reflorestamento, o que também poderia implicar a redução da área de floresta da sua intervenção para apenas 49 mil hectares. Por isso, convocaram um grupo de trabalho para a formulação de propostas que satisfizessem as necessidades locais, protegessem as florestas e os seus interesses, propondo que os baldios fossem mantidos enquanto unidade e devolvidos às comunidades aldeãs. Foi igualmente sugerido um aumento de menos de 25 para mais de 60 por cento na parte da receita bruta das vendas de madeira e outros produtos colhidos a reverter para as comunidades (Brouwer 1995).

Nesse sentido, seria aprovado o decreto-lei 39/76, de 19 de Janeiro que definia os baldios como «os terrenos comunitariamente usados e fruídos por moradores de determinada freguesia, ou freguesias, ou parte delas» e determinando no seu artigo 3.º:

«São devolvidos ao uso, fruição e administração dos respectivos compartes, nos termos do presente diploma, por cujas disposições passam a reger-se, os baldios

submetidos ao regime florestal e os reservados ao abrigo do nº 4 do artigo 173 do Decreto-lei nº 27.207 de 16 de Novembro de 1936 aos quais a Junta de Colonização Interna não tenha dado destino ou aproveitamento.» (cit. por Bica, 2003)

Tal devolução operava-se por força directa da lei, bastando a reunião da assembleia de compartes que a solicitasse para a tornar efectiva. Quanto ao problema da devolução dos baldios ou suas parcelas, apropriados por particulares, seria resolvido pelo decreto-lei 40/76.¹⁰

A importância dos baldios seria também reforçada com o reconhecimento, na Constituição da República, de 25 de Abril de 1976, da existência de «bens comunitários com posse útil e gestão das comunidades locais» (Bica 2003,16).¹¹ Deste modo, a legislação posterior a 25 de Abril de 1974 que regula os baldios, vai recuperar a natureza jurídica desses territórios comunitários instituída na Idade Média: a de *bens colectivos*. Porém, a inexistência desse conceito no ordenamento jurídico português e a já demonstrada resistência à sua introdução, fez com que ao longo dos tempos e consoante as ideologias políticas em vigor sobre o aproveitamento do território e dos seus recursos naturais, fossem considerados como bens ora do *domínio público* sob a administração das autarquias onde se situavam, ora do *domínio patrimonial* das mesmas autarquias (idem, 17).

Segundo Brouwer (1995), após a publicação desta lei, foram criadas 637 assembleias de compartes que reivindicaram os seus baldios aos Serviços Florestais e às autarquias. No entanto, o decreto-lei 39/76 estabelecia duas formas possíveis de administração dos baldios, a escolher pela assembleia de compartes:

- «a) Exclusivamente pelos compartes, através de um conselho directivo composto por cinco compartes eleitos pela assembleia;
- b) Em regime da associação entre os compartes e o Estado, através de um conselho directivo composto por quatro compartes eleitos pela assembleia e um representante do Ministério da Agricultura e Pescas». (cit. por Bica 2003)

Apesar das tensões anteriores, 84% das assembleias de compartes (Brouwer 1995) escolheram a modalidade de gestão da alínea b), mantendo o baldio «a ser efectivamente administrado pelo Estado, limitando-se os compartes a receber uma parte da receita líquida da sua exploração pelo Estado» (Bica 2003, 24). Nestes casos, a gestão do baldio era feita pelos Serviços Florestais, que entregavam aos compartes a respectiva parte das receitas da exploração desses terrenos, aplicada, geralmente, em benfeitorias nas suas aldeias (Bica 2003, Brouwer 1995, Devy-Vareta 2003).

Contudo, em 1995, apenas 132 dessas assembleias de compartes se mantinham operacionais e apenas um terço dos baldios, representando cerca de 141 mil hectares, eram administrados pelas comunidades locais (Brouwer 1995, Mayers e Bass 2004). Na verdade, não obstante a legislação, vários obstáculos se colocavam ao processo de recuperação dos baldios:

«A legislação e práticas anteriores a 25 de Abril de 1974 atribuíram poderes às autarquias locais sobre os baldios situados no seu território. Onde os baldios não apossados pelo Estado tinham árvores, a sua exploração económica era feita pela autarquia que era quase sempre a Freguesia. Nos casos em que a correspondente receita era significativa para o orçamento da Freguesia, houve forte resistência, pelos órgãos da Freguesia, à reunião da assembleia de compartes ao abrigo do decreto-lei 39/76 para que a devolução dos baldios se efectivasse. E, quando os baldios eram explorados pelo Estado e geravam receitas, 60% delas eram, nos termos do decreto-lei 39/76, entregues às autarquias onde se situavam até à sua devolução efectiva aos compartes. Outra razão está nas grandes alterações sociais e económicas ocorridas nas aldeias de serra, onde em regra se situam os baldios, a partir da década de 1950. A sua população foi fortemente reduzida pela emigração e os rendimentos dos seus habitantes passaram a depender cada vez menos da agricultura e da criação de gado. Em consequência em várias aldeias não houve grande interesse em recuperar a gestão do baldio, que continuou a ser gerido pelo Estado ou pela Freguesia». (Bica 2003, 24)

Paradoxalmente, como nota Rodrigues (1999, 7): «Os baldios são devolvidos aos povos, mas os povos já não são os mesmos». Com a emigração e o êxodo rural, romperam-se as funções dos baldios e foram-se extinguindo as práticas tradicionais comunitárias que tinham nos montes e baldios um complemento indissociável da actividade agro-pecuária (Rodrigues 1999, Devy-Vareta 2003, Lopes 2007). Diluíram-se «as relações ancestrais dos usos e terras comunitários» (Devy-Vareta 2003, 452) e evidencia-se «uma dupla desarticulação: entre a sociedade e a propriedade comunitária e entre a ocupação do baldio e o sistema de utilização da terra» (Rodrigues 1999, 7). Este será um ponto a reter, cujas repercussões no caso do Baldio de Vale da Trave retomarei mais adiante.

Nesse sentido, compreende-se o inesperado desinteresse pela reivindicação dos direitos de propriedade comunitária, uma vez que, como refere Blomley (2002), os direitos de propriedade requerem uma contínua reiteração, pois a propriedade também deve agenciada em espaços materiais e pessoas reais, incluindo os proprietários e aqueles que estão a ser excluídos dessa propriedade (cit. por Brown 2007, 512). E nesse terá sido nesse complexo

processo de distanciamento, entre as práticas e os lugares, como bem me frisou Luís Ferreira, que «a memória do povo foi apagada».

Mas para além disso, é preciso ter em conta que também se alterara o contributo dos baldios para a economia local, passando do fornecimento de terra e recursos suplementares para os agricultores locais, para o fornecimento industrial a nível nacional (Mayers e Bass 2004). Como refere Bica:

«A evolução técnica, nomeadamente quanto aos meios de transporte, possibilitou a extracção de novas utilidades do baldio com significativo peso económico. Actualmente a extracção de pedra, em regra por cessão de exploração, é uma significativa fonte de rendimento em alguns baldios. Outras utilidades dos baldios são a produção de energia eléctrica em minihídricas e em geradores eólicos, a captação de água para venda embalada e a instalação de antenas receptoras e emisoras de comunicações por ondas electromagnéticas e outras. A fruição destas utilidades é em regra feita por cessão de exploração e está a ganhar peso económico crescente na exploração do baldio.» (Bica 2003, 33)

Deste modo, a gestão dos baldios requeria agora, não a regulação do acesso aos pastos e matos, mas a organização de concursos, a obtenção de bons preços, a negociação de concessões com diversos agentes e o investimento dos lucros em benefício da comunidade (Brouwer 1995).

Atendendo ao potencial económico dos baldios, entre 1976 e 1993, foram apresentados no Parlamento, 17 projectos visando, directa ou indirectamente, a dissolução das assembleias de compartes e a transferência dos seus poderes administrativos para as autarquias locais (Brouwer 1995). Consequentemente, os decretos-lei 39/76 e 40/76 viriam a ser revogados pela lei 68/93 de 4 de Setembro, que ainda se encontra em vigor.

É neste profundo contexto de mudança que se enquadram as origens do Baldio de Vale da Trave. Não obstante a problemática dos conceitos de propriedade e de exploração dos recursos naturais das áreas comunais, tanto a nível dos debates teóricos, como das políticas adoptadas ao longo do tempo, a população local ia conseguindo gerir de forma pacífica o seu acesso aos recursos dos terrenos comunitários, de acordo com a tradição. Usava-se os baldios para colher matos, ervas e lenha, cada qual tinha o seu bocado com *tenções*, como referiram as interlocutoras.

Porém, as interdições relativas ao pastoreio e toda a conjuntura socioeconómica dos anos 60/70 do século passado ditaram o declínio da agricultura, com alterações na estrutura sociocultural de uma comunidade afectada por vagas de emigração para os Estados Unidos da

América, Brasil, França, Suíça, Alemanha, Islândia e Angola. Logo, a lei que permitia a devolução dos baldios não teve reflexos imediatos: a questão da propriedade não constituía uma ameaça à comunidade que, apesar de diminuída pela emigração e êxodo rural, mantinha o mesmo tipo de relações espaciais com o ambiente (Giordano 2003, 365).

A partir de meados dos anos 80, delineiam-se novas oportunidades económicas que viriam agitar a problemática dos baldios:

«A actividade de extracção de inertes, se bem que tradicional na área do PNSAC, conheceu um aumento significativo a partir dos meados dos anos 80, devido à conjugação de vários factores favoráveis: um período de expansão económica com fortes efeitos no dinamismo do sector da construção civil; alterações tecnológicas que permitem a extracção de pedra com menor recurso aos explosivos o que se adapta às características da fracturação dos maciços existentes; uma alteração do gosto dos clientes que permitiu aos calcários sedimentares competir com os mármore; a introdução do sistema de financiamento com as características do *leasing*, muito bem adaptado a situações de expansão da actividade, em que os equipamentos podem ser pagos à medida que as vendas se realizam. Esta situação, se contribuiu para fixação da população, tem efeitos significativos de conservação, nomeadamente quanto ao património geológico e geomorfológico e à vegetação.» (PNSAC/ICN 2007)

De salientar ainda, a referência à «elevada pressão deste tipo de actividade sobre o território» (PNSAC/ICN 2007). De 342 processos existentes, registavam-se 165 pedreiras em laboração, sobressaindo Alcanede como a freguesia com maior número de pedreiras de rocha ornamental. Terá sido esta a pedra de toque para o início da disputa pelos baldios:

«Em 1989, houve um presidente da Junta de Freguesia que na sequência de um levantamento muito exaustivo aos baldios de Alcanede, aproveitou-se da documentação e registou os baldios em usucapião na conservatória. Isto porque em 1989/90 houve um ‘boom’ das pedreiras e havia interesses; os compartes viram máquinas nas pedreiras e as pessoas que tinham interesses económicos sentiram-se ameaçadas. Os terrenos estavam em nome da Junta de Freguesia de Alcanede. Então, constituíram uma assembleia de compartes e com o Decreto-Lei/93 vieram pedir a reparação da situação. [...]. Puseram uma acção em tribunal, à semelhança do que ocorreu no resto do país. Do tribunal passou para a Relação de Évora e depois para o Supremo Tribunal.» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave).

Portanto, a questão dos baldios da freguesia de Alcanede apenas assumiu novos contornos quando se tornaram visíveis alterações nos usos tradicionais, relacionados com a

exploração das pedreiras, a potencialidade económica face à expansão da construção civil e a propriedade dos terrenos. Quando o domínio do recurso em causa colidiu com os direitos de domínio dos seus utilizadores (Giordano 2003, 369), houve uma reacção ao reordenamento legal, moral e material das terras comuns, demonstrando a relação entre propriedade, moralidade e materialidade apontada por Brown (2007).

Dito de outra forma, somente quando as populações se sentiram lesadas no acesso aos benefícios económicos da exploração dos recursos que tinham como comunitários e cuja propriedade tinha sido legalmente usurpada, mas sem o correspondente reconhecimento de autoridade moral (Brown 2007), é que foi constituída uma Assembleia de Compartes dos Baldios de Valverde, Pé da Pedreira, Barreirinhas e Murteira. A versão do seu Presidente não difere muito da registada junto de Luís Ferreira do Baldio de Vale da Trave (v. Sousa 2006).

No fundo, a questão dos baldios passou a ser uma questão de *poder local*, entre duas estruturas politicamente diferentes – a junta de freguesia e a assembleia de compartes – reflectindo a dinâmica do reconhecimento mútuo quer do poder, quer da propriedade.¹² Como referem Roberts e Emel (1992, 263), a propriedade de recursos fixos e os sistemas de produção baseados nesses recursos criam uma confluência de interesses entre classes e facções no apoio a tais sistemas de produção. Serão essas *coerências estruturadas* que formam a base para uma política ubíqua de localidade. Segundo os mesmos autores, o problema da gestão dos recursos humanos desloca-se da gestão das substâncias biofísicas em si, para uma luta política de organização de alianças e de apropriação de valor de lucro no seio de uma paisagem dinâmica de recursos naturais (idem).

Essa luta política torna-se evidente quando se atenta nos contornos assumidos no que se refere aos baldios e à junta de freguesia de Alcanede, como dá conta Luís Ferreira:

«De 1989 para cá “aquele lado” [*referência aos Baldios de Valverde, Pé da Pedreira, Barreirinhas e Murteira*] como tinha poder económico tentou criar uma freguesia com toda a população da serra, incluindo Vale da Trave. [...] Mas a sede de freguesia proposta não era central. Estas pessoas [*referência ao Baldio de Vale da Trave, Casal de Além, Covão dos Porcos e Vale do Mar*] não quiseram entrar no projecto porque a sede da freguesia ficava mais longe. Tinham um mapa em acordo para a freguesia do Alecrim, da serra do Alecrim. Neste processo eles não conseguiram entender-se e o Projecto-Lei não foi avante. [...] Depois começou uma luta do povo contra a Junta de Freguesia: tudo o que a Junta de Freguesia propusesse, eles contrariavam. Era uma guerra porque as propostas da Junta de Freguesia eram encaradas como uma forma de se apropriarem das terras.» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

Na realidade, o primeiro Projecto de Lei (Nº 271/V – 1988) para a criação da freguesia do Alecrim, é anterior ao registo dos terrenos baldios pela Junta de Freguesia cuja escritura data de 1989, o que reforça a intensidade da relação entre a propriedade dos baldios e o poder político. Assim, no final dos anos 1980, a comunidade de Vale da Trave encontrava-se no meio de uma disputa não só pela propriedade dos terrenos baldios, como pela redefinição de territórios locais e correspondentes poderes administrativos, a que não seriam alheios outros processos de zonamento em curso. Tendo em conta que serão os processos cartográficos de mapeamento que, inscrevendo um lugar em registos oficiais, desvendam o espaço tornando-o acessível a todos (Frake 2008, 445), torna-se relevante verificar que em meados do século passado era ainda escasso o conhecimento topográfico desta região (v. Martins 1949, 18-19), contrastando com o interesse suscitado a partir de 1970/1980.

Importa, então, recordar que, embora em 1979 tenha sido criado o Parque Natural das Serras de Aire e de Candeeiros [Decreto-Lei n.º 118/79, de 4 de Maio], o seu plano de ordenamento e regulamento apenas estariam concluídos em 1988 [Portaria 21/88 de 12 de Janeiro]. Neste sentido, a questão política dos mapeamentos e delimitações, propriedade e domínio sobre os recursos e a sua gestão assume um carácter mais amplo, até porque a intervenção estatal era caracterizada por interdições e restrições às actividades da população local, com vista à protecção dos recursos naturais.

Contudo, na transição dos anos 1980/1990, o Relatório Brundtlandt [1987] e a Conferência Mundial sobre o Ambiente [1992] marcaram, segundo Alexiades (2003,16) uma mudança de paradigma, reposicionando e unificando as agendas do *desenvolvimento económico* e da *conservação dos recursos naturais* que até então eram construídas como opostas. De acordo com o autor, apesar das tensões, a *sustentabilidade* tornou-se um importante conceito organizador para o *desenvolvimento*, privilegiando pelo menos em princípio, as formas locais de conhecimento, organização e de acção (idem, 17). Consequentemente, os trabalhos publicados por Elinor Ostrom (1990, 1998, 1999, 2000; Ostrom *et al.* 1992, 1994, 1999) sobre a problemática dos *bens comuns*, iriam gradualmente contribuindo para uma diferente atitude em relação à economia dos baldios.¹³

Por outro lado, durante os anos 1990, em grande parte devido à Convenção para a Diversidade Biológica [ONU 1992], surgem novas abordagens científicas acerca do valor da flora e das relações que as populações humanas estabelecem com o mundo vegetal, acompanhada por diferentes ideologias de preservação do espaço natural, a que não são alheias a *bioprospecção* e a *biopirataria*. Entre as iniciativas desenvolvidas para a

preservação da biodiversidade surge, em Maio de 1992, a Directiva 92/43/CEE do Conselho que estabelece a obrigação de preservar os habitats e espécies classificadas como de interesse comunitário,¹⁴ reposicionando as *comunidades locais* no seio do conceito mais vasto de *comunidade europeia*.

Esta Directiva sobre os Habitats veio complementar a Directiva sobre as Aves¹⁵ de 1979 e promover o mapeamento de *zonas especiais de conservação* que, após identificação pelos respectivos Estados-Membros, constituiriam uma *rede europeia de sítios protegidos*, conhecida por Rede Natura 2000. No seu artigo 13.º, proibia-se não só a recolha, colheita, corte, desenraizamento ou destruição intencional em qualquer das fases do seu ciclo biológico, das plantas em causa na sua área de repartição natural, como a detenção, transporte, troca, oferta ou comercialização dos referidos espécimes colhidos no meio natural. Quando, em 1997, foi elaborada a Proposta de Sítio de Rede Natura para as serras de Aire e Candeeiros, sugeria-se que «as populações (humanas) locais sejam incentivadas a cultivar, pelos processos adequados, as plantas que habitualmente colhem para serem utilizadas como medicinais, aromáticas ou ornamentais» (Santo 1997). Ainda assim, a colheita de espécies vegetais ameaçadas permanece como um dos factores de ameaça estabelecidos no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para o Sítio Serras de Aire e Candeeiros, criado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 76/00 de 5 de Julho.

* * *

No lugar de Vale da Trave, a colheita da flora espontânea para comercialização constituía uma actividade tradicional que complementava os rendimentos das famílias locais. De tal forma que a história da empresa ervanária local remonta aos anos 1940, quando Celeste da Conceição Santos começou a colher as plantas que cresciam espontaneamente nas serras de Aire e Candeeiros, fazia a sua secagem, limpeza e armazenagem, para depois as vender à Antiga Ervanária da Anunciada de Lisboa. Colhia principalmente alecrim e orégãos que eram vendidos a um angariador. Como o nome indica, o *angariador* era o intermediário que angariava as plantas junto das populações locais para revenda a unidades de transformação e/ou comercialização de maior dimensão de negócio. Com a sua capacidade empreendedora, começou também ela a comprar ervas e plantas de outras mulheres e a vender directamente. Nos anos 1960, o negócio de Celeste da Conceição Santos florescia, incluindo o seu genro Américo Paixão Duarte e fornecendo grandes quantidades de folha de alecrim a um exportador em Lisboa e outro no Porto. A colheita de alecrim mobilizava praticamente toda a

população de Vale da Trave (e arredores) que desta maneira obtinha rendimentos extraordinários ao trabalho agrícola.

«A população toda apanhava, toda a gente apanhava [*ervas*]. Ia tudo para a serra. Os meus pais com os filhos de 6 e 2 anos, saiam de casa às 5 da manhã. O meu pai fazia 10 contos em 3 meses. Duas pessoas das cinco da manhã até à noite na serra!» (Maria Alice)

«O primeiro dinheiro que vi em contos de reis, dois contos em notas da rainha, foi do alecrim.» (Maria Hortência)

Entretanto, em 1990, Américo Duarte Paixão e sua esposa Maria Celeste Santos, filha e genro de Celeste da Conceição Santos, de Vale da Trave, adquirem a Antiga Ervanária da Anunciada, em Lisboa, na sequência de serem os seus principais fornecedores de plantas aromáticas e medicinais e, como tal, os principais credores.

Entre 1994 e 1996, uma equipa da Escola Superior Agrária de Santarém, liderada pela Engenheira Natália Gaspar, efectuou um trabalho de «prospecção das plantas mais usadas na região de Santarém com utilização medicinal» (Mendes *et al.* 1999), sendo Vale da Trave uma das localidades contempladas nos inquéritos realizados. O mesmo trabalho só viria a ser considerado como Etnobotânica, poucos anos depois (Gaspar *et al.* 2003), na sequência de acções de formação e reuniões científicas promovidas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro a partir de 2000 que procuraram «criar um corpus científico nacional que promova os estudos de etnobotânica e de botânica económica em Portugal» (Carvalho 2006, 50). Paralelamente, o Instituto da Conservação da Natureza [ICN] iniciou o projecto «Plantas Aromáticas e/ou Medicinais na Rede Nacional de Áreas Protegidas» que seria desenvolvido entre 1999 e 2004 (Camejo-Rodrigues *et al.* 2003, 199).

Compreende-se, assim, que no início do século XXI plantas medicinais, conservação e propriedade constituíssem temas que atraíam a atenção de múltiplos intervenientes, mobilizando diversas instâncias de mapeamento e delimitação, de propriedade e domínio sobre os recursos e a sua gestão. Por esse motivo, assinala-se como o primeiro momento importante para o Baldio de Vale da Trave, Casal de Além, Covão dos Porcos e Vale do Mar, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que, em Outubro de 2005, declarou nula a escritura de justificação notarial de 9 de Fevereiro de 1989, atribuindo a posse dos terrenos baldios à junta de Freguesia de Alcanede. Embora não tivesse ainda sido constituído, esta disposição legal veio devolver os baldios à comunidade. Na sequência dessa decisão judicial,

em Junho de 2006, a Junta de Freguesia de Alcanede apresentou aos habitantes dos lugares de Vale da Trave a sua proposta para a administração dos terrenos baldios.

«Em 2006, a propósito de um contrato de arrendamento para parque eólico (em Março, Maio?), a Junta de Freguesia de Alcanede veio ao Vale da Trave fazer a alteração ao contrato porque os terrenos já não eram da sua posse, mas apenas a gestão dos baldios. [...] Colocaram os editais a convocar a reunião para administrarem os terrenos baldios do Vale da Trave que não estão incluídos no outro.» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

Começa a denotar-se o papel decisivo que Luís Ferreira viria a ter no processo de constituição da assembleia de partes de Vale da Trave, destacando-se o potencial do seu capital cultural e social (Bourdieu 1979, 1980). Licenciado em Gestão do Território e do Património Cultural, Ramo de Ambiente e Planeamento, Luís Ferreira ingressou em 1987, nos quadros da função pública na carreira de Vigilante da Natureza no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, adquirindo conhecimento e experiência nas áreas do ambiente, desenvolvendo trabalhos nestes domínios dentro, colaborando com diversos organismos e ONG's de Defesa do Ambiente. À data das entrevistas realizadas, exercia funções de Técnico Superior do ICNB no Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Litoral de Lisboa e Oeste. Compreende-se, assim, a possibilidade de intervenção demonstrada:

«Fizeram a reunião no dia 11 de Junho de 2006: as pessoas começaram a fazer perguntas. [...] As pessoas entendiam que, como a Junta de Freguesia tinha perdido no outro lado, queria ir para ali fazer o que não conseguiram lá. Depois isso gerava inveja no outro lado. Essa passava a ser a motivação e gerava guerra entre as populações. Cada parte queria servir de exemplo para mostrar à outra. As pessoas não sabiam o que estava ali a ser discutido. Estavam 23 pessoas na reunião e começaram a fazer perguntas. Na proposta da Junta de Freguesia 50% das receitas revertiam para a terra. Mas 50% do quê? O que é que lá há? Quantas pedreiras são?» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

Luís Ferreira partilhou uma apresentação multimédia, onde tinha os pontos-chave da lei, como podia ser gerido, quais os benefícios para a população. Tinha conseguido, com base num estudo de impacto ambiental de pedreira de calçada, fazer uma estimativa do rendimento das pedreiras: apontava para um mínimo de receitas de 75 mil euros, que podiam chegar aos 200 mil euros. Se não quisessem constituir uma assembleia de partes a gestão era transitória: ao fim de 10 anos era declarado o abandono judicial dos baldios e podia ser apropriado.

«Isto gerou confusão; ficaram esclarecidos os interesses económicos que a Junta de Freguesia queria administrar, mas a Junta desconhecia os contractos existentes. Se administrassem correctamente os baldios sabiam informar as pessoas. No meio do processo, o que propus foi que se a Junta de Freguesia não queria administrar os terrenos baldios porque desconhecia a lei, administrem vocês». (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

Ficou, então, anunciado no dia 11 de Junho de 2006, o fim da gestão e da administração dos baldios pela Junta de Freguesia de Alcanede. Uma das principais alterações introduzidas pela lei 68/93 de 4 de Setembro [Lei dos Baldios] diz respeito à reunião da assembleia de compartes que deparava muitas vezes com a resistência das autarquias. Conforme refere Bica (2003), um dos obstáculos para a realização da primeira reunião da assembleia de compartes, residia precisamente nessa identificação ou recenseamento dos compartes. Nesse sentido, a Lei dos Baldios de 1993, veio não só definir que a «assembleia de compartes é convocada nos termos consuetudinariamente estabelecidos e, na falta de uso e costume, por editais afixados nos locais do estilo», como atribuir a iniciativa do recenseamento dos compartes, que «identifica e regista os moradores da comunidade local com direitos sobre o baldio», à assembleia convocada para esse efeito¹⁶ ou, na sua ausência, por «grupos de 10 membros da comunidade local usualmente reconhecidos como compartes» (Art.º 33.º).

Reuniram-se os compartes de Vale da Trave em assembleia e foi colocada a hipótese de ser a Junta de Freguesia a administrar os terrenos na condição, desde que prestasse contas. «Não perceberam a gestão autónoma», explica Luís Ferreira. Recorde-se que a «memória do povo foi apagada» e o que estava agora implícito na gestão dos «novos» recursos do baldio. No dia 24 de Junho a Assembleia de Compartes constituiu a mesa – Luís Ferreira, Manuel João Louro, Henrique Cordeiro e Lucília Louro – lembraram a situação à Junta de Freguesia: «se administrassem nessas condições não havia problema nenhum, se a Junta de Freguesia administrasse mais politicamente do que tecnicamente» (Luís Ferreira). A situação foi resolvida em consonância com os usos comunitários, através de uma votação realizada a 14 de Julho: «se o povo queria administrar os baldios ou se ficava a Junta de Freguesia».

Atendendo a que a Lei dos Baldios estipulava que as «comunidades locais organizam-se, para o exercício dos actos de representação, disposição, gestão e fiscalização relativos aos correspondentes baldios, através de uma assembleia de compartes, um conselho directivo e uma comissão de fiscalização», foi apresentada uma lista para a eleição dos órgãos do Conselho Directivo. «As pessoas votaram na gestão dos baldios pelo Conselho Directivo»

e a partir dessa data, a Assembleia de Compartes do Baldio de Vale da Trave, Casal de Além, Covão dos Porcos e Vale do Mar assumiu a gestão autónoma dos terrenos baldios.

Segundo Luís Ferreira, o «trabalho nessa primeira fase era de acreditação, organização; era muito importante a afirmação interna e a afirmação externa: existir». Através dos dados do estudo de impacto ambiental, Luís Ferreira fez o levantamento das pedreiras e nesse ano enviaram cartas aos exploradores por causa dos contractos de cessão. Tiveram conversações com a Junta de Freguesia a solicitar, de acordo com a lei, o acerto de contas e a transferência da gestão. Ainda sem saber o montante das receitas a receber, quando a Misericórdia e os Bombeiros de Alcanede fizeram um peditório para um lar e para a sede, o Baldio de Vale da Trave contribuiu com a doação de 5 mil euros a cada uma das instituições. Ao contrário dos vizinhos pretendiam mostrar-se integrados com Alcanede.

«Queríamos contribuir, ajudar a Junta de Freguesia, as instituições de Alcanede, no interesse dos lugares: a Misericórdia e os Bombeiros servem as populações do baldio. Isto foi como que uma estratégia de aproximação à Junta de Freguesia, mostrando que pretendíamos trabalhar em conjunto com a Junta de Freguesia.» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

De acordo com Bica, as receitas provenientes da exploração dos baldios são, «em regra, destinadas à valorização do baldio, a obras de utilidade geral para a comunidade local, à entrega à Freguesia ou ao Município para a construção ou reparação de determinada obra pública de interesse para a comunidade local, à entrega a entidades de fins não lucrativos com actividades consideradas de interesse para a comunidade local» (Bica 2003, 34).

Entretanto, os compartes de Vale da Trave depararam-se com outro problema. Em 2005, no âmbito da Lei de Bases da Política Florestal [Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto], procurando «dinamizar a constituição de explorações florestais com dimensão que possibilite ganhos de eficiência na sua gestão, através de incentivos ao agrupamento de explorações, ao emparcelamento de propriedades e à desincentivação do seu fraccionamento», são criadas as *zonas de intervenção florestal* [ZIF]. Estas são «áreas territoriais contínuas e delimitadas constituídas maioritariamente por espaços florestais, submetidas a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e geridas por uma única entidade» (Art. 1.º).

Em Setembro de 2006, os vizinhos compartes do Baldio de Valverde pensam em criar uma ZIF e promovem uma consulta pública. Surge pela primeira vez a questão de quais os limites cartográficos da Assembleia de Compartes de Vale da Trave, pois duzentos

hectares dos seus baldios estavam incluídos nesse mapa. Tiveram, então, de envidar esforços para inviabilizar esse processo, ao mesmo tempo que retiravam outros dividendos:

«No processo da ZIF demonstrámos que não estávamos nem pelos outros compartes contra as entidades (Junta de Freguesia), nem pelas entidades contra o outro baldio. Que estávamos dispostos a defender os interesses de Vale da Trave.» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

Nessa altura, constataram que também o mapa do Projecto de Lei¹⁷ para a criação da Junta de Freguesia da Serra do Alecrim incluía terrenos do baldio, pelo que instauraram um processo pela defesa dos seus limites que ainda estava a decorrer em 2010 e que terá sido resolvido por um acordo entre os dois Baldios em 2014.

«Os cálculos indicam que os terrenos de Vale da Trave sejam cerca de 1200 hectares incluindo a propriedade privada. Os limites correspondem a uma área de interesse como se fosse uma freguesia. A área de influência da Assembleia de Compartes abarca os baldios e os privados: são 700 hectares de terrenos baldios, definidos pelo cadastro de 1964; alguns são apropriados pelas pessoas, mas são áreas defendidas pelo povo.» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

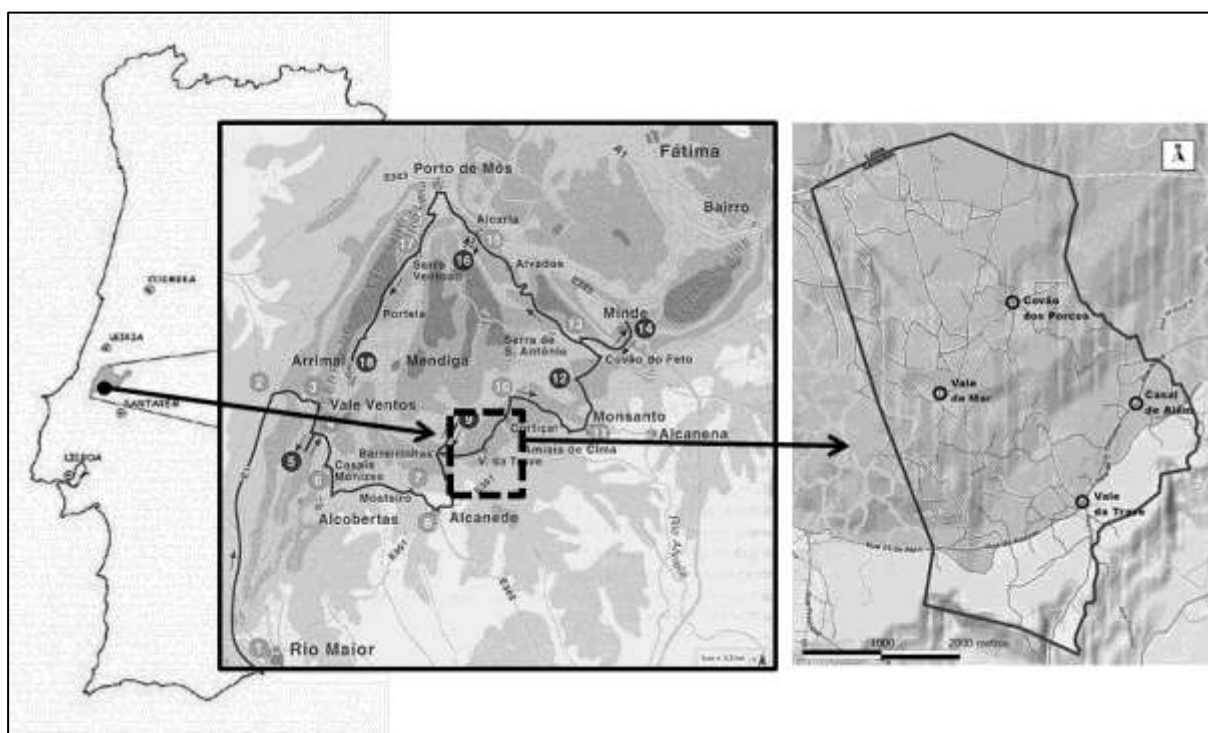


Imagem 2 – Localização do PNSAC e mapa do Baldio de Vale da Trave, conforme acordo de 2014.
(Adaptado de <http://www.icnf.pt/> e de <http://baldiodovaledatrave.blogspot.pt/>)

No início de 2007, a Junta de Freguesia cedeu os contractos de cessão e foram enviados os ofícios aos exploradores, dando conhecimento da posse e gestão dos baldios pela

Assembleia de Compartes do Baldio de Vale da Trave. No mesmo ano, houve a discussão pública de um estudo de impacto ambiental de uma pedreira, «assente em propostas sem dar cavaco a quem administrava os terrenos (a Junta de Freguesia e a Assembleia de Compartes)» (Luís Ferreira). Contestaram o estudo: «propunham áreas de exploração de inertes e exploração de pedreiras, sem pedir a intervenção de quem administrava os terrenos» (Luís Ferreira). Entretanto, receberam o ofício da Autoridade Florestal, reconhecendo o baldio de Vale da Trave como mais uma unidade de baldio. Em 2007, planearam as *Jornadas sobre Baldios: Novas Perspectivas para os Baldios*. Pensaram em convidar pessoas de renome nacional e reconhecidas a nível local e regional, para o reconhecimento da organização do Baldio.

«Como precisávamos de nos afirmar – ninguém nos conhecia, não existíamos como organização, não tínhamos peso político nem eleitoral (como os vizinhos com 800 compartes); o que tínhamos era credibilidade, capacidade de apoiar as instituições, de travar processos como o das ZIF, que era conduzido pelo Governo Civil (que quando a Câmara Municipal não é da mesma cor, funciona como oposição), havia um jogo político. [...] Tínhamos dado nas vistas pelos bons exemplos e pela capacidade de saber utilizar o poder de argumentação e legal. [...] Vieram dois juristas, o Dr. Manuel Rodrigues e o Dr. António Bica, a directora da Direcção-Geral de Florestas, um responsável técnico do PNSAC, um responsável da ANIMAR, que é uma associação de desenvolvimento local de nível nacional, a Baladi e a Assembleia de Compartes de Vale da Trave. O debate teve a presença do Governador Civil. [...] Nas nossas jornadas, os especialistas em baldios diziam que em 30 anos de trabalho com baldios nunca tinham assistido a reuniões onde estivessem presentes presidentes de juntas de freguesias. Ali estavam quatro! [...] Ganhámos visibilidade local e regional, a partir desse debate nas jornadas; foi um bom investimento estratégico. Foi aí que se concluiu que era necessário criar uma imagem de marca para o Baldio, para valorizar os recursos endógenos. E surgiu a Terra das Ervanárias. (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

Conforme referiam Mayers e Bass (2004), a sobrevivência dos baldios portugueses depende, agora, da diversificação dos seus usos, tais como a exploração de mineração, de água mineral, a agricultura de ‘nichos’ de alta qualidade e ecoturismo, implicando o estabelecimento de parcerias que exigem novos arranjos institucionais, recurso a tecnologias de produção e sistemas de informação.

«A partir daí, decidimos centralizar o desenvolvimento em três eixos. O actual passa por estabelecer contractos e arrendamentos para obter recursos financeiros para investimentos com um determinado nível de risco: fazer novos investimentos na área das plantas. Criar uma região demarcada de plantas: o alecrim daqui é diferente do alecrim de Marrocos. Criar sinergias: a comercialização desses produtos, utilizando as ervanárias. Potenciar uma agricultura com novas formas, novas produções, rentabilizar os recursos por via da formação ou profissionalização. O Américo Duarte Paixão é um dos nossos parceiros, também se tem interessado.» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)



Imagem 3 - Placa assinalando terrenos do Baldio do Vale da Trave (Foto de Maio de 2010).

Este parceiro é um dos proprietários da Américo Duarte Paixão, Lda. [ADP], empresa de importação e exportação de plantas medicinais, sediada na Rua do Alecrim em Vale da Trave, cuja origem remonta ao empreendedorismo da colectora e angariadora Celeste da Conceição Santos. Em 2006, perante «o renovado interesse pela Fitoterapia, em Portugal, assim como o estudo científico das Plantas Mediciniais, com um aumento da investigação nesta área de Saúde, colocou-se em prática [...] a reestruturação e modernização da empresa», modificando as infra-estruturas e implementando o HACCP (Hazard Analysis Critical Points), atingindo a sua Certificação de Qualidade.¹⁸ Actualmente, a ADP vende milhares de toneladas de plantas medicinais das quais, mais de 100 toneladas vêm das Serras de Aire e Candeeiros.¹⁹

Em 2008, foi tornado público que um estudo conduzido por investigadores portugueses desde 1992 revelou potencialidades da aplicação de extractos de uma espécie autóctone de sálvia (*Salvia sclareoides*) na inibição de duas enzimas envolvidas na patologia de Alzheimer. De acordo com os investigadores responsáveis – Jorge Justino, da Escola Superior Agrária de Santarém e Amélia Pilar Rauter, da Faculdade de Ciências da

Universidade de Lisboa – a acção dos extractos desta espécie de sálvia permite controlar a progressão da doença de Alzheimer, sendo a relação entre o baixo custo, a actividade biológica relevante e ausência de toxicidade os factores mais importantes desta descoberta.

Na sequência desse estudo, encontrava-se em curso um projecto de investigação²⁰ relativo ao estudo da produção agronómica de espécies de Sálvia com o objectivo de avaliar os seus constituintes para o controlo da doença de Alzheimer. Saliente-se que na sequência do conhecimento e das pesquisas desenvolvidas nesta área, desde 2008 que a Escola Superior Agrária de Santarém oferece um plano de estudos de Mestrado em Produção de Plantas Mediciniais e para Fins Industriais.²¹

«Chegámos a fazer um protocolo com a ESA; existe o protocolo, falta formalizar. Pretendemos ter um espaço e receber os estagiários. Precisamos de um secador e destilador, mas precisamos de fazer obras essenciais. Pretendemos ter articulação com o ensino superior, com os estudos científicos.» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

Começa a entender-se o projecto «Terra das Ervanárias» como estratégico na definição da utilização dos baldios, «porque envolve Farmácia, Ensino Superior e a Etnobotânica», como referiu Luís Ferreira, não esquecendo uma actividade tradicional de colheita de flora espontânea para comercialização e a empresa local que se desenvolveu a partir dessa actividade.

A Lei dos Baldios introduziu a necessidade de elaboração de um plano de utilização [PUB], que deverá ter «por objectivo a programação da utilização racional dos recursos efectivos e potenciais do baldio, tendo em conta critérios de coordenação e de valia social, económica e ambiental, não só a nível local, mas também regional e nacional» (Bica 2003, 35). No entanto, uma vez que a utilização dos terrenos baldios pode ter implicações a nível do ordenamento do território e da defesa do ambiente, pressupunha-se a colaboração das entidades administrativas que superintendem essas áreas na elaboração dos planos de utilização. Esse documento tem de ser apresentado à Autoridade Florestal para análise e tem sido alvo de diversas reclamações.

Em 2008, foi criada a Comissão Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários, «com a missão de elaborar o Programa Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários (PNVTC)». Esse Plano foi apresentado à discussão pública entre 17 de Maio e 15 de Julho de 2010 e embora possa ser encarado como uma tentativa de resposta às exigências dos Baldios, na prática tem sido visto como uma estratégia para encontrar

formas de tributação sobre os baldios, a escusas de se proceder à regulamentação da Lei dos Baldios.

«Discutiu-se o decreto regulamentar à Lei 68/93: o objectivo desse decreto regulamentar era definir o que é menos explícito na lei. Os baldios, sendo públicos, os cenários resultavam na falta de fiscalização e transparência na administração e utilização. Tratava-se de regularizar os gastos dos dinheiros. Os baldios, não sendo públicos, eram desrespeitados, eram usurpados e abusados; a gestão não tinha controlo sobre o território. Ou seja, a lei não resolvia o problema dos rendimentos e essas receitas não significavam que eram bem administrados. [...] Há a preocupação de tributação; as Juntas de Freguesia e a AF exercem essa função de fiscalização. Devem exercer.» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

A versão preliminar do PNVTC retoma um dos problemas apresentados na V Conferência dos Baldios [2006], mas que na realidade é uma questão bastante mais antiga e que não se encontra ainda resolvida: a falta de informação sobre a área dos baldios por parte das entidades que os gerem. Sobressai o comentário sobre a ausência de um cadastro geométrico da propriedade rústica, para todos os tipos de propriedade e a inexistência de um cadastro específico dos baldios, sendo a única informação com alguma exactidão a referente a áreas de baldios submetidas a Regime Florestal (CNVTC 2010).

De registar a persistência da situação de gestão dos baldios por Juntas de Freguesia sem qualquer delegação, decorrente da dificuldade de localmente surgirem dinâmicas que levem à instituição dos baldios mas também, em muitos casos, da resistência das próprias autarquias, favorecida, como já foi referido, «pelo facto do diploma de 1976 confiar às Juntas o recenseamento dos compartes que depois se podiam constituir em assembleia e instituir o baldio» (CNVTC 2010, 31). Como me explicou Luís Ferreira:

«Os baldios passaram a ter rendimentos que as freguesias não têm. Eles [*referência ao Baldio de Valverde*] recebem 365 mil euros de rendas, com esses contratos eólicos, receitas do engarrafamento de águas, da instalação de torres de comunicação da PT e dos telemóveis. Existe troca de informação, existem processos a decorrer, os baldios têm mais receitas do que as aldeias. As autarquias fecham as torneiras e as aldeias valem-se do que têm. As assembleias de compartes vieram ‘roubar’ o dinheiro dos baldios. A Junta de Freguesia de Alcanede é a única que não ficou com a gestão de baldios; só tinha de gastar 50% das receitas com a terra! Os baldios tornaram-se áreas muito apetecidas.» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

Essa apetência pelos baldios traduz-se, por exemplo, em tentativas de tributação por parte de algumas Direcções de Finanças, entre as quais se encontra a de Santarém. Em 2010, aquele organismo terá notificado a Assembleia de Compartes dos Baldios de Valverde, Pé da Pedreira, Barreirinhas e Murteira para proceder à identificação das pedreiras inscritas em prédios sob sua gestão para efeitos de inscrição matricial. Situando-se as pedreiras em terrenos baldios, qualificados como prédios rústicos pelos Serviços de Finanças e Cadastrais e como tal reconhecidos judicialmente, passaram a ser consideradas como prédios urbanos para efeitos de cobrança de Imposto Municipal sobre Imóveis. Consequentemente, a Direcção de Finanças de Santarém instaurou àquela Assembleia de Compartes mais de 100 processos de contra-ordenação e processos de execução fiscal contra a Assembleia de Compartes para cobrança coerciva de milhares de euros.

Recorde-se que, como já foi mencionado, as Assembleias de Compartes aplicam as receitas da exploração dos seus baldios a fins de interesse público, na melhoria de infra-estruturas e em equipamentos sociais, concorrendo com as Juntas de Freguesia ou complementando a acção destas (Brouwer 1995; Devy-Vareta 2003; PNVTC 2010). No caso do Baldio de Vale da Trave, uma das obras realizadas em 2009 foi um furo comunitário:²²

«Pela primeira vez em muitos anos, as hortas andam todas verdes. Havia falta de água. Mas agora as pessoas usam o furo, vão lá abastecer e ficam à espera, mas são incapazes de limpar as ervas que crescem à volta. Essa foi uma das obras de melhoramento. Fizemos um levantamento das construções necessárias, e fizemos construções legais.» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

A esse propósito, refira-se que no relatório preliminar para a 9.^a Sessão do Fórum das Florestas das Nações Unidas [UNFF], que se realizou em 2011 com o tema *UNFF9: Forests for People, Livelihoods and Poverty Eradication*, os baldios portugueses são citados como exemplo das conclusões de Ostrom e Agrawal sobre os direitos das comunidades locais à gestão dos recursos naturais.

Os conceitos de *desenvolvimento sustentável* que emergiram a partir dos anos 80 do século passado vieram aliar a conservação ambiental à promoção do desenvolvimento rural e defende-se agora a gestão florestal baseada na comunidade (*community-based forest management*). Em sentido lato, define-se como a gestão de terras e recursos florestais por ou com as populações locais, quer existam ou não objectivos comerciais, com a dupla finalidade de contribuir para a conservação ambiental e promover modos de vida rurais (UNFF 2011).

O mesmo conceito se enquadra na definição de estratégia para a valorização dos territórios comunitários, «como o modelo de desenvolvimento sustentado na participação dos compartes, com vista a dar resposta às suas necessidades através da valorização dos seus recursos endógenos, assente num conjunto de prioridades e objectivos fixados a partir de um diagnóstico rigoroso, privilegiando uma abordagem integrada, inovadora e com efeitos multiplicadores» (CNVTC 2010).

O relatório preliminar da UNFF (2011) também se refere a empresas florestais baseadas na comunidade (*community-based forest enterprises*) que define como sendo geridas por mais do que um membro da mesma comunidade, destacando a relevância dos produtos florestais não lenhosos, como plantas medicinais e ervas aromáticas. Nesse documento, o interesse por produtos naturais entre os consumidores de classe média é identificado como um dos principais mercados de rápido crescimento. O potencial de crescimento deste nicho de mercado é ilustrado com a informação de que o valor total das plantas medicinais exceder, globalmente, os 100 biliões de dólares, incluindo variedades de plantas (UNFF 2011,11).

Neste sentido, o projecto «Terra das Ervanárias» parece estar bem contextualizado na perspectiva dos recursos e do mercado, como se resume na seguinte expressão de Luís Ferreira: «Nós temos o baldio, existe mercado, temos de procurar a certificação».

«Actualmente exige-se certificação da qualidade dos produtos; quando não há procura-se os produtos noutra lado. Gera-se a competição no mercado a que é preciso responder. Por isso existe abertura para promover formação nessa área e para lançar produtos com marca própria: Terra das Ervanárias. Agora, existem 160 espécies: qual a que tem maior potencial? A primeira porta a que fomos bater foi a da Escola Superior Agrária (ESA), com a professora Natália Gaspar.» (Luís Ferreira, Baldio de Vale da Trave)

Havia, de facto, uma intenção de colaboração entre a Escola Superior Agrária de Santarém e o projecto Terra das Ervanárias do Baldio de Vale da Trave, confirmada na entrevista efectuada a Natália Gaspar. Porém, a mentora dos projectos de etnobotânica na região de Santarém teria de se afastar, por motivos de saúde, vindo a falecer em 2012, sem conseguir concretizar essa colaboração.

Apesar do afastamento de Natália Gaspar, procuraram-se meios diversificados para agilizar o projecto Terra das Ervanárias, tanto mais que desde 2006 que as plantas aromáticas e medicinais mobilizavam o interesse de diversos sectores.

«A Assembleia de Compartes tem uma estratégia aprovada. Mas as pessoas não estão abertas, sem terem garantias. [...] Para isso era importante levar as pessoas a ver os

produtos de outras aldeias: plantações, os negócios ligados, para tornar as pessoas mais dinâmicas; mostrar-lhes como pode funcionar o sistema e que as leve a arriscar nessa perspectiva.» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

Se o recurso a terapias naturais que dinamiza o mercado de plantas medicinais encarna a nostalgia decorrente do crescente distanciamento entre a sociedade e a natureza, o conhecimento etnobotânico, enquanto ontologia, personifica as formas tradicionais de viver e experimentar as paisagens naturais e seus recursos.

No entanto, esta capacidade de localizar informações, compreender o seu significado no contexto de um trabalho de percepção directa com o nosso meio, explícita na paisagem e na incorporação de uma temporalidade social (Ingold 2000), não está incluída «na nova ruralidade», onde novas experiências de vida no campo traduzem valores e representações sociais de origem camponesa em expectativas e comportamentos urbanos e burgueses (Frazão-Moreira, Carvalho e Martins 2007). Nomeadamente, no caso de Vale da Trave, a emigração e o êxodo rural, o afastamento das novas gerações em relação à agricultura e procura de oportunidades profissionais noutros sectores, alteraram as dinâmicas socioculturais e o modo de relacionamento com o meio natural envolvente.

«Aqui havia o trabalho comunitário: era o povo que fazia os trabalhos, que zelava pela manutenção dos terrenos do domínio públicos (limpeza de matos na berma da estrada) e funcionavam por pressão social; quando uma aldeia ou lugar limpava a sua parte, os outros sentiam que deviam arranjar a sua parte, porque também começavam a ser apontados.» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

«Antigamente ajudavam-se todos. A matar os porcos, a encher farinheiras e chouriços... era o Deus nosso Senhor te pague! Quando era a debulhar o trigo nas eiras. Ajudavam-se. A descamisar o milho, na azeitona. Agora já não.» (Maria Hortência)

«Ia tudo para a serra. O meu pai e a minha mãe, com os filhos de 6 e 2 anos, saíam de casa às 5 da manhã. [...] Agora andam na escola, os pais dão tudo.» (Elisa)

Como se depreende dos registos recolhidos junto dos interlocutores, «apanhar ervas» constituía uma actividade complementar à agro-pecuária praticada em família, transmitida e aprendida no relacionamento que se estabelecia entre as pessoas, a paisagem e o meio natural envolvente. O abandono da agricultura e do pastoreio tradicionais modificou não só o relacionamento com o ambiente, como as próprias relações sociais inerentes às práticas comunitárias.

Dada a performatividade do conhecimento etnobotânico, a actividade de colheita de ervas e plantas medicinais tornou-se um privilégio dos mais velhos, denotando-se a separação entre o «saber sobre plantas» e o «saber fazer com plantas» (Frazão-Moreira, Carvalho e Martins 2007, 11). Este distanciamento relaciona-se não só com a farmacologização dos consumos terapêuticos (Lopes 2010) que será aprofundada num outro capítulo, mas com o rompimento com as funções tradicionais do baldio, anteriormente referido.

Os baldios foram devolvidos a uma população envelhecida que, em virtude das circunstâncias socioeconómicas e do progresso, fora forçada a deixar cair em desuso as práticas comunitárias tradicionais. Os matos, lenhas e *tenções* dos terrenos comuns tornaram-se obsoletos, acompanhando o abandono da actividade agro-pecuária, embora se mantivesse a colheita de ervas para comercialização à fábrica ou a angariadores nas alturas em que esse rendimento era necessário para complementar os orçamentos familiares.

«Não havia emprego. Todos trabalhavam na agricultura e apanhava-se as ervas. Depois começaram a empregar-se. Quem apanha agora são os reformados, porque sabem e têm tempo ou os desempregados.» (Maria Alice)

«Há sítios que não se usa, como aqui apanhar ervas. Este ano [2012] já vimos muita gente a apanhar, desempregados.» (Maria Hortência)

«Com o desemprego há mais gente a apanhar, mas não sabem. [...] Há muita gente que apanha mas não tem meios. [...] Há muita gente velhota, reformada, com carrinhas que conhecem os caminhos e sabem o que andam a apanhar. Os mais novos são mais sacanas. Não querem aprender e assim não rende. [...] O pessoal novo não sabe nem querem saber.» (Alfredo Silvério)

As crianças deixaram de acompanhar os pais nos trabalhos agrícolas para frequentar a escola e até a escola primária, construída pelo povo em 1939, seria encerrada em 2006/2007. No entanto, permanece como um dos símbolos comunitários, como sede da associação juvenil Alf@rroba e projecto de Centro Comunitário [Imagens 4 e 5], onde se realizam, por exemplo, acções de formação promovidas pela ANIMAR [2010] para discutir formas de dinamizar a comunidade.

Actualmente, a comunidade reencontra-se nas festas anuais em honra de S. Caetano e S. Sebastião [Imagem 6] e no Dia Comunitário de Vale da Trave [Imagem 7], promovido pela assembleia de compartes do baldio para regenerar o envolvimento da população, necessário para a implementação do projecto do Baldio.



Imagem 4 - Centro Comunitário do Vale da Trave (Foto de Maio de 2010).



Imagem 5 - Pormenor da placa assinalando a construção da escola pelo povo. (Foto de Abril de 2012).



Imagem 6 - Festas em Honra de S. Caetano e S. Sebastião em 2012. (<http://baldiodovaledatrave.blogspot.pt/2012/04/festas-do-vale-da-trave-fotos.html>).



Imagem 7 - Dia Comunitário de Vale da Trave, Dezembro de 2010. (<http://www.facebook.com/baldio.valedatrave/>).

Compreende-se, assim, a relevância dos conceitos de *tradicional* e *natural*, em oposição à *modernidade*, enquanto características associadas às aldeias rurais nas práticas de desenvolvimento e conservação (Dove e Carpenter 2008). Nesse sentido, essas comunidades também são consideradas como pré-comerciais ou pré-capitalistas e pré-políticas, dado que as relações sociais são baseadas mais no consenso do que na posição de classe ou poder (idem). Tais características remetem para as práticas comunitárias que requerem, tal como regista Luís Ferreira, a «gestão de conflitos internos, procurar a participação e o envolvimento da população», reconfigurando essa negociação no contexto da gestão actual dos baldios.

Assim, enquanto representantes institucionais e no quadro da valorização dos territórios comunitários, os Baldios apontam a necessidade de regulamentar a actual Lei dos Baldios, flexibilizar os modelos de gestão, promover a gestão sustentada do baldio, aumentar a resiliência e o efectivo controlo do baldio, disciplinar e valorizar a silvopastorícia, melhorar a informação disponível e a comunicação e promover o apoio técnico para melhorar a sua

capacidade de gestão (CNVTC 2010). Mas, por outro lado, «apelam para uma maior motivação do universo dos compartes, uma maior participação, recuperando a sua ligação e função de comparte ao seu território, permitindo que estes possam exercer de forma efectiva o direito de posse» (CNA 2010), ao que se pode acrescentar, a revitalização do sentido de comunidade que além da agilização política do Baldio, apresenta actualmente, como apontado, um enorme potencial comercial e económico na área do ecoturismo. Como argumenta Alexiades (2009), algumas formas de conhecimento ambiental local estão a tornar-se um poderoso veículo através do qual indivíduos e grupos estabelecem a sua identidade com base na religião, etnia ou localização, distinguindo-os de outros grupos (v. Ellen e Harris, 2003), o que parece ser o caso da «Terra das Ervanárias».

Torna-se, assim, evidente, que os objectivos iniciais da «Terra das Ervanárias» – a criação de uma estrutura que regulasse a actividade de colheita da flora espontânea de acordo com os requisitos actuais do mercado, unificada numa marca própria da comunidade ou de parcerias para o cultivo de plantas aromáticas e medicinais certificadas nos terrenos comuns – foram travados por vários obstáculos.

Por um lado, a perda da mentora e principal agente de ligação entre o meio tradicional e o meio científico, profunda conhecedora da realidade local e com interesse no desenvolvimento da etnobotânica, terá sido um dos factores que perturbou a concretização do projecto. Por outro lado, foi resolvida a propriedade legal dos terrenos comuns, mas a intenção de recuperar os baldios para a comunidade esbarrou nas mudanças socioculturais: perderam-se os usos tradicionais e o comunitarismo inerente ao conceito de propriedade comunal tinha-se desvanecido. Tratava-se, então, de reinventar tradições (Hobsbawm 1988), recuperando o capital acumulado do passado em dinâmicas actualizadas de acordo com as perspectivas do mercado e da ciência.

Para acompanhar tais dinâmicas, o projecto «Terra das Ervanárias» requer uma grande mudança entre a economia informal da recolha de plantas espontâneas, com base no conhecimento etnobotânico e tradicional, e uma perspectiva de economia de mercado, em conformidade com os processos regulatórios e científicos, o que implica a produção agrícola de plantas que as pessoas estão acostumadas a colher no estado selvagem.

Mesmo durante o Curso Prático de «Produção, Recolha, Secagem, Destilação e Comercialização de Plantas Aromáticas e Óleos Essenciais em Agricultura Biológica», promovido pela AGROBIO e cuja frequência fez parte do trabalho de campo realizado no decurso da investigação, considerou-se a comercialização de plantas aromáticas e medicinais

recolhidas na natureza como rentável, uma vez que não existem muitos custos envolvidos por não requerer grandes investimentos no tratamento, processamento, embalagem e distribuição.



Imagem 8 - Formandos do curso da AGROBIO observando a secagem tradicional de hipericão-do-gerês. (Foto de 30 de Junho de 2012).

Tal argumento era defendido no módulo de Identificação de Plantas, que incluía um percurso pela Maxieira (Ourém) e pela área do PNSAC, por uma das formadoras que continuou o negócio dos seus pais, comercializando as plantas recolhidas pela população dos arredores, à ADP Lda. em Vale da Trave. A mesma formadora acrescentava que a actividade de recolha de plantas é também terapêutica, considerando que os percursos na natureza aliviam o *stress* quotidiano e podem proporcionar um rendimento extraordinário.

De facto, registam-se discursos idênticos entre as colectoras de Vale da Trave entrevistadas:

«Quando tenho tempo ainda apanho; quando não tenho tempo, não há. [...] Continuo a apanhar ervas, sempre apanhei. É como um *hobby*, para desanuviar.» (Graciete)

«A minha avó não é capaz de passar ao pé das ervas sem as apanhar para o avental. As pessoas mais velhas é que pensam nisso. Os antigos, como a mãe da minha sogra, se passassem ao pé das ervas e não as apanhassem... apanhavam ervas como quem apanha azeitona.» (Maria Alice)

«No ano passado ganhei cerca de 20 euros com as ervas. Não foi pelo dinheiro, mas para não estar parada. Para me manter activa.» (Maria Hortência)

«Não há vantagens em cultivar as plantas. O meu cunhado tentou e deixou secar. A terra tem de ser bem cuidada, todos os dias.» (Alfredo Silvério)

Enquanto projecto comunitário, a «Terra das Ervanárias» consubstanciou-se em práticas, saberes tradicionais e recursos locais, que tentou aliar aos mais recentes desenvolvimentos científicos e do mercado. No entanto, estes últimos não mereceram o acolhimento de uma população, habituada a aceder aos mesmos pelos intermediários locais e

a gerir localmente o seu próprio circuito: dos locais de colheita de plantas espontâneas, aos angariadores que as recolhem, à entrega directa na fábrica para o seu processamento.

São esses os lugares organizados em torno da «Terra das Ervanárias» que recolocam Vale da Trave no mapa global dos circuitos de plantas e saberes medicinais

Nesse sentido, a «Terra das Ervanárias» demarca sobretudo as dinâmicas socioculturais implícitas aos conhecimentos etnobotânicos na zona do PNSAC e o modo como se estabeleceram as relações entre a população e os recursos naturais terapêuticos ao longo do tempo. Demarca um tempo em que a população era envolvida não só no reconhecimento das plantas e na sua colheita, como no processamento das matérias vegetais, que às suas mãos eram preparadas para entrarem num trânsito mais amplo. Demarca um processo através do qual a população, apropriando-se da serra, participava no circuito global de plantas aromáticas e medicinais, por intermédio do negócio local. Demarca um saber construído em relação ao seu espaço, aprendido nos trâmites desse circuito, com o reconhecimento de espécies alheias às utilizações locais e a recontextualização dos usos tradicionais da flora espontânea, de acordo com os discursos científicos emergentes e as correntes do mercado.

Enquanto projecto assumido pelo Baldio, a «Terra das Ervanárias» conseguiu aproveitar o conhecimento etnobotânico expresso na recolha de plantas espontâneas com valor medicinal, num processo de reestruturação de apropriações locais do ambiente em torno do ecoturismo como um esforço para sustentar as práticas de conservação e tradicionais nas economias rurais, unindo objectivos sociais e ambientais.



**Imagem 9 - Lagoa de Vale da Trave, recuperada pelo Baldio em 2014.
(Fotografia de Madalena Durão).**

NOTAS

¹ Atente-se, por exemplo, no Alvará de 27 de Novembro de 1804: «nauelles districtos em que está em uso o Direito chamado de Pastos communs, poderão os seus Proprietarios fazer Tapadas. [...] Nas defezas, coutadas, Rocios ou Baldios dos Concelhos, ou que forem em commum dos Moradores, se conservarão os usos, e Posturas das Câmaras, pelo que pertence as sementeiras que nelles se podem fazer, e aos seus pastos. Porém os Arvoredos ficarão coutados, e serão guardados os seus fructos, e arrematados em Praça, como o são os mais rendimentos das Camaras; para se applicar o seu producto na forma estabelecida pela Lei, e posturas do Concelho.» O mesmo documento contemplava a possibilidade de «a maioridade dos moradores visinhos de algum dos Baldios, e Maninhos requerer a sua divisão, a repartição do Terreno». (Ordenações Filipinas, Livro 4, Aditamentos, p. 1021)

² Segundo Castro (1980, 31): «Para a fisiocracia só a agricultura é produtiva porque só ela faculta um excedente líquido para além daquilo que foi invertido na produção».

³ «§6. Cuidar da conservação, e plantação de quaesquer bosques, e arvores, pertencentes ao commum da Parochia, assim dos que já existirem, cómodos que de novo poderem ser plantados para formosura dos caminhos, e logares públicos, e para abastecimento de lenhas, e madeiras. Havendo no Território da Parochia terrenos baldios, em que os visinhos queiram fazer bosques, ou devesas, ou outra cultura, que sejam propriedade sua, o rendam para as suas despezas, a Junta os pedirá à Câmara, a qual lhe poderá dar, e demarcar até um moio de terra, a razão de duzentas braças em quadro por alqueire, sem Foro nem Pensão alguma, do que se farão as necessárias Escripturas. Esta data porém ficará nulla, se os Terrenos não forem cultivados, e aproveitados dentro dos primeiros cinco annos seguintes.» (Sá 1985, 211-212)

⁴ Para ilustrar esse receio, Hespanha (1980, 215-216), acrescenta: «Privar as populações d'estas comodidades seria priva-las do seu dote..., dos meios da sua subsistência. Sem pastos, como pode haver gados? Sem gados, como agricultura? Como abundância de carnes, lãs, leites, etc. ? Sem estrumes, como pode haver esterco para adubar as terras? Sem esterco produzirão elas em abundância? Sem lenhas, como se pode viver?... Ah! E que desordens não tenho visto! Povos levantados contra poderosos, que por meio de corruptas informações obteem aforamentos de maninhos com privações d'aquelles subsidios dos opinados, os quaes assim privados rompem em excessos de desesperação. [Lobão, Notas a Melo, III, 53.]»

⁵ «La résistance d'une telle solidarité, le Gouvernement Portugais l'a recontrée quand le Gerês, il y a vints ans, est entré dans le régime forestier. C'est à Vilar da Veiga que commença la réaction, s'étendant à S. João do Campo, Covide et Rio Caldo; tous marchent et on démolit les ponts et travaux publics, afin de démontrer de cette manière la traditionnelle possession inaliénable et imprescriptible de ce que l'on voulait leur usurper. De nuit divers émissaires parcourraient les paroisses, surveillant les étables pour voir si on les avait détruites ou altérées. Le peuple de Furna ayant même décidé, dans une convocation, que, en guise de protestation, personne ne travaillerait dans les forêts de l'État, un des habitants rompit le pacte et tous rouèrent de coups le malheureux! [...] C'est l'État qui céda. En garantissant la liberté des pâturages et des bois, l'antiquité juridique d'un droit original se trouvait implicitement reconnue.» (Peixoto, 337).

⁶ «A existencia dos baldios municipaes, dos pastos communs, é dos mais graves embaraços ao progresso da agricultura entre nós. [...] Os pastos communs são a cidadella da inercia e o theatro reservado pela ignorancia ás maravilhas da Providencia. [...] A questão dos maninhos de Cintra é a questão perpétua dos pastos communs, que tem agitado todos os países, e que em toda a parte está resolvida em theoria e em pratica, menos na Peninsula.» (Herculano 1849, 31-42)

⁷ Alteração decorrente da Lei de 7 de Agosto de 1913, mantida na Lei 621 de 23 de Junho de 1916 (Bica 2003,11).

⁸ Pelo decreto 4 812, de 14 de Setembro de 1918.

⁹ Seria da competência da JCI e dos corpos administrativos determinar quais os baldios dispensáveis ao logradouro comum, que abrangiam aqueles dispensados por requerimento de, pelo menos, dois terços dos chefes de família utentes, os que se encontrassem abandonados há mais de dez anos ou sujeitos a actos isolados de aproveitamento. Caso não fossem objecto de reserva por parte da JCI, os baldios dispensáveis do logradouro comum próprios para cultura, deveriam ser divididos em glebas com o mínimo de 1 hectare, para aforamento ou venda em hasta pública entre os respectivos compartes, responsabilizando-se, neste caso, o Governo pela publicação dos correspondentes regulamentos. Enquanto não fossem publicados os regulamentos, esses baldios poderiam ser arrendados até seis anos, pelos corpos administrativos. Quanto aos baldios considerados impróprios para cultivo e os indivisíveis em glebas superiores a 1 hectare, passavam a bens do domínio privado disponíveis dos corpos administrativos e passíveis de serem vendidos em hasta pública. Seria da responsabilidade dos corpos administrativos promover a arborização dos baldios destinados a esse fim, no prazo de vinte anos e obedecendo ao plano estabelecido pelo Ministério da Agricultura, ficando os baldios arborizados sujeitos ao regime florestal (Estêvão 1983,1162-1163).

¹⁰ «1. Os actos ou negócios jurídicos que tenham como objecto a apropriação de terrenos baldios ou parcelas de baldios por particulares, bem como as subseqüentes transmissões que não forem nulas, são, nos termos do direito, anuláveis a todo o tempo.

2. Quando, porém, o acto de alienação, além de revestido de forma legal, tenha sido sancionado por entidade para o efeito competente, a anulação só poderá ser declarada em caso de relevante prejuízo económico ou de lesão de interesses dos compartes do baldio, considerando o momento e o tempo decorrido a contar do respectivo acto.

3. A anulabilidade prevista no número antecedente abrange a apropriação por usucapião de baldios não divididos equitativamente entre os respectivos compartes ou de parcelas não atribuídas, em resultado dessa divisão, a um ou a alguns deles» (cit. por Bica 2003, 21-22).

¹¹ O autor acrescenta ainda: «Pela revisão constitucional de 1982 a redacção do corpo do número 2 do mesmo artigo 82 da Constituição passou a ser: ‘O sector público é constituído pelos bens e unidades de produção pertencentes a entidades públicas ou comunidades sob os seguintes modos sociais de gestão [...] O Tribunal Constitucional, no acórdão 325/89 (Diário da República, I Série de 17 de Abril de 1989), considerou que ‘os baldios, como bens comunitários que são, pertencem às comunidades locais que deles têm a posse útil e gestão’» (Bica 2003, 16).

¹² De tal modo que, para travar a resistência das Juntas de Freguesia, a Lei dos Baldios estabelece que no caso em que o recenseamento de compartes não tenha sido elaborado por esses meios e estas fiquem perante «a obrigação legal de efectuar o recenseamento [...] automaticamente transferida para a junta de freguesia em cuja área territorial se localize a totalidade ou a maior parte do baldio», têm «o dever de cooperar com as entidades promotores [...], sob pena de, recusando-se a cooperar ou a cumprir a obrigação prevista no número anterior, passar a carecer de legitimidade para nela ser ou continuar delegada a administração do respectivo baldio, durante um período de 10 anos» (Art.º 33.º, Lei 68/93 de 4 de Setembro).

¹³ Vindo a merecer reconhecimento com a atribuição do Prémio Nobel de Economia em 2009.

¹⁴ Directiva Habitats, 92/43/CEE. In Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 206/13 de 22 de Julho de 1992.

¹⁵ Directiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de Abril de 1979.

¹⁶ Embora definindo como «compartes dos terrenos baldios os moradores que exerçam a sua actividade no local e que, segundo os usos e costumes reconhecidos pela comunidade, tenham direito à sua fruição» (Art. 4.º), o decreto de 1976 estipulava também que «as juntas de freguesia, em colaboração com os serviços regionais do Ministério da Agricultura e Pescas e as câmaras municipais, deverão elaborar e afixar nos lugares de estilo um recenseamento provisório dos compartes de cada baldio» e «providenciar no sentido da convocação da assembleia de compartes» (Art.º 18).

¹⁷ Projecto de lei N.º 271/V – 1988, Projecto de lei N.º 190/VII -1996; Projecto de lei N.º 467/IX – 2004.

¹⁸ In Américo Duarte Paixão, Lda. Import – Export de Plantas Mediciniais, <http://www.adplda.com/22/a-historia>, acedido a 22 de Setembro de 2011.

¹⁹ In Américo Duarte Paixão, Lda. Import – Export de Plantas Mediciniais, <http://www.adplda.com/2/empresa>, acedido a 1 de Junho de 2014.

²⁰ “Estudo da produção agrónómica de espécies de *Salvia* com vista à avaliação dos seus constituintes para o potencial controlo da doença de Alzheimer” em desenvolvimento pela Fundação da Faculdade de Ciências (FFC/FC/UL) e pelo Instituto Politécnico de Santarém financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/AGR-AAM/66414/2006).

²¹ Despacho n.º 3174/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 16, de 23 de Janeiro de 2009.

²² No decorrer da investigação, outras obras realizadas pelo Baldio foram a recuperação da Capela e da Lagoa de Vale da Trave.

IV

Pelo Património Vegetal

«De facto as cumiadas e as encostas fragosas das serras de que se trata acham-se desnudadas, e os calcareos são revestidos apenas por algas e alguns musgos: só nas fendas ou cavidades, (...) se vê um ou outro carrasco, carvalheira, ou zambujeiro solitário; podendo assegurar-se que nas encostas d'estas serras o desenvolvimento de uma floresta será muito moroso. Para fazer vingar ali qualquer essência florestal, é preciso aproveitar todos os pequenos acidentes do solo, e auxiliar a sua acção protectora com arvoredos e mato.» (Instituto Geographico 1868, 197-198).

O processo de construção do conhecimento geográfico, físico e humano, da região actualmente abrangida pelo Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros é relativamente recente. Em meados do século passado Martins (1949, 18-19) criticava o mapeamento topográfico, «impreciso ou demasiado esquemático», apontando algumas das «fantasias» registadas em «todas as representações cartográficas, incluindo até um mapa dos Serviços Hidráulicos». Também o mapeamento arqueológico foi deixando este espaço à margem da intervenção estatal. De facto, o relatório correspondente à primeira fase do levantamento da Carta Arqueológica do PNSAC, publicado em 1991, esclarecia não ter havido até então «um esforço de prospecção e investigação sistemática da região» (Araújo e Zilhão 1991, 5). Mesmo a nível botânico, os trabalhos de levantamento fitossociológicos mais exaustivos foram realizados após «o reconhecimento prévio da vasta área do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, feito no princípio do Verão de 1979» (Santo e Lousã 1981). Esse espaço do território português, superior a 38 mil hectares, parecia não ter uma história oficial anterior a 1979, altura em que foi constituído, tal como é conhecido hoje, o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros [PNSAC].

No entanto, trata-se de um espaço cuja ocupação humana remonta ao Paleolítico (v. Araújo e Zilhão 1991, Bicho 1994, Carvalho 1998 e 2003, Araújo 2003, Bicho *et al.* 2003) e cujas evidências arqueológicas do Neolítico atestam a existência de

comunidades residenciais com uma economia semi-pastoril (v. Gonçalves e Pereira 1979, Leitão *et al.* 1987, Carvalho 2003, Carvalho *et al.* 2004, Cardoso e Carvalho 2008, Andrade e Matias 2013).

Os estudos antracológicos¹ que permitem ter uma ideia da composição da paisagem primitiva indicam a presença simultânea de espécies mediterrânicas e atlânticas, na região de Rio Maior (Bicho 1994) e de Minde (Bicho *et al.* 2003), como pinheiros [*Pinus pinea* e *Pinus pinas*], azinheiras e sobreiros [*Quercus ilex/suber*], freixos [*Fraxinus angustifolia*], medronheiros [*Arbutus unedo*] e oliveiras [*Olea europaea/sylvestris*]. Na zona do Arrife da Serra de Aire² que separa as serras do Maciço Calcário Estremenho da Bacia Terciária do Tejo, registava-se um ambiente de ecótono,³ com espécies xerófilas na serra (carrasco, espinheiro, aroeira, esteva) de que a antracologia da Pena d'Água [Torres Novas] regista a prevalência de oliveira [*Olea europaea*] e de sobreiro [*Quercus suber*] com menor expressão (Carvalho 2003), identificando-se cerca de vinte e dois *taxa*:

«*Arbutus unedo* (Medronheiro), *Cistaceae* indeterminada (Estevas, por exemplo), *Clematis sp.* (Vide), cf. *Cneorum tricoccum*, cf. *Daphne sp.* (cf. Trovisco), *Erica arborea* (Urze branca), *Fraxinus sp.* (Freixo), *Leguminosae* indeterminadas (Leguminosas tipo Giestas/Codessos), *Monocotyledonea*, *Olea europaea* (Zambujeiro/Oliveira), *Oleaceae* indeterminada, *Pistacia lentiscus* (Aroeira), *Pistacia sp.*, *Quercus* folha caduca (Carvalho), *Quercus* tipo *ilex* (Azinheira/Sobreiro/Carrasco), *Quercus suber* (Sobreiro), *Rhamnus alaternus/Phillyrea* (Aderno), *Rosaceae Pomoidea*, *Vitis vinifera* (Vinha), Indeterminada 1». (Figueiral 1998, 74)

Na região da Serra de Aire, os resultados preliminares de estudos antrocológicos fornecem-nos igualmente indícios da evolução da vegetação:

«seria uma floresta pouco densa de tipo mediterrânico com a presença de carvalhos, pinheiros e freixos, mas que ao longo dos tempos tendeu a tornar-se cada vez mais aberta, [...] vemos a implantação de uma cobertura vegetal de tipo mediterrânico, com florestas de pinheiros, carvalhos, zambujeiros e freixos. [...] O desenvolvimento dessas florestas vai evoluir [...] para coberturas vegetais mais densas, mais diversificadas, marcadas por espécies [...] arborícolas como o choupo, o ácer, o salgueiro e a avelaneira [...]. Esta fase terá dado lugar a um período de deflorestação, provavelmente com origem

antrópica, [...] onde apenas se encontram vestígicos de carvalhos e pinheiros». (Bicho *et al.* 2003, 59-60)

Existem evidências neolíticas da prática de «ceifa e/ou processamento de recursos vegetais» (Carvalho 2003, 146), interpretada como uma resposta «às necessidades do momento», possibilitando «uma selecção pontual de certas espécies» ou «uma ocupação de curta duração, durante a qual apenas as espécies mais abundantes seriam recolhidas» (Figueiral 1998, 75).

Para além do aproveitamento da vegetação envolvente, também as características geológicas permitiram a ocupação humana, facultando abrigo nas suas diversas grutas e algares. Da dissolução do calcário resulta a *terra rossa* que, de acordo com Martins (1949, 223), «sem proveito para a agricultura, dá aso a que se formem tufos de vegetação espontânea – espinheiro (*Craetagus Oxyacantha* L.), carrasco (*Quercus coccifera* L.), aroeira (*Pistacia Lentiscus* L.), esteva (*Cistus ladaniferus* L.) e outras espécies».

No processo de construção do território nacional, este espaço foi repartido pelas ordens religiosas e militares, evidenciando-se a doação por D. Afonso Henriques aos monges cistercienses do território que abrangia a *hereditas* real entre Leiria e Óbidos, das «abas do monte Taícha (Ataíja no sopé da serra de Candeeiros) até ao mar» (Ribeiro 1991, 334). Os coutos de Alcobaça chegaram a compreender 14 vilas entre o Maciço Calcário Estremenho e o mar (Ribeiro 1987 e 1991) e por intermédio dos *forais em branco* – simples chamada de colonos para povoamento de uma zona – e dos *forais efectivos* – dados a vizinhos povoações já existentes –, «surgiram casais nas regiões secas e de escassa fertilidade, como na maior parte da região serrana» (Natividade 1960, 28).

Esta «colonização agrícola» dos monges cistercienses, «arroteando charnecas e matagais, secando brejos, desenvolvendo culturas (oliveira e outras árvores de fruto)» (Ribeiro 1987, 52), modelou a paisagem. No século XV tinham sido ocupadas por cultivo 77% de terras virgens no couto de Alcobaça, sendo «difícil saber quais formações vegetais foram substituídas por campos» (Devy-Vareta 1986, 18).

Mesmo nos maiores maciços, por essa altura, «muitas clareiras estavam ocupadas por pequenos casais e as orlas da floresta tinham recuado com a criação de novas aldeias» (Devy-Vareta 1986, 18). Recorde-se que, para assegurar o povoamento numa zona ainda insegura, existiam os «coutos de homiziados» (Ribeiro 1987, 53) ou, no caso destes domínios cistercienses, o «marco do couto» que, segundo Natividade

(1960, 29) «era levantado nos lugares onde mais difícil se tornava a povoação» e onde «se abrigavam os criminosos de preestabelecidas categorias». ⁴ O planalto de Santo António, provavelmente «o espaço mais isolado e agreste de todo o MCE», anteriormente conhecido por Penedos Altos, seria um dos locais povoados através do envio de degredados (Fernandes 1996, 103).

Da adaptação às características climáticas e geológicas para a colonização deste território resultaram elementos como as pias, cisternas e construções de pedra seca que, além de reorganizarem a despedra dos terrenos, reorganizavam o espaço salvaguardando o solo assim conquistado para a agricultura, protegendo o acesso aos algares e delimitando propriedades (Pereira *et al.* 2008, 775-776). Estes muros favoreciam determinados habitats, «tanto por impedirem a entrada de factores de perturbação como por os conterem no seu interior» (idem, 799). Nomeadamente, à maior profundidade de solo e menor quantidade de pedra corresponde, por exemplo, o desenvolvimento de áreas de carvalho-cerquinho nos terrenos agrícolas abandonados em detrimento das espécies casmófitas (idem, 799-800).

Os processos de colonização e de povoamento deste território possibilitaram uma relativa autonomia em relação aos poderes régios e eclesiásticos, a que não será alheia a orografia e os recursos disponíveis, como ilustra um dos argumentos utilizados em 1404 para a confirmação de privilégios aos «albergueiros e povoadores da Mendiga e Serra Ventosa»:

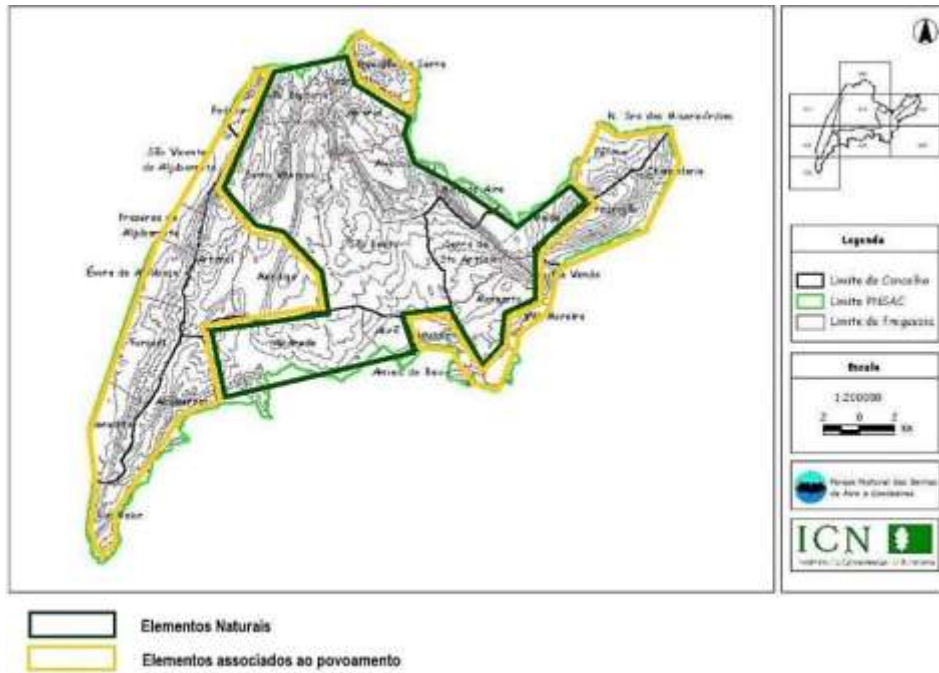
«Como vivem entre duas serras e não podem fazer sua prole, nem haver mantimento, salvo com os gados que criam e vendem, e como são obrigados a manter as albergarias com roupa de cama para quem por aí passa se albergar, recebendo palha, lenha, água e sal, manda-se que não paguem sisa, nem qualquer encargo salvo o que comprarem e venderem na vila.» (ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 28, fl. 61v)

Embora algumas marcas toponímicas relativas à ocupação e valorização da área indiquem a ligação ao rei [Mata do Rei, Alqueidão do Rei, Coutada ou Quinta da Rainha], assinalem a acção episcopal [Mosteiros] ou a invocação religiosa [Quinta de Santa Irene], testemunhando uma relação administrativa anterior, na zona do PNSAC em causa são mais frequentes os nomes de lugar que «conservam lembranças das vantagens ou obstáculos da primitiva instalação» (Ribeiro 1991, 346).

Nesse sentido, efectuei uma análise à toponímia de 402 lugares de 22 das freguesias incluídas neste Parque Natural que revelou que 54,3% dos nomes atribuídos

se encontram relacionados com os elementos naturais (relevo, flora, água e fauna) enquanto 39,7% se reportam aos elementos do povoamento (actividades económicas, casais e outros) e apenas 6% se referem ao rei ou à influência religiosa.⁵ Ao aplicar esta análise ao território [Figura 1], a possibilidade de considerarmos a representação toponímica de dois espaços distintos alia-se à compreensão dos factores que marcaram a ocupação humana do Maciço Calcário Estremenho.

Figura 1 – Distribuição geográfica da fitotoponímia.



Denota-se, então, uma divisão entre a zona interior do maciço onde as formas toponímicas privilegiam os elementos naturais e as orlas marcadas pela penetração da agricultura, mais expressiva nas áreas de influência dos coutos de Alcobaça.

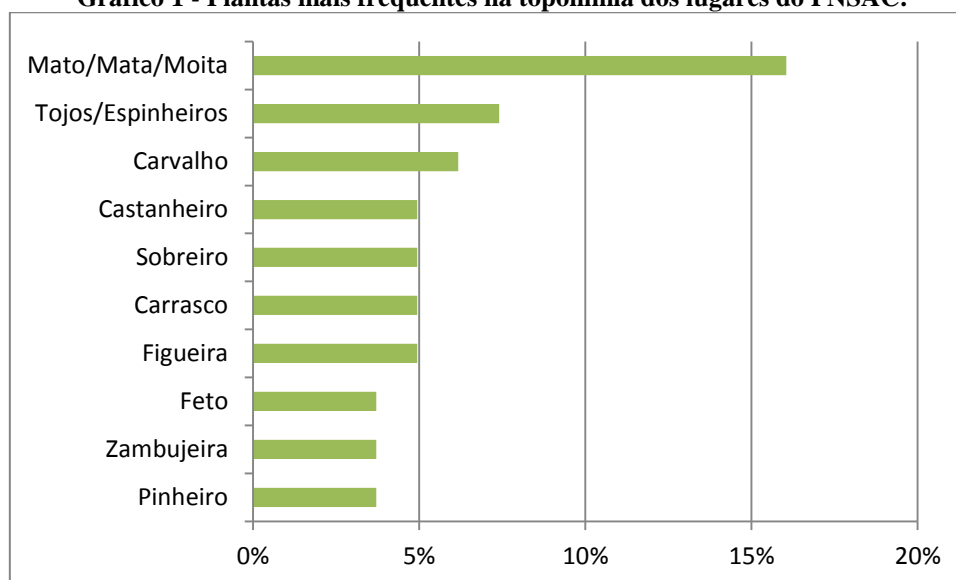
A nível global, a análise revelou a predominância da fitotoponímia (15%) sobre os restantes temas. Como referia Nunes (1919):

«Compreende-se facilmente que as plantas que mais abundavam ou o arvoredo que em maior quantidade se encontrava nos arredores dos sítios habitados deviam ter exercido influência bastante notável na sua nomenclatura e sido um dos factores que mais contribuíram para dar aos lugares os seus nomes: não era ela que desempenhava um papel importantíssimo na vida dos seus habitantes, alimentando-os com os seus produtos? [...] Não admira, pois, que em toda a parte a vegetação figure em quantidade superior a outro qualquer entre os elementos que contribuíram para a toponímia; árvore de grande corpulência e de vida várias vezes secular, como simples arbustos e ainda plantas de duração

quási efémera, em consequência certamente do seu predomínio, resultante da sua abundância, deram o seu nome aos povoados em cujas cercanias se encontravam.» (Nunes 1919, 133-134)

Em consonância com este argumento, o levantamento da fitotoponímia fornece alguns dados interessantes. É possível identificar 30 plantas específicas⁶ em 81 nomes de lugares, das quais 2/3 arbóreas e dois conjuntos de designações mais genéricas referentes a *matos* e a *plantas espinhosas* (tojo, espinheiro). Um outro conjunto agrupa 6 ocorrências mais abstractas relacionadas com a paisagem vegetal, como *jardim*, *relva*, *prado*, *florido* e *verde*. Cerca de 60% dos fitotopónimos centram-se em 10 temas que se referem a 8 espécies e duas designações genéricas de plantas arbustivas (*matos* e *plantas espinhosas*).

Gráfico 1 - Plantas mais frequentes na toponímia dos lugares do PNSAC.



No total dos fitotopónimos, 50,2% referem-se a árvores, sobressaindo 7 espécies – figueira, carrasco, carvalho, sobreiro, pinheiro, zambujeira e castanheiro – embora sejam utilizadas mais outras 12 espécies. Evidencia-se a designação genérica de *matos* (16%) que conjuntamente com as *plantas espinhosas*, passíveis de serem agrupadas como *plantas arbustivas*, representam 23% da vegetação reproduzida na nomeação dos lugares na área do PNSAC. Deste modo, a fitotoponímia revela as marcas da paisagem vegetal no processo de ocupação humana e, como sugeria Nunes (1919, 174-175), com base na «maior ou menor representação nela de certos vegetais, poder-se-ia organizar um mapa que indicasse a variedade das suas espécies em épocas passadas e quais as regiões em que cada uma delas mais abundava».

Na freguesia de Alcanede, a maioria dos topónimos das povoações da freguesia de Alcanede está relacionada com os elementos da Natureza (59%) em detrimento da influência humana (41%). Em termos comparativos, na freguesia de Évora de Alcobça, por exemplo, os elementos da Natureza estão presentes em 43% dos topónimos, enquanto os restantes 57% reflectem a acção humana.

Tal poderá demonstrar que, apesar da determinação régia em povoar o Maciço Calcário Estremenho, do alcance dos Mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Alcobça e posteriormente, da Ordem de Avis, a quem foi doado o castelo de Alcanede em 1187 por D. Sancho I, nesta freguesia foi atribuído maior valor aos elementos naturais para designar as povoações formadas. Entre os elementos naturais, a vegetação assume 29% nesse grupo, representando 17% no total dos temas envolvidos na nomeação dos lugares da freguesia, evidenciando-se as referências a *mato* e *espinheiro*, carvalho e murta. No caso de Évora de Alcobça, apenas 13% dos topónimos se reportam à flora que representa cerca de 30% dos temas abrangidos na categoria «Natureza», referindo-se a *matos*, urtiga, pinheiro, figueira, carrasqueiro e zambujeira.

Deste modo, se a toponímia reflecte uma realidade sociohistórica, sobressai a valorização popular da flora espontânea que caracteriza a região do PNSAC. Neste sentido, a própria natureza dos lugares, como conhecidos pelos seus habitantes, em todas as suas inconsistências e detalhes triviais, terá permitido incorporar uma linha de resistência à inscrição pública (Frake 2008, 445).

As populações que ali se instalavam mobilizavam, certamente, os recursos naturais para a sua subsistência, tratando-se de espécies abundantes e valorizadas na toponímia:

«de um modo geral, nas regiões mais montanhosas (e, como tal, menos acessíveis) ou menos propícias à cultura cerealífera, quando para além do trigo havia falta dos outros cereais, o que foi frequente a partir de meados do século XIV, era frequente a utilização da castanha, da bolota e das leguminosas como sucedâneos do pão. Algumas populações de camponeses tinham até já enraizados hábitos com os quais faziam face a estas adversidades: em algumas zonas do Norte e interior de Portugal, nomeadamente nas Beiras e em Trás-os-Montes, comia-se castanha em vez de pão durante cerca de metade do ano; noutras fabricava-se habitualmente pão de lande ou de bolota.» (Ferreira 2008, 107)

Por outro lado, não será de descartar o valor da flora espontânea - como *Althaea sp.* [malvaíscos], *Amaranthus retroflexus* [bredos], *Atriplex sp.* [espinafre de montanha], *Beta vulgaris* [beterraba], *Brassica sp.* [couve], *Chenopodium sp.* [erva-couvinha], *Plantago sp.* [tanchagem], *Malva sp.* [malva], *Portulaca olerácea* [beldroega], *Sonchus sp.* [serralha] e *Urtica sp.* [urtiga] - que, de acordo com Redzic (2006, 220), era utilizada desde os primórdios da civilização em guisados, sopas, saladas ou em bebidas. Estudos etnobotânicos (Santayna *et al.* 2007) reportam o recurso a 97 espécies da flora espontânea comestível na Península Ibérica, indicando as mais significantes:

Tabela 1 - Espécies espontâneas comestíveis mais significantes.
(Adaptado de Pardo de Santayana *et al.* 2007)

Uso reportado	Espécie
Frutos	<i>Castanea sativa</i> [castanheiro], <i>Rubus ulmifolius</i> [silva], <i>Fragaria vesca</i> [morangueiro], <i>Prunus avium</i> [cerejeira]
Temperos	<i>Origanum vulgare</i> [orégão], <i>Laurus nobilis</i> [louro], <i>Foeniculum vulgare</i> [funcho]
Bebidas	Chá: <i>Chamaemelum nobile</i> [camomila]; Licor: <i>Prunus spinosa</i> [abrunheiro]
Vegetal	<i>Rumex acetosa</i> [azedada]

Estes autores referem a relevância dos frutos de *Mespilus germânica* [nespereira], *Sorbus aria* [mostajeiro-branco], *Malus sylvestris* [macieira brava] ou *Prunus spinosa* [abrunheiro] que compensavam a fraca produtividade das árvores de fruto cultivadas, a falta de recursos pecuniários e a escassa comunicação com os mercados urbanos, salientando o abandono da bolota do *Quercus robur* e do *Quercus petraea* [carvalhos] que, apesar de ter constituído parte essencial da dieta, é actualmente considerada amarga, desagradável e alimento para animais (Pardo-de-Santayana *et al.* 2007). O mesmo estudo revela que, na área de Montesinho, vegetais silvestres eram usados para guarnecer pratos de carne ou de peixe e nos períodos de escassez, comidos com batatas (*idem*).

Articulando estes dados com a anterior análise dos fitotopónimos da área interior do PNSAC, será possível constatar a coincidência de espécies e pressupor o valor alimentar que estas teriam para as populações locais. Os *murtinhos* [*Myrtus communis* L.] são ainda colhidos actualmente para confeccionar licor caseiro e

considerados como equivalentes silvestres de *mirtilos* [*Vaccinium myrtillus*], conforme me explicou uma das colectoras que o comercializa.

Outro estudo etnobotânico realizado no distrito de Santarém, incluindo Vale da Trave, indica que, em tempos de escassez alimentar, *Borago officinalis* L. [borragem] era consumida como hortaliça, cozinhada com feijão «num prato a que chamavam berças ou verças» (Caldas 1998, 14). No entanto, as colectoras de Vale Trave que entrevistei identificaram *Taraxacum officinale* Weber [dente-de-leão] como *verças*,⁷ referindo que possivelmente as suas folhas seriam usadas na sopa ou em guisados, associada a carências alimentares [Imagem 11 e 12].



Imagem 10 - *Verças* identificada na flora espontânea, Vale da Trave. (Foto de Abril de 2012).



Imagem 11 - Ti' Elisa com as *verças* colhidas, Vale da Trave. (Idem).

Não obstante a falta de coincidência entre as espécies, o que se torna relevante é a utilização do termo berças ou verças aplicado a duas espécies distintas da flora espontânea quando o termo de etimologia latina para a designação de «plantas verdes», surge, por exemplo, no Foral de Coimbra dado por D. Manuel em 1516 para designar couves e hortaliças⁸ e nos dicionários actuais⁹ com o significado de «folhas de couves ou de outra planta hortense preparadas para a mesa» ou «caldo verde». Poderá, então, concluir-se que borragem e dente-de-leão eram duas das espécies silvestres consumidas em substituição das couves e hortaliças «domésticas». Uma das interlocutoras referiu que antigamente comiam «folhas de borragem, molhadas na farinha remolhada, frito, com sal» (Maria Celeste).

Tendo em conta que a batata, o feijão e o milho só foram introduzidos na Europa no final do século XVI (Cunha 1997, 12) e dadas as condições geomorfológicas para a prática da agricultura, não será de estranhar que as populações serranas recorressem frequentemente aos recursos disponíveis no seu meio ambiente para a sua

alimentação até ao início do século XX, como nos dá conta Matos (1997) a propósito da Serra da Gardunha:

«A apanha de algumas plantas ou ervas, não generalizada a todas as famílias, como: agriões, nas ribeiras, para caldo e saladas, labças, nos lameiros, para caldo, poejos, nos lugares húmidos, para juntar ao feijão pequeno cozido; saramagos brancos, para “ervas” (esparregado) e para caldo: urtigas, cujas pontas tenras eram metidas no caldo e nas papas; os cogumelos, nas variedades comestíveis, míscaros brancos e amarelos, apanhados nos pinhais, em Novembro e Dezembro, após as chuvadas, e “frades”, apanhados em terrenos fortes e húmidos, comidos assados ou guisados, simples ou com acompanhamento de arroz ou de batatas.» (Matos 1997,48)

Deste modo, enquanto as populações locais aproveitavam as áreas florestais para a sua subsistência quotidiana, para as instâncias administrativas estas eram encaradas como zonas de caça (coutadas ou montarias, reais ou privadas)¹⁰ ou como fornecedoras de madeira (para construção civil, naval ou como combustível). Segundo Devy-Vareta (1985, 55), ainda antes de meados do século XIV começaram a ser tomadas medidas no sentido de «conservar as matas para a produção de toros e madeiras» no concelho de Santarém.¹¹ Também a expansão das coutadas reais e privadas, ao longo dos séculos XIV e XV, seria objecto de contestação nas Cortes pelos moradores dos concelhos que se viam privados «da lenha, da madeira e dos pastos para os seus gados, além de facilitar a invasão dos campos pelas “bestas daninhas”» (idem, 58).

Recorde-se que nas épocas de crises de subsistência, a caça com armadilhas ou fogo, o corte de madeira para vender, a apanha de lenha e o fabrico furtivo de carvão constituíam actividades complementares para a sobrevivência dos camponeses (Devy-Vareta 1986, 20), não esquecendo o recurso às plantas quer como alimento, quer pelas suas propriedades mágico-curativas e a sua comercialização. Atendendo às características geomorfológicas da área em causa, tais actividades seriam particularmente relevantes para a subsistência quotidiana das populações locais.

Compreende-se assim que a vigilância e coimas aplicadas não fossem suficiente para travar o corte de árvores nas matas de Alcobaça, «por parte dos vizinhos das áreas circundantes — Óbidos, Tornada, Rio Maior, Alcanede, Porto de Mós, Leiria, até mesmo Santarém» (Devy-Vareta 1986, 20). Responsável pelos primeiros inventários florestais da região, o mosteiro de Alcobaça preconizaria, em 1530, a «reflorestação nos

pinhais litorais degradados pelos cortes e o fogo» (Devy-Vareta 1986, 37). Com o desenvolvimento do comércio externo e a Expansão ultramarina, as florestas tornam-se essenciais para o abastecimento da construção naval:

«As madeiras “nobres” da floresta eram as preferidas — o sobreiro, o carvalho e o pinheiro manso para o liame e o tavoado. O pinheiro manso também servia para vergas e mastros; mas, para estas obras mortas, foi pouco a pouco substituído pelo pinheiro bravo [...]. O carvalho roble (*Quercus robur*) ou “português” (*Quercus faginea*) e o sobreiro são espécies folhosas de crescimento lento; a sua exploração intensiva requer certos cuidados para permitir a regeneração dos maciços florestais e impedir a degradação dos solos.» (Devy-Vareta 1986, 8-9)

Entre as zonas fornecedoras de madeira aos estaleiros da Ribeira das Naus em Lisboa encontravam-se Alcobaça, as matas de Santarém e as coutadas do Ribatejo (idem, 9). De acordo com Devy-Vareta (1986, 9), esta última área «passou rapidamente a produzir sobretudo lenha e carvão de origem arbórea ou dos estratos vegetais inferiores, para as necessidades da vida urbana e industrial». Nomeadamente, o fabrico de cinza para as saboarias pretas do Barão de Alvito¹² em Torres Novas, Soure, Pombal, Alcanede, Alcobaça e seus termos que, juntamente com a produção de azeite, serviria de argumento para o descoutamento em 1498, das matas da Serra de Aire e de Boquilobo em Torres Novas (Devy-Vareta 1986, 22). Não obstante, no início do século XVI o fabrico de cinza para as saboarias continuaria a provocar «numerosas queixas nos concelhos de Torres Novas, Santarém e Abrantes» (idem, 16), situação que seria agravada com a lei de 1546 proibindo o corte de sobreiros numa vasta área de 10 léguas ao longo do Tejo, onde «eram explorados para o fabrico de carvão ou de cinza para as saboarias do Ribatejo» (idem, 28).

Assim, perante a crescente necessidade de combustível e de matéria-prima para edificações e, sobretudo, para as armadas reais e a marinha mercante, surgiria em 1565, a «Lei das Árvores», estabelecendo os «‘montes baldios’ dos termos» como áreas de arborização prioritária (idem, 29), privilegiando as «espécies dos Géneros *Pinus*, *Quercus* e *Castanea*» (Reboredo e Pais 2012, 37). Deste modo, esta terá sido outra das reconfigurações de paisagens provocada pela Expansão, uma vez que o interesse estatal pela vegetação centrava-se nas «árvores para madeira» (Devy-Vareta 1993, 91) necessária para a construção naval (idem, 93).

Quanto às práticas de *imperialismo ecológico* (Crosby 2004), apesar de os portugueses terem iniciado a transferência de vegetais no século XVI (v. Kury 2004, Fernandes 2012, Ferrão 2013), a «sua lógica de acção» assentava «no sigilo e na protecção do comércio do Oriente» (Kury 2004, 111).

Na verdade, até ao século XVII, o aproveitamento e conhecimento da nossa flora espontânea estava nas mãos dos praticantes de medicina [oficial ou popular], dos comerciantes e preparadores das terapêuticas [boticários, especieiros e ervanários] e das ordens religiosas que congregavam a colecção do saber médico [bibliotecas], com a prática assistencial [médicos, hospitais e boticas], os seus hortos medicinais e as suas vastas propriedades. Daí que Grisley (1656) estranhasse que «Deos enriquecesse este Reyno com tanta abundancia, e variedade de ervas salutíferas, e que sejam tão poucos os q tem noticia dellas».

De facto, ao longo do século XVI, o interesse dos portugueses direccionava-se para as plantas medicinais e naturezas exóticas de além-mar, descritas, entre outros, por Tomé Pires [1516], Simão Álvares [1547/1548], José de Anchieta [1560], Garcia de Orta [1563], Cristóvão da Costa [1578] e Gabriel Soares de Sousa [1587]. Como notaria o Conde de Ficalho no final do século XIX:

«é licito afirmar, que em época alguma se accrescentaram tantas e tão variadas fórmas vegetaes ao peculio das já conhecidas. A vegetação inteiramente nova das terras de Santa Cruz, ou da Africa meridional, e as ricas floras da India, do archipelago malayo e da China, antes apenas entrevistas e agora observadas de perto, enriqueceram, por modo sem igual em tão curto periodo, o conhecimento do mundo vegetal. É certo, que as plantas se não estudaram então systematicamente, e muitos annos decorreram, antes que as fórmas vegetaes se grupassem com methodo, e se descrevessem com rigor.» (Ficalho 1878)

Segundo Carvalho (1987, 10), estas descrições geraram um interesse científico por essas «paragens longínquas» e despertaram a «atenção a quantas surpresas lhes surgiram, na Natureza, observando com minúcia tudo o que já tinham visto no seu próprio ambiente mas a que antes não tinham dado o devido reparo». Similarmente, nesse período, a flora lusitana e a abundância em plantas medicinais, «foi frequentemente admirada por vários estrangeiros, mas raramente é encarada com seriedade pelos próprios portugueses» (Dias 2007, 80).

Terá sido o médico alemão Gabriel Grisley, um dos primeiros a interessar-se pela flora portuguesa. Publicou em 1656, *Desengano para a Medicina*, para tentar

resgatar o conhecimento sobre as «ervas caídas em desprezo» e corrigir os «enganos» decorrentes e em 1661, publicou em Lião a obra *Viridarium Lusitanicum* que permaneceria até à altura da sua reedição pela Academia das Ciências de Lisboa em 1789, o único livro «de Botânica que sobre Portugal houvesse» (Carvalho 1987, 11). Grisley herborizou «sò das que nascem, seis, ou sete legòas ao redor de Lisboa [...], hũ catalogo, q̃ passa de duas mil plãtas, das quaes a terça parte não está escrita, nẽ conhecida de Author algũ» que ofereceu ao rei (Grisley 1656). Consequentemente tinha-lhe sido concedida por D. João IV «a administração de uma horta em Xabregas para cultivar plantas medicinais (Dias 2007, 81), constituindo o primeiro jardim botânico:

«Para q̃ soubéssemos aproveitarnos de hu tão grãde bẽ; & a noticia delle chegasse aos vindouros, ordenou S. M. q̃ Deos guarde, se plãtassem em hũa horta todas as ervas medicinaes, para instrucção dos q̃ por officio estão obrigados a conhecellas [...]. Esta he a desejada occasiaõ para alcãçarem a noticia de ervas, pello menos os obrigados por razão de officio, fazendo exercicio, & estudo nesta horta, a donde pòdem confrontar todas as plantas com os debuxos, & descripções dos Authores, conforme se costuma fazer em todas as Universidade; o que não virà a ser de pouca utilidade, assim em particular, como para o bem comum.» (Grisley 1656)

Refere Carvalho (1987, 12-14) a vinda de naturalistas franceses – Toumefort e Antoine de Jussieu – com o objectivo de estudarem a flora lusitana, nos finais do século XVII e princípios do século XVIII, salientando a publicação, em 1718, da *História das Plantas da Europa* traduzida pelo próprio autor, Jean Vigier. No início do século XVIII, Merveilleux, outro naturalista francês, veio estudar a flora portuguesa a convite de D. João V e nas suas *Memoires instructifs pour un voyageur dans les divers Etats de l'Europe*, publicadas em Amsterdão em 1738, continuava a notar a falta de aproveitamento dos recursos vegetais nacionais:

«A serra de Sintra [...] produz grande número de plantas, curiosas e invulgares, de que os portugueses não tiram vantagem nem sequer pensam nisso [...]. Para mostrar a crassa ignorância dos portugueses basta dizer que mandam vir da Holanda as bagas de zimbro de que necessitam, quando as suas serras estão cheias delas, particularmente a famosa serra da Estrela de que adiante falarei». (cit. por Carvalho 1987, 17-18)

Começa, então, no século XVIII a fazer-se notar a influência dos discursos estrangeiros acerca do valor da flora portuguesa:

«Só com as medicinaes pudera Portugal supprir os balsamos, as massas, e especiarias da India, se os Portugueses foraõ mais curiosos em se dar à intelligencia da Botanica, ou virtude das hervas, e plantas, sendo certo, como confissão os estrangeiros não haver terreno mais bastecido, e fértil de hervas medicinaes, que Portugal, ainda no mais escabroso das suas terras. Assim vemos que por ellas cria a natureza prodigamente sem a dilligencia da cultura.»
(Castro 1745, 238-239)

A descrição da vegetação da serra de Aire surge, então, no *Diccionario Geographico* de Luís Cardoso [1747], eclesiástico natural de Pernes, com conhecimento não só da região, como também do valor desses recursos naturais desprezados na maior parte das obras contemporâneas, numa altura em que as boticas conventuais se encontravam em expansão (v. Oliveira 2011).

«Produz muito rosmaninho, pimenteira, carrasco, aroeira, urze, torga, esteva, medronheiro, murganiça, sargaço, murta, sabugo, e canafrecha. De hervas medicinaes tem varias castas como são; betonica poejos, herva alcar, lingua cervina, ouregãos, almeirões, abroteas, po, lipodia, albardineira, papoula, douradinha, neveda, arruda, artemija - malvas, barbaíco, madresilva, celidonia, herva crina, melfurado, çargacinha, feto, azedas, lingua de vaca, grama, escorcioneira, herva cidreira, herva cobrinha, ou de muro, avenca, marroyos, lirio espadanar, lirio roxo, lirio terreno, boudanha, coroa de rey, alfazema, losna, salva, endros, engos, violas, borragens, chicoreas, celgas, mercuriaes, ortigas, herva molarinha, aypo, eras, e macella gallega.» (Cardoso 1747, 707).

Refere também o mesmo autor a «grande abundancia de alecrim, rosmaninho, e pimenteira» na serra de Albardos (idem, 115), além da seguinte descrição da serra do Arrimal:

«De hervas medicinaes ha varias castas, como são; betonica, poejos, herva alcar, lingua cervina, ouregãos, almeirões, abroteas, polipodio, albardineira, papoula, douradinha, neveda, arruda, artemija, malvas, barbasco, celidonia, herva crina, madressilva, melfurado, çargacinha, feto, azedas, lingua de vaca, grama, escorcioneira, herva cidreira, herva cobrinha, ou herva de muro, avenca, marroyos, lirio espadanar, lirio roxo, lirio terreno, boudanha, coroa de rey, alfazema, losna, salva, endros, violas, engos, borragens, chicorias bravas,

celgas, mercuriaes, ortigas, herua moleirinha, aypo, cras, macella gallega, e outras muitas, que não he possível contallas.» (Cardoso 1747, 609)

Se esta abundância e diversidade disponibilizavam às populações serranas o acesso à flora medicinal espontânea para uso próprio no âmbito da chamada medicina popular, também será certo que por esta altura existia um mercado potencial nas boticas dos conventos e hospitais de Santarém, por exemplo, ou até em Lisboa.

Desde o século XVII que se denunciava que os boticários de Lisboa compravam as essências destiladas a mulheres do campo, como reclamavam Frei Manuel de Azevedo [1668] e Grisley [1656]. Quase um século depois, Curvo Semedo [1720], por exemplo, mencionava que a erva-das-sete-sangrias, utilizada em cozimentos para as febres, podia ser adquirida aos «homens que trazem o tojo a Lisboa para os fornos de pão são os que a conhecem, e a trazem» (cit. por Dias 2007, 129).

Segundo Sousa Dias, no século XVIII, o Rossio seria «o principal local de venda das plantas medicinais e os boticários deslocavam-se a esta praça para as comprar aos ervanários que, segundo o farmacêutico António Ribeiro de Paiva, traziam e vendiam umas plantas por outras» (Dias 2007, 130), tal como preconizara Grisley, nos seus *Desenganos*:

«Da liberdade de poder cada hũ vender as ervas cõ o nome q̃ quizer, nasce este confuso engano; de q̃ se segue necessariõ o desprezo, q̃ he o maior obstáculo para hauer curiosos; se quẽ vêde naõ estiver visto na matéria, facilmete fica enganado quẽ cõpra; resultando disso hũ prejuízo euidente em matéria de tãta estima, como a saúde; pello q̃ se pede, & merece hauer nisto, huã cautella mui cuidadosa, igual ao menos à que se tem em que se não vendão mantimentos danosos». (Grisley 1656, 3)

Deste modo, conclui-se que no século XVIII, despontou não só o interesse pelo conhecimento da flora nacional, como pela potencialidade do seu aproveitamento medicinal. Seriam, porém, os autóctones os melhores conhecedores da sua vegetação, tirando disso proveito na comercialização aos boticários. Fosse por uma questão de abastecimento de matérias-primas, fosse pela capacidade de identificar e manipular as plantas para os efeitos medicinais necessários às preparações do boticário, tais leigos chegavam a fornecer o próprio boticário examinador (Dias 2007, 88).

No entanto, nem todos os que poderiam tirar proveito do acesso às plantas e seu conhecimento estariam oficialmente inscritos nesse circuito, uma vez que em 1763 apenas são referenciados «três ervanários e quatro vendedores de alecrim» (Dias 2007,

130). Podendo tratar-se, já nessa época, de uma actividade paralela inserida na economia informal, o seu «número e peso económico [...] não eram suficientes para que as autoridades sanitárias se mostrassem muito interessadas por eles» (idem).

Apesar da publicação da *Farmacopeia Lusitana* em 1764, não existia ainda um conhecimento sistematizado, nem sobre a flora portuguesa, nem acerca das respectivas *virtudes* medicinais, proporcionando os *enganos* anteriormente delatados por Grisley em 1656 e que já nessa altura propunha «plantar tanta quantidade de cada huã, que aja bastante para poder acudir às necessidades dos doentes [...] deste modo não se depende da incerteza da feira: alcançase a erua fresca, & a legitima» (Grisley 1656, 4).

Como refere Crespo (1989, 107) «a confusão das nosologias que continuava a verificar-se tinha correspondência infeliz em medicamentos ineficazes, sendo uma via aberta à intromissão de boticários e curandeiros na cabeceira dos doentes». De acordo com o mesmo autor, a publicação de várias farmacopeias, dependentes da autorização do Tribunal do Santo Ofício e do parecer da Real Mesa Censória, não facilitava as bases científicas pretendidas, concedendo demasiada liberdade aos boticários pela ausência de uniformidade nas composições e tornando-se um documento acessível a qualquer leitor (idem). Acrescenta ainda que a «extensa lista de produtos susceptíveis de utilização constituía um desafio à criatividade de médicos e de curandeiros, confundidos assim no mesmo acto de relacionamento dos dados da natureza» (idem, 108).

Não obstante a falta de conhecimento consensual, continuava a contestar-se não só a falta de capacidade para rentabilizar a flora portuguesa ao serviço das boticas, como os gastos decorrentes da importação de drogas estrangeiras, também elas passíveis de corrupção. Em 1764, Manuel Gomes de Lima, cirurgião da Casa de Sua Majestade D. José e académico nas Reais Academias Médicas de Espanha e fundador das do Porto, expunha a sua incompreensão:

«Eu me compadeço de que sendo o nosso Reino, e principalmente a nossa Provincia de Entre Douro, e Minho hum jardim ameno, e fertilíssimo, e achando-se nelle, e nella os remedios mais especiaes para as doenças, que acometem aos seus habitadores, sejamos nós tão pouco discretos, que solicitemos a pezo de dinheiro, pela via dos estrangeiros, as drogas da Arábia, India, e outras Regiões, para nos valermos dellas, nas nossas enfermidades, sem talvez do uso de algumas tirarmos outra utilidade, que a nossa ruina, e o nosso arrependimento. Eu não sey porque razão muitas plantas criadas quinhentas, e mil léguas de distancia haõ de ter melhores virtudes, que aquellas, que respiraõ

o mesmo ar, que nos rodea, e que se nutrem dos mesmos succos, de que nós nos alimentamos. [...] Valemo-nos do que os estrangeiros inculcão milagroso, talvez que sem fundamento, e com demasiada credulidade, e deixamos de fazer uso daquelas ervas, com que os nossos pays, e avós à força de experiencias curavaõ as mais perigosas infirmitades». (Lima 1764, 214-217).

Ao desconhecimento e *enganos* que pesavam no comércio de ervas para as preparações terapêuticas, Lima contrapunha notícias de fraude nos produtos importados:

«Ignora V. m. por acaso, que nisto de drogas, e de remedios de fóra do Reino há mil enganos, e mil simulações? [...] Basta dizer a V. m. que naquellas, que são mais commuas nas boticas, e que todos os dias se despachaõ, está a mayor fraude. Quem dirá, que o manná se falsifica, e se substitue com huma preparação de mel branco, e escamónea? Que a escamónea se contrafaz com pez, resina e pós violentos?» (Idem, 217-223).

Considerando «não haver remedio mais prompto, e efficaz para evitar enganos, e experimentar bons sucessos nas curas dos nossos enfermos, que valermo-nos daquelas ervas vulgares, que se encontraõ nos nossos campos, e nos nossos montes» (idem, 225), Lima propôs-se elaborar um catálogo das plantas «que se crião no Reino de Portugal, com a sua descripção, e virtudes», seguindo o «estylo de Geoffroy, de Quer, de Jame, e de outros que trataõ dellas debaixo do nome Latino», oferecendo a «descripção della, e as suas espécies; seguirse-ha a analyses, e por fim as virtudes, e preparados» (Lima 1764, 230), a publicar no seu *Diário Universal*.

Em 1768, o rei D. José incumbiu Domenico Vandelli de criar o Real Jardim Botânico na Ajuda, junto ao palácio real, com o objectivo de constituir um «lugar aprazível para os soberanos e meio de instrução e de educação científica para os infantes» e de «para nele se efectuarem experiências sobre cultura de plantas das quais se pudessem vir a retirar benefícios de interesse económico para a nação» (Carvalho 1987, 69).

Nesse sentido, compreende-se que embora tivessem subjacente uma certa perspectiva estética e decorativa (Goody 1993), estes jardins primavam pelo aspecto funcional da aprendizagem e da experimentação em relação às espécies vegetais. Talvez por essa razão, Matos Sequeira referisse que «os jardins dos nossos monarcas avultavam mais em hervas e plantas medicinais do que propriamente em flores de adorno» (Sequeira 1917, 123). Esta perspectiva sobressai na resposta dada pelo Marquês de Pombal em 1773, ao plano elaborado por Vandelli para o Jardim Botânico da

Universidade de Coimbra, na sequência do despesismo gerado pelo Real Jardim Botânico da Ajuda, onde Vandelli reunira cerca de cinco mil espécies (Carvalho 1987, 70):

«D’aqui veio que ideando elles n’esta Côrte, junto ao Palacio de N. S. d’Ajuda, em pequeno espaço de terra um jardim de plantas para a curiosidade, quando eu menos esperava, achei mais de 100\$000 cruzados de despêsa, tão exorbitante como inutil. [...] Eu porém entendi até agora, e entenderei sempre, que as cousas não são boas, porque são muito custosas, e magníficas; mas sim, e tão somente porque são próprias, e adequadas para o uso que d’ellas se-deve fazer: isto que a razão me-dictou sempre vi praticado, especialmente nos Jardins Botânicos das Universidades d’Inglaterra, Hollanda, e Alemanha; e o mesmo me-consta que sucede no de Padua; porque nenhum d’estes foi feito com dinheiro Portuguez.» (Jornal de Coimbra 1820, vol. XVI, Parte II, 193-194).

Baseando-se naqueles modelos de Jardins Botânicos, Pombal mostrava o seu desprezo pela «curiosidade já viciosa, e transcendente dos sequazes de Linneo, que hoje tem arruinado as suas casas para mostrarem o Malmequer da Persia, uma assucena da Turquia, e uma geração, e propagação de A’loes com diferentes appellidos, que as fazem pomposas» (idem, 194). Recusando o projecto inicialmente proposto, o Marquês manda «delinear outro plano, reduzido somente ao número de ervas medicinaes, que são indispensáveis aos exercícios botânicos, e necessarias para se-darem aos Estudantes as noções precisas» (idem). Distinguindo entre «o tal Jardim de estudo de rapazes, e não de orientação de Príncipes, ou de Particulares», conclui determinando que se deixasse «para outro tempo o que pertence ao luxo botânico, que actualmente grassa em toda a Europa [...], que estão arruinando grandes casas para mostrarem bredos, beldroegas, e poejos da India, da China e da Arabia» (idem).

Será de notar a oposição nítida entre a funcionalidade das plantas medicinais e a ostentação de espécies vulgares mas exóticas, mas sem contudo se verificar uma valorização da flora nacional ainda não sistematizada nessa altura. Numa carta a Vandelli em 1765, Lineu refere que «uma vez que toda a Europa já foi palmilhada pelos botânicos, falta só explorar a Índia europeia, esta terra felicíssima que é Portugal».¹³ Acrescentaria ainda Lineu que sobre «a flora lusitana há só o Viridarium de Grisley e um trabalho de Tournefort, sem desenhos, com descrições que ninguém entende. Quem poderá escrever agora uma Flora Lusitanica?».¹⁴ Enquanto Vandelli impulsionava as *Viagens Filosóficas*¹⁵ que se realizariam em 1783 – Feijó a Cabo Verde, Donatti a

Angola, Galvão da Silva a Goa e Moçambique, Frei Veloso e Rodrigues Ferreira ao Brasil – e Brotero publicava em Paris [1788] um compêndio de Botânica em português, em 1798 a flora nacional iria merecer a atenção dos alemães Link e Hoffmansegg (Carvalho 1987).

Numa altura em que as grandes nações europeias já tinham coligido as suas *floras*, a ausência de uma publicação deste género «sistemizada segundo os conceitos modernos» perante as potencialidades que vinham sendo apontadas pelos estrangeiros, «tornava o nosso país cobiçado pelos naturalistas europeus que [...] tinham um território fértil em novidades botânicas ao seu fácil alcance» (Carvalho 1987, 116-117). Terá sido neste contexto que Botero foi instado pelo Governo para publicar a sua *Flora Lusitanica* [1804] antes da *Flore Portugaise* (Link e Hoffmansegg 1809), criando a «nomenclatura botânica portuguesa» (Carvalho 1987, 118).

Não obstante a falta de investimento no aproveitamento do potencial económico da vegetação nacional para a farmacêutica, Lisboa era o «grande centro abastecedor do império português em produtos farmacêuticos» (Dias 2007, 154), de onde partiam drogas e medicamentos enviados não só pelo Estado, como através de transacções entre particulares (idem, 159). No caso do Brasil, os boticários que ali se estabeleciam recorriam aos «antigos mestres e conhecidos» para que lhes remetessem os produtos para repor as existências (idem), estratégia que possivelmente também seguiriam os mercadores que, em São Paulo, no final do século XVIII, superavam os boticários em número e clientela, vendendo os remédios a preços mais acessíveis (Marques 1999, 187).

Segundo António Flor,¹⁶ um dos interlocutores que entrevistei no decurso do trabalho de campo realizado, existem elementos que comprovam que em 1810 já eram comercializadas plantas das Serras de Aire e Candeeiros para o Brasil, num desses circuitos de transacções particulares. De acordo com a sua experiência de investigação e longo contacto com as populações serranas, refere a emigração para o Brasil, no século XIX, como um dos factores que impulsionou a colheita de plantas para venda na região – principalmente rosmaninho e alecrim –, através dos contactos familiares e posteriores relações comerciais. Será, então, possível que o registo no calão minderico de *Mané-boticairo*, como código para negociante, esteja relacionado com este tipo de comércio, uma vez que não «consta que êste homem tivesse tido qualquer farmácia» (Frazão 1939 [1937], 106 e 127).

O circuito comercial das plantas autóctones com valor medicinal seria, então, explorado essencialmente por particulares, mantendo-se o Estado à margem da exploração económica e científica da flora portuguesa. Tendo em conta que a Farmacopeia foi publicada antes da Flora Lusitana, poderá entender-se a permanência de um hiato entre o património vegetal cientificamente documentado e as suas potencialidades farmacológicas, o que favorecia os negócios dos boticários. Nesse sentido, surgiu a necessidade de reunir informação com autoridade médica:

«A Portaria de 24 d’Outubro de 1812 vai abrir huma nova porta para a indagação da Medicina indígena, ou do methodo de curar próprio do Paiz, que habitamos com os Medicamentos, que a experiencia mostra mais adequados á constituição e natureza dos nossos Patrícios, colligindo exactas, e repetidas observações das moléstias, a que elles são mais frequentemente sujeitos.» (Silva 1813, 138)

Mandando que «os Médicos e Cirurgiões dem mensalmente conta das molestias, que grassão nos Districtos da sua Clínica» aos Provedores das Comarcas que as deviam encaminhar para a Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino,¹⁷ pretendia-se que as *Contas* elaboradas fossem «precedidas de huma revista sobre o solo, agoas, atmosfera, plantas, animaes, e o homem, do paiz».¹⁸ Quanto às plantas, deveriam reportar as que «vegetão espontaneamente ou por cultura; quaes servem de alimento, quaes os usos médicos, ou outros; se he grande a força da vegetação», designadas «pelos nomes vulgares; e pelos do systema de Linneu».¹⁹ A respeito da região de Santarém, relatava o respectivo médico:

«Os Medicamentos, que até ao presente sei, produz este paiz, são os seguintes: Almeirão, Labaça, Bardana, Grama, Aipo, Funcho, Gilbardeira, Aspargo, Legação, Cicúta, Fumária, Centaurea menor, Marcella, Sabugo, Agrimónia, Saponária, Taráxaco, Dedaleira, Avenca, Althéa, Viola, Sargacinha, Doiradinha, Salva, Manjarona, Poejos, Ouregãos, Espinha cervina, Verónica, Coroa de Rei, Losna, Rosmaninho, Murta, Alecrim, Herva Crina, Cidreira, Terrestre, Marroios brancos, Hypericão, Camedrios, e Salgueiro branco. Com este ultimo em substância, e em cosimento tenho curado algumas vezes as intermitentes nos habitantes dos redores d’esta Villa, que não podião chegar ao preço da Quina.» (Silva 1813, 147)

Note-se que as plantas espontâneas são consideradas *medicamentos*, como se ao invés de pertencerem ao reino vegetal fossem directamente classificadas como

formas terapêuticas, evidenciando a separação entre a Botânica e a Medicina. Para tentar ultrapassar essa lacuna e reconciliar ambas, Figueiredo (1820) publicaria no *Jornal de Coimbra* a «Materia Pharmaceutica Vegetal Portuguesa para Utilidade da Nação e Commodidade dos Boticários», cuja pertinência assim justificava:

«A experiência me fez conhecer, que é muito pequeno o número dos símplices vegetaes portugueses que se achão nas nossas Boticas, em comparação dos muitos de preciosas virtudes, que ou são indígenas de Portugal, ou que já hoje de juro e herdade merecem este titulo. Isto me fez conceber o projecto de offerecer aos Boticários de Portugal e aos Médicos meus patriotas, um trabalho que habilita os primeiros a ter providos os seus dispensatórios de remédios da sua pátria e os segundos a poder aplicar aos seus doentes poderes, que até á publicação da *Flora Lusitanica* do Dr. Brotero não podião conhecer em Portugal.» (Figueiredo 1820, 181-182)

E se as plantas aromáticas e medicinais assumiam importância como matéria-prima para as terapêuticas aplicadas na medicina, designadas como *medicamentos*, também constituíam recursos para medidas de saúde pública, oficializando e ampliando as práticas:

«em 1822 grassando na Europa uma epidemia de cólera que se alastrou à Península Ibérica, determinou a Câmara de Santarém que todos os sábados à noite fossem queimadas nas ruas e travessas da villa seis carradas de rosmaninho, alecrim e outras plantas aromáticas para combater o mal». (Fonseca 2012, 96)

Não seria por isso de estranhar que, nas serras do Maciço Calcário Estremenho, houvesse quem tirasse proveito da flora espontânea, quer no âmbito da medicina popular, quer comercializando plantas medicinais, perante a abundância e diversidade já reconhecida em meados do século XVIII e a ausência de um aproveitamento desses recursos ao nível estatal.

Entretanto, acompanhando uma crescente valorização do potencial agrícola da terra, ressurgiu o interesse pela silvicultura. Em 1824, instituiu-se a Administração-Geral das Matas, com vista à gestão do património florestal do Estado que, apesar de tentada a seguir o Código Florestal francês [1827] na inclusão da gestão dos terrenos arborizados dos baldios, acabaria por ser extinta em 1886, cingindo-se o Plano de organização dos Serviços Florestais, ao ordenamento das matas e florestação das serras e dunas (Devy-Vareta 2003).

Um manual de Medicina Administrativa e Legislativa publicado em 1863, ao abordar a silvicultura e reflectindo acerca das leis relativas à «administração, conservação e usufructo das matas e de quaisquer arvoredos do estado e camaras municipaes», salienta que «além de deficientes, não têm sido devidamente executadas na parte que ainda está em vigor, mormente pelo que respeita ás camaras municipaes» (Pinto 1863, 195). Ainda que o relatório do inspector-geral das matas nacionais de 1859 mostrasse algumas melhoras na administração florestal, Pinto (1863, 196) considerava importante que se «povoem de arvoredo nossos extensos areas e muitos dos terrenos ainda incultos, e que se redija um código florestal, que regule a administração assim das florestas do estado e camaras, como tambem das dos particulares». Sobressai, novamente, o contributo da vegetação para a saúde:

«Como os arvoredos podem tornar-se proveitosos ou nocivos á salubridade das localidades segundo as respectivas condições climatológicas, mórmente junto ás povoações; nunca deveria porisso permitir-se cortar ou plantar matas públicas ou municipaes, e até em algumas circumstancias as particulares, sem tomar em consideração a sua influencia nas condições de salubridade do respectivo clima. Deve o governo ouvir o conselho de saude pública quanto às matas do estado, e as camaras o médico de partido quanto aos arvoredos do município. Fôra porém de grande utilidade, que o conselho de saúde, bem informado por seus delegados sobre o clima e mais circumstancias de cada concelho, redigisse umas instrucções de silvicultura com applicação á hygiene do paiz, pelas quaes se governassem os facultativos em suas consultas. Só por este modo se póde evitar que algumas camaras arborizem sem attenderem ás condições do clima e á escolha das arvores, e que pelo contrário outras nem uma só arvore plantem, onde muito se carecia d’ellas.» (Pinto 1863,196)

Reconhece-se, então, a influência da vegetação no clima e na salubridade, contribuindo para a saúde das populações, propondo-se a instrução para a intervenção dos médicos na silvicultura.

Em 1867, pelo Decreto de 21 de Setembro, o Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria encarregou o Instituto Geográfico de «proceder ao reconhecimento, determinação e estudos dos terrenos, cuja arborização é necessária e útil» (Instituto Geografico 1868). O relatório elaborado reporta as dificuldades dos funcionários requisitados para a tarefa «cujos estudos não só eram um pouco estranhos ás especialidades de muitos d’estes funcionarios, como porque a sua maioria não

estava preparada para os fazer» (idem, 1). Na elaboração do documento colaboraram o director e segundo adjunto da extinta Comissão Geológica que, tendo recentemente completado o «reconhecimento geológico do reino [...] deviam d’elle conhecer uma grande parte», pelo que poderiam «sobre a carta geográfica do reino [...] esboçar as diversas manchas do solo inculto» (idem). Perante estas dificuldades, esclarece-se que tal «esboço ou carta [...] não é a representação graphica exacta do solo inculto de todo o paiz; nem o relatório é a sua verdadeira descrição» (idem, 2).

Se o teor do officio introdutório já deixava explícita a falta de conhecimentos relativo ao território, o conteúdo do relatório de arborização evidencia a escassa importância dada à região das serras de Aire e Candeeiros. Incluídas na «região sul-occidental», as «serranias que vão de Rio-Maior a Porto-de-Moz e a Minde [...], que representam a porção mais importante da faixa montanhosa, são ao mesmo tempo a parte do solo inculto que mais avulta» (idem, 197). A partir da descrição da sua constituição geológica, «se infere [...] quanto esta estrutura e condições do solo devem influir não só na cultura, como também na própria vegetação sylvestre» (idem). Conclui-se que:

«De facto as cumiadas e as encostas fragosas das serras de que se trata acham-se desnudadas, e os calcareos são revestidos apenas por algas e alguns musgos: só nas fendas ou cavidades, [...] se vê um ou outro carrasco, carvalheira, ou zambujeiro solitário; podendo assegurar-se que nas encostas d’estas serras o desenvolvimento de uma floresta será muito moroso. Para fazer vingar ali qualquer essência florestal, é preciso aproveitar todos os pequenos acidentes do solo, e auxiliar a sua acção protectora com arvoredo e mato.» (Instituto Geographico 1868, 197-198)

Porém, destaca-se que «nas planuras da Mendiga, ao poente de Minde; [...] nos valleiros e depressões de Arrimalde e Cerro-Ventoso; no Valle-da-Serra, a SE d’Aire, [...] se encontra entre os fragedos solo vegetal, [...] entre diversas culturas, a da oliveira, do carvalho, do azinho e do sobro» (idem, 198).

Outro aspecto que será de salientar é a ausência a referências acerca da flora medicinal. É certo que se pretendia valorizar os terrenos incultos com a «criação de riquezas florestaes» (idem, 5), mas será de notar que apesar dos diversos discursos defendendo a potencialidade económica da flora espontânea na farmacêutica (Grisley 1656, Castro 1745, Lima 1764, Figueiredo 1820), as plantas medicinais não estavam, à época, contempladas nesta categoria. Constata-se, então, que apesar de, desde meados do século XVIII se encontrar descrita a abundância e diversidade da flora aromática e

medicinal deste espaço (Cardoso 1747), esta ainda não entrava nas «considerações de economia publica» do século seguinte (Instituto Geographico 1868, 5). Não será, no entanto, de descurar o valor económico que este recurso poderia assumir para as populações locais que, pelo menos desde o século XIX, colhia a flora espontânea com valor medicinal para vender no circuito de boticas e ervanárias.

O *Plano de Arborização da Serra d’Aire*, da autoria de Bernardino Barros Gomes – elaborado nessa época em que o «País não está ainda reconhecido» (Devy-Vareta e Garcia 1989, 142) e em que aquela área não suscitava interesse, atendendo às escassas referências no Relatório de Arborização Geral de 1868 – assumiria particular relevância em plena vigência do Estado Novo, sendo nessa altura publicado (Gomes 1948). Analisando a bibliografia geobotânica de Portugal entre 1938-1946 ou mesmo o mapa dos principais reconhecimentos geobotânicos realizados no país apresentados por Myre e Silva (1949), não se encontra referenciada a zona abrangida pelo PNSAC, o que reforça a pertinência da publicação do relatório de Barros Gomes sobre um espaço frequentemente ignorado e ainda pouco conhecido em 1948:

«permite-nos admirar judiciosas considerações sobre o emprego de certas espécies no revestimento dos terrenos calcáricos, uma notável previsão sobre a influência que as vias de comunicação viriam a ter sobre a valorização da região, observações valiosas acerca da vegetação espontânea, **como se previsse o valor dos estudos fitossociológicos só agora reconhecido**». (Gomes 1948, 5-6; meu grifo)

A «previsão» do valor dos estudos fitossociológicos atribuída a Barros Gomes resulta da sua formação em silvicultura realizada na Saxónia e do seu contexto familiar. Filho de um médico doutorado em Paris e neto do médico e naturalista Bernardino António Gomes que participara em levantamentos botânicos no Brasil (Devy-Vareta e Garcia 1989, 141), Barros Gomes tinha a capacidade de conjugar o interesse económico da flora espontânea com as suas potenciais aplicações medicinais. O seu avô, Bernardino António Gomes, tinha publicado entre 1798 e 1822, «em Portugal e no Brasil, vários relatórios descrevendo a morfologia, ocorrência e propriedades farmacêuticas de plantas brasileiras e portuguesas, e também sobre a incidência e terapia de doenças infecciosas» (Santos e Pinto 2012, 166). Na sua obra destaca-se a preocupação de «familiarizar os portugueses com as práticas científicas reconhecidas internacionalmente para a descrição de plantas» e o facto dos seus «trabalhos sobre propriedades medicinais de plantas e suas análises químicas da quina fizeram com que

suas pesquisas fossem citadas internacionalmente» (Kury 2004, 113). Segundo Lopes (1890, 72) terá também sido responsável pela «criação do horto botânico da escola medica de Lisboa».

Compreende-se, assim, que o seu neto Barros Gomes em 1868 concedesse o devido valor à flora espontânea de utilidade medicinal. No entanto, as suas “observações valiosas” recuperam a «interessante descrição» do padre Luís Cardoso (1747), salientando que apesar «da incerteza botânica inerente a designação deste género não deixa esta inenumeração de dar uma boa ideia da vegetação espontânea hoje tão amesquinhada, desta serra» (Gomes 1948, 10-11).

O esboço de regime florestal definido no Plano de Organização dos Serviços Florestais de 1886, para o ordenamento das matas e florestação nas serras e nas dunas (Devy-Vareta 2003), começa a ser aplicado com a arborização nas serras do Gerês e da Estrela, decretada em 1888 (Estêvão 1983). Segundo Radich e Baptista (2005, 145) a «área de sementeiras efectuadas pelos serviços públicos, entre 1886-87 e 1936 ascende a pouco mais de 50 mil hectares, dos quais uns 25 mil nas dunas, 18 mil nas serras, o restante em “terrenos firmes”». Atendendo ao contexto político da década seguinte, marcado pelo Ultimato e pelo agravamento da crise financeira e social, o projecto do regime florestal só tornaria a ganhar novo fôlego com a reorganização dos Serviços Florestais e Aquícolas, em 1901, centrada na florestação dos incultos (Devy-Vareta 2003), regulamentada em 1903 (Estêvão 1983). Essa política florestal pretendia travar a privatização dos baldios, transformar as práticas de utilização do solo nesses terrenos e impedir a degradação dos solos, aumentando a área da floresta pública (Devy-Vareta 2003). Nesse sentido, estabeleciam-se três modalidades: o regime total para os terrenos pertencentes ao Estado; parcial nos terrenos das Câmaras, Juntas de Freguesias e outras associações; parcial e de simples polícia florestal, nas propriedades particulares (Devy-Vareta 2003, Estêvão 1983).

No entanto, apenas em meados do século XX, ao retomar o processo de arborização dos baldios durante o Estado Novo, as entidades governamentais afloram o potencial da vegetação da serra de Aires, que começava a ser desvendada, em parte devido às peregrinações a Fátima, como se reconhece na nota preliminar da publicação do Projecto de Arborização de Barros Gomes:

«Agora que Fátima veio chamar a atenção para a Serra de Aire, o relatório que apresentamos tem mais esse motivo de actualidade, por dizer respeito a uma

região em via de grande transformação, por exigências daquela fé que move montanhas e dá a paz.» (Gomes 1948, 5)

Ainda assim, o mapeamento oficial daquela região permanecia motivo de discórdia. Martins (1949, 18-19) apontaria vários erros, subentendendo-se que, até então, não existia um conhecimento exacto do terreno por parte das entidades oficiais. Como nota Frake (2008, 439), a organização incorporada, enquanto característica universal da nomeação dos lugares, permite que qualquer local possa reivindicar uma série de nomes. Torna-se, por isso, interessante constatar a crítica de Barros Gomes ao trabalho de Luís Cardoso:

«Mas este autor abrange e descreve sob o nome de “Serra d’Ayre” toda a região montanhosa de que faz parte a serra hoje e já então, mais especialmente designada por este nome [...] sem cuidar de o pôr em harmonia perfeita com as designações sempre mais vagas do povo e dos velhos autores.» (Gomes 1948, 10)

Por outro lado, também o trabalho de Martins (1949) que veio conferir uma nova unidade à região em causa sob o nome de Maciço Calcário Estremenho em substituição da expressão «Maciço de Porto de Mós» proposta por Chauffat [1880] retoma a problemática da nomeação e identificação da paisagem. A argumentação em torno da toponímia dos lugares e da orografia do terreno permite confirmar o domínio dos populares sobre as instâncias oficiais, tanto políticas, como científicas:

«Pereira de Sousa [1903], louvando-se em Bautista de Castro, pretendeu substituí-la e sugeriu Maciço de Albardos, porque, dizia, Serra de Albardos era o nome popular dado outrora às montanhas compreendidas entre Leiria, Ourém e Rio Maior. No primeiro instante, esse topónimo – Maciço de Albardos – [...] terá, segundo Pereira de Sousa, uma tradição no falar das gentes suficiente para o legitimar». (Martins 1949, 30)

Porém, o autor acrescentaria que «o topónimo Albardos, conservado ainda na linguagem popular como nome antigo da *serra de Porto de Mós*²⁰ nunca se estendeu a toda a região alta, correspondendo apenas a um acidente» (idem, 31). Para tentar esclarecer o assunto, Martins recorre às descrições de Carvalho da Costa [1703-1715], de Luís Cardoso [1747] e de Bautista de Castro [1762-1763], concluindo que o primeiro não menciona Albardos, que em Cardoso corresponde à «serra hoje denominada dos Candieiros» e que o último se refere à serra de Albardos ou de Minde. Na sua

interpretação, Martins defende tratar-se antes de «uma limitação à série de nomes que o povo dava aos diferentes relevos da região» (idem, 32), apoiando-se na obra do padre Cardoso:

«Ayre. Serra na Provincia da Estremadura. Começa a ter este nome no sitio do Furadouro, Termo da Villa de Ourem, e o conserva por espaço de quatro léguas até ao Lugar de Minde, situado em hum dilatado vale, que a serra forma quasi nas suas raízes para a parte do Occidente. Deste lugar caminha com os nomes de serra do Patelo, Val da Trave, Albardos, Mendiga, Porto de Moz, Alcanede, Arrimal, Val de Ventos, e Candieiros» (Cardoso 1747, 706).

Além de se subentender que, em tempos antigos, uma parte da serra de Aire era conhecida como *serra de Vale da Trave*, importa sobretudo reter que, não obstante as diversas tentativas de mapeamento e de ordenamento dos recursos, em meados do século XX, continuavam a ser as populações autóctones quem detinha o melhor conhecimento do espaço e das suas potencialidades. As autoridades científicas procuravam alinhar o conhecimento produzido com o conhecimento local, num interessante processo de triangulação entre a população, os cientistas e o Estado:

«Se nas zonas baixas dos confins perguntarmos a qualquer do povo o nome da região alta, ouviremos como resposta, e repetidos alguns topónimos com maior constância, uma designação particular a cada um dos acidentes perfilados no horizonte – Serra de Aire, Candieiros, Serra (é o Planalto de Santo António) –, mas em vão esperaremos um nome que abranja o conjunto [...] os autóctones, muito embora se apercebam da identidade de algumas características topográficas e morfológicas [...] foram igualmente incapazes de exprimir num topónimo geral a unidade geográfica pressentida.» (Martins 1949, 27)

Evidencia-se uma distinção entre as *visões locais* acerca do ambiente, apresentadas como ilusórias e incompletas, e a *visão global* imbuída de objectividade e totalidade (Ingold 1993, 31). Assente num modo de apreensão completamente diferente, baseado num compromisso activo e perceptual com componentes do mundo vivido no empreendimento prático da vida, a perspectiva local acerca da paisagem incorporada (Ingold 2000) viria a ser subordinada ao conhecimento científico.

De certo modo, esta distinção viria, posteriormente, a contribuir para legitimar o «*desempoderamento* das populações locais na gestão dos seus ambientes» (Alexiades 2009, 80), no final da década de 1970, com a criação do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros cujo estatuto se fundamentava na individualidade desta unidade

geomorfológica identificada por Martins (v. SNPRPP 1981). Constituindo ainda «um trabalho de referência actual» sobre a individualidade deste espaço (Carvalho *et al.* 2011, 7), o trabalho de Fernandes Martins foi fundamental para se concluir que a «singularidade do património natural e da paisagem do MCE resultam da conjugação das suas características calcárias com a sua sobrelevação e posição geográfica na Bacia Lusitaniana» (idem, 34).

Inerente ao reconhecimento do valor científico do património natural e da paisagem unificados numa nova categoria – o Maciço Calcário Estremenho – a necessidade de preservação desse valor viria a sobrepor-se às topografias autóctones através de *mapeamentos* e *zonamentos* que passariam a regular os usos e actividades locais, gradualmente submetidos às definições de *protecção da paisagem* adoptadas pelo Estado em consonância com as deliberações internacionais.

NOTAS

¹ Estudo dos restos de madeira carbonizados provenientes seja de sítios arqueológicos ou de solos.

² Escarpa de falha que se estende desde Ourém, a Norte, até Rio Maior, a Sul.

³ Ecótonos consistem em áreas de transição ambiental, onde comunidades ecológicas diferentes entram em contato. Possuem uma grande biodiversidade sendo encontrados organismos pertencentes aos ecossistemas em contato ou a espécies endémicas do próprio ecótono.

⁴ Através desta estratégia de prerrogativas que durou até 1672, quanto mais urgente e necessário o povoamento de um lugar, maior o «número de crimes» defendidos pelo marco do couto, onde a impunidade atraía as famílias para que se constituíssem as povoações, sendo depois mudado para outro local (Natividade 1960).

⁵ Efectuei um levantamento dos nomes dos lugares pertencentes às freguesias abrangidas pela área do PNSAC. Com base na toponímia, estabeleci como temas: Água, Flora, Fauna, Distância, Agricultura, Casal, Actividade Económica, Outros, Relevo (subcategorias Terreno, Orografia, Vale e Covão), Religião, Eclesiástico, Rei. Analisados os resultados por freguesia foi possível obter conjuntos temáticos a partir da concentração de frequências relativas: Elementos Naturais (relevo, água, flora e fauna), Elementos relacionados com o povoamento (agricultura, casal, actividade económica, outros).

⁶ Urtiga, Orjo (cevada), Junco, Cana, Feto, Murta, Silva, Codesso, Tremoço, Giesta, Loureiro, Pinheiro, Figueira, Carrasco, Zambujeira, Carvalho, Freixo, Azinheira, Amieiro, Sobreiro, Sabugueiro, Castanheiro, Ginjeira, Amoreira, Ameixoeira, Macieira, Pereiro, Cidreira, Nogueira, Laranjeira.

⁷ Informações dadas por Elisa e Maria Celeste, de Vale da Trave.

⁸ Jornal de Coimbra, 1820, vol. 16, Parte II, Num LXXXVII, p. 84.

⁹ Dicionário Aberto [<http://www.dicionario-aberto.net>], Infopedia Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora [<http://www.infopedia.pt/língua-portuguesa/>], Priberam Dicionário da Língua Portuguesa On-Line [<http://www.priberam.pt/dlpo>].

¹⁰ De que nos dão conta várias nomeações de monteiros, guardadores e moços de matas na região.

Veja-se, por exemplo: «A Brás Álvares, escudeiro, morador em Santarém, mercê do ofício de Monteiro-Mór da Montaria dessa vila e seu termo e de Torres Novas, Pernes, Alcanede e Muge, em substituição de Sebastião Álvares, seu pai, que faleceu», com data de 4 de Agosto de 1516. ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 25, fl. 94.

¹¹ Em 1414 D. João I mandou coutar todas as perdizes do termo de Alcanede e de Pernes. (Carta de D. João I, Rei de Portugal, mandando coutar todas as perdizes do termo de Alcanede e de Pernes, ANTT, Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis, mc. 9, n.º 829).

¹² Cf. A.N.T.T., «A Dom Diogo Lobo, Barão de Alvito, doação das rendas das saboarias pretas das vilas de Torres Novas, de Soure, de Pombal, de Alcanede e de Alcobaça e de seus termos, as quais foram de Dona Joana de Noronha, conforme uma sucessão de cartas, a primeira, dada em Montemor-o-Novo, a 13 de Janeiro de 1485, ainda sendo D. Manuel duque, e confirmada em Torres Vedras, a 9 de Setembro de 1496», Chancelaria de D. Manuel I, liv. 15, fl. 18.

¹³ Santo, Dalila Espírito. [s.d.] «O Drageiro e Vandelli». In *O Botânico*, Associação Ibero-Macaronésica de Jardins Botânicos, n.º 3. Disponível *on-line* através de http://www.elbotanico.org/revista3_articulos/drageiro_vandelli_dalila_espirito_santo.pdf (acedido em Novembro de 2014).

¹⁴ Idem.

¹⁵ *Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar.*

¹⁶ António Flor é técnico no PNSAC, especialista em botânica.

¹⁷ Portaria de 24 de Outubro de 1812, *Jornal de Coimbra*, vol. II, p. 274-275.

¹⁸ Art. X, *Jornal de Coimbra*, vol. 3, 1813, p. 398.

¹⁹ Idem, p. 398-399.

²⁰ Segundo nota do autor: «trata-se do tramo setentrional da Serra dos Candieiros, que se levanta ao sul de Porto de Mós, sobranceiro aos Casais de S. Teresa e Ataíja e Pé da Serram a ponte, Ribeira e Figueiredo, a levante.» (Martins 1949, 31).

V

Flora Protegida

«Na cor, quando se vê de longe, é a monotonia do cinzento azulado, quebrada às vezes pelo tom alvacento da pedra talhada de fresco; mais de perto, o colorido enriquece com o vermelho das argilas de descalcificação e, aqui ou além, com as tonalidades douradas das areias quartzosas. O mundo vegetal contribui com o verde coriáceo dos carrascos e o verde prateado dos olivais; dá toda a gama de verdes dos arbustos xerófitos, o verde escuro das agulhas dos pinheiros, o verde metálico da fronde do carvalho português e a sanguínea dos sobreiros descortiçados de pouco. Na época própria, os arbustos – alecrim, tojo, onde o há, a murta, o rosmaninho... - esplendem floridos, introduzindo garridas manchas de cor, - mas sempre o cinzento absorve tudo: e, mais claro ou mais escuro, o Maciço, de longe, não é senão um relevo cinzento-azulado a projectar-se num céu que lembra já o Mediterrâneo.»
(Martins 1949).

No seio desta paisagem, ainda pouco divulgada nos anos 1940, cuja riqueza florística despertava o interesse de empresas ligadas ao negócio da ervanária em Vale da Trave, aliciada por angariadores e exportadores de plantas, Celeste da Conceição Santos iniciava-se na colheita da flora espontânea das serras de Aire e Candeeiros, principalmente de alecrim e orégãos. Após o processamento – secagem, limpeza e armazenagem – eram vendidos, por intermédio de um angariador, à Antiga Ervanária da Anunciada de Lisboa. Com a sua capacidade empreendedora, começou também ela a comprar ervas e plantas de outras mulheres da região e a vender directamente.

A paisagem local seria, entretanto, valorizada pelo trabalho de Martins (1949, 224-228) acerca do Maciço Calcário Estremenho, distinguindo o autor as zonas de *garrigue siliciosa*, com «espécies calcícolas – como a esteva, a aroeira, a morganiça, o carrasco e outras, o que lhe dá o tom são os tojos (*Ulex sp.* e *Genista falcata* Brot.)» das de *garrigue calcária*, onde:

«com excepção total dos tojos, figuram além das espécies referidas [...] o alecrim (*Rosmarinus officinalis* L), o rosmaninho (*Lavandula Stoechas* L), a carvalhiça (*Quercus fruticosa* Brot), o espinheiro, o cardo (diferentes espécies...), a pimenteira (*Vitex Agnus-castus* L), a gilbardeira (*Ruscus aculeatus* L), o sargaço (*Cistus monspelienses* L e *Cistus* sp.), o lentisco (*Phillyria angustifolia* L), os perfumados tomilhos (*Thymus vulgaris* L), a urze (*Erica arborea* L) e a murta (*Myrtus communis* L).» (Martins 1949, 225)



Imagem 12 – Rosmaninho e tojo, Vale da Trave. (Foto de Maio de 2010).



Imagem 13 – Murta, Vale da Trave. (Foto de Abril de 2012).

Destacando «a mais bela e autêntica mancha de *maquis* de todo o Maciço», com sobreiros, medronheiros, adernos [*Phillyria latifolia* L.], folhado [*Viburnum Tinus* L.], aroeira, madressilva, gilbardeira, carvalhiças e carrasco, que considera «uma intrincada e odorante relíquia das velhas matas reminiscentes nas memórias dos povos» (idem, 228). Refere ainda o domínio do pinheiro marítimo (*Pinus pinaster* Ait), «acompanhado por grupos de pinheiros mansos (*Pinus pinea* L)» e do género *Quercus*, dando igualmente conta de que «há alguns anos para cá uma outra espécie, esta exótica – o eucalipto (*Eucalyptus globulus* Labill.) – tem assentado arraiais num ou noutro sector do Maciço» (idem, 225).

De facto, nos meados do século XIX surgira um fascínio pela introdução de plantas exóticas, impulsionado pela Real Tapada das Necessidades e pelo Parque da Pena de D. Fernando II, rei consorte da rainha D. Maria II (Rosa 2013, 10), pelo Passeio Público e pelo Passeio da Estrela, jardins que exibiam «um grande gosto pelo coleccionismo botânico, principalmente virado para um gosto mais exótico» (idem, 26). No entanto, a introdução da cultura de espécies de origem australiana, como o eucalipto, remonta à década de 1850, na Quinta do Lumiar em Lisboa (Fernandes 2012, 29). Como notam Alves, Pereira e Silva (2007) a respeito do eucalipto:

«Em Portugal, a introdução e a expansão, durante muitos anos, devem-se, não a qualquer acção promotora das instâncias públicas florestais, mas a particulares, movidos pela curiosidade pela “coisa exótica” no embelezamento dos seus parques, jardins e algumas terras, mas também por outras qualidades, incluindo medicinais, que foram propagandeadas por um conjunto qualificado de entusiastas, publicistas, como Duarte de Oliveira Júnior, e importadores-viveiristas, como Marques Loureiro, Guilherme Tait e Rodrigues Batalha, comerciantes do Porto.» (Alves, Pereira e Silva 2007, 15)

De acordo com Pearson (1993, 100-102), a exportação de árvores de eucalipto australianas para propagação na Califórnia, França, Argélia, Portugal, Espanha, Brasil, Argentina e Hawai iniciou-se nos anos 1850, baseada na ideia de que era uma «árvore para as febres». Segundo o autor, acreditava-se que plantada nas áreas afectadas pelas febres como a malária, absorveriam humidade e produziriam vapores para contrariar os «miasmas» considerados causadores das febres (Pearson 1993, 100). No final do século XIX, tendo já sido isolada a verdadeira causa da malária, os eucaliptos já se tinham estabelecido como elemento da paisagem destes países (idem, 101).

Em Portugal, a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses plantaria eucaliptos «a partir de viveiros e da instalação definitiva nas áreas reservadas das estações, casas de guarda e ao longo das linhas» para travessas de caminho-de-ferro em 1870 (Alves, Pereira e Silva 2007, 15). Uma década depois, William C. Tait iniciou «a plantação de c. 600 ha de acácias e eucaliptos nos arredores de Abrantes, em duas propriedades designadas Nova Austrália e Nova Tasmânia, cujos resultados suscitaram grande interesse entre os silvicultores europeus de então» (Fernandes 2012, 30).

Ainda assim, quando «se consolida uma verdadeira Administração Pública Florestal», os trabalhos de arborização lançados pela Administração Geral das Matas não incluíam «qualquer interesse especial na utilização do eucalipto, como espécie produtiva» (Alves, Pereira e Silva 2007, 16). Apenas na sequência da instalação das Estações de Experimentação do Pinheiro Bravo, na Marinha Grande e do Sobreiro e Eucalipto em Alcobaça, nos anos 1920-1930, se iniciariam, nesta última, «os trabalhos ligados à tecnologia dos produtos florestais que conduzem à instalação, no início dos anos 40, dum Laboratório da Celulose», tornando-se o eucalipto, a partir da década seguinte, «numa óbvia e importante fonte de matéria-prima para a produção de pasta para papel» (idem).

Com a Lei do Povoamento Florestal de 1938 pretendia-se a arborização de 420 mil hectares de baldios que, embora sem «alteração de rumo quanto às características dessa mesma arborização e dos seus produtos», coincidiu com o «lançamento duma política de industrialização do país» (idem, 18). Em 1942, foi autorizada a indústria da celulose – Companhia Portuguesa de Celulose – tendo inicialmente como matéria-prima o pinheiro bravo, posteriormente substituído pelo eucalipto e que viria a constituir «o primeiro projecto português sob apoio do célebre Plano Marshall» (idem). No final da década de 1950, «o caso dos eucaliptos para fabrico de pasta para papel» era especificamente contemplado na política de industrialização agrícola definida pelo Ministério da Economia (idem). Deste modo, a partir de meados do século XX as áreas florestais passariam a ser essencialmente importantes para a produção de pasta de papel (v. Devy-Vareta 2003, Radich e Baptista 2005).

Acompanhando o reconhecimento do território e recursos, bem como a evolução da ciência e dos interesses do Estado, no ano seguinte à publicação do relatório de Barros Gomes sobre a serra de Aire, a Direcção Geral dos Serviços Agrícolas dava à estampa uma obra de Vasconcelos (1949) intitulada «Plantas Mediciniais e Aromáticas». Justificado pelo «interesse cada vez maior» das plantas medicinais e aromáticas, o trabalho de Vasconcelos inclui não só uma listagem de espontâneas e subespontâneas com a respectiva época de colheita, como uma lista de cultivadas. Preconizando o cultivo destas plantas, defendia o autor:

«A cultura, além de outras vantagens, facilita extraordinariamente a colheita, a conveniente secagem e a preparação da parte utilizável da planta: evita as longas e fastidiosas caminhadas para a sua obtenção no “habitat” natural, as despesas de transporte e ainda a destruição, como já tem sucedido, dos povoamentos da espécie utilizada devido à imensa exploração. **Esses povoamentos são igualmente destruídos pela diminuição da área de incultos, de forma que as plantas espontâneas vão desaparecendo cada vez mais, tornando-se por isso necessária a cultura daquelas que sejam mais utilizáveis.**» (Vasconcelos 1949, 10; meu grifo)

Denota-se a *reflexividade* do interesse na natureza apontada por Goody (1993, 24) ao associar o interesse pelas variedades selvagens como «fonte última» de plantas, ao cultivo de espécies domesticadas. O cultivo das plantas aromáticas e medicinais mais utilizáveis surge como solução perante a ameaça de sobreexploração e também dos receios quanto aos efeitos da arborização dos incultos.

Na década seguinte, seria publicado um plano de estudos para o conhecimento e valorização dos óleos essenciais no qual se defende como sendo «natural, pois, que o nosso País, no que diz respeito às espécies florestais, a Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas se interesse por este assunto que, entre nós, bem descurado tem sido» (Rodrigues 1958, 1). Sublinhando a pouca atenção que, desde sempre, tinha sido dada às potencialidades económicas das plantas aromáticas e medicinais autóctones, refere a autora:

«Pena é que de facto que, tendo Portugal condições edafo-climáticas tão favoráveis à propagação das espécies aromáticas ainda não se tivesse procurado fomentar, em escala adequada, a sua cultura, provado como está que, utilizando sementes seleccionadas e técnicas culturais apropriadas, se podem obter óleos em nada inferiores aos originários das espécies espontâneas e, muitas vezes até, mais abundantes e de aroma mais delicado.

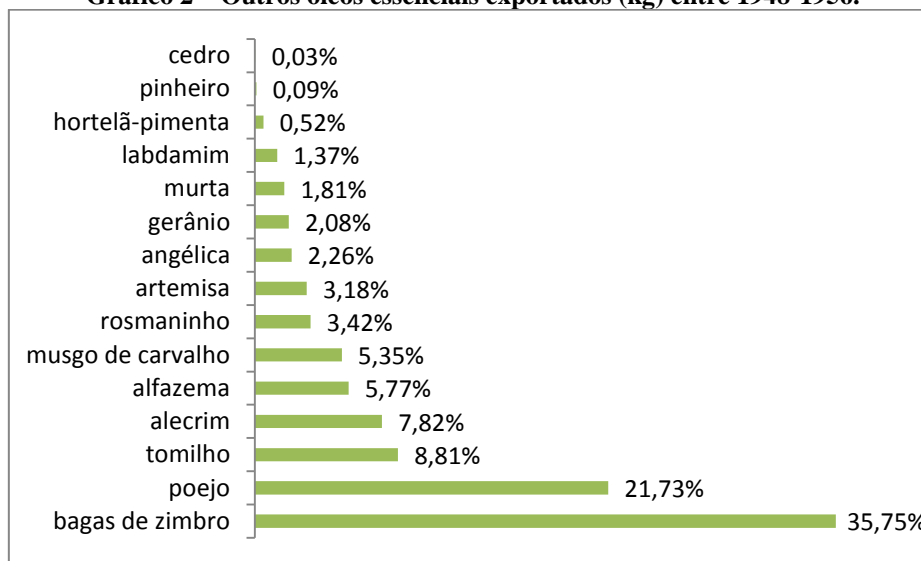
Eis porque os Serviços Florestais estão, actualmente, interessados em desenvolver uma riqueza que se ia considerando perdida e que, bem aproveitada, pode contribuir grandemente para o equilíbrio da balança económica portuguesa, por serem numerosas as indústrias que poderão vir a beneficiar com tal empreendimento.» (Rodrigues 1958, 1).

São, então, apresentados dados quantitativos acerca da produção de óleos essenciais entre 1948 e 1956, bem como da importação e exportação de óleos essenciais e de plantas medicinais e para perfumaria «em qualquer estado».

Entre os óleos essenciais, salienta-se, já nessa década, o óleo de eucalipto que representava 99% do total de óleos exportados, ultrapassando as 900 toneladas e rendendo mais de 29 milhões de escudos. Segundo a autora, este aumento resultava do «maior desenvolvimento que se tem proporcionado à cultura da respectiva espécie» (Rodrigues 1958, 2), verificando-se grandes aumentos nos valores da produção e exportação a partir de 1950. Tal permite inferir que, após o incremento do eucalipto para a indústria de celulose, rapidamente se terá passado ao aproveitamento dos subprodutos para a produção de óleo essencial, permitindo ultrapassar a posição da Austrália no mercado internacional (v. Pearson 1993, McCartney 2003).

Além do eucalipto, são também apresentados os valores da produção de óleo essencial de alecrim, alfazema, angélica, artemísia, baga de zimbro, hortelã-pimenta, labdmim,¹ murta, pinheiro, poejo, rosmaninho, tomilho, gerânio, musgo de carvalho, cedro, entre 1948 e 1956.

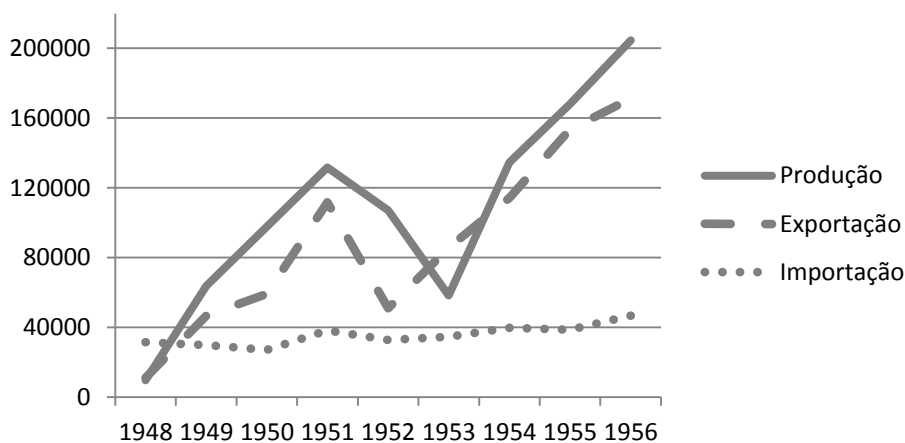
Gráfico 2 – Outros óleos essenciais exportados (kg) entre 1948-1956.



Desde logo se nota que a produção dos restantes óleos «é muito irregular, quer de espécie para espécie, quer de ano para ano» (idem), mas ainda assim alguns dados poderão ser relevantes. Os outros dois óleos cuja produção teria sido constante ao longo desse período são os de alfazema [442 kg] e de gerânio [159 kg]. O óleo essencial de bagas de zimbro constitui a segunda maior produção [2739 kg], a seguir ao eucalipto, embora concentrada nos anos de 1948, 1951, 1952 e 1956. Seguem-se o poejo, com uma produção total de 1665 kg e o tomilho com 675 kg. Será ainda de registar a produção de óleo de alecrim [599 kg] a partir de 1951, de óleo de hortelã-pimenta [40 kg] entre 1952 e 1954 e de musgo de carvalho [410 kg] entre 1949 e 1951.

No global destaca-se o ano de 1950 como o arranque da produção de óleos essenciais que, após um decréscimo em 1953, retoma os valores acima das 130 toneladas em 1954 e, em 1956, ultrapassa as 200 toneladas, graças a idêntico valor na produção de óleo de eucalipto.

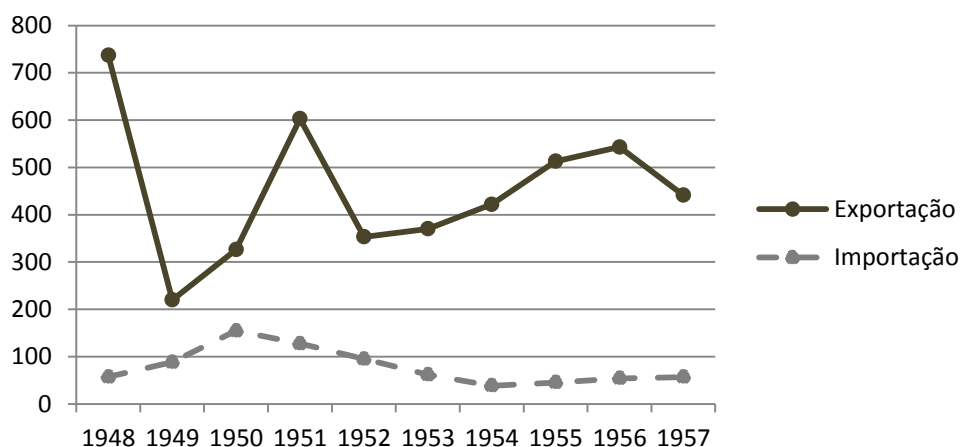
Gráfico 3 - Óleos essenciais 1948-1956 (kg).



Analisando a relação entre a produção e a exportação de óleos essenciais, os dados apresentados por Rodrigues (1958) levam-nos a concluir que, exceptuando os anos de 1948 e 1954, a quantidade produzida foi, em geral, maior do que a quantidade exportada. Enquanto esse défice apenas se verificou em 1948 e 1953 para o óleo de eucalipto, os restantes óleos essenciais somente registaram uma produção superior à exportação em 1948 e em 1954.

No que concerne os preços, será interessante notar que, em média,² o preço por quilograma do óleo de eucalipto era bastante inferior ao dos restantes óleos [31\$43 vs. 171\$99], registando-se os melhores preços em 1951 e 1952, coincidindo com o declínio da produção espanhola (Costa 1975, 43). Quanto aos restantes óleos essenciais, o ano de 1953 registou um aumento da rentabilidade, uma vez que o preço atingiu os 785\$00/kg. Relativamente à importação, a autora apresenta somente os valores por ano, sem discriminar os diferentes óleos essenciais. Ainda assim, sobressai o facto de se verificar um preço médio por quilograma acima dos 200\$00 e que no ano de 1951 se situaria na ordem dos 279\$00/kg, evidenciando uma diferença de praticamente 100\$00/kg nos preços praticados na importação quando comparados com os da exportação.

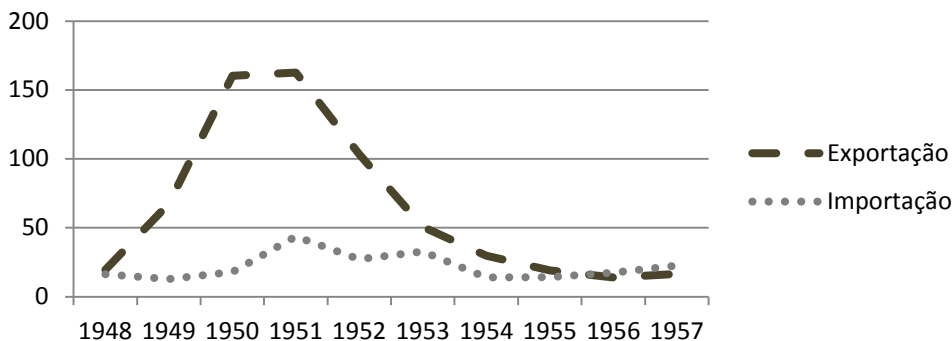
Gráfico 4 - Exportação e Importação de Plantas para Perfumaria e Usos Medicinais (ton.) entre 1948 e 1957.



O mesmo não acontece em relação às plantas para «perfumaria e outros usos medicinais» que, embora sejam apresentadas de forma global, a autora reporta tratar-se da exportação de, principalmente, «agar-agar, alecrim, digitalis, algas, estramónio, orégãos, tília, tomilho e lírios» (Rodrigues 1958). Os valores totais da exportação entre 1948 e 1957 são bastante superiores aos da importação [4528 vs. 778 toneladas] e será de destacar que, em média, o preço por quilograma na exportação era de 60\$00 enquanto na importação era de 24\$00/kg. Evidenciam-se os anos de 1951, 1952 e 1953

em que os preços na exportação ultrapassaram os 100\$00/kg, sendo que no último ano, também os valores do material importado ascenderam aos 44\$00/kg. Apenas em 1956 e 1957, os preços à exportação foram inferiores aos da importação.

Gráfico 5 - Plantas para perfumaria e outros usos medicinais (kg/Esc).



Argumenta Rodrigues (1958, 2) que a «instabilidade verificada» se deve à «ignorância do valor integral dos óleos, o desconhecimento da capacidade de produção, por hectare, das respectivas plantas aromáticas e ainda a pouca atenção dada à cultura destas plantas», para além de assinalar a «falta de regularidade com que os pequenos produtores costumam manifestar as suas produções».

Ao fornecer as primeiras evidências quantitativas acerca do volume de produção, importação e exportação de óleos essenciais e também de plantas aromáticas e medicinais, este trabalho veio salientar as potencialidades económicas destes recursos:

«Em resumo, a produção relativamente pequena e os valores de exportação e de importação, quer de óleos essenciais, quer de plantas, são um forte estímulo a que se inicie, quanto antes, o estudo da flora aromática e dos seus óleos, para garantir condições que permitam o desenvolvimento racional dos diversos núcleos industriais a merecer a confiança do mercado mundial. [...] Uma vez inventariadas e bem conhecidas as espécies, procurar-se-ia, finalmente, fomentar a sua cultura nas regiões mais adaptadas, quer utilizando as plantas espontâneas, quer introduzindo novas espécies, mesmo que se tivesse de recorrer à importação de sementes.» (Rodrigues 1958, 3)

Numa época em que se implementava o processo de arborização e a possibilidade de conciliação com a indústria, o trabalho de Rodrigues acrescentava outros valores a ter em conta. Contudo, a arborização continuava a pautar pela falta de consenso. Como referem Alves, Pereira e Silva:

«Em 1959, aquando da definição pelo respectivo Ministério da Economia das linhas essenciais para uma acção política de industrialização agrícola, que

especificamente enunciava também o caso dos eucaliptos para fabrico de pasta para papel, era necessário apelar para a cooperação necessária, que se entrevia difícil, entre os três sectores da governação económica: a indústria, o comércio e a agricultura». (Alves, Pereira e Silva 2007, 18)

Embora estivesse previsto na lei de 1938, apenas em 1948 seria publicado o «Plano de arborização de 100 hectares da Serra de Aire no concelho de Torres Novas» elaborado por Barros Gomes em 1868, em resposta ao ofício da Direcção Geral do Comércio de 7 de Dezembro de 1867. Nesse documento Barros Gomes propunha a demarcação de 100 hectares nas imediações do Covão Coelho ou Vale Alto, onde seriam plantados ou semeados *Pinus marítima*, *Pinus pirenaica* (para ensaio), *Quercus lusitânica*, *Quercus ilex*, *Quercus suber*, *Arbutus unedo*, «algum trigo [...] estacas de oliveiras ao longo dos caminhos e valeiros» (Gomes 1948, 22-23). Nas zonas mais estéreis, deveria semear-se medronho «com algum penisco³ para auxiliar no primeiro ano o mais pronto revestimento do terreno» (idem).

São estas espécies – pinheiros bravos, carvalhiça, azinheiras, sobreiros e medronheiros – que ainda marcam a paisagem, como se nota nas observações de uma das colectoras de Vale da Trave: «É só pinheiros e pinhais!» (Maria Hortência). No entanto, os projectos de arborização para os Parques Florestais da Serra dos Candeeiros e da Serra de Aire, previstos na lei de 1938, apenas seriam elaborados ao longo da década de 1960,⁴ acompanhando o processo de submissão dos baldios aos regimes florestais.⁵

Os baldios da Serra dos Candeeiros, do concelho de Rio Maior e do concelho de Alcobaça, freguesias de Benedita e Turquel, com uma área de 3600 hectares, foram submetidos ao regime florestal parcial em Maio de 1962 (DGSFA 1962a, 3-4). O Projecto apresentado pelo Núcleo de Rio Maior, Turquel e Benedita definia que, naquela área, deveria «ser arborizado primacialmente com a ideia de nela se instalarem matos de rendimento» (DGSFA 1962a, 11-12).

Quanto à noção de *matos de rendimento*, os técnicos alertam para a necessidade de «estudo monográfico das diversas espécies e a sua intervenção ecológica» e para «o estado de perturbação do meio» (DGSFA 1962a, 55). Ainda assim, referem para aquela área o predomínio do carrascal e a existência de plantas que «segregam óleos essenciais» (idem, 58), apontando a prevalência da associação entre o carrasco (*Quercus coccifera*) e o alecrim (*Rosmarium officinalis*). Incluem, igualmente,

uma lista das «plantas mais vulgares mas dispersas», onde mencionam a *Salvia sclaeroides*.⁶

Em 1964 seria apresentado o projecto de arborização para a serra de Aire⁷ e no final de 1967, o projecto para o núcleo de Porto de Mós na serra dos Candeeiros, onde os baldios, situados no extremo norte do Maciço Calcário Estremenho, representavam 1/3 do território do concelho (DGSFA 1967). Reportam os técnicos que «a arborização destes terrenos não nos parece oferecer grande dificuldade» (idem, 12), «uma vez que o clima se apresenta favorável à constituições de matas» (idem, 45), sugerindo como espécies resinosas o pinheiro de alepo, o pinheiro manso, ciprestes, *cupressus*, casuarinas, *cedrus* e como folhosas, eucaliptos, acácias e alfarrobeira (idem, 46).

Segundo Devy-Vareta (2003, 452), executado o Plano de Povoamento Florestal, iniciou-se a expansão do eucalipto, representando uma «viragem estratégica na política florestal, doravante menos orientada para as funções de protecção e produção nas áreas comunitárias públicas, e mais empenhada no aumento dos recursos lenhosos para a fileira industrial».

Possivelmente na sequência dos levantamentos resultantes dos projectos de arborização e do trabalho de Rodrigues [1958], a exploração das plantas aromáticas e medicinais começa a merecer alguma atenção das entidades oficiais. O Despacho n.º 42/63 do Secretário de Estado da Agricultura constituía o Grupo de Trabalho para o Estudo do Aproveitamento de Matos [GTEAM], «com o fim de reunir todos os elementos informativos referentes às diversas possibilidades de Aproveitamento de Matos, nomeadamente, na produção de óleos essenciais, de compostos e na exploração de flores» (GTEAM 1963). As tarefas atribuídas ao 2.º Subgrupo – Óleos essenciais – a que competia «o estudo de matos com matéria-prima para a produção de óleos essenciais e de outros produtos extractivos» incluíam:

- «1.º Indicação das plantas mais importantes que devem ser incluídas na designação genérica de Matos e que, sob qualquer aspecto, interessem à actividade do grupo;
 - 2.º Enumeração das principais utilizações das plantas a que se refere a tarefa nº1
 - 3.º Interesse dessas plantas no mercado interno e externo
 - 4.º Preconização de medidas que tornarão possível a utilização dos matos com esse fim
 - 5.º Indicação de produtos relacionados: gomas, mucilagens, taninos, etc.»
- (GTEAM 1963)

O relatório apresenta, essencialmente, uma análise do comércio externo de 54 espécies vegetais entre 1955-1962 e uma listagem de 61 «plantas cuja propagação e adaptação se julga de interesse estimular».⁸ De referir que, de acordo com o levantamento elaborado pelo grupo de estudos, nesse período de sete anos tinham sido exportadas cerca de 3 mil toneladas de plantas que renderam perto de 16 milhões de escudos, o que vem reforçar a potencialidade deste mercado.

As importações centravam-se em 18 espécies,⁹ num volume total de pouco mais de 40 toneladas que orçaram em pouco mais de 400 mil escudos. No conjunto de plantas importadas evidenciam-se 30 toneladas de alcaçuz [*Glycyrrhiza glabra* L.], pouco mais de duas toneladas de malvaíscio [*Althea officinalis* L.] e pouco mais de uma tonelada de camomila [*Matricaria chamomilla* L.], de amieiro negro [*Rhamus frangula* L.] e de atansia [*Tanacetum vulgare* L.].

Tabela 2 – Principais importações de Plantas 1955-1962 (Adaptado do Relatório do GTEAM 1963).

	1000 Kg	1000 Esc.	Esc/Kg
<i>Glycyrrhiza glabra</i> L. (alcaçuz)	30,5	225	7,38
<i>Althea officinalis</i> L. (malvaíscio)	2,3	38	16,80
<i>Matricaria chamomilla</i> L. (camomila)	1,3	66	51,28
<i>Rhamus frangula</i> L. (amieiro negro)	1,2	16	13,48
<i>Tanacetum vulgare</i> L. (atansia)	1,0	5	5,33
<i>Sambucus nigra</i> L. (sabugueiro)	0,6	15	23,95
<i>Hyoscyamus niger</i> L. (meimendo negro)	0,9	12	13,22

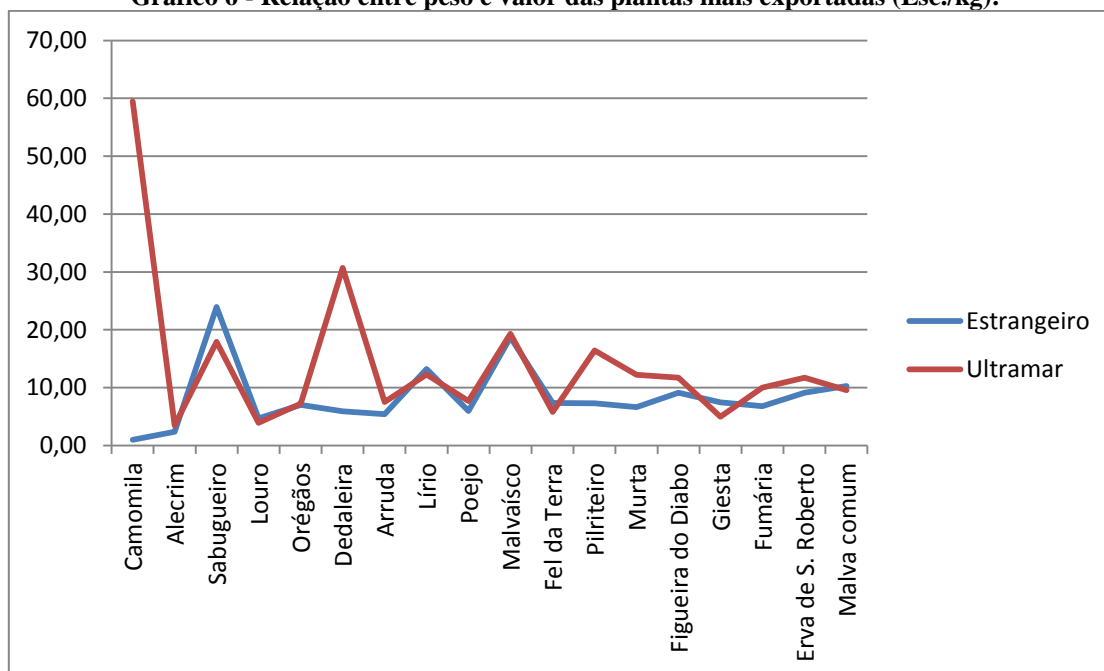
Quanto às exportações, são diferenciadas entre *Ultramar* e *Estrangeiro*. Para o mercado no Ultramar seguiram nesse período cerca de 100 toneladas de plantas, rendendo pouco mais de 500 mil escudos, compostas, principalmente, por 80 toneladas de louro [*Laurus nobilis* L.], quase quatro toneladas de alecrim [*Rosmarinus officinalis* L.], perto de duas toneladas de camomila [*Matricaria chamomilla* L.] e de erva de S. Roberto [*Geranium robertianum* L.], pouco mais de uma tonelada de malva comum [*Malva sylvestris* L.] e de meia tonelada de macela [*Anthemis aurea* L. Brot.] e de alcaçuz [*Glycyrrhiza glabra* L.].

Para o restante mercado *estrangeiro* foram fornecidas quase 700 toneladas de camomila, mais de 600 toneladas de alecrim e de sabugueiro [*Sambucus nigra* L.], cerca de 500 toneladas de louro e perto de 200 toneladas de orégãos [*Origanum virens* Hoffgg et Link]. Com volume menos impressionante, destacam-se, ainda assim, 63 toneladas de

dedaleira [*Digitalis purpurea* L.], 11 toneladas de arruda [*Ruta chapelensis* L.] e de lírio [*Iris florentina* L. var. *albicans* Lge.] e dez toneladas de poejo [*Mentha pulegium* L.].

Recorde-se que por esta altura, já as plantas espontâneas das Serras de Aire e Candeeiros integravam o circuito comercial da exportação. No lugar de Vale da Trave, ia florescendo o negócio de Celeste da Conceição Santos que já incluía o seu genro Américo Paixão Duarte e, mobilizando a população local na colheita, fornecia grandes quantidades de folha de alecrim a um exportador em Lisboa e outro no Porto. É possível que além da Antiga Ervanária do Largo da Anunciada, fornecesse também Augusto Bacelo, proprietário de uma casa da especialidade que colaborou com o Grupo de Trabalho para o Estudo do Aproveitamento de Matos.

Gráfico 6 - Relação entre peso e valor das plantas mais exportadas (Esc./kg).



Analisando a relação entre o peso e o correspondente valor em escudos é possível concluir que, em regra, o preço por quilograma era mais elevado quando se tratava de exportação para o Ultramar, sobressaindo de forma bastante expressiva a camomila, a dedaleira, o pilriteiro e a murta. No entanto, verificam-se algumas excepções no caso do sabugueiro, do louro, lírio, fel da terra, giesta e malva comum, embora a diferença no preço oscile apenas entre os 6\$00 e os 0\$55/kg.

O relatório inclui ainda dez espécies – aroeira, tomilho bela-luz, carrasco, loendro, carvalheira, esteva, giesteira das vassouras, lentisco bastardo, rosmaninho e sumagre – sobre as quais não existiam dados referentes à sua comercialização no mercado externo, mas cujos princípios activos e/ou aplicação industrial são enunciados.

Após a selecção de «plantas susceptíveis de aproveitamento», o grupo de estudos concluía a «necessidade de aclimatar algumas espécies não existentes no nosso País ou de propagar outras que, sendo objecto dum comércio muito activo, não permitem uma recolha económica devido à sua pequena quantidade ou dispersão», evidenciando o «interesse que estas plantas poderiam revestir no âmbito do comércio externo do País»:

«todas as plantas constantes da lista são comercializáveis; a maior parte dos países importadores, sendo as suas fontes de abastecimento os países do Leste da Europa, Espanha e muito esporadicamente Portugal» (GTEAM 1963).

O relatório do Grupo de Trabalho para o Estudo do Aproveitamento de Matos vinha novamente apontar a flora como um recurso passível de maior exploração económica. Se atentarmos nas espécies indicadas e no volume da exportação, facilmente se supõe que essa matéria-prima seria maioritariamente recolhida na vegetação espontânea. Daí que fosse recomendado o cultivo, a que não parece ser alheio o processo de arborização em curso.

No entanto, apesar destes estudos, em 1975, no seu trabalho «Elementos da Flora Aromática», Aloísio Fernandes Costa tornaria a criticar a falta de intervenção estatal nesta área:

«Em Portugal, os serviços oficiais agronómicos nunca se interessaram pela cultura de plantas aromáticas, apesar de disporem de estações agronómicas, laboratórios, brigadas técnicas, etc., e de uma soma de experiência apreciável revelada na selecção e melhoramento de outras plantas, correcção de solos, cultivo, etc.; os seus estudos foram sempre orientados noutros sentidos.» (Costa 1975, 28)

No capítulo que dedica ao «Aproveitamento das plantas espontâneas», Costa (1975, 22) refere ensaios efectuados «na Serra da Arrábida, com o alecrim, sob a direcção de um técnico de merecimento há muito reconhecido» (idem, 23), integrados na experimentação da «semicultura de certas plantas espontâneas no seu próprio habitat, em terrenos baldios ou de baixo custo, de modo a permitir uma colheita mecânica, mais económica, sem prejudicar as qualidades dos óleos essenciais» (idem, 22). Por essa altura, entre a intervenção dos projectos de arborização [1962-1967] e a criação do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros [1979], a população de Vale da Trave

apanhava o alecrim para comercializar no circuito estabelecido pela empreendedora local com exportadores de Lisboa e do Porto.

«Quando houve o Parque, não queriam que as pessoas apanhassem. Era do Estado. Quando plantaram o pinhal, convinha que cortassem o alecrim para plantar os pinheiros.» (Maria Alice)

«Apanhamos [ervas] nos terrenos públicos: no Parque não querem que se apanhe.» (Elisa)

Simultânea e paralelamente a todo este processo, tinha surgido o conceito de *Protecção da Natureza*, cuja obra pioneira em Portugal remonta a 1939 (Marques 2010, 14). Como, então notava Francisco Flores na sua «Protecção da Natureza. Directrizes Actuais» e como tenho pretendido demonstrar ao longo deste capítulo, os fundamentos ideológicos relacionados com a Natureza centraram-se «entre a época medieval e o século XVIII [...] em argumentos de ordem utilitária, no século XIX em considerações de ordem estética e na primeira metade de século XX em critérios científicos» (idem). Em 1948 é fundada a Liga para a Protecção da Natureza [LPN] que, enquadrada nos «movimentos conservacionistas internacionais da época», seria responsável pelos «primeiros inventários do património natural que iriam estar na origem de muitas das actuais áreas protegidas» (Schmidt 2008, 5).

Apesar de a criação de zonas especificamente destinadas à protecção da natureza remontar à instituição do Parque de Yellowstone nos Estados Unidos da América em 1872, o conceito de *Parque Nacional* apenas ficaria definido em 1969 pela União Internacional para a Conservação da Natureza (SNPRPP 1981). Nesse mesmo ano, uma Nota do Secretário-Geral da ONU pressionava o governo português à participação na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano que se realizaria em 1972 em Estocolmo (Marques 2010, 18), o que, em conjunto com as comemorações do Ano Europeu da Conservação da Natureza em 1970, conduziram à consciência da «da necessidade de se criar e desenvolver uma política de Conservação da Natureza» (idem).

Nesse sentido, seria publicada a Lei n.º 9/70, de 19 de Junho, atribuindo «ao Governo a incumbência de promover a protecção da natureza e dos seus recursos em todo o território, prevendo a criação de Parques Nacionais e de Reservas Botânicas, Zoológicas ou Geológicas» (idem). No ano seguinte, é criada a Comissão Nacional do Ambiente [CNA] pela Portaria n.º 316/71, de 17 de Junho, como estrutura permanente

no seio da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica [JNICT] com o objectivo de «intensificar e coordenar as actividades no País, directa ou indirectamente relacionadas com a preservação e melhoria do ambiente, a conservação da Natureza e a protecção e valorização dos recursos naturais» (idem). Refere Schmidt (2008, 6) que a «CNA integrava-se no conjunto de tentativas marcelistas de aproximar Portugal de questões e organizações internacionais, quebrando o isolamento do país devido à política colonial».

Também em 1971 seria publicado o primeiro relatório português sobre o ambiente, elaborado para a Conferência de Estocolmo e instituída a primeira área protegida – o Parque Nacional da Peneda-Gerês¹⁰ – do país (Marques 2010). Ao conceito de *Parque Nacional* estavam subjacentes:

«vastas áreas em que se atende primordialmente à protecção da natureza, em que a propriedade do solo é em grande parte pertença do Estado, em que a gestão se faz através de departamentos nacionais e nas quais a exploração de recursos é limitada e o acesso público fortemente regulado». (SNPRPP 1981, 2)

Entendia-se, então, que «a natureza necessitava de ser defendida da acção do homem», transformando determinadas áreas naturais em «verdadeiros refúgios museológicos, nos quais era proibida qualquer tipo de actividade humana» (Albergaria 2006, 23). No final de 1972, a UNESCO definia como *património natural*:

«Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.» (UNESCO 1972, Art.º 2.º)

Como reconheciam Jepson e Whittaker (2002), existiam na Europa, duas perspectivas acerca dos *Parques*. Segundo estes autores, enquanto os ingleses concebiam um *parque nacional* semelhante ao modelo americano – como um pedaço de terreno público no qual se facilitava a entrada do público para recreação e observação, conservando a fauna e a flora num estado próximo do natural – os franceses e portugueses, pensavam-no como um lugar com relvados e camas de flores e entendiam

o livre acesso do público como contraditório a qualquer preservação do estado natural (Jepson e Whittaker 2002, 142).

Por outro lado, também nos anos 1970, emergia o conceito de *sustentabilidade* (Alexiades 2009, 72) na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano [1972] e o problema da sobreexploração dos recursos naturais, de que resultou a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção [CITES 1973].¹¹

Entretanto, com a mudança do regime político em Portugal, é criada em 1975, a Secretaria de Estado do Ambiente que, entre 1979-1985, integrou o Ministério da Qualidade de Vida, instituindo a Reserva Agrícola Nacional [RAN] em 1982 e a Reserva Ecológica Nacional [REN] em 1983 (Marques 2010). A Constituição da República Portuguesa de 1976 atribui ao Estado a tarefa de defender a «natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território» [Art.º 9.º, alínea e)], através da criação e desenvolvimento de «reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico» [Art.º 66.º, n.º 1, alínea c)].

Logo no final de 1974, seria promulgada a elaboração de um plano de ordenamento para a região compreendida entre a Figueira da Foz e Peniche, atendendo ao «valor recreativo e ecológico da costa atlântica» nesta região e «à necessidade da constituição de um parque natural no Centro do País».¹² Em 1975, integrado na Secretaria de Estado do Ambiente sob a tutela do Ministério do Equipamento Social, é criado o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (SNPRPP),¹³ cujas competências incluíam, entre outras, a inventariação de paisagens e sítios e respectivos elementos caracterizantes, a definição de áreas de protecção e propor a constituição de parques naturais, reservas e de paisagens e sítios protegidos, através do Serviço de Estudos do Ambiente.

A «Definição, constituição e gestão de reservas» seria objecto do Decreto-lei n.º 613/76, de 27 de Julho, que previa a criação de: a) Reservas Naturais (Integrais e Parques Nacionais); b) Reservas naturais parciais (biológicas, botânicas, zoológicas, geológicas, aquáticas e marinhas; c) Reservas de recreio; d) Paisagens protegidas; e) Objectos, conjuntos sítios e lugares classificados; f) Parques naturais. O diploma define o conceito de *parques naturais*, como «áreas de território, devidamente ordenadas, tendo em vista o recreio, a conservação da Natureza, a protecção da paisagem e a

promoção das populações rurais, podendo incidir sobre propriedade pública ou privada e onde o zonamento estabelece as aptidões e usos das diferentes parcelas de terreno» [Art.º 2.º, n.º 6].

De acordo com a introdução do primeiro Plano de Ordenamento do PNSAC (SNPRPP 1981, 3), os «parques naturais portugueses, criados a partir de 1975, tomariam por modelo o parque natural regional francês», tendo por objectivos o desenvolvimento rural, a protecção do artesanato, artes e tradições populares e do património arquitectónico, a criação de ecomuseus, a protecção da natureza e de equilíbrio biológico e a animação sociocultural e desportiva. Entende-se, então, no que concerne a protecção da natureza, que estes parques seriam «locais privilegiados de estudo e investigação nos diferentes domínios da natureza e da ecologia, competindo-lhes promover que esses estudos sirvam para apuramento de metodologia generalizável a todo o território» (idem).

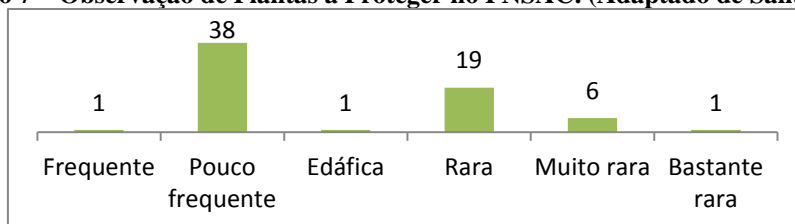
Em 1979, reconhecendo-se que no Decreto n.º 21/75, de 22 de Janeiro, a «designação atribuída de Parque Natural do Centro foi tomada em sentido lato, pois as medidas para que aquele diploma apontava visavam a procura dos limites que poderia vir a criar um Parque Natural no Centro do País, e não atribuir essa designação a toda a área em estudo», é criado o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.¹⁴ A área do Parque Natural engloba «as serras de Aire, Candeeiros e Mendiga e terrenos adjacentes», que se destacam por reunirem «grande interesse paisagístico, além de conservarem muitos valores naturais e terem ainda um riquíssimo património arquitectónico e cultural ligado às populações que ali habitam». Os seus limites incluem o «caminho que liga à estrada nacional n.º 362 e que passa por Vale de Trave, Barreirinhas e Pé da Pedreira, encontrando-se com aquela estrada em Vale de Porco».

O reconhecimento prévio da área do PNSAC foi feito no princípio do verão de 1979, integrado no estudo da Carta de Sensibilidade Ecológica para o SNPRPP (Santo e Lousã 1981). O estudo florístico foi realizado no Centro de Botânica Aplicada à Agricultura da Universidade Técnica de Lisboa. Na primavera e verão do ano seguinte, efectuaram-se 47 levantamentos fitossociológicos e «13 notas fitossociológicas em zonas que não justificavam o seu levantamento», seguindo-se a observação periódica dos mesmos locais durante o outono e inverno de 1980/1981, de que resultaram mais 40 notas fitossociológicas e 3 inventários fitossociológicos acerca da vegetação lacustre do PNSAC. Foram ainda efectuados mais 3 inventários na primavera de 1981, num

processo que acompanhou «de modo satisfatório a evolução da vegetação durante um ano completo» (idem).

Identificados mais de 450 *taxa*, sobressaíram 22 Orquidáceas, algumas das quais em vias de extinção. Desse trabalho de levantamento florístico, resultou uma lista de 103 plantas a proteger (Santo e Lousã 1988), evidenciando-se, de acordo com a observação:

Gráfico 7 – Observação de Plantas a Proteger no PNSAC. (Adaptado de Santo e Lousã 1981).



No relatório elaborado em 1981 acerca da *Flora do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*, sobressaindo a raridade de algumas espécies, recomenda-se a protecção da encosta Oeste da Serra de Candeeiros [*Koeleria vallesiana ssp vallesiana*], da Serra da Pevide [*Teucrium chamaedrys*], da Serra do Cheirinho [mato alto e de carvalhal], da zona entre Serro Ventoso e Chão das Pias [*Heliantheanum apenium*], da Costa de Mira [*Narcissus calcícola*], da Costa de Alvados, da Serra de Aire acima dos 415 metros [8 endemismos dos 10 registados no PNSAC] e de todas as zonas de carvalhal (Santo e Lousã 1981, 116-117). Os autores reconheciam ainda, existirem «outros locais com interesse, por neles se encontrarem plantas raras, até por vezes endémicas, mas cuja intenção de protecção será utópica, por serem zonas cultivadas ou zonas habitadas» (idem, 117).

Estabelecidas as principais zonas a proteger, seriam necessários nove anos após a criação do Parque para a aprovação do seu primeiro Plano de Ordenamento e Regulamento Geral. Uma das razões que terá contribuído para esta demora estaria relacionada com a controvérsia em torno do conceito de *parque natural* e com as respectivas implicações, como se deduz do primeiro Plano de Ordenamento:

«Não pretendemos fazer aqui a crítica ao conceito controverso de parque natural que a precedente enunciação de objectivos denuncia. Limitamo-nos a dizer que, dentro dos objectivos a atingir com o parque, há que distinguir entre aqueles que se relacionam com actividades já existentes na área abarcada, daqueles que se poderão considerar originais, para a mesma área.» (SNPRPP 1981, 3)

Entre os anos 1980 e 1990, o conceito de floresta comunitária, começou a ser defendido no âmbito do movimento em prol da gestão e conservação dos recursos pelas comunidades e da discussão se a manutenção da biodiversidade seria ou não compatível com o uso humano do território (Charnley e Poe 2007, 306-315). Em 1980, a Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza [IUCN, 1980] tinha consignado que «as estratégias de conservação das espécies só teriam viabilidade se integradas num contexto ecológico e social mais abrangente» (Freitas e Martins 2012, 81). A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986 e o Ano Europeu do Ambiente em 1987 seriam motores da elaboração da Lei de Bases do Ambiente, no mesmo ano em que o Relatório Brundtland introduz o conceito de *desenvolvimento sustentável* (v. Schmidt 2008, Alexiades 2009, Freitas e Martins 2012).

E se o desastre nuclear de Chernobyl em 1986 revitalizou a «tradição do risco articulada à questão do nuclear» (Schmidt 2008, 5), demonstrando a incapacidade de contenção da contaminação do ambiente entre fronteiras políticas e a necessidade de medidas globais, veio igualmente deslocalizar o mercado de PAM.

Perante a contaminação radioactiva de grande parte do território europeu, houve necessidade de procurar novos fornecedores para o mercado asiático e da Europa de Leste (v. Jevremovic *et al.* 2011). Por essa altura, a fábrica de Vale da Trave começou a importação e exportação dos seus produtos, com a integração da terceira geração no negócio familiar. A ampliação do mercado possibilitou igualmente que outro genro da empreendedora local, Alfredo Silvério, se estabelecesse como angariador de plantas aromáticas e medicinais, após uma experiência duas décadas de emigração em França. Conforme me referiu um dos interlocutores no meu trabalho de campo:

«Aquela fábrica conheceu um *boom* à conta de uma catástrofe ambiental; resultou e cresceu à conta de Chernobyl. Ninguém podia colher lá; os fornecedores do mercado asiático tiveram de procurar novos fornecedores. Estas paragens tinham uma boa produção; nem precisaram de procurar intermediários que eles vieram directamente ter com eles.» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

Deste modo, quando em 1988 foram aprovados o Plano de Ordenamento e o Regulamento do PNSAC, o negócio local em torno da colheita da flora espontânea tinha conhecido, directa e indirectamente, novas oportunidades no mercado internacional de PAM.

De acordo com o Plano de Ordenamento do PNSAC de 1988, nos primeiros objectivos «incluir-se-iam os de desenvolvimento rural, protecção do artesanato, animação sócio-cultural, [...] protecção do artesanato, artes e tradições populares», que requeriam «uma abordagem de âmbito mais vasto do que aquela que poderá ser feita pelo [...] Serviço através de um simples plano de ordenamento» (SNPRPP 1981, 3-4). Às dúvidas «quanto às reais possibilidades de um plano de ordenamento definir uma política viável de implementação para objectivos concretos dentro daqueles temas», acrescia a especialização profissional e os meios postos à disposição (idem, 4).

Quanto aos objectivos originais, neles se incluíam «a protecção da natureza e a criação de determinado tipo de oportunidades recreativas, não só para a população local como para uma eventual população exterior, nomeadamente de origem citadina» (idem). A valorização destes objectivos no primeiro Plano de Ordenamento é justificada da seguinte forma:

«Por um lado, pensamos serem estes os que mais propriamente servirão para justificar a diferenciação entre uma área a que se atribui o estatuto de Parque, das restantes que o não possuem. Por último, a nossa especialização profissional e os meios postos à nossa disposição, nomeadamente no que se refere às matérias bases que foi possível reunir, aconselham a que assim se proceda». (SNPRPP 1981, 4)

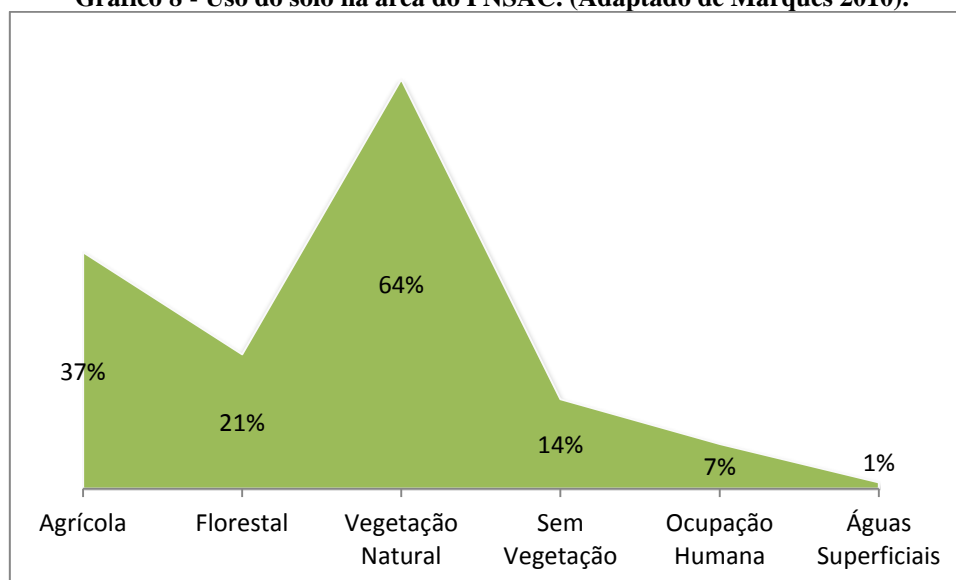
A conservação da vegetação não se encontra contemplada especificamente neste Plano de Ordenamento do PNSAC, embora integre os objectivos para a área protegida, definidos no 1.º Artigo do Regulamento Geral do Parque:

- «a) A protecção dos aspectos naturais desenvolvendo acções tendentes a salvaguarda dos aspectos geológicos com interesse científico ou paisagístico, bem como a flora, principalmente a vegetação clímax e a fauna que caracteriza a região;
- b) O desenvolvimento e a renovação da economia local, através da vitalização das actividades económicas ligadas às potencialidades naturais que garantem a evolução equilibrada das paisagens e da vida das comunidades, levando a efeito acções de estímulo e a promoção dessas mesmas actividades;
- c) A defesa do património arquitectónico e cultural, levando a efeito acções de recuperação e ou conservação do património edificado com especial valor, bem como promovendo a realização de uma arquitectura integrada na paisagem;

d) A promoção do repouso e do recreio ao ar livre, de forma que as serras de Aire e Candeeiros possam ser visitadas e apreciadas por um número sempre crescente de visitantes, sem que daí advenham riscos de degradação física e biológica para as paisagens e o ambiente.» (Marques 2010, 84-85)

Adivinha-se, portanto, que as alíneas a) e b) viessem a colidir com as práticas de colheita da flora espontânea para comercialização, tendo em conta o modo como o solo da área do PNSAC é utilizado.

Gráfico 8 - Uso do solo na área do PNSAC. (Adaptado de Marques 2010).



O Regulamento do PNSAC estabelecia zonas de agricultura, de conservação da Natureza, de silvicultura e pastorícia, de paisagem protegida, sítios classificados e de implantação urbana (Marques 2010, 85). As Zonas de Conservação da Natureza tinham como finalidade «a manutenção e ou recriação de áreas naturais ou rurais, onde a intervenção se deverá efectuar exclusivamente no sentido de acelerar essa renaturalização ou a sua ruralidade», sendo aí, no que toca à flora, proibidas a «destruição sistemática da vegetação natural existente, sem prévia autorização da direcção do Parque» e a «introdução de espécies vegetais exóticas, nomeadamente acácias, eucaliptos e ailantos» (idem, 87).

Aprovados o Regulamento e Plano de Ordenamento do PNSAC, pela Portaria nº 21/88 de 12 de Janeiro, em 1991 realizar-se-iam as 1.ªs Jornadas do Ambiente Cárstico e Educação Ambiental. Propunham-se acções de sensibilização para a observação e protecção da flora no PNSAC, no âmbito da Educação Ambiental, em torno de três ideias-chave: a relação entre comunidade humana e comunidade vegetal,

propriedades e utilizações da flora selvagem e recuperação do saber popular no domínio das plantas úteis (Flor 1991,106).

Tratava-se de um tipo de abordagem que, a nível internacional, seria desenvolvida, por exemplo, através da iniciativa *People and Plants* que, entre 1992 e 2004 procurava capacitar as populações para o envolvimento das comunidades na conservação através da etnobotânica aplicada (Hamilton 2004a; v. Carvalho 2006). Como refere Alexiades (2003, 22), a *etnobotânica* ia-se fundamentando na ideia de que, ao compreender os modos como os humanos pensam, classificam, gerem, manipulam e usam as espécies e comunidades vegetais, poderia contribuir para a implementação de práticas de conservação e de desenvolvimento, junto das agências desenvolvimento, organizações de conservação, governos e comunidades.

Integrada nessa perspectiva surgida nas décadas de 1970/1980 que valorizava os conhecimentos ecológicos tradicionais e no entendimento das formas locais de gestão e manipulação dos recursos naturais, o Núcleo de Botânica do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza [SNPRCN] – entidade criada em 1983 em substituição do SNPRPP – apresentaria uma proposta inovadora, no que concerne a flora do PNSAC e a sua conservação:

«Os objectivos dum Parque Natural, consideram o estímulo de determinadas actividades económicas, desde que bem enquadradas nos ecossistemas naturais e que possam garantir melhor nível de vida às populações. As plantas aromáticas e medicinais constituem um assunto de trabalho que abrange explicitamente vários dos objectivos do Parque Natural.» (Lopes 1991, 25)

Surge, então, pela primeira vez, uma referência implícita à exploração das plantas aromáticas e medicinais [PAM] pelas populações do Parque. Para a autora, as PAM proporcionavam oportunidade para cumprir objectivos educativos, culturais e conservacionistas inerentes ao Parque, uma vez que implicavam o «conhecimento e reconhecimento das espécies vegetais num dado território e suas utilizações e aplicações», «a salvaguarda e a revalorização dos conhecimentos naturalistas populares», assegurando a conservação pelos «dados precisos sobre a identidade, a distribuição e a biologia da espécie» (idem, 26). Uma década depois, admitia-se internacionalmente que, dada a grande quantidade de plantas medicinais, a conservação destas espécies constituía um microcosmos da conservação de plantas como um todo (Hamilton 2004b, 1478).

Muito possivelmente ciente do valor comercial das mais de 100 toneladas de plantas que saíam da área do PNSAC, recolhidas na flora espontânea pela população local e transaccionadas pela fábrica de Vale da Trave ou pelos angariadores da região para outras empresas de exportação, nas Jornadas de 1991, aquela botânica do SNPRCN reconheceria que «potencialidades da flora aromática e medicinal deste Parque Natural são importantes no contexto geral do País», sendo essencial para os objectivos do desenvolvimento a conservação das espécies «por uma correcta utilização das mesmas» (Lopes 1991, 27). Como exemplo, constata-se a denúncia:

«Infelizmente, assiste-se a uma colheita directa e indiscriminada de algumas plantas medicinais como o caso da *Phlomis Lychnitis* L. que, no mês de Maio, em que floresce, é colhida, seca e enviada para a América, como substituta da *Salvia officinalis* L., sendo pagos valores irrisórios por colheita [...] com o inconveniente do valor acrescentado do recurso, escapar às populações locais e até mesmo ao País.» (Lopes 1991, 27)



Imagem 14 – Salva brava colhida por Ti' Elisa. (Foto de Abril de 2012).

Esse e outros factores terão determinado, segundo a autora, o início do «estudo de identificação e da distribuição das plantas aromáticas e medicinais deste Parque Natural, base de qualquer futura actuação, nomeadamente no que respeita ao cultivo das espécies consideradas em perigo» (idem), concluindo:

«Pensamos que a conservação e a exploração das plantas aromáticas e medicinais são duas actividades complementares mas para evitar erros que são muitas vezes irrecuperáveis do ponto de vista do Património Natural, é cada vez mais necessário o diálogo e a colaboração entre aqueles que trabalham nestes dois sectores.» (Lopes 1991, 27)

Denotam-se, aqui, algumas questões prementes que, embora reportando-se a um contexto regional específico podem e devem ser contextualizadas nas preocupações globais que marcaram o início dos anos 1990: o dilema entre a sobreexploração dos recursos, desenvolvimento sustentável e conservação da natureza e a questão da partilha de benefícios. Ou seja, esta comunicação apresentada em 1991 acerca da conservação da flora do PNSAC prenuncia o que viriam a ser considerados os três objectivos para a preservação da biodiversidade: «(i) na conservação da diversidade biológica,(ii) na utilização sustentável dos seus componentes e (iii) na partilha justa e equitativa dos benefícios que advêm da utilização dos recursos genéticos» (MA/ICN 1998).

Schmidt (2008, 5) enquadra a génese das preocupações ambientais em três raízes principais: a tradição conservacionista, a tradição humanista e a tradição do risco. Nesta perspectiva, o conceito de *protecção da biodiversidade*, cujo expoente máximo seria a Convenção sobre a Diversidade Biológica [CDB] proclamada na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro em 1992, surge em resultado da articulação dessas três tradições.

Por um lado, entre 1980 e 1990, vivia-se a terceira transição epidemiológica, assinalada pela detecção de um número apreciável de novas doenças que contribuem para a mortalidade adulta; uma maior incidência e prevalência das doenças infecciosas preexistentes que se pensavam estarem controladas e o facto destes agentes patogénicos re-emergentes gerarem estirpes resistentes aos antibióticos mais rapidamente do que se conseguem desenvolver novos fármacos (Barret *et al.*, 1998, 256-257). Debatia-se a *emergência das doenças infecciosas*, situação definida por Stephen S. Morse numa conferência do National Institutes of Health and Rockefeller University em 1989, em torno do aparecimento de novos organismos infecciosos como o HIV, Ebola e hantavirus e o desenvolvimento da resistência microbiana (King 2002, 766).

Em resposta ao *risco* representado quer por estas epidemias, quer pela resistência dos microorganismos às drogas existentes ou pelos efeitos secundários dos remédios modernos (Bhushan 2005, Alexiades 2009, Hrudayanath e Patra 2011), os cientistas farmacêuticos recorreram ao mundo vegetal, procurando soluções inovadoras a partir do manancial das medecinas tradicionais.

Este recurso não poderá ser dissociado do reconhecimento em 1978 pela Organização Mundial de Saúde, da importância das plantas medicinais nos sistemas de saúde dos países em desenvolvimento, como solução para a *questão humanitária* dos acessos aos cuidados de saúde, numa resolução que preconizava o levantamento,

identificação, validação e standardização das utilizações terapêuticas das plantas [W.H.O. 1978]. Recorde-se que, de uma forma geral, o desenvolvimento de fármacos no Ocidente não estava direccionado para as doenças que mais afectavam os países em desenvolvimento, como as doenças infecciosas e parasíticas que representavam 90% dos encargos com doenças em muitos desses países (Vandebroek *et al.* 2011).

Consequentemente, a *bioprospecção* – desenvolvimento de drogas a partir de ingredientes bioactivos em plantas e seres vivos – ampliava as perspectivas de um mercado em crescimento (Chen 2008, Bodeker *et al.* 2007) e houve necessidade de alinhar a tradição *conservacionista* com o reenquadramento do tráfico internacional, a gestão e exploração comercial da biodiversidade e o conhecimento tradicional na procura de novas drogas (Hayden 2007).

Ameaçado o equilíbrio das espécies naturais, a Convenção sobre a Diversidade Biológica veio, em 1992, redefinir a urgência na protecção dos espaços naturais, reconhecendo, entre outros:

«a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, e que é desejável repartir equitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes, [...] que a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica é de importância absoluta para atender as necessidades de alimentação, de saúde e de outra natureza da crescente população mundial, para o que são essenciais o acesso e a repartição de recursos genéticos e tecnologia». (Preâmbulo CDB 1992)

No que concerne a utilização sustentável de componentes da Diversidade Biológica, a Convenção contemplava a protecção e encorajamento da «utilização habitual de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável» [Art.º 10, c)].¹⁵

A nível da política europeia, foi publicada a Directiva Habitats¹⁶ de 1992 que, em conjunto com a Directiva Aves de 1979, constituiria a base para o estabelecimento da Rede Natura 2000. Em 1993 foi ratificada a CDB na legislação portuguesa,¹⁷ concretizada legalmente a Rede Nacional de Áreas Protegidas¹⁸ e criado o Instituto da Conservação da Natureza¹⁹ como «entidade responsável pelas actividades nacionais nos

domínios da conservação da natureza e da gestão das áreas protegidas» (Queirós 2002, 145). Subsidiária desta nova perspectiva global acerca da participação da comunidade na gestão dos recursos, a Lei dos Baldios seria também publicada no mesmo ano.

A década de 1990 parece marcar um período de intervenção legislativa em matéria de conservação da natureza a que não será alheio não só o movimento político internacional, como a existência, de um Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, instituído no mesmo ano em que foi criada a Agência Europeia do Ambiente.

No entanto, a *governamentalidade* do ambiente em Portugal tem sido uma área problemática, como revela a instabilidade das instituições sucessivamente criadas, reestruturadas, incorporadas e desagregadas. Com a revolução de 1974, foi criado o Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, extinto menos de ano depois (Freitas e Martins 2012, 81), sendo criada a Secretaria de Estado do Ambiente. Entre 1990 e 2002, existiu o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, depois transformado em Ministério das Cidades, do Ambiente e do Ordenamento do Território.²⁰ Em 2005, seria reestruturado em Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território,²¹ acrescentando-se no mesmo ano o Desenvolvimento Regional²² que, passados quatro anos, desaparece novamente.²³ Em 2012, a pasta do Ambiente incorpora o Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território²⁴ para, no ano seguinte, ser desmantelado em Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

A atribuição da responsabilidade pelas actividades nacionais nos domínios da conservação da natureza e da gestão das áreas protegidas ao Instituto da Conservação da Natureza, sob a tutela do Ministro do Ambiente e Recursos Naturais, em 1993, parecia vir garantir alguma estabilidade, no mesmo ano em que já se estabelecera legalmente a Rede Nacional de Áreas Protegidas [RNAP]. São, então, reactualizados e redefinidos os conceitos:

- «1. Entende-se por parque natural uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo da integração harmoniosa da actividade humana e da Natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural;
2. a classificação de um parque natural tem por efeito possibilitar a adopção de medidas que permitam a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica». (DL 19/93, de 23 de Janeiro, Art.º 7.º)

Embora a CDB tenha sido transposta para a legislação portuguesa logo em 1993, seriam precisos cinco anos para a transposição para o direito interno da Directiva Habitats [Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de Agosto]. Ainda assim, com a reestruturação ministerial em 2005, perante a necessidade de harmonização de vários decretos-lei e na sequência de um processo no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias por não estarem integralmente transpostas as Directivas Aves [1979] e Habitats [1992], estas seriam republicadas no Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro. No entanto, apesar desta lacuna legal, encontravam-se em elaboração²⁵ as propostas de *sítios de importância comunitária*.²⁶

A proposta de Sítio n.º 38, elaborada em 1997, reportava-se aos habitats naturais mencionados na Directiva 92/43/CEE das Serras de Aire e Candeeiros (Santo 1997). Entre as vulnerabilidades apontadas no documento, registavam-se as seguintes:

«Os matos que levaram anos a desenvolverem-se são cortados para fornecimento de lenha ou são queimados para deixar desenvolver pastos. As plantas medicinais, muitas das quais raras no local e no restante território nacional, são colhidas em quantidades desmedidas.» (Santo 1997)

Consequentemente, entre as «actividades humanas que mais ameaças representam para este sítio» estavam, também, consideradas a utilização de madeira de carvalho-cerquinho, azinho, carvalho negral e carrasco, como lenha para queimar, a introdução de espécies alóctones com substituição total ou parcial das formações arbóreas, arbustivas ou herbáceas existentes e a «colheita descontrolada e desmoserada de plantas medicinais, aromáticas e outras» (idem).

Deste modo, na sequência deste novo mapeamento que integrava parte da região numa rede europeia – Rede Natura 2000 –, a actividade de colheita da flora espontânea para comercialização tradicionalmente praticada em Vale da Trave, encontrava-se, pela primeira vez, explicitamente ameaçada.

No primeiro relatório nacional elaborado, em 1998, pelo Ministério do Ambiente e pelo Instituto da Conservação da Natureza para submeter à Conferência das Partes da CDB, retira-se a seguinte informação acerca da flora nacional:

«Em Portugal continental, de um total aproximado de 3000 taxa de flora vascular (cerca de 2500 espontâneos e 500 naturalizados), destacam-se 86 endemismos lusitânicos e um significativo número de espécies endémicas ibéricas. Considera-se necessária a tomada de medidas urgentes de conservação para aproximadamente 10% do elenco florístico referido (293 espécies). Destas,

18 estão provavelmente extintas, 100 em perigo de extinção, 155 são vulneráveis e 20 são raras (segundo Ramos Lopes & Carvalho, 1990). [...] Contabilizando as espécies que compõem a cobertura vegetal do Continente, Açores e Madeira, constata-se que ocorrem em Portugal cerca de 3800 espécies de plantas. [...] No grupo das plantas selvagens com potencialidade aromáticas e medicinais encontram-se cerca de 500 espécies, podendo parte delas constituir uma alternativa cultural para sistemas agrícolas sustentáveis ou para a promoção de terrenos marginais para a agricultura. Distribuem-se maioritariamente pelas famílias das Labiadas, Compostas, Umbelíferas, Mirtáceas, Oleáceas, Liliáceas, Rosáceas, Leguminosas, Rutáceas, Hipericáceas, Iridáceas, Pináceas, Cupressáceas, Lauráceas e Malváceas.» (MA/ICN 1998)

O documento refere ainda a existência de 70 instituições com programas e estruturas para a conservação *in situ* e *ex situ* de germoplasma de raças autóctones e de espécies vegetais, incluindo aromáticas e medicinais.

Nesse mesmo ano de 1998, um relatório elaborado por Lange (1998) para o World Wild Fund [WWF] e para a União Internacional para a Conservação da Natureza [UICN] apontava a ameaça que constituía o aumento do consumo de medicamentos naturais e indicava que a colheita de algumas espécies do género *Sideritis*, *Thymys* e *Origanum*, deviam ser controladas (Pardo de Santayana, Blanco e Morales 2005, 16).

Entre 1999 e 2004, o ICN iniciou o projecto «Plantas Aromáticas e/ou Medicinais na Rede Nacional de Áreas Protegidas» (Camejo-Rodrigues *et al.* 2003). Apesar de este projecto ter originado várias publicações (Gonçalves 2005, Dias e Marques 2005, Rodrigues e Neves 2002, Oliveira e Neiva 2001), não existe até à data nenhuma publicação semelhante referente ao PNSAC. A flora desta área protegida foi descrita inicialmente por Santo e Lousã (1981), acompanhada das correspondentes actualizações do inventário florístico (Santo e Lousã 1988; Santo 1994), existindo a referência a um trabalho «Plantas Aromáticas e Medicinais do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros» efectuado por Lopes (1991), tratando-se, possivelmente do relatório elaborado para o PNSAC que não consegui localizar em nenhuma das bibliotecas institucionais que consultei.²⁷ Mais recentemente, o ICN publicou um inventário de plantas a proteger no PNSAC (v. Flor 2005) e em 2010 foi publicado o «Guia geobotânico da excursão ao Parque Natural da Serras de Aire e Candeeiros» (Costa, Santo e Arsénio 2010).

Em 2001, surge a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade [ENCNB],²⁸ onde são formuladas dez opções estratégicas para a política de conservação da natureza e da biodiversidade, entre as quais constava a constituição da Rede Fundamental de Conservação da Natureza [RFCN]²⁹ e do Sistema Nacional de Áreas Classificadas [SNAC] no qual seria integrada a RNAP criada em 1993.

Perante toda esta situação, refere Queirós (2002, 151) que, no início de 2002, apenas cinco parques naturais do continente, incluindo o PNSAC, tinham os respectivos planos de ordenamento em fase de revisão, alertando para o risco «de serem desclassificados» por não cumprirem os prazos previstos. Segundo a autora, a falta do plano de ordenamento era apontada como «o maior entrave à aplicação de medidas de conservação e factor de fragilização do seu estatuto de protecção» (Queirós 2002, 151).

Em 2007, foi criado o Sítio de Importância Comunitária [SIC] Rede Natura 2000 - PTCO0015 Serras d’Aire e Candeeiros,³⁰ constando como um dos factores de ameaça a «colheita de espécies vegetais ameaçadas», mas não existindo mais nenhuma referência concreta a esta prática no documento. No ano seguinte, no diploma que instituiu a RFCN, o conceito de *parque natural* é, novamente, redefinido:

«1 - Entende-se por “parque natural” uma área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de actividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços.

2 - A classificação de um parque natural visa a protecção dos valores naturais existentes, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional, e a adopção de medidas compatíveis com os objectivos da sua classificação, designadamente:

- a) A promoção de práticas de manejo que assegurem a conservação dos elementos da biodiversidade;
- b) A criação de oportunidades para a promoção de actividades de recreio e lazer, que no seu carácter e magnitude estejam em consonância com a manutenção dos atributos e qualidades da área;
- c) A promoção de actividades que constituam vias alternativas de desenvolvimento local sustentável.» (Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de Julho, Art.º 17.º)

Mercê de todo este desenvolvimento político e legislativo, o Plano de Ordenamento do PNSAC foi apresentado à discussão pública entre 2007 e 2009,

período em que a orgânica e nome do ICN foram alterados para Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, I.P. [ICNB]³¹ e foi criada a Autoridade Florestal Nacional com a missão de «promover o desenvolvimento sustentável dos recursos florestais e dos espaços associados».³²

No relatório de caracterização e diagnóstico de revisão do Plano de Ordenamento do PNSAC de 2007, não se encontra referência à tradição de colheita da flora espontânea, pelas populações locais, para a sua comercialização. Regista-se, porém, que:

«Do ponto de vista da gestão das actividades há que atender em especial à necessidade de garantir que os habitats sensíveis ao abandono mantêm um nível de perturbação (decorrente da actividade de pastorícia se tal for viável, ou através do fogo controlado ou do corte, se for necessário) que permita a manutenção do seu valor de conservação.» (PNSAC/ICN 2007, 43)

Concede-se, portanto, a necessidade de manter os níveis de perturbação (entenda-se a mesma interacção humana com o meio), essencial à regeneração e conservação da vegetação.

O relatório de 2009 debruça-se, essencialmente, na problemática do *zonamento*, uma vez que as seis tipologias incluídas no Plano de Ordenamento de 1988 tinham aumentado para o dobro, atendendo também a diferentes regimes de protecção. Paralelamente, tinham sido criadas as *zonas de intervenção florestal* [ZIF] e um despacho da Autoridade Florestal Nacional de 2009, instituía a Zona de Intervenção Florestal Baldios de Valverde, Pé da Pedreira, Barreirinhas e Murteira cujo mapeamento viria a ser contestado pelo Baldio de Vale da Trave.

Com a publicação do Regulamento do Plano de Ordenamento do PNSAC, em 2010, ficaram interditas, «em áreas sujeitas a regimes de protecção»:

- «a) A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies da flora e da fauna sujeita a medidas de protecção legal, [...]
- r) A realização de cortes rasos de bosquetes de carvalho, sobreiral, azinhal e matos mediterrânicos arborescentes de medronheiro, folhado, aderno e zambujeiro;». (Art.º 8.º)

Condicionados à autorização do ICNB, quando realizados em áreas sujeitas a regimes de protecção, passaram a estar:

«d) A alteração da morfologia do solo e do coberto vegetal natural através do corte de vegetação arbórea e arbustiva, da realização de cortes rasos de povoamentos florestais ou por novos povoamentos florestais ou sua reconversão, [...];

e) O corte, desenraizamento, colheita de sementes e de frutos de espécies da flora ou outro qualquer método susceptível de afectar a vegetação indígena». (Art.º 9.º, n.º 2)

Deste modo, continuar a prática de colheita de flora espontânea para comercialização implicaria refazer toda uma *geografia* incorporada pela tradição, de acordo com os zonamentos e mapeamentos das várias áreas e regimes de protecção englobados no PNSAC.

No entanto, no seio de todo este processo, o Baldio do Vale da Trave criava a sua imagem de marca local como Terra das Ervanárias, sem contudo, conseguir até à data desenvolver o projecto inicial, devido a factores já enunciados no segundo capítulo.

Saliente-se que se encontra em curso um projecto da Quercus e do Centro de Biociências do ISPA-IU, no âmbito do programa LIFE+ Habitats Conservation [LIFE09NAT/PT/000040], em 400 ha do Baldio de Fátima e 600 ha do Baldio de Pedrógão. Num documento de caracterização da situação actual da Serra de Aire e perspectivas de actuação no âmbito do projecto “Conservation of Natural and Semi-Natural Habitats in the Serras de Aire e Candeeiros”, é contemplada a «utilização de plantas aromáticas, medicinais e condimentares resultantes do corte dos matos previstos no âmbito do projecto» (Fonseca e Coelho 2012, 19), nomeadamente, *Rosmarinus officinalis* [Alecrim], *Lavandula stoechas* [Alfazema], *Thymus mastichina* [Bela-luz] e *Thymus zygis* [Tomilho]. Propõem os autores uma avaliação dos circuitos comerciais pela Quercus, perante a possibilidade da disponibilização do «Secador Solar de Plantas situado na localidade de Bairro, propriedade do ICNF» (idem) ou a prospecção do mercado da indústria farmacêutica ou de perfumaria que não envolvam a secagem das plantas (idem, 19-29). Sugerem, também, que:

«A médio prazo, poderão desenvolver-se metodologias de uso de um número significativo de plantas existentes na Serra de Aire, particularmente daquelas que apresentam utilização farmacológica. Muitas destas plantas são muito abundantes, no local e em Portugal, não apresentando problemas relevantes de conservação. Acresce que em alguns casos a colheita das partes das plantas

necessárias a este tipo de uso é compatível com o ciclo reprodutivo das plantas.» (Fonseca e Coelho 2012, 20)

Em Vale da Trave, porém, mais do que mapeamentos, zonamentos e geografias de propriedade, seria uma outra intervenção estatal que viria a condenar a tradição local de comercialização da flora espontânea. As novas regras de facturação impostas em 2013 como medida de combate à economia paralela inviabilizam a manutenção desta actividade no nível da economia informal, como constatei numa das entrevistas com a gerente da fábrica de Vale da Trave, ADP Lda.:

«A actividade de recolha de plantas espontâneas está a diminuir. Com as alterações da legislação, agora é necessário que quem faz a recolha para comercialização esteja colectado nas Finanças, no regime da agricultura, CAE 01610.³³ No ano passado [2012] bastava fazer a nota de compra, para efeitos de contabilidade e de rastreabilidade dos lotes, agora é necessária uma auto-factura, no Portal das Finanças.» (Clarinda Paixão, ADP Lda.)

Tratando-se de uma actividade actualmente exercida por reformados ou desempregados como forma de obter rendimentos complementares, esta obrigatoriedade fiscal veio condená-la ao desaparecimento e impor a produção agrícola como condição de introdução no circuito comercial. Ainda assim, a «Terra das Ervanárias» proporcionou uma oportunidade de promoção do ecoturismo, associado a um conhecimento etnobotânico específico (v. Little 1999, 270) e em sintonia com o mercado de produtos naturais.

«Depois temos o eixo do Turismo da Natureza, o Ecoturismo, valorizar o comércio de produtos autóctones, qualidade versus quantidade, como complemento. Criavam-se empregos paralelos, era uma mais-valia da imagem de marca. [...] Assim as visitas a Vale da Trave funcionam no espírito dessa formação informal. Explicamos a geomorfologia, a disposição crítica, as zonas calcárias próximas dos olhos de água, várias formações calcárias. Na Botânica, entre o Vale da Trave e o baldio temos muita biodiversidade, muitas espécies de vegetação; temos também a mineralogia, os solos, os sobreiros. [...] Há um grande conjunto de coisas para falar. Temos o Algar do Pena e a exploração de pedreiras para calçada. Temos áreas recuperadas, algumas pelo PNSAC, que exemplificam a exploração racional dos recursos da pedra; mostram que pode ser recuperado e com outro resultado interessante. Procuramos associar o

desenvolvimento local à mostra destas situações.» (Luís Ferreira, Baldio do Vale da Trave)

No complexo processo de mapeamentos, delimitações, propriedade e domínio sobre os recursos e a sua gestão em que se viram envolvidas as terras comuns desta «Terra das Ervanárias», inscreve-se agora o percurso pedestre da Gruta do Pena [PR1 STR] dinamizado pelo Baldio do Vale da Trave e integrado na rede de percursos pedestres da Área Protegida do PNSAC. Numa simbólica relação de compromisso entre territórios e administração, a comunidade e os seus baldios participam de redes mais amplas, como o Parque Natural e a Rede Natura, na gestão da sua biodiversidade e do seu património.



Imagem 15 - Folheto do Percurso Pedestre Gruta do Pena PR1 STR, Vale da Trave - Terra das Ervanárias.

NOTAS

¹ Possivelmente a «oleoresina de certas estevas, conhecida por lábano» referida por Costa (1975, 24).

² Relação entre o valor em escudos das exportações e os respectivos quilogramas.

³ Penisco: pinhão alado de alguns pinheiros. In Samouco, Ramiro. 1998. Dicionário de Agronomia, Lisboa: Plátano Ed. Técnicas.

⁴ Projecto de Arborização do Parque Florestal da Serra de Candeeiros: Núcleo de Rio Maior, Turquel e Benedita, 1.ª Repartição Técnica, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 1962.

Projecto de Arborização do Parque Florestal da Serra de Candeeiros: Núcleo de Alcobaça, 1.ª Repartição Técnica, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 1962.

Projecto de arborização do Perímetro Florestal da Serra d'Aire, Lisboa : Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 1964.

Projecto de Arborização do Parque Florestal da Serra de Candeeiros: Núcleo de Porto de Mós, 1.ª Repartição Técnica, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 1967.

⁵ Decreto-Lei 44343, de 12 de Maio de 1962: Submete ao regime florestal parcial os baldios municipais dos concelhos de Rio Maior e Alcobaça situados na serra dos Candeeiros e seus contrafortes.

Decreto-Lei 45433, de 13 de Dezembro de 1963: Submete, por utilidade pública, ao regime florestal parcial obrigatório os baldios paroquiais da freguesia de Alcanede, bem como os baldios municipais do concelho de Santarém situados na mesma freguesia, que passam a constituir o perímetro florestal de Alcanede.

Decreto-Lei 45811, de 9 de Julho de 1964: Submete, por utilidade pública, ao regime florestal parcial obrigatório os baldios municipais situados nas freguesias de Pedrógão, Assentiz e Chancelaria, do concelho de Torres Novas, e na freguesia de Minde, do concelho de Alcanena, bem como os paroquiais da freguesia de Fátima, do concelho de Vila Nova de Ourém, que ficam constituindo o perímetro florestal da serra de Aire.

Decreto-Lei 47157, de 20 de Agosto de 1966: Submete ao regime florestal parcial obrigatório os baldios paroquiais da freguesia de Mendiga e os municipais das freguesias de Pedreiras, S. Pedro, Serro Ventoso e Arrimal, do concelho de Porto de Mós, situados na serra dos Candeeiros e seus contrafortes.

Decreto-Lei 47887, de 1 de Setembro de 1967: Submete ao regime florestal parcial obrigatório os baldios paroquiais da freguesia de Mendiga e os municipais da freguesias de Serro Ventoso, S. Bento, Alvados, Alcaria, S. João e Alqueidão da Serra, do concelho de Porto de Mós, situados na serra dos Candeeiros e seus contrafortes.

⁶ As espécies espontâneas mencionadas no referido Projecto são as seguintes: *Cistus salvifolius*, *Cistus crispus*, *Urginea marítima*, *Smilax áspera*, *Pulicaria adora*, *Ulex welwitschiarmus*, *Ulex genista*, *Ulex tournefortii*, *Phyllinea augustifolia*, *Thymus zygis*, *Myrtus communis*, *Sanguisorba minor*, *Salvia sclaeroides*, *Onobrychis eriophora*, *Bellis silvestris*, *Rubia peregrina*, *Osyna alba*, *Helianthemum spp*, *Phlomis lichnitis/lichristis*, *Carex sp*, *Euphorbia sejetalis*, *Lithosperum diffusum*, *Rubia peregrina*, *Astragalus lusitanicus*, *Calluna vulgaris*, *Erica spp*.

⁷ Ao qual não tive acesso, por se encontrar requisitado por um técnico do ICNF.

⁸ Absinto/losna – *Artemisia absinthium* L.; Açafraão – *Crocus sativus* L.; Acónito – *Aconitum napellus* L.; Adonis – *Adonis vernalis* L.; Alcaparra – *Capparis spinosa* L.; Alfazema verdadeira – *Lavandula officinalis* Chaix; Alfazema brava – *Lavandula latifolia* Vill.; Alfazeminha – (híbrido entre *Lavandula officinalis* e *latifolia*); Aloé – *Aloé Succotrina* DC; Amieiro negro/frangula/sanguinha de água – *Rhamus frangula* L.; Angélica – *Angélica archangelica* L.; Anis/anis verde/erva doce – *Pimpinella anisum* L.; Arnica – *Arnica montana* L.; Bardana/pegamasso – *Arctium lappa* L.; Beladona – *Atropa beladona* L.; Bisnaga/funcho silvestre/paliteira – *Amni visnaga* L.; Boldo – *Peumius boldus* Molina; Canela romana – *Anthemis nobilis* L.; Cacto inerme – var. *Opuntia ficus-indica* (L) Miller; Cólquico – *Colchium autumnale* L.; Convalária – *Convalária majalis* L.; Coentro – *Coriandrum sativum* L.; Cominhos – *Cumim cymin* L.; Dormideira – *Papaver somnifer* L. var. album DC; Drosera/orvalhinha/rosela – *Drosera rotundifolia* L.; Dulcamar/uva de cão/erva moura de trepa/vinha da índia – *Solanum dulcamara* L.; Endro/aneto/funcho bastardo – *Anethum graveolans* L.; Erva moura/bredos – *Solanum nigru* L.; Erva do príncipe/capim do gabão/chá de príncipe – *Cymbopogon citratos* (DC) Stapf = *Andropogon citratos* DC; Espargo bravo menor/corruda menor – *Asparagus acutifolius* L.; Funcho – *Foeniculum vulgare* Miller; Genciana das boticas/argençana dos pastores – *Gentiana lutea* L.; Groselheira negra – *Ribes rigon* L.; Hera terrestre – *Glechoma hederacea* L.; Hidraste – *Hydrastis canadenses* L.; Hiperião/androsemo – *Hypericum androsenum* L.; Hissopo/erva sagrada – *Hyssopus officinalis* L.; Hortelã-pimenta – *Mentha piperita* Huds.; Levístico – *Levisticum officinale* Koch; Licopódio/pé de lobo – *Lycopodium clavatum* L.; Loureiro – *Laurus nobilis* L.; Lúcia-lima/bela luísa/limonete/doce lima – *Lippia citriodora* Kuntz; Lupulo – *Humulus lupulus* L.; Malva-rosa – *Pelargonium sp.*; Marroio – *Marrubim vulgare* L.; Melissa/erva cidreira – *Melissa officinalis* L.; Milefólio – *Achillea millefolium* L.; Mostarda negra – *Brassica nigra*

Koch; Papoila – *Papaver rhoeas* L.; Piretro – *Pyrethrum cinerariaelolum* Trev.; Polígala – *Polygala rupestres* Pourr.; Prímula/primavera – *Prímula officinalis* L.; Salgueirinha – *Lytrum salicaria* L.; Salsa – *Petroselinum sativum* Hoffm.; Salsaparrilha bastarda/legação/alegra-campo – *Smilax áspera* L. var. *nigra* (Wild.) P. Cout.; Serpentária – *Arystolochia serpentaria* L.; Segurelha – *Satureja hortensis* L.; Taráxaco – *Taraxacum officinale* Weber; Tussílagu/unha de cavalo ou unha de asno/erva de S. Quirino – *Tussilago farfara* L.; Uva ursina – *Arctostaphylos uva-ursi* L. Spreng.; Valeriana – *Valeriana officinalis* L.

⁹ *Glycyrrhiza glabra* L. [alcaçuz], *Althea officinalis* L. [malvaíscio], *Matricaria chamomilla* L. [camomila], *Rhamnus frangula* L. [amieiro negro], *Tanacetum vulgare* L. [atanásia], *Teucrium Scorodonia* L. [escorodónia, salva bastarda], *Hyoscyamus niger* L. [meimendro negro], *Sambucus nigra* L. [sabugueiro], *Erythraea centaurium* L. Pers. [fel da terra], *Iris florentina* L. var. *albicans* Lge. [lírio], *Juniperus communis* L. spp. *Nana* Syme [zimbros], *Digitalis purpurea* L. [dedaleira], *Datura stramonium* L. [figueira do diabo], *Cnicus benedictus* L. [cardo-bento], *Opuntia ficus-indica* (L.) Miller [piteira], *Artemisia vulgaris* L. [artemísia], *Juniperus phoenicea* L. [zimbreira] e *Equisetum arvense* L. [cavalinha].

¹⁰ Decreto-Lei n.º 18/71, de 8 de Maio.

¹¹ Decreto n.º 50/80 de 23 de Julho, do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

¹² Decreto n.º 21/75 de 22 de Janeiro. Sistema de Informação Ambiental sobre Direito do Ambiente, <http://siddamb.apambiente.pt/publico/documentoPublico.asp?documento=1115&versao=1> (Acedido a 20 de Setembro de 2011).

¹³ Decreto-Lei n.º 550/75, de 30 de Setembro.

¹⁴ Decreto-Lei n.º 118/79 de 4 de Maio.

¹⁵ Decreto-Lei n.º 21/93, de 21 de Junho.

¹⁶ Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens.

¹⁷ Decreto-Lei n.º 21/93, de 21 de Junho.

¹⁸ Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro.

¹⁹ Decreto-Lei n.º 193/93, de 24 de Maio.

²⁰ Decreto-Lei n.º 120/2002, de 3 de Maio.

²¹ Decreto-Lei n.º 53/2005, de 25 de Fevereiro.

²² Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril.

²³ Decreto-Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro.

²⁴ Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de Janeiro.

²⁵ Serras de Aire e Candeeiros. Proposta de Sítio n.º 38, Maria Dalila Espírito Santo, Junho 1997. Habitats naturais contidos na Directiva 92/43/CEE, ISA, Formulário Natura 2000. Disponibilizado para consulta pela autora.

²⁶ O Decreto-Lei n.º 226/97 define «Sítio de importância comunitária» como «um sítio que na ou nas regiões biogeográficas referidas na subalínea 3) da alínea c) do n.º 1 [atlântica, mediterrânica e macaronésica] contribua de forma significativa para manter ou restabelecer um tipo de habitat natural do anexo I ou de uma espécie do anexo II, num estado de conservação favorável e possa também contribuir de forma significativa para a coerência da Rede Natura 2000 ou contribua de forma significativa para manter a diversidade biológica na ou nas referidas regiões biogeográficas» [Art.º 2.º, alínea l)].

²⁷ Nomeadamente, nas bibliotecas do ICNF, do Ministério da Agricultura, do Instituto Superior de Agronomia, da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Santarém, Ecoteca de Porto de Mós ou Biblioteca Nacional. Existiria um exemplar policopiado na ESA em Santarém, mas não foi possível localizá-lo fisicamente.

²⁸ Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro.

²⁹ Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho.

³⁰ Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de Agosto e Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000 de 5 de Julho e divulgado pela Portaria n.º 829/2007 de 1 de Agosto.

³¹ Decreto-Lei n.º 136/2007, de 27 de Abril de 2007.

³² Decreto-Lei n.º 159/2008, de 8 de Agosto.

No mesmo ano tinha sido publicado o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, no Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho.

³³ Compreende as actividades dos serviços relacionados com a agricultura executadas por terceiros, por contrato, à tarefa ou qualquer outra forma, tais como: preparação de terrenos e sementeiras; tratamento e protecção de culturas (inclui a pulverização aérea); podas de árvores e de arbustos; transplantação de arroz e desbaste de beterrabas; colheita de produtos agrícolas; protecção contra animais nocivos no âmbito da agricultura; exploração de sistemas de rega; manutenção de solos em condições agrícolas e ambientais adequadas; aluguer de máquinas e de equipamento agrícola com operador.

VI

Medicina e Conhecimento Tradicional

«[E]m obras de antigos médicos nossos, ainda dos mais esclarecidos, se exprimem teorias patogénicas e preceitos terapêuticos que derivam de concepções que hoje já não vogam na ciência, mas que o povo continua a adoptar com fervor, ou porque d'elles as tomou, ou porque datam de tempo anterior ao dos proprios médicos, e são pois comuns a estes e àquele».
(Vasconcelos 1980, 80)

O conhecimento sobre as potencialidades medicinais das plantas, quando não enquadrado nos recursos terapêuticos das medicinas alternativas ou nos diversos circuitos científicos ligados à indústria farmacêutica, reporta-se, geralmente, à medicina popular e ao conhecimento tradicional.

Conforme refere Evans (2008), no contexto ocidental, o conhecimento popular da *materia medica* baseado no folclore pode ser encarado como uma sobrevivência do conhecimento tradicional que, embora seja pensado como tendo sido substituído pelo conhecimento científico e tecnológico, permanece, informado e apropriado pela ciência (Ellen e Harris 2000). Associado à medicina popular, o conhecimento sobre plantas medicinais colhidas na natureza, incorpora um certo carácter místico que o transforma num reino de sigilo, protegido por seus atores sociais desde o tempo que a cura com ervas foi fortemente ligada à feitiçaria e bruxaria (Evans 2008), retomado no período da hegemonia científica da medicina convencional e recentemente reforçado como estratégia de protecção contra a biopirataria.

Neste capítulo, procurar-se-á analisar a medicina popular como um conhecimento tradicional constituído numa relação dinâmica de incorporação e apropriação de saberes diversos. Considerando que o conhecimento local é altamente adaptativo (Quave *et al.* 2012) e marcado por processos de aculturação, interessa, neste caso, ter uma perspectiva diacrónica da história local da medicina que permita destacar tais fluxos, mais do que procurar especificidades de etnomedicina. A opção por esta abordagem possibilitará trazer para a análise outros aspectos socioculturais que influem

na constituição do conhecimento local e no modo como é percebido e adaptado para ser passível de integração em esferas mais amplas, como o mercado de plantas medicinais.

Citando Foucault (2001, 60) «antes de ser um saber, a clínica era uma relação universal da Humanidade consigo mesma». Neste sentido, as práticas medicinais desenvolveram-se inicialmente num contexto em que doença e cura encontravam explicação na relação entre os humanos e as entidades divinas, permeada pela intermediação privilegiada de certos agentes habilitados para perspectivar as capacidades terapêuticas nas representações cosmológicas dos três reinos do mundo natural (v. Dias 2005).

As evidências mais recuadas de práticas medicinais na região em estudo reportam-se à colecção osteológica encontrada na necrópole neolítica do Lugar do Canto [Valverde, Alcanede], na qual sobressaem as patologias cranianas que incluem fracturas por depressão, trepanações,¹ infecções e perfurações (Silva *et al.* 2011), sendo bastante interessante a seguinte conclusão da primeira equipa que analisou os dados:

«Havia, no Lugar do Canto, alguns conhecimentos de traumatologia, visto que 2 das fracturas da clavícula foram reduzidas e imobilizadas, e que o caso de fractura dos dois ossos do antebraço podia ter sido tratado, com resultados medíocres. Existe também a capacidade demonstrada para fazer trepanações, a favor da existência de uma medicina rudimentar». (Leitão *et al.* 1987, 54-55)

Considerada a evidência substancial de actividade médica pré-histórica (Ackerknecht 1982, 8), interpretada como «cirurgia de urgência» (Ferreira 1969, 120) para tratar dores de cabeça, fracturas, infecções, insanidade e desordens convulsivas (Pioreschi 1996, 26), a trepanação² tem suscitado diversas teorias em torno dos motivos para este procedimento terapêutico.

No entanto, parece ser consensual que a trepanação *in vivo* tinha como objectivo providenciar uma abertura para a libertação de espíritos malignos, pelo que se associam motivações religiosas (Vasconcellos 1897) às teorias pré-históricas da doença (Pioreschi 1996). Estas eram reforçadas pelas evidências de trepanações póstumas que se acredita se destinarem a recolher os respectivos discos de trepanação para serem utilizados como relíquias, amuletos ou talismãs (Vasconcellos 1897, Ferreira 1969, Pioreschi 1996). Este último autor, por exemplo, defende a teoria que com a trepanação, o homem neolítico tentava trazer à vida pessoas que julgava mortas ou

prestes a morrer, sem apresentarem feridas ou com ferimentos menores (Prioreshi 1991, Prioreshi 1996).

Mais do que as evidências pré-históricas de práticas de medicina rudimentar na região em estudo e na ausência de vestígios de práticas fitoterapêuticas, interessa reter o argumento de Ferreira (1969, 122) que salienta não estar «isenta a ideia de nessa época haver conhecimentos de rudimentos de singela anestesia». Recordando as propriedades medicinais da papoila, do cânhamo e do meimendo, Ferreira (idem, 122-123) recusava-se a «acreditar que operações de trepanação ou de fractura de membros não fossem tratadas com uma anestesia, mesmo por muito rudimentar que fosse». Admitindo-se essa possibilidade, torna-se assim bastante plausível o recurso simultâneo à flora espontânea com fins terapêuticos.

Analisando as ocupações neolíticas localizadas no Arrife da Serra de Aire³ com características residenciais e indiciando «a exploração conjunta, simultânea, da serra e da planície», Carvalho (2003, 142) fornece-nos alguns elementos interessantes acerca da exploração dos recursos naturais. No sítio arqueológico da Gafanheira [Assentiz, Torres Novas], 41% dos utensílios encontrados pertencem ao grupo de «elementos de foice»,⁴ que «reúne todas as lâminas e lamelas que se supõe terem sido deliberadamente segmentadas para subsequente encabamento e utilização na ceifa e/ou processamento de recursos vegetais» (Carvalho 2003, 146), sendo um claro indicador da prática de colheita de vegetais.

Embora a respeito «de partes mesiais de lamelas e pequenas lâminas que se supõe terem sido originalmente encabadas em peças de material perecível e terem funcionado como gumes activos de foices», encontradas no Abrigo da Pena d'Água [Chancelaria, Torres Novas], Carvalho (1998, 64) infira a prática de agricultura nas suas imediações, o estudo antracológico permite-nos colocar ainda outra hipótese. Atendendo à problemática da identificação de ervas potencialmente cultiváveis, muitas destas espécies poderem ter sido independentemente colhidas como alimento espontâneo ou utilizadas pelas suas propriedades medicinais (White e Makarewicz 2012, 90).

De facto, a antracologia⁵ dos materiais recolhidos neste sítio – que não difere muito dos referentes a Cabeço de Porto Marinho, em Rio Maior, nem dos resultados preliminares referentes à Lapa do Picareiro (v. Bicho 1994 e Bicho *et al.* 2003) situada em Minde, Alcanena – permitiu identificar vinte e dois *taxa*, entre os quais se

encontravam, por exemplo, medronheiros, estevas, freixos, giestas, aroeiras (v. Figueiral 1998, 74).

Sublinha a mesma autora a disponibilidade destes elementos vegetais, interpretando a sua recolha como uma resposta «às necessidades do momento», possibilitando «uma selecção pontual de certas espécies» ou «uma ocupação de curta duração, durante a qual apenas as espécies mais abundantes seriam recolhidas» (Figueiral 1998, 75). Não havendo indícios de práticas agrícolas poderá, igualmente, supor-se que os elementos de foice seriam utilizados para a recolha de espécies vegetais que poderiam ser utilizadas tanto como alimento (medronheiro, azinheira, oliveira), como pelos seus poderes mágico-curativos (aroeira, estevas, urze, giesta).

Efectivamente existem provas arqueológicas da utilização de medicamentos nos Estados Unidos da América e vestígios de plantas medicinais encontrados em sítios neolíticos em África (Bone e Mills, 2003) e no Iraque (Camejo-Rodrigues *et al.* 2003). Outros autores (Merlin 2003, Plant 2011) argumentando a antiguidade do uso de drogas psicoactivas obtidas na vegetação que se sabe disponível, têm sintetizado os registos arqueológicos do consumo de efedra, marijuana e ópio.⁶

À dificuldade em obter evidências directas da utilização de plantas espontâneas (Tolar *et al.* 2011), acresce a complexidade da sua identificação e a confirmação do seu uso pelos humanos (Merlin 2003, 297). Assim, pode-se apenas presumir que algumas plantas espontâneas tenham sido utilizadas pelas suas propriedades aromáticas – condimento – ou terapêuticas (Tolar *et al.* 2011), como também salienta Welmoed (2009, 346) ao referir que algumas das plantas classificadas como alimentares, eventualmente ingeridas, poderiam ter tido fins medicinais. Este último autor ressalta ainda que, apesar da disponibilidade de um bom nível de informação acerca do uso doméstico de plantas e do seu consumo comum, não existem indicações contextuais relativas às utilizações decorativas, simbólicas, rituais ou festivas (idem, 364).

De resto, as primeiras referências mais concretas da utilização de plantas com fins terapêuticos no Ocidente surgem nas civilizações da Mesopotâmia, Suméria, Assíria e Babilónia (Liberato 2003, 121). Pequenas tábuas de argila gravadas com um estilete em escrita cuneiforme na Mesopotâmia (v. Dias 2005), textos assírio-babilónicos que mencionam cerca de 250 plantas medicinais ou os papiros egípcios (Liberato 2003, 121) constituem os registos escritos mais antigos de fitoterapia,

inaugurando a distinção entre saberes, com «a escrita e o segredo, isto é, a repartição deste saber com um grupo privilegiado» (Foucault, 2001, 60).

Os textos da Mesopotâmia terão constituído instrumentos de aprendizagem médica, protegidos como um *conhecimento secreto* no seio da comunidade de terapeutas (York 2012, 20). As referências escritas aos três tipos de cura – remédios, cirurgia e as prescrições dos feiticeiros –, seriam de acesso limitado aos sacerdotes com funções de *exorcista* e ao *médico*, que juntamente com o *vidente* constituíam os três agentes da medicina (York 2012, 18-19; Ferngren 2014, 17-18).

O diagnóstico e prognóstico caberia ao sacerdote-exorcista [*āšipu*], eventualmente com recurso ao vidente [*bārû*] para auxílio na identificação da origem do problema de saúde que seria tratado com métodos mágico-religiosos. O médico [*asû*] prescrevia e preparava a terapêutica natural pelo, socorrendo-se de métodos empíricos e de registos escritos, podendo igualmente recitar imprecações e cânticos para reforço da acção do medicamento (Ferngren 2014, 18-19). Tais remédios, cuja eficácia residia na experiência do médico e/ou na longa tradição de observação empírica dos resultados do tratamento, eram frequentemente usados para tratar afecções dermatológicas, gastrointestinais ou respiratórias (idem, 17), não excluindo a intervenção dos outros dois tipos de terapeutas e o recurso às crenças mágico-religiosas. Embora os sintomas pudessem ser tratados com medicamentos, acreditava-se que algumas doenças eram punições infligidas pelos deuses que apenas por eles poderiam ser removidas (Ferngren 2014, 16).

Existem igualmente evidências da passagem destas civilizações pela região de Santarém, conhecida por *Moron*⁷ durante a ocupação fenícia. Moisés Espírito Santo (2004), por exemplo, encontra origens fenício-púnicas na utilização da aroeira em amuletos protectores dos *aluamentos* das crianças, relacionando a etimologia do respectivo vocábulo⁸ com a prática de ritos lunares. A aroeira mantém ainda esta utilização na medicina popular de Vale da Trave, como constatei na explicação de uma das interlocutoras:

«As crianças têm maus-olhados: é fazer fumos com alecrim, arruda e aroeira, ao luar. Basta um pequeno luar na roupa estendida. Ficam aflitos de todo!» (Maria Alice)

No seu estudo antropológico sobre a religião popular no Ribatejo, Lopes (1995, 244) refere a crença de que «a lua afecta as crianças e até a própria roupa destas

quando deixada por descuido pendurada no arame em noites de luar [...] sendo então necessário levá-las a benzer ou a “defumar” a uma Curandeira ou “Benzedeira”». ⁹ Além do defumadouro ou da bênção com azeite, ¹⁰ recitava-se um ensalmo que apesar das variações formais (v. Vasconcelos 1988, 124), teria um conteúdo semelhante:

«Lua, por aqui passastes,
A saúde do mê menino levastes;
Se por aqui tornares a passar,
A doença levarás,
E a saúde trarás.» (Vasconcelos 1988, 122)



Imagem 16 - Aroeira e alecrim. Ti' Elisa, Vale da Trave. (Foto de Abril de 2012)

Segundo Lopes (1995, 366), a Lua é «apresentada como uma entidade caprichosa, invejosa da aparência saudável das crianças, e tendo portanto tendência para beber, como por osmose, a energia vital das mesmas, deixando-as pálidas e doentes». Para além do sincretismo subjacente à crença e ao ritual, sobressai o paralelismo com o princípio que a doença infligida por uma entidade divina, apenas poderia ser retirada/curada pela sua intervenção que poderá ser entendido como uma reminiscência da medicina da antiga Mesopotâmia.

Continuando a conjugar a magia, a religião e o naturalismo em sistemas complementares e compatíveis, também a medicina egípcia contemplava três tipos diferentes de terapeutas: sacerdotes, feiticeiros e médicos. Os sacerdotes de Sekhmet seriam principalmente mediadores das relações com os deuses que adquiriram técnicas empíricas na utilização de drogas combinadas com as práticas religiosas. Os feiticeiros ou exorcistas [*sa.u*] recorriam também a drogas, além dos feitiços e encantamentos. O médico [*swmw*], cuja aprendizagem era feita através dos textos escritos, teria um estatuto inferior, sendo pago pelo Estado para exercer principalmente junto das legiões militares

e dos centros urbanos (Ferngren 2014, 22-24). Apesar de o papiro de Edwin Smith sugerir a atribuição de maior ênfase aos tratamentos naturais do que às práticas mágico-religiosas, os egípcios acreditavam que as forças malignas podiam ser combatidas pela palavra, especialmente em combinação com amuletos e talismãs (Ferngren 2014, 22).

Também as tradições terapêuticas egípcias deixaram o seu testemunho em Santarém, como a estátua de Harpakhered [Hórus Menino] datada do século II, que no último período dinástico egípcio teria associado poderes salutíferos (Mata 2006; v. Araújo 2009). Atendendo ao facto de que mais de 700 receitas terapêuticas a partir de plantas como a alcaparra, o coentro, o funcho, a romã, a linhaça, a hortelã-pimenta, a papoila, o sene, a mostarda ou o tomilho, constam de papiros egípcios datados de cerca de 1775 a.C. (Liberato 2003, 121; v. Nunn 2002, Aboelsoud 2010), poderá presumir-se a possibilidade de as mesmas terem começado a ser utilizadas na região e dos seus usos medicinais terem sido apropriados localmente, caso não constassem já de um receituário autóctone que também poderia ter sido incorporado no egípcio.

Assim, parece evidente que as plantas medicinais da Ibéria eram «conhecidas e utilizadas antes da chegada dos romanos que [...] aprenderam ou utilizaram os conhecimentos dos povos autóctones» que buscaram «no reino vegetal remédios e beberagens para a sua medicina» (Ferreira 1969, 127). No entanto, esse *conhecimento* local não se encontrava sistematizado como um *saber*, mas antes como uma relação pragmática na reposição da ordem cosmológica empiricamente baseada nos recursos vegetais. Tal como noutros sistemas de conhecimento médico que se iam desenvolvendo (v. Nunn 2002, Aboelsoud 2010, Ferngren 2014), doença e saúde eram concebidas como resultantes de um desequilíbrio entre o bem e o mal e relacionadas com a intervenção dos deuses, dos mortos e dos demónios (Ferngren 2014, 16).

De acordo com Lopes (1998), a doença representava uma consequência de uma entropia cósmica, ultrapassada através da «recriação do momento mítico primevo», numa cosmovisão em que a repetição arquétipa reforçava o potencial regenerador de práticas terapêuticas embebidas nesse simbolismo primordial. O mesmo autor considera as práticas de medicina tradicional, o «mais fértil campo de proliferação de procedimentos rituais desta natureza», apontando a associação entre as plantas e ervas mágicas e uma «fenomenologia mítica» relacionada com o Solstício de Verão, as «formulações míticas» dos ensalmos, cuja recitação remete para as origens críticas e natureza primordial (idem, 54). A habilidade para restaurar a harmonia dos corpos dependia de um conhecimento privilegiado das relações cósmicas e das

correspondências terapêuticas no mundo natural, por intermédio da analogia e da simpatia.

Crenças mágico-religiosas, como o culto a Asclépio,¹¹ marcam igualmente a evolução da medicina racional grega a partir de escolas geograficamente associadas a tais templos (v. Dias 2005). A transmissão de conhecimentos médicos efectuava-se em «grandes famílias que se diziam descendentes de Asclépio e divididas em ramos que se constituíram em escolas» (Pimentel 2009). O processo de ruptura com as bases sobrenaturais da saúde e da doença inaugura-se com a procura de um novo entendimento do mundo pelos filósofos gregos, a partir do qual se estabelece um sistema naturalista racional para explicar a doença e cura sem referência a intervenções mágicas ou divinas (York 2012, 23).

A saúde começa a ser pensada como um equilíbrio não de relações cósmicas, mas de qualidades opostas no corpo humano [frio/quente, húmido/seco, doce/amargo] cujo predomínio individual caracterizaria a doença [Alcméon fl. 535 a.C.]. O conceito de *doença* como reacção a um *desequilíbrio humoral* encontra desenvolvimento na escola de Cós onde, seguindo a teoria dos quatro elementos de Empédocles [492-432 a.C.], Hipócrates [460-370 a.C.] elabora a teoria dos quatro humores: Sangue, Fleuma, BÍlis amarela e BÍlis negra (v. Dias 2005).

Teorias humorais semelhantes caracterizariam a Ayurveda e a medicina chinesa (Chen 2013, 32; v. York 2012). Segundo Heyn (1990, 101), as trocas contínuas entre os centros culturais do mundo antigo foram acompanhadas de interpenetrações subtis, nomeadamente da circulação dos saberes médicos, defendendo a mesma autora ser bastante provável que Hipócrates possuísse um conhecimento rudimentar dos trabalhos médicos de outras partes do mundo (idem, 25). Na época de Hipócrates, já existia o *Caraka Samhita*, texto de referência para a medicina ayurvédica (idem), que mais tarde se tornaria num ícone do hinduísmo. Considerando a doença como um *desequilíbrio* das três *doṣa* – *vattā*, *pitta* e *kapha* – o *Caraka Samhita* incluía secções sobre a classificação teórica das doenças, farmacologia, anatomia e embriologia, diagnóstico, prognóstico e terapia para doenças específicas (York 2012, 27).

Enquanto o tratamento hipocrático consistia em restabelecer o equilíbrio humoral pela escolha de um regime alimentar adequado, de banhos e exercícios e pelo recurso a meios terapêuticos exclusivamente racionais [como o uso de plantas e especiarias com propriedades comprovadas], as abordagens de base védica ofereciam

mais categorias dietéticas e terapêuticas que conjugavam as qualidades energéticas do corpo e o ambiente (Chen 2013,32).

Também em Galeno [129-200], que sistematizou os conhecimentos médicos contemporâneos de forma crítica na sua extensa obra (Pimentel 2009), podem ser encontrados alguns paralelismos com o conhecimento ayurvédico (Heyn 1990, 101). Seguindo as teorias hipocráticas, associou quatro órgãos – coração, cérebro, fígado e baço – aos humores. A terapia proposta por Galeno fundamentava-se num regime dietético para resolver os desequilíbrios temperamentais (Pimentel 2009).

A par com a obra *De Materia Medica* de Dióscorides [fl. 50-70] – onde eram descritas cerca de 600 plantas, 35 fármacos de origem animal e 90 de origem mineral (Dias 2005) –, as teorias galénicas manteriam a sua influência até ao século XVIII (Liberato 2003, Dias 2005, Pimentel 2009). Embora a primeira tivesse um carácter empírico, Galeno elaborou um sistema classificatório dos medicamentos que, de acordo com o critério fisiopatológico humoral, se agrupavam em *simplicia*, *composita* ou de efeitos específicos (Dias 2005). Vestígios das teorias humorais permanecem ainda inscritos na medicina popular de Vale da Trave, onde ressalta a importância do *sangue*, sem patologia associada:

«A São Roberto é usada para purificar o sangue. O meu pai tinha furúnculos e usava. O meu avô também bebia chá de alface e erva-cidreira, para purificar o sangue.» (Graciete)

«A São Roberto é muito boa para o sangue. Nunca a deixo acabar em casa. O piricão [hipericão] também é bom para o sangue. Amarga muito!» (Maria Alice)

«O pericão [hipericão] é bom para o sangue.» (Maria Hortêncina)

Segundo a patologia e farmacologia galénica, as qualidades das doenças e dos medicamentos eram determinadas pelos caracteres organolépticos, principalmente pelo sabor e odor (Dias 2005), de uma forma como se sintetiza na seguinte tabela:

Tabela 3 - Caracteres organolépticos, etiologia e farmacologia galénica. (Adaptado de Dias 2005).

Humor	Órgão	Par de Qualidades	Gosto primário
<i>Sangue</i>	<i>Coração</i>	<i>Húmido e Quente</i>	<i>Doce</i>
<i>Fleuma</i>	<i>Cérebro</i>	<i>Frio e Húmido</i>	<i>Salgado</i>
<i>Bílis</i>	<i>Fígado</i>	<i>Quente e Seco</i>	<i>Amargo</i>
<i>Bílis negra</i>	<i>Baço</i>	<i>Seco e Frio</i>	<i>Azedo</i>

Poderá, assim, entender-se a correspondência referida pelas interlocutoras entre o gosto amargo da infusão da planta [hipericão] e a qualidade terapêutica popularmente atribuída de ser «bom para o sangue», uma vez que as teorias galénicas preconizavam a utilização de medicamentos com propriedades opostas às da causa da doença (Dias 2005).

Ainda que as populações tenham aprendido de forma empírica a reconhecer, utilizar e valorizar as plantas nas suas diversas funções, por experiência e erro (Camejo-Rodrigues *et al.* 2003), a coincidência das espécies, virtudes e usos indicadas nas obras de Hipócrates e Dioscórides e a etnofarmacologia das populações (Carvalho e Ramos 2009) poderá indicar a natural transferência do conhecimento.

Inerente a esta circulação e à constituição dos domínios territoriais está também o intercâmbio de novas drogas origem vegetal nas regiões integradas, sendo estas incorporadas nas respectivas medicinas (Liberato 2003, 122). Muitas espécies aromáticas e medicinais terão sido introduzidas e utilizadas na Península Ibérica ainda antes da ocupação árabe (Bermejo e Sanchez, 1998), utilizadas no tempo dos Visigodos, como o coentro [*Coriandrum sativum*], a salsa [*Petroselinum crispum*], os cominhos [*Cominum cuminum*], o anis [*Pimpinella anisum*] e o endro ou funcho bastardo [*Anethum graveolens*].

De acordo com Ferngren (2014, 94), «os conquistadores germânicos trouxeram para o que havia sido o Império Romano ocidental um animismo popular que ameaçava sobrepor-se às abordagens tradicionais greco-romanas da doença». Assim, a chegada dos povos visigóticos à Península Ibérica no princípio do século V, introduz uma medicina popular germânica que incluía encantos mágicos e elementos de bruxaria, augúrios, adivinhação, astrologia e feitiçaria, muitas vezes combinadas com as propriedades ocultas das pedras e das ervas, merecendo estas abordagens mágico-médicas a oposição dos líderes das igrejas, a partir da instituição do Cristianismo como religião oficial da Hispânia visigótica, em 589 (Ferngren 2014).

Procurando sobrepor-se ao «complexo mitológico greco-romano, cultos orientais, superstições», o cristianismo associou todas as práticas consideradas pagãs aos espíritos do Mal, condenadas como idolatria, magia e heresia (Andrade 2009, 139). Como refere Andrade Filho a propósito da cristianização:

«O declínio do mundo urbano, a diluição dos segmentos sociais mais coloniáveis do cristianismo, a emergência do mundo rural e de seu folclore além da existência ainda de uma certa oscilação quanto aos dogmas da nova fé,

abriam espaços para os sincretismos, processo contra-aculturativo implicando manipulações de mitos, empréstimos de ritos, associação de símbolos, às vezes inversão semântica da mensagem crística.» (Andrade Filho 2012, 24)

Para além do processo de «cristianização do antigo espaço sagrado indígena» (Mata 2007, 278), com a colocação de altares e relíquias nos templos pagãos para transferir a adoração dos demónios para o único Deus verdadeiro (McKenna 1938, 133), os missionários tentaram também substituir os encantamentos pagãos por fórmulas cristãs como o Pai Nosso e o Credo (Ferngren 2014).

Talvez por isso, algumas práticas de medicina popular incluíam rituais e orações católicas: o sinal da cruz, referências à Santíssima Trindade ou orações como Avé-Maria, Pai Nosso, ou Glória. Lógicas terapêuticas simples, baseadas em actos simbólicos, como a transferência do mal para um punhado de sal que ao diluir-se na água «fora de horas» curava as «sezões» [febres] (v. Lopes 1995, 363-364), eram acompanhadas por récitas que finalizavam com orações católicas, tal como os ensalmos para «levantar a espinhela» (idem, 355-356).

Datarão também desta época visigótica as primeiras conotações de género em relação aos praticantes, sendo consensual entre autores pagãos e cristãos o papel da *mulher* como detentora de «segredos mágicos da cura, da defesa e da fecundação, consolidada pelos gestos, fórmulas, técnicas de recolha de plantas, ervas e pedras» (Andrade Filho 2012, 22). Não sendo uma prática exclusivamente feminina, o estabelecimento desta relação estará por um lado, associada ao seu papel de educadora e de transmissora de conhecimento e por outro, à sua vulnerabilidade aos espíritos do mal ligada ao mito da tentação de Eva.

A crescente difusão do cristianismo e correspondente organização dogmática, nos diversos concílios, inaugura o combate às práticas consideradas pagãs, que passavam a ser publicamente condenadas e punidas (v. Lopes 1998, 112-114), «com fortes multas, flagelação, suplícios, corte de cabelo, expropriação e escravatura aos *ingenui* e a venda *in transmarinis partibus* aos já escravos» (Mata 2007, 279).

O Concílio de Lucence [569], por exemplo, proibiu «que os clérigos sejam feiticeiros, que se leve comida para os túmulos, que se adore o Sol ou a Lua, o curso das estrelas, que se adornem as casas com louro¹² e folhagens e que se usem ervas como encantos» (Lopes 1998, 114). Não obstante, no Concílio de Braga [572], Martinho de Dume continuava a referir os cultos tradicionais que os gentios faziam dos elementos naturais (Mata 2007, 277). Como refere McKenna (1938, vii) a invasão do império nos

séculos IV e V pelos povos germânicos pagãos ou Arianos contribuiu para a manutenção das práticas pagãs e apenas a conversão de Recaredo no III Concílio de Toledo [589] possibilitou uma repressão mais eficaz do paganismo, no qual se incluíam as correspondentes práticas de cura associadas à magia demoníaca.

Um dos principais mentores deste período visigótico, Santo Isidoro de Sevilha [560-636], apesar de citar o valor concedido pelos médicos ao estudo da astronomia como factor interveniente em alterações no corpo humano, discutiria os diversos remédios utilizados pelos médicos, condenando a ideia de que certas plantas ou poções tivessem qualidades mágicas (McKenna 1938, 139-140).

Para além das prédicas cristãs que pretendiam impor os novos preceitos religiosos, influenciando conceitos de doença e práticas de cura, a *Lex Visigothorum* contém informações acerca do estatuto da medicina no princípio da Idade Média e dos problemas éticos e de jurisprudência com que se confrontava uma sociedade que apenas recentemente tinha contactado com o cristianismo e a lei romana (Pioreschi 2003, 293). Resultando de uma mistura destas com as leis visigóticas costumeiras, a *Lex Visigothorum* inclui leis antigas, estabelecidas antes de 589, como a *De medici et egrotis*, que contemplava, entre outros, princípios acerca da flebotomia,¹³ dos contratos celebrados com os médicos e correspondente responsabilidade civil no caso de morte de um paciente (Pioreschi 2003, 290-292).

No entanto, apesar de repetidas tentativas para proibir as curas pagãs e outros costumes que os cristãos consideravam ligados a poderes sobrenaturais provou-se ser impossível eliminá-las (Ferngren 2014) e «às vésperas da invasão muçulmana, “existiam ainda práticas pagãs e não apenas no campo ou apenas entre os escravos”» (Andrade Filho 2012, 32), continuando a ser disseminadas ao longo da Idade Média, como um aspecto da cultura popular.

Entre 715 e até à conquista por D. Afonso Henriques, a presença islâmica deixou fortes marcas nas comunidades ibéricas, sendo de realçar que «no século XI/XII praticamente já não é falada, no al-Ândalus, outra língua que não o árabe e as bolsas de bilinguismo são meramente residuais» (Ferreira 2004, 45). Denota-se, igualmente, a circulação de espécies e dos conhecimentos terapêuticos que lhe estariam inerentes, como demonstra a etimologia árabe da flora espontânea ou subespontânea:

«com étimos como *az-zanbuja* (zambujeiro), *al-iklil* (alecrim), *ar-rihana* (murta), *ar-ruta* (arruda), *arzia* (cedral) ou *al-fezeran* (canavial) [...] e locativos

respeitantes a detalhes topográficos, derivados de *al-geiran* (cova ou gruta), *ar-rif* (flanco da montanha), ou *ar-ras* (cabeço)» (Conde 1997, 356)

Atente-se que os vocábulos de origem árabe correspondem aos nomes pelos quais são vulgarmente conhecidas muitas dessas plantas, o que poderá traduzir que esta apropriação social do mundo vegetal (Frazão-Moreira 2001) terá as suas raízes na denominação botânica islâmica e respectiva utilidade pragmática, cujas marcas na paisagem natural acabariam também transcritas na paisagem humana pela toponímia local. Essa apropriação torna-se particularmente evidente no caso do *alecrim*:

«Curiosamente, apesar de a nomenclatura botânica ser redigida em latim, e de o português ser uma língua neolatina, podemos verificar que o género *Rosmarinus* L., tão abundante em Portugal na espécie *Rosmarinus officinalis* L., recebeu o nome vernáculo de... alecrim, em lugar de rosmaninho!» (Birgre, s/d.)

De facto, constitui uma particularidade da língua portuguesa: o étimo latino *rosmarinus* foi apropriado para designação vernacular de plantas pertencentes à espécie *Lavandula*. Torna-se interessante notar a preferência popular para adoptar o étimo árabe «*al-iklil*» para o género *Rosmarinus* L., enquanto no caso da *Lavandula* sp. ao invés do étimo árabe «*al-khuzama*» e do correspondente em português *alfazema*, seja designada por *rosmaninho*, um vocábulo etimológica e foneticamente semelhante a uma espécie diferente.¹⁴

Coloco, então, como hipótese que, muito possivelmente, as origens do termo «rosmaninho» poderão, de algum modo, resultar do processo de cristianização da planta *Rosmarinus officinalis* pela associação no imaginário cristão à Virgem Maria que alguns autores consideram ter contribuído para a sua popularização como planta medicinal (Heinrich *et. al.* 2006), embora a lenda em português mantenha o termo «alecrim». Recordando que, segundo Lévi-Strauss, as espécies vegetais não são conhecidas pela sua utilidade, mas antes consideradas úteis depois de conhecidas (v. Frazão-Moreira 2001), parece plausível que atendendo ao teor da lenda possa ter inicialmente existido uma divergência no processo de identificação das plantas e na adaptação do termo latino.

Deste modo, atendendo a que a lenda se refere a um arbusto de *rosmarinus* utilizado pela Virgem Maria para secar a sua roupa lavada no rio durante a fuga para o Egipto, perante duas espécies aromáticas da mesma família botânica (Lamiáceas) em que uma era queimada em ritos funerários – *alecrim* – e outra usada para perfumar a

água – *lavanda* – (v. Katzer), o vocábulo *rosmaninho* poderá derivar de uma interpretação popular que inicialmente considerou ser essa a planta mais adequada ao contexto. No entanto, restabelecida a identificação, a lenda em português refere-se ao alecrim reafirmando a preferência pela designação árabe equivalente a «coroa da montanha», enquanto «rosmaninho» permanece o vernáculo geralmente atribuído às lavandas¹⁵ ou alfazemas, originando a frequente confusão entre os leigos acerca destas espécies de géneros diferentes.

De resto, a própria designação botânica *Rosmarinus* parece ter derivado de uma latinização da etimologia popular do grego *rhops* e *myron*, cujo significado «arbusto balsâmico» terá maior coerência lógica do que o latim «orvalho do mar» no processo de nomeação desta planta arbustiva típica da montanha (Katzer). A constituição dos nomes, tanto botânico como vernacular, reflecte a atribuição de diferentes significados culturais e a negociação entre a esfera do saber científico e do conhecimento popular.

A utilização do alecrim na medicina popular encontra-se principalmente associada a práticas de defumação e rituais de exorcismo/protecção (v. Lopes 1998 e 2007), o que tanto remete para uma ligação antiga aos ritos funerários egípcios e romanos onde se empregava como uma espécie de incenso, como para o posterior recurso a estes fumos para prevenção de doenças como a peste (Heinrich *et al.* 2006), usos que verificamos terem sido fixados no cancionero tradicional.¹⁶

Para além dos defumadouros que se usavam em Vale da Trave, contra o mau-olhado ou *aluamentos*, apenas constatei uma referência a «chá com 3 ou 4 folhas de alecrim é bom para o cansaço» (Maria Alice). Tratando-se de uma interlocutora de uma geração mais recente e letrada, com acesso a fontes de informação na área da fitoterapia, poderá tratar-se de uma integração ou de uma adaptação de conhecimento exógeno (Frazão-Moreira, Carvalho e Martins 2009), não sendo possível generalizar nem atribuir, localmente, alterações às formas mais comuns de utilização da planta (Heinrich *et al.* 2006).

Outras introduções relacionadas com a ocupação árabe em Santarém foram as «*munya-s* (> almuinhas), jardins onde se combinavam os produtos hortícolas e árvores de fruto e ornamentais com flores e ervas aromáticas» e onde se introduziram o «*nâranj*, a laranja amarga, ou de Sevilha» (Conde 2007, 357). Cozimentos de laranja, passas de figos, ameixa ou abrunho seco ou chá de folha de laranjeira, borragem, carqueja, salva e figo faziam parte dos depurativos usados na farmacopeia popular de Vale da Trave

ainda no século XX.¹⁷ Será de notar que as primeiras evidências arqueológicas especificamente relativas a plantas medicinais também se reportam ao período de ocupação islâmica, como o demonstra a paleoecologia de um silo islâmico no convento de S. Francisco de Santarém (v. Mateus *et al.* 2003, 152).

Recorde-se que a medicina Unani, mercê da grande expansão do império islâmico, acrescentou cerca de três a quatro centenas às drogas medicinais que incorporou dos conhecimentos clássicos (Dias 2005). Essa expansão foi acompanhada por trocas comerciais e culturais com os impérios bizantino e persa e, indirectamente, com a Índia e a China (York 2012, Barros 2009). Ao longo dos séculos VIII e IX, os árabes traduziram inúmeros textos de outras línguas, disponibilizando, assim, os trabalhos de diversas tradições médicas, como a Ayurveda e a medicina greco-romana (York 2012, 33). Fundamentada no racionalismo do sistema grego, a medicina islâmica foi desenvolvida por figuras como Rasi e Ibn Sina ou Avicena, como ficou conhecido. Este último reformularia as teorias hipocráticas e galénicas, acrescentando a sua experiência e observação (Chen 2013, 29), recorrendo, igualmente à citação de trabalhos indianos (Dahanukar *et al.* 2000, 17).

Um dos principais contributos da medicina desenvolvida a partir do império islâmico terá sido a capacidade de traduzir e reunir diversas tradições médicas que seriam assimiladas no Ocidente cristão após a tradução do árabe para o latim (Barros 2009). O desenvolvimento das técnicas de destilação, sublimação, cristalização e filtração [Geber, ou Jabir ibn Hayyan c. 702-765] foi outro dos seus importantes legados, sendo igualmente de destacar as práticas sanitárias que associadas às técnicas de purificação prescritas pela religião islâmica foram embrionárias do conceito de *saúde pública* (v. Barros 2009).

Será ainda de notar que, segundo York (2012, 35), entre o grande leque de curandeiros menos respeitáveis que ofereciam os seus serviços, as mulheres pareciam ser especialmente activas no mercado da cura, atendendo à frequência com que eram criticadas nos textos dos médicos islâmicos.

No entanto, com a reconquista cristã e a formação do reino de Portugal, novos intervenientes surgiriam no território. Com a conquista de Santarém por D. Afonso Henriques em 1147, a Ordem de Cister passaria a dominar o espaço que compreendia a *hereditas real* entre Leiria e Óbidos, das «abas do monte Taícha (Ataíja no sopé da serra de Candeeiros) até ao mar» (Ribeiro 1991, 334). Refere Natividade (1960, 27-28) que quando os monges de Claraval chegaram à região encontraram os domínios que lhes

tinham sido doados, «praticamente desertos» ou «povoados com raros moçárabes» (v. Conde 1997, 371-372), cuja presença seria ainda atestada nos fins do século XIV através de nomes de mouros conversos nos forais, na toponímica dos coutos, perpetuando-se até aos nossos dias na religiosidade e crenças populares¹⁸ (v. Lopes 1995; Walker 2013, 87).

Os monges de Alcobaça ficaram essencialmente conhecidos pelas inovações na economia rural e introdução de espécies florestais, cerealíferas e frutíferas (Natividade 1960, 37), tirando proveito de uma agricultura variada, com culturas de regadio nos solos lisos dos vales e cobrindo de olival «a depressão abrigada dos ventos do mar, no sopé da serra de Candeeiros» (Ribeiro 1991, 334). Além disso, recorde-se que a Ordem de Cister retomava a antiga *Regula Benedicti*, documento que viria a originar a instituição de enfermarias, boticas e jardins botânicos (Dias 2005; v. Santos 2012).

Não será, por isso, de estranhar que se considere que a primeira farmácia em Portugal tenha sido a botica conventual de Alcobaça (Silva 1972, 43), nem que os seus conhecimentos terapêuticos possam ter sido apreendidos pelas populações que influenciaram na sua acção colonizadora do território.

Por outro lado, a fundação de Alcanede decorre da mesma campanha das conquistas de Santarém e de Lisboa, sendo doada a vila em 1163 a Gonçalo Mendes de Sousa e os seus direitos eclesiásticos ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. No reinado de D. Sancho I, este Mosteiro tornar-se-ia pioneiro no ensino de medicina em Portugal e nos finais do século XII, «diversos cónegos da irmandade de Santa Cruz, sediados naquele mosteiro, foram sucessivamente enviados para estudarem Medicina nas universidades francesas de Paris e de Montpellier» (Silva 2002, 238).

Como refere Ferngren (2014), os mosteiros eram os únicos repositórios de livros e de aprendizagem na Idade Média, concentrando as obras de teoria médica nas suas bibliotecas. Paralelamente, quase todas as Ordens contemplavam «espaços reservados à convalescença de enfermos», hospitais primitivos, conjugando a prática com a teoria médica, herbários e bestiários compilados (Gomes 2012, 14). Santarém «teve, desde os primeiros tempos da monarquia, albergues ou pequenos hospícios, para dar pousada a peregrinos e viandantes, para curar enfermos, e matar a fome e a sede aos miseráveis» (Brandão 1883, 314-315).

Surge também uma diferenciação de classes no acesso a cuidados em situação de doença. Embora nos séculos XII e XIII a medicina permanecesse associada ao

maravilhoso e ao *sobrenatural* (Vasconcelos 1980, 81) – responsáveis pela *saúde* e pela *doença* – e fosse essencialmente exercida por eclesiásticos que tratavam e recebiam os *pobres*, existiam *físicos*, geralmente de origem estrangeira, que «integravam a domesticidade dos ricos» (Sá 1996, 89). Como refere Custódio (2000, 28), após a conquista de Santarém, «os primeiros reis acarinharam os físicos de origem islâmica e judaica que permaneceram ligados à cidade e integrados nas minorias étnicas», chegando «a tratar das doenças dos próprios reis» e constituindo, a par dos boticários, «uma elite ligada à medicina e à saúde».

A par dessa elite que prestava assistência ao domicílio, sendo os «cuidados do corpo [...] secundarizados relativamente aos cuidados da alma» (Sá 1996, 87), existiram entre o século XII e XV cerca de 44 instituições assistenciais em Santarém, entre hospitais, albergarias, leprosas e mercearias medievais (v. Custódio 2000 e Fonseca 2012). Refere Serrão (1959, 120) que, a seguir a Lisboa, foi «a terra do reino [...] que manteve mais instituições de assistência durante a Idade Média, tendo fama os catorze hospitais que no burgo tinham assento, nos últimos anos do século XV». Deste modo, verifica-se a existência de uma rede de cuidados assistenciais e de saúde em Santarém, nos quais as plantas medicinais faziam parte da terapêutica usual na altura, uma vez que a medicina monástica aplicava nas suas práticas de saúde, além do seu discurso religioso, as teorias médicas do galenismo árabe (Santos 2012, 61).

Uma das figuras emblemáticas deste período é Frei Gil de Santarém, cujo percurso permite evidenciar vários aspectos acerca da medicina monástica do século XIII. Presume-se que tenha nascido em Vouzela, no final do século XII, na época cabeça de concelho moçárabe, filho do Alcaide-mor de Coimbra, Rodrigo ou Rui de Valadares. Após concluir os estudos no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde se julga ser o mesmo Mestre Gil que, em 1218, requisitou daquela biblioteca algumas obras médicas, incluindo a de Rasis (McCleery 2005), é enviado para estudar Medicina em Paris, ingressando posteriormente na Ordem Dominicana.

De regresso a Portugal, recolhe-se no Convento de Santarém, onde Frei Soeiro Gomes lhe terá solicitado a instituição de uma escola de língua árabe e judaica, para facilitar as traduções e a própria comunicação com as populações (Lopo 2009, 271).¹⁹ Entre os seus escritos, contam-se as traduções do árabe para o latim de dois livros médicos islâmicos dos séculos IX e X, dos físicos persas Al-Razi (Rasis ou Rhazes) e Yahya Ibn-Masawaih (Mesué o Velho), possivelmente elaboradas em Santarém, dois

pequenos trabalhos de receitas e sinais de prognóstico e a compilação *Remédios para várias doenças* (McCleery 2005).

Refere Liberato (2003, 213) que o receituário atribuído a S. Frei Gil de Santarém inclui plantas ainda hoje utilizadas medicinalmente, «como o heléboro (*Helleborus foetidus* L.), a arruda (*Ruta chalepensis* L.), a celidónia (*Chelidonium majus* L.), a losna (*Artemisia spp.*), o funcho (*Foeniculum vulgare* Mill.) e o lírio branco (*Iris albicans* Lange)». Entre estas, salienta-se o recurso ao funcho na medicina popular em Vale da Trave, cujo chá ainda é consumido pelas mulheres no período da amamentação, «para acalmar as cólicas da criança». ²⁰ Outros usos medicinais recolhidos em estudos etnobotânicos na mesma região (Caldas 1998, 46) contemplam ainda o consumo de chá de funcho para o fígado e pâncreas, problemas pulmonares e gastrointestinais ou para lavar o *coirão*. ²¹

Não será de descartar a circulação e apropriação do conhecimento, uma vez que mesmo autores como Pedro Hispano reconheciam aprender «com alguém digno de fé» (Rodrigues 2009), validando, assim, práticas da medicina popular, por seu turno, marcada não só pelo empirismo mas também pela aprendizagem informal, junto de outros praticantes. Na medicina popular, a assimilação não se quedava pelos remédios e ingredientes utilizados por diversos agentes de cura, alargando-se, frequentemente a motivos rituais transpostos de cerimónias religiosas que «conferiam um certo ar de legitimidade aos serviços que os curandeiros tinham para oferecer» (Walker 2013, 63).

Após a morte de Frei Gil, surge a lenda ²² que o colocaria como antecessor de Fausto (Lopo 2009), o afirmaria como personalidade ambígua e que permitira bastantes apropriações literárias. Embora se pensasse que esta versão fosse composta nas hagiografias do século XVI, McCleery (2005, 117) refere que já na tradução da sua obra *Remédios para várias doenças*, em 1463, era reconhecido como *miraculoso* e *necromante*. Não se encontrando nos escritos de Gil de Santarém qualquer ligação a práticas mágicas ou de necromancia, enquadradas no que se considerava «magia natural», é possível que tal associação derive da sua aproximação às obras árabes, suscitando o questionamento da sua ortodoxia pelos académicos contemporâneos (McCleery 2005, 118).

De resto, como refere Marques (2006, 254), Frei Gil «teve de enfrentar também a calúnia dos seus confrades» e durante a sua vida de oração foi «considerado impostor, não lhe faltando tormentos dentro do convento dominicano de Santarém, em que vivia». Os *físicos* tinham uma certa relação com o paganismo, tidos como pouco

respeitadores da religião nos estereótipos medievais, provavelmente resultante do sucesso daqueles que, formados nas Universidades recém-criadas, conquistavam no mercado médico (McCleery 2005, 117).

Note-se, então, que Frei Gil «humas vezes visitava os enfermos como Medico que era consumado, e logo lançava fôra Hipocrates, e Galeno pera lhes levantar os animos ao Ceo» (Sousa e Cacegas 1767, 167).²³ Reconhecido na Ordem como «viveiro de Santos», o Convento dominicano de Santarém possuía vários frades que eram *físicos* sendo bastante procurado para assistência médica (McCleery 2005, 122), operando com bastante sucesso (e caridade) no mercado médico.

Numa época em que proliferavam os estabelecimentos assistenciais em Santarém, Frei Gil, «medico das almas, tanto como dos corpos» (Sousa e Cacega 1767, 144) foi transportado para uma lenda que reflecte inúmeras ansiedades acerca da medicina na Idade Média (McCleery 2005). Localmente, a sua veneração inicial como santo, reflecte não só o facto de se tratar de um homem com capital social e cultural, de elevado estatuto eclesiástico, com prestígio médico, numa altura em que a cura médica estava associada à cura divina. Como refere McCleery (idem, 125), da mesma forma que relíquia, amuleto e preparação ervanária se unem nos milagres que lhe são atribuídos, também a sua imagem como santo, necromante e médico se funde, criando um indivíduo cuja reputação sublinha a relação próxima entre magia, medicina e religião.

Após a morte de Frei Gil de Santarém no dia de Ascensão de 1265, ocorria «o milagre por excellencia» em Santarém²⁴ (v. Brandão 1883, 612) que cristaliza a clivagem em relação ao mercado paralelo de práticas mágicas na época medieval, condenando através do maravilhoso cristão a procura de curas alternativas. A trama do Santo Milagre de Santarém desenvolve-se em torno da intervenção de uma *feiticeira judia*:

«huma molher de ley, e nação Judia, como naquele tempo avia muita gente desta em Portugal, que em bayrros separados viviaõ à sua vontade por todas as terras, e lugares grandes. Devia ser de humas velhas, que por genero de vida com qualquer conhecimento de ervas, ou experiencias se fazem chamar Mestras no povo: e às vezes passaõ a tratos, e pactos com o Demonio.» (Sousa e Cacega 1767, 254-255)

Saliente-se, primeiramente, que no século XIII não seria de estranhar a presença de judeus em Santarém, nem o recurso a mulheres com conhecimento de ervas que «supriam a carência de um atendimento médico eficaz» (Calainho 2012, 161-162).

De resto, a predominância feminina no mercado das curas alternativas tinha já sido apontada nas épocas visigoda e islâmica.

Num contexto em que a deterioração dos corpos físicos se atribuía a manifestações sobrenaturais, quer através de desígnios malignos (feitiços, sortilégios, espíritos, demónios), quer enquanto punição por incumprimento dos preceitos religiosos, o recurso à medicina monástica implicava como que uma conversão. E como refere Lopes (1998, 14), «os camponeses europeus, pela sua concepção cósmica e globalista não foram facilmente atraídos pelo tempo moral e histórico que o cristianismo dominante veiculava», pelo que muitas vezes, a solução para vários males, passava por essas *mestras*.

Além disso, recorde-se que os *físicos* se dedicavam mais à elite que também constituía clientela preferencial dos estabelecimentos de assistência, atraídos pela possibilidade de reciprocidade em bens terrenos (v. Sá 1996), apesar dos seus princípios de caridade cristã. Segundo Mcleery (2005, 122), durante a vida de Frei Gil, as autoridades dominicanas tentaram impedir os frades de praticarem medicina junto dos leigos; embora numerosos para a época, os hospitais representavam uma cultura teocêntrica (Silveira 2009, 36).

Deste modo, a descrição da participação de uma curandeira judia na lenda do Santo Milagre, retracta um evento frequente no quotidiano do século XIII, altura em que as relações entre judeus, muçulmanos e a maioria cristã eram regulamentadas pelas normas costumeiras (Tavares 2009). Porém, este tipo de recursos para *males do coração* – feitiços relacionados com os relacionamentos afectivos «augurar um casamento, curar a infertilidade, assegurar a fidelidade e doçura dos esposos violentos, assim como a afeição do amado» que incluíam ingredientes especiais – teriam, aparentemente, mais procura junto de mulheres mouriscas do que de judias (v. Barros e Tavim 2013, 26). Talvez por isso persista na zona montanhosa no norte do Ribatejo, em concelhos que fazem parte do Maciço Calcário Estremenho, um «lendário pitoresco» sobre *Mouras Encantadas*, ligado a grutas, algares e penedias que, na mentalidade popular se encontram associados «à existência das divindades pré-cristãs dos bosques, das grutas e das fontes, de que as Mouras Encantadas são a expressão mítica predominante em toda a Península Ibérica» (Lopes 1995, 289; v. Walker 2013).

No entanto, as descrições da intervenção da *feiticeira judia* no Santo Milagre de Santarém são, também, testemunhos dos primórdios de outros processos que terão influenciado o imaginário histórico (Lopes 1995) – a Expulsão Geral de Judeus e

Mouros em 1456 e o estabelecimento da Inquisição em 1536 – e que tiveram repercussões não só a nível da evolução da ciência médica em Portugal (v. Rodrigues e Fiolhais 2013), como na maior clandestinidade de práticas, consideradas marginais e heréticas.

Na bula papal que institui a Inquisição, a acção do Tribunal do Santo Ofício seria mesmo equiparada a «oportunos remédios [...] para que tais pestes não difundam os seus venenos para dano dos outros» (Peixe 2012). Do mesmo modo que se estabelece uma relação metonímica entre cristãos-novos, judeus, luteranos, feiticeiros heréticos e a *peste*, permeada pela ideia de contágio, também *remédio* e *veneno* surgem metonimicamente associados à ideia de *fármaco*, cuja correcta utilização distingue aquelas categorias (v. Dias 2005). Neste caso, o reconhecimento e validação da *eficácia terapêutica* dependia do seguimento dos preceitos da religião dominante, que estabelecia a linha divisória entre o sobrenatural *lícito*, segundo os princípios da religião cristã (o culto dos santos), e o *ilícito*, associado ao profano e de que faziam parte a superstição, a bruxaria e todas áreas do foro da demonologia (Dias 2005, 24).

Essa linha era bastante ténue e, tratando-se de mulheres, «principais agentes na mediação entre a ordem e a desordem no mundo» (Crespo 1989, 103), estas podiam ser condenadas pelas práticas supersticiosas ou, menos frequentemente, autorizadas e avalizadas à prática da medicina. Disso nos dão exemplo Graça (1996) e Barroso (2005) reportando a existência de mulheres autorizadas a exercer medicina desde finais do século XIV.²⁵

Contudo, como nota Graça (1996), os despachos dados às diferentes petições tanto revelavam a magnanimidade régia com o perdão da transgressão, como a arbitrariedade na concessão de licenças para o exercício da medicina «à revelia dos seus próprios regimentos». O mesmo se conclui da análise da leitura dos documentos apresentados por P. D’Azevedo (1896, 329) que evidenciam «cartas de perdão passadas a alguns indivíduos por benzerem, a par de outras de privilegios para empregar igual processo».

Assim, no final do século XV, além de acusações, geralmente por amigos ou pelos cônjuges (Gonçalves 2005), a algumas moradoras de Santarém – de alcovitagem, feitiçaria e malefícios [Beatriz Fernandes, 1482], de feitiçaria e alcovitagem [Ana Rodrigues, 1490] e de fazer feitiços [Isabel Álvares, 1492] – encontram-se também exemplos de cartas de perdão:

«Dom manuel etc. fazemos saber que maria afonso, veuva, morador em a vila de sãtarem, nos ãviou dizer per sua pitiçã, [...] que cõtra nosa ordenaçã e defesa benzia omês e molheres e menjnos de quebranto e doutras dores, cõ palauras, cõpoêdo, hũ ouRinoll cheo dagoa na cabeça cõ a boca per bayxo pera tirar ho soll, e asy hũa tigela dagoa na cabeça cõ quatro goteyras dazeyte pera saber se era mall descõmũgado, e boçijava e abria a boca, dizêdo que todo mall se metia no corpo e tirava do ãfermo, e asy fazia outras muytas aguzoes semelhantes; e ora ela sopricante por Rezã da dita queRela estava presa na cadea do dito coregedor, enviando nos ela sopricante pidir por merçê, que lhe perdoasemos nosa Justiça, se, nos a ela por Rezã de asy benzer e fazer as sobreditas cousas contra nosa defesa sã ãbargo de estar presa, ã algũa gujsa era teuda e obrigada; e nos vendo ho que nos ela asy dizer e pidir enviou, se asy he como ela diz e Recõta e hj majns nã ha, visto hum praz me cõ noso pase, e queRendolhe nos fazer graça e merçê, temos por bem e nos apraz de lhe perdoarmos nosa Justiça, sem ãbargo destar presa, cõtanto que ela pagase dez cruzados pera a piedade e seja degradada fora da dita vila por seys meses». (Livro de Legitimações cit. por D’Azevedo 1895, 339-340)

Note-se a antiguidade dos tratamentos aplicados ao *quebranto* e *mau-olhado*, enquadrados por Leite de Vasconcelos (1996, 174) na definição de *fascinação*, como «influência mágica e funesta exercida voluntária ou involuntariamente, com o olhar ou louvor, por uma pessoa noutra, num animal ou num objecto». Diagnosticado pelo que o autor considera «métodos mágicos», através de uma bacia com água e gotas de azeite, o *quebranto* ou «quebrantamento do corpo» consiste num «estado mórbido prolongado, rebelde à acção de medicamentos, e às vezes sem causa bem conhecida» (idem, 175).

Normalmente atribuído ao mau-olhado, este mal permanece ainda hoje dos que mais motiva a procura de curandeiros (v. Walker 2013 e Dominguez 2010), sendo tratado com «defumadoiros e ensalmos»²⁶ (Vasconcelos 1996, 174), estes últimos recitados de forma inaudível para assegurar que a «cura não seria reproduzida» e acentuar «a sensação de mistério e de poder sobrenatural que envolvia a arte do curador» (Walker 2013, 64). Numa recolha local recentemente publicada, Frazão e Agostinho (2013) registam algumas versões dos ensalmos utilizados na região de Alcanede para o *cobrante* ou *mal de inveja*,²⁷ entre as quais a que a seguir transcrevo se diferencia das restantes, mais generalizadas.

«Sete raios leva o sol
Sete raios traz a lua

Arrebenta de mim e de minha casa
Que eu te ponho no meio da rua
Deus defumou a Missa o padre e o altar
E defume-me a mim e à minha casa
Para todo o mal de inveja se afastar.» (Frazão e Agostinho 2013, 137)

Conforme refere D’Azevedo (1895, 329), as cartas de perdão e de privilégio demonstram que «esta classe de peritos estava considerada do mesmo modo que os medicos e tabelliães: só lhes era permittido o emprego da sua arte, quando para isso tinham licença real».

De acordo com Gonçalves (1965, 71-72), o controlo régio do exercício da medicina será anterior a 1338, altura em que se conhece que D. Afonso IV tinha determinado o exame dos físicos, cirurgiões e boticários da cidade de Lisboa, «vendo e consirrando como muytos se faziam físicos e meestres e Celorgiãaes e botecairos e obrauam destes offiços em nas dictas mhas terras nom auendo eles sçienças nem sabedorias pera obrar delas». Um século mais tarde, D. João I, notando que «muitos cristãos, judeus e mouros usavam de “física” sem a preparação necessária», determinou, por carta de 28 de Junho de 1430, que «ninguém, homem ou mulher, cristão, judeu ou mouro, exercesse clínica antes de ter sido examinado e aprovado por Mestre Martinho, seu físico [...] e haver recebido carta régia» (idem, 72). Na sequência desta tentativa de regulamentação, nas cortes de Coimbra de 1472, verificaram-se queixas de que o físico-mor e o cirurgião-mor «quando sabiam que alguma velha ou algum homem curavam com ervas e palavras santas [...], logo os mandavam prender, levando-lhes quarenta coroas [...] e exigindo-lhes que [...] fossem “tirar carta”» (idem, 76).

Entre as 294 cartas de exame passadas entre 1434 e 1495, analisadas por Gonçalves (1965), encontrei nove cujos examinandos residiam em Santarém. Desses, cinco eram judeus, dois deles filhos de um físico em Santarém. Entre as quatro cartas passadas a cristãos, existem duas atribuídas a Mestre José Romeiro que, podendo tratar-se do mesmo indivíduo, teria feito exame para cirurgião em 1471 e dez anos mais tarde, realizado exame para físico. Apesar de se tratar de uma amostra reduzida, a proporção entre médicos cristãos e judeus estará de acordo com a análise da autora que indica que 63,5% das cartas foram passadas a favor de judeus, demonstrando o interesse destes no exercício da profissão. Além disso, como aponta Silva (2002, 240) estes destacavam-se entre os «profissionais formados no exterior do sistema educativo em vigor no reino».

Muito embora no século XVI, a medicina portuguesa tenha conhecido algum desenvolvimento com Garcia da Orta [cristão-novo], Amato Lusitano ou Rodrigo de Castro [ambos judeus], a determinação da expulsão dos judeus e o estabelecimento da Inquisição seriam circunstâncias que, com a perda da independência nacional, contribuiriam para a decadência dos estudos médicos (Silva 2002). A «escassez de praticantes da medicina autorizados a exercer», acentuar-se-ia ao longo dos séculos XVII e XVIII, com a formação de cerca de uma dúzia de diplomados por ano, na Universidade de Coimbra e no Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa, a revelar-se insuficiente para «compensar a perda de médicos conversos expatriados» e a atracção exercida sobre estes profissionais pelas zonas portuárias e colónias ultramarinas (Walker 2013, 59-60). Existia, portanto, um largo mercado onde a procura excedia a oferta de praticantes autorizados.

O grande objectivo da Inquisição portuguesa foi, segundo Rowland (2010, 176), erradicar as «crenças e práticas judaicas» principalmente entre os cristãos-novos, sendo que as acusações de judaísmo originaram 68% dos processos no tribunal de Lisboa [1540-1629], 83% no de Coimbra [1566-1762] e 84% no tribunal de Évora [1553-1688]. Porém, Walker apresenta uma perspectiva complementar acerca da Inquisição, directamente relacionada com a Medicina:

«Sustento que médicos e cirurgiões autorizados a exercer, movidos pela competição profissional, mas, também, por uma preocupação em promover a medicina “científica” racionalizada, se serviam da sua posição no Santo Ofício para promover o julgamento dos fornecedores de remédios supersticiosos populares». (Walker 2013, 19)

Para tentar perceber o alcance da Inquisição nas práticas locais de medicina popular efectuei uma pesquisa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo que me permitiu reunir uma amostra de quinze processos relativos a indivíduos da região de Alcanede e de Santarém e documentar os respectivos usos e crenças em torno da doença e da saúde no século XVII. Quais os remédios supersticiosos e formas de cura que se remeteram ao segredo ou para o degredo? E que recursos da flora espontânea eram mobilizados pelas curandeiras nessa época?

Assim, de entre os quinze processos da Inquisição que encontrei no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, apenas dois se referiam à prática de judaísmo – uma mulher e seu irmão,²⁸ de Pernes [1613-17] – e ainda um outro processo de acusação de

protestantismo,²⁹ de um soldado de Alcanede [1657-58]. Noutros três processos, o objecto eram as relações conjugais, existindo uma condenação por poliandria³⁰ de uma mulher de Fráguas [1533] e duas por bigamia: um cristão-novo de Fráguas³¹ [absolvido, em 1784, mas proibido de viver com a segunda mulher] e um cristão-velho da Louriceira de Alcanede, barbeiro de sangrar, morador em Pernambuco, condenado a cinco anos de degredo para as galés de Sua Majestade.³² Relativos a acusações de superstições, feitiçaria, pacto com o demónio, encontrei sete processos, dos quais cinco foram movidos contra mulheres que incluem uma relapsia e dois contra cristãos-velhos.

No total da minha amostra, 33% dos processos tinham por objecto práticas relacionadas com a religião [judaísmo, protestantismo, sacrilégio ou heresia], 20% referiam-se a relações conjugais e 47% tinham por base a feitiçaria. Estes resultados são consistentes tanto com os reportados por Calainho (2012, 162), segundo a qual 36% dos processos da Inquisição portuguesa tinham por objecto a bruxaria, abrangendo 29% o curandeirismo/feitiçaria, como com a investigação de Walker (2013, 40) que revela que «quase 42% de todas as pessoas processadas por crimes de magia entre 1668 e 1802 tinham efectivamente cometido crimes especificamente relacionados com curas ilícitas».

A respeito da acção da Inquisição junto destes *feiticeiros*, diz D’Azevedo:

«Ao contrário do que seria de esperar, a criação do tribunal do Santo Officio não fez diminuir a principio muito a menção d’estes casos nos registos das chancellarias reaes, d’onde são tirados os presentes documentos; só nos ultimos tempos, faltando ao tribunal os christãos-novos, se dedicarão com o maior afinco e pouco proveito á extirpação da feiticeira». (D’Azevedo 1895, 329)

Evidencia-se, tal como nota Walker (2013, 22), a existência de um «movimento consciente, deliberado e sistemático por parte dos médicos encartados no sentido de desacreditar os curandeiros e saludadores populares perante o povo e semear dúvidas sobre as formas de cura tradicionais».

Para tal terá, certamente, contribuído o facto de os ensalmos terem passado a ser considerados *encantamentos* e «prática herética», a partir da publicação, em 1620, do tratado de Manuel do Vale de Moura, intitulado *De Incantationibus seu Ensalmis* (Peixe 2012). Esta obra do Deputado da Inquisição de Évora pretendia orientar a acção do Tribunal do Santo Ofício nesta matéria, definindo deste modo o conceito de *ensalmos*:

«Ensalmos são algumas graças ou invocações maliciosas levadas a efeito a partir de uma fórmula de palavras, em especial sagradas, às vezes a partir de alguma substância, [...] num dado número de partes misturadas. Os homens, segundo se diz, **principalmente os habitantes da Hispânia, servem-se deles para curar feridas e outras doenças e para repelir males vários**, como os que podem advir das condições do tempo, de animais venenosos e selvagens, ou similares; mormente então, para obter outras temporalidades. São, portanto, em rigor encantamentos». (Moura 1620, Fol. 1r, § 1 ap. Peixe 2012; meu grifo)

Em 1690, o Conselho Geral da Inquisição promulgou um parecer sobre os saladores e os curandeiros, que definia «com grande cuidado e minúcia o que é um salador e explica por que razão as curas populares raramente são sancionadas por Deus» (Walker 2013, 22). A maioria destes actos de cura deveria ser considerada «como atos de manipulação diabólica – uma usurpação do poder do mundo natural para fins maléficis» (idem), tal como já tinha sido encarada na época visigótica.

Torna-se significativo que ao longo dos séculos XVI e XVII, raramente tenham chegado ao Santo Ofício casos de bruxaria, enquanto no reinado de D. João V, quase 60% dos julgamentos envolviam «um curandeiro que fornecia remédios aos camponeses na província» (idem, 19). Walker estabelece uma relação entre o aumento da opressão sistemática às curas consideradas ilícitas e o crescente ingresso de «médicos e cirurgiões com formação universitária [...] nas fileiras remuneradas da Inquisição», como Familiares do Santo Ofício (idem). De acordo com o autor, estes funcionários não eclesiásticos, procediam frequentemente a denúncias que motivavam a investigação inquisitorial. Em Santarém, por exemplo, o boticário do Hospital Real, habilitou-se a familiar do Santo Ofício, em 1726-1727.³³

Percebe-se, assim, que da amostra que reuni, os processos com acusações de feitiçaria sejam todos posteriores a 1620, verificando-se que quatro, incluindo a relapsia, foram instaurados no século XVII e três no século XVIII.

O sumário desses processos permite-me, igualmente, retirar outras ilações. Encontram-se, por exemplo, os casos de Bárbara Rodrigues,³⁴ viúva de 50 anos e sua filha Cecília Maria,³⁵ solteira de 30 anos, ambas de Amiais de Baixo em Alcanede [1754-56]. Enquanto a mãe foi condenada a dois anos de degredo para fora do Arcebispado de Lisboa, talvez pelo facto de a sua acusação envolver *pacto com o demónio*, a filha foi apenas repreendida e aconselhada a proceder catolicamente, «para cessar a fama» de feitiçaria, subentendendo-se que a consanguinidade e co-habitação ou

obediência à figura materna estariam mais na origem da acusação desta, do que propriamente as práticas.

Porém, a análise do processo de Bárbara Rodrigues³⁶ permite-me compreender outros aspectos da medicina popular da região, contemplando «além de uma concepção de doença e de terapêutica, toda uma visão do mundo, um conjunto de valores e normas morais ou seja, todo um universo cultural articulado a estas práticas» (Dominguez 2010, 66).

Uma das testemunhas inquiridas foi o cura da freguesia de Malhou que, sendo dali natural, conhecia as mulheres envolvidas na acusação ainda antes de ser pároco. Segundo se reconhecia diversas vezes nos autos, era «notória e fama publica que a ditta Barbara Rodrigues e sua filha Cecilia e sua sobrinha Jozepha Tereza são feyticeyras, ou bruxas, como por estas partes todos se explicão».³⁷ Contudo, acrescentava o padre, secundado por um cirurgião denunciante, não saber «que estas uzem de palavras, nem que palavras sejam, nem de aççoins nem de reparos, nem que invoquem o demonio, nem tenham feyto pacto [...] ou expresso com elles».

A crença popular fundamentava-se no facto de que «a ditta Barbara Rodrigues em especial costuma andar pedindo esmola por todas estas freguesias, e mays vizinhanças, e chegando a algumas partes aonde lha não davão ou se lha davão era couza diminuta, [...] logo experimentavam as ditas cazas e pessoas novidades em que faziam reparo».³⁸ Das averiguações levadas a cabo pelo Comissário Domingos Coelho da Silva, salienta-se que «grande fama que em todas quatro há [...] todos lhe dão, ahinda que não possuão, esmola pello medo que tem tomado, e amuitos tem sucedido esperarem ocasião das ditas passarem p.^a lha darem p.^a susego da sua caza».³⁹

Ainda a respeito destas quatro personagens conhecidas como «as bruxas dos Amiaes de Baixo», as acusações pairavam essencialmente sobre a mãe Bárbara e sua filha Cecília, embora, morando todas juntas, a outra filha e sobrinha estivessem afamadas do mesmo modo. Note-se, porém, que se regista acerca da filha Maria haver, segundo o Comissário, «duvida no seu procedimento pois dizem não parece ser demá vida pois a mesma cara tem diferença da may e irmã, emais recolhida». O mesmo refere o cirurgião denunciante, que «pella presença da cara, e aspecto mostra não ser como as outras; pois as tais tem mao semblante, carrancudas, indicando na vista o que dellas se julga».⁴⁰ Pressupõe-se, portanto, que o semblante seria um aspecto bastante importante na determinação dos poderes malévolos atribuídos pelo imaginário popular.

Não obstante não se encontrarem indícios de que fosse igualmente considerada feiticeira, será interessante atentar o modo como uma das testemunhas justifica eventuais poderes de Maria, filha de Barbara Rodrigues, enquadrando-as na mitologia acerca das bruxas e dos seus novelos:

«a d.a Josefa T.^a deo hu bocado de pão depois deo partir co a bocca ad.a M.^a, de q resultou adoecer a d.ta M.^a de moléstia prolongada, da qual melhorou dentro em 24 horas logo q se ajustou co a d.ta Josefa a q lhe fiaria hua tea, p.^a della trocaram entre si hu novello p.^a serem companheiras, como co effeito trocarão, e se diz q daqui resultou ficar a d.a M.^a tambem feiticeira.» (A.N.T.T., Tribunal do Santo Officio, Inquisição de Lisboa, proc. 7322, fl. 12 v.)

Quanto à sobrinha, Josefa Teresa, o Comissário concluía ser «como mestra entre ellas, eesta anda toda alcorcovada sem sepoder endireitar depancadas que lhe tem dado porem não achei pessoa alguma [...] que me apontacem factu algum da dita».⁴¹ O testemunho do padre do Malhou esclarece:

«porem que esta fama tem cessado na dita Jozepha Tereza há huns tempos aesta parte por esta estar quazi como intrévada pois anda por caza toda corcovada, [...] de sorte que se diria forão pancadas que lhe tinhão dado por desconfiança, que della tinhão; [...] elle testemunha o não sabe na realidade se assim foy e só sabe por lho segurarem no tempo prezente que adita Jozepha Thereza tem huma chaga nas costas, que a motiva a andar toda arqueada, servindo-lhe esta moléstia de empedimento para não sahir fora a pedir esmola como costumava, e isto haverá hum anno pouco mays ou menos, e desse tempo aesta parte tem cessado adita fama». (A.N.T.T., Tribunal do Santo Officio, Inquisição de Lisboa, proc. 7322, fl. 34)

Daqui se depreende que a fama de feiticeiras estava, em primeira instância, ligada ao aspecto físico, mas sobretudo associada à mendicidade, uma vez que as duas mulheres que não saíam a pedir esmola iam perdendo a má reputação. A *feiticeira* praticada consistiria, então, numa espécie de *mau-olhado*, estabelecendo-se na crença popular uma relação de causalidade directa entre «moléstias, ou descaminhos nas coizas de sua caza»⁴² e a recusa de esmola.

Ultrapassando os limites das freguesias e vizinhança na sua busca de caridade, também lhes era atribuída a capacidade de transpor espaços fechados, como testemunhava o moleiro que vira sair o vulto de Cecília pelo telhado do moinho e uma viúva acamada que vira Bárbara à sua cabeceira estando a porta de sua casa fechada, ou

ainda de fazer deslocar animais, que desapareciam após a esmola recusada, reaparecendo em lugares distantes e inesperados, como relata o padre Manuel Frazão acerca de um seu porco ou Mariana dos Santos a respeito de uma burra.

Quanto ao espaço moral, eram apontadas como participantes noutras transgressões, juntando-se a um grupo que «sahião p.las freg.as vezinhas, e bailhavão, e tocavão violas, adufes, toda a noyte em galhofa, juntam.te co homens [...] e passavam m.tas noytes in.ras em danças, e brincos, cantando, e tocando, obrando tudo como couza licita», como admitia uma antiga residente, à época da inquirição, criada de servir em Lisboa.⁴³ No entanto, apesar do «escândalo geral nas pessoas recolhidas e de sãa consciencia»,⁴⁴ denunciado pelo cirurgião, as quatro bruxas dos Amiais não estavam envolvidas noutros comportamentos passíveis de serem considerados heresia, ocorridos na ermida dos Amiais.⁴⁵

Ainda assim, registavam-se queixas de «munta gente que as ditas tem morto munta criança, cauzado moléstias, e enfermidades graves, não só a creaturas humanas, mas tambem a animaes».⁴⁶ Além do desaparecimento de animais que eram reencontrados em lugares inusitados e distantes, as bruxas dos Amiais eram responsabilizadas pela morte da cadela e prostração de uma bécora e porca do cirurgião de Monsanto, pelo coalhar do leite de cabras ordenhadas após a sua passagem e pelo fastio em relação a produtos por elas cobiçados na esmola e recusados [carne de porco e vinho].

Por esse motivo eram apedrejadas pelas crianças – «por lhe dizerem algumas pessoas o fizesse pois herão bruxas»⁴⁷ – e agredidas violentamente pelos populares, como assume o próprio cirurgião na sua denúncia:

«chegando à sua porta, aonde estava com suas filhas e sobrinha, levando hum páo de zambujo lhe dice com payxão= oh grandíssimas porcas, e desavergonhadas [...] ao que ellas responderão= que não erão as que o fizerão: e atirandolhe humas pancadas, a que ellas fugirão para dentro de caza, [...] e fazendo elle alguma gritaria pella payxão que levava, acudiu munta gente, que passarião de quinze ou vinte pessoas, e todas estas estando pellas suas portas ou quintais, sem chegarem á porta destas, lhe davão demonstraçoins e signais que lhes desse, que era bem feyto, mostrando gosto de que elle lhe desse bem; porem só deo huma pancada em cada huma das filhas por não poder dar na may por esta fogir por entre ellas para dentro de caza.» (A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa, proc. 7322, fl. 45 v.)

Interessa reter que do processo se depreende que, em regra, este tipo de *malefícios* sobre os bens era resolvido com recurso a este tipo de violência ou ameaças. Noutro caso conhecido, na denúncia de um lavrador de Vale da Trave, «indo estas ao seu lagar de azeite pedir esmolla, e não lha dando logo se lhe apagou a fomalha da caldeira e por mais deligencias que fizeram nunca apoderão sender».⁴⁸ De acordo com o relato do Comissário:

«vendo isto serezolveu a hir aos Amiaes aonde morão, e dizendo-lhe que a sua caldeira não trabalhava por não arder a fomalha depois que lá tinhão hido, que elle hia p.^a o lagar e quando chegasse não achace a fomalha ardendo logo tornava a sua caza e lhe havia de largar o fogo com polvera, e vindo p.^a o lagar achou ardendo a fomalha». (Idem, fl. 18 v.)

No entanto, o padre Simões, do Malhou, acerca do mesmo acontecimento, concede «duvida se foy o accender da fomalha, ou não querer ferver a caldeyra suposto ter lume por que huma destas couzas he que se lhe contou; porem sempre o cazo relatado foy succedido ou de huma ou de outra sorte como correo fama».⁴⁹

Denota-se, ainda, que as ameaças só surtiriam efeito quando proferidas por homens, uma vez que no caso de Maria dos Santos, de nada lhe adiantou o «muito mais se enfadou de sorte que lhe dice havia darlhe com hum pão».⁵⁰

Assim, embora por um lado, a ordem só fosse repostada perante a intimação masculina, por outro, as ditas *moléstias* que se supõem causadas por estas feiticeiras só eram curadas por intermédio de exorcismos e bênçãos da «Igreja». Parece, igualmente, interessante que para tais estratégias de cura não sejam referidas intervenções de curandeiras e benzedoras, podendo indicar quer uma certa protecção para com estes intervenientes, localmente acreditados, perante o processo inquisitorial, quer a predominância do recurso ao divino através dos seus representantes oficiais, como testemunhou Mariana dos Santos, de Abrãa:

«estando parida viera a sua porta pedir esmolla Barbara Roiz [...] eque não lhe dando esmolla se foi porem dahi apoucos dias lhe morreo omenino, oqual achou todo azul, eque tendo agora hum ingeitado a criar, aeste tambem exprimenta maleficio pois o andou benzendo pello P.e Cura, elle conhece m.tas melhoras» (Idem, fl. 17 v.)

Outro caso seria resolvido pela evocação da protecção dos santos, como relata o oficial de alfaiate do lugar do Canal cuja mulher criava uma «menina ingeitada» na sua denúncia contra Bárbara Rodrigues:

«não tendo sua molher oque hera prompto ao q desi teve preguiça de ohir buscar, easim honão deu, nem esmolos deque resultou logo que seauzentou adita amenina tolherce de brassos epernas ficando entrevada sem se poder bolir, nem voltar, estando deantes boa emuito alegre, easim esteve alguns dias ate que passando huma filha pella porta lhe deu oque a May tinha pedido, elhe dice diga asua May e voce pessão aalgum santo da sua devoção poresta menina que está dasorte que avê, ao que adita respondeo, que não via deser nada, e hindoce embora passou tempo quando seria de chegar asua caza aos Amiaes se levantou amenina como senão tivera coiza alguma». (Idem, fl. 18 v.)

Séculos depois, a paralisia infantil de uma irmã de uma interlocutora haveria de ser tratada por intermédio de uma curandeira de Coruche que receitou banhos com muitas ervas, entre as quais eucalipto.⁵¹ Porém, não se encontra ao longo deste processo do século XVIII, referências senão a exorcismos tanto como meios de diagnóstico – no caso do menino que criava, o cura da freguesia de Abrãa «serezolveo afazer exorsismos ao dito, e logo que lhos fes por espasso de alguns dias foi aescolla sem repugnância, e que nos exorsismos dava sinal de ser maleficiado»⁵² – como fórmula terapêutica.

Contudo, nem sempre os *exorcismos* eram terapia suficientemente eficaz, conforme reportaria Maria dos Santos, de Abrãa: após recusar dar vinho a Bárbara e a Cecília, «resultou hum menino que tem entrar achorar [...] entrou a desconfiar de que as ditas lhe fazião mal, easim detreminou hir acaza do P.e Cura p.^a lho benzer, o que fes por tempo de nove dias, e logo omenino passou melhor».⁵³ Regressando as pedintes, regressava o choro da criança requerendo nova bênção. Ameaçadas as feiticeiras, «resultou treceira ves omenino aentrar em hum choro de sorte que não sucegava ate aocantar dos gallos, eella tambem experimentava molestia dahi por diante de sorte que treceira ves benzeo omenino, e ella tambem fes omesmo». Nesta última ocasião, «reparava que quando abenzião lhe dava hum grande tremor no corpo sahindolhe hum grande fogo portodo ocorpo, que vendo isto e tomando medo das ditas molheres se rezolveo achamallas e darlhe esmola, e logo dahi por diante seachou melhor, e hoje está boa eoseu menino».

Num outro caso, a eficácia dos *exorcismos* terá suplantado a dos remédios de botica. Denunciava o lavrador João Lopes, de Vale da Trave:

«que elle havia muitos tempos padecia, e a sua casa m.tas moléstias, eque nadita sua casa tem sinco filhos, sua molher, e dois criados, e todos tem padecido infermidades de sorte que todos foram curados ordinariam.te com o remedios aplicados por medico, serurgião, eque aos remedios não obedecião as moléstias, mas sim se acharão melhor com os exorcismos da Ig.ja como este tambem experimentou, pois ficou melhor, e dos filhos só aopresente seacha huã filha ahinda doente, porem esta quando lhe fazem os exorcismos experimenta melhoras por alguns tempos». (Idem, fl. 14)

Este testemunho é o único que refere o recurso a médico e remédios para resolução das moléstias, que não são especificadas. Mesmo o cirurgião de Monsanto, apesar de referir queixas das pessoas a respeito das moléstias provocadas pelas feiticeiras, não aprofunda este assunto. Mas mais interessante se torna quando no depoimento do lavrador de Vale da Trave, a origem do mal não está nas bruxas dos Amiais, mas noutras vizinhas:

«todo este mal que tem padecido entende este lha fazem humas molheres chamadas Maria Francisca viúva de Manoel Gomes official de ferreiro e sua filha Domingas Francisca casada com Manoel Soares trabalhador morador no dito lugar de val da trave termo de Alcanede, e destas molheres se queixa; porquanto o ameaçarão dizendo lhe havia de pagar por terem adescnfiança que este tinha metido na devassa janeirinha a hum filho da dita Maria Fran.ca e irmão da dita Domingas Fran.ca, eque a dita Domingas Fran.ca lhe dicera a elle, estando na companhia de José Luis official de pedreiro morador no lugar do Malhó que ella lhe fazia o mal que padecia.» (Idem)

Se, por um lado, este depoimento evidencia a relevância do *mau-olhado* como modelo explanatório da doença na medicina popular da região e a impotência terapêutica da ciência em tais casos, por outro lado, o modo como posteriormente é reinterpretado, elucida o sentido que se pretendia dar ao processo da Inquisição. O caso apresentado por João Lopes seria transcrito, transformando e associando a sua queixa inicial sobre o mal que atribuía ser causado pelas suas vizinhas à visita das acusadas feiticeiras ao seu lugar:

«porem que dahi por diante experimentou muita moléstia em si e toda a sua caza, que são nove pessoas, e entrandoce todas a curar com remedios da botica nunca exprimentavão melhoras, ate que forao aos da Ig.^a e com as bençoas, seviã livres por alguns tempos, porem tornavam a padecer, e assim forão

continuando com as bênçãos da Ig.^a de que melhor paixão, mas não cestas são as que lhe fazem o mal, porque no dito lugar de val da trave ha humas molheres Maria Francisca viúva de Manoel Gomes official de ferreiro [...], e esta lhe dice em huma ocasião a porta da Ermida do mesmo lugar eu sou a que lhe fasso o mal e que estas se comunicação com as dos Amiaes, hindo a sua caza e as esmolas que tirão e poem em caza de Manoel Gomes official de ferreiro e filho de Maria Fran.ca asima declarada e que as comunicações são por muitas ocasiões». (Idem, fl. 19)

Invertida a ordem cronológica do depoimento inicial, salienta-se a causalidade entre os acontecimentos no lugar e as doenças surgidas na casa do lavrador e mesmo não iludindo a responsabilidade assumida por outras intervenientes, estabelece-se uma relação de conluio e de reciprocidade entre as vizinhas e as feiticeiras.

Em suma, o processo de Bárbara Rodrigues permite sobretudo atestar uma etiologia popular dominante que atribuía a origem das doenças ao *mau-olhado* e a ineficácia da medicina e dos remédios nessas situações, resolvidas através de exorcismos e de bênçãos.

Não obstante o reconhecido poder terapêutico das bênçãos, os *benzedores* tinham perdido o reconhecimento oficial. De acordo com Lopes (2007, 46), uma Constituição do Bispado do Porto de 1585, determinava que «nenhuma pessoa benza de enfermidade outra qualquer pessoa, nem benza gado, cães, bichos, nem outro qualquer, nem amente, nem encomende com superstições, o gado perdido». Deste modo, também os benzedores eram perseguidos pela Inquisição.

Terá sido o caso de António Francisco, um cavador de enxada de 30 anos de idade, morador em Santarém, acusado de feitiçaria, apesar de ter «feito varias curas pelas suas bensãos». ⁵⁴ Encontrando-se um barqueiro «com grde ançias dores, e inquietações repentinam.te, e com as mãos prezas, e os pés, sem que a toda aforça, que fizeram varias pessoas, fosse possível dezunillos, ou soltallos, nem se verem ligaduras, com que lhes prendessem», ⁵⁵ mandou chamar o vigário de S. João de Alfange que, confrontado com a situação, lhe perguntou «se tivera razões com alguma pessoa». Entendeu-se ser António Francisco «acauza deste maleficio, por haverem tido algumas razois e diferenças no mesmo dia e o delato o haver ameaçado». Trazido à presença do denunciante, «assim q chegou ao doente lhe desfez o malleficio sem violência alguma e o soltou, e por totalm.te livre detoda aqueyxa, dizendo soltem o homem larguem o

homem, e fazendo-lhe algumas bençãos, emandando tirar as reliquias q tinha o doente». ⁵⁶

Conclui-se, então:

«porq nem parece natural aqueyxa, nem opode ser acura, antes todas as circunstancias, q refferem as test.as indic, e q o delato cauzara o mal, e confirmão, q dera oremedio, huma e outra couza se ve, q sendo como he sobrenatural e não havendo no delato virtude a q. se possa atribuir amilagre de Deos, se conclue ser pacto com o Demonio, qual bem se presume ter feyto odelato». (A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 1477, fl. 7)

Pacto com o demónio foi assumido por Simão Ribeiro ou António Pereira, cristão-velho de 17 anos de idade, natural de Alqueidão em Ourém, que surge como curandeiro em Castelo Branco, acusado de bruxaria e feitiçaria «por se dizer curava com umas palavras e fazia curas por ordem e pacto que tem com o demonio contra a nossa sancta feé». ⁵⁷ Além do confisco de bens em 1624, foi condenado ao degredo para o Brasil por quatro anos, pena que seria levantada no ano seguinte.

Relatando o pacto de sangue estabelecido, António Pereira, admitiria receber instruções do demónio: «muytas vezes elle falava e lhe dizia vay a tal luguar e acharas uns enfermos de tal enfermidade e curaloas comesta raiz derva que te dou [...] elle dizia que não pedisse por as curas dnhero mas que pedisse outras coussas, as quais elle pedia e dellas fazia dinheiro». ⁵⁸

Do mesmo foi acusada Isabel da Costa ou Isabel da Costa Pereira, uma viúva cristã-velha septuagenária, filha de um barbeiro e cirurgião que, em 1662, foi condenada por feitiçaria «em três anos de degredo para o Couto de Castro Marim». ⁵⁹ Será, igualmente, de salientar o facto de esta mulher ser filha de um barbeiro e cirurgião, o que lhe poderia ter facultado não só alguns conhecimentos médicos, adquiridos informalmente, como um estatuto liminal, do qual viria a tirar proveito.

Importa, aqui, recordar que perante «a escassez crónica de pessoal», o Estado mantinha a concessão de licenças para a prática da medicina mediante a formação obtida «num aprendizado com um médico licenciado já estabelecido», comprovada através da realização do exame supervisionado pelo físico-mor ou pelo cirurgião-mor do reino que permitia o exercício legal da medicina, após o pagamento da taxa devida (Walker 2013, 60). Neste sentido, coloca-se a hipótese de que a actividade desta mulher no mercado da cura poderia ser enquadrada em nível de formação semelhante ao de outros praticantes oficiais.

Compreende-se, assim, serem insuficientes os motivos para que «a gente do povo portuguesa no século XVIII» pensasse «que os cuidados de saúde ministrados por um médico ou cirurgião licenciado eram provavelmente melhores do que quaisquer remédios fornecidos por um curandeiro» (idem, 60). Além disso, conforme se constata noutros processos, a etiologia popular atribuía frequentemente a origem das *maleitas* a causas supersticiosas, nas quais o saber médico formal se revelava insuficiente e ineficaz.

Isabel da Costa Pereira articulava, então, a capacidade de manipular as curas naturais com o domínio do sobrenatural, como demonstraria em 1668 quando, «consultada para adivinhar quem matara certa pessoa»,⁶⁰ se publicitava como «mulher que fora de hum surgião que tinha livros que ficarão do dito seu marido com que applicava remedios para evitar semelhantes danos e que tinha hum clérigo da sua mão que a ajudava com as palavras sanctas com que daria todo o remedio ao dito seu marido».⁶¹ Reflexos dessa manipulação seriam os *fervedouros* que levaram à sua primeira condenação em 1662:

«fez alguns fervedouros compostos de cinco molhos de alecrim, tres pedaços de tijolo, e tres pedras que dizia trouxera do açougue, cinco pedaços de paus de sabugo, cinco mechas de enxofre, hu real de cobre, o coração de hu frangao atravessado com tres alfinetes, e hua agulha, com quantidade de vinagre, e tendo a Re todas estas cousas junto de si, dizia certas palavras em forma, que se não entendião, mas quem lhas ouvia, ficou presumido com fundamento, serem alguãs orações da Igreja, principalmente por usar ervas de muitas bênçãos, que não são meios ordinarios e proporcionados para o fim que intentava, antes muito illicitos e supersticiosos.» (A.N.T.T., Tribunal do Santo Officio, Inquisição de Lisboa, proc. 10436-1, fl. 177-177v.)

Note-se a relevância do emprego de «ervas com muitas bênçãos» na atribuição do carácter ilícito e supersticioso desta prática, assim condenada. Passados seis anos, Isabel da Costa Pereira seria novamente denunciada, reincidindo nas mesmas práticas.

«a denunciada lhe dera huns poz [...] dizendo erão de barbasco e que os desse a beber ao dito seu marido mas [...] não lhos deu a beber sem embargo de que a denunciada lhe afirmou que hum clérigo os colhera na noite de são João com que se afiançava a ella denunciante que tudo erão obras boas e lhe [...] dera outros poz a que chamava amanhos pera tambem dar a beber ao dito seu marido e que tambem a denunciada lhe dissera que a avizava que avia neste lugar duas

mulheres que lhe querião mal e huma dellas lhe queria tirar a vida tudo por emveias». (A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 10436-1, fl. 56-56v.)

Sobressaem alguns aspectos no que concerne a manipulação das ervas, conjugando as suas propriedades naturais com o contexto da recolha que, de forma metonímica, garantia as propriedades sobrenaturais adicionais.

Lopes (1995, 203) estabelece uma co-relação entre o «intenso sacralismo que envolve a noite de S. João» e o solstício de verão, como remanescências de crenças arquetípicas acerca da «temporalidade mais propícia ao desencadear das energias necessárias ao revitalizar da vida» (Lopes 1998, 25), condicionando «de uma forma que se pretende positiva a saúde e bem estar das pessoas, [...] presente nas múltiplas práticas divinatórias que proliferam nessa data, e ainda nas propriedades terapêuticas de plantas e água na noite de S. João» (Lopes 1995, 203). Segundo o autor, todas «as ervas mágicas que a mesma tradição manda colher na noite de S. João, revestem-se igualmente desta natureza ou não fosse este um tempo solsticial, um tempo de início imbuído do sacralismo correspondente» (Lopes 1998, 53).

Considera ainda que «impregnadas de orvalho bento as plantas são neste tempo detentoras de especiais virtudes, [...] as plantas medicinais são mais medicinais e as virtudes esconjuratórias especialmente eficazes» (idem, 195). Possivelmente atendendo a toda esta mística subjacente, em 1683, o Bispo de Lamego proibiria que «no dia de São João Baptista “se colham ervas e levem águas da fonte para casa ou se lavem nella a gente e os animais antes do sol nascer”» (Lopes 2007, 46). No entanto, a tradição persiste como demonstra Lopes (2007, 126-131) e como atestou uma interlocutora de Vale da Trave referindo que o seu pai tem sempre um molho de erva de São João,⁶² que demolha em água, deixando-a «à maresia na noite de São João», para se lavar na manhã seguinte porque «faz bem à vista e à pele» (Madalena Durão).

Também Araújo (1992, 40) refere que, independentemente da «finalidade da recolha, preferia-se [...] o dia ou a noite de S. João». Acrescenta a autora que nos séculos XVII e XVIII, quando «a recolectora era uma mulher, deveria dirigir-se ao local previamente designado sozinha ou em grupo de companheiras, se possível assistidas por um sacerdote, ou “frade revestido”, isto é, “com alva” e entabolar o cerimonial apropriado» (idem).

Se por um lado, o envolvimento de um membro da Igreja poderá ser entendido como uma estratégia de cristianização e de reforço da sacralização do momento de

recolha, por outro lado, a participação do clero pode ser interpretada como uma dupla protecção. Representando o solstício um momento de transição nos «ciclos anuais de recriação do tempo, um corte temporal [...], o Mundo encontrava-se portanto numa fronteira em que o caos predominava e o sagrado impregnava todas as coisas» (Lopes 1995, 209-210).

No contexto desta cosmovisão, a presença de um sacerdote garantiria a ordem sagrada e o seu predomínio sobre o caos, tanto mais necessária se se considerar que os poderes curativos das plantas seriam potenciados pela sua colheita à meia-noite, ao anoitecer ou ao amanhecer, momentos «em que uma ordem desapareceu e uma outra ainda não a substituiu», em que «os poderes do Além podem transitar entre as duas realidades; podem com mais facilidade ser invocados e se houver o conhecimento preciso, podem ser induzidos e obrigados a ajudar os homens» (idem, 346).

Por isso, a noite de S. João constituía também ocasião em que «a participação de Lúcifer assumia particular importância», sendo a mesma altura em que «o Demónio colhia “pelas próprias mãos” as plantas que cedia aos seus prosélitos para a elaboração dos feitiços» (Araújo 1992, 41).

Deste modo, ao declarar que na véspera de S. João «fora com hum clérigo que tinha da sua mão seu parente e conhecido apanhar certas sementes de barbasco efetos»,⁶³ Isabel da Costa Pereira assumia a tradição, mas simultaneamente, expunha-se à acusação de pacto com o demónio. Segundo Araújo (1992, 41), a «antiga tradição atribuía à “serra de Coimbra” a preferência demoníaca na recolha da “herva barbasco”» e a «recolha das “sementes” do feto-macho (*Plystichum filix*), [...] obrigava a um ritual específico», no qual o demónio fornecia as ditas em troca de sangue (idem, 40-41).

Apesar de reconhecer que «usava de semelhantes embustes e enganos, por dinheiro que lhe davão», Isabel da Costa Pereira foi novamente condenada, ao degredo para Angola por cinco anos em 1671, por «ter pacto cõ o Diabo, pretendendo por seu meio adivinhar, e saber cousas occultas, e obrigar vontades».⁶⁴

A Inquisição não conseguiu extirpar tais práticas, mas antes remetê-las para uma marginalidade, como nota Araújo (1992, 14) a respeito dos receios de denúncia:

«Muitas destas mezinheiras viviam em pequenos agregados populacionais, aldeias, vilas e lugarejos, onde o controlo dos vizinhos era muito grande [...]. A obrigação de delatar ao Tribunal do Santo Ofício tudo o que de perto ou de longe cheirasse a heresia ou a práticas proibidas, impostas pelos directores espirituais, obrigava a que [...] os vizinhos participassem tudo o que lhes parecia

anómalo. [...] o grupo de vizinhança tornou-se um instrumento de poderoso controlo mental e ideológico, [...] temido por todos aqueles que apresentassem um comportamento que pudesse vir a ser entendido como menos claro». (Araújo 1992, 15)

A fragilidade do vínculo de lealdade entre o curador e o camponês é também referida por Walker (2013, 48-49), salientando ainda o conflito de interesses gerado entre o apoio àqueles que pertencendo ao mesmo grupo social constituíam o recurso terapêutico mais próximo desde tempos imemoriais ou o apoio a uma elite que detinha o controlo político e económico. Segundo este autor, «os camponeses optavam geralmente por apoiar os seus patrões se fossem chamados a prestar depoimento quando um curandeiro era denunciado à Inquisição» (Walker 2013, 49) distinguindo, assim, a situação dos curadores *forasteiros*, mais facilmente denunciados pelos seus vizinhos (idem, 48).

Embora não tenham sido encontrados indícios de terem existido *mezinheiras* em Vale da Trave, como refere Walker (2013, 54), «em praticamente todas as comunidades havia alguém que cuidava das doenças, dores e maleitas comuns dos seres humanos». Seria, portanto, de esperar que existissem, mas permanecessem protegidas pelo sigilo da comunidade. As entrevistas realizadas no decurso do trabalho de campo permitiram constatar a generalização do conhecimento acerca das virtudes das plantas para tratar doenças comuns e o recurso frequente a chás diversificados, baseados tanto na «experiência acumulada de gerações incontáveis de gente do campo» (Walker 2013, 54), como da incorporação de novos saberes. No entanto, orações, ensalmos ou rituais de cura, associados à chamada *medicina supersticiosa*, eram, efectivamente, privilégio de uma ou duas mulheres de Vale da Trave que foram mencionadas por tratarem *aluamentos*, *quebranto* ou *mau-olhado*.

Outra afecção que requeria a intervenção destas especialistas era o *cobrão* - também conhecido na região de Santarém como *cobro*, *cobrelo* ou *bicho*. A etiologia popular atribuiu às erupções cutâneas do herpes zóster - grupos de bolhas cheias de líquido rodeadas por uma pequena zona vermelha que aparecem geralmente no tronco e habitualmente só de um lado⁶⁵ - uma associação com a passagem de «bichos peçonhentos» pelo corpo (Lopes 1995, 369).⁶⁶ No concelho de Alcanede são vários os répteis que se consideravam ser responsáveis pela mancha, acreditando-se que quando esta rodeasse completamente o tronco, o *cobrão* provocava a morte da pessoa infectada. Conforme notava Leite de Vasconcelos (1996 [1918], 169):

«Dada a hipótese de que a doença é um bicho, ou causada por ele, manda a lógica que se talhe ou corte com uma faca, em que efectivamente se pega, quando a fórmula se enuncia. Está claro que temos aqui um princípio mágico: que acontece aquilo que por analogia se pensa fazer» (Vasconcelos 1996 [1918], 169).

Entre os rituais de cura registados por Frazão e Agostinho (2013, 135-137), a faca é utilizada para raspar as costas do doente ou para contornar o corpo da pessoa afectada, enquanto se proferem os ensalmos ou benzeduras que relacionam a enfermidade com um réptil.⁶⁷ Numa das versões em que se denota uma aproximação ambígua às práticas religiosas e ao exorcismo,⁶⁸ a oração é acompanhada pela passagem em cruz, sobre a ferida, de um «pincel feito de palha de alhos molhada em azeite numa taça de vidro», com o qual se circunda a erupção cutânea «de fora para dentro até chegar ao centro da cruz (que é o centro da parte doente)» (Frazão e Agostinho 2013, 137). Em qualquer dos casos, o tratamento repete-se sempre em número ímpar de vezes, durante um número ímpar de dias.

Apesar de, clinicamente se considerar que algumas das manifestações de herpes zóster ou *zona* pudessem simular a erisipela (v. Azeredo 1917, 55) e dos correspondentes reflexos na sinonímia⁶⁹ (v. Morais 2005, 58), a medicina popular distinguia, nas suas fórmulas terapêuticas, a infecção vírica – herpes zóster – da infecção bacteriana – erisipela. No caso da *eripsela*, o «corte» era feito com a circundação da pele afectada apenas com azeite por intermédio de um trapo de linho (Frazão e Agostinho 2013, 135) ou com um ramo de alecrim e folhas de oliveira (Lopes 1995, 374), acompanhado por récitas semelhantes a esta:

«São Pedro e São Paulo foi a Roma
E Nossa Senhora encontrou e lhe perguntou
Donde vens
Venho de Roma
O que por lá há
Grande fogo de esipla quinté impola
Com qué que o curas
Com três folhinhas de esparto
E com óleo de oliva.» (Frazão e Agostinho 2013, 135)

Esta sintomatologia, etiologia popular e correspondente terapêutica sobreviveu ao longo dos tempos, sendo possível o seu registo em pleno século XXI, como observa

Morais (2005, 57-58) a propósito da «dupla fé, simultaneamente na medicina tradicional e na medicina “oficial”, a um tempo fé no passado e no presente».

Associa-se, frequentemente, a marginalidade das práticas de medicina popular à perseguição movida pela Inquisição (v. Araújo 1992, Walker 2013) e ao facto de terem sido constantemente relacionadas com a *magia*, *superstição* e *demonologia*. Porém, Leite de Vasconcelos (1980, 80-90) demonstra que o mesmo tipo de recursos terapêuticos considerados *supersticiosos* surgia com frequência na literatura de autores reputados⁷⁰ nos séculos XVII e XVIII. De facto, Curvo Semedo, por exemplo, na sua *Polyanthea medicinal* (1716) reconheceria:

«naõ he indecente aos Medicos aprenderem alguma cousa das velhas, & dos ignorantes; porque há de ser indecência o imitallos, & segullos no que for razaõ? [...] Leonardo Fioravanto, [...] confessa, que elle correo muyta parte do mundo, só a fim de aprender de toda a sorte de pessoas scientes, & ignorantes, pastores, & letrados, fidalgos, & mecânicos; mas porque elle ouviu a todos, & não desprezou a algum, por isso soube raros segredos na Medicina, com que fez curas admiraveis». (Semedo 1716, 726)

Se compararmos um dos exemplos fornecido por Walker (2013, 50-51) em que em 1736 um curandeiro da região montanhosa de Viseu era acusado de «curas e remédios ilícitos que envolviam a queima ou ingestão de muitas ervas e especiarias diferentes», entre os quais constava «cozinhar um frango em vinho branco e mel, temperado com sal, noz-moscada, canela moída fina e erva doce», com registos clínicos de 1863 no Hospital de S. José em Lisboa, onde o chá de erva-cidreira, chá de linhaça, infusão de sementes de linho ou até aguardente surgiam na indicação do *tratamento* de doenças pulmonares,⁷¹ ou com as notícias médicas das propriedades da celidónia para os «engorgitamentos do baço»⁷² e dos bons efeitos da «decocção simples de folhas de nogueira, de casca de romanzeira e de carvalho» no *tratamento* das afecções uterinas,⁷³ compreende-se que os recursos e práticas terapêuticas empregues por médicos e curandeiros não eram muito diferentes entre si.

Como refere Walker (2013, 372), o «conflito entre as curas populares e a medicina convencional é apenas uma manifestação das tensões geradas pelas mundivisões diferentes do povo e da elite».

Tratava-se, sobretudo, de uma questão de conceito, uma vez que o mesmo recurso empregue por um *curandeiro* é considerado *mezinha* e quando utilizado por um *médico* pertence à categoria dos *medicamentos*. Veja-se, por exemplo, os comentários

acerca da terapêutica publicada por João Cardoso de Miranda em 1731-1741 para «curar a infecção escorbútica, ou mal de Loanda»:⁷⁴

«Não considerâmos estas tisanas⁷⁵ medicamentos *específicos*, como as inculcou o inventor, porque em linguagem pharmacologica, ha grande differença como é sabido entre os medicamentos que têm esta denominação, e os que logram o conceito de presentaneos em certos morbos.

Para nós é fóra de toda a duvida, que os extraordinários effeitos curativos que João Cardoso attribuiu aos seus remedios, os produziram efectivamente, não só porque não temos o mais pequeno motivo para desconfiar da fidelidade da sua narrativa, mas porque a therapeutica que instituiu era racional de todo o ponto.» (Gusmão 1864, 597)

Seria essencialmente o critério da *racionalidade*, numa «abordagem mais científica da cura» (Walker 2013, 20), fundamentada no acesso «às novas bases teóricas racionalistas» (idem, 197) por via da instrução formal, que distanciava as práticas dos diversos profissionais de saúde. A medicina popular permaneceria associada à religião também de cariz popular e considerada como *superstição* e principal motivo da perseguição movida pelas autoridades eclesiásticas.

Relegada para um limbo pela incorporação sincrética de práticas médicas e religiosas em etiologias e terapias próprias, a medicina popular e o conhecimento tradicional constituído em torno da doença e da cura, tornam-se, fundamentalmente uma questão de *autoridade*. Assim o demonstra a seguinte sugestão publicada na *Gazeta Médica de Lisboa*, em 1864:

«É que os habitantes das aldeias, quando se acham doentes, recebem os conselhos e fazem os remedios do primeiro charlatão, que se lhes apresenta, inculcando-se como medico. São então os barbeiros, os ferradores ou alguns d’estes homens que, sem consciencia, especulam com a credulidade e ignorancia dos seus vizinhos, e livremente campeiam n’aquelles arredores, apoderando-se muitas vezes do animo dos doentes por tal fórma que, quando alguns são tratados por um facultativo propriamente dito, lhe não cumprem as prescripções sem benaplacito dos taes curandeiros! [...] Entretanto perguntarei, se os facultativos habilitados á custa de muitas despezas e trabalhos, lhes não convem sujeitar-se á clinica rural; se os barbeiros, os ferradores e todos os charlatães são, como se póde fazer idéa, uma verdadeira praga d’aquellas infelizes povoações, qual será mais conveniente, que se continue a consentir ou a soffrer a existencia d’estes miseráveis especuladores, ou que se criem

facultativos de segunda ordem, só com as indispensáveis habilitações, para que se accommodem com os interesses menos vantajosos das terras de provincia, vistoque tambem menos dispendiosas foram as suas habilitações?» (*Gazeta Médica de Lisboa* 1864, 515)

Deste modo, apesar de os conhecimentos destes práticos terem sido validados ao longo dos séculos XVI e XVII, obtendo licença real mediante examinação pelo Físico-Mor (Vasconcelos 1988, 46), à medida que se revitalizava a medicina, com a fundação de academias científicas, criação de jornais médicos e reforma do ensino médico e cirúrgico (Silva 2002) no século XVIII, ser-lhes-ia retirada não só a autoridade para o exercício das suas funções, como a autoridade do seu conhecimento de carácter tradicional. Negada qualquer equiparação ou equivalência a *médicos*, passariam a ser encarados como *charlatães*.

«O charlatão ou curandeiro addicionava sempre aos seus medicamentos formulas barbaras e desconhecidas; especulava com a ignorância.

O povo dava-lhe fé — que assim o exigia a sua crença no génio particular, que promovia aquella enfermidade. O doente tinha sempre que tomar o remédio com certas precauções e ceremonias de geito a dar-lhe um ar de maravilhoso e mais importância á sua arte. [...] E como nenhuma d'estas praticas podia influenciar rasoavelmente no curativo, era de força reputar o effeito como sobrenatural.» (Brandão 1871, 18-19)

No entanto, a grande procura destes especialistas da medicina popular mantinha-se por dois motivos fundamentais, como nota Walker (2013, 61): «os tratamentos tinham de ser administrados em termos simples, que a gente rural compreendesse – e por um preço que pudessem pagar». Acrescente-se, ainda, que fundamentalmente, estes especialistas respondiam ao entendimento popular sobre as concepções de doença e de cura.

A vantagem destas práticas sobre a medicina convencional baseia-se, então, na maior facilidade de *adesão* à terapêutica (v. Cabral e Silva 2010, 17-19). Tradicionalmente familiarizados com as diversas etiologias populares, com os actos e recursos terapêuticos dos curandeiros que mimetizavam e sincretizavam medicinas antigas e crenças religiosas, os pacientes tinham maior predisposição para a «concordância, compreendendo a aceitação e intervenção activa e voluntária do doente, que partilha a responsabilidade com a equipa de profissionais de saúde que o segue»

(Bugalho e Carneiro 2004, 9-10). Como observava um especialista de Medicina Interna a propósito do recurso à medicina popular no início do século XXI:

«Convenhamos que, nestes casos, doente e “curador” estão, sequer ao menos, ao mesmo nível creencial (ler cultural), donde a maior facilidade de estabelecimento de uma boa relação empática entre ambos, esteio maior para o processo de cura. Assim, a persistência destas “medicinas paralelas” atesta bem que, afinal, foi a nossa medicina (dita) evoluída que, então, falhou.» (Morais 2005, 61)

Ainda hoje os recursos económicos e a relação estabelecida com o médico a nível da comunicação, informação e confiança, constituem factores determinantes nos «comportamentos de não adesão» que indicam, essencialmente, a falta de concordância entre as perspectivas dos indivíduos e dos médicos acerca dos problemas de saúde e respectivos tratamentos (Cabral e Silva 2010, 18). Assim, compreende-se que nos séculos XVI-XVIII:

«ao terem de escolher entre serem tratados por um curandeiro cuja cosmologia, que incluía o recurso ao sobrenatural, era essencialmente idêntica à dos seus clientes rústicos, ou por um médico com formação reconhecida, licenciado, cujo tratamento “científico” distante e incompreensível pouco tinha a ver com a medicina popular e que, além disso, conjugava a dor com um custo elevado, a decisão de recorrer ao curandeiro era uma decisão simples para a maioria dos rústicos portugueses.» (Walker 2013, 79)

Segundo Leite de Vasconcelos (1988, 43), a etiologia popular distinguia as causas naturais das sobrenaturais, mediante o «saber da experiência, da tradição, do contacto com os médicos». Porém, o autor nota a predominância do recurso a meios de cura *mistos*, que incluem além dos naturais, a intervenção da magia e da religião:

«A primeira, com actos (cuspir, soprar, benzer, passar por cima), com palavras (ensalmos, exorcismos), com objectos (amuletos) e ingerindo beberagens para feitiços e bruxedos; a segunda com orações a santos advogados de moléstias, promessas [...] e tocar em relíquias e imagens.» (Vasconcelos 1988, 49-50)

De certa forma, trata-se de um *pluralismo terapêutico* – «práticas de consumo terapêutico que se alternam por recursos de natureza diversa e que se inscrevem em diferentes ideologias terapêuticas» (Lopes 2010, 27) – onde todos os recursos são mobilizados de modo a garantir a cura. Como reconhecia Brandão (1871, 61-62), era

incontestável que, «ajudando a fé e a imaginação, tudo pode curar [...] os amuletos e feitiços curam igualmente; um cosimento de cenouras cura a icterícia» (idem, 62).

Mesmo os «costumes rotulados como primitivos ou mágicos não se reduzem a atavismos e ausência de conhecimento da medicina moderna», tendo «uma eficácia local associada à sua execução contextual, e assente nas suas funções sociais» (Bastos 2001, 306). Nesse sentido, os curandeiros forneciam um «serviço que se baseava num conjunto de crenças e práticas mágicas socialmente aceites» e os remédios que prescreviam «destinavam-se deliberadamente a restabelecer a plena capacidade produtiva dos elementos de uma organização social – uma aldeia ou um bairro – e não a causar danos ao tecido social» (Walker 2013, 47).

Apesar das reformas e imposições legais, o recurso à medicina popular e aos conhecimentos tradicionais sobre doença e cura continuava a ser frequente no século XX. A clivagem operada na medicina oficial nos últimos séculos, com o abandono das práticas e etiologias que até século XIX se assemelhavam às da medicina popular (v. Crespo 1989) continuaria a remeter esta última para a categoria de *superstição*, sob a qual surge frequentemente descrita nas etnografias portuguesas publicadas na Revista Lusitana.

«A medicina do Povo é retalhada em muitas secções, como é sabido, desde o Divino ao Profano, desde os Santos Curandeiros ou Milagrosos às santas mulheres de virtude e bruxas sabedoras. Em tudo êle colhe conselho ou ensinamento: - na astronomia, na meteorologia, na liturgia, no maravilhoso, eu sei lá! E a sua ciência tem raízes às vezes tão longínquas e escondidas, que é impossível, nalguns casos, enxergá-las; aprende-a inconscientemente: - ouve, vê e recolhe; vai-a sabendo desde menino o bom Povo, [...] o seu intelecto enche-se assim aos poucos, naturalmente, com o cavalgar de anos sobre anos. E de avós a netos vai passando a ciência rudimentar que aprenderam, gerações a gerações, séculos a séculos.» (Pina 1925-27, 147-148)

Registando-se a ironia latente, as considerações de Pina permitem concordar com a definição de medicina popular apresentada por Nunes (2011) como «um conjunto de conhecimentos acumulados na memória histórica do grupo social e cuja transmissão é feita principalmente por via oral sendo os terapeutas locais os repositórios do saber mais especializado». Esse conhecimento tradicional encontrava-se, agora, bastante distanciado do conhecimento científico, embora lhe fosse reconhecido um percurso comum:

«Um dos capítulos mais curiosos da Etnografia, é o que diz respeito à “Medicina Popular”. Torna-se difícil separar a terapêutica propriamente farmacológica de outras práticas pretendidamente curativas. [...] São inúmeros os medicamentos populares empregados entre nós. [...] Não devemos atacar sistematicamente as práticas medicamentosas da nossa gente; pois que, se há muitos remédios absurdos, há outros que não são mais do que vestígios da terapêutica seguida pelos nossos antigos praxistas, desde Pedro Hispano a Brás Luís de Abreu. [...] Mas deixemos o nosso povo continuar a dirigir consultas às bruxas e aos ferradores, a usar mesinhas caseiras e a queimar narizes, para que os apaixonados pelos assuntos etnográficos tenham que fazer...». (Carneiro e Lima 1931, p. 226-231)

A abordagem de Carneiro e Lima à medicina popular, na qual se destaca o reconhecimento da sua validade no quanto se aproxima de práticas que fazem parte da história da medicina oficial, permite contextualizar a definição apresentada por Dominguez (2010, 6), como «um conjunto de crenças e de práticas médicas populares que se enraízam num saber local, constituído pela experiência acumulada e sujeito a contactos culturais com outros sistemas». No caso da região em estudo, considera-se, por exemplo, que «essas pessoas, porque vieram de outros sítios, trazem na bagagem plantas que conheciam, conheceram outras e traziam sementes».⁷⁶ Existe ainda referência a um asiático, «médico na voz do povo», que no início do século XX percorria a serra na carroça, com caixas de ervas e a sua medicina oriental.

Por outro lado, as *maleitas* documentadas na assistência hospitalar da Idade Média, apresentadas por Sousa (2011) são bastante semelhantes àquelas que no século XX (Pina 1925-27, Carneiro e Lima 1931, Ribeiro 1934, Fernandes 1990, Matos 1991, Salvado 1993) e ainda nos nossos dias ditam o recurso à medicina popular (Morais 2005, Dominguez 2010).

Como refere Carvalho (1996, 29) na «aldeia, pode-se ficar doente devido a muitos males, mas nenhum daqueles que fala o médico», como mau-olhado, mal de inveja ou rogo de qualquer praga (v. Dominguez 2010). Talvez por isso, permaneça ainda «difícil perceber até que ponto uma cura citada em medicina caseira é proveniente de princípios activos das plantas ou se é uma questão de fé (placebos)» (Camejo-Rodrigues 2007, 12).

NOTAS

¹ No Lugar do Canto foram detectadas quatro trepanações: «por raspagem num homem com 30-40 anos de idade, e possivelmente por furação e raspagem num homem com 35-45 anos de idade que morreu antes da cicatrização; este indivíduo tem sinais de uma trepanação mais antiga, cicatrizada, no parietal direito. Um terceiro homem com 45-55 anos de idade, apresenta um grande orifício (26mm de diâmetro) no temporal esquerdo, com fissuras radiais; esta lesão foi a causa da morte. Outro adulto de sexo indeterminado tem sinais de corte e remoção de uma porção da caveira; morreu da intervenção». (Leitão *et al.* 1987, 52)

² Operação que consistia em remover um pedaço de crânio (geralmente parietal, mas por vezes do osso frontal, temporal ou occipital) para expor a *dura mater* (Prioreshi 1996, 23).

³ Escarpa de falha que se estende desde Ourém, a Norte, até Rio Maior, a Sul.

⁴ Lâminas e lamelas, retocadas nos gumes ou não, mas intencionalmente segmentadas por flexão, percussão ou através de truncatura (Carvalho 2003, 146).

⁵ Estudo dos restos de madeira carbonizados provenientes seja de sítios arqueológicos ou de solos.

⁶ Merlin (2003), por exemplo, apresenta uma revisão detalhada para as seguintes taxa: *Ephedra L.*, *Perganum harmala L.*, *Papaver somniferum L.*, *Cannabis L.*, *Nymphaea nouchali Burm. f. var. caerulea (Sav.) Verdc.* e *Mandragora officinarum L.*

⁷ Durante a ocupação fenícia, seria conhecida por Moron (palavra derivada de mômom > local elevado), assim designada pelas populações oriundas de Cádiz que aí se fixaram no final do século IX a. C. Os primeiros Romanos chamam-lhe Scallabis, «baseando-se em duas palavras siríacas cujos significados seriam “remover” e “antepassado”», assinalando uma nova era.

V. Câmara Municipal de Santarém. 2009. Urbi Scallabis – Centro de Interpretação. Museu Municipal de Santarém.

⁸ Que defende resultar de uma «adaptação fonética duma expressão que significa “concebida da Lua”» (Santo 2004, 182).

⁹ Encontra-se referência em Adrião (1900, 104): para preservar as crianças de quebranto, não «é também conveniente que a lua veja o trem (enxoval) da criança recém-nascida». Alguns dos ingredientes utilizados nos defumadouros são comuns aos de um ensalmo indicado para o mau-olhado num artigo anónimo da Revista Lusitana de 1903-1905 (p. 288-289).

¹⁰ Leite de Vasconcelos (1988, 124-125) registava que, em Santarém, as crianças eram benzidas com azeite onde se tinha fritado «num tacho de barro, cinco olhos de alecrim, cinco folhas de oliveira e cinco folhas de aroeira». A benzedeira molhava «o dedo polegar no azeite» e fazendo o sinal da cruz, conjurava a Lua a devolver a saúde à criança, invocando depois «Jesus, Maria, José». O ritual era repetido três vezes «sobre os rins, bexiga, joelhos, e barriga das pernas».

¹¹ Nos templos de Asclépio, a cura processava-se através da *incubatio*. Pernoitando no templo, os doentes eram consultados pelo deus durante os seus sonhos que lhes prescrevia o tratamento ou intervinha miraculosamente, administrando medicamentos ou realizando cirurgias. (Dias 2005)

¹² Segundo McKenna (1938, 101), a colocação de louro nas portas da casa era um costume dos antigos romanos que acreditavam que o ramo prevenia qualquer prejuízo na casa e nos membros da sua família.

¹³ O uso excessivo deste procedimento levou a que o legislador acautelasse acusações de conduta imprópria no caso das flebotomias em mulheres, requerendo a presença dos familiares.

¹⁴ Acerca da etimologia referida, ver a página de Internet «Gernot Katzer’s Spice Pages» em <http://gernot-katzers-spice-pages.com/engl/index.html>.

¹⁵ Que incluem cinco espécies de *Lavandula*: *L. pedunculata* (dividindo-se nas subespécies *pedunculata*, *sampaiana* e *lusitana*), *L. luisieri*, *L. viridis*, além da *L. latifolia* e *L. multifida*. (Birgre, s/d.)

¹⁶ Alecrim, alecrim aos molhos/por causa de ti/choram os meus olhos/ai meu amor/quem te disse a ti/que a flor do monte/era o alecrim. (Popular)

¹⁷ Segundo informou Maria Celeste Santos, a propósito dos conhecimentos da sua avó materna de Vale da Trave. Veja-se também Mendes 1998.

¹⁸ Muitas delas relacionadas com cavidades rochosas e águas límpidas (Lopes 1995, 294).

¹⁹ Regressaria a Paris para estudar Teologia e sucederia a Frei Soeiro Gomes como Provincial da Ordem em toda a Península, cargo que ocupou entre 1233 e 1259 e no exercício do qual se julga ter sido representante do Papa no processo de deposição de D. Sancho II e na sua substituição por Afonso III (Lopo 2009, 272).

²⁰ Segundo me transmitiram Elisa e Maria Alice.

²¹ Zona ou Herpes zóster. Outras terapias da medicina popular da região, incluindo rituais de magia simpática, encontram-se descritas em Frazão e Agostinho (2013) e Lopes (1995).

²² A lenda acrescenta que, no seu percurso para estudar Medicina em Paris, Gil terá sido desviado pelo Diabo, com quem fez um pacto, dirigindo-se antes a Toledo onde estudou necromancia durante sete anos.

Nesta versão, a associação aos poderes diabólicos seria o factor que lhe permitiria alcançar o sucesso como médico em Paris, até que umas visões lhe ordenaram que mudasse de vida. No regresso a Portugal, impressionado pelos dominicanos, converteu-se e ao fim de outros sete anos, recuperou o pacto com o Diabo, mediante a intervenção da Virgem Maria (McCleery 2005, 117).

²³ «Dezia que Deos criara o Medico, e a medicina, bom era ouvir o Medico, e aceitar o medicamento; mas confiar sò em Deos, que podia mais que a natureza. Outras vezes [...], punha as maons em tudo o que convinha ao doente sem pejo, nem asco, nem cerimónia [...], inflamado em verdadeyra caridade. Tambem quando convinha acudia como Santo. Porque como a doença não he outra cousa senão descomposição de humores: e estes descompostos trocãõ, e pervertem a boa complexaõ natural dos doentes; daqui vem serem muitos homens na doença penosos, descontentadiços, e mãos de servir. Para este ponto era Frey Gil dotado de huma certa graça natural [...] elle o tornava de colerico, macio, e brando: de malencolizado alegre, de impaciente sofrido, de desmayado, animoso, e cheyo de esforço. O que servindo muito pera a saúde corporal, não aproveitava menos pera a espiritual.» (Sousa e Cacega 1767, 168)

²⁴ A lenda do Santo Milagre de Santarém relata o recurso de uma mulher cristã a uma feiticeira judia, para resolver problemas conjugais, sendo aconselhada a furtar uma hóstia. A caminho de casa, a hóstia escondida começa a escorrer «sangue divino» a ponto de a cristã ser interrogada pelos transeuntes acerca das feridas que «tanto sangue vertiam». Refugiando-se em casa, esconde a beatilha e o «roubo sacrílego» numa arca que, durante a noite, se transforma em «sacrário, [...] atravessada pelos raios esplendidos do sol divino dentro d’ella escondido» (Brandão 1883, 612). Ao amanhecer, seria devolvida, em «procissão solemniissima» à Igreja de Santo Estevão, onde pertencia. Mais tarde, a «beatilha foi dada aos frades de S. Domingos, que n’esse tempo gosavam da fama de santos» (idem, 614).

²⁵ «A sua actividade incluiria o tratamento de feridas, boubas, doenças de mulheres e crianças, fístulas, apostemas, alporcas, chagas com buracos, etc.. A mais antiga de que temos conhecimento, foi, [...] Isabel Martins Barqueira, residente em Montemor-o-Velho, a quem D. Afonso V passou carta, depois de ter sido examinada pelo Cirurgião-mor, a requerimento dos officiais (autoridades) e homens bons da dita vila. [...] Em 1517 foi passada licença para curar muitas doenças com o Sinal da Cruz e com várias ervas a Maria Gomes. Além desta, outras mulheres estavam autorizadas a curar: Mónica de Castro «foi autorizada por Filipe III a manipular drogas que eram essencialmente sudoríficas, pílulas ou bolinhas que applicava com grande eficácia em doenças de mal bubático, encolhimento de nervos, frialdade e chagas incuráveis. Antónia Robala, residente em Lisboa, foi autorizada, por documento datado de 20 de Agosto de 1551, a tratar os males das boubas, corrimentos e chagas. Também a Catarina Rodrigues foi passada autorização, com data de 24 de Julho de 1549, para curar males de boubas, corrimentos, almorreimas e chagas de alporcas. Isabel Gonçalves foi curandeira também no período filipino, tendo praticado no Hospital de Santiago de Compostela, foi-lhe concedida licença para tratar o mal das boubas (sífilis); corrimentos frios e outras moléstias.» (Barroso 2005, 54-55)

²⁶ Encontra-se, por exemplo, nas duas versões de tratamento do quebranto em Alcanede (v. Carrolo 1999, 77).

²⁷ Veja-se também Carrolo 1999, 77.

²⁸ A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 5972 e proc. 9593.

²⁹ A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6297.

³⁰ A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 3738.

³¹ A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6249.

³² A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 9458.

³³ Diligência de habilitação de Caetano Lopes de Araújo, A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1076.

³⁴ A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 7322.

³⁵ A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 7320.

³⁶ A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 7322.

³⁷ Idem, fl. 33 v.

³⁸ Idem, fl. 34.

³⁹ Idem, fl. 16.

⁴⁰ Idem, fl. 42.

⁴¹ Idem, fl. 16.

⁴² Idem, fl. 14 v.

⁴³ Idem, fl. 12 e 12 v.

⁴⁴ Idem, fl. 15.

⁴⁵ Onde num dia de São João, outras quatro raparigas «sobindo a oaltar tirarão os enfeites da Imagem depois de terem na mesma ermida bailhado, e entre galhofas, e brincos e rizadas lavarão a d.ta imagem com vinho [...] e depois tornarão a concertar a mesma Imagem». (Idem, fl. 12 v.)

⁴⁶ Idem, fl. 42.

⁴⁷ Idem, fl. 17 v.

⁴⁸ Idem, fl. 14.

⁴⁹ Idem, fl. 35.

⁵⁰ Idem, fl. 18.

⁵¹ Segundo recorda Maria Celeste, a vidente referiu outro familiar, um rapaz com meningite. Para fazer o tratamento, tiveram de pedir emprestada uma banheira à madrinha, esmaltada, onde faziam os banhos, sempre com ervas frescas. A sua irmã voltou a andar, embora coxearse.

⁵² A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa, proc. 7322, fl. 17 v.

⁵³ Idem, fl. 18.

⁵⁴ A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa, proc. 1477. Condenado ao degredo para o couto de Castro Marim em 1720.

⁵⁵ A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa, proc. 1477, fl. 10.

⁵⁶ Idem, fl. 7.

⁵⁷ A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa, proc. 7579, fl. 9.

⁵⁸ Idem, fl. 10 v.

⁵⁹ A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa, proc. 10436-1, fl. 177 v.

⁶⁰ A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa, proc. 10436-1, fl. 177 v.

⁶¹ Idem, fl. 55.

⁶² Não foi possível identificar a planta referida como «erva de São João», não correspondendo ao hipericão, descrita como tendo «uma cabeça amarela, mas mais pequenina».

⁶³ A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa, proc. 10436-1, fl. 60.

⁶⁴ Idem, fl. 178 v.

⁶⁵ Segundo o Manual Merck para a Família, consultado on-line em <http://www.manualmerck.net/?id=212&cn=1795>.

⁶⁶ «No essencial, acredita-se no Alentejo que a doença advém do facto de uma aranha ter passado sobre a roupa do paciente, enquanto esta se encontrava a secar sobre a relva ou pendurada. O aracnídeo libertaria sobre as vestes uma “baba” ou “peçonha” que, subsequentemente, entrando em contacto com a pele do paciente determinaria a eclosão da doença. Não encontramos, aqui na região transtagana, a crença de que o “agente etiológico” indirecto pudesse ser uma cobra ou outro qualquer réptil, como acontece no centro e norte do país.» (Morais 2005, 58)

⁶⁷ «És cobrão

Se fores cobra

Eu te corto a cabeça e o coração

Se fores cobrão

Que o és

Eu te corto da cabeça aos pés». (Frazão e Agostinho 2013, 135-136)

«Ó rio do gesso passei

Cobras lagartos sapos bichos tudo matei

Ó rio do gesso hei-de passar

Cobras lagartos sapos bichos hei-de matar

[...]

Em louvor de S. Bento corto-te a cabeça

Em louvor de S. Bento corto-te o meio

Em louvor de S. Bernardo corto-te o rabo.» (idem, 136)

⁶⁸ «Eu te benzo serpente

Com a mão do omnipotente

Que andes para trás

E não para a frente». (Idem, 136-137)

Nesta fórmula, denota-se a manipulação do omnipotente, termo ambíguo, incorporado em quem a recita, enquanto nas anteriores o acto ritual terapêutico é dedicado a um santo. Existe, igualmente, aqui o recurso ao alho, substância a que se atribui poderes exorcistas (Lopes 1995, 369). O «mal» é expulso de forma encantatória, através da qual se pretende uma reversão, ao contrário das outras versões apresentadas, nas quais o «mal» é extinto por simpatia.

⁶⁹ De acordo com Morais (2005, 58), nos anos 1990 a GlaxoWellcome procedeu a um levantamento das designações populares da Zona, através de um inquérito aos médicos, reunindo num mini-léxico os

seguintes termos: «Alibert, Andaço, Andanço, Arejo, Banda, Beijo de peito, Bexigão/ões, Bicha cadela, Bichão, Bichocas, Bichoco, Bolandas, Bolhas malignas, Bolhosa, Borrvalho picado, Botões, Bredoeja, Brotoeja, Burro, Cavalo louco, Chicote de fogo, Cinta/o, Cinturão, Cinturão de fogo, Cinturão sagrado, Cobra, Cobradura, Cobranto, Cobreiro/a, Cobrelo/a, Cobrilha, Comedeira, Cortada, Coto, Coxo, Coxo de cobra, Crosteira do umbigo, Dedo do diabo, Doença do frio, Doença nova, Empoladuras do diabo, Faixa, Ferrado, Fogaça, Fogacho, Fogagem, Fogo de S. Marçalo, Fogo de Sto. André, Fogo de Sto. Antão, Fogo louco, Fogo sagrado, Fogo-lobo, Herpetos, Impingens, Justa, Juster, Lagarta/o, Mal da bolha, Malha, Mofino, Mordedura de bicho, Morrinha, Morte lenta, Murra, Olho d’ouro, Olhos de cobra, Orvalhada, Passadela de bicho, Pasto de bicho, Peçonha, Peçonha de cobra, Profundo, Rabo do diabo, Rabudo, Rasto de Bicho, Sabrosa, Saca-rolhas, Sapo, Sardão, Serpente, Suor das bruxas, Urzipela, Vergão, Zagre, Zás, Zepelão, Zipela, Zipla, Ziplão bravo, Zona má, Zoneira».

⁷⁰ Como Rodrigo de Castro (1546-1628), Fr. Manuel de Azevedo (†1672), Curvo Semedo (†1719), Fonseca Henriques († 1731), Bernardo Pereira († 1748), Brás Luis de Abreu († 1756).

⁷¹ *Gazeta Médica de Lisboa*, 1864, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 85-88 e 141-145.

⁷² *Idem*, p. 442.

⁷³ *Idem*, p. 490-491.

⁷⁴ *Idem*, p. 591.

⁷⁵ As fórmulas apresentadas tinham por base «cozimento de raiz de chicória, grama, fragaria, douradinha, mastruços e coclearia», a que se poderia adicionar «cevada limpa, sementes frias maiores e flores cordiais» noutra preparação, ou ainda «cozimento de folhas de tanchagem, beldroegas, rosas secas e cabeças de dormideiras brancas» (Gusmão 1864, 594-595).

⁷⁶ António Flor, especialista em Botânica e técnico do PNSAC, em entrevista realizada durante o trabalho de campo.

VII

Das ervas

«D. NISE - *Que remédios nos dão vossas mercês?*

D. FUAS - *Eu dissera que o óleo da manjerona era excelente remédio.*

D. GILVAZ - *O verdadeiro para essa queixa são as fumaças do alecrim.*

D. FUAS - *Ui, Senhor Doutor! A manjerona é um excelente remédio.*

D. GILVAZ - *Nada chega ao alecrim, cujas excelentes virtudes são tantas, que para numerá-las não acha número o algarismo; e não faltou quem discretamente lhe chamasse planta bendita.*

D. FUAS - *Se entrarmos a especular virtudes, as da manjerona são mais do que as da erva santa.»*

(António José da Silva. 1737. Guerras do Alecrim e Manjerona)

Como nota Bastos (2001, 322), ao contrário do sugerido pelas teses da modernização e da dependência, as vantagens da medicina moderna não extinguiram as demais práticas de gestão do sofrimento, que se multiplicam e entrecruzam, «respondendo a novas necessidades sociais de um mundo em que cada vez mais são patentes as interações das suas múltiplas camadas e estratos, esse mundo de reconfigurações e fusões resultantes dos processos de globalização». À luz dessa dinâmica de reconfigurações, o que constitui a corrente principal num momento particular, pode ser considerado questionável e/ou alternativa um século mais tarde (Ross 2012), como se constata com o recurso às plantas medicinais.

Este *retorno metonímico à natureza* (Whyte, Van der Geest e Hardon 2002) ressurge, segundo Lopes (2010, 25), «no discurso social (e socializado) como a ancestral segurança, o renovado meio de defesa, face à incerteza que a ciência e os seus riscos introduzem no quotidiano, e sobremaneira no domínio terapêutico». Também Morais (2005, 58) constata na sua prática médica e na sua análise de terapêuticas tradicionais essa «falta de fé: já não se acredita totalmente na medicina popular, mas também ainda não se acredita suficientemente na medicina convencional». É neste contexto que, recentemente, algumas das plantas espontâneas e práticas populares

associadas têm recebido uma renovada atenção como símbolos de identidades locais – ou formas de herança cultural intangível – percebidas como estando sob ameaça ou como novos recursos para o crescimento económico local (Pardo-de-Santayana, Pieroni e Puri 2010).

Para Hsu (2010, 16), a aplicação de plantas na prática médica torna-as parte de um nexo de seres humanos em relações sociais, interagindo com plantas que, por sua vez, estão a interagir com corpos culturalmente sensíveis num ambiente natural culturalmente modificado e em momentos socialmente específicos.

Tendo em conta o percurso histórico da construção do conhecimento popular acerca das propriedades medicinais das plantas abordado no capítulo anterior, torna-se evidente que esses saberes constituem ainda um recurso terapêutico actual. A propósito do conhecimento empírico dos fármacos nos séculos XVII e XVIII, Araújo (1992) refere:

«Do grupo de fármacos presentes no exercício diário da arte de curar, quer esta se reportasse aos formulários mais em voga, quer abrangesse as mezinhas das diferentes curandeiras, avultavam as espécies vegetais, a que se seguiam, por sua importância as drogas de origem animal. Entre estes dois grupos representativos e o outro, mais restrito, referente aos medicamentos de origem mineral, havia um nítido desequilíbrio quantitativo.» (Araújo 1992, 39)

Assim, entre os dados por mim recolhidos em Vale da Trave, encontram-se ainda algumas receitas clássicas da medicina popular a que recorriam no século XX:

«Quando tinham anginas, dores de garganta, a minha mãe costumava guardar a enxuga das galinhas quando as matava. A enxuga são as gorduras. Depois esfregava e embrulhava num papel pardo e dava chá com mel.» (Graciete)

«Quando me constipava, a minha mãe fazia papas de linhaça.» (Elisa)

A utilização da «enxúdia (gordura que envolve as vísceras das galinhas)» é referida por Carneiro e Lima (1934, 231) como sendo usada como emoliente em fricções no Minho, enquanto Ribeiro (1934, 271) recolheu o recurso às «fricções de enxúdia de galinha quente» para desfazer abscessos, furúnculos e adenites na Ilha Terceira e às papas de linhaça, caso o primeiro não resolvesse o problema. Tratavam-se, portanto, de formulações terapêuticas enraizadas na cultura popular portuguesa e a nível local (v. Carrolo 1999).

No que concerne os fármacos de origem mineral, estes não constituiriam um recurso frequente na medicina popular, embora tivesse encontrado uma referência em Cardoso (1747) que dá conta da existência e recolha da *pedra judaica*¹ na serra de Aire:

«Achão-se mais por este destricto humas pedrinhas pequenas como bolotas, a que chamão os naturaes *maminhas da Rainha*, e em latim *Lapis Judaicus*, e experimentão ter especial virtude para quebrar as pedras dos rins; e por esta, e outras virtudes medicinaes, as vem aqui buscar os estrangeiros.» (Cardoso 1747, 707)

Apesar de, aparentemente, não ter sido valorizada a nível nacional como recurso terapêutico, como se infere pela observação de serem buscadas pelos estrangeiros e escassez de referências na literatura, os ensaios clínicos confirmam actualmente o conhecimento tradicional da eficácia e segurança do *Lapis judaicus* no tratamento das pedras no rim (v. Faridi *et al.* 2014).

Os silêncios e escusas acerca das terapêuticas tradicionalmente utilizadas encontram justificação ao serem enquadrados como resultantes do processo de *farmacologização* ocorrido no século XX:

«Então, cingir o universo terapêutico à soberania dos fármacos, e recusar credibilidade a quaisquer outros recursos medicamentosos desprovidos da chancela da cientificidade, incluindo quaisquer crenças ou práticas terapêuticas de cariz popular, tornou-se, em si mesmo, uma incorporação identitária da modernidade. Ciência e modernidade figuram assim como duas condições de eficácia, que o fármaco simboliza, e que remetem para o reduto social da ignorância ou do exotismo popular qualquer persistência no uso de recursos terapêuticos exteriores à racionalidade suportada na técnica e na ciência.» (Lopes 2010, 21)

Portanto, não obstante a permanência e transmissão dos recursos da medicina popular ao longo dos tempos, a sua reabilitação é consensual com a *farmacologização* dessas terapêuticas, tanto através dos processos de validação científica, como de uma tendência que sincretiza as referências à biomedicina e à ciência com noções tradicionais da cultura de saúde e da natureza, dando origem aos *medicamentos neo-tradicionais* ou *neo-fitoterapêuticos* (Hardon *et al.* 2008). Deste modo, à medida que se observa uma aproximação semiótica entre os recursos terapêuticos disponibilizados no mercado, estabelece-se uma analogia que permite legitimar os saberes tradicionais relativos às propriedades medicinais das plantas.

O contraste entre a fluência com que as interlocutoras abordavam o tema dos chás e das suas propriedades e os silêncios em redor destas outras crenças e práticas, é significativo da relevância atribuída à ervanária. Como salientou António Flor, a «tradição de medicina popular» na zona do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros é «resultado do comércio das pessoas daqui, com as plantas daqui». ² Melhor dizendo, podem ser expressão da reabilitação das práticas fitoterapêuticas da medicina popular, num processo dinâmico de constituição do conhecimento local que colide com o domínio político dos processos de patrimonialização do conhecimento e práticas que se pretendem cristalizadas na memória cultural (Frazão-Moreira, Carvalho e Martins 2009, 35).

Conforme nota Araújo (1992, 39), nos séculos XVII e XVIII, «os cultores populares da arte de curar [...] valer-se-iam em primeiro lugar do numeroso grupo de receitas tradicionais obtidas a partir de fármacos animais e vegetais, unguentos, pós, águas, xaropes, cozimentos, de uso corrente e generalizado». Acrescenta ainda a autora:

«[U]m número bastante vasto de exemplares botânicos enriquecia a farmacopeia tradicional das «santas mulheres», que guardavam ciosamente o conhecimento empírico dessas drogas e das suas propriedades, transmitido de geração em geração, de mães a filhas, ou em grande segredo a amigas íntimas. A este saber empírico e às diferentes fórmulas a que dava origem, acrescentava-se ainda todo o arsenal de botica, pelo menos as receitas mais correntes, que estas mulheres não desdenhavam indicar às suas consulentes, sempre que entendiam necessário. Deste modo, será de concluir que um elevado número de drogas vegetais podiam ser manipuladas ou recomendadas pelas curandeiras, sob diversas formas que abrangiam um espectro bastante divergente.» (Araújo 1992, 47)

Assim, de um modo geral, as fórmulas terapêuticas para as *maleitas* mais frequentes faziam parte do conhecimento comum das populações rurais, principalmente as que envolviam o recurso à flora espontânea. Todas as interlocutoras com que falei recordam tratamentos aplicados pelas suas mães ou avós:

«A minha avó Maria Emília (de Vale da Trave) fazia cozimentos; tinha sempre uma laranjinha pequena seca. Tinha uma teiga, uma espécie de cesto para a costura, onde guardava as laranjas pequenas nessa teiga. A teiga era feita com uns fenos que se enrolavam com fios e faziam as teigas. Fazia um cozimento com uma laranja, passas de figos, ameixa ou abrunho seco. O que caía para o

chão de maduro era sempre aproveitado: punham em cima numa serapilheira, ou cortiça ou madeira ou numa joeira, a secar ao sol. [...]. A minha avó fazia um chá com laranja, borragem, carqueja, salva, folha da laranjeira, figo. Tinha sempre um saco na dispensa com chás milagrosos. Era a mãe da minha mãe. O meu avô muitas vezes aparecia mal disposto por causa dum copinho a mais na taberna e ia lá pedir um chá ou uma xaropada. Isto antes de a minha mãe começar a colher. Era assim, as pessoas tratavam-se com estes chás e xaropes.» (Maria Celeste)

Esses conhecimentos eram transmitidos de geração em geração, no seio da família. Entre os meus registos das entrevistas realizadas, constatei, por exemplo, que o saber desta senhora Maria Emília era continuado pelo seu filho e pela sua neta que, relativamente às mezinhas, me disse fazer como a avó lhe ensinara.

«É sempre como ensinavam a usar. O meu pai, com 84 anos, leva o seu saquinho de pano para apanhar ervas e faz as suas misturas. Tudo com cozimentos. Salva, erva-cidreira, figos secos, hortelã-pimenta, para a tosse e gripe.» (Maria Alice)

Em conjunto com os levantamentos etnobotânicos realizados naquela região entre 1994 e 1996,³ estes registos permitem-me evidenciar duas questões que se colocam quando se procura analisar as práticas tradicionais da medicina popular na elaboração dos preparados terapêuticos.

A primeira questão relaciona-se com a constatação de que as populações usam «indiscriminadamente o termo chá quando se queriam referir quer fosse a uma decocção, maceração ou infusão» (Caldas 1998, 53), o que não quer dizer que as práticas sejam indiscriminadas. De acordo com os ensinamentos do Curso Prático de “Produção, Recolha, Secagem, Destilação e Comercialização de Plantas Aromáticas e Óleos Essenciais em Agricultura Biológica” promovido pela AGROBIO em 2012 e cuja frequência fez parte do meu trabalho de campo, as plantas aromáticas e medicinais podem ser utilizadas sob a forma de *tisanas*, teoricamente ali definidas como «cozimento de plantas medicinais, [que] corresponde ao chá de ervas medicinais».⁴

No entanto, segundo o mesmo material de apoio ao curso, existem três métodos genéricos de preparar as tisanas: infusão, decocção ou maceração. No seu estudo de etnobotânica no distrito de Santarém e que incluiu o lugar de Vale da Trave, Caldas (1998, 53-54) também apresenta a distinção entre estes três modos de preparação baseando-se em Leibold (1993).

Assim, numa *infusão*, a água é vertida a ferver sobre a substância e «deixa-se em infusão 5 a 10 minutos, num recipiente tapado, mexendo-se várias vezes; coa-se e bebe-se o mais quente possível, aos goles» (Caldas 1998, 54). Será esta a «técnica ideal para utilizar partes delicadas de uma planta tais como folhas, flores e caules tenros» (AGROBIO).

Na *decocção* a «substância é misturada com água fria; ao fim de 15 a 20 minutos aquece-se até levantar fervura, deixa-se ferver durante nunca mais de 5 minutos, coa-se, bebe-se quente» (Caldas 1998, 53), sendo esta técnica a mais aconselhada «para partes duras das plantas tais como raízes, cascas, sementes e rizomas, as quais pela sua dureza necessitam de se manter em ebulição para a extracção dos seus princípios activos» (AGROBIO). Porém, apresenta igualmente o «inconveniente de algumas vitaminas serem destruídas pelo calor» (idem).

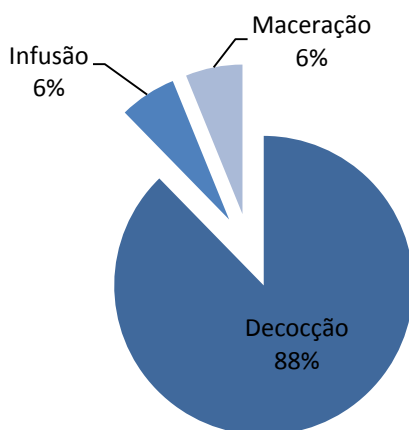
Por seu lado, uma *maceração* implica colocar «a substância num recipiente tapado, com água fria e deixa-se ficar durante várias horas (geralmente 6 a 12); mexe-se de hora a hora», coar «sem espremer os resíduos que ficam no passador», podendo ser consumida morna ou fria (Caldas 1998, 54). De acordo com o material de apoio ao curso da AGROBIO, neste tipo de preparação em água, o período de maceração recomendado é de 12 horas para folhas, flores e caules de plantas moles e de 24 horas para sementes, raízes e cascas, nunca devendo exceder as 24 horas para evitar fermentações.

Esta técnica «permite aproveitar os princípios activos que se degradam com o calor ou extrair de plantas muito ricas em taninos que não passam facilmente para a água» e pode ser utilizada também com álcool ou com azeite – este último utilizado na produção de óleos (ou *unguentos*) para aplicação tópica –, requerendo «repouso durante alguns dias ou semanas e só depois estará em condições óptimas para ser utilizado» (AGROBIO). As *tinturas*, por exemplo, são preparadas com uma «parte da substância para cinco partes de álcool (a 70%), numa garrafa de vidro grosso; macerar algumas semanas (mínimo dez dias) à temperatura ambiente», agitando-se diariamente e coando-se «para uma garrafa de vidro escuro» (Caldas 1998, 54). A maceração em azeite, geralmente deixando os extractos vegetais imersos durante um mês e sujeitos à exposição solar, é utilizada para aplicações tópicas, podendo servir de base a cremes, pomadas e unguentos.

De acordo com os levantamentos etnobotânicos (Mendes *et al.* 1999, 29), o «modo de emprego mais comum é a decocção ou cozimento de toda ou porções da parte

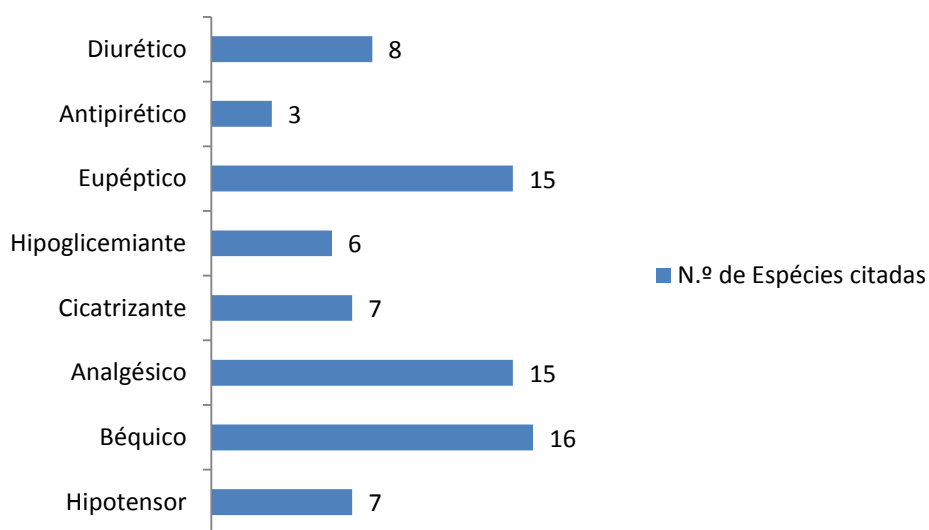
aérea das plantas [...] uma vez que os fragmentos das plantas são logo postas dentro de água fria num recipiente que vai ao lume até ferver». ⁵ A análise do relatório elaborado por Mendes (1998) na sequência dos inquéritos etnobotânicos realizados no distrito de Santarém, incluindo a localidade de Vale da Trave [Gráfico 9], permite evidenciar isso mesmo.

Gráfico 9- Modos de preparação de plantas medicinais. (Baseado em Mendes 1998)



Quanto aos efeitos farmacológicos atribuídos pelas populações às espécies (Mendes *et al.* 1999, 164), sobressaem o número de plantas com propriedades béquicas, ⁶ analgésicas ⁷ e eupépticas ⁸ que também poderá ser indicativo das afecções mais frequentes.

Gráfico 10 - Espécies citadas por efeito farmacológico atribuído. (Baseado em Mendes *et al.* 1999)



Estes dados de carácter local e tradicional, recolhidos pelos estudos etnobotânicos, quando cruzados com os dados obtidos através de questionário aplicado

a consumidores de produtos naturais permitem ainda retirar outras ilações. Assim, um estudo recente (2006-2009),⁹ revelou que os produtos terapêuticos naturais têm sido utilizados por 12,7% da amostra nacional, sendo a forma de preparação terapêutica mais recorrente o chá, predominantemente utilizado para resolver problemas gastro-intestinais, urológicos ou de excesso de peso (Lopes 2010, 37-38). Estas conclusões são consistentes com a observação que efectuei na loja Antiga Ervanária, em Lisboa e que registei numa das entrevistas realizadas à sua gerente:

«As mais procuradas são a cidreira, a tília, lúcia-lima, o chá verde (para o colesterol, mas também por ser antioxidante, diabético e para emagrecimento por ser diurético). E o pau d’arco. Depois, em termos de composições, têm muita procura para o fígado, colesterol, reumatismo, prisão de ventre (o sene). Vendem-se mais os chás, mas há quem não aprecie e prefira em comprimido ou cápsula. Também têm muita procura os produtos para os rins, bexiga e vias urinárias; o chá de emagrecimento, regulador de tensão e para problemas cardíacos.» (Isaurinda Paixão)

No entanto, de acordo com o mesmo estudo (Lopes 2010, 42), os *tratamentos caseiros*, entre os quais se evidenciam os chás, constituem um recurso utilizado por 23% dos inquiridos a nível nacional, principalmente para problemas do foro da otorrinolaringologia [33,7%] e na gripe/constipação [33,4%].

Denotam-se, então, diferentes lógicas de consumo e diferentes culturas de saúde que aproximam os saberes etnofarmacológicos e etnobotânicos da medicina popular dos tratamentos caseiros, mas que ainda não se consubstanciam na dinâmica do mercado de produtos naturais. Porém, o *chá* apresenta-se como um denominador comum, remetendo para uma segunda questão de análise que se prende com a importância que lhe é atribuída como recurso terapêutico e do seu uso polissémico.

Em primeira instância, o termo *chá* foi um neologismo introduzido para designar a planta oriental *Camellia sinensis*, conhecida na China como *tscha* e cujo nome científico inicial era *Thea sinensis* L. (Pardo de Santayana, Blanco e Morales 2005). Apesar de os portugueses terem tomado conhecimento da bebida produzida pela sua infusão em Malaca no século XVI,¹⁰ foi trazida para a Europa pelos holandeses no princípio do século XVII (idem). Não seria consumida como bebida terapêutica mas de sociabilização e não terá captado o gosto dos portugueses pela associação do seu sabor amargo a uma mezinha.¹¹ Contudo, a sua reexportação constituía um negócio lucrativo explorado nas ligações de Portugal a Macau e à Índia e somente a partir do século XIX,

com a introdução de plantações no Brasil, nos Açores e em Moçambique, se terá vulgarizado o seu consumo a nível nacional.¹²

Torna-se, por isso, interessante atentar nas discussões relativas ao chá patentes em artigos publicados na revista «O Panorama: semanario de litteratura e instrucção», da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis em 1838 e 1868. Como refere Cunha,¹³ a falta de locais públicos de sociabilização – para consumo de uma bebida com sabor a mezinha – tinha mantido Portugal à margem da revolução no consumo europeu de chá. Nesse sentido, o hábito de beber chá em alguns países era compreendido, em 1838, como tendo por justificação uma medida de higiene:

«Já dissemos que na China, como na Europa, é o uso da infusão do chá quasi geral; porém os chins, e na Europa os hollandeses, teem uma rasão fortissima para este uso; isto é, a necessidade de purificar as aguas turvas, insalubres, e fetidas, de que estes povos são obrigados a servir-se, porque o chá precipita as materias estranhas, que as aguas conteem, além da vantagem de remediar, pelo seu cheiro aromatico, a insipidez desagradavel, que lhes dá a fervura.» (*O Panorama* 1838, 193-194)

Pretendendo familiarizar os leitores com a planta, após várias descrições dos seus processos de fabrico, refere-se que o «arbusto, que produz o chá é sempre virente, e tem suas pareenças com a murta», semeando-se «quasi como nós usamos com o feijão para as latadas das hortas» (*O Panorama* 1838, 114). Uma das preocupações que se evidencia nestas duas edições relaciona-se com o problema da falsificação do chá, não só nos intermediários, como na origem chinesa:

«[Em] Londres se falsifica muito o chá, [...] substituindo-o por folhas d’abrunheiro bravo, de freixo, ou desabugueiro córadas, para imitar o chá preto, por meio d’uma tintura de pau de campeche: e, para imitar o chá verde, com uma preparação em que entram saes de cobre» (*O Panorama* 1838, 194)

«É bem sabido que os chinezes não capricham de ser cabalmente leaes [...]. Misturam qualidades inferiores com as de melhor escolha; introduzem no chá as folhas de diversas arvores; empregam substancias mineraes para augmentarem o pezo, ou para simularem as qualidades mais subidas. Para simularem o you-hyson, cortam em bocadinhos mui finos as folhas do chá inferior, e os peneiram com maior cuidado. Graças ao azul da Prussia, ao gesso, ao chromato de chumbo, ao indigo, etc., transformam o chá preto em chá verde, Com a herva-ruiva, e saes de cobre, empregados em pequena quantidade, dão uma bella côr

ao chá verde. Oficinas há onde está levada á maior perfeição a arte de simular as melhores qualidades de chá, e dar boa apparencia aos chás avariados.» (*O Panorama* 1868, 35)

Consequentemente começam a surgir, em 1838, sugestões de substituição do *chá* por plantas indígenas. Nos seguintes excertos denota-se ainda uma separação entre a infusão do chá enquanto bebida social e as «infusões de botica» enquanto bebida medicinal.

«Entre nós cresce abundantemente pelas azinhagas o abrunheiro sylvestre (*prunus spinosa*); mas ninguem terá a tentação de o aproveitar para substituir o chá, nem por especulação mercantil: estamos persuadidos que desejariam os nossos commerciantes achar prompto consumo ao que importam da Asia [...]. Quando porém se houvesse de recorrer a plantas indígenas para supprir o chá, não faltam especies em o nosso paiz, das quaes se possam fazer infusões salutiferas. Mas temos para nós que substituindo uma bebida por outra, difficilmente de accommodarão os paladares á innovação [...]. Temos provado o chá de salva, e outro ainda melhor, de que muitos se não lembram, o chá de herva-prata; mas sempre nos tem parecido infusões de botica. Util, como remedio, é o chá d’avenca, apesar de dizerem alguns que é nullo em resultados, porque a planta, pobre de saes, não pode fornecer extractos: que ella dá um infusão temos nós visto, e que muitos facultativos a receitam; quanto porém ao paladar decidam os que teem usado deste chá se elle é preferivel ao chá da India, que é a nossa questão.» (*O Panorama* 1838, 194)

Tratava-se, portanto, de uma discussão tanto de *gosto*, enquanto disposição adquirida para estabelecer ou marcar diferenças através de uma operação de distinção, como de *habitus*, pela antecipação prática do sentido e o valor social de *beber chá*, considerando a sua distribuição no espaço social (Bourdieu 2006 [1979], 434). Assim, quase em meados do século XIX, *beber uma infusão de uma planta*, tinha um valor social marcadamente associado às práticas terapêuticas que influía na apreciação do próprio paladar e confrontava com práticas de socialização importadas de outras nações.

Num espaço de três décadas, a publicação da Medicina Administrativa e Legislativa de Macedo Pinto [1862 e 1863] com particular ênfase na *higiene*, serviria de base a um novo artigo no semanário *O Panorama*, assinado por José Silvestre Ribeiro, retomando a questão do *chá*:

«Em um paiz tão rico de plantas aromaticas, como Portugal é, facil fora preparar uma bebida agradável, que substituisse o chá em seus usos domesticos e de sociabilidade [...] Quaes vantagens teria esta reforma higienica? A de poupar sommar enormes, que o paiz gasta improductivamente todos os annos; e a de nos livrar de um genero quasi todo falsificado, que lentamente vae minando a saude de quasi todo o povo, por estar hoje tão generalizado o uso de uma tal bebida.» (*O Panorama* 1868, 5; cf. Pinto 1862, 620)

Pode-se, então, inferir que entre 1838 e 1868 se terá propagado o hábito social de *beber chá*, tanto mais que nesse «Breve enunciado acerca de duas bebidas excitantes não fermentadas – o café e o chá», já não são feitas alusões a infusões medicinais. A tônica acentuava-se no problema da falsificação do produto e no excesso do seu consumo se apresentar como prejudicial à saúde, considerando-se que «a moderação no uso de tal bebida é um bom conselho higienico (*O Panorama* 1868, 35).

Neste sentido, coloco como hipótese plausível que terá sido neste período entre 1838 e 1868 que se generalizou a adopção do termo *chá* para designar as bebidas preparadas com água aquecida e extractos de plantas, diluindo-se tanto a distinção entre infusões e decocções, como entre bebida terapêutica e bebida social. Neste intercâmbio, as infusões de plantas que eram apenas utilizadas para fins medicinais passaram a ser admitidas como consumos de sociabilidade – como *chás* – começando a aplicar-se o mesmo termo às infusões e decocções medicinais. Atente-se, por exemplo, nos diferentes discursos a respeito da possibilidade de substituir o chá:

«Assim vemos que os chins apreciam tanto o chá da salva, que nos enjoa; de fôrma que os especuladores lha vendem carissima, e em retorno do chá que trazem para a Europa. Se os china usam da salva como medicamento, não o sabemos bem; mas se é como regalo será para desenfastio do chá do seu paiz, que é a sua bebida habitual». (*O Panorama* 1838, 194)

«É o sr. Macedo Pinto de opinião que o chá da India poderia ser substituido entre nós por infusões de substancias indigenas, taes como a flor da tilia e de lorangeira, herva cidreira, salva, casca de limão, etc.» (*O Panorama* 1868, 5)

Serão ainda de notar algumas das sugestões apresentadas relativamente à utilização de plantas autóctones, publicadas naquele semanário em 1838:

«Por isso para quem quizer fazer ensaios, que não deixarão talvez de ser economicos, lhes inculcaremos uma planta indigena, que se acha pelos outeiros e sebes de quasi todo o reino; e vem a ser, o pilriteiro, ou espinheiro alvar de

casca verde (*crataegus oxuacantha* LINN.) [...] Affirmam que estas folhas assim preparadas¹⁴ suprem muito bem o chá da India, fazendo se pela mesma maneira a infusão, que dizem ser agradável ao beber, e salutifera. Facil é a experiencia, e verificada que seja poderá utilizar principalmente aos habitantes do campo, nas provincias, que se hã-de empregar nos tapumes, e cercados, outros arbustos». (*O Panorama* 1838,194)

Apesar de nenhuma das minhas interlocutoras ter mencionado o uso ou colheita relacionada com o pilriteiro [*Crataegus monogyna* Jacq.], os estudos etnobotânicos daquela região referem a decocção de flores, secas à sombra, juntamente com salva brava [*Phlomis lychnitis* L.] utilizada como anti-litíase, a decocção das folhas e flor tomada como eupéptico e a decocção das folhas e flores, com salva brava, erva-das-sete-sangrias e malvas como diurético de uso veterinário (Mendes 1998, 48). Deste modo, a sugestão do autor do artigo acerca da possibilidade de substituir o chá pela infusão de folhas do pilriteiro, não constituiria novidade para a população rural que dela se socorria para efeitos medicinais e veterinários. De resto, a acção farmacológica dos seus constituintes fenólicos e componentes flavonóides, já se encontra documentada em estudos em humanos e animais (Verma *et al.* 2007; Wang, Xiong e Feng 2013) em várias farmacopeias.

Ainda no mesmo semanário publicava-se, em Janeiro de 1838, a sugestão de como se preparar «com as flores de laranja um chá muito mais aromatico, e tão saudavel como o da India» (*O Panorama* 1838, 22), considerada como «uma infusão deliciosa muito preferivel, quanto ao sabor e efeitos» (idem, 23). Os estudos etnobotânicos realizados na região de Vale da Trave reportam o recurso tradicional à decocção das flores da laranjeira-azeda [*Citrus aurantium* L.] como hipoglicemiante¹⁵ e à decocção das flores da laranjeira doce [*Citrus sinensis* (L.) Osbeck] como antiácido, antigripal, calmante, hipotensor¹⁶ (Mendes 1998, 51). Porém, as colectoras que entrevistei em Vale da Trave não referiram a utilização de flores de laranjeira, mas antes o cozimento da laranja e das folhas de laranjeira (Maria Celeste) como ingredientes em preparações antitússicas ou eupépticas e o aproveitamento das cascas de laranja, vendidas «para medicamentos» (Maria Hortência).

É, no entanto, possível comparar a descrição do modo de preparação das flores de laranjeira publicada naquele semanário em 1838 com a forma tradicional utilizada pelo angariador local para reunir flores e folhas de laranjeira para a sua comercialização para chá. Assim, no século XIX recomendava-se o seguinte:

«Em estando abertas as flores de laranja escolhe-se uma noite serena em tempo sêcco e quente, colhem-se as flores e estendem-se sobre uma mesa, mas não em monte, por que o calor as faz fermentar mui rapidamente [...]. Colhe-se pois a flor inteira, estende-se em camadinhas sobre as mesas, e em quanto umas fazem a colheita, outras pessoas fazem a separação do que se deve aproveitar ou rejeitar: Consiste esta separação em arrancar todas as pétalas de cada flor, cujos estames com as suas antheras, pistilos, stigmas, ovários, e finalmente os fundos dos calices, junctos com algumas flores inteiras podem dar ainda, mediante a distillação de tudo, principios muito balsamicos. Espalham-se sobre uma caniçada as pétalas mondadas, e conservadas á parte, e expoem-se ao calor d’um forno depois de cosido o pão ou seccam-se ao ar quando é quente, á sombra, n’um celleiro, cujoa telhado conserva e transmite muito calorico. Continua-se a dessecação até que as pétalas encaracoladas, e amarellas, fiquem leves a ponto de pesar só meia onça a porção que d’antes pesava uma libra. Encerra-se n’um vaso bem tapado, n’um sitio secco, este chá, que tem a propriedade de attrair com muita facilidade a humidade do ar». (*O Panorama* 1838, 22-23)

O processo descrito enuncia uma produção de carácter semi-industrial com divisão do trabalho: enquanto uma equipa faz a colheita, outra processa o material recolhido, separando as pétalas para dessecação e os restantes componentes da flor para posterior destilação. Na secagem das pétalas subentende-se um carácter artesanal através das referências a espaços que integravam as unidades domésticas rurais, como o forno de cozer o pão e o celeiro.

Entre as pessoas que entrevistei em Vale da Trave, apenas Alfredo Silvério se dedicava à colheita da flor e folha de laranjeira para comercialização, explicando-me o procedimento da seguinte forma:

«Estende-se um pano por debaixo da laranjeira e apanho... uns 100 kg. Ao fim de 3 dias, tiram-se. Dantes varriam, punham na água, a terra vai para baixo e a flor para cima. Agora arreiam-nas, secam, bate-se com um pau e caem.»
(Alfredo Silvério)

Comparando as duas descrições, sobressai uma diferença que será fundamental para compreender a diferença entre a produção agronómica para o mercado de plantas aromáticas e medicinais e a forma como as populações rurais, no caso Vale da Trave, encaram esta actividade. Nas recomendações da publicação de 1838, pressupõe-se a colheita intencional de todas as flores da laranjeira para serem processadas para chá, o

que inviabiliza a posterior produção do fruto. Porém, o modo de vida e a economia das comunidades rurais assenta na tradicional rentabilização e aproveitamento dos recursos, pelo que inviabilizar a produção de laranja para obter uma produção de chá não se enquadra nos seus conceitos. Daí que a actividade seja centrada no aproveitamento da flora espontânea ou transformando os subprodutos numa fonte adicional de rendimento.

Habitadas ao recurso terapêutico às plantas do seu meio envolvente tradicionalmente validadas pela medicina popular, as populações das serras de Aire e Candeeiros terão começado desde há séculos a rentabilizar o seu conhecimento etnobotânico, por intermédio de angariadores ou intermediários ao serviço das boticas.

No decurso dos séculos XVII e XVIII verificou-se uma expansão das boticas conventuais – nomeadamente nos conventos agostinhos, dominicanos, jesuítas, carmelitas, beneditinos e oratorianos – que além de servirem a sua própria comunidade religiosa, forneciam as populações locais, constituindo importante fonte de receitas para as respectivas ordens. A Comarca de Santarém tinha por altura da extinção das ordens religiosas, em 1834, 21 conventos (Vasconcelos 1980, 406). E se, desde o século XV, muitos desses conventos pudessem ter «zonas onde cultivassem e existissem espécies vegetais com interesse medicinal, para suprir as necessidades das religiosas, além de fornecer aos hospitais, pobres e peregrinos» (Terenó, Pereira e Monteiro 2011) é possível que perante um aumento da procura, tivessem de procurar abastecer-se extramuros. Outros, como o de Santa Clara, teriam avenças com um boticário habitual (Beirante 1981; v. Oliveira 2011).

Uma das boticas mais importantes seria a do Hospital de Jesus Cristo no qual D. João II ordenou a anexação de treze hospitais¹⁷, em 1485, com a bula *In Junctum nobis desuper* do papa Inocêncio VIII (Custódio 2000, 38). Criado por João Afonso – personalidade que tinha assento no Conselho régio de D. João I (Rodrigues 2000, 69) – «no próprio palácio onde habitava» (Brandão 1883, 322), terá sido escolhido atendendo, segundo Custódio (2000, 37), à «magnânima dotação patrimonial e financeira do doador, o estatuto avançado da organização hospitalar e ainda a posição central que as casas ocupavam na cidade alta». No seu testamento de 6 de Dezembro de 1426, além de providenciar que os doentes fossem tratados por um físico e um cirurgião «que fossem cristãos» (Fonseca 2012, 53), João Afonso determinava:

«que o Provedor lhes dê de carneiro, galinhas e capões e outras aves [...] e asuquar, e amendoas, e todallas outras couzas, que lhe mester fazem em suas doores e neessidades, bem asy as que lhe forem pera meazinhas e olios e

hingentos, enxaropes e laytoaryos, e todallas outras couzas declaradas, e por declarar e que lhe forem necessarias pera os mantimentos e enfermidades e meezinhas e cura deles». (Fonseca 2012, 81)

O seu primeiro regimento foi concedido por D. Manuel I, em 1518 e em 1531, D. João III passaria a administração dos hospitais do Provedor da Santa Casa da Misericórdia para os cônegos seculares de S. João Evangelista (Rodrigues 2000, 75). Em 1567 voltaria a ser gerido pela Santa Casa e durante o reinado filipino a gestão seria novamente entregue aos frades lóios [1597] e devolvida à Santa Casa da Misericórdia [1608].

Apesar de não se tornar num «instituição acabada e totalmente moderna, como foram o Hospital de Todos os Santos em Lisboa», o Hospital de Jesus Cristo baseava-se «em modelos europeus, chegando a exercer alguma influência nas experiências hospitalares portuguesas quatrocentistas» (Custódio 2000, 35). Até 1834, conservou-se «na casa em que foi instituído, ao Canto da Cruz», altura em que se mudou para o «extincto convento de Nossa Senhora de Jesus dos religiosos da terceira ordem de S. Francisco, situado no largo, que no principio da monarchia se denominou da Magdalena, mais tarde das Donas, e hoje do Sítio» (Brandão 1883, 324). Em 1835, já no Convento de S. Francisco do Sítio, instalações que ocupou até 1985, passa a ser o Hospital Nacional Real de Jesus Cristo da Villa de Santarém (Fonseca 2012, 67).

Quanto à sua botica, terá sido renovada em 1617, chegando a situar-se «fora do edifício do Hospital da Rua do Milagre, em casas que foram aforadas em 1810» (Fonseca 2012, 85). Novamente incorporada nas instalações do hospital há notícias de que em 1811 «ainda vendia produtos farmacêuticos para fora» (idem).

Será ainda digno de nota o prestígio social e político inerente à botica do Hospital de Jesus Cristo percebido através de dois casos que envolveram os seus boticários. De acordo com Fonseca (2012, 85), em 1712, o boticário Estevão Vieira Gomes seria expulso na sequência de uma vistoria que concluiu «haver falta de medicamentos, falsificação dos existentes, descuido nas doses recomendadas, vidros cheios de água da fonte e “tudo tão fora do asseo que nas boticas se deve praticar”». ¹⁸ Acusado de «não ter sortido a Botica «dos medicamentos necessários e de alguns que tinha serem incapazes de aplicação e sem eficácia por nocivos», este boticário viria a ser considerado responsável pelo «falecimento de 115 doentes» (idem). ¹⁹ Tratar-se-ia, possivelmente, do mesmo Estevão Vieira Gomes de que encontrei referência à Diligência de Habilitação para familiar do Santo Ofício, ²⁰ no conjunto das Habilitações

Incompletas, pelo que a vistoria determinada pela administração do Hospital poderia reflectir tensões relacionadas com o alcance político da Inquisição.

Um século depois, em 1833, após «a fuga dos responsáveis do Real Hospital e da Santa Misericórdia, com a entrada do exército miguelista em Santarém», o boticário Joaquim António Leite que assumira entretanto a administração, seria linchado, pelo apoio prestado aos realistas (Custódio 2000, 59). De facto, na Gazeta de Lisboa de Fevereiro de 1832, o comandante do Batalhão de Voluntários Realistas da Covilhã e Fundão tornava público esse apoio²¹ que não agradou à população.

À margem destas movimentações políticas, mantinha-se o fornecimento das boticas. De acordo com documentos²² dos arquivos da Santa Casa da Misericórdia de Santarém:

«Em 1518 a botica só tinha as drogas simples, isto é, ameixas, passas, lentilhas, amêndoas, assucar branco e rozado, mel rozado, agua destilada e outras; as compostas eram fornecidas por Boticario de reconhecida probidade com o qual o Provedor ajustava o fornecimento; tendo obrigação de assistir á visita dos enfermos, ou pelo menos mandar o creado isto em 1536». (AHSCMS, Manuscritos do Cónego Duarte Dias, LCD-067, fl.02v)

Como pude perceber da comparação entre o «Treslado do regimento por onde se conta as mezinhas ao boticairo delRey nosso Senhor»²³ e a edição crítica do catálogo dos boticários do século XVI efectuada por Davis e Terrada (2010), os extractos de plantas constituíam a base de muitas das drogas simples e compostas. A produção dos hortos medicinais dos conventos não seria suficiente para o abastecimento das boticas, sendo bastante provável que os boticários e ervanários adquirissem as matérias-primas junto da população rural, situação que mereceria o reparo de autores reputados nos séculos XVII e XVIII, como já referi num capítulo anterior.

Assim, se a abundância e diversidade disponibilizavam às populações serranas o acesso à flora medicinal espontânea para uso próprio no âmbito da chamada medicina popular, também é certo que por esta altura existia um mercado potencial no fornecimento das boticas dos conventos e hospitais de Santarém, por exemplo, ou até em Lisboa.²⁴ Será aqui de recordar que anteriormente ao século XIII existiam já *especieiros*²⁵ que se dedicavam ao comércio ambulante de drogas e especiarias antes dos boticários que surgiram mais tarde (Dias 2005; Liberato 2003).

Nota Araújo (1992, 41) que, no século XVIII, o momento da colheita predeterminava a eficácia das plantas, através de rituais de *predisposição* que abrangiam

«desde a mímica amorosa à expressão plástica do corpo, aos bailes e cantos, à pronúncia de fórmulas». Segundo a mesma autora, a *Pharmacopea Geral para o Reino e Domínios* prescrevia os seguintes cuidados: «As ervas devem ser colhidas no tempo do Estio, quando as suas folhas tem chegado a sua justa grandeza, cor e cheiro, antes de aparecerem as flores, em dia sereno e ao meio dia, quando já dissipado pelo sol o orvalho da manhã» (idem). Para a colheita de flores, recomendava-se: «Colher-se-ão as flores medianamente abertas, em tempo sereno e secco, antes do meio dia, para que o maior calor do sol as não despoje de sua fragância e virtudes [...]. Seccão-se como as ervas e como ellas se conservão e removão todos os annos» (idem). Tratava-se, portanto, de um saber acessível às populações rurais que as conseguiam reconhecer no meio e às *mestras* da medicina popular, que lhe podiam conceder uma eficácia adicional, recorrendo aos rituais que optimizavam os poderes sobrenaturais.

Quanto à manipulação, a *destilação* era uma das preparações essenciais para a elaboração das formas terapêuticas:

«Partia-se de drogas de origem vegetal, a que se adicionavam fármacos de outras proveniências [...] preparados de antemão por meio das operações correntes (digestão, maceração, trituração, etc.) [...] ou apenas drogas vegetais associadas ou não, como era o caso das águas de azedas e de almeirão e das “Agoas destiladas da flor ou das folhas da árvore tilia”, considerada com propriedades curativas nos accidentes de gota coral e apoplexias». (Araújo 1992, 48)

Era, principalmente, esta operação que suscitava bastantes reclamações no século XVII. Grisley (1656, 141) insurgia-se contra a «lastimosa licença, [de] confiarem hũa parte tão preciosa desta nobilíssima Arte, a quatro saloyas interesseiras, as quaes nem nas ervas, nẽ na Arte de estilar, sabem qual he a sua mão direita». Frei Manuel de Azevedo [1668] queixava-se que os boticários de Lisboa se contentavam em «as comprar às saloias do campo, as quaes se ordinariamente vendem gato por lebre, como não destilarão umas ervas por outras».²⁶ Sousa Dias (2007, 89) refere igualmente as críticas de Manuel Rodrigues Coelho que na sua *Farmacopeia Tubalense* [1735] censura a interferência de «umas mulheres rústicas nesta profissão, quaes são as que actualmente estão provendo a maior parte das Boticas desta Corte, e Conquistas deste Reino». O método de destilação utilizado pelas populações rurais consistiria, segundo Coelho, em «meterem numa sertã de cobre, que nunca foi estanhada, uma pequena quantidade de ervas sem serem contusas, e em cima lhe lançam bastante água da que acham mais

pronta, depois lhe encaixam uma coberta de chumbo sem refrigerante, e com lume de serradura se fazem destilar» (cit. por Dias 2007, 89).

De acordo com Araújo (1992, 48), as «agoas» ou hidrolados eram manipuladas «a partir da flor de laranja, considerada eficaz no caso de acidentes uterinos, bem como das flores de borragem, de escorioneira, de chicória, de almeirão, de cardo-santo, entre muitas outras», também podendo ser obtidas «do âmbar, de raiz de serpentaria, de erva malabar, de funcho, de verbena, de canela, de raiz de tormentila» (Araújo 1992, 48). A disponibilidade da maioria destas plantas na flora espontânea e a simplicidade concedida ao processo de destilação, possibilitavam uma oportunidade de negócio para as populações rurais.

No entanto, conforme já referi anteriormente, as primeiras evidências do comércio de plantas na região das serras de Aire e de Candeeiros remontam a 1810, com a exportação de rosmaninho e alecrim para o Brasil em circuitos de transacções particulares estabelecidos com a emigração. Recorde-se ainda o registo no calão minderico de *Mané-boticaireiro* como código para negociante (Frazão 1939 [1937], 106), sendo plausível, na ausência de outra ligação a boticas ou farmácias (idem, 127), a associação à actividade de angariador, adquirindo a flora espontânea de valor medicinal colhida pelas populações locais para fornecer boticas.

Não será, por isso, de estranhar que nos anos 1940, quando começou a florescer a exportação de plantas para perfumaria e usos medicinais (Rodrigues 1958), a riqueza florística da região das serras de Aire e Candeeiros suscitasse a atenção de comerciantes, capitalizando o saber etnobotânico das suas populações rurais, cujo modo de vida me foi retratado da seguinte forma:

«Os meus avós trabalhavam no campo. O meu avô trabalhava nos fornos da cal e carvão. Cozer a cal era no verão, porque tinham de cortar lenha nos montes e iam cortando mato. O meu avô também teve um rebanho de cabras. [...] A minha mãe trabalhava no campo: a ceifar, mondar. Ganhava-se a vida nas fazendas. Ela nem comia, fazia os 3 quartéis: ao nascer do sol (1.º quartel), depois ia fazer o almoço (2.ª quartel); por vezes quando iam comer um bocado de pão à tarde, as patroas desentendiam-se, iam trabalhar (3.º quartel) sem comer. [...] O meu pai trabalhava nas cantarias das portas e janelas. [...] Todos tinham um bocadinho de fazenda, com milho, trigo, feijão, batata, etc. Só comiam do que semeavam. [...] Havia duas ou três pessoas a dar uns dias no tempo da ceifa, da amota do milho, e as senhoras iam ganhando, a azeitonada.

Apanhava-se um mês, quinze dias, passavam de uns patrões para outros, iam para mais do que um patrão. [...] Tinha uns 8 anos quando comecei a trabalhar; eu e a minha irmã. A minha irmã ia para a sementeira do trigo. Íamos cavar com o meu pai, tínhamos uma enxadinha de pontas, andávamos todo o dia a cavar. [...] A jorna era 22\$00. Era quanto recebia o meu pai para artear o chão para fazer as fazendas.» (Maria Celeste)

Neste contexto económico, o comércio ambulante constituía um meio de potenciar os rendimentos, alternativo ao trabalho de jornaleiro ou complementar a uma agricultura de subsistência.

«A minha mãe, [D. Celeste], vendia tudo: queijos, caracóis, tecidos, camisolas (comprava e vendia numa carroça). [...] Andava sempre de carroça. [...] Não comíamos os ovos, guardávamos para vender para fazer dinheiro, para comprar o açúcar, arroz, massa, ou para os maridos terem para ir à taberna beber um copito. [...] Quando era nova também vendi sardinha. A minha mãe comprava e eu ia com um açafate vendê-las ao Covão dos Porcos. [...] Tinha uns 8 anos, vendia as sardinhas no açafate, em Val do Mar, que só tinha 3 casa e no Covão dos Porcos que só tinha 7 casas.» (Maria Celeste)

«Trabalhei sempre na agricultura, com o meu pai na fazenda. Quando casei, o meu marido teve um negócio. Vendíamos peixe numa carrinha. O meu marido faleceu há 30 anos, fiquei sozinha com dois filhos pequenos. Comecei num negócio de fruta: ia comprar aos produtores, a Alcobaça e vendi durante 16 anos de porta a porta, na carrinha.» (Graciete)

Entre os comerciantes ambulantes que percorriam a zona, encontrava-se um angariador do Arneiro das Milhariças, António Pedreira, que comprava as ervas para vender em Lisboa, à Antiga Ervanária da Anunciada. De acordo com a filha e com a neta²⁷ de Celeste Emília da Conceição Santos, principal empreendedora numa actividade que viria a dar origem à fábrica local, terá sido este intermediário que a iniciou no negócio. Recorda a sua filha Maria Celeste:

«Quando tinha aí uns 15 anos, fomos para Cela Nova (acima de Alcobaça 2 km) apanhar louro. Um verão. Estive lá uma semana a cortar loureiros com o meu sobrinho. Lá era muito ruim: passávamos a vida molhadas, havia maresias grandes todos os dias até ao meio-dia. Também apanhei muita erva. Fazíamos tudo a pé ou a cavalo no burro. Mais tarde já com uma carroça, íamos para muito longe. Fazíamos nas fazendas: para os lados de Rio Maior, íamos à

cavalinha, que havia nos ribeiros e nas covas mais frescas. Choupais com muita erva. Ajuntavam-se moças, com 15 ou 16 anos e saíamos juntas a colher pelo meio dos pinhais. Ninguém nos tratava mal, não roubávamos. Passávamos às hortas e não roubávamos, não mexíamos em nada, só apanhávamos as ervas. Tudo: o pampilho (a calêndula) que é uma erva baixinha muito junta, a camomila, a nevêda (calaminta), a pimenteira (tomilho). O alecrim era na serra e o orégão, mas só em Junho já as ervas têm passado. Em Abril, Maio, começasse com o S. Roberto, em Junho já há poucas, não sendo a cavalinha e a arnica. Chegávamos a ir a Rio Maior à procura do *orvalho-do-sol*, que é uma planta que nunca mais vi, nem sei se ainda há. Sabia as zonas onde havia, só havia em dois sítios. Íamos para a salva na serra dos Candeeiros, entre Vale da Trave e a Mendiga.» (Maria Celeste)

Terá sido através desse intermediário que Celeste Santos estabeleceu contacto com o dono da Antiga Ervanária da Anunciada de Lisboa e com a Bacelar do Porto que exportavam as suas plantas, segundo me informou Clarinda, principalmente alecrim para a América e orégãos para a Inglaterra. Compreendendo a potencialidade do mercado, Celeste Santos, tornou-se ela própria uma angariadora, como recorda a neta: «começou a adquirir ervas a várias pessoas da região que trabalhavam para ela - colhiam, secavam, limpavam o produto, o alecrim» (Clarinda Paixão).²⁸ Outras interlocutoras que entrevistei referem mais intervenientes e até concorrência:

«Vinham de Lisboa, uma senhora do Porto... traziam desenhos e mostravam as plantas que queriam. Não sabíamos ler. Era tudo plantas que havia ali, mas não sabíamos o que era.» (Elisa)

«Começou por ser uma cunhada dela, que tinha conhecimento de contactos, a Ti' Ermelinda. A D. Celeste apanhava muito, todo o dia, ao sol, calor e tudo.» (Maria Alice)

«A outra senhora que comprava ervas, a cunhada da D. Celeste, a Ti' Ermelinda, chegou a desejar trovoada, quando via muitas ervas a secar. Porque vendiam à D. Celeste.» (Maria Hortência)

Aos poucos, o negócio foi-se ampliando, mobilizando grande parte da população local que ali via uma possibilidade de ampliar os seus rendimentos a que não seria alheia a vocação demonstrada por Celeste Santos para o comércio, juntamente com uma capacidade de trabalho reconhecida pelos seus pares, como recorda a sua filha:

«Era o bagaço, as maçãs, para os porcos e animais. Levava a carroça carregada, para cá vinha carregada de ervas. Chegou a encher uma eira de alecrim, sem pagar um tostão. Fomos pagar depois de receber da encomenda. As pessoas davam cama para ficarmos para o outro dia, para acabarmos de fazer os pagamentos. Toda a gente quis vender. Em Valverde era onde se comprava mais e depois tinham de o limpar todo. Vendíamos já para a [Antiga] Ervanária.» (Maria Celeste)

Ao longo do tempo, a actividade de Celeste Santos foi conquistando fornecedores entre os agricultores e jornaleiros da região que passaram a integrar a colheita de «ervas» no seu ciclo de trabalho agrícola, como testemunhou uma das interlocutoras: «Apanhávamos ervas quando tínhamos vagar. Trabalhávamos na agricultura, como jornaleiros. Quando não havia ceifas, sachas, etc., nas horas vagas, no fim das ceifas em Julho. [...] Apanhávamos ervas quando não tínhamos trabalho no campo» (Maria Hortência). Era, portanto, uma actividade sazonal relacionada com a falta de trabalho e de rendimento, evidenciando-se o controlo social sobre os recursos:

«Dantes todos apanhavam ervas, os que eram mais pobres e precisavam. Havia gente mais rica que não apanhava; quando apanhavam ervas chamavam-lhes gananciosos» (Maria Hortência).

«As pessoas eram invejosas. Atiravam pedras e nós fugíamos. Os donos das terras não queriam que andássemos lá, mas depois iam eles vender.» (Maria Alice)

Deste modo se construiu a ideia de que a população de Vale da Trave «sempre foi gente de apanhar ervas, estava aqui quem comprava» (Maria Hortência), tratando-se de uma actividade que mobilizava as famílias para a colheita do alecrim, aguardando a carroça que «ia pela serra buscar as ervas apanhadas». Os procedimentos eram comuns, consoante pude apurar nos testemunhos que recolhi:

«A população toda apanhava, toda a gente apanhava. Ia tudo para a serra. O meu pai e a minha mãe, com os filhos de 6 e 2 anos, saíam de casa às 5 da manhã. [...] O meu pai fazia 10 contos em 3 meses. Duas pessoas das cinco da manhã até à noite na serra. Com um carro de vacas, iam buscar as secas que lá deixavam a secar. Já era para a D. Celeste. Todo o verão, de Junho a Setembro: juntavam na serra, malhavam, contavam as paveias. Cada paveia tinha mais ou menos um quilo, 50 paveias = 50 kg. O meu pai cortava com a enxada, a minha mãe punha nos panos. Se fosse joeirada era um preço, se fosse por joeirar era

outro. Marcavam os eitos. Dividiam o terreno. [...] As pessoas guardavam o gado para não ir para o pé das ervas e sujar. Marcavam as leiras com sacas.»
(Maria Alice)

Denota-se o envolvimento da comunidade e a organização do espaço entre os seus membros, bem como a gestão dos recursos em termos de rendimento. Está, igualmente, presente uma certa divisão sexual do trabalho, embora os todos os elementos da família fossem chamados a colaborar na actividade.

«Ia com a minha mãe, às ervas, alecrim e orégãos, que vendíamos à Ti' Celeste. [...] Íamos de manhã, para não apanhar tanto calor. À tarde, deixavam a secar, pouco mais do que um dia. Depois, malhávamos e escolhíamos. Era muito trabalhoso. Ganhávamos 25 tostões. O alecrim era 5 tostões o quilo. Apanhava-se bem, era bom. O alecrim foi sempre bom. [...] Era apanhado, posto em cima de uma laje a secar, mantido com uma pedra. Fazíamos montes e para não apanhar orvalho tapávamos com panos. Era colocado em sacos de linhagem, para não apanharem mofos nem cheiros, branco. Não podia cair para o chão. Levava 3 dias a secar, em cima de pedras. Se viesse orvalho, ficava preto. Ia para o lixo ou ficava para a cama do gado. Era malhado no local. Malhavam-se em cima do pano, com jeito para cima do pano para não cair a folha. Com o forcadinho punha-se em cima do pano.» (Elisa)

A cadeia operatória era marcada pela exigência de higiene que, simbolizada pelo linho branco e pelo zelo envolvente, distinguia esta tarefa das restantes práticas agrícolas. Da mesma forma a gestão do tempo, assumia-se como um potencial de rendimento, conjugada com as técnicas de secagem.

«Mais os cachopos, com 5 ou 6 anos também iam connosco e apanhavam ervas nos eirados, os filhos juntavam no pano para sacudir. O alecrim da serra era o que dava mais dinheiro. Eu cortava com a foice, depois fazíamos paveias (uns montinhos traçados, uns pés para um lado, outros pés para o outro lado), púnhamos pedras por cima para não voar, malhávamos depois de seco. Podia levar uma semana a secar. Quando chovia íamos *acachá-lo* com lenha e panos. Uma vez apanhei uma pneumonia. [...] A D. Celeste depois ia buscá-lo com uma carroça puxada por uma mula. [...] Ainda me lembra de vender feixes grandes de orégãos a 25 tostões, a 3 escudos. [...] O meu marido ia de manhã, depois eu ia levar-lhe a ceia (o almoço) e ficava até à noite. Era longe, uma hora de caminho, a pé. Depois tínhamos um burro. As ervas que apanhávamos aos feixes trazíamos, as outras ia a D. Celeste na carroça buscar. O alecrim fazíamos

montes, paveias, ficava 2 ou 3 dias a secar, por vezes quase 8 dias. Espalhado secava mais depressa, mas dava mais trabalho. Assim era só meter a forquilha por baixo e metê-lo no pano.» (Maria Hortência)

Existiam, assim, estratégias comunitárias de gestão dos recursos, sendo os *eitos* divididos e marcados, deixando-se as *ervas* a secar sem vigilância o que pressupõe o respeito pelo produto do trabalho de cada família. Tratava-se de uma actividade familiar, plasmada de outras tarefas agrícolas, onde todos os elementos colaboravam: os mais novos aprendiam desde cedo a reconhecer as plantas com valor medicinal (e comercial).

Como nota Reyes-García (2010) o conhecimento etnobotânico adquire-se mais facilmente durante a infância, principalmente os nomes e traços usados no reconhecimento das plantas (Reyes-García *et al.* 2009), tendo vários estudos sobre os mecanismos de transmissão cultural deste tipo de conhecimento revelado que, nas sociedades de subsistência, as crianças dominam grande quantidade de conhecimento empírico acerca do seu ambiente natural antes dos 12 anos de idade. Os estudos qualitativos referentes à aquisição pelas crianças do conhecimento biológico popular apontam como processos de aprendizagem a experiência manual, a brincadeira, as observações directas e a prática repetida ao longo do tempo (*idem*), como também o confirmam as informações que recolhi em Vale da Trave.

«Aos 6/7 anos ia levar as ovelhas às terras e já apanhava ervas pelo caminho. Apanhei ervas com as minhas duas avós. Dizia à avó de Clarinda (D. Celeste) que mal andava e já apanhava ervas; o que havia pelo caminho era o que apanhava. Ia com a D. Celeste; onde houvesse ervas era onde as apanhavam, em todas as terras.» (Graciete)

«Aprendi a apanhar ervas com 10 anos. Andava com a minha prima, da ervanária [Maria Celeste, filha da D. Celeste e mãe da Clarinda]. Costumava andar com a minha prima, Maria Celeste. Íamos apanhar *ivanca* nos poços: eu ficava a segurar as pernas da minha prima. Tinha uns 12 anos.» (Maria Alice)

Se os relatos anteriores da colheita de alecrim realizada em família permitiam perceber a transmissão de conhecimentos de pais para filhos [vertical], estes testemunhos dão conta da transmissão de conhecimentos a partir de outros indivíduos da geração dos pais ou anterior [oblíqua] e entre indivíduos da mesma geração [horizontal].

Durante a infância e juventude a apanha de ervas assumia um carácter quase recreativo no contexto da interajuda familiar. Os jovens procuravam emprego na indústria local, enquanto as jovens quando pensavam em casar, começavam, então, a «ir às ervas para comprar o enxoval» (Maria Alice). Nessa altura, além da colheita e venda das plantas, como se recorda Maria Celeste «de apanhar e vender 1000 kg de alecrim para ganhar para o fogão», a organização do trabalho acompanhou a dinâmica do negócio. A capacidade mobilizadora de Celeste dos Santos, ao conseguir envolver a comunidade nesta actividade, conduziu à passagem do negócio local para um sistema semi-fábril, já com armazéns estabelecidos [Imagem 16].

«Ainda me lembro quando a minha mãe comprava 100 toneladas: era posto num largo grande e era ali que trabalhavam o alecrim. Se vinha uma trovoadas, abriam-se regos na terra para escorrer a água. O que se estragava tinham de deitar fora; o outro ficava a secar ao sol. De tal forma que o meu pai teve de passar os currais a armazéns. Até na cozinha a minha mãe chegou a ter as ervas! Guardavam-se em casa, o alecrim e os orégãos.» (Maria Celeste)



Imagem 17 - Instalações da primeira fábrica de Vale da Trave. (Foto de Maio de 2012).

Havendo distinção entre os preços da matéria-prima e do material processado, os colectores que pretendessem aumentar o seu rendimento, entregavam as plantas já processadas, implicando um maior investimento em tempo e em perícia.

«Apanhávamos as ervas, *em-molhavam-nas*, o *anecril* [alecrim] era *em-molhado* e depois malhado. Outras eram às mãos-cheias, joeiravam-se e vendiam-se. [...] O meu marido chegou a joeirar 1000 kg de alecrim, numa noite, sozinho. Fez um tripé. Não podia levar cavacos.» (Maria Hortência)

Com a evolução do negócio de angariação de plantas aromáticas e medicinais para uma unidade de processamento para revenda às ervanárias, garantindo, desta forma, a obtenção de maior rendimento, o funcionamento da fábrica passava a implicar além da recolha das plantas colhidas, o processamento do material e o embalamento.

«Às vezes ia buscar 6 ou 8 sacas de ervas, quando tinha uns 16 ou 17 anos, com a carroça e havia um rapaz que devia estar a uns 2 km para me ajudar. Eu chegava lá, ele não estava e eu fazia o serviço: baldeava as sacas para a carroça.» (Maria Celeste)

«Joeirei muito alecrim, naquela primeira casa, quando se chega a Vale da Trave. Trabalhava aí. [...] Eram duas a joeirar com crivos.» (Maria Alice)

«Aos 14 anos, de forquilha nos braços passaram-me 3000 kg de orégãos pelos braços no primeiro dia de trabalho, ao lado dos homens. Joeirávamos o alecrim com um crivo de quatro pontas, duas pessoas a cada extremo. O meu pai [Américo] andou durante um tempo a estudar com um amigo que era serralheiro como fazer uma máquina para limpar o alecrim e os orégãos, com vários crivos.» (Isaurinda)

«O meu serviço era fazer os pernis nas sacas. Duzentos sacos para 100 kg. Todos os dias os fazíamos, até a minha avó também fazia. E era pesar, joeirar, cozer os sacos para a balança.» (Maria Celeste)

No seio desta comunidade tradicional e no contexto da laboração nos armazéns de Celeste Santos, não passava despercebida a exportação das plantas e uma certa forma de participação local no mercado externo.

«Naquela altura ia para o estrangeiro. Era tudo marcado com carimbos para onde ia. Tudo em estrangeiro, para embarcar nos barcos. [...] Mandaram uma saca de louro para Angola.» (Maria Alice)

Deste modo, nos anos 1960, a comunidade de Vale da Trave apercebia-se de que plantas comuns, como o louro, eram requisitadas por outros países, ganhando uma diferente consciência da diversidade florística. Além disso, o fornecimento por encomenda, permitia aumentar o conhecimento da flora local, se não ainda pelas suas propriedades terapêuticas, pelo menos enquanto produto comercial.

«Conhecia as ervas, mas a D. Celeste dizia o que era preciso. Quando íamos entregar, ela mostrava-nos outras que também se vendiam.» (Maria Hortência)

Esse fluxo de conhecimento acompanhou a evolução da fábrica, localmente associada a três tempos e gerações diferentes da mesma família. Fala-se do «tempo da Ti Celeste», quando se originou o negócio, do «tempo do Américo», o genro que se associou nos anos 1960 e, actualmente, à sua filha e neta da fundadora, Clarinda. Os antigos armazéns de Celeste Santos servem agora o outro genro, Alfredo Silvério, estabelecido como angariador desde que regressou de França em meados dos anos 1980. Por essa altura, com a entrada de uma nova geração no negócio e com os fornecedores do leste europeu afectados pela contaminação radioactiva de Chernobyl, a fábrica local começou a dedicar-se à Importação e Exportação de plantas. Esta empresa foi a primeira em Portugal a iniciar relações comerciais directas com a Índia, importando directamente o Sene, «que antigamente vinha da Alemanha» (Clarinda Paixão). Quanto às exportações, os Estados Unidos da América e Reino Unido, foram os destinos iniciais encontrando-se o mercado actual da ADP expandido para a Alemanha, Espanha, França e Angola.

Em Julho de 1990, o casal Américo Paixão e Maria Celeste Santos, adquire a propriedade e gerência da Antiga Ervanária da Anunciada, em Lisboa, de que eram os principais fornecedores e credores. No ano seguinte, Américo Paixão adquiriu a empresa de distribuição J. Gonçalves Coelho sediada em Lisboa e em 2001, o negócio fundado por Celeste Santos em Vale da Trave seria transformado na empresa Américo Paixão Duarte Lda. [ADP]. As actuais instalações da fábrica em Vale da Trave foram construídas em 2006, em consonância com os requisitos do ramo alimentar, para a transformação, manipulação e embalagem de plantas medicinais.²⁹ A estrutura empresarial assenta na distribuição pelas ligações familiares: Américo Paixão gere a empresa de distribuição J. Gonçalves Coelho, Isaurinda Paixão é responsável pela gerência da Antiga Ervanária da Anunciada e Clarinda Paixão pela ADP.

A fábrica local emprega actualmente 27 trabalhadores, mas quatro das minhas interlocutoras já tinham sido funcionárias da ADP: Maria Alice trabalhou apenas na fábrica antiga, Elisa durante 8 anos, três dos quais na fábrica nova, Isaurinda 8 anos e Graciete durante 2 anos. As transformações no processamento das matérias-primas acompanharam as exigências legais e as mais recentes preocupações com o controlo de qualidade e a higiene e segurança no trabalho, como se depreende dos seguintes testemunhos, relativos às condições de trabalho na fábrica antiga.

«As sacas eram feitas à mão, a serapilheira era cozida pela minha mãe. Tínhamos umas chapas com os dizeres, que passávamos na tinta e aplicávamos.

Trabalhávamos com lenços na cabeça e na boca, como os cowboys, por causa do pó. [...] Tinha um cesto, que não era como os de agora, das vindimas, era um tipo de barrica cerrada e passava o dia a baldear o cesto. Cinco toneladas joeiradas todos os dias.» (Maria Celeste)

«Desde miúda andava com a minha avó Celeste na apanha, pelas fazendas, com foices, sem luvas. As máscaras, não se usavam nem havia; usávamos lenços para proteger a boca e o nariz do pó e dos cheiros. Chegavam a passar-me pelos braços (e pernas) 2 a 3 mil kg de plantas por dia. Os sacos tinham de levar aquele peso, trabalhavam um com uma pá a meter as ervas para as sacas, outro a acalçar, todo o dia.» (Isaurinda)

Embora a ADP tenha sofrido um processo de modernização a partir de 2006, consistente com a adequação às regulamentações para o sector, o modo artesanal de transformação é ainda mantido pelo angariador Alfredo Silvério que comercializa as plantas recolhidas para o Porto e Seixal, «para uma destilaria de óleos e para ervanária». Segundo o próprio, na altura em que emigrou para França, em 1963, só recolhia alecrim; as alterações verificadas no mercado quando regressou a Vale da Trave em meados dos anos 1980, fizeram com que começasse a diversificar as plantas que comprava.

«É preciso cortar e joeirar o alecrim e as ervas. Comprei uma ciranda em 1985. É uma máquina que veio de Espanha para cortar e joeirar. [...] O eucalipto chega inteiro. Depois tem de ser cortado e moído. Serve para óleos. As mulheres apanham, as folhas velhas e com pintas servem para destilar para óleo, é mais ou menos barato. As bagas são para moer, não se vende tanto. Tudo se aproveita. Dá muito trabalho porque tem de se escolher muito bem. [...] Para escolher uma tonelada leva cerca de dia e meio. Se correr bem, se fizer bem feito, consegue uns 500 kg por dia.» (Alfredo Silvério)

Recorde-se que, na década de 1970, Portugal conseguiu ascender «à categoria de primeiro produtor de essência de eucalipto» (Costa 1975, 36), aproveitando-se «as folhas falciformes, adultas, colhidas nas hastes resultantes do rebentamento das socas e dos ramos, pois origina maiores quantidades de um óleo essência mais rico de cineol» (idem, 38), por altura do derrube para a venda da madeira. A melhor altura para a colheita seria entre Abril e Setembro, quando apresentavam «maior quantidade de essência (0,8 a 1%) e também de cineol (70%, por vezes até 75%); no Outono e no Inverno, por contraste, descem as percentagens de essência» (idem, 40). No entanto,

Costa (idem, 42-43) apontava a «ignorância dos destiladores, que por vezes trabalhavam com folhas já parcialmente estragadas, dos alambiques primitivos e mal instalados e do pessoal inexperiente» como responsável pela oscilação desta indústria, compensada na altura, com a exportação de essência bruta de origem portuguesa para Espanha, onde era retificada e colocada no mercado externo.



Imagem 18 - Máquina de joeirar, num segundo armazém. Vale da Trave. (Foto de Maio de 2012).



Imagem 19 - Máquina de cortar, num terceiro armazém. Vale da Trave. (Idem).



Imagem 20 - Alfredo Silvério: processamento do eucalipto. Ao fundo, eucalipto ensacado para ser transportado no dia seguinte. (Idem)



Imagem 21 – Fel da Terra, produção biológica. Armazém de Alfredo Silvério. Vale da Trave. (Idem).

De acordo com o mesmo autor, do processamento das folhas de eucalipto dependia a qualidade do produto final, uma vez que a «secagem diminui o conteúdo de essência e altera a sua constituição; as perdas acentuam-se quando mal conservadas e, em parte, se sofreram processos fermentativos» (idem, 38). Deste modo, para assegurar a continuidade do escoamento da matéria-prima, mesmo um processo artesanal implica

uma criteriosa selecção, limpeza e armazenamento do produto. Será ainda de referir que o negócio de Alfredo Silvério também acompanhou as directrizes de modernização, conseguidas com o apoio do seu filho Patrício, responsável pelo desenvolvimento do processo de certificação emitido pela Ecocert Portugal e pelas aquisições de plantas aromáticas e medicinais [PAM] produzidas em modo biológico [Imagem 20].



Imagem 22 - Américo Duarte Paixão, Lda. Vale da Trave (Foto de Maio de 2010).



Imagem 23 - Instalações da ADP Lda. (Foto de Junho de 2013).

Quanto ao processamento industrial na ADP, este obedece, agora, a uma série de requisitos que marcam a distância técnica e tecnológica em relação aos métodos tradicionais e artesanais, mediada pelos conceitos de higiene e segurança no trabalho, pelas normas e pela certificação, de acordo com as exigências regulamentares do mercado. A transição para este sistema foi também percebida como uma espécie de mediação entre a percepção rural e urbana em relação aos produtos, como notava uma das minhas interlocutoras:

«Há muitas coisas que na cidade não conhecem. Na folha de oliveira, por exemplo, malhou-se muito. Depois há o grossinho da azeitona (baguinhos e carocinhos pequenos) que os compradores pensam ser caganitas de rato. Têm muito zelo. Está muito fino.» (Elisa)

No processo de fabrico actual, à saída da máquina de corte é feita uma «pré-escolha grosseira da matéria-prima», através do uso de sonda e bandas magnéticas para a detecção de metais. O sistema mecânico é complementado com selecção manual [Imagem 23].

A industrialização do processamento de PAM tem, nos últimos tempos, vindo a ser alvo de reestruturações regulamentares, mercê do seu duplo estatuto de *alimento* e *medicamento*. Assim, os produtos naturais podem ser fiscalizados pela Autoridade de

Segurança Alimentar e Económica [ASAE] ao serem classificados como *suplementos alimentares*, ou pela Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde I.P. [INFARMED] se, atendendo ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, forem considerados *medicamentos à base de plantas*³⁰ ou *preparações à base de plantas*³¹ [Art.º 3.º]. Atendendo ao contexto local e à relevância atribuída às plantas enquanto produtos terapêuticos, o trabalho na fábrica é considerado como mimetizando o ambiente da farmácia.



Imagem 24 - Sala de Escolha Manual. Centelha asiática. ADP Lda. Vale da Trave. (Foto de Junho de 2013).



Imagem 25 - Sala de Embalagem Automática. ADP Lda. Vale da Trave. (Idem).

«Andavam sempre cheios de pó. Agora andam de bata, é como na farmácia. Tudo bem zelado, orientadinho. [...] Fazia etiquetas e embalava as plantas em sacos de plástico. Têm umas máquinas para caixas, para saírem embaladas. Aprendi a escolher as ervas, mas era tudo o que já conhecia. Tudo da terra, que já se conhece. As que não conhecia eram as que vinham de fora: anis estrelado, boldo, muitas... pau d’arco.» (Elisa)

Além disso, como seria de esperar e conforme admitiram as colectoras que entrevistei, o fornecimento de matérias-primas para a indústria ervanária implicou a aquisição de novos conhecimentos relacionados com a identificação e recolha das plantas encomendadas, numa primeira fase e, dependendo da predisposição das pessoas e do nível de envolvimento com a actividade da fábrica, das propriedades e aplicações terapêuticas correspondentes.

Assim, quando Celeste da Conceição Santos ampliou o seu negócio de comercialização de alecrim e orégãos, o conhecimento etnobotânico de transmissão vertical terá sido essencial para o fornecimento das plantas encomendadas. Como recordou uma das minhas interlocutoras:

«No tempo da Ti' Celeste, as ervas que apanhávamos eram: dente de leão (versas), salva, S. Roberto (pampilho), pegamassa (só o pau), rosmaninho, aroeira (só os troncos), chuchamel (madressilva), a murta que é parecida com a aroeira, o hipericão, a pimenteira (tomilho).» (Elisa)

A gradual expansão do negócio da ervanária local foi acompanhada de transmissão oblíqua e horizontal de conhecimentos, possibilitando a incorporação da inovação (Reyes-García *et al.* 2009; Reyes-García 2010) e a integração do conhecimento científico exógeno (Frazão-Moreira, Carvalho e Martins 2009). Procurando dar resposta a um mercado cada vez mais fundamentado na ciência, tanto a colheita como as utilizações medicinais da flora espontânea são reflexo dessa circulação do conhecimento (v. Godoy *et al.* 2005). Compreende-se, então, que os estudos etnobotânicos realizados na região de Santarém concluíssem verificar-se «uma certa concordância entre os resultados dos inquéritos e os da revisão bibliográfica» (Mendes 1998, 54).

«as diferenças devem-se por um lado, a confusões entre plantas pois por vezes não havia um exemplar na altura para comprovação pelos inquiridos das plantas em questão; por vezes de localidade para localidade as mesmas plantas tinham nomes diferentes ou até mesmo plantas diferentes com o mesmo nome; as diferenças devem-se também à idade avançada dos entrevistados que lhes fazia esquecerem-se de certos pormenores importantes [...]; outra razão era a semelhança de certas plantas ou até mesmo desconhecimento total do aspecto morfológico da planta que poderiam levar a erros.» (Mendes 1998, 54)

Convém salientar que este processo não era automatizado mas dependente da apetência dos indivíduos a que não era alheia a predisposição para o recurso à fitoterapia, nem para a possibilidade de comercializar plantas que não faziam parte do repertório tradicional. Como me explicava uma das interlocutoras, acerca do seu trabalho na fábrica: «Mas já conhecia as plantas. Passei a conhecer mais. Outras que não conhecia» (Graciete). Porém, a aquisição do conhecimento sobre as plantas não era implícita ao trabalho na ADP, conforme percebi do seguinte relato:

«Há lá uma erva, a erva carapau que é a salicária, que também já não se vê muito, é muito boa para o estômago. Um empregado, a mãe lembrou-se de lhe comprar chá em Santarém. Eles ali trabalhavam as ervas por grosso, não sabiam para o que servia. Um dia estava mal disposto e a mãe fez o chá; depois ele leu

e viu que era de salicária, que tinham muita na fábrica. É uma erva que há muito na beira das regueiras, na zona de Vale de Figueira.» (Maria Celeste)

Coloca-se, então, a distinção entre o *conhecimento* e a *aplicação* do conhecimento (Kightley *et al.* 2013), entre o «saber sobre» e o «saber fazer com» plantas (Frazão-Moreira, Carvalho e Martins 2007). Considerando o conhecimento etnobotânico como um conhecimento tácito, a aquisição de competências assume um carácter distintivo (Kightley *et al.* 2013, Reyes-García 2010). Conforme referi anteriormente, o conhecimento etnobotânico é facilmente apreendido durante a infância, principalmente a capacidade de identificar as plantas. No entanto, a aquisição de competências, a aprendizagem do *saber-fazer* requer, como nota Reyes-García (2010), um maior investimento do aprendiz, mais tempo e um maior número de observações directas e de repetições num contexto particular. É possível, então, operacionalizar esta distinção entre as minhas interlocutoras.

Trindade, de 62 anos, natural de Porto de Mós e residente em Vale da Trave há 40 anos, admitiu que «não conhecia as plantas», tendo aprendido «há uns três ou quatro anos» a apanhar «as ervas por encomenda». Segundo reconheceu, não sabe os nomes [científicos] nem os usos.

Maria Hortência, de 81 anos, natural do Cortiçal e residente em Vale da Trave há 56 anos, foi a interlocutora que mais associou o comércio da flora espontânea à produção farmacêutica, contando-me que «apanhava a rama e migava os cepos [da murta e aroeira] para fazer comprimidos» e que a casca de laranja que ainda vendia à ervanária na altura das entrevistas que realizei era «para medicamentos». Apesar de me ter descrito várias utilizações de plantas na medicina popular,³² não conhecia as aplicações terapêuticas de muitos dos *chás* das ervas que apanhava para a ervanária. Recentemente, há cerca de cinco anos, esta senhora começou a beber «o chá de fel da terra para os diabetes», acrescentando que «antes nem sabiam o que eram os diabetes». Disse-me, também usar a *salva normal, comum*, para a cabeça e para prevenção da doença de Alzheimer. Segundo a sua filha Madalena, «há muito tempo que começou a beber esse chá, para as dores de cabeça e para a memória», sendo o efeito terapêutico reforçado pela própria ao reconhecer que «não tem bebido e nota a diferença».

Estaremos, então, perante o que António Flor me designou por *transladação cultural*, ou melhor dizendo, um mecanismo de apropriação e conotação por tradução e aproximação. Nesta região, identifica-se frequentemente como *salva* [salva da terra, salva brava] a espécie *Phlomis lychnitis* L. conforme pude constatar na excursão de

campo para recolha de amostras com colectoras de Vale da Trave [v. Imagem 14, Capítulo V] e como reportaram Mendes (1998), Lopes (1991) e o próprio António Flor que me observou não existir nenhuma salva de flor amarela. No entanto, atribui-se-lhe as mesmas propriedades medicinais do que à *Salvia officinalis* L. ou à *Salvia sclarea* L., usadas para a dispepsia e como diurético (Cunha, Roque e Gaspar 2011), embora em relação à *Phlomis lychnitis* L. apenas muito recentemente tenha sido estudada a sua acção antioxidante (López *et al.* 2010). Deste modo, o uso terapêutico do chá de salva indicado por Maria Hortência trata-se de uma transposição da notoriedade adquirida pela espécie *Salvia sclareoides* nos anos 2007/2008 após a divulgação de estudos científicos que indicavam a sua potencialidade terapêutica na doença de Alzheimer (Rauter *et al.* 2007) e toda a movimentação da Escola Superior Agrária de Santarém em torno da investigação desta espécie endémica nas serras de Aire e Candeeiros.

Em relação aos usos tradicionais das ervas na medicina popular, Elisa, de 78 anos, natural de Vale da Trave, era localmente reconhecida como especialista, inclusivamente, na sua utilização em rezas e benzeduras,³³ além de saber converter esse conhecimento em produtos a fornecer à ervanária. A identificação dos usos terapêuticos das plantas era feita por recurso a um dos panfletos da loja da ADP, sendo evidente que o conhecimento tradicional se encontrava mais enraizado do que o discurso *neo-tradicional* da ervanária. Pelo contrário, a incorporação da *neo-fitoterapia* era expressa pela sua nora, Maria Alice, de 60 anos, também natural de Vale da Trave e sobrinha da fundadora do negócio local, onde, tal como a sua sogra, chegou a trabalhar.

«Aqui há tempo saíram umas ampolas da ervanária. Sofro do fígado. Bebo chá de dente de leão e de carqueja antes de tomar essas ampolas. Ajuda porque os medicamentos não fazem efeito porque o fígado e a bexiga não absorvem. O chá não faz interferência. Havia um médico que mandava as pessoas à ervanária. Dizia: vocês têm a cura lá ao pé da porta e vêm comprar químicos que só fazem mal?» (Maria Alice)

Embora, Maria Alice também soubesse muitos dos usos tradicionais foi, de todas as colectoras que entrevistei, aquela que manifestou maior aderência às terapêuticas naturais. Este facto pode ser interpretado como resultante da transmissão horizontal de conhecimento – entre indivíduos da mesma geração, neste caso com a sua prima – que Reyes-García (2010) refere como estando na base de uma difusão mais rápida de nova informação ou da inovação, principalmente se o contacto com os transmissores for frequente.

Essa prima, Maria Celeste, de 70 anos, é também natural de Vale da Trave e filha da fundadora do negócio local. A sua aprendizagem foi feita com a avó, que sabia muitas mezinhas, aperfeiçoada com o trabalho de colheita para o comércio desenvolvido pela sua mãe e actualizada com a leitura de obras de referência, como o livro Segredos e Virtudes das Plantas Medicinais a que recorre para esclarecer dúvidas. Mantém, tal como Elisa, o conhecimento e o recurso à medicina popular, como puder perceber quando me mostrou uma raiz de abrótea que recolheu «para as impingens» e me descreveu uma utilização que já Curvo Semedo (1716, 390) referia.

«Corta-se, esfrega-se nas impingens, depois guarda-se no frigorífico e vai-se usando. Uma semana de tratamento e é muito bom para a pele, para as manchas. É ruim de arrancar, porque os tubérculos ficam distantes das plantas. Também é bom para as peladas, para nascer o cabelo, quando o cabelo está a desaparecer, mas têm de ser logo tratadas.» (Maria Celeste)

Duas das suas filhas – Clarinda e Isaurinda – continuam o negócio familiar, tendo, no entanto, desenvolvido diferentes competências e aptidões. Clarinda, a mais velha, acompanhava a avó e começou a interessar-se pelas plantas e como me referiu, «foi recebendo conhecimento quase sem dar por ele». A partir desse interesse, Clarinda procurava informação em livros, estudava, tentava reconhecer exemplares botânicos «até de plantas estrangeiras, com amostras, aprender com as pessoas mais experientes». Os contactos com a Escola Superior Agrária de Santarém motivaram-na para a candidatura ao mestrado em Produção de Plantas para Fins Industriais daquele Instituto Politécnico, que concluiu em Dezembro de 2012, com a classificação de quinze valores. Este percurso de especialização é consistente com a gerência da fábrica ADP e com a necessidade de corresponder às exigências do mercado de importação e exportação de plantas aromáticas e medicinais.

Isaurinda, de 45 anos, recorda-se fazer pomadas ou unguentos com malva, noqueira, eucalipto e vaselina líquida, para tratar feridas e erupções na pele que guardava numas «caixinhas de plástico», na sua adolescência. Trabalhou na fábrica entre os 14 e os 22 anos e após a aquisição da loja pelos seus pais, foi trabalhar para a Antiga Ervanária em Lisboa. Aos 18 anos tinha ido aprender num centro botânico na Cova da Piedade, «com uma senhora que trabalhou muitos anos na Antiga Ervanária e depois se estabeleceu ali por conta própria, sendo sócio o filho do dono da Ervanária». Actualmente, as funções de Isaurinda na loja são de gestão e de aconselhamento, sendo

responsável pelas composições.³⁴ Considera ter sido «sempre muito ligada com estes assuntos, mas era também muito intuitiva e lia nos livros» e refere ter «uma sintonia muito grande com as plantas: conhece-as verdes, no campo, o corte e o cheiro» (Isaurinda Paixão).

De uma certa forma, ambas representam uma versão cientificamente actualizada da tradição familiar: a capacidade de manipulação das mezinhas da bisavó transforma-se na capacidade de elaborar composições ervanárias de Isaurinda, enquanto a capacidade de reconhecer o valor terapêutico e comercial das plantas da avó se aprofunda ao nível da produção para fins industriais de Clarinda.

E se até aqui esta análise das interlocutoras permite tomá-las como paradigmáticas dos vários saberes que se entrecruzam e se constituem mutuamente na «Terra das Ervanárias», nenhuma me pareceu mais representativa do tipo de conhecimento que o epíteto pretende justificar do que Graciete. Natural de Vale da Trave, esta mulher de 61 anos de idade é localmente reconhecida como especialista: «A D. Graciete é que sabe o nome das ervas, conhece-as bem. Trabalhou na ervanária e aprendeu» (Maria Hortência e Madalena). Em que consiste, então, a especificidade do seu saber? Como a própria me contou: «às vezes as pessoas vêm ter comigo porque não sabem apanhar as plantas. É preciso saber apanhar as plantas» (Graciete).

Uma das primeiras dificuldades não poderia deixar de ser a correcta identificação das plantas. Além da confusão gerada pelas sinonímias popularmente atribuídas e já referidas, como entre a *Phlomis lychnitis* L. e as *Salvias ssp.*, António Flor apontou também a designação popular da *Pulicaria odora* (L.) Rechb. como arnica [*Arnica montana* L.] e até um dos mentores do projecto «Terra das Ervanárias» reconheceu: «O conhecimento das plantas medicinais é algo muito específico e também perigoso. Por exemplo existem duas espécies de cavalinha, muito semelhantes: uma delas é venenosa. Admiro-me como não existem casos de envenenamento, porque é muito fácil errar» (Luís Ferreira). Outro erro de identificação relativamente comum para os menos conhecedores é entre o funcho [*Foeniculum vulgare* Mill] e o endro [*Anethum graveolens* L.], sendo um dos exemplos recordados por Clarinda Paixão de rejeição na fábrica ADP e um dos casos mencionados por Graciete.

«Há dias houve uma pessoa daqui perto que parou e disse:

- Sabes se este ano compram funcho? Há ali muito e a planta está bonita.

Atenção, disse eu, é preciso ver se é mesmo funcho. Não é, parece mas não é. Quem sabe nota. Era uma colega que também apanha plantas. O funcho cheira e a outra planta não cheira. A folha não é igual. Conheço as plantas.» (Graciete)

O aroma é uma das características que as populações adaptaram como distintiva das utilizações das plantas, como reforça a explicação de uma outra interlocutora: «A arruda, por exemplo, cheira mal. É venenosa. Queima, deve-se usar luvas. Mas serve para fumos, para afastar maus-olhados. As plantas medicinais todas cheiram bem e nenhuma faz mal» (Maria Alice).

Ainda assim e apesar de poder ser problemática, não é a capacidade de identificar as plantas na flora espontânea que confere uma característica especial ao saber local, como o demonstram não só as histórias de aprendizagem em resposta à encomenda, mas também o exemplo de Trindade que se iniciou recentemente na colheita de plantas para comercialização. Não obstante a dificuldade da ciência botânica, o reconhecimento das espécies pode ser aprendido pelo recurso à literatura, a amostras ou exemplares, mas sobretudo numa *ecologia perceptual* (Ingold 2000) como também pude perceber tanto nas visitas conduzidas pelas colectoras de Vale da Trave, como na Escola de Verão de Etnobotânica realizada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2012 ou no Curso Prático de Formação Profissional de Produção, Recolha, Secagem, Destilação e Comercialização de Plantas Aromáticas e Óleos Essenciais em Agricultura Biológica, promovido pela AGROBIO em 2012 e que fizeram parte do meu trabalho de campo.

Neste sentido, o conhecimento etnobotânico enquanto capacidade de identificar e atribuir utilização às plantas, constitui-se de forma *processual e substancial* (Ingold 2003), requerendo uma relação e envolvimento constante com o ambiente. Porém, a especificidade do saber local de Vale da Trave, de que Graciete é um dos expoentes, consiste noutro tipo de capacidade que vai mais além do que é transmitido no Curso Prático de Formação Profissional e que todos os formandos do grupo que integrei expressaram o seu desapontamento por não ter sido ensinado.

«O alecrim, por exemplo, é preciso saber apanhar para rebentar no ano seguinte. Como para apanhar a flor da carqueja, para aproveitar a flor. Corto as *crutas*, sempre no mesmo sítio. Já é o hábito. No ano seguinte está mais bonita. Mas as pessoas não sabem apanhar. [...] Há anos em que um ano inteiro de ervas, dá 200 euros. Varia consoante as plantas e a qualidade. Se precisam mais, são mais caras. Mas dão pouco. Os orégãos, a flor da carqueja: para fazer um quilo de

flor é preciso muito. Depois é preciso arranjar, joeirar. Dão muito trabalho. Tem de ser muito cuidado, não é só apanhar. [...] Por exemplo, os orégãos. Corto em verde, com a foice, já com a flor e ponho a secar, em cima dum oleado, à sombra. Depois vai para o sol para se malhar, tem de estar áspero.[...] Depende do calor, entre dois a quatro dias. Tem de se ter muitos cuidados. Por exemplo, o alecrim. O alecrim é seco ao sol. Apanha-se no verão, só a folha, não se apanha com a flor. Seca durante dois ou 3 dias.» (Graciete)

Percebe-se, então, que a «Terra das Ervanárias» assenta nesta articulação de vários saberes que vão desde práticas sustentáveis de colheita que não inviabilizem a disponibilidade do recurso num futuro próximo ao processamento do material recolhido.



Imagem 26 - Fel-da-terra. Maxieira, PNSAC. (Foto de 30 de Junho de 2012).



Imagem 27 - Fel-da-terra. Herdade de Vale Covo, Mértola. (Foto de 16 de Junho de 2012).



Imagem 28 - Módulo 4 «Identificação de Plantas» do Curso Prático da AGROBIO, realizado na Maxieira em Junho de 2012. Exemplo de procedimento incorrecto, com um molho de fel-da-terra arrancado pela raiz e abandonado no local, evidência do crescente interesse por esta actividade económica por indivíduos sem conhecimentos sobre as práticas tradicionais. PNSAC. (Foto de Junho de 2012).

«A época de apanha vai de Abril a Setembro. Começa na primavera. Na primavera é a camomila. Não deu grande coisa por causa da seca. O pampilho (a calêndula?) apanha-se a flor. A papoila, também a flor.» (Graciete)

«A erva de S. Roberto tem de ser apanhada com uma faca, corta-se a raiz e é migadinha. A salva não querem com flor.» (Elisa)

«Do rosmaninho agora só querem a cabecinha. É muito leve. Dantes compravam mato e cabeça.» (Maria Hortência)

Uma das formas de garantir a sustentabilidade ambiental e económica da actividade de colheita da flora espontânea para comercialização, baseia-se na especificidade da encomenda. O sistema tradicional pressupõe um contacto prévio para saber quais as espécies necessárias e que estão a ser compradas, quer pela fábrica, quer pelos angariadores. Uma colheita que não siga esses preceitos poderá não ser rentável por não ter escoamento e constitui uma ameaça aos proveitos num futuro em que possa vir a ter procura.

Após uma colheita correcta da planta, as colectoras de Vale da Trave seguem uma série de procedimentos para garantir a qualidade do produto e o seu escoamento na ervanária ou no angariador.

«Tem de se escolher, não se pode juntar. Leva-se o braçado, tem de ser tudo separado, não se pode misturar nada. Depois em casa, leva tanto tempo a zelar... Leva mais tempo esse trabalho em casa, do que a colher. Leva-se um pano e apanha-se. Em casa é que é escolhido.» (Elisa)

Esta fase de processamento artesanal tem vindo a ser bastante discutida e chegou a existir a ideia de um projecto de intervenção nesta área na sequência dos inquéritos etnobotânicos realizados sob a orientação de Natália Gaspar, como me referiu um dos docentes da Escola Superior Agrária de Santarém envolvido na investigação da produção agronómica de *Salvia sclareoides*.

«Era um projecto interessante da professora Natália Gaspar: fazer formação para essas pessoas, porque são os recolectores que as entregam a uma primeira série de intermediários. [...] Criar uma associação na serra, ligada à colheita. Envolvia também a dinamização. O projecto ficou em *stand by*. Era um projecto que na altura seria uma candidatura para fazer uma estrutura de secagem e de armazenamento. As pessoas colhem as plantas, levam para casa e não tem condições de higiene e esta era uma forma também de as proteger. Um centro

de colheita, armazenamento e processamento, para comercializar maiores quantidades: era importante. Era um projecto importante. [...] Criar um espaço, uma estrutura com armazém, um espaço utilizado pelas pessoas que apanham as ervas no campo. Um nicho de cooperativa.» (José Grego, ESA)

Contudo, este é um dos saberes extremamente valorizado e defendido pela população local que reconhece que «algumas pessoas não têm consciência e não fazem esse trabalho bem feito» (Alfredo Silvério). No caso do angariador Alfredo Silvério, a disponibilidade de, pelo menos, três espaços de armazenamento possibilita uma organização diferente do ciclo de produção e de trabalho.



Imagem 29 - Escolha manual do eucalipto no processo artesanal (Vale da Trave, Maio de 2012).



Imagem 30 - Secagem artesanal do hipericão-do-Gerês (Maxieira, Junho de 2012).

«Em Janeiro e Fevereiro já se começam a ver as ervas. Em Janeiro começamos a ver o que há, entre Abril e Setembro ou Outubro começo a comprar. [...] Depois seco as ervas. Até Janeiro estou a preparar. [...] No inverno corta-se, prepara-se.» (Alfredo Silvério)

Toda esta actividade resultava, igualmente, numa outra forma de conhecer as plantas associada ao seu rendimento comercial.

«A arnica, que é mais grossa do que o pampilho. Mas era mais cara. [...] O pampilho é leve no fim de seco, vende-se a 2 euros/kg. É preciso um saco azul cheio para dar 2 ou 3 quilos.» (Maria Hortência)

«O orégão é muito leve e tinham de fazer mais força para conseguir ensacar.» (Isaurinda)

Não obstante as estratégias locais de gestão dos recursos, será fácil de compreender que na primeira década do século XXI, a forte expansão do mercado das plantas aromáticas e medicinais com aplicações nas indústrias farmacêutica, alimentar e química, na fitoterapia, perfumaria e cosmética, tenha conduzido à preocupação da

sustentabilidade da colheita da flora espontânea, relançando a discussão em torno da produção agrícola.

Reconhecia-se que a maioria das plantas aromáticas e medicinais utilizadas na indústria de medicamentos naturais provinha da colheita da flora espontânea, das quais mais de 9/10 eram tradicionalmente colhidas nos países do chamado Terceiro Mundo (Máthé e Máthé 2008). Sumarizavam-se as vantagens do cultivo em relação aos principais factores biológicos determinantes da qualidade na produção de plantas medicinais: identidade botânica credível, garantia de fornecimento de matéria-prima, manipulação pós-colheita controlada, observação dos padrões do produto de acordo com as regulamentações e as preferências do consumidor, facilidade relativa de certificação (biológica) dos procedimentos das colheitas, oportunidades para a domesticação económica das espécies medicinais, possibilidade de acordo sobre os volumes e preços entre os revendedores e companhias farmacêuticas e o produtor (*idem*).

Terá sido neste contexto que, associado à descoberta das potencialidades terapêuticas da *Salvia sclaeroides* no desenvolvimento de novos fármacos para a doença de Alzheimer por uma equipa de investigadores portugueses da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Santarém (v. Rauter *et. al.* 2007), surgiu um outro projecto de investigação relativo ao estudo da produção agronómica de espécies de Sálvia com o objectivo de avaliar os seus constituintes para o controlo da doença de Alzheimer.³⁵ O conhecimento e as pesquisas desenvolvidas nesta área possibilitaram a oferta de um plano de estudos de Mestrado em Produção de Plantas Medicinais e para Fins Industriais na Escola Superior Agrária de Santarém³⁶ e o registo duas patentes nos Estados Unidos da América,³⁷ com seis produtos diferentes, na área dos pesticidas amigos do ambiente.³⁸

Coincidindo com a modernização da ADP e com a constituição da Assembleia de Compartes do Baldio do Vale da Trave, Casal de Além, Covão dos Porcos e Vale do Mar, em 2006, o desenvolvimento destes projectos de investigação, veio contribuir para a oportunidade de transformar Vale da Trave em «Terra das Ervanárias» em 2008. Pretendia-se capitalizar o conhecimento e a propriedade tradicionais (os terrenos comunitários) numa aliança com a ciência, para garantir o mercado e promover o desenvolvimento rural: «Tínhamos um projecto no PRODER, em conjunto com a ESA Santarém para a produção da *Salvia sclaeroides*, mas nunca mais tivemos notícias» (Luís Ferreira). Esse projecto foi-me confirmado em 2011 por parte da docente da ESA:

«Deve haver intervenção na recolha e no processamento que é feito no local. É preciso disciplinar o que já fazem. Tem potencial. Há um projecto para fazer experiências com o cultivo. É um grande potencial de negócio. O mercado tem aumentado a procura de plantas medicinais.» (Natália Gaspar, ESA)

No entanto, a principal interlocutora desse projecto, Natália Gaspar, viria a adoecer, tendo falecido no decurso da presente investigação e com ela perderam-se tanto o projecto de utilização dos terrenos comunitários para a investigação da produção agronómica de plantas aromáticas e medicinais, como a ideia de disciplinar, de acordo com os requisitos de qualidade, a colheita e processamento artesanal de PAM. O projecto de investigação da produção agronómica de sálvia foi concluído, sem que a «Terra das Ervanárias» tivesse uma participação activa no mesmo.

«O projecto contemplava ensaios de multiplicação desse tipo de espécies. A tecnologia, no caso da sálvia, não apresenta problemas: é fácil instalar a cultura. Já temos a estrutura, se houver alguém interessado em a adquirir. O problema eram as sementes. [...] Agora, havendo procura já é possível produzir. Obriga a colocar as plantas em ambiente protegido, em termos de tecnologia de produção.» (José Grego)

Conforme reconhece a Organização Mundial de Saúde, das mais de 21 mil espécies que a nível mundial são utilizadas na produção farmacêutica, apenas cerca de 100 espécies são regularmente cultivadas, o que traduz a importância da colheita de espécies no seu habitat natural (Máthé e Máthé 2008). As vantagens da produção agronómica prendem-se, essencialmente, com uma maior eficiência do controlo de qualidade, mas esbarraram na inviabilidade económica do cultivo de muitas das plantas medicinais em perigo de extinção (Schippman, Leaman e Cunningham 2006).

Considerando que os métodos tradicionais de colheita são muitas vezes rudes e conducentes ao desperdício, com a consequente redução na qualidade e no preço do material (Schippmann, Leaman e Cunningham 2002), mas que ainda assim permanecem como um dos principais fornecedores do sistema internacional, começaram a desenvolver-se orientações para as boas práticas de colheita de flora espontânea (Máthé e Máthé 2008). Aceitando que este modo de produção apresenta vantagens em relação a espécies com um longo ciclo de vida até à fase de colheita, de difícil propagação, domesticação ou impossíveis de cultivar ou cujas quantidades sejam demasiado pequenas para justificar o investimento económico na produção agronómica, essas

orientações têm vindo a ser publicadas pela W.H.O. [2003], também em conjunto com o WWF e IUCN [2003], pela EMEA [2003 e 2005] e pela EUROPAM [2003] (idem).

No caso da «Terra das Ervanárias», não foi possível implementar localmente qualquer projecto de produção agronómica de plantas aromáticas e medicinais. Por um lado, porque a longa tradição de colheita de flora espontânea colide com o conceito de práticas agrícolas da população. Como me respondeu uma das interlocutoras a esse respeito: «Estão por aí, é só apanhar. Querem estar é assim, selvagens» (Elisa). Esta percepção vai igualmente ao encontro da ideia, confirmada por alguns estudos científicos (v. Schippman, Leaman e Cunningham 2006, 80-81), da melhor qualidade dos ingredientes activos nas plantas espontâneas, partilhada por alguns clientes da fábrica local.³⁹

«O alecrim, quando é colhido na região protegida produz mais óleo e de melhor qualidade do que o cultivado. Depende dos solos. Tenho um cliente da Alemanha que prefere esse alecrim espontâneo; veio verificar no campo o alecrim em verde, na serra, na zona dos baldios, depois veio assistir à colheita e secagem. Forneço todos os anos, certificado pela Certiplanet.» (Clarinda Paixão)

Por outro lado, analisando o esquema proposto por Schippman, Leaman e Cunningham (2002) para a transição entre a colheita de flora espontânea e a possibilidade de cultivo, poderá entender-se a razão pela qual a produção agronómica de PAM ainda encontra resistência. Os autores estabelecem cinco fases, sendo a primeira chamada de *descoberta*, na qual a procura é satisfeita pela extracção para uso local ou troca com outros. Quando a potencial utilidade do produto se torna clara e há a probabilidade de aumento da procura, entra-se na fase da *expansão*, com colheita para venda local ou regional e eventualmente para os mercados internacionais. Na fase de *estabilização*, as espécies só se tornam atraentes para os produtores se os preços forem suficientemente elevados e os recursos espontâneos colhidos forem suficientemente escassos, ainda que as espécies mais demandadas possam ser cultivadas em redor das populações ou em zonas agrícolas.

Sucedem-se a fase de *declínio*, com o aumento dos preços devido aos custos de transporte, tempo de procura e ao comércio de longa distância, com flutuações nos fornecimentos e crescente erosão das populações selvagens, tornando viável o cultivo. Chega-se, então, à fase de *cultivo*, com o desenvolvimento e instituição de sistemas de produção em que as plantas são domesticadas e incorporadas em sistemas agro-

florestais e com a criação de plantações comerciais se existirem oportunidades no mercado internacional que justifiquem o investimento substancial em selecção genética, clonagem e biotecnologia, permitindo a recuperação das espécies mais resilientes nas suas populações selvagens.

No caso de Vale da Trave e, de certo modo, no panorama nacional, vigora ainda a fase de *estabilização*. O trabalho apresentado por Figueiredo no I Encontro Ibérico de Plantas Aromáticas e Medicinais realizado em Beja em Maio de 2012 permite ter uma perspectiva das plantas mais comercializadas em Portugal no ano de 2010 [Tabela 4] que é consistente com as transacções da ADP.

Tabela 4 - Plantas mais comercializadas em Portugal em 2010. (Adaptado de Figueiredo 2012).

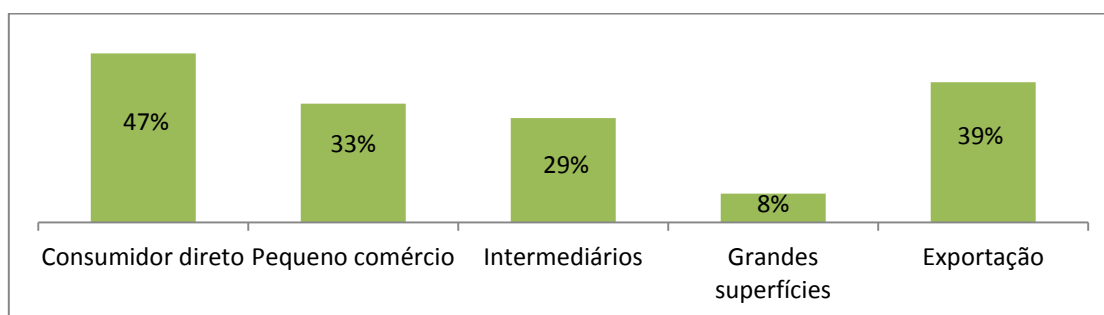
Colheita Flora Espontânea		Produção Agrícola	
Nome comum	Kg Comercializados	Nome Comum	Kg Comercializados
Eucalipto	48300	Lúcia-lima	13340
Cavalinha	4450	Orégãos	5160
Carqueja	3300	Rosmaninho	4200
Fel-da-terra	1070	Erva-cidreira	2960
Tília	850	Alecrim	1850
Freixo	420	Oliveira	1560
Camomila	405	Hortelã-pimenta	1480
Malva	310	Tomilho limão	1020
Sabugueiro	195	Erva príncipe	780
Macela	90	Equinácea	760
Oliveira	15	Poejo	620
		Alfazema	430
		Tomilho	420
		Funcho	380
		Salva	240
		Mirtilo	95
		Tomilho bela-luz	30
Total	59405	Total	35325

Com excepção da oliveira, verifica-se a existência de uma divisão nítida entre as plantas que são colhidas no seu habitat natural e as que são cultivadas que me permite confirmar que, de acordo com o esquema proposto por Schippman, Leaman e Cunningham (2002), Portugal ainda se encontra na fase de estabilização. Será ainda de notar que o volume de plantas espontâneas comercializadas representa praticamente o dobro do volume de plantas cultivadas.

Em 2012 o Gabinete de Planeamento e Políticas [GPP] do Ministério da Agricultura e do Mar realizou um Inquérito às Plantas Aromáticas, Medicinais e

Condimentares (IPAM), cujos dados permitiram concluir que as explorações de PAM terão praticamente duplicado entre 2009 e 2012, com um aumento de 80 ha para 180 ha. Segundo o documento elaborado pelo GPP (2013), o «setor é jovem e de elevada formação escolar, 80 % do total dos inquiridos tem menos de 50 anos e 76 % tem formação superior, embora só metade seja agrícola». Dois terços dos produtores vendem a planta seca, sendo neste segmento dominante o modo de produção biológico, com uma dimensão média das explorações de 1,65 ha. A maior parte dos inquiridos (47%) escoam a sua produção por venda directa ao consumidor no mercado interno, constituindo o mercado externo maior importância para os produtores de seco biológico [Gráfico 11].

Gráfico 11 - Destino da produção comercializada. (Adaptado de GPP 2013).

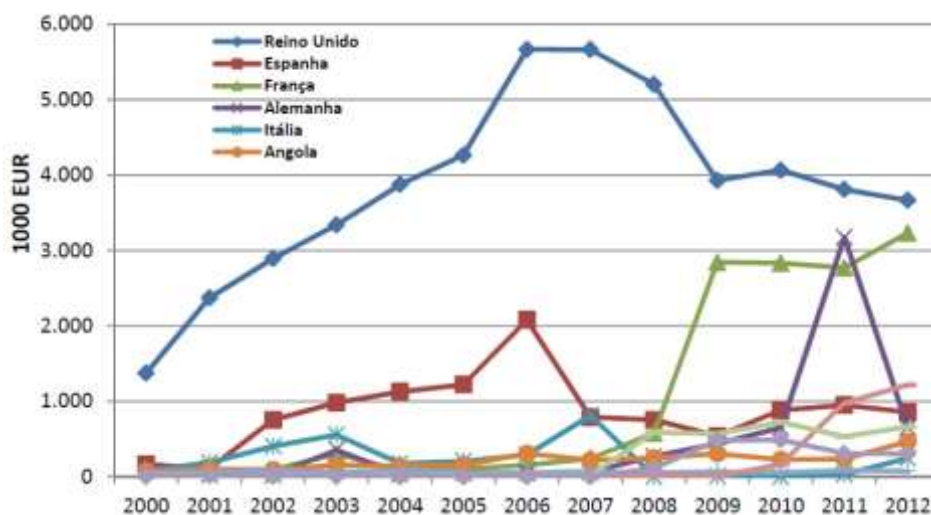


Debruçando-se acerca do mercado mundial de PAM, refere o Inquérito que metade dos 83 mil milhões de dólares é utilizada na indústria farmacêutica, repartindo-se o restante de forma praticamente igual entre os suplementos alimentares, os alimentos funcionais e a indústria cosmética (GPP 2013). É, igualmente notado, o aumento das regras de funcionamento destes segmentos de mercado, «mais rigorosas e exigentes, quer quanto à qualidade da matéria-prima quer ao longo de toda a fileira, exigindo sistemas de controlo e traçabilidade ao longo da cadeia de produção» (idem). Neste sentido, a transformação da ADP tem conseguido acompanhar essas exigências, participando no mercado global [Gráfico 12], como me transmitiu a sua responsável nas entrevistas que realizei.

«Também fornecemos laboratórios e temos um grande mercado externo: na Europa, Alemanha, Espanha, França e agora também Angola. Os principais produtos exportados são: alecrim, orégãos, eucalipto, parietária, folhas de louro, tomilho. [...] Importamos plantas de outros países: Pau D’Arco do Brasil, Sene folhas e folículos da Índia, Boldo do Chile, Uncária Fermentosa do Perú. Têm uma grande procura no mercado nacional. [...] Em Portugal vendemos para a Labialfarma, Lecifarma, Nova Flora, Biogal. [...] A Alemanha é um grande

cliente, para as ervanárias. [...] Na França vendo mais variedade mas menos quantidade, para a indústria cosmética. [...] Também fornecemos alguns laboratórios espanhóis. Foram os espanhóis que nos contactaram. Não compram grandes quantidades, mas todos os meses encomendam. São clientes regulares: o laboratório Fertiza, Amur, Plantapol.» (Clarinda Paixão)

Gráfico 12 - Evolução da exportação total de PAM por país, de 2000 a 2012 (Fonte: GPP 2013).



A par da necessidade de integração no mercado e da regulamentação fiscal, a obrigatoriedade de declaração da actividade de colheita nas Finanças desde 2012 veio reduzir drasticamente a possibilidade de manter este exercício ao nível da economia informal. A burocratização implícita, tanto à actividade económica de colheita, como à produção certificada não é compatível com uma população envelhecida e de baixa escolaridade que caracteriza o lugar de Vale da Trave.

Assim, no decorrer do meu trabalho de campo, constatei que a colheita da flora espontânea para comercialização era maioritariamente uma actividade exercida por mulheres idosas e de baixa escolaridade, enquanto a nova aposta na produção agrícola de PAM incidia numa população masculina jovem mais escolarizada, conforme também atesta o inquérito realizado pelo GPP.

No entanto, a maioria das espécies aromáticas e medicinais continuarão a ser colhidas no seu habitat natural (Schippmann, Leaman e Cunningham 2002), encontrando-se a indústria «dependente da recolha de cerca de 500 espécies selvagens dado a sua produção controlada ainda ser feita a um ritmo muito baixo» (GPP 2013).

Atendendo ao carácter performativo dos saberes simbolizados na «Terra das Ervanárias», a extinção desta actividade fará com que a capacidade de identificar as espécies e os seus usos terapêuticos tradicionais e formas artesanais de processamento

deixem de ser transmitidas às novas gerações, perdendo-se, simultaneamente, o conhecimento etnobotânico construído ao longo de uma forma específica de relação com o meio natural envolvente. Paralelamente, tratando-se de uma relação simbiótica, a perda desses saberes e dessas práticas que possibilitavam um controlo social sobre os recursos, diminuirá a capacidade comunitária de gestão local da biodiversidade com consequentes alterações no equilíbrio do ecossistema (Gupta 1998; Madimetja, Masoga e Mearns 2010).

Constituídos em relação com os desafios do mercado de plantas aromáticas e medicinais, os saberes da «Terra das Ervanárias» diluem-se agora perante as novas dinâmicas de controlo inerentes aos discursos da biodiversidade, da segurança e da qualidade, impostas pelo mesmo mercado. Fragilizada pela emigração, pelo êxodo rural, pelo envelhecimento da população, a estrutura comunitária não conseguiu acompanhar as alterações ocorridas na última década que conduziram a uma modernização do sector, particularmente prolífica nos últimos anos. Não obstante o projecto e contactos no sentido de articular o saber tradicional com a ciência, a população resistiu à inovação proposta, sentindo-se comunitariamente representada na fábrica local que resulta da sua participação activa no fornecimento das encomendas.

Ainda assim, o valor da natureza local permanece objectificado na produção da ADP que anuncia o conhecimento tradicional em torno da actividade de colheita e a comercialização de mais de 100 toneladas «provenientes da Serra de Aire e Candeeiros», abundante em alecrim, orégão, poejo, rosmaninho, tomilho, hipericão, feld-da-terra, erva de São Roberto e salva brava.⁴⁰ E mesmo que a tradição já não seja o que era, os produtos naturais continuam a representar a transcendência das dicotomias ciência/natureza e modernidade/tradição, num processo em que a ciência, enquanto símbolo cultural da elite e do poder valida o mundo natural do camponês rural (Miles 1998, 221) e que satisfaz a participação das *ervas* da «Terra das Ervanárias».

NOTAS

¹ «Pedra Judaica. Chamase assim, porque nasce em Judéa. Achase tambem em algumas partes de Bohemia, & nos campos de Coimbra. Tem figura de bolota, & he cortada de humas linhas tão iguaes, que parecem tiradas ao compasso. Delida, & bebida serve para desfazer a pedra nos rins, com melhor sucesso que na bexiga. Outros lhe chamão Mama. Vid. Mama Lapis Judaicos. Pedra Quadrada. Vid. Pedra Candar, ou Caudar.» (Bluteau 1720, 359)

² Entrevista realizada durante o trabalho de campo.

³ Cf. Mendes *et al.* 1999.

⁴ Apresentação utilizada no Módulo I, disponibilizada no material de apoio do Curso Prático de "Produção, Recolha, Secagem, Destilação e Comercialização de Plantas Aromáticas e Óleos Essenciais em Agricultura Biológica" promovido pela AGROBIO nos dias 2, 16 e 30 de Junho de 2012.

⁵ Cf. Gaspar *et al.* 2002.

⁶ Inibe a tosse (Cunha, Roque e Gaspar 2011, 457).

⁷ Que faz desaparecer a sensibilidade à dor (Cunha, Roque e Gaspar 2011, 456).

⁸ Facilita a digestão (Cunha, Roque e Gaspar 2011, 460).

⁹ Medicamentos e Pluralismo Terapêutico: consumos, lógicas e racionalidades sociais. Projecto de Investigação financiado pela FCT/MCTES (PTDC/SDE/64216/2006) e pelo INFARMED.

¹⁰ Cf. «Chá» in Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, consultado on-line em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/>.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ «Este arbusto floresce na primavera: e as folhas devem colher-se entre Abril e Setembro inclusivamente, fazendo escolha das melhores; limpam-se primeiro esfregando-as com cautela, e lavam-se em agua fresca, depois do que se poem a secar. Estando alguma cousa enxutas, mas não de todo, expõem-se á acção d’um forte calor d’agua até de verdes que são ficarem em côr d’azeitona: feito isto vão n’um vaso ao fogo a seccar, tendo o cuidado de as mecher durante esta operação, e quando estiverem bem seccas se devem guardar.» (*O Panorama* 1838,194)

¹⁵ Diminui a taxa de glicose no sangue (Cunha, Roque e Gaspar 2011, 461).

¹⁶ Diminui a pressão arterial (Cunha, Roque e Gaspar 2011, 461).

¹⁷ Seriam anexados os seguintes hospitais: Alampada, Espírito Santo, Fiéis de Deus, D. Gaião, S. Brás, Corpo de Deus, Inocentes, S. Gião (e anexo), S. Martinho, Pedro Escuro (e anexos), Palhais (e anexos), Trindade e S. Silvestre (Custódio 2000, 38).

¹⁸ Veja-se AHSCMS, Livro Anual de Registos da Mesa Administrativa - (1711-1712), LSC-0212, fl.385.

¹⁹ Idem.

²⁰ Cf. Diligência de habilitação de Estevão Vieira Gomes, A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1484.

²¹ «Achando-me estacionado nesta Villa de Santarém com o Batalhão de Voluntários Realistas de Covilhã e Fundão do meu Commando, acabo de receber hum generoso oferecimento feito pelo Boticário da mesma Villa Joaquim António Leite, o qual oferece gratuitamente não só todos os medicamentos que forem necessários ás praças que compõem o Batalhão do meu Commando, mas também a promptificação dos Facultativos de Medicina e Cirurgia de que carecemos. Santarém, 5 de Fevereiro de 1832. Luis Candido de Tavares Osorio, Coronel Commandante do Batalhão de Voluntarios Realistas da Covilhã e Fundão.» (*Gazeta de Lisboa*, 10 de Fevereiro de 1832, n.º 35, p. 178)

²² AHSCMS, Manuscritos do Cónego Duarte Dias, LCD-067, fl.02, fl.02v e fl.03.

²³ AHSCMS, Livro LHJ-0726.

²⁴ No trabalho de Sousa Dias, encontram-se referências a Frei Filipe Caldeira, do Convento de S. Domingos de Santarém, como um dos clientes do droguista Jácome Vallabella (Dias 2007, 151) e a Frei Alexandre do Rosário da botica de S. Domingos de Santarém, em 1725 (idem, 280). Também o Hospital de Jesus Cristo era, em 1833, fornecido por um droguista de Lisboa, Manoel de Stª Anna da Cunha Castel Branco, sabendo-se que em 1834/35, o boticário daquele hospital recebia «duas remeSas que vierão de drogas que vierão de Lisboa em Junho e Setembro».

Cf. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, Livro de Registos dos Produtos Farmacêuticos Adquiridos – 1833/1856, fl.2.

²⁵ Na carta de foral às vilas de Alcanede e Pernes (Cruz 1995), outorgada por D. Manuel I em 1514, por exemplo, não se pagava portagem de «quarqueyja tojo [...] nem de lenha nem herva» (fólio 8 v.), enquanto se pagariam «doze reaes [...] por carga de totalas mercarias especiarias e boticárias e tinturas e

por todas outras suas semelhantes» (fólio 11) e «Casca e çumagre, palma esparto junça e funcho quatro reaes» (fólio 11 v.).

²⁶ Azevedo, Manuel de. 1705. Correção dos abusos, 2.^a edição, t. 2, Lisboa, p. 75. Ap. Dias 2007, p. 88.

²⁷ Maria Celeste e Clarinda Paixão, respectivamente.

²⁸ A irmã de Clarinda referiu-me não se recordar bem: «Mas fiquei com a ideia que os antigos donos da ervanária, foram dar um passeio à serra e cruzando-se com a minha avó, lhe perguntaram se estaria interessada em apanhar ervas para vender. A minha avó começou a apanhar ervas para vender para a Antiga Ervanária e como havia mais gente que apanhava, para uso próprio, ela começou a comprar aos outros, a limpar e a vender.» (Isaurinda Paixão)

²⁹ Bureau Veritas Certification – NP EN ISSO 9001: 2008, alterado em 2012 para Preparação e comercialização de Plantas Mediciniais, Aromáticas e seus Derivados.

³⁰ «Medicamento à base de plantas», qualquer medicamento que tenha exclusivamente como substâncias ativas uma ou mais substâncias derivadas de plantas, uma ou mais preparações à base de plantas ou uma ou mais substâncias derivadas de plantas em associação com uma ou mais preparações à base de plantas.

³¹ «Preparações à base de plantas», preparações obtidas submetendo as substâncias derivadas de plantas a tratamentos como a extração, a destilação, a expressão, o fracionamento, a purificação, a concentração ou a fermentação, tais como as substâncias derivadas de plantas pulverizadas ou em pó, as tinturas, os extratos, os óleos essenciais, os sucos espremidos e os exsudados transformados.

³² Como por exemplo, a *erva cobrinha* para a dor de barriga, problemas de bexiga e hemorróidas, com as quais se faziam «banhos de assento», deitando a erva com água quente em bacios.

³³ Pouco tempo após a primeira entrevista, Elisa sofreu um A.V.C. e não foi possível tornar a entrevista-la novamente a este propósito.

³⁴ Nomeadamente do *Memonatur* e do *Ulceriplant*.

³⁵ “Estudo da produção agronómica de espécies de *Salvia* com vista à avaliação dos seus constituintes para o potencial controlo da doença de Alzheimer” da Fundação da Faculdade de Ciências (FFC/FC/UL) e pelo Instituto Politécnico de Santarém financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/AGR-AAM/66414/2006).

³⁶ Despacho n.º 3174/2009, de 16 de Janeiro, publicado no Diário da República, 2.^a série, N.º 16 de 23 de Janeiro de 2009.

³⁷ De acordo com notícia publicada no jornal Notícias do Ribatejo, em 9 de Junho de 2009.

³⁸ Patente n.º 2172473, «Alpha, beta-unsaturated, delta-lactones, process for their preparation and their application as pesticides», emitida em 7 de Abril de 2010.

³⁹ Durante a visita à Herdade de Vale Covo, em Mértola, no Módulo 3 «Óleos Essenciais» do Curso Prático da AGROBIO, constatei que o proprietário e formador, François Goris, apesar de ter cultivado alecrim, aguarda que a limpeza dos terrenos da herdade possa permitir o desenvolvimento do alecrim autóctone espontâneo, que assim consegue tornar-se vegetação dominante. Não só por se tratar de plantas novas que ao fim cerca de um ano e meio já podem ser exploradas, mas sobretudo porque essa espécie, que classificou de genuína (porque endémica e espontânea) produz óleo de melhor qualidade. A sua experiência contradiz, assim, argumentos em favor do cultivo do alecrim.

⁴⁰ V. Página de Internet da ADP: <http://www.adplda.com/48/onde-estamos> (acedida em Novembro de 2014).

VIII

Da botica e ervanária

«Largo da Anunciada. Árvores. Uma porta de igreja. Automóveis, E, de repente, diante dos olhos, esta tabuleta:

ANTIGA ERVANÁRIA

Casa fundada em 1793

13 – 14 – 15

Fundada em 1793?... Noventa e três? Data da viragem na história do mundo. Revolução Francesa. Terror. Guilhotina. Saint-Just a chamar do alto da tribuna da Convenção: «a felicidade é uma ideia nova!» Batalha de Fleurus. «Viva a República!» Lágrimas nos olhos. As tropas da revolução estoíram sem fronteiras ao som da Marselhesa. A Europa levanta-se a cantar, bêbada de morte e de vida!

... E entretanto, em Lisboa, fundava-se uma Ervanária para vender ingredientes ressumantes de vapor de água, mandésios, amavios, tisanas, ervagens colhidas à meia-noite nos cemitérios, cidreiras, tília (brandura dos nossos costumes) – numa civilização de chazinhos fumegantes, beberagens, delíquios, flatos, enxaquecas, teorias, estorvos, molezas, melindres, gritinhos, medo do papão, chatice...»

(José Gomes Ferreira. 1978. O Mundo dos Outros. Histórias e vagabundagem, p. 170-171).

A Antiga Ervanária da Anunciada, como ainda é conhecida, reclama as suas origens numa botica fundada em 1793, junto do Passeio Público em Lisboa (Bastos 1945, 36) apesar de não existirem referências claras quanto ao seu fundador.

A distância de mais de dois séculos e o modo como o peso da antiguidade da sua existência se alia a uma tradição neste tipo de comércio, reposicionam a Antiga Ervanária no imaginário do mundo das boticas e boticários na Lisboa de Oitocentos, contextualizando-a numa data de viragem na História da Farmácia em Portugal.

Em Portugal, havia sido decretada em 1462 a separação entre as profissões médica e farmacêutica (Dias 2005, 33) pelo que, desde então, a preparação de medicamentos já não competia ao físico mas ao boticário. De certa forma e atendendo às concepções etiológicas da época, o poder de tratar as doenças encontrava-se,

oficialmente, repartido entre eclesiásticos, físicos, cirurgiões e boticários, enquanto curandeiros e curandeiras concentravam nas suas práticas todas essas possibilidades: diagnosticavam, rezavam, prescreviam, preparavam e aplicavam as terapêuticas.

No século XVIII, o exercício da profissão farmacêutica era ainda regulado, principalmente,¹ pelo Regimento do Físico-Mor de 1521 e pelo Regimento dos Boticários de Lisboa de 1572 (Dias 2007, 182-185) que, apesar de não estipularem «quaisquer funções ou direitos para as corporações farmacêuticas», «determinavam uma série de obrigações, definindo quais os livros que os boticários eram obrigados a possuir, assim como os pesos e as medidas convenientes ao seu ofício» (Dias 2005, 47).

Nas últimas décadas do mesmo século, destacam-se a criação da Junta do Protomedicato em 1782 que passaria a supervisionar o acesso e a actividade dos boticários e o alvará de lei de 7 de Janeiro de 1794 que aprovava a Farmacopeia Geral do Reino.

Não obstante a publicação da *Pharmacopoea Elegantissima* de Zacuto Lusitano [1575-1642] ou da *Pharmacopeia* de Ribeiro Sanches [1636] dirigidas aos médicos, a literatura farmacêutica portuguesa conheceria grande incremento durante 1700, sendo escrita por e para boticários (Dias 2007, 75).

«Esta proliferação de literatura técnico-científica destinada à aprendizagem da arte de boticário bem como à execução prática dos medicamentos e estudo, colheita e conservação das matérias-primas, bem como à prescrição medicamentosa, não só se revelou mais intensa durante o século XVIII como se mostrou mais articulada com o exercício da profissão farmacêutica e com os avanços operados na terapêutica medicamentosa.» (Pita 1999, 50)

Assim, surgem, por exemplo, a *Farmacopeia Lusitana* [1704], a *Pharmacopoea Bateana* [1713], a *Farmacopeia Ulissiponense* [1716], a *Matéria Médica* [1735 e 1758], o *Colectâneo Farmacêutico* [1735], a *Farmacopeia Tubalense* [1735], o *Exame de Boticários* [1736], a *Pharmacopoeia Contracta* [1749], a *Pharmacopoea Portuense* [1766], *Pharmacopoea Meadiana* [1768], a *Farmacopeia Dogmática, Médico-química e Teórico-prática* [1772] e a *Pharmacopée Lisbonense* [1785] que, no entanto, não constituíam farmacopeias oficiais (Conceição *et al.* 2014, Dias 2007, Marques 1999, Pita 1999).

É precisamente ao limiar desta época de expansão do saber dos boticários e da sua regulamentação que se associa a fundação da Antiga Ervanária da Anunciada, em 1793.

De acordo com Rocha (1998, 55), a «introdução da Universidade na formação boticária vai traduzir-se na existência de duas instâncias de legitimação nesta actividade»: o Físico-Mor [1521] e a Junta do Protomedicato [1782] e a Universidade. Neste sentido, a publicação e aprovação da Farmacopeia Geral, em 1794, por decreto de D. Maria I, pretendia cumprir as determinações dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772, conferindo uma formação farmacêutica adequada e orientando a prática profissional dos boticários na preparação dos medicamentos (Conceição *et al.* 2014, 52).

Já com a publicação da primeira farmacopeia portuguesa [*Pharmacopea Lusitana* 1704], de orientação galénica e influência da farmácia conventual, se pretendia organizar a produção medicamentosa e o estudo dos boticários (Pita e Pereira 2005, 80). Do ponto de vista científico, esta primeira farmacopeia era ainda bastante tradicional (*idem*), omitindo não só os medicamentos químicos – que integravam substâncias como o *Sal de Rochelle* ou *Sal de Seignette*, o *Sal de Glauber*, o *Sal de Prunela*, a *Terra Foliada de Tártaro*, o *Sal de Seidlitz* ou *Sal de Epsom*, os *Pós do Conde Palma*, do *Kermes Mineral*, entre outros (Pita e Pereira 2012, 230-231) – como as novas drogas americanas – a *quina*, a *ipêcacuanha*, o *guaiaco*, a *salsaparrilha*, o *café*, o *tabaco* e o *cacau*, por exemplo (*idem*, 231). Contudo, paralelamente à tentativa de ordenar a inventariação e a manipulação das drogas e os respectivos formulários através da publicação de farmacopeias, assistiu-se ao gradual abandono de práticas mágico-religiosas (Pita e Pereira 2005, 74) e, conseqüentemente, à separação dos recursos terapêuticos até então partilhados pela medicina oficial e pela medicina popular.

Até ao final do século XVIII, predominava a farmácia galénica cujo processo de produção oficial consistia igualmente um processo de formação: a fonte de aprendizagem fundamentava-se na prática na botica, «sendo esta indissociável dos resultados materiais, sociais e simbólicos do próprio trabalho» (Rocha 1998, 53). Após um período de aprendizagem de quatro ou mais anos, realizava-se o exame que dava acesso à profissão de boticário (Dias 2007). Porém, a par dos avanços na Medicina e na Botânica, terá sido a ciência química que viria a constituir a «linguagem simbólica estruturante da escolarização farmacêutica» (Rocha 1998, 56).

Neste contexto, salientavam-se em Lisboa a Botica do Azevedo, estabelecida em 1775 pelo frade dominicano Francisco José d’Aguiar (Carvalho 1899, Forjaz 1961), onde, segundo a Gazeta de 1783, o médico Joaquim Henriques de Paiva dava lições gratuitas (Carvalho 1899, 105) e cuja história viria a originar o actual Grupo Azevedos.

De acordo com Dias (2007, 234), entre 1763 e 1769, existiam em Lisboa 92 boticas ou boticários, número que aumentou para 152 em 1843.

Procurando pistas sobre a botica do Passeio Público, encontrei referência à *Botica da Copa* de José Victorino da Costa Aroeira. Situada à «porta do Passeio (lado do Norte), pouco distante da guarda da Polícia [...] tinha entrada pela rua Oriental do Passeio n.º 7, e por dentro do Passeio Público» (Carvalho 1899, 196). Mencionada por Pinto de Carvalho (1899) e Freire (1931), esta botica ficou associada à introdução de música no Passeio Público pelo seu proprietário, como notam também Relvas e Braga (1991).

Conhecida por vender «agua férrea aos copos» (Carvalho 1899, 196), a botica de Aroeira terá sido envolvida numa polémica quanto à autenticidade das águas que vendia, conforme se pode depreender de alguns anúncios publicados na *Gazeta de Lisboa*. Em princípio de Junho de 1826, o «dono da agua férrea da quinta das Ribeiras» tornava público que «elle a faz conduzir todos os dias para a botica do Bêça, no Rocio N.º 6, sendo este quem só a vende», imputando como falso o anúncio de José Victorino da Costa Aroeira de que «elle a vende na sua copa ao Passeio» (*Gazeta de Lisboa* 1826, 528). No final do mesmo mês, seria o farmacêutico de «Cabeça de Mont-áchique» a denunciar «hum impresso que fez distribuir o Farmaceutico José Victorino da Costa Aroeira, das Aguas mineraes férreas da Cabeça, que elle diz conter a sua copa de aguas dentro do Passeio são acondicionadas por elle», pretendendo assim que o «seu credito não seja maculado perante o mesmo publico, e com especialidade perante os Facultativos, quando estas se não achem com todos os seus contentos, pelo seu máo acondicionamento» (idem, 604).

O negócio deste boticário parecia fundamentar-se nas águas, uma vez que em 1833, anunciava a *Gazeta de Lisboa*:

«Na Botica da Copa, rua do Passeio, N.º 7, se prepara a Agua Alcalina amoniacal, aprovada pelos Doutores Lind Coscen, Thoubenel, Chaptal, e outros sábios, como excelente preservativo de toda e qualquer moléstia epidémica, e na mesma Botica se dirá como se ha de empregar: vende-se meia canada por 60 rs.» (*Gazeta de Lisboa* 1833, 592)

No final do mesmo ano, através da publicação do mapa da Repartição das Obras Públicas percebe-se o final da botica da Copa, pela indemnização de 32\$400 pagos a José Victorino da Costa Aroeira, «pelo valor, dos Objectos existentes na casa

das agoas mineraes no Passeio Publico, e de q esta Repartição se utilizou quando lhe fora tirada a dita casa».²

Ainda assim, em Dezembro de 1834, Aroeira exerceu funções como examinador para o exercício de farmácia³ e, em 1836, fazia parte da Comissão de Farmácia da Sociedade Farmacêutica Lusitana,⁴ a primeira associação especificamente farmacêutica criada em 1835 inicialmente com a denominação de Sociedade Farmacêutica de Lisboa (Dias 2005). No entanto, entre 1840 e 1843, segundo consegui apurar, José Victorino da Costa Aroeira teve seis processos no Juízo Ordinário do Julgado de Almada,⁵ um dos quais envolvia a Comissão Administrativa do Hospital de S. José e outro o também farmacêutico Manuel José Rodrigues Barreiro.

Apesar de ter sido a botica de Aroeira aquela associada ao Passeio Público com maior notoriedade nas primeiras décadas de 1800, não parece estar relacionada com a fundação, em 1793, daquela de que se proclama a origem da Antiga Ervanária da Anunciada.

De acordo com Bastos (1945, 36), em 1880 a propriedade dessa botica original foi legada à viúva do proprietário, Joaquina dos Santos Pereira, que «exerceu a administração até 1924, ano em que morreu com a veneranda idade de 75 anos».

Cruzando as diversas práticas de transmissão da botica no século XVIII ilustradas por Dias (2007) com as indicações de Bastos (1945), compreende-se que Joaquina dos Santos Pereira não seria a viúva do fundador, atendendo aos 87 anos que decorrem entre a alegada fundação da botica e o seu legado. As boticas eram frequentemente transmitidas para os filhos segundos, viúvas, filhas que casavam com praticantes, sobrinhos e outros (Dias 2007). Recorde-se que uma das características do trabalho artesanal consistia na «contiguidade do seu exercício com o domicílio do mestre e a sua funcionalidade a ser desenvolvido na base de relações familiares e de parentesco» (Rocha 1998, 54). Por esse motivo, «as viúvas dos boticários falecidos em exercício tinham a possibilidade de ficarem a substituir os maridos defuntos» (Leone 1977, 326; v. Dias 2007, 256-257).

Abrindo-se um vasto leque de possibilidades e na ausência de referências a um boticário de 1880 de apelido Tavares ou à sua botica, procurei reconstruir parte da genealogia de Alfredo Augusto Tavares, recorrendo aos registos paroquiais. Tinha, igualmente, colocado por hipótese que Joaquina dos Santos Pereira poderia estar relacionada com a família de outras duas boticas: a de Ascenso Pereira de Freitas, na rua do Príncipe n.º 60, junto ao Passeio Público (*Gazeta de Lisboa* 1833, 504) e/ou a de

José Joaquim Pereira, na rua da Lapa n.º 51, junto à rua de S. Domingos (*Gazeta de Lisboa* 1833, 540).

Joaquina do Patrocínio dos Santos Pereira nasceu a 12 de Outubro de 1849, na Batalha, sendo a sua família paterna originária de Vila Facaia.⁶ Aos 20 anos de idade, Joaquina residia no n.º 11 do Largo da Anunciada e casou a 1 de Maio de 1870, com Augusto Alfredo da Silva Tavares, correeiro, natural da freguesia de S. José em Lisboa.⁷ De acordo com o registo de baptismo de Augusto, nascido a 15 de Fevereiro de 1850, os seus pais – Manuel Dias Tavares e Maria da Piedade – residiam na Rua do Passeio Oriental.⁸ Em 1880, à data do seu falecimento, Augusto Alfredo residia no n.º 134-loja da Rua Oriental do Passeio, com sua Joaquina e dois filhos menores.⁹ Em 1881, a viúva casou com o viúvo José Joaquim Pereira, pedreiro de profissão e, através do registo desse casamento, sabe-se que nesse ano ainda residia no n.º 134-loja da Rua Oriental do Passeio.¹⁰

Estes dados conduzem-me a excluir a ligação a um precursor boticário no estabelecimento. Tudo indica que Joaquina teria herdado o negócio por via dos sogros e esta hipótese parece ser comprovada por um folheto de propaganda comercial a que tive acesso,¹¹ onde o proprietário salienta a «muita prática de muitos annos e com que aprendi com minha mãe e minha avó».



Imagem 31 - Folheto do estabelecimento de Alfredo Augusto Tavares (c. 1926/1930).
(Fonte: <http://www.custojusto.pt/braga/coleccoes/cartaz-comercial-alfredo-augusto-tavares-1793-14109232>, 11 de Novembro de 2014).

Compreende-se, deste modo, que após a morte de Joaquina Santos Pereira, em 1924 (Bastos 1945, 36), o negócio foi continuado pelo filho Alfredo Augusto Tavares.¹² O aviso para «não confundir esta casa com outra pequena que abriu de novo numa escada no mesmo largo», permite datar este folheto entre 1926 e 1930, uma vez que me

parece ser uma referência à Ervanária Hermética, segundo Ribeiro e Conrado (1994, 52), «no Largo da Anunciada desde 1926». E embora reconheça a aprendizagem realizada com a mãe e a avó (paterna), sobressai, porém, a designação no masculino de «Antigo Ervanário», ficando clara a tradição do ramo do estabelecimento.

Simultaneamente evidencia-se uma ligação aos *ervanários*, comerciantes de plantas medicinais onde se abasteciam muitos boticários (v. Dias 2007) e uma localização geográfica privilegiada e tradicionalmente associada a este tipo de comércio – perto do Rossio e da Praça das Hervas, nome anterior da Praça da Alegria (Sequeira 1917).

No século XVIII, a actividade dos *ervanários* afigurava-se discreta, ocupando o fundo da escala dos rendimentos das profissões de saúde, pagando uma modesta média de 467 réis de décima de maneo – que representava menos 100 réis do que os oficiais de botica e apenas 15% do que pagavam os boticários –, não consistindo uma ameaça que preocupasse as autoridades sanitárias (Dias 2007, 130).

Em 1784, houve uma proposta na Junta do Protomedicato para que os *ervanários* «fossem examinados e devidamente vigiados pela junta, para que não vendessem umas plantas por outras e “para que as escolhão, sequem e guardem, conforme as regras da Arte”» (idem). Pretendia-se, igualmente, a elaboração de «huma espécie de roteiro, ou compêndio de Botânica, acomodado à capacidade dos Hervalários, que trate da colheita, excicassão, e conservação das plantas, e suas partes» (idem). No entanto, tal proposta foi rejeitada por se entender que «estes homens são huns meros serventes dos Boticários, hindo ao campo buscarlhes as hervas, Raízes, e plantas, que os Boticários devem conhecer pellas leys de sua Arte» (idem, 131).

Assim, embora no seio do espírito da época tivesse havido uma sugestão para controlar o saber dos *ervanários* e para os capacitar com uma formação que se coadunasse com as exigências do fornecimento aos boticários, o negócio ficou à margem deste tipo de requisitos. De resto, com a publicação da Farmacopeia Geral do Reino, em 1794, ficavam estabelecidos, na primeira parte desta obra – *Eleição, colheita, reposição, e duração dos símplices* –, os procedimentos relacionados com as matérias-primas de origem vegetal que constituíam a base da maioria dos preparados farmacêuticos (Pita 1999, 76).

Regulamentadas, sob o ponto de vista técnico e científico, a prática dos boticários e farmacêuticos, bem como a produção medicamentosa, os *ervanários* eram tidos como mero fornecedores dos primeiros e, enquanto tal, escrutinados no seu saber

através da qualidade do fornecimento. Perante as crescentes restrições que se impunham nas práticas terapêuticas, não será de crer que esta classe fosse encarada seriamente quanto à possibilidade de venda directa ao público.

Tanto mais que, no decurso do século XIX, as «linguagens universalizantes e eficazes das ciências» (Rocha 1998, 60) se consubstanciam na criação da Instituição Vacínica [1812], das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto e respectivas Escolas de Farmácia [1836], do Instituto Bacteriológico [1892], com as consequentes alterações nas representações da saúde e da doença, distanciando a medicina científica da medicina popular.

Com esse novo entendimento dos mecanismos da doença, surgiram as preocupações sanitárias e, na sequência da reforma de Passos Manuel, em 1837 seriam aprovados o Conselho de Saúde e o Regulamento de Saúde Pública. As Leis de saúde de Costa Cabral (18 de Setembro de 1844 e 26 de Novembro de 1845), nomeadamente a proibição de enterros fora dos cemitérios públicos e a exigência de uma certidão de óbito passada por facultativo, viriam a ser um dos factores responsáveis pela revolta popular conhecida por Maria da Fonte (1846).

Ainda assim, apesar das reformas e imposições legais, o recurso à medicina popular e aos conhecimentos tradicionais sobre doença e cura continuava a ser frequente no século XX. Como referiam Carneiro e Lima (1931, 227), «o que leva as famílias a recorrer à Medicina, é o receio de que os doentes morram sem assistência médica e de se tornar difícil a aquisição da certidão de óbito». Também Ribeiro (1934) observava o seguinte:

«Nas doenças o povo, antes de recorrer ao médico, tenta recuperar a saúde com o emprego de remédios caseiros, além de práticas supersticiosas de que já falámos. (...) A maior parte dos remédios caseiros é preparada com ervas ou folhas de certas árvores em cosimentos, em chás, e infusões, e muitas têm múltiplas virtudes curativas». (Ribeiro 1934, 270)

Importa ter em conta que os anos 1920 foram marcados por um «intenso período de transição da farmácia artesanal, oficial para a farmácia industrial», de que dá conta Pita (2008, 331) na sua análise do 1.º Congresso Nacional de Farmácia realizado na Sociedade Farmacêutica Lusitana, em Lisboa, em Dezembro de 1927. Se a «nova dinâmica produtiva do medicamento implicou uma nova relação do farmacêutico e do médico com as farmácias e os medicamentos, uma relação assente na lógica da

produção industrial do medicamento» (idem), esta teve, igualmente, reflexo na relação do público com a medicina, a farmacêutica e o medicamento.

Recorde-se que na transição entre os séculos XIX e XX a população da cidade de Lisboa quase que duplicou (Alves 2012). Deste modo, com o êxodo rural e o crescimento da população urbana surge um novo mercado para os *ervanários*, no seio de uma classe de origem campesina tradicionalmente desconfiada da medicina e da farmacêutica química e propensa a resolver os seus problemas de saúde através da medicina popular e dos remédios caseiros preparados com base nos recursos vegetais da flora espontânea.

Articulando os saberes terapêuticos construídos na sua relação com a medicina e farmacêutica com o conhecimento (e fornecimento) das plantas medicinais, o *ervanário* constituía-se, igualmente, como uma alternativa aos curandeiros para uma população afastada das suas raízes rurais e das suas curas tradicionais.

No caso do «antigo ervanário» Alfredo Augusto Tavares, a tradição é emoldurada na antiguidade da fundação do estabelecimento comercial que pressupõe e acompanha uma longa (e diversificada) transmissão de saberes no seio da família, plasmando o conhecimento da medicina popular e enfatizando uma especialização feminina.

Como nota Rocha (1998, 53) a respeito do processo de formação dos boticários, a «repetição em processos de aprendizagens prolongadas constitui-se numa pedagogia, herdeira de destrezas e técnicas que se adquirem com o uso reiterativo que não exclui a habilidade singular de cada artista e a forma como os indivíduos concretos se distinguem na sua arte». Nesse sentido, nas primeiras décadas do século XX, o Antigo Ervanário publicitava-se como o estabelecimento «que mais curas tem feito com o meio das plantas e por isso o mais acreditado em Lisboa e nas províncias».

Além da eficácia do saber ditado pela longa tradição no ramo, este ervanário acompanhava as exigências do mercado, seguindo os preceitos de higiene requisitados por uma clientela mais específica. Esclarecia, então:

«Este estabelecimento é o maior e mais bem sortido e com maior aceio de todo o país, pois todas as plantas tanto para beber como para banhos estão separadas e envidraçadas livre de poeira e de qualquer microbio nocivo à saúde e em geral as que são por mim aconselhadas para uso de qualquer doença.»¹³

De acordo com Bastos (1945, 36), a ervanária, sob «a gerência de Alfredo Augusto Tavares tomou um incremento notável, tornando-se conhecida em todo o País como a melhor casa especializada no comércio de plantas medicinais».

Conforme sobressai da observação do folheto publicitário do Antigo Ervanário [Imagem 31], as preparações não tinham, à época, uma designação comercial ou marca, assemelhando-se aos remédios de segredo do século XVII.



Imagem 32 - Algumas especialidades do Antigo Ervanário (c. 1926-1930).
(Fonte: <http://www.custojusto.pt/braga/colecoes/cartaz-comercial-alfredo-augusto-tavares-1793-14109232>, 11 de Novembro de 2014).

Anunciam-se, genericamente, *plantas* e os efeitos terapêuticos que se pretendem alcançar, sendo as diferentes patologias e correspondentes etiologias expressas numa linguagem que apela tanto à medicina popular, como à medicina convencional. A indicação das especialidades de plantas neste folheto é consistente com o léxico de usos de plantas em relação ao corpo humano mobilizado pelo saber local apresentado por Santos (1994) que distingue três campos de organização: os compostos do corpo [*composantes du corps*], os *males* e as *acções*. Evidencia-se, portanto, uma correspondência entre o léxico do saber local e aquele do ervanário que representa, no espaço comercial urbano, a ligação ao conhecimento e práticas tradicionais do mundo rural do qual a população se distanciou. No mesmo veículo de comunicação ao público, cruzam-se conceitos como *albumina* e *esfalfamento*, o que traduz a articulação dos discursos científicos e populares na comercialização de soluções para a saúde, produto do saber acumulado pelo ervanário.

Com a morte de Alfredo Augusto Tavares, em 1938, o estabelecimento passou para a sua filha Laura Tavares Rodrigues e para o seu marido, Abel Artur Rodrigues

(Bastos 1945, 36), alterando-se, então, a designação para Alfredo Augusto Tavares (Filhos). Acompanhando a evolução das terminologias, o estabelecimento perdeu a associação aos *ervanários* do Rossio do século XVII e passou a *Antiga Ervanária*.

Terá sido na gerência de Abel Rodrigues que a Antiga Ervanária empreendeu pelo mercado externo, adquirindo um «grande armazém na Av. 24 de Julho» a partir do qual «fornece vários países estrangeiros, especialmente, os Estados Unidos da América, Inglaterra, Brasil, etc.» (Bastos 1945, 36). De resto, recorde-se que, tal como referi num capítulo anterior acerca da Flora Protegida, a partir de 1948 cresce o volume de exportações de plantas para perfumaria e usos medicinais (v. Gráfico 4, Capítulo V), o que demonstra da parte da Antiga Ervanária, uma capacidade de acompanhar a evolução do mercado.



Imagem 33 - Crónica Feminina de 1942

(Fonte: <http://diasquevoam.blogspot.pt/2008/10/antiga-ervanria.html>, a 25 de Outubro de 2008).

Será ainda de salientar que, nos meados do século XX, o processo de formação e aprendizagem do negócio não sofrera grandes alterações em relação à tradição. Assim, um sobrinho deste casal, Secundino Rodrigues, fez a sua «aprendizagem e formação na empresa de seus Tios, a famosa Ervanária do Largo de Anunciada». ¹⁴ No final de 1957, adquire o trespasse da Casa ADA, popularmente conhecida por ervanária da Graça, situada «naquela época, num dos mais pobres e desprotegidos Bairros de Lisboa». Introduzindo «inovações no ramo de Ervanária usando novas estratégias de mercado e

meios de acção», consegue, não só, conquistar o seu espaço como, a partir de 1958, iniciar «as primeiras exportações para Angola em ritmo e quantidades anteriormente jamais alcançadas», para São Tomé e Príncipe, Guiné, Cabo Verde e Moçambique. Beneficiando de clientela que se estabelecia na diáspora portuguesa, Secundino começou a exportar para o Canadá, Estados Unidos da América, Brasil e África do Sul, satisfazendo encomendas por via postal dos emigrantes portugueses.

Em 1965, Secundino estabeleceria a Casa ADA em Moçambique, após adquirir o trespasse do seu representante em Lourenço Marques, onde se mantém até à data. Em 1968, foi inaugurada uma sucursal no Porto e uma delegação em Mocimboa da Praia, onde «cria condições, inicia e lidera exportações de Algas Marinhas em grande escala para a Europa». Com a Independência Nacional de Moçambique e as consequentes alterações dos sistemas político e económico, ditaram a suspensão da actividade de exportação de algas. Perante as situações difíceis da Casa ADA Moçambique, entre 1977 e 1988, a sua recuperação contou com o impulso da exportação de plantas da flora Moçambicana, desde os anos 1990.¹⁵

Além do negócio iniciado por este sobrinho dos Rodrigues, outro familiar – que se pensa ser um primo da família dos Tavares¹⁶ – fundaria em 1950, a ervanária Rosil, cujo acrónimo resulta de Rodrigues e Silva.¹⁷ De acordo com a informação da Câmara Municipal de Lisboa, *Rosil* é «marca registada dos 47 chás ou composições, cada com uma aplicação própria, preparadas no armazém na rua S. Mamede ao Caldas e armazenados com equipamento moderno».¹⁸

Constata-se, assim, tal como observou Isaurinda Paixão, que «estas ervanárias mais antigas de Lisboa têm a ver com a mesma família». Essencialmente, percebe-se que a introdução no ramo de negócio se realizou nos moldes tradicionais da produção officinal, em que a aprendizagem é «indissociável dos resultados materiais, sociais e simbólicos do próprio trabalho» (Rocha 1998, 53) e onde as relações familiares e de parentesco que se constituem «em agências de formação, permitem a transmissão de capitais culturais (saber e saber-fazer), sociais (redes de relações), económicos (património instalado entre outros) e simbólicos, conferindo em última análise uma posição social» (idem, 54). Terão sido estes capitais acumulados numa tradição familiar, valorizada e incrementada a cada geração que permitiram, não só a longevidade do estabelecimento, como a constituição de outras duas casas bem reputadas no mercado.

Entre a sua ilustre clientela, atendendo à sua localização geográfica nos arredores das principais casas de espectáculos da capital,¹⁹ contava-se, por exemplo, a atriz Beatriz Costa que, num dos seus livros, deixou o seguinte registo:

«Aqui vai a resposta a uma senhora que me pede o segredo permanente da minha boa disposição, aparência jovem e vitalidade. Resposta: “A antiga ervanária do largo da Anunciada, fundada em 1793, segunda metade do século XVIII, tem lá um chá que quem o toma nunca mais deixa de se sentir feliz, jovem e alegre!” Porque a base de todas as alegrias é o bom funcionamento dos intestinos. Detesto medicamentos. Nunca tomei uma pastilha para dormir e abuso de tudo o que é natural. Cápsulas de óleo de alho e muita gelatina! Leitora, faça como eu, tome o chá, abuse do alho, porque é inodoro... Regale-se com a gelatina e não faça mais perguntas, porque eu ando saturada de gente perguntadeira. Mas continuo massacrada por ela...» (Costa 1990, 88)

A evolução do negócio teria já conduzido à transformação das especialidades de plantas do Antigo Ervanário Alfredo Augusto Tavares em *chás*, do n.º 01 ao n.º 40, seguidos de um outro nome. Da análise comparativa entre o folheto de 1926-1930 e o actual catálogo da Antiga Ervanária, resultam algumas observações interessantes, indicadoras da introdução de novos significados no panorama das terapêuticas naturais.



Imagem 34 - Forma de usar a preparação de plantas para regular a menstruação (1926-1930).
(Fonte: <http://www.custojusto.pt/braga/colecoes/cartaz-comercial-alfredo-augusto-tavares-1793-14109232>, 11 de Novembro de 2014).

Além disso, recordando o percurso das infusões de plantas que em meados do século XIX se expandiam da lógica terapêutica para o consumo social a que me referi no capítulo anterior, será de salientar que nas 13 soluções para problemas de saúde,

publicitadas no folheto comercial do *Antigo Ervanário*, apenas uma surgia designada por *chá* [v. Imagem 31] enquanto a decocção era destacada como «forma de usar» [v. Imagem 33].

Analisando a oferta actual dos chás compostos da Antiga Ervanária, o modo de emprego mais frequente é a infusão (21 em 39), que também se generalizou quer como forma de preparação, quer como sinónimo de *chá*, possibilitando a inclusão destas soluções terapêuticas na categoria de *bebida social*, com as correspondentes implicações.

Os *chás compostos Antiga Ervanária*, «fórmulas da casa» segundo Isaurinda Paixão, parecem derivar dos preparados e especialidades de *plantas* anunciadas por Alfredo Augusto Tavares. Além do número atribuído, essas 40 preparações têm agora uma marca ou um nome associado, na composição do qual entra, em 18 casos o vocábulo «*plant*», em 5 casos outros vocábulos alusivos ao mundo vegetal – *Primavera*, *vegetal* ou *flora* – e apenas 2 indicam directamente o nome da planta (Pau d’Arco e Hiperião do Gerês). Na composição do nome do produto são mais frequentemente adicionados a estes indicadores da ligação ao mundo vegetal vocábulos relacionados com os efeitos pretendidos (17 casos) do que condições de saúde (13 casos). Apenas em 3 dos nomes dos chás – *Lamel*, *Ribeirinha* e *Hipotin* – não se evidencia uma relação imediata com os extractos vegetais, com o efeito sobre os sintomas nem com a doença.

Sobressai, portanto, a associação de *plantas* que não são especificadas senão na composição dos chás inclusa em letras miúdas nas embalagens, ao *efeito* sobre os sintomas ou estados sobre os quais se pretende uma acção terapêutica: digestão, menstruação, menopausa, pele, tabagismo, etc. Quanto às condições de saúde que podem ser inferidas da marca do composto, além da gripe, rouquidão, reumatismo e hemorroidal, os problemas cardíacos ou pulmonares são outras referências a situações tradicionalmente passíveis de auto-reporte, autodiagnóstico e automedicação, utilizadas a par de termos médicos introduzidos no vocabulário laico no decurso dos séculos XX e XXI, como colesterol, ureia, úlcera, hepatite, icterícia e sinusite.

Esta forma de apresentação dos compostos de plantas acompanha, pois, a adaptação aos discursos médicos e farmacêuticos, consubstanciando a articulação da tradição com a modernidade (Miles 1998), numa representação sincrética da biomedicina e ciência, da cultura tradicional de saúde e natureza (Hardon *et al.* 2008). Veja-se, por exemplo, a transformação do «Tratamento para as intercias conhecido há muitos anos» no chá n.º 35 *Ictericin (infantil)* ou a possível correspondência entre as

«Plantas para o esfalfamento e dôres no peito» e o chá n.º 40, *Hipotin* que evidenciam, pela sua nova designação, uma aproximação às designações dos medicamentos de síntese (v. Hardon *et al.* 2008).

Assim, não obstante a ervanária constituir uma terapêutica *alternativa* aos modelos biomédicos e aos fármacos químicos enquanto recurso posicionado entre os remédios caseiros e a medicina popular, evidencia-se uma paradoxal *farmacologização* dos chás e produtos naturais. Competindo com a crescente «centralidade do medicamento no quotidiano» e consequente «invisibilidade social» do «recurso a outras terapêuticas não farmacológicas» (Lopes 2010, 20), os modelos discursivos da ervanária foram adaptados em resposta à adesão social aos fármacos, incorporando uma linguagem de cientificidade como reforço das suas condições de eficácia (idem, 21).

Em suma, apesar de este ter sido um negócio que começou por fornecer os boticários, percursos da farmácia e que, com o incremento da farmacêutica química, acabaria por ocupar o lugar daqueles na comercialização de preparações à base de plantas aos adeptos da medicina popular que resistiam às inovações farmacológicas, perante a poderosa disseminação social das atribuições metafóricas e metonímicas dos fármacos (Van der Geest e Whyte 1989) houve a necessidade de aproximar os produtos naturais da categoria de medicamentos.

Objectificada a arte de curar do médico nos medicamentos começa a ser-lhes atribuído um poder libertador pela possibilidade de poderem ser usados por qualquer pessoa e em qualquer contexto, encontrando-se metonimicamente associados aos médicos que os prescrevem, aos laboratórios que os produzem e à ciência que os enforma (Van der Geest e Whyte 1989). Adquirem, simultaneamente, uma *eficácia metafísica*, quando a sua eficácia terapêutica comprova as crenças em seres «invisíveis», como as bactérias, ou nas teorias sobre infecção e imunidade (Van der Geest, Whyte e Hardon 1996, 169) que Illich (1976) designa por *medicalização do milagre*. Inerente a esta circulação nos cenários interpretativos, encontra-se uma alteração de significados (Van der Geest e Whyte 1989, 350). Nesse sentido, para manter os seus produtos naturais no mercado de saúde em competição com os fármacos de síntese, tornava-se necessário à ervanária aproximar os significados das soluções terapêuticas à base de plantas aos dos medicamentos.

O *medicamento* tinha sido definido no Decreto-Lei n.º 48547, de 27 de Agosto de 1968 que regulava o exercício da profissão farmacêutica, como:

«toda a preparação farmacêutica constituída por uma substância ou mistura de substâncias, apresentando uma dosagem determinada, destinada a ser aplicada ao homem ou aos animais no tratamento ou prevenção das doenças e dos seus sintomas, na correcção ou modificação das funções orgânicas ou ainda quando administrada de forma adequada no diagnóstico médico.» (Art.º 2.º, n.º 1)

Acrescentava-se ainda a possibilidade de poderem vir a ser «equiparados aos medicamentos, mediante despacho do Ministro da Saúde e Assistência, ouvido o Secretário de Estado do Comércio», os cosméticos, produtos de higiene, produtos dietéticos ou outros idênticos, «desde que na sua composição se contenham substâncias com propriedades tóxicas ou muito activas do ponto de vista farmacodinâmico» (Art.º 2.º, n.º 2). Embora esta definição de medicamento não excluísse literalmente os produtos da ervanária, o Decreto-lei estabelecia que «a preparação de medicamentos, especializados ou não, só é permitida nas farmácias ou em [...] laboratórios de produtos farmacêuticos» (Art.º 3.º, n.º 1).

Ficava ainda claro o distanciamento das «drogarias, estabelecimentos de ervanário e outros congêneres» em relação às farmácias, não se autorizando que aqueles tivessem «designações que possam estabelecer confusão com as farmácias» e passando o fornecimento ao público de «drogas e produtos químicos medicinais não manipulados», a depender de uma «lista elaborada e trienalmente revista pela Direcção-Geral de Saúde e pela Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos» (Art.º 32.º). O Despacho Ministerial, de 6 de Agosto de 1969 (v. Monteiro 2008) viria estabelecer a lista de produtos que poderiam ser vendidos nas drogarias e nas ervanárias, limitando estas últimas aos produtos de origem vegetal.²⁰

Recorde-se que, segundo Pita (2009, 17-18), embora os primeiros anos do século XX tenham sido «profundamente marcados pelas inovações no que diz respeito a novas substâncias activas, novas formas farmacêuticas, novas concepções de medicamentos», Portugal se mantivera um «país reprodutor do saber científico estrangeiro», onde a industrialização do medicamento esbarrava na ausência tanto de investimento económico neste sector, como de uma investigação inovadora e de uma indústria química suficientemente desenvolvida.

O ensino superior nesta área, criado em 1836 na Escolas de Farmácia da Universidade de Coimbra e das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto sob a tutela dos professores de Medicina, ganharia autonomia em 1918, mas, a partir de 1932, a Farmácia ficou limitada à licenciatura na Faculdade do Porto ou a cursos médios de

três anos em Lisboa e Coimbra até serem restauradas as Faculdades de Farmácia de Lisboa e de Coimbra, em 1968 (Dias 2005). A última farmacopeia oficial do século XIX – a *Pharmacopêa Portuguesa* de 1876, da responsabilidade de uma comissão presidida por Bernardino António Gomes –, esteve em vigor durante seis décadas até ser substituída pela de 1935 (Pita 2009, 19).

Na transição para o século XX, a Companhia Portuguesa Higiene [1891] fabricava em 1893/94 pastilhas comprimidas – comprimidos –, o Laboratório de Esterilizações criado pela Farmácia Freire de Andrade & Irmão, iniciava em 1894, a preparação de medicamentos injectáveis em ampolas de vidro e o Instituto Pasteur de Lisboa [1895] que, inicialmente, importava soros e vacinas do seu congénere de Paris, passaria a dedicar-se à «farmacêutica de oficina depois de 1903 e à produção industrial de medicamentos a partir de 1913» (Dias 2005, 73). Nesse sentido, como nota Dias (2005, 73), a indústria farmacêutica portuguesa encontrava-se preparada para colmatar a falta de medicamentos subjacente à interrupção dos fornecimentos durante a I Guerra Mundial, situação que impulsionaria um «esforço complementar de produção, com o aparecimento de novas indústrias subsidiárias e de novos laboratórios», como os Laboratórios Sicla [1915] e o Laboratório Farmacológico de J. J. Fernandes [c. 1918]. Este último, para além da edição do Boletim Farmacológico e do registo de algumas patentes de invenção, foi também responsável pela introdução do fabrico de drageias (idem).

Assim, embora esse período do pós-guerra se tenha afigurado como promissor para a indústria farmacêutica portuguesa, a pauta aduaneira de 1923 diminuía a protecção às especialidades farmacêuticas nacionais (Dias 2005). Em 1929 seria regulado o «exercício da arte de farmácia»²¹ (Sousa, Pita e Pereira 2014, 14) passando os laboratórios de produção farmacêutica (v. Ferreira e Matos 2008) e a importação e venda de medicamentos²² para a tutela da Direcção Geral de Saúde, a partir de 1931. Somente em 1939 o Decreto-lei n.º 29537, de 18 de Abril estabeleceria disposições relativas à abertura de novos laboratórios, com o objectivo de «controlar e orientar a produção nacional de medicamentos», de modo a «provocar uma menor dependência das especialidades estrangeiras, criando um tecido industrial capaz de responder às necessidades do país» (Sousa, Pita e Pereira 2014, 16). Ainda assim, alguns farmacêuticos portugueses com notoriedade (v. Sousa, Pita e Pereira 2014), contestavam o fraco investimento na inovação:

«Das nacionais as que se apresentam com originalidade ou inovação na técnica são poucas. As possibilidades técnicas dos laboratórios podiam produzir mais, mas infelizmente na sua maioria têm-se orientado no sentido da cópia.» (Serrano, 1940 cit. por Sousa, Pita e Pereira 2014)

Apenas nos anos 1940 seria fundada a Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos [CRPQF] que, em 1984, daria lugar à Direcção Geral de Assuntos Farmacêuticos (Pita 2010, 47). Também segundo Pita (2010, 49), entre as décadas de 30 a 60 do século XX, os periódicos farmacêuticos portugueses ocupavam-se frequentemente «da crise farmacêutica, do exercício ilegal da profissão, da falta de prestígio económico e social da profissão, da farmácia em geral». Ainda assim, através da acção da CRPQF verificou-se o «crescimento da indústria nacional de especialidades farmacêuticas em relação à indústria estrangeira», com o aumento dos laboratórios de especialidades de 32 unidades em 1940 para 52 em 1954 (Sousa, Pita e Pereira 2014, 17) altura em que, «à indústria nacional cabiam 55,5% do total das embalagens de medicamentos selados (nacionais e estrangeiros) e 49,3% do valor de venda ao público» (idem).

No entanto, tudo indica que, à margem das discussões socioprofissionais e de regulamentação com base científica, o comércio de soluções terapêuticas de matriz tradicional não viria a sofrer grandes alterações até ao final da década de 1960. A autoridade do saber médico não era ainda reconhecida nos meios rurais portugueses, como se depreende das seguintes observações de um médico numa publicação de 1961:

«Mas porque de “médico e de louco todos nós temos um pouco” aí está o médico no meio rural mais aberto a toda a espécie de crítica também quanto ao seu valor profissional: - o público mais ignorante ousando compará-lo e avaliá-lo em face à resposta de um bruxo, às “qualidades” de algum célebre curandeiro ou à pseudo-sabedoria de qualquer outro ignorante do género, o mais sabedor encarando-o sobranceiramente, fingindo não reparar ou sequer dar valor aos esforços de aperfeiçoamento ou outros estudos desse médico que se preza de manter uma constante actualização». (Tecedeiro 1961, 19-20)

Utilizando os termos de Illich (1976), a cultura tradicional não se encontrava ainda colonizada pela civilização médica cosmopolita, razão pela qual este médico exprimia a necessidade de um *monopólio radical*, apelando a que os Ministérios da Educação Nacional e da Saúde reforçassem «as leis repressivas vigentes e principalmente que sejam cumpridas as que existem», entendendo que «o combate à

doença e a preservação da saúde é hoje um direito das gentes» e criticando «a entrega de orientações deste tão importante sector [a] amadores ou a leigos» (Tecedeiro 1961, 26).

O processo de construção da iatrogenia cultural referida por Illich (1976) como o funcionamento da medicina profissionalmente organizada como uma autoridade moral que mina a capacidade dos indivíduos para expressar os seus próprios valores quanto à saúde desenvolveu-se em Portugal no final da década de 1960.

Apenas em 1958 a tutela dos serviços de saúde pública e os serviços de assistência pública deixam de pertencer ao Ministério do Interior, sendo criado o Ministério da Saúde e da Assistência [Decreto-Lei n.º 41825, de 13 de Agosto de 1958]. Dez anos depois, em 1968, proceder-se-ia à uniformização e de regulação dos hospitais e das carreiras da saúde,²³ incluindo o exercício da profissão farmacêutica²⁴ que impunha uma maior distinção entre os produtos farmacêuticos e os demais produtos terapêuticos. Juntamente com a promulgação da organização do Ministério da Saúde e Assistência,²⁵ em 1971, seria reconhecido o direito à saúde de todos os portugueses como incumbência do Estado. No entanto, seria necessária a mudança do regime político para que o direito à protecção da saúde se tornasse um direito constitucional, a efectivar-se através da criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito. Um ano antes da promulgação da Lei n.º 56/79, de 15 de Setembro, criando o Serviço Nacional de Saúde, o “Despacho Arnaut”²⁶ como ficaria conhecido, abriria o acesso aos Serviços Médico-Sociais a todos os cidadãos, independentemente da sua capacidade contributiva.

Acompanhando a expansão da indústria farmacêutica internacional e a necessidade de controlo do consumo e do mercado, a Portaria 17964, de 23 de Setembro de 1960, instituía a comparticipação dos medicamentos, através do «pagamento de uma percentagem do preço dos manipulados e especialidades farmacêuticas de produção nacional por parte dos serviços médico-sociais das Caixas de Previdência» (Pinto 2014, 11). Como medida de protecção à indústria nacional, a comparticipação era restrita aos medicamentos nacionais, excepto para os produtos estrangeiros de que não existisse produção nacional similar, situação que seria alterada com a adesão à EFTA, em 1962, implicando alargar a comparticipação a medicamentos «de origem de países com os quais Portugal tivesse acionado acordos ou que fossem aprovados pela federação das Caixas de Previdência» (idem).

Compreende-se, então, que ao longo de todo este processo de construção de políticas públicas de saúde e da regulamentação do acesso e das práticas – da

somatocracia (Foucault 2004 [1976]) – os cidadãos empreendiam a autogestão da sua condição de saúde, consoante os meios terapêuticos que lhes eram mais acessíveis (v. Vuckovic e Nichter 1997).

Enquadra-se neste contexto o *fascínio* pelos medicamentos que, enquanto objectos, permitem que a terapia possa ser isolada das relações sociais em que se encontra inscrita, constituindo bens transaccionáveis que carregam associações metafóricas e metonímicas (Van der Geest e Whyte 1989, 346). A sua manipulação pelo consumidor possibilita a *automedicação*, escapando ao controlo das autoridades profissionais e fragilizando a sua hegemonia, assumindo, por isso, um *poder libertador* (Van der Geest e Whyte 1989, Van der Geest, Whyte e Hardon 1996).

Assim, a *farmacologização* dos produtos naturais – que se manifesta no modo como o nome que lhes é atribuído simula as marcas dos medicamentos de síntese –, terá constituído uma estratégia para manter estas soluções terapêuticas metaforicamente associadas ao poder que os fármacos iam conquistando na sociedade ao se constituírem no «ícone por excelência das virtudes da ciência no âmbito terapêutico» (Lopes 2010, 25).

As conquistas no controlo das doenças infecciosas nas décadas de 1950-60 geraram uma progressiva confiança no desenvolvimento de antibióticos e vacinas na década seguinte (Barrett *et al.* 1998, Anderson 2004) que convergiu com a crença na ciência e no progresso enquanto características da modernização nas sociedades industrializadas (Beck 1992). Estes factores facilitaram a imposição da medicina aos indivíduos, doentes ou não, como um acto de autoridade (v. Illich 1976), abrindo caminho ao fenómeno de *medicalização* que, a partir de 1970, enfatiza a intervenção clínica em diversas condições da existência humana e correspondente *patologização* (Lopes 2010, 21).

Perante a conseqüente *invasão farmacêutica* (Illich 1976) que possibilita o controlo do indivíduo sobre o seu próprio corpo através do medicamento, seria remetida «para o reduto social da ignorância ou do exotismo popular qualquer persistência no uso de recursos terapêuticos exteriores à racionalidade suportada na técnica e na ciência» (Lopes 2010, 21). Deste modo, subjacente a «uma incorporação identitária da modernidade», o discurso dominante preconizava um «corte com as soluções terapêuticas do passado» (*idem*), ameaçando, portanto, a sobrevivência das ervanárias.

O sincretismo terapêutico entre o mundo natural e o mundo sobrenatural mantinha-se como uma das particularidades excluídas do mercado farmacêutico mas

oferecidas pelas ervanárias, como se compreende pela inclusão de um «Defumador completo (Aromático) ou limpeza psíquica (Paracelso)» no catálogo de chás compostos da Antiga Ervanária. As duas formas de apresentação distinguem-se pela quantidade de ervas – a embalagem de defumador completo contém 300 gramas e a de limpeza psíquica apenas 50 gramas – sendo o modo de usar semelhante.

«Dividir o conteúdo do pacote em nove partes iguais, tanto das plantas como do pacote dos pós, empregando-se a mistura de uma parte das plantas com uma parte dos pós, em cada dia, mas sempre antes do meio dia e, se possível, à mesma hora, para que o ritmo se estabeleça. À medida que for defumando a casa, vá rezando a oração. Quando concluir o defumo, deverá deitar as cinzas na sanita e puxar a água duas vezes.»²⁷

Associado à medicina popular, o conhecimento sobre plantas espontâneas com propriedades medicinais, veria acentuado um certo carácter místico que o transforma num reino de sigilo, protegido pelos seus actores sociais, desde o tempo em que a cura com ervas se encontra ligada à bruxaria e feitiçaria. Essa ligação às ciências do oculto é evidenciada no cenário do Congresso de Medicina Popular em Vilar de Perdizes, organizado pelo Padre António Fontes, desde 1983, como forma de divulgar e promover práticas terapêuticas marginalizadas principalmente a partir de 1970, em consequência da adesão à biomedicina e à farmacêutica.

Porém, na década de 1980, a re-emergência das doenças infecciosas, a resistência antimicrobiana (Anderson 2004, King 2002, Barrett *et al.* 1998) e a vertente iatrogénica do consumo de medicamentos (Illich 1976) viria abalar a confiança nas ciências médica e farmacêutica, originando uma *cientificação* do risco (Raposo 2009) e uma *cientificação* reflexiva (Beck 1992), através da qual a ciência é confrontada com os seus próprios produtos e problemas.

Segundo Conrad (2005), os anos 80 do século XX foram marcados por mudanças profundas na organização da medicina, com a erosão da autoridade médica, a substituição da questão do acesso pelo controlo de custos no seio das políticas de saúde e com disputas de poder entre outros actores, como a indústria farmacêutica e os doentes enquanto consumidores do mercado de saúde. Como notava Illich (1976), a saúde tornava-se um objecto de consumo, passível de ser produzida pelos laboratórios farmacêuticos e pelos médicos para consumo de doentes, de facto ou potenciais, adquirindo um valor económico e de mercado.

No seio dessa cultura de uma medicina orientada para o mercado, a interação complexa entre os consumidores, as corporações biotecnológicas e os serviços médicos afectaria as normas sociais, alterando as definições de comportamentos e de intervenções (Conrad 2005). Em resposta à consciência do risco, à incerteza e à ansiedade face à doença, desenvolve-se uma cultura médica orientada para a predição e para a prevenção que procura antecipar os perigos associados às práticas sociais, individuais e colectivas (Collin 2007, 100-101).

As chamadas doenças civilizacionais consequência dos estilos de vida das sociedades afluentes e as doenças crónicas degenerativas proporcionadas pelo aumento da esperança média de vida, em conjunto com o paradigma da responsabilização dos indivíduos pela sua saúde (Collin 2007, 101), contribuiriam para uma *medicalização da base para o topo* (Lopes 2010). Incutido o *estigma da prevenção*, são os próprios indivíduos que, embora subconscientemente saibam que o problema reside no estilo de vida adoptado, procuram o prognóstico de doenças que os aliviem das suas responsabilidades sociais e políticas (Illich 1976). A *pedagogia do perigo*, por intermédio do discurso do risco, passava pela moralização, coerção, culpabilização do indivíduo contemporâneo face aos seus comportamentos e modos de vida como principal *tecnologia do poder* (Collin 2007, 101). Reivindicar acesso ao tratamento torna-se um dever político, do mesmo modo que a certificação médica se transforma num instrumento poderoso de controlo social (Illich 1976).

Analisando o discurso dos riscos globais de saúde escrutinados pela W.H.O. em 2009, surge a dicotomia entre os *riscos tradicionais* (doenças infecciosas, má nutrição, higiene, etc.) associados às populações com menor rendimento e piores condições de vida e os *riscos modernos* (doenças crónicas e degenerativas) cujo impacto depende do nível de desenvolvimento socioeconómico e que podem ser controlados por políticas de saúde pública e pela educação para a saúde (W.H.O. 2009, 3). Constata-se, pois, que em termos da percepção leiga, a *modernidade* tenha vindo a ser conotada com o *risco* e que a responsabilização pela gestão do risco constitua uma atribuição de agência individual em relação à adopção de um estilo de vida saudável. Atendendo aos cinco principais riscos globais de mortalidade a nível mundial apontados pela W.H.O. (2009, 9) – hipertensão, tabagismo, diabetes, inactividade física e obesidade – sobressai, precisamente, essa ligação aos comportamentos individuais e hábitos socioculturais.

Acompanhando a demanda da ciência por novas soluções terapêuticas na base de dados de material botânico utilizado nas práticas de medicina tradicional, entre as

décadas de 1980-1990, também o *natural* ressurge no «discurso social (e socializado) como a ancestral segurança, o renovado meio de defesa, face à incerteza que a ciência e os seus riscos introduzem no quotidiano, e sobremaneira no domínio terapêutico» (Lopes 2010, 25). À medida que a ciência passa a configurar «nas sociedades pós-modernas um lugar de produção de segurança, mas também de produção do risco», os fármacos, transformam-se num ícone dos riscos da ciência no âmbito terapêutico (idem), reflectindo as contradições das sociedades ocidentais que, viradas para o progresso científico, permanecem nostálgicas da «vida natural» (Chast 2002).

A associação da ideia de Natureza à consciência nacional, de classe ou étnica é abordada por Whyte, Van der Geest e Hardon (2002) ao referirem-se ao cepticismo em relação aos produtos farmacêuticos de síntese e crescente popularidade dos medicamentos naturais como uma espécie de política de identidade nacional, traduzindo contrastes entre natural e científico, agência individual e autoridade profissional ou até comunidade e capitalismo internacional. Como me dizia Natália Gaspar, a responsável pelos estudos etnobotânicos da região de Santarém: «As pessoas começaram a virar-se para a medicina antiga, pela tranquilidade de ter produtos da natureza. As pessoas querem voltar às origens. Afastaram-se tanto da natureza que as pessoas querem voltar à terra.»

* * *

Em 1990, altura em que a *reabilitação do natural* (Lopes 2010) se adivinha, o casal Américo Duarte Paixão e Maria Celeste Santos, de Vale da Trave, adquiriram a Antiga Ervanária, de que eram desde longa data os principais fornecedores. Após a morte no mesmo ano de Abel Rodrigues e do seu filho Alfredo Rui Tavares Rodrigues – que, entretanto, seguira a tradição familiar –, a filha do Antigo Ervanário Alfredo Augusto Tavares, Laura Tavares Rodrigues ainda tentou manter o negócio, mas terá faltado o ímpeto de uma nova geração que se distanciou destas aprendizagens, numa época em que novos desafios se colocavam.

Tratando-se de um mercado de confiança construída sobre uma longa tradição familiar, a passagem do negócio para uma outra família com tradição no fornecimento das plantas medicinais terá beneficiado dessa associação com a *natureza protegida* do PNSAC e o *mundo rural*, podendo ainda pressupor-se o conhecimento da medicina popular. Contava, sobretudo, com uma nova geração predisposta a aperfeiçoar os conhecimentos transmitidos e as práticas adquiridas no seio do empreendimento

familiar iniciado por Celeste da Conceição Santos: Isaurinda, que se tornaria a gerente da Antiga Ervanária; e Clarinda, que ficaria à frente da fábrica de Vale da Trave.

A tradição familiar articulada com o acesso privilegiado à matéria-prima terá constituído um factor essencial para o florescimento do negócio, numa época em que várias ervanárias fechavam as suas portas. Dominando o circuito da produção, foi possível a Américo Paixão adquirir, em 1992, uma outra empresa, a J. Gonçalves Coelho Lda., que desde 1960 se dedicava ao comércio grossista de plantas aromáticas e medicinais, nacionais e estrangeiras.²⁸ Deste modo, no início da década de 1990, a família de Celeste Santos garantia a sua posição no mercado, controlando a produção através da fábrica de Vale da Trave, assegurando o comércio e a distribuição através da Antiga Ervanária [Alfredo Augusto Tavares Sucs. Lda] e da J. Gonçalves e Coelho Lda.

Em 1991 foi publicado em Portugal o primeiro Estatuto do Medicamento²⁹ revogando a legislação existente que remontava aos anos 30, procurando acompanhar os progressos sociais, económicos, técnicos e científicos, adaptando ao direito interno várias directivas comunitárias (Pita 2010, 44). Regula-se, então, o sistema do medicamento na perspectiva de o modernizar, «desde a introdução no mercado até à comercialização, tendo como pano de fundo questões como a qualidade, a eficácia e a segurança dos medicamentos» (idem). Em 1993, seria criado o Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento [INFARMED], substituindo a Direcção Geral de Assuntos Farmacêuticos (idem, 47).

No entanto, a regulamentação e intervenção estatal tinham deixado de constituir aval de segurança para o consumidor português, a partir de casos como o da BSE que, em 1993, trouxeram para a discussão pública a ambivalência dos políticos em relação ao risco e ao papel da ciência na sua avaliação (v. Mateus 2009, Gonçalves e Domingues 2007, Nunes *et al.* 2004, Gonçalves 2000).

Vulgarmente conhecida por «doença das vacas loucas», esta encefalopatia espongiiforme transmissível que em 1996 se considerava poder estar relacionada com uma nova estirpe de Creutzfeld-Jacob Disease [CJD] nos humanos, foi inicialmente negada pela Comissão Parlamentar que, em 1993, recusava a existência de suporte científico que atestasse da sua transmissibilidade e considerava seguro o consumo de carnes de bovino. No final de 1998, a Comissão Europeia considerava que as medidas tomadas pelo Estado português não tinham sido suficientes: entre 1990 e 1996 foram diagnosticados 64 casos de BSE em Portugal e entre 1993 e 2003 foram identificados 11 doentes infectados com a variante humana da BSE. Foi, então, imposto um embargo

às exportações portuguesas de gado bovino e de farinhas de carne e osso que só seria levantado em 2004. De acordo com os resultados do Inquérito «Os Portugueses e os Novos Riscos», realizado em 2003, 67% dos inquiridos considerou que «as autoridades públicas tentaram esconder o problema das ‘vacas loucas’ e 86% manifestou a opinião que ‘o risco foi agravado pela falta de fiscalização do Estado’» (Delicado e Gonçalves 2007, 706).

Embora os níveis de confiança no Estado e nas empresas fossem relativamente baixos, o mesmo Inquérito indicava que os médicos e os cientistas eram os mais merecedores da confiança do público, evidenciando-se, porém a ambivalência na relação entre a ciência e o risco (Delicado e Gonçalves 2007). Como notam Williams e Calnan (1996, 1613), as perspectivas leigas acerca da ciência e da tecnologia, incluindo a medicina, tinham-se conformado numa dialéctica que alternava entre a confiança e a dúvida, a certeza e a incerteza, a reverência e a desilusão. A recapacitação leiga enquanto reapropriação de conhecimento e competências tornou-se numa reacção pervasiva aos efeitos de expropriação dos sistemas modernos abstractos de conhecimento e de especialidade, como forma de actualização pessoal e de assumir o poder (idem, 1616).

Respondendo à insatisfação com a medicina moderna e reflectindo estas mudanças socioculturais, os produtos de medicina natural transformam-se num conjunto renovado de bens que incorporam uma variedade de símbolos locais e globais (Miles 1998, 208). Como nota Lopes (2010, 25), «a simbologia do natural está investida de uma ideologia da inocuidade, na qual se corporiza o antídoto ou o resguardo relativamente ao risco».

Para a reabilitação da medicina ervanária e aceitação pública, houve a necessidade de a afastar da medicina popular e da bruxaria, aproximando-a do discurso da ciência para explicar a acção terapêutica das plantas (Evans 2008, 2099). As plantas medicinais são *biomedicalizadas*, através da ciência e da tecnologia, em comprimidos ou cápsulas, mais concentrados, agradáveis ao palato e higiénicos (Miles 1998). A crescente produção, circulação e consumo dos produtos naturais era facilitada pelo seu estatuto *liminal* que lhe possibilitava o trânsito entre as categorias de alimento e de medicamento, adicionando o poder simbólico dessa fluidez ao sobrenatural das virtudes terapêuticas da Natureza.

Deste modo, quando na transição para o século XXI, se começava a discutir a aplicação do conceito de segurança (*safety*) tanto aos *alimentos* como aos

medicamentos, instituindo-se posteriormente a regulamentação e supervisão com o objectivo de controlar todo o circuito da produção ao consumo, de que são exemplos a Autoridade Europeia de Segurança Alimentar [European Food Safety Authority], como entidade responsável pela avaliação e comunicação dos riscos da cadeia alimentar (v. Mateus 2009) e a Agência Europeia para a Avaliação dos Produtos Medicinais [European Agency for the Evaluation of Medicinal Products] com o objectivo de assegurar o bom funcionamento do sector farmacêutico no mercado comunitário (Mateus 2011), a *liminalidade* dos produtos naturais constituía um desafio à categorização institucional.

Apesar de serem consumidos pelas propriedades medicinais que lhes eram atribuídas, os produtos naturais continuavam afastados da regulamentação aplicada aos medicamentos. Surge, então, no mercado internacional, uma nova categoria: os *alimentos funcionais* e os *nutracêuticos*. No Japão, nos anos 1980, começou a distinguir-se como *funcional* o alimento que originasse efeitos fisiológicos benéficos para a saúde, no que respeita especificamente à redução do risco de desenvolvimento de doença ou à optimização de uma situação de saúde, para além da sua função básica nutritiva (Bento 2008, Martins, Pinho e Ferreira 2004). No final da mesma década, o médico e fundador da *Foundation for Innovation in Medicine*, DeFelice, utilizaria o termo *nutracêutico* para descrever um alimento ou parte de alimento que proporciona benefícios medicinais ou de saúde, incluindo a prevenção e/ou tratamento da doença (Brower 2005, Rajat *et al.* 2012).

Esta movimentação global que evidenciava a tendência para esbater a fronteira entre *alimento* e *medicamento*, tem vindo desde aí a conquistar o mercado e os consumidores, embora não tenha ainda conseguido reunir até à data o consenso dos reguladores. Na União Europeia, por exemplo, os *alimentos funcionais* começaram por estar abrangidos pela definição de «novos alimentos», no final da década de 1990,³⁰ passando em 2006 a legislação europeia a tentar controlar as «alegações nutricionais e de saúde feitas em comunicações comerciais, quer na rotulagem, quer na apresentação ou na publicidade dos alimentos a fornecer como tais ao consumidor final».³¹

Compreende-se, então, que na última década do século XX se iniciara um mercado de consumo de saúde em torno de bens alimentares com potencialidade terapêutica, constituindo uma oportunidade de revitalização do negócio da ervanária e das plantas medicinais. Inaugura-se, essencialmente, a *lógica da prevenção*, em que os fins terapêuticos do consumo dos produtos naturais deixam de ser centrados no

tratamento dos sintomas e cura da doença, passando à perspectiva da *melhoria* (Collins 2007, 112). Trata-se, pois, de um campo no qual a utilização da natureza, potenciada pelo recurso à ciência, conquista argumentos laicos em relação aos fármacos, praticamente incontestados na lógica da cura (v. Lopes 2010).



Imagem 35 - Interior da Antiga Ervanária, Agosto de 2013.

Perante um mercado em expansão, permanecia a necessidade de regulamentar produtos comercializados com fins terapêuticos subjacentes de forma a mantê-los à margem do mercado farmacêutico propriamente dito. Surge, então, o conceito de *suplemento alimentar*, definido em 1994 no *Dietary Supplement Health and Education Act* (DSHEA) como um produto de ingestão oral contendo um ingrediente dietético com a intenção de suplementar a alimentação. Tal como os alimentos funcionais, vêm a ser definidos por exclusão da categoria de *medicamento* (v. Chen 2008): no rótulo dos suplementos alimentares não é permitida a atribuição de «propriedades profiláticas, de tratamento ou curativas de doenças humanas, nem fazer referência a essas propriedades» (Decreto-Lei n.º 136/2003, de 28 de Junho), do mesmo modo que no Regulamento para as alegações nutricionais e de saúde³² se proíbe a atribuição de propriedades medicinais aos alimentos, com base na Directiva 2000/13/CE.

Reconhecendo, então, a dificuldade em alcançar uma «situação ideal [...] em relação a todas as substâncias nutrientes», «recomendadas por dados científicos ao seu bom desenvolvimento e à sua manutenção num bom estado de saúde», «devido, designadamente, ao estilo de vida» e a «existência de um número crescente de produtos comercializados como géneros alimentícios» apresentados como «complemento aos

nutrimentos ingeridos num regime alimentar normal», o Decreto-Lei n.º 136/2003 de 28 de Junho contempla o seguinte:

«Estes suplementos alimentares podem conter um leque bastante variado de substâncias nutrientes e outros ingredientes, designadamente vitaminas, minerais, aminoácidos, ácidos gordos essenciais, fibras e **várias plantas e extractos de ervas.**» (Preâmbulo; meu grifo)

Não obstante esta referência a plantas e extractos de ervas, define-se como *suplementos alimentares*:

«os géneros alimentícios que se destinam a complementar e ou suplementar o regime alimentar normal e que constituem fontes concentradas de determinadas substâncias nutrientes ou outras com efeito nutricional ou fisiológico, estremes ou combinadas, comercializadas em forma doseada, tais como **cápsulas, pastilhas, comprimidos, pílulas e outras formas semelhantes, saquetas de pó, ampolas de líquido, frascos com conta-gotas** e outras formas similares de líquidos ou pós que se destinam a ser tomados em unidades medidas de quantidade reduzida». (Alínea a) do Art.º 3.º; meu grifo)

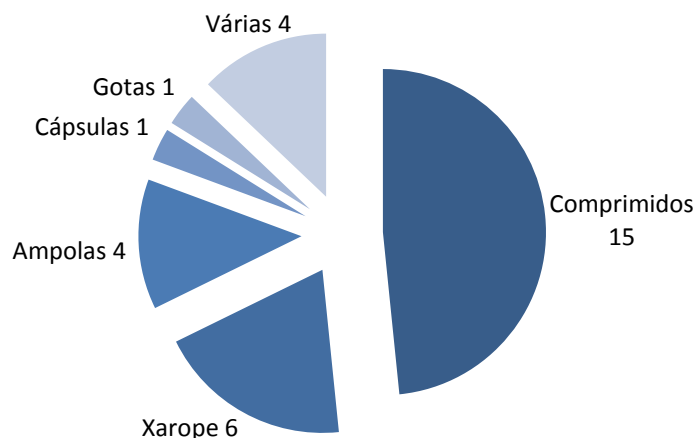
Apesar da recusa dos reguladores na concessão de finalidades terapêuticas e em manter separadas as categorias de alimento e medicamento, a legislação acaba por reconhecer estas formas híbridas de *alimento medicalizado*, comercializado com uma apresentação metaforizada dos produtos farmacêuticos.

Embora não tenha conseguido resolver a questão dos diferentes significados atribuídos pelo consumidor, esta solução legislativa veio sobretudo condicionar o «tempo e investimento para a sua introdução no mercado, para além de afectar a definição dos preços, a publicidade, os canais de venda, e até mesmo as expectativas que tanto os profissionais de saúde como os consumidores depositam nesses produtos» (Raposo e Caetano 2011, 14). Basicamente, «uma larga parte dos recursos farmacológicos está formalmente subordinada à estrita regulação profissional», enquanto «os recursos naturais estão em geral subordinados à regulação do mercado e aos mecanismos formais que legalizam a comercialização dos produtos para consumo humano» (Lopes 2010, 26). Procurando reforçar o «recorte ideológico entre as respectivas categorias medicamentosas», estas modalidades de regulação «reforçam as próprias percepções de legitimidade institucional, ou mesmo de legitimidade cognitiva e (ou) científica, associada aos diferentes campos terapêuticos» (idem).

Deste modo, o recurso à ciência no campo dos produtos naturais à base de plantas constituiu também um imperativo face à necessidade de descodificar mais do que as suas propriedades terapêuticas e princípios activos para competição com os fármacos, as suas propriedades nutricionais que permitiam o seu enquadramento como *suplemento alimentar*, supervisionado pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica [ASAE]. Por outro lado, o recurso ao poder simbólico da biomedicina e dos fármacos modernos (Miles 1998, Hardon *et al.* 2008) na forma como os produtos naturais são apresentados e embalados, tornava-se paradoxalmente num argumento que os distinguia tanto dos medicamentos, como dos alimentos.

Analisando a oferta de *suplementos alimentares da marca Antiga Ervanária*, de acordo com o seu actual catálogo, sobressai precisamente a predominância da apresentação em *comprimidos* que, enquanto objecto de consumo, se associa à categoria de medicamento e não de alimento. Ainda assim, não suplanta a oferta de 39 chás da mesma marca a que se juntam 351 espécies de plantas medicinais e aromáticas comercializadas em pacotes de celofane e a granel.

Gráfico 13 - Formas de apresentação dos suplementos alimentares Antiga Ervanária.



No entanto, esta forma de apresentação permite, igualmente, diferenciar segmentos do mercado:

«Algumas pessoas levam o chá e complementam com os suplementos: xaropes, cápsulas, comprimidos. Os comprimidos e xaropes são mais acessíveis; os idosos estão mais inclinados para os chás. As pessoas mais jovens, devido ao trabalho e vida que levam não têm tempo, nem podem levar o chá para o trabalho; o comprimido ou a cápsula são mais práticos.» (Isaurinda Paixão, AE)

É, então, possível distinguir dois grupos de consumidores e tentar interpretar as respectivas lógicas de consumo. No caso dos idosos, a preferência pelos *chás* não estará dissociada das prescrições características da medicina popular e de uma tradição terapêutica de cariz rural, em que o tempo – de colheita, de processamento e do tratamento – constitui, também, um factor de eficácia. As gerações mais jovens que, entretanto, perderam o acesso tanto à utilização dos recursos naturais, como ao conhecimento das espécies vegetais e correspondentes propriedades terapêuticas, optam por formas de apresentação dos suplementos alimentares mais familiarizadas com os produtos farmacêuticos e que se adequam ao seu ritmo de vida.

Se atentarmos na informação relativa aos vinte e quatro suplementos alimentares destaca-se, como seria de esperar, um discurso *medicalizado* focado em processos fisiológicos relacionados com as condições de saúde, em detrimento da referência a substâncias como antracenosídeos, sais potássicos, laminarina, silicato de alumínio, ferro, magnésio, oxidases, citocromo P-450, lectinas, terpenóides, metais quelantes, silício, vitaminas, minerais, pectina e polifenóis.³³

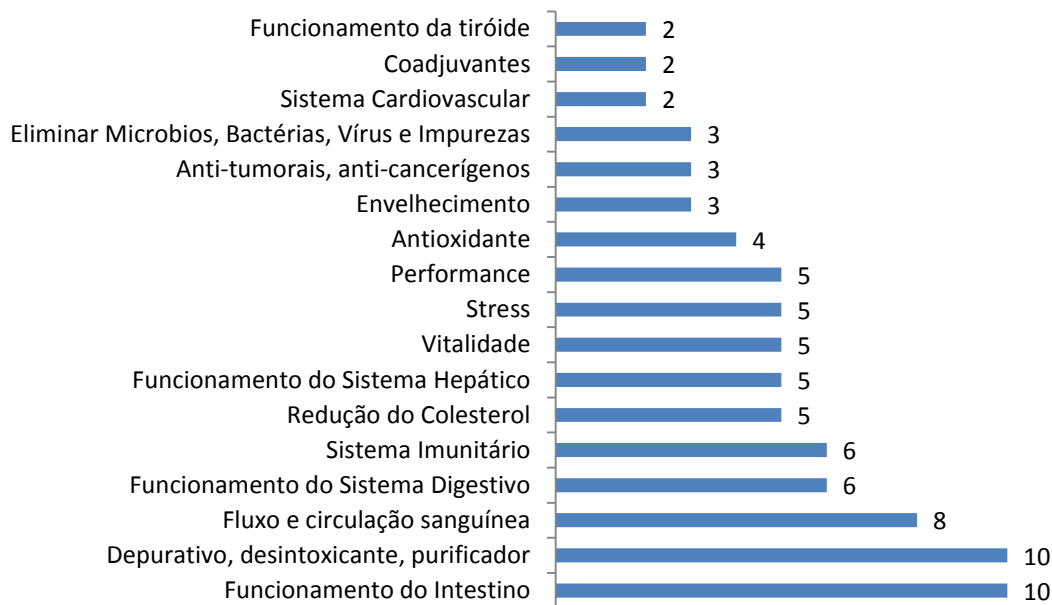
De facto, a justificação para a aplicação do conceito de *suplemento alimentar* a estes produtos estará, aparentemente, ligada à forma de apresentação e ao facto de serem exclusivamente compostos por «várias plantas e extractos de ervas». O discurso terapêutico dos princípios activos e propriedades medicinais que a ciência – através da etnofarmacologia, etnobotânica, etnomedicina, farmacêutica, etc. – tem vindo a proporcionar nos últimos anos, sobrepõe-se à linguagem de substâncias nutrientes e de complemento alimentar. Esta categoria de produtos mimetiza, então, os fármacos pela sua apresentação, pelo seu discurso medicalizado, mas também a abordagem tradicional da ervanária, centrada nos efeitos das plantas sobre a condição de saúde.

Para tentar compreender as lógicas inerentes ao consumo deste tipo de produtos bem como a oferta proporcionada, analisei a informação acerca dos suplementos alimentares apresentada pelo catálogo da Antiga Ervanária [Gráfico 14].

Uma das indicações mais relevantes refere-se ao fluxo e circulação sanguínea (8 produtos) que, em conjunto com o funcionamento do sistema hepático (5 casos) e da tiróide (2 referências) parece recuperar as etiologias do sistema humoral galénico [v. Tabela 3, no Capítulo VI], enraizado na medicina popular, estando subjacente a noção de *circulação dos fluídos vitais* como essencial para a saúde. Poderá, aqui, acrescentar-se outras preocupações que, embora mais recentes, radicam nos mesmos sistemas, como a redução do colesterol (5 produtos) e manutenção do sistema cardiovascular (2

produtos). Também as funções cerebrais são referidas em 6 casos, associadas à actividade intelectual, memória, concentração, melancolia e apatia e à irrigação sanguínea do cérebro.

Gráfico 14 - Usos terapêuticos atribuídos pela Antiga Ervanária aos seus suplementos alimentares.



O conceito de *depuração* emerge nas preocupações em assegurar o bom funcionamento intestinal (10 referências), a depuração, desintoxicação e a purificação (10 referências), evidenciando a importância atribuída ao equilíbrio interno entre as substâncias benéficas e as substâncias prejudiciais, complementada com a ideia de eliminação de micróbios, bactérias, vírus e impurezas, associada a 3 dos suplementos alimentares.

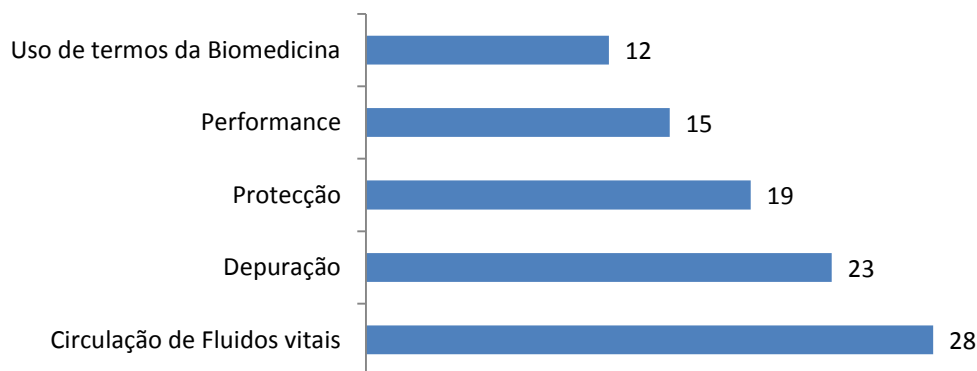
Esta relevância terapêutica da *depuração*, embora actualizada face a etiologias explicadas por agentes patológicos invisíveis que penetram no corpo, sujeito a intoxicações por medicamentos, substâncias e abusos, não deixa também de remeter para conceitos tradicionais de saúde e doença relacionados com a ordem cósmica. A ideia de *pureza* como sinónimo de cura, por exemplo, está presente no Levítico,³⁴ pelo que a *purificação* enquanto restabelecimento da saúde pode derivar da relação próxima entre religião e as medicinas tradicionais. Na sua abordagem à *impureza secular*, Mary Douglas ([1966], 26-34) embora reconhecendo que «nos é difícil pensar na impureza sem evocar de imediato o seu carácter patogénico», integra-a no domínio simbólico considerando *impuro* ou *poluente* «aquilo que não pode ser incluído se se quiser manter esta ou aquela ordem».

Neste sentido, é possível interpretar este tipo de produtos depurativos como constituindo uma oferta de um novo ritual de reposição da ordem perante o caos que a constante exposição ao risco representa. Ao possibilitar a regulação do organismo face aos excessos – alimentares, medicamentosos ou ambientais – o consumo destes suplementos inclui o reconhecimento das «potencialidades da desordem» (Douglas [1966], 72). Permite, assim, lidar com a iatrogenia social, mascarando higienicamente a permanente sujeição à produção e consumo que priva os indivíduos do controlo sobre os seus próprios estados internos e sobre o seu meio (Illich 1976). Em suma, por intermédio do consumo de *depurativos*, os indivíduos ficam isentos da responsabilidade de proceder a alterações no seu modo de vida para a gestão da sua saúde, recuperando, então, uma relativa autonomia no seio da qual controlam os seus estados biológicos e as condições do seu ambiente imediato cujo impacto pode, desta forma, ser reduzido.

Uma outra categoria de suplementos alimentares tem implícito o conceito de *protecção*, aplicando-se ao funcionamento do sistema digestivo e ao reforço do sistema imunitário, cada qual referido em 6 produtos diferentes. Nesta categoria poderão, igualmente, ser incluídos os suplementos destinados a retardar o envelhecimento (3 casos) e os antioxidantes (4 casos).

Permeando a predominância das etiologias tradicionais, surgem mais alguns suplementos alimentares relacionados com a contemporaneidade. A exigência da *performance* perante os ritmos e estilos de vida actuais cria a necessidade de gerir o *stress* (5 produtos) e de manter a *vitalidade* (5 produtos). São também contempladas a melhoria do desempenho sexual (2 produtos) e físico (2 produtos), bem como um reforço anímico na adaptação a diferentes ciclos da vida biológica (1 produto): o processo de crescimento, a gravidez, a amamentação e a menopausa.

Gráfico 15 - Categorias de efeitos terapêuticos.



Por outro lado, a hegemonia da biomedicina que perpassa para a linguagem leiga, nomeadamente, através dos exames laboratoriais para despiste e controlo de doenças, fica patente quando são utilizados termos como «diminuição da GTP e da GOT», «macrófagos, linfócitos T, interferão, Ig-G» que sobressaem para além da referência a patologias específicas.³⁵ Saliente-se, ainda, que a acção antiviral é descrita num suplemento como eficaz para «Herpes simplex, HPV, HIV», existindo também referência a propriedades anti-tumorais e anti-cancerígenas em três produtos e duas referências à acção coadjuvante da farmacologia convencional no tratamento do cancro.

Com esta análise que não esgota a totalidade dos suplementos alimentares da Antiga Ervanária, pretendo, sobretudo, demonstrar que, não obstante a determinação dos reguladores e o cumprimento das exigências legais de omitir dos rótulos as «propriedades profilácticas, de tratamento ou curativas de doenças humanas, nem fazer referência a essas propriedades» (Decreto-Lei n.º 136/2003, de 28 de Junho), prevalece a informação terapêutica cientificamente sustentada. Porém, é evidente o sincretismo com conceitos de saúde e de doença característicos da medicina tradicional e popular [v. Gráfico 15].

Perante todo este panorama, em 2006, seguindo as directivas comunitárias e da Organização Mundial de Saúde, o novo Estatuto do Medicamento³⁶ inclui nas suas definições, o conceito de *medicamento à base de plantas*:

«Medicamento à base de plantas», qualquer medicamento que tenha exclusivamente como substâncias ativas uma ou mais substâncias derivadas de plantas, uma ou mais preparações à base de plantas³⁷ ou uma ou mais substâncias derivadas de plantas³⁸ em associação com uma ou mais preparações à base de plantas». (Alínea ee), Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto)

Respondendo ao aumento da procura e do consumo de produtos naturais com fins terapêuticos, ao crescente interesse e investimento da indústria farmacêutica nesta área e ao desenvolvimento e implementação das chamadas *medicinas alternativas ou complementares*, desde o final dos anos 1990 que a Organização Mundial de Saúde vinha acompanhando a regulamentação dos medicamentos à base de plantas (v. W.H.O. 1998b). Em 2004, a Agência Europeia do Medicamento [EMA]³⁹ tinha criado o *Committee on Herbal Medicinal Products* para supervisionar a autorização de introdução no mercado e o registo de uso tradicional dos produtos herbais⁴⁰ pelo que a

revisão e actualização do Estatuto do Medicamento em Portugal contemplou as mais recentes definições.

Porém, ao reconhecer as plantas medicinais como fornecedoras de substâncias activas e potencial medicamento, a regulamentação implicava principalmente o seu enquadramento nas estruturas reguladoras da ciência, como forma de garantir a segurança do consumidor de acordo com os preceitos da farmacêutica. Assim, a introdução no mercado de um medicamento à base de plantas requer uma série de procedimentos (v. Decreto-Lei n.º 176/2006 de 30 de Agosto, Parte III) que inviabilizam uma transição radical dos recursos utilizados com fins terapêuticos para esta categoria.

Estabelece-se, igualmente, a definição de *medicamento tradicional à base de plantas* que se distingue, além da dosagem, posologia e forma de administração, pela possibilidade de, cumulativamente, «serem utilizados sem vigilância de um médico para fins de diagnóstico, prescrição ou monitorização do tratamento», sejam «comprovadamente não nocivos», demonstrem «efeitos farmacológicos ou de eficácia plausível, tendo em conta a utilização e a experiência de longa data» e reúnam «dados e pareceres» que atestem ser já «objecto de longa utilização terapêutica» (idem, Art.º 141).

Esta categoria parece responder às problemáticas em torno da propriedade do conhecimento tradicional que abordei no Capítulo I, mas o procedimento de registo de utilização tradicional acarreta uma série de requisitos que garantem a conformidade com os padrões da ciência, entre os quais a apresentação de dados «bibliográficos ou pareceres de peritos que provem que o medicamento em questão, ou um medicamento equivalente, teve uma utilização terapêutica durante os trinta anos anteriores, incluindo, obrigatoriamente, quinze anos num Estado membro» (idem). O investimento científico, burocrático e, conseqüentemente, financeiro inerente ao processo limita o acesso de estruturas de cariz tradicional pelo que, de certo modo, veio reactivar a discussão em torno dos mecanismos de protecção do conhecimento tradicional.

Em termos da produção e do comércio já estabelecido, existe uma preferência pela manutenção dos produtos herbais como suplementos alimentares, dadas as implicações dos requisitos estabelecidos para os medicamentos à base de plantas. Como me referiu a gerente da Américo Duarte Paixão, Lda. [ADP]:

«Se fosse no ramo das plantas medicinais, os medicamentos têm de ser registados no INFARMED, com estudos científicos a comprovar que está

indicada para terapêutica. [...] É um processo moroso e muito burocrático, pois tem de ser aprovado pela Comunidade Europeia. [...] É muito difícil registar as plantas como medicamento. Tem de haver estudos e alguns não estão feitos ou não se conhecem.» (Clarinda Paixão, ADP)

De facto, a gestão do risco que integra a avaliação da qualidade nos cuidados de saúde foi reforçada pelos requisitos legais, sendo necessário ter em conta os conceitos de *toxicidade*, *interacções significativas*, *contra-indicações* e *precauções* (Evans 2008, 2103).

Neste mercado o apelo crescente pelo natural surge aliado a estratégias de *marketing* avançadas que simbolicamente fundem natureza com os benefícios da ciência (Raposo 2010; v. Bode 2007). Os medicamentos naturais legitimam e *medicalizam* a natureza ao mesmo tempo que reafirmam e reorganizam um conhecimento e estilo de vida que a sociedade moderna frequentemente desvaloriza e degrada (Miles 1998, 221). Perante o afastamento desse domínio de conhecimento, devido ao êxodo rural, urbanização e farmacologização, os medicamentos e/ou produtos naturais não podem ficar isentos de ciência, principalmente pela dificuldade de os rastrear a experiências de conhecimento pessoal.

Uma das limitações de manter os produtos herbais como suplementos alimentares prende-se com a proibição de referência às propriedades terapêuticas nas embalagens, conforme se queixou a gerente da Antiga Ervanária:

«Não concordo com a legislação, que proibiu que os produtos digam na embalagem para o que são, nem podem trazer uma bula no interior, porque o cliente não deve ser obrigado a confiar em quem o atende! Os produtos deviam estar autorizados/obrigados a trazer uma bula com a informação. Trazem, são obrigados a trazer, a composição, o modo de tomar/preparar, o lote, a validade, porque não dizer para o que serve? O cliente tem o direito de poder saber para o que é o produto. Muitas vezes, os clientes compram os produtos, depois deixam de os tomar, não acabam as embalagens. Esquecem-se para o que é e voltam à loja ou telefonam para saber. [...] Para que qualquer produto e os chás sejam bem utilizados os dizeres virem na fórmula é uma mais-valia e segurança para o cliente. Os clientes vêm buscar os chás e depois ligam para saber para que era.» (Isaurinda Paixão, AE)

Como notam Raposo e Caetano (2011, 17), enquanto recurso terapêutico, o consumo dos suplementos alimentares pressupõe «o cumprimento de posologias

ajustadas às características e necessidades específicas do indivíduo», cuja informação «está frequentemente omissa na rotulagem» à qual se acrescenta o «facto de os folhetos informativos serem genericamente inexistentes para esta categoria de produtos (ao contrário dos medicamentos não sujeitos a receita médica, por exemplo)». Trata-se, pois, de uma restrição legal que acresce «a responsabilidade dos profissionais de saúde, e em particular a dos profissionais de farmácia, ao nível da sua participação no processo de tomada de decisão quanto ao uso de suplementos alimentares pelos “novos consumidores”» (idem).

De acordo com os dados apurados num projecto de investigação sobre Consumos Terapêuticos em Portugal⁴¹ que incluiu a realização de um Inquérito por Questionário aplicado, em 2008, a uma amostra nacional representativa e uma amostra de conveniência por quotas, apenas uma pequena percentagem da amostra nacional (3,6%) tinha adquirido *medicamentos naturais* numa farmácia,⁴² essencialmente por uma questão de proximidade geográfica (43,4%), mas a que não será alheia a «motivação simbólica» de maior confiança (22,6%) nos produtos ali comercializados (Lopes 2010, 40). À luz destes resultados, as farmácias são, então, interpretadas por alguns autores como:

«espaços privilegiados, quer pela proximidade à comunidade, quer por serem locais dedicados à venda de recursos terapêuticos como os medicamentos, submetidos a um elevado grau de exigências legais, e onde os serviços como a dispensa e o aconselhamento são prestados por profissionais credenciados, o que significa que tendem a ser assumidos como espaços de referência amplamente legitimados junto dos consumidores.» (Raposo e Caetano 2011, 16)

No entanto, atendendo a que, segundo os resultados do mesmo inquérito, a referência leiga⁴³ (55,9%) e as fontes heterodoxas⁴⁴ (30,9%) constituem o suporte informativo que orienta a decisão destes consumos, compreende-se a predominância das lojas de produtos dietéticos/ervanárias (86,8%) como local preferencial para a aquisição do produto terapêutico natural (Lopes 2010, 39).

Assim, consistente com uma preocupação relativa à valorização do papel pericial dos profissionais de farmácia, «em matéria de prestação de um aconselhamento que se pretende criterioso e capaz de identificar potenciais problemas de saúde pública que possam advir daquilo que [...] pode ser considerado uma utilização não racional dos suplementos alimentares» (Raposo e Caetano 2011, 17), perspectivado, igualmente, a

importância da informação científica na capacitação das ervanárias para o atendimento e aconselhamento dos seus clientes.

Segundo Raposo, existe o reconhecimento de que as terapêuticas que envolvem produtos naturais requerem um certo tipo de conhecimento e informação – associados a um domínio de segredo e de tradições perdidas – que fundamenta a redução dos riscos implícitos, pela familiarização com os seus usos adquirida por uma longa experiência (Raposo 2010, 168-169). Compreende-se, assim, a importância atribuída quer às referências «leigas», quer à informação especializada, transmitida por profissionais de saúde, farmácias ou ervanárias, no recurso a produtos terapêuticos naturais.

Na observação que efectuei na Antiga Ervanária pude constatar que várias pessoas entraram e perguntaram por produtos de farmácia ou de para-farmácia, demonstrando a dificuldade do consumidor em articular no quotidiano os diversos conceitos e enquadramentos legais. Por outro lado, essa confusão pode ser acentuada pela profusão de produtos para a saúde e pelo facto de o atendimento ser feito por pessoas envergando uma bata branca, o que simula o ambiente de farmácia.

Sendo a confiança interpessoal um factor muito importante em Portugal, reflectindo uma simplificação da vida quotidiana, sendo encarada como familiaridade, no sentido de uma forte confiança nas redes pessoais para acções estratégicas (Pope e Kjærnes 2003, 12), o atendimento personalizado e familiar na Antiga Ervanária, à semelhança do reportado por Miles (1998, 217) a propósito de estabelecimentos equivalentes no Equador, proporciona ao cliente a sensação de estar a falar com profissionais com conhecimento e amigos de confiança.

Deste modo, quer-me parecer que, mais do que uma fraca fidelização, a dificuldade da maioria dos consumidores em identificar o recurso natural utilizado nos inquéritos realizados acerca deste tipo de consumos terapêuticos (Lopes 2010, 38) poderá traduzir antes a confiança estabelecida a partir do *habitus professional* (Bourdieu 1989) e dos papéis sociais (Bildtgård 2008) que geram a expectativa de que o profissional detém o conhecimento inerente ao exercício correcto das suas funções. Isso torna-se evidente ao verificar na minha observação que a maioria dos clientes, mesmo os usuais, não pede os compostos pelo número ou pela marca, mas antes segundo o efeito, doença ou órgão para o que busca o produto.

É essa confiança reflexiva baseada na reputação do actor, nas suas competências, neste caso acerca das propriedades terapêuticas das plantas, ou na auto-

representação, garantida pelo uso de vestuário e vocabulário apropriado (Bildtgård 2008, 118) que, no caso da Antiga Ervanária, é acentuada com a antiguidade do estabelecimento e pelo seu carácter familiar.



Imagem 36 - Rebuçados Peitorais 1793
(Fonte: Catálogo Alfredo Augusto Tavares, Sucessores, Lda.)

Símbolos emblemáticos de todo este percurso, da botica à ervanária, de alimento a medicamento enquanto suplemento alimentar, permanecem os *Rebuçados Peitorais 1793*. Anunciados como existindo desde a abertura da Antiga Ervanária e remetendo para o ano do seu estabelecimento, consideram-se famosos pela selecção das melhores plantas medicinais – alteia, avenca, alcaçúz, seiva de pinheiro, musgo-islândico, hissopo, poejos e regalo da horta – que, em conjunto com o mel, os tornam indicados para a tosse, o alívio do catarro do fumador, com efeito calmante sobre as vias respiratórias ajudando a relaxar o espasmo bronquial e a prevenir novos acessos, por serem fluidificantes da expectoração.⁴⁵

A informação que situa os rebuçados numa tradição terapêutica com mais de dois séculos encontra-se, agora, actualizada de acordo com os mais recentes conhecimentos fitoterapêuticos,⁴⁶ constituindo, por isso, uma espécie de cartão de visita da Antiga Ervanária.

NOTAS

¹ Sousa Dias (2007) refere ainda as Ordenações Filipinas de 1604, a carta régia de 17 de Dezembro de 1533, o alvará de 7 de Julho de 1561, a provisão de 19 de Novembro de 1575, o alvará de 15 de Novembro de 1623, a carta de lei de 3 de Setembro de 1627, a carta de lei de 13 de Março de 1656, a resolução de 15 de Dezembro de 1707 e o alvará de lei de 3 de Março de 1795.

² Crónica Constitucional de Lisboa, 1833, n.º 127, de 20 de Dezembro, Lisboa : Imprensa Régia, p. 708.

³ Carta Régia de aprovação para o exercício de farmácia atribuída a Sebastião Athanazio Estanislau da Silva, assinada por D. Maria II, Rainha de Portugal, dos Algarves, e dos seus domínios, tendo sido Presidente do Júri o Físico-Mor do Reino e os examinadores José Victorino da Costa Aroeira e António de Carvalho, com data de 29 de Dezembro de 1834. Consultada *on-line* através do Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos, em <http://www.cdf.pt/archeevo/details?id=1001146>.

⁴ Livro de Actas das Sessões da Comissão de Farmácia da Sociedade Farmacêutica Lusitana, N.º 1, relativas às sessões de 8 de Julho de 1836 a 26 de Setembro de 1866 correspondendo às direcções de José Joaquim Alves de Azevedo, Lazaro Joaquim de Souza Pereira, Joaquim Nunes Barbosa, José Dionísio Correia e Sebastião Athanazio Estanislau da Silva e Francisco António Rosa. Consultada *on-line* através do Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos, em <http://www.cdf.pt/archeevo/details?id=1001004>.

⁵ Arquivo Distrital de Setúbal: Autos cíveis de embargo, 1840, *José Vitorino da Costa Aroeira/Angélica Perpétua Marques*, PT/ADSTB/JUD/JOJALM/1/011/00009; Execução de Sentença, 1840, *Angélica Perpétua Marques/José Vitorino da Costa Aroeira*, PT/ADSTB/JUD/TJCALM/1/004/00059; Autos de Execução de Conciliação, 1841, *Manuel José Rodrigues Barreiro/José Vitorino da Costa Aroeira*, PT/ADSTB/JUD/TJCALM/1/008/00007; Autos de Petição, 1842, *Joaquim Matias de Freitas/José Vitorino da Costa Aroeira*, PT/ADSTB/JUD/TJCALM/1/012/00091; Acção Verbal, 1842, *José Manuel Teixeira de Carvalho/José Vitorino da Costa Aroeira*, PT/ADSTB/JUD/TJCALM/1/017/00012 e Autos de Execução de Conciliação, 1843, *Comissão Administrativa do Hospital de S. José/José Vitorino da Costa Aroeira*, PT/ADSTB/JUD/TJCALM/1/008/00103.

⁶ Arquivo Distrital de Leiria, Registos de baptismo da freguesia de Batalha: 1842-1855, fl. 113v, PT/ADLRA/PRQ/PBTL01/001/0004.

⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Livro de Registo de Casamentos da Paróquia de Santa Engrácia, Assento n.º 13, fl. 82v, PT/ADLSB/PRQ/PLSB29/002/C17.

⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Livro de Registo de Baptismos da Paróquia dos Anjos 1839/1853, fl. 78v, PT/ADLSB/PRQ/PLSB06/001/B23.

⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Livro de Registo de Óbitos da Paróquia de S. José, 1878/1883, Assento n.º 172, fl. 125 e 125v, PT/ADLSB/PRQ/PLSB45/003/O17.

¹⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Livro de Registo de Casamentos da Paróquia dos Anjos, Assento n.º 74, fl. 29 e 29v, PT/ADLSB/PRQ/PLSB06/002/C15.

¹¹ Cartaz comercial colocado à venda na Internet a 11 de Novembro de 2014 em <http://www.custojusto.pt/braga/colecoes/cartaz-comercial-alfredo-augusto-tavares-1793-14109232> e a 26 de Novembro de 2014 em <http://guimaraes-braga.olx.pt/cartaz-comercial-alfredo-augusto-tavares-1793-antigo-ervanario-iid-462829127>.

¹² Segundo o seu registo de baptismo, nasceu a 29 de Agosto de 1873, quarto filho na ordem da geração de Augusto Alfredo da Silva Tavares. Quando o pai faleceu em 1880, seria um dos seus dois filhos menores.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Livro de Registo de Baptismos da Paróquia de S. José, 1873, Assento n.º 124, fl. 64 e 64v, PT/ADLSB/PRQ/PLSB45/001/B23.

¹³ V. Imagem 70 em Anexos.

Cartaz comercial colocado à venda na Internet a 11 de Novembro de 2014 em <http://www.custojusto.pt/braga/colecoes/cartaz-comercial-alfredo-augusto-tavares-1793-14109232> e a 26 de Novembro de 2014 em <http://guimaraes-braga.olx.pt/cartaz-comercial-alfredo-augusto-tavares-1793-antigo-ervanario-iid-462829127>.

¹⁴ In *Breve Historial da Casa ADA* consultado em <http://www.sortmoz.com/casada/historial.htm> acedido a 9 de Dezembro de 2014.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Segundo entrevista com Isaurinda Paixão, gerente actual da Antiga Ervanária.

¹⁷ In *ERVANÁRIAS E CASAS DE PRODUTOS NATURAIS DA BAIXA E DO CHIADO* consultado em http://geo.cm-lisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/Fotos_Baixa_Chiado/PDF_Baixa_Chiado/Ervanarias_Net_redi.pdf acedido a 9 de Dezembro de 2014.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Segundo Isaurinda Paixão, actual gerente da Antiga Ervanária e a sua funcionária, Sandra: «A Beatriz Costa era amiga da D. Laura. Vivía no Tivoli e vinha cá muitas vezes conversar comigo. A Cidália Moreira vive perto e vem cá muitas vezes, o Batista Bastos também cá vinha, a Simone Oliveira, o Vitorino vem cá comprar perpétuas roxas para a voz, a Rita Ribeiro, a Sandra Celas, são mais ou menos clientes habituais. O Michel, a Anabela, a Anita Guerreiro, o José Pedro Gomes, são mais esporádicos.»

²⁰ «Açafrão; aipo; alcaçuz; alcaravia; alcatrão de zimbro; alecrim; alfazema; alga perlada; almíscar; aloés; alteia; amêndoas; âmbar; amido; amido ou féculas; amieiro-negro; amoras; angélica; anis; anis-estrelado; arnica; assa-fétida; avenca; bálsamo-do-peru; bálsamo-de-tolu; baunilha; benjoim; boldo; borragem; calumba; camala; camomila; canela; cânfora; cardamomo; carmim; carvão; cáscara-sagrada; castanheiro-da-índia; cato; cerejas pretas, pés; cevada santa; chicória; choupou; cila; cochonilha; coentro; coloquintidas; cólquico; condurango; consolda vermelha; couso; curcúbita; elemi; escamónea; espargo; espermacete; estigmas de milho; estoraque líquido; eucalipto; eufórbio; fava de santo-inácio; felândrio; fermento de cerveja (levedura de cerveja); funcho; gálbano; gelatina; gelatina de peixe; gelose; genciana; gengibre; gilbardeira; goma-adraganta; goma-arábica; goma-amoníaca; goma-guta; goma-karaia; grama; grindélia; groselhas; guabelha; hamamélis; hidraste; hissopo; hortelã-pimenta; incenso; ipecacuanha; jaborandi; jalapa; lactucário; laranjeira; licopódio; linhaça, pó e sementes; líquen; lírio; lobélia; losna; maltina; malva; maná; mandioca; manteiga de cacau; mástica; melissa; mirra; morangueiro; mostarda, grão e pó; murta; nogueira; noz de cola; noz moscada; noz-vômica; óleos essenciais; paparraz; papoulas; parietária; perpétuas roxas; pez louro; pez resina; pimentão; piretro; pirliteiro; podófilo; quássia; quilaia; quina; ratânia; romeira; rorela; rosas pálidas; rosas rubras; ruibarbo; sabugueiro; saponária; salepo; salsa; salsaparrilha; salva; sementes de marmelo; sene; sénega; serpilho; solano; tamarindo; taráxico; tília; tossilagem; turbite vegetal; uva-ursina; valeriana; viburno; violetas; zimbro (bagas).» (Monteiro 2008)

²¹ Decreto n.º 17636, de 21 de Novembro de 1929.

²² Decreto n.º 19331 de 10 de Fevereiro de 1931 que aprova o regulamento da importação e venda de medicamentos especializados de origem estrangeira.

²³ Decreto-Lei n.º 48357, de 27 de Abril de 1968 e Decreto-Lei n.º 48358, de 27 de Abril de 1968, que criam, respectivamente, o Estatuto Hospitalar e o Regulamento Geral dos Hospitais.

²⁴ Decreto-Lei n.º 48547, de 27 de Agosto de 1968.

²⁵ Decreto-Lei n.º 413/71, de 27 de Setembro.

²⁶ Despacho ministerial publicado em Diário da República, 2.ª série, de 29 de Julho de 1978.

²⁷ Catálogo da Alfredo Augusto Tavares, Sucessores, Lda. extraído do *website* da Antiga Ervanária, <http://www.antigaervanaria.com.pt/>.

²⁸ In <http://jgcoelho.pt/?id=1&lang=pt>, consultado em Maio de 2010.

²⁹ Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro.

³⁰ Regulamento CE n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho (v. Cabaça 2014).

³¹ Regulamento CE n.º 1924/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de Dezembro de 2006, relativo às alegações nutricionais e de saúde sobre os alimentos.

³² Idem.

³³ Extraídas da informação acerca dos suplementos alimentares Antiga Ervanária do catálogo, disponível para *download* através do *website* <http://www.antigaervanaria.com.pt/>.

³⁴ Veja-se o Código da pureza ritual (11,1-15,33), nomeadamente, os textos que se referem à lepra (Lv 13,1-14,57).

³⁵ Síndrome de fadiga crónica, encefaloielitis miálgica, fibromialgia, esclerose múltipla, artrite reumatóide, alopecia areata, vitiligo, colite ulcerativa, urticária, anginas, amigdalites, faringite, laringite, gengivite, estomatite, abscesso dentário, aftas, sinusites, bronquites, pneumonias, gripes, constipações, rinites, úlceras gástricas, colites, cistite urinária, nefrite, prostatite, furúnculos, abscessos, queimaduras, eczemas, herpes, acne, verrugas, calos.

³⁶ Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, alterado pelos Decretos-Lei n.º 20/2013, de 14 de Fevereiro e n.º 128/2013, de 5 de Setembro.

³⁷ Definidas na alínea aaa) do mesmo Decreto: «“Preparações à base de plantas”, preparações obtidas submetendo as substâncias derivadas de plantas a tratamentos como a extração, a destilação, a expressão, o fracionamento, a purificação, a concentração ou a fermentação, tais como as substâncias derivadas de plantas pulverizadas ou em pó, as tinturas, os extratos, os óleos essenciais, os sucos espremidos e os exsudados transformados».

³⁸ Definidas na alínea rrr) do mesmo Decreto como: «quaisquer plantas inteiras, fragmentadas ou cortadas, partes de plantas, algas, fungos e líquenes não transformados, secos ou frescos e alguns exsudados não sujeitos a tratamento específico, definidas através da parte da planta utilizada e da taxonomia botânica, incluindo a espécie, a variedade, se existir, e o autor».

³⁹ EMEA/HMPC/139800/2004 Rev.2, 5 de Novembro de 2008.

⁴⁰ Regulamento CE N.º 726/2004 de 31 de Março de 2004 e a Directiva 2004/24/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de Março de 2004, rectificando a Directiva 2001/83/EC relativa ao Código da Comunidade para os produtos medicinais de uso humano.

⁴¹ «Medicamentos e Pluralismo Terapêutico: consumos, lógicas e racionalidades sociais». Projecto de Investigação financiado pela FCT/MCT (PTDC/SDE/64216/2006) e pelo INFARMED.

⁴² Lopes, Noémia Mendes (Coord.), Elsa Pegado, Hélder Raposo, Telmo Clamote e Carla F. Rodrigues. 2009. *Medicamentos e Pluralismo Terapêutico: consumos, lógicas e racionalidades sociais. Relatório Estatístico*, CIES-ISCTE, Projecto de Investigação financiado pela FCT/MCT (PTDC/SDE/64216/2006) e pelo INFARMED, p. 78. Disponível em <http://cies.iscte.pt/medicamentosepluralismoterapeutico/report.pdf>.

⁴³ Segundo o relatório esta categoria «inclui familiar ou pessoa conhecida e iniciativa própria».

⁴⁴ Consideradas como incluindo «empregados/técnicos de ervanária ou loja de produtos “naturais”, terapeuta de medicinas alternativas e nutricionista».

⁴⁵ Consoante a informação disponibilizada no *website* <http://www.adplda.com/>, consultada em 20 de Dezembro de 2014.

⁴⁶ «Estes efeitos benéficos são conferidos pelos óleos essenciais das seguintes plantas:

- a Alteia (*Althaea officinalis* L.) possui o efeito benéfico de melhorar a irritação da mucosa oral e faríngea, associada a tosse seca;
- a Avenca (*Adiantum capillus-veneris* L.) é expectorante ligeiro, tendo também a acção de acalmar a tosse, ajudar a eliminar a expectoração e aliviar a irritação na garganta;
- o Alcaçúz (*Glycyrrhiza glabra* L.) também possui acção expectorante, mucolítica e antitússica, pelo que contribui como suavizante da tosse e da bronquite;
- o Pinheiro (*Pinus sylvestris* L.) também melhora os estados associados a afecções das vias respiratórias, sendo muito útil nos casos de tosse e bronquite;
- o Musgo-Islândico (*Cetraria islandica* L.) possui acção emoliente e expectorante, tornando-se muito favorável para acalmar a irritação das vias respiratórias como na tosse e bronquite;
- o Hissopo (*Hyssopus officinalis* L.) possui a marubina que actua como béquico e expectorante, sendo aconselhada nos casos de resfriados, estados gripais, bronquite e tosse por ser fluidificante da expectoração;
- o Poejo (*Mentha pulegium* L.) também contribui para a melhoria dos resfriados devido ao seu efeito anti-séptico.» (Idem).

IX

Vida Social dos Chás Medicinais

«Os tratamentos “naturais” – hoje tão aconselhados pelos homens de ciência – contam com o prestígio desta organização cuja fama já ultrapassa dois séculos de existência.» (Antiga Ervanária - Alfredo Augusto Tavares, Sucessores, Lda.)

Uma das formas mais acessíveis e populares de consumo das plantas medicinais com fins terapêuticos é através do chamado *chá*, por intermédio de infusão ou de decocção. Apesar de constituir uma das mais antigas formas terapêuticas, no século XIX generalizou-se o seu consumo como bebida social, conotando-se-lhe a ideia de segurança e de conforto geral para o corpo (Raposo 2010, Santos *et al.* 2006, Pardo de Santayana *et al.* 2005).

Utilizadas desde sempre e ligadas ao progresso da medicina e da farmacêutica, as plantas e a fitoterapia começaram a ser desvalorizadas como recurso terapêutico com o desenvolvimento da química de síntese e aparecimento de fármacos que «conseguiram tratar e erradicar doenças para as quais as plantas medicinais não se mostraram eficazes» (Martins 2008, 101). A evolução do sistema de patentes e marcas também concorreu para a «decadência dos medicamentos de origem natural, que são mais difíceis de patentear, e, por isso, da fitoterapia, que foi relegada, em muitos casos para os países em vias de desenvolvimento e de baixos recursos económicos» (idem).

No entanto, a consciência de risco atribuída ao consumo dos fármacos pelos efeitos secundários, abuso das substâncias e resistência, a par de novos desenvolvimentos científicos que permitiram a demonstração da eficácia e segurança terapêutica de muitas plantas (Martins 2008), contribuíram para a recuperação do valor terapêutico do *chá*, tanto na lógica da prevenção, como de tratamento de problemas de saúde (Lopes 2010, Raposo 2010) ou, mais recentemente, como coadjuvante na acção farmacológica dos medicamentos.

Tendo em conta que, de acordo com os dados do inquérito sobre consumos terapêuticos realizado em 2008 (Lopes 2010), a forma de preparação terapêutica mais usada no consumo do que se considera medicamentos naturais é o *chá* (57,6%), o que corresponde, igualmente, ao tipo de produto mais vendido na Antiga Ervanária e enforma a constituição de Vale da Trave como *Terra das Ervanárias*, entendi como

pertinente em termos analíticos aplicar aos chás medicinais o conceito de *vida social do medicamento* proposto por uma abordagem da Antropologia da Farmacêutica (Whyte, Van der Geest e Hardon 2002, Van der Geest, Whyte e Hardon 1996).

Partindo desta proposta de que os medicamentos podem ser estudados enquanto «coisas materiais da terapia» e, como tal, detentores de *vidas sociais* (Whyte, Van der Geest e Hardon 2002; v. Appadurai 1986 e Kopytoff 1986), o desenvolvimento de uma análise biográfica ao longo da sua produção e comercialização, prescrição, distribuição e consumo, permite elaborar uma síntese das implicações socioculturais das diversas problemáticas até aqui enunciadas.¹

Pretendo, então, com esta abordagem evidenciar as alterações decorrentes da produção de conhecimento sobre plantas medicinais, da circulação entre os dois sistemas epistemológicos, as consequências da regulamentação cientificamente apoiada, em articulação com as lógicas subjacentes às práticas de consumo, numa perspectiva que visa sintetizar as principais preocupações em torno do recurso terapêutico às plantas medicinais.

a) Produção

Começando pela *produção e comercialização*, o aumento do mercado e correspondente regulamentação no sentido de garantir a sustentabilidade e a segurança, através do controlo de qualidade e da produção de conhecimento científico, teve implicações neste circuito da *Terra das Ervanárias* até à Antiga Ervanária.

Entre 2006 e 2014, de modo a fazer face às exigências regulamentares do mercado, tanto do sector alimentar, como do sector farmacêutico, a fábrica de Vale da Trave [ADP] passou por um processo de reestruturação da sua organização e processo de fabrico [v. Fig. 2 em Anexos], com a implementação do sistema HACCP² em 2007 e a certificação da empresa, em 2008.³ A partir desse mesmo ano, a ADP passou a ter certificado BIO para algumas plantas.⁴ Segundo a informação institucional, desde 2009, «a ADP é certificada, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2008, tendo sido alterado o âmbito em 2012 para Preparação e comercialização de Plantas Medicinais, Aromáticas e seus Derivados».⁵

Quando estabeleci os primeiros contactos com a fábrica de Vale da Trave em 2010 e 2011, um dos objectivos era contextualizar a *Terra das Ervanárias* e a tradição no comércio de produtos fitoterapêuticos. O projecto encontrava-se ainda em promoção

e o discurso dos interlocutores centrava-se no saber local e nas práticas de colheita da flora espontânea com valor medicinal e comercial, enquadrado por intermédio da ADP Lda. nos requisitos regulamentares do comércio de plantas aromáticas e medicinais [PAM], já abordados no Capítulo VI.

A respeito do fornecimento das plantas, a gerente da fábrica que se desenvolveu a partir do empreendimento da sua avó, colectora e angariadora, partilhava a seguinte reflexão, numa entrevista que realizei em 2011.

«É um negócio muito difícil e que está a ficar cada vez mais difícil. As pessoas que se interessam pela actividade e têm conhecimentos são pessoas de mais idade; quando falecem não há quem as substitua, não há muitos jovens interessados. Esta é uma actividade que exige muita dedicação e tem de ser feita por gosto. [...] Agora começa a haver interesse dos jovens pelo cultivo: apoios do PRODER, para Jovens Agricultores e da Agricultura Biológica. Nem tudo se está a perder, se conseguirem implementar os seus projectos. Talvez se perca a colheita de plantas espontâneas, mas já temos outros jovens para as começar a cultivar.» (Clarinda Paixão, ADP)

O controlo de qualidade e segurança era iniciado logo na recepção da matéria-prima entregue pelos fornecedores locais, entenda-se, colectores e angariadores:

«Fazemos um inquérito para saber de onde vem a planta, onde é colhida, como a preparam, onde fazem a secagem. Às vezes rejeitamos; não aceitamos qualquer mercadoria. Depois de recepcionada, é atribuído um número de lote, para depois poder ter rastreabilidade. Outros fornecedores (angariadores) já são certificados.» (Clarinda Paixão, ADP)

Essa certificação envolve a identificação da planta e o mapeamento do local de colheita por GPS, supervisionado por entidades credenciadas para o efeito. A etapa seguinte do controlo de qualidade envolve a realização de exames laboratoriais.

«Mandamos fazer análises laboratoriais, em laboratórios credenciados pelo IPAC [...] Mandamos fazer análise no Instituto Ricardo Jorge. Alguns fornecedores enviam logo o boletim de análise, mas por vezes mandamos fazer contra-análise. Quando esses boletins não são fornecidos mandamos fazer pelo menos ensaios microbiológicos.» (Clarinda Paixão, ADP)

Na recepção da matéria-prima, é ainda realizado «um conjunto de verificações obrigatórias que funcionam como primeira triagem do produto», com a verificação «dos documentos de acompanhamento/rotulagem que garantem a identificação do produto

quanto à sua origem», da presença «de elementos estranhos (pedras, partículas de terra e vestígios de matérias estranhas), do estado «físico e microbiológico (aspecto, integridade, salubridade, humidade, odor e sabor, cor, deformações graves, peso...)» e das «descargas e condições do transporte (estado de higiene dos carros e estruturas envolvidas no transporte)».⁶

Após a recepção da matéria-prima, esta é armazenada [Imagem 36] até à próxima fase do circuito de fabrico [ver Fig. 3 em Anexos].



Imagem 37 - Armazenamento de matéria-prima. (Foto ADP 6 de Junho de 2013)



Imagem 38 - Máquina de corte. (Fonte: Processo de Fabrico detalhado, ADP Lda.)

Na secção de corte, a matéria-prima é sujeita a uma «pré-escolha grosseira», com «o uso de sonda e bandas magnéticas fixadas na boca de saída da máquina de corte para a detecção de metais», reforçada pelos crivos da máquina de corte [Imagem 37].⁷ A moagem é, normalmente, aplicada «em produtos vendidos a granel», através de um «moinho de facas para realizar pós finos de 0,5 a 3mm» ou de um «moinho de martelos, capaz de moer todo o tipo de produtos quebradiços como cascas e raízes, resultando uma trituração mais grosseira».⁸

Na sala de infusões [Imagem 38 e 39], as plantas trituradas são submetidas às máquinas que processam o embalamento em saquetas e pacotes de chás. A sala de selecção manual [v. Imagem 23] costuma ser, frequentemente, utilizada para estigmas de milho, malva-folha e tília-flor, porque os «clientes preferem estas três sem o corte da máquina, pois queixam-se que fica muito pó e estão mais habituados assim» (Clarinda Paixão, ADP). Tendo em vista a satisfação do cliente, «estes três produtos são embalados manualmente» [Imagem 40].



Imagem 39 - Sala de infusões. (Foto ADP 6 de Junho de 2013).



Imagem 40 – Sala de infusões (Fonte: Processo de Fabrico detalhado, ADP Lda.)



Imagem 41 - Embalagem manual. (Fonte: Processo de Fabrico detalhado, ADP Lda.)



Imagem 42 - Armazém de expedição. (Foto ADP 6 de Junho de 2013).

São elaboradas fichas técnicas, com base na literatura especializada, na consulta de enciclopédias e de informação disponibilizada na Internet, comparando a informação para o estabelecimento de uma base científica.

«Temos cerca de 500 produtos (e fichas técnicas). Porque a mesma planta pode ser utilizada de várias formas.» (Clarinda Paixão, ADP)

Em 2004, lançaram no mercado uma marca própria de chás compostos e tradicionais – *HappyFlora Plantas Medicinais* – e de plantas individuais. Segundo a gerente da ADP Lda., estas últimas vendiam-se melhor «porque temos embalagens mais pequenas de 25 gramas, por isso são mais baratas». Quando aos compostos, explicou-me, resumidamente como foram elaborados: «Sabemos que cada planta é indicada para um fim. Juntamos 5 ou 6 com o mesmo fim, uma tem de ter bom sabor e odor» (Clarinda Paixão, ADP).

Em 2012, Clarinda Paixão concluiu o Mestrado em Produção de Plantas para Fins Industriais, pela Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Santarém,

tendo estagiado com Lígia Salgueiro⁹ na Faculdade de Farmácia de Coimbra e desenvolvido a sua tese com o título «Investigação de Técnicas de Controlo de Fraudes no Âmbito do Comércio de Plantas Medicinais e Aromáticas».¹⁰

Esta professora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra foi coordenadora do projecto «Conservação e valorização da Flora Endémica ameaçada de Portugal», descrito como dando continuidade a uma linha de investigação daquela instituição, procurando «preservar uma sabedoria empírica, e validá-la cientificamente, identificando espécies e subespécies detentoras das propriedades curativas», por se tratar de plantas utilizadas na medicina tradicional.¹¹ Lígia Salgueiro foi um dos membros fundadores da Sociedade Portuguesa de Fitoquímica e Fitoterapia,¹² criada em 2007 com o objectivo de promover «a investigação e o ensino na área da Fitoquímica e Fitoterapia em Portugal com fins pedagógicos, de profilaxia da doença e de protecção de saúde pública» e a «utilização racional de plantas medicinais, medicamentos e outros produtos à base de plantas, assente em critérios científicos».¹³ Percebe-se, assim, que a opção de Clarinda Paixão para a sua formação académica procurava a validação científica da sabedoria tradicional relativa aos usos medicinais das plantas.

No I Encontro Ibérico de Plantas Aromáticas e Medicinais [I EIPAM] que se realizou em Beja, assinalando o Dia Internacional do Fascínio das Plantas em Maio de 2012, por iniciativa do CEBAL [Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Alentejo], do Instituto Politécnico de Beja e da Associação de Defesa do Património de Mértola [ADPM] em conjunto com o I Festival de Chás e Ervas do Mundo que decorreu entre 14 e 20 de Maio, Lígia Salgueiro foi uma das palestrantes, apresentando uma comunicação intitulada «Plantas Aromáticas como “laboratório de síntese” de compostos com interesse medicinal». Na sua apresentação, Lígia Salgueiro salientou a «importância do controle de qualidade nos produtos de saúde à base de plantas» e «os procedimentos de introdução no mercado dos medicamentos à base de plantas», explicando na sua introdução que:

«Sabemos também que cada planta biossintetiza um elevado número de compostos que têm funções fisiológicas, biológicas e ecofisiológicas muito importantes. [...] A biodiversidade associada à medicina tradicional aumenta a probabilidade de descoberta de novos fármacos. [...] De uma mesma planta podem obter-se produtos que podem estar comercializados em diversas categorias, como alimentos, suplementos alimentares, medicamentos, biocidas, cosméticos e outros.» (Salgueiro 2012)

Será ainda de destacar que o I Festival de Chás e Ervas do Mundo realizado em 2012 constituía uma oportunidade para os produtores, pela disponibilização de espaços de comercialização e participação em encontros com compradores internacionais, onde a componente técnico-científica e de aspectos ligados à comercialização das plantas aromáticas e medicinais era assegurada pelo I EIPAM.



Imagem 43 – Aspecto do auditório no I EIPAM, 18 de Maio de 2012, IPBeja (Fonte: Flickr Galeria de Fotos do IPBeja).



Imagem 44 - Amendoeira da Serra, Mértola (Foto de 18 de Maio de 2012).



Imagem 45 - Recepção aos visitantes na Ameixoeira da Serra. (Fonte: Página de Facebook da ADPM).



Imagem 46 - PROVERE (Foto Amendoeira da Serra, 18 de Maio de 2012).

Tratando-se de um evento que, durante uma semana, mobilizou e dinamizou vários espaços geográficos no Baixo Alentejo em torno da temática dos chás e plantas medicinais, tanto na vertente do público em geral, com ateliês de obtenção de óleos essenciais, velas de cheiros, papel perfumado, obtenção de tisanas e perfumes, sessões de aromaterapia, exposições, oficinas de gastronomia, rituais de chás do mundo, espectáculos multiculturais, mostra de ervas do mundo, como da capacitação para o envolvimento na produção de PAM e oportunidades de negócio, através de tertúlias e

oficinas, assinala essencialmente a importância que este sector vinha a assumir. Como se anunciava:

«Por estes dias é esperada a participação de vários agentes envolvidos na fileira e curiosos na temática, que poderão constatar como a tradição se alia à inovação para manter o que os aldeões sentem como algo sagrado, que faz parte integrante dos seus saberes, entrosada com exemplos de lugares longínquos.» (I EIPAM)

Evidencia-se, portanto, um maior investimento na formação técnico-científica na área das PAM, que também é possível acompanhar, por exemplo, através da relação entre a oferta e a procura de cursos de Agricultura Biológica, da AGROBIO que, em 2013, atingiram 11 edições, enquanto os cursos de Plantas Aromáticas e Medicinais obtiveram oito edições e «A Minha Farmácia BIO» quatro edições, representando um aumento bastante significativo relativamente aos anos anteriores. De resto, o inquérito aos produtores de PAM em 2012 realizado pelo Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura reflecte isso mesmo:

«Os resultados obtidos mostram um setor que duplicou o número de produtores, aumentou substancialmente as áreas em produção, e se o peso económico poderá parecer pouco significativo comparativamente com outros, também se verifica que atraiu muitos agentes de fora do setor, jovens e com elevado grau de formação escolar, cujos efeitos podem ir para além da dimensão dos números em si.» (GPP 2013)

Não obstante o projecto *Terra das Ervanárias* tivesse inerente a certificação, mas sobretudo a produção de PAM nos terrenos comunitários capitalizando o saber tradicional acerca das plantas medicinais, não foi possível inverter o modo de produção. Como bem notou um dos professores da Escola Superior Agrária de Santarém que entrevistei:

«Passar de recolector a produtor é difícil devido à mentalidade e à idade dessas pessoas. O produtor agrícola tem como objectivo intensificar, maximizar aquela tecnologia de produção. Estão a produzir. Por outro lado, o facto de colherem também intensifica a produção porque reduz a população de plantas e a natureza tem um comportamento de renovo, para criar. [...] Nesta perspectiva, são também produtores que nas suas práticas têm esse cuidado.» (José Grego, ESA)

As plantas simples e os chás compostos da Antiga Ervanária são produzidos e embalados na fábrica de Vale da Trave. Segundo Clarinda Paixão:

«A mesma planta pode ser utilizada de várias formas. Por exemplo, a malva, folha e flor; o sene, folhas e folículos. O mesmo produto pode ser utilizado de formas diferentes. Cascara sagrada, importamos dos Estados Unidos, também as sementes. Portanto, usamos várias partes das plantas. O Funcho são as folhas e sementes.» (Clarinda Paixão, ADP)

A Antiga Ervanária apresenta actualmente no seu catálogo 351 espécies que comercializa em pacotes de celofane de 40, 50 e/ou 100 gramas e a granel, das quais as mais procuradas em 2013 eram, segundo Isaurinda Paixão, a cidreira, a tília, lúcia-lima, o chá verde e o pau d’arco. Em cerca de 1/3 das espécies a parte comercializada é a planta e apenas 19 espécies têm mais do que uma parte utilizadas [Gráfico 16]. Recorde-se que o aumento de espécies comercializadas cria «grandes necessidades de material» (José Grego, ESA) que implicam a passagem da colheita da flora espontânea à produção agrícola com fins industriais, como forma de protecção da biodiversidade e prevenção de uma sobreexploração que conduza à extinção de espécies.

Gráfico 16 - Partes de plantas mais frequentes das espécies comercializadas na Antiga Ervanária.



O curso de Mestrado em Produção de Plantas para Fins Industriais – frequentado por Clarinda Paixão – foi criado em 2009, na sequência do desenvolvimento do projecto de investigação “Estudo da produção agronómica de espécies de *Salvia* com vista à avaliação dos seus constituintes para o potencial controlo da doença de Alzheimer” da Fundação da Faculdade de Ciências (FFC/FC/UL) e pelo Instituto Politécnico de Santarém financiado pela Fundação para a Ciência e

Tecnologia.¹⁴ Trata-se de uma oferta formativa que visa «aumentar os conhecimentos teóricos e práticos necessários para o estudante poder vir a desempenhar uma actividade profissional relacionada com a produção de plantas medicinais e industriais, bem como o habilitar nas tecnologias de processamento».¹⁵ Segundo uma das responsáveis pelo Mestrado, numa entrevista realizada em 2011:

«Cá em Portugal não há experiência nas plantas medicinais cultivadas. Só agora é que se estão a instituir como área da agricultura. Existem alguns produtores pontuais de chá, no Alentejo e no Algarve, principalmente de Lúcia-Lima e de *Melissa officinalis* (Erva Cidreira). Alguns alunos da ESA conseguiram um projecto de instalação agrícola. Estão no 4.º ano de instalação. Estão muito satisfeitos com o projecto porque as plantas estão a dar muitos cortes; mais do que o previsto. [...] Mas em Portugal são muito poucos.» (Natália Gaspar, ESA)

As primeiras edições do referido curso de mestrado foram coordenadas precisamente por Natália Gaspar que, entre 1994 e 1996, tinha sido responsável pelos levantamentos etnobotânicos na região de Santarém. Numa das entrevistas por mim realizadas, aquela especialista teceu as seguintes considerações acerca dos resultados dos referidos levantamentos:

«O conhecimento etnobotânico nas áreas rurais em Santarém é sólido. As pessoas de mais idade, da serra, ligadas ao campo, diziam: “a minha mãe é que sabia”. Nas aldeias raramente se enganam na identificação das plantas; os nomes é que é mais complicado, porque há plantas com nomes diferentes de terra para terra, há nomes que designam plantas diferentes de terra para terra.» (Natália Gaspar, ESA)

Reputada pela mesma como «a mais importante do país» (Natália Gaspar, ESA), a fábrica de Vale da Trave marcaria presença no Auditório da Escola Superior Agrária de Santarém na ocasião do lançamento e apresentação do livro «Cultura e Utilização de Plantas Medicinais e Aromáticas» (Cunha, Roque e Gaspar 2011).¹⁶

Tido como obra de referência para o cultivo de PAM entre os formandos do Curso Prático de Formação Profissional de Produção, Recolha, Secagem, Destilação e Comercialização de Plantas Aromáticas e Óleos Essenciais em Agricultura Biológica que frequentei na AGROBIO em 2012, este livro partilhava o seu espaço de lançamento com expositores da *HappyFlora* e outros produtos da ADP Lda., com panfletos de «Vale da Trave – Terra das Ervanárias» [v. Imagem 15] e com os *Rebuçados Peitorais*

1793 da Antiga Ervanária, numa simbiose entre o conhecimento científico e as práticas tradicionais locais.



Imagem 47- Expositor de plantas para chá da ADP Lda. (Auditório da ESA, Março 211).



Imagem 48 - Folhetos da ADP Lda. e de Vale da Trave, Terra das Ervanárias (idem).

Evidencia-se, então, uma aproximação da fábrica de Vale da Trave, pelo percurso formativo de Clarinda Paixão, aos locais de produção de conhecimento científico acerca das plantas medicinais, tanto no que dizia respeito à sua produção para fins industriais, como na área da fitoquímica e fitoterapia.

E se a publicação do Regulamento do Plano de Ordenamento do PNSAC, em 2010, já antecipava um maior controlo e condicionamento da colheita de flora espontânea naquela área protegida, a imposição de novas regras de facturação, em 2013, veio constringer a manutenção desta actividade económica no nível de informalidade com que vinha sendo tradicionalmente praticada.

«As plantas medicinais têm de ser produzidas em modo biológico. [...] São produtos mais caros mas não usam nem podem usar pesticidas de síntese por causa da contaminação (nitratos, nitritos) accidental. Os fertilizantes apenas podem ser matéria-orgânica.» (Natália Gaspar, ESA)

Assim, não obstante a toda a regulamentação gradualmente imposta ao sector dos géneros alimentícios, suplementos alimentares e do medicamento, controlar a produção, reduzindo o recurso à flora espontânea e incentivando o cultivo de PAM, constituiu também uma solução para garantir a qualidade e segurança dos produtos colocados no mercado e de protecção da biodiversidade. Em 2012, a falta de articulação entre a produção e o comércio era apontada como uma das lacunas para uma melhor exploração deste sector, numa das entrevistas que realizei:

«Existe alguma produção, mas muito escassa. Há potencialidade para a produção, por vezes o que não há é acordos comerciais estabelecidos. Há falta de capacidade de organização. O nosso país, na Europa, é dos países com melhores características edafoclimáticas para a produção de PAM. Temos a influência do Atlântico, outros elementos individuais que permitem a produção em sequeiro, bons solos, boas condições climáticas. Existem muitos trabalhos feitos por estrangeiros que demonstram que o nosso país tem condições favoráveis para a produção de PAM. Havendo acordo com clientes e havendo a intenção de produzir, é possível encontrar a tecnologia de produção, hoje em dia. Depende dos regimes contratuais.» (José Grego, ESA)

Atendendo a todo o contexto, a produção de plantas aromáticas e medicinais e, conseqüentemente, o fornecimento da ADP alterou-se a partir de 2012, como reconheceu a responsável pela fábrica, na última entrevista que realizei, em 2013.

«Hoje em dia compramos mais a produtores certificados em modo de produção biológico, que têm aparecido cada vez mais. Ultimamente há mais produtores certificados e a ADP tem contribuído para isso, tem incentivado. Contactámos uma série de produtores, oferecendo parceria e autorizando a que fossem elaborados projectos com a indicação que o escoamento das PAM seria feito através da ADP. As plantas produzidas são principalmente lúcia-lima, hortelã-pimenta, cidreira, tomilho, orégãos, segurelha. Alguns fornecedores já estão a tentar produzir manjerona, coentros, perpétuas-roxas, *Salvia officinalis*. Estes novos fornecedores são da zona de Abitureiras, Almeirim, zona de Santarém, Rio Maior, Setúbal. Alguns já produzem quantidades suficientes para o mercado.» (Clarinda Paixão, ADP)

Tal capacidade de adaptação aos requisitos e de constante diálogo entre a tradição e a ciência, acompanhando o mercado, tem permitido a subsistência e expansão dos vários ramos do negócio familiar. Esta articulação de saberes é capitalizada, por exemplo, com a participação de Clarinda Paixão em ateliês como «Um bule de ciência. Mais um chá?» integrados no Programa «Aromáticas sem segredos» organizado, em 2014, pelo Centro Ciência Viva do Alviela.

«O conhecimento milenar dos benefícios medicinais dos chás leva a que hoje em dia esta bebida ainda seja bastante apreciada e valorizada. Mas que ervas são usadas nestes chás e porquê? Quando devem ser colhidas, como devem ser secas e acondicionadas? Venha tomar um chá connosco e faça parte de uma conversa com muita ciência e vários aromas, servidos por Fátima Lopes, da

Escola Superior Agrária de Santarém, e Clarinda Paixão, da ervanária Américo Duarte Paixão.»¹⁷

Remete-se, assim, o modo tradicional de produção – a colheita da flora espontânea – para o âmbito do *autoconsumo*, ao mesmo tempo que se promove a articulação do conhecimento e práticas locais com o conhecimento científico, marcando, essencialmente, a distinção entre a produção industrial e o mercado urbano e internacional.

b) Comercialização

Abordar a comercialização das plantas aromáticas e medicinais implica analisar dois circuitos diferentes: o do comércio de PAM enquanto matéria-prima para a produção (a grosso) e do comércio dos produtos transformados (a retalho).

Em conjunto com o incentivo do mercado em expansão, a produção de PAM em Agricultura Biológica assumiu-se como um sector que também oferecia uma resposta a algumas das preocupações referentes ao comércio deste tipo de produtos.

«O que diz no rótulo nem sempre é o que está lá dentro. [...] Existem muitos problemas com fraudes e devido à insegurança. A UE está a preparar legislação que pode vir a restringir o tipo de negócio familiar ligado a isso. Há fiscalização mas é muito suave. Deve verificar-se se a planta ou extracto fica bem conservado. Podem ter fungos, toxinas que podem dar microtoxinas que podem ser muito prejudiciais. São muito estáveis e não se alteram. Pode haver contaminação. Algumas vezes é indicada uma planta que não está na embalagem, mas apenas quantidades muito pequenas, vestígios da planta. Há muita insegurança por parte dos consumidores.» (Natália Gaspar, ESA)

Estas preocupações reflectem-se nos discursos comerciais não só da fábrica ou da ervanária, mas também nas empresas de distribuição, como se denota na apresentação da empresa adquirida em 1992 por Américo Duarte Paixão, a J. Gonçalves Coelho Lda., disponibilizada no seu *website* em 2010:

«J. Gonçalves Coelho, Lda dedica-se, sobretudo, ao comércio a grosso de plantas medicinais e aromáticas, nacionais e estrangeiras, tendo suprema atenção de as fornecer sob um elevado controlo de qualidade e segurança, sem contaminantes, atendendo à certificação da sua origem, a boas condições de armazenamento e conservação, a um cuidadoso embalamento, a uma

apresentação atractiva, de modo a assegurar que estas cheguem às mãos do consumidor final nas melhores condições possíveis.»¹⁸

Neste sentido, a questão da origem das PAM é, actualmente, resolvida pela implementação da produção agrícola em modo biológico que oferece a salvaguarda da protecção da biodiversidade, travando a sobreexploração e a colheita indiscriminada, ao mesmo tempo que assegura o controlo de qualidade e segurança nas espécies comercializadas. Como me dizia em 2013 um dos especialistas na flora do PNSAC, «com o controlo de qualidade não-de chegar ao ponto de introduzir na comercialização a matéria-prima só se for produzida» (António Flor).

Porém, parte do mercado ainda é alimentada pela colheita da flora espontânea que pode usufruir do processo de certificação conforme referido anteriormente. No caso da ADP Lda., a recepção da matéria-prima envolve certas precauções relativas à sua origem.

«Fazemos sempre um primeiro inquérito para saber onde são apanhadas as plantas, algumas são rejeitadas. Não aceitamos plantas recolhidas na beira da estrada por causa da contaminação com metais pesados, nem junto das fábricas. Rejeitamos plantas apanhadas em zonas onde possa haver contaminação do produto. Se as normas forem respeitadas, aceitamos.» (Clarinda Paixão, ADP)

Na ausência de certificação ou de produção agrícola, a comercialização alicerça-se no princípio da confiança assente no reconhecimento do saber e práticas locais e do zelo que rodeia o carácter tradicional desta actividade, como é possível depreender do negócio do angariador de Vale da Trave.

«É uma grande responsabilidade: compramos e vendemos. Entregamos pronto a etiquetar e a exportar. Vai tudo à confiança. [...] Em Janeiro começamos a ver o que há, entre Abril e Setembro ou Outubro começamos a comprar. [...] Depois seco as ervas. Até Janeiro estou a preparar.» (Alfredo Silvério)

Este processo de comercialização envolve ter «sempre em estoque» para as encomendas, funcionando com base na procura. Numa estratégia que também acaba por contribuir para a prevenção da colheita indiscriminada e, assim, proteger a biodiversidade, os «fregueses telefonam a perguntar o que é que preciso, o que se pode apanhar» (Alfredo Silvério). Por isso, o angariador aconselha a quem se envolve neste tipo de actividade que, «antes da colheita», se informe sobre «o que está a ser comprado» (idem).

Segue-se a entrega directa das plantas nos seus armazéns [v. Imagem 17 a 20] ou a sua recolha, nos itinerários construídos pela rota dos 30 fregueses deste angariador.

«As pessoas telefonam e eu depois dou a volta, a ver o que trago. Quando vêm o carro, levam logo as ervas. As pessoas apanham pouco; se têm carrinha vão mais longe apanhar. São os meios. [...] Há muita gente que apanha mas não tem meios. Nos Amiais, havia uma freguesa que levava 4 ou 5 sacos a pé.» (Alfredo Silvério)

O sistema é, até aqui, idêntico ao descrito por outra angariadora, Olinda Mangas, de Maxieira no concelho de Ourém que foi a formadora do Módulo referente à «Identificação de Plantas» do curso prático que frequentei na AGROBIO [Imagem 48 e 49]. Licenciada em Gestão de Empresas, Olinda Mangas frequentou uma formação com Pedro Choy, tendo alguns conhecimentos sobre fitoterapia e continuou o negócio dos seus pais, comercializando as plantas, recolhidas pela população dos arredores no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, à fábrica ADP Lda., em Vale da Trave.



Imagem 49 - «Identificação de Plantas», formandos do Curso Prático da AGROBIO. (Maxieira, 30 de Junho de 2012).



Imagem 50 - Pormenor da flora espontânea observada pelo grupo na imagem anterior: *hipericão* e *bardana*. (idem).

De acordo com a formadora, a comercialização de plantas aromáticas e medicinais recolhidas na natureza é rentável, uma vez que não existem muitos custos envolvidos por não requerer grandes investimentos no tratamento, processamento, embalagem e distribuição. Assim, Olinda Mangas defendeu que apesar de ser teoricamente agradável pensar numa marca própria, a margem de lucro torna-se menor, uma vez que se ganha com a repartição dos custos. Além disso, recordou a perspectiva de actividade de recolha de plantas como sendo, em si, terapêutica, considerando que os

percursos na natureza aliviam o *stress* quotidiano e podem proporcionar um rendimento extraordinário.

No referido curso prático, a formadora argumentou que a colheita de plantas na área do parque natural não é problemática, nem inconveniente porque são poucas pessoas que ainda a exercem e fazem-no de forma correta. Como me dizia, a propósito, a gerente da ADP Lda.: «Da malva, por exemplo, só se utilizam as folhas e até produz mais, se apenas apanharem as folhas. Procuro sempre transmitir que não há necessidade de colher mais do que o necessário para preservar as espécies» (Clarinda Paixão, ADP).

À sustentabilidade económica alia-se, então, a sustentabilidade ambiental, uma vez que se alega que o corte das plantas possibilita o seu crescimento e renovação, contribuindo para a manutenção da flora. Neste aspecto, as opiniões dos especialistas que consultei dividem-se.

«Pode acontecer o seguinte: se a colheita incide sobre uma espécie que tem um papel importante na sucessão ecológica, aí se essa colheita deixar de se fazer, passa ao estágio de sucessão seguinte. Mas não são muitas as espécies que estão nessa situação.» (António Flor, PNSAC)

«É uma prática que se faz há muitos anos e o ecossistema tem um equilíbrio muito frágil: se estivessem a proceder mal já não havia colheita. Portanto, trata-se de maximizar. Considero que esta é a atitude mais correcta para aquele ecossistema [...]. Mesmo a nível da qualidade, não há razão para se alterar. Importa estudar e ver como se mantém e funciona durante décadas. Isso é que tem de ser promovido.» (José Grego, ESA)

Fica patente a existência de duas posições diferentes que reflectem, como me explicou José Grego, «uma discussão entre a Botânica e a Agricultura» a respeito das estratégias de protecção da Natureza.

«Para preservar o ecossistema não podemos deixá-lo ao abandono. Não podemos abandonar o espaço rural porque entra em acção o processo de degradação que é típico dos ecossistemas. Não é degradação, é uma transformação: a natureza evolui. [...] É este relacionamento com a natureza em que o homem não pode ser um simples espectador. [...] Na zona da serra, para se manter o ecossistema, há trabalho a fazer. A natureza não se degrada, evolui para um novo equilíbrio que está em construção onde substitui a flora de transição para uma menos rica, ou melhor, menos importante para nós.» (José Grego, ESA)

De certa forma, poderemos considerar que na comercialização por grosso da matéria-prima está contido o valor do conhecimento etnobotânico e ecológico local, associando-se esse saber tradicional ao valor terapêutico acrescido, não só da planta em si, mas do usufruto e relacionamento com a natureza implícito a todo este circuito da pré-comercialização.

O sistema de comercialização de Alfredo Silvério, por exemplo, pressupõe a preparação e armazenamento em estoque, gerindo a oferta e a procura. Como me referiu, quando tem grandes quantidades deixa de comprar, pois «nunca se sabe o dia de amanhã» e só compra «depois de vender a que tem» (Alfredo Silvério). Vende as suas plantas para o Porto e para o Seixal, para «uma destilaria, de óleos e para ervanária» que telefonam a encomendar ou a saber se tem para entregar: «Quando está pronto a carregar, com quatro (de folha eucalipto), seis ou sete toneladas (de folha alecrim), vou entregar» (idem).

Já a ADP Lda. participa de redes mais amplas de comércio, dedicando-se à importação e exportação de plantas aromáticas e medicinais com a inerente circulação de conhecimento acerca das suas potencialidades e utilizações que se reflecte, depois, no comércio a retalho.

«Quando são pequenas quantidades não importamos directamente, mas de outros países europeus ou em conjunto. O transporte é muito caro, têm de vir em contentores completos e no nosso país não há procura suficiente. São plantas que não existem cá. [...] Para exportação apenas segue matéria-prima. Devidamente acondicionado, com os certificados, as análises efectuadas, tudo. No mínimo uma tonelada. Temos muitos clientes para eucalipto, vendemos grande quantidade de eucalipto. A Alemanha é um grande cliente, para as ervanárias. [...] Na França vendemos mais variedade mas menos quantidade, para a indústria cosmética. Mesmo para a Antiga Ervanária, só vendemos as plantas, têm o seu próprio laboratório.» (Clarinda Paixão, ADP)

Por outro lado, tratando-se, frequentemente, de um mercado contextualizado na exportação e importação, não deixa de reflectir outro tipo de perturbações que influenciam a procura. Foi possível compreender um exemplo desse tipo de flutuações de mercado quando, nas memórias de uma colectora se evidenciam encomendas que colidem com o conhecimento e práticas tradicionais.

«Um ano a ervanária pediu para apanharem cebola tipo da *almarã*. Era venenosa. Há pouco, nas serras. Se as vacas comem, faz mal. Depois de apanhar tínhamos de lavar as mãos com cloreto.» (Maria Alice)

Segundo Dias (1992, 20), esta seria uma das plantas aromáticas e medicinais empregues por Amato Lusitano. De acordo com Vasconcelos (1949), a cebola-albarrã [*Urginea marítima* (L.) Baker], utilizava-se em farmácia na preparação de vinhos diuréticos, no fabrico de vinagre de cila¹⁹ (para fricções) e em tinturas e extractos, sendo os bolbos muito consumidos na indústria químico-farmacêutica na «extracção de glucósidos (cilarenos A, B, C) que tendem a substituir as drogas na medicina e na preparação de raticidas de excelentes efeitos na agricultura». Na base de dados da Sociedade Francesa de Etnofarmacologia encontra-se referenciada na farmacopeia tradicional do norte de África.²⁰ Como se nota no discurso da colectora esta era uma planta que a intuição e experiência empírica popular vetavam ao consumo humano ou veterinário e que, sendo contra-intuitivamente encomendada pela ervanária, fornecedora do mercado de saúde, mereceu o devido registo na memória.

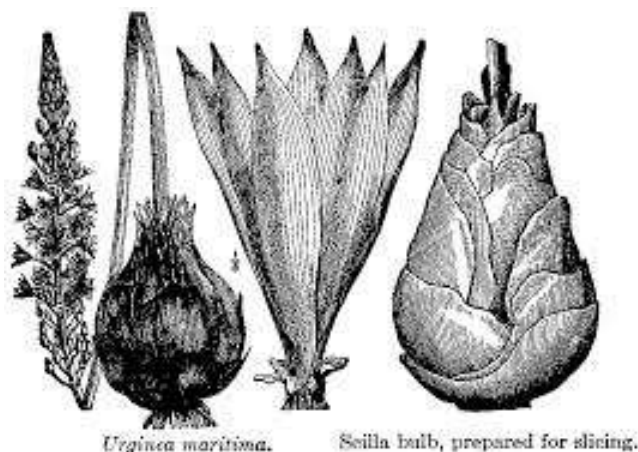


Imagem 51 – Cebola-albarrã (Fonte: [http://www.ethnopharmacologia.org/recherche-dans-prelude/?plant_id=12755#lightbox\[12755\]/5/](http://www.ethnopharmacologia.org/recherche-dans-prelude/?plant_id=12755#lightbox[12755]/5/))

O carácter pontual atribuído à procura desta planta poderá ter ligação ao exemplo fornecido por António Flor acerca das alterações no mercado global de PAM que beneficiaram a inclusão de outros países nesses circuitos:

«Quando houve a guerra entre a Grécia e a Turquia as plantas deixaram de ser colhidas lá para a indústria. Foi o caso da cebola albarrã. [...] Portugal e Itália transformaram-se em fornecedores. É uma questão de colocação no mercado. A Turquia fazia parte do antigo império austro-húngaro como a Alemanha e a Grécia. Por isso era fácil, sendo a distância igual, a preferência era pelas antigas uniões político-territoriais. O recurso à fonte ibérica foi sempre marginal,

ajudava a colmatar as falhas. Quando houve a guerra do ópio na China, começou a produzir-se as papoilas do ópio em Espanha.» (António Flor).

Assim, quaisquer conflitos ou perturbações ecológicas que afectem o funcionamento habitual do mercado implicam a reestruturação dos circuitos, incluindo novos fluxos de produtos que podem, ou não, ter reflexos nas geografias locais e respectivos ecossistemas.

A procura das plantas encontra-se condicionada, também, pela produção de conhecimento acerca das mesmas que informa o mercado, reflectindo-se na actividade. Dizia-me Alfredo Silvério que só apanhava – subentendendo-se, igualmente a mobilização da colheita pelos fregueses – «hissopo, a *pampinela*, o trovisco, [...] por encomendas de 200 ou 300 kg» (idem). O angariador forneceu-me ainda alguns exemplos da oscilação do mercado e das vicissitudes deste ramo de comércio.

«A erva-neve floria em Janeiro, mas já não se vende. Podia ter mais para vender. [...] Urtigas, há 2 ou 3 anos deixaram de comprar. Agora já pedem outra vez. A salva. Há 35, 40 anos que a apanham ali, agora dizem que não é a verdadeira? Fiquei com mil quilos dela! Agora já a querem. A alface espigada, compro se vender. Agora dizem que não é esta, é do mato. Vão ver pelo livro. Deixou de se vender. Como a baga do feijão. [...] Tenho 500 kg de erva-pinheira que vou vender a metade do preço. Já toda escolhida, toda cortada, toda igual. [...] Se não vender vão para as ovelhas. [...] Tenho mais de mil quilos de hipericão, vendo pelo mesmo preço que comprei.» (Alfredo Silvério)

Outro valor acrescentado neste tipo de comércio baseado na colheita da flora espontânea é a preparação ou processamento que sobressai na competição com outros mercados especializados na produção de PAM, como se percebe no discurso deste angariador.

«Os orégãos dão muito trabalho, têm muito desperdício. Trazem cavacos, é preciso joeirar com 3 crivos e só vendo puro. [...] Compro as ervas e tenho de limpar. [...] Agora mandam vir muitas plantas de fora, de Marrocos, até o alecrim e os orégãos. De Marrocos é mais barato mas não vêm bem preparadas. Depois têm de ser escolhidas.» (Alfredo Silvério)

Ainda assim, tratando-se de um negócio no qual, em média, as plantas são adquiridas a 3 euros/Kg e vendidas a 4 euros/Kg, oferece, além do valor simbólico atribuído a este tipo de percurso que envolve o saber tradicional e uma ligação à natureza, viabilidade económica. A propósito das oportunidades de negócio do projecto

«Terra das Ervanárias», o presidente da mesa da Assembleia de Compartes do Baldio de Vale da Trave, explicava-me, no início de 2011:

«[...] o orégão, por exemplo, é vendido a 45 euros o quilograma. As pessoas não valorizam isso, não valorizam o produto. No ano passado, por exemplo, uma senhora veio pedir-me autorização para apanhar hipericão num terreno meu, tinha lá um bocadinho num décimo do terreno. Depois, por curiosidade perguntei-lhe quanto tinha feito e foram 60 euros. Os franceses pelo aloé vera pagavam 200 euros o hectare.» (Luís Ferreira)

Em suma, não obstante a regulamentação fiscal que veio colocar obstáculos na alimentação do comércio por grosso de PAM pela colheita da flora espontânea, a hipótese de certificação dos locais de colheita e o conhecimento do mercado possibilitam que, em conjunto com as diferenças de preço entre o produto de agricultura biológica e aquele adquirido nos circuitos tradicionais do saber, constituam ainda um segmento importante do mercado (v. Tabela 4 no Capítulo VI). Importa, contudo, salientar que a esses circuitos não se encontra inerente uma valorização económica, mas apenas simbólica e residual, quando comparada com os critérios burocráticos de certificação e de controlo da qualidade. Como referiu o especialista de botânica do PNSAC com que falei: «Quem colhe não recebe a valorização do produto pré-certificação» (António Flor, PNSAC).

No que diz respeito ao comércio a retalho, sobressai, essencialmente, a adequação aos requisitos regulamentares. Considerando a legislação acerca dos suplementos alimentares de 2003 e o Estatuto do Medicamento de 2006, uma das consequências foi a restrição da aplicação de expressões como «tradicionalmente usado para» que pude constatar no decurso da minha investigação.

Quando em 2009 comecei a acompanhar os produtos comercializados pela Antiga Ervanária e pela ADP, esta última tinha lançado recentemente no mercado uma marca própria de chás²¹ – a já referida *HappyFlora Plantas Medicinai*s – cujas indicações dos 12 compostos incluíam aquela expressão [v. Tabela 5, em Anexos], entretanto eliminada.

Em contrapartida, surge actualmente a oferta *biológico*, em consonância tanto com a implementação desse modo de produção, como em resposta à procura contextualizada nos *consumos verdes* (Trüninger 2000) apresentada como fruto de «um sistema de produção holístico, que promove e melhora a saúde do ecossistema agrícola, ao fomentar a biodiversidade, os ciclos biológicos e a actividade biológica do solo».²²

Cria-se, então, a diferenciação comercial entre os *chás HappyFlora simples* – as partes de plantas para decocção ou infusão, ao modo do saber e utilização tradicional –, as *infusões* – embalagens de saquetas para infusão semelhantes às dos *chás* enquanto bebida social – e os *biológicos* que implicam um modo de produção *holístico* e uma diferente perspectiva de consumo. Conforme referia António Flor [PNSAC], «na utilização das plantas é preciso distinguir os militantes das biológicas e correntes filosóficas, formas de estar na vida».

A marca *HappyFlora* passaria, em 2012, a estar associada aos Hipermercados Continente, na sequência do processo de insolvência de uma outra empresa fornecida pela ADP que, assim, assumiu o respectivo lugar na Área Saúde daquela cadeia. Consequentemente, segundo me explicou Clarinda Paixão, nesse ano a ADP criou, para as embalagens de plantas individuais, a marca *Aromas D’Aire* [Imagem 50], apresentada como «Fresca, simples e airosa» para «chegar a um público cada vez mais alargado».²³



Imagem 52- Aromas D'Aire. (Fonte: ADP Lda.)

Por intermédio da J. Gonçalves Coelho Lda., são também comercializadas tanto na ADP Lda., como na Antiga Ervanária, outras marcas de chás compostos e suplementos alimentares, como a *Botanicum*, sendo representantes exclusivos dos *Produtos Imperial* [ADP Lda.], *Aloe Vera Jaumave* [Antiga Ervanária] e dos suplementos alimentares GHF – General Health Foods [J. Gonçalves Coelho Lda.]. Esta última representação da marca GHF era divulgada nos seguintes moldes:

«licenciada em Londres, no Reino Unido, e importada de Espanha, através dos quais os nossos clientes podem encontrar inúmeros suplementos alimentares nas mais diversas apresentações – em comprimidos, cápsulas, pérolas, óleos,

xaropes, ampolas ou em extractos líquidos, no sentido de complementar o estilo de vida saudável que todos nós desejamos.»²⁴

Além da «ambição de oferecer uma melhor qualidade de vida [...] e proporcionar as melhores condições de saúde e bem-estar possíveis», fica patente a crescente complexidade da comercialização das plantas aromáticas e medicinais.

As práticas tradicionais de colheita da flora espontânea para comercialização à indústria ervanária encontram-se, no momento, com um valor bastante residual em resultado da articulação dos discursos acerca da depleção dos recursos naturais, da conservação da biodiversidade, da segurança alimentar e de gestão do risco. Dependem, por isso, de um mercado de confiança gerada em torno do saber tradicional, nomeadamente, na identificação e processamento das plantas, avalizado por intermediários credíveis, seja o angariador, seja a indústria ervanária.

Ao depender da relação entre a oferta e a procura e do modo de produção (agricultura biológica ou colheita da flora espontânea) a que está inerente uma certa ideologia de controlo – da produção e domesticação de espécies, da qualidade, das práticas e da natureza a preservar –, o valor económico não é acrescido de uma valorização simbólica do saber tradicional.

Na comercialização, emerge, assim, o valor acrescentado dos trânsitos e transformações, dos contributos de diferentes percursos de saberes e ciências, sintetizados na oferta de uma *natureza* terapêutica ou profiláctica disponibilizada ao consumidor.

c) Prescrição e Distribuição

De acordo com o estudo realizado acerca dos consumos terapêuticos em Portugal, os medicamentos naturais são predominantemente adquiridos (86,8%) nas lojas de produtos dietéticos/ervanárias (Lopes 2010, 39). Se, por um lado, se tratam de estabelecimentos especializados que procuram garantir uma oferta bastante diversificada, por outro, constituem, igualmente, centros de informação e de aconselhamento acerca das utilizações terapêuticas dos produtos à base de plantas.

Uma vez que a oferta deste tipo de produtos se alargou tanto às farmácias, como aos hipermercados, conforme constata o mesmo estudo, a opção pelas lojas especializadas relaciona-se com o controlo do conhecimento acerca dos medicamentos naturais (Miles 1998, 218) atribuído pelos consumidores. Afastados da medicina

popular e cientes da desvalorização e cepticismo criados em torno do recurso às terapias naturais, criticadas e descredibilizadas pela medicina convencional no processo de ascensão da farmacêutica, os consumidores recorrem a este tipo de estabelecimentos em busca de um conhecimento avalizado. Como refere Lopes (2010, 31), «a tutela científica e profissional, associada à produção de todo um mercado terapêutico não farmacológico, é um dos investimentos simbólicos que aparentemente demarcam a actual oferta de produtos terapêuticos naturais da sua versão tradicional».

Suplantados os argumentos da tradição e sabedoria ancestral pela *farmacologização* nas lógicas do consumidor, o recurso às terapias naturais insere-se na procura de soluções de saúde nas chamadas Medicinas Alternativas e Complementares, na automedicação por iniciativa própria ou com aconselhamento técnico nos locais de venda. No caso da Antiga Ervanária, segundo me transmitiu a sua gerente:

«Muitas pessoas vêm já aconselhadas por naturopatas; outras vêm aconselhadas por outros clientes. Outras descobrem a Ervanária pela internet; são mais as que estão cansadas de tomar medicamentos e querem experimentar o poder dos chás.» (Isaurinda Paixão, Antiga Ervanária)

Importa aqui recordar que o processo de regulamentação das Medicinas Alternativas e Complementares tem sido longo e não se encontra ainda concluído. Em 2003, foi publicada a Lei de Enquadramento das Terapêuticas Não Convencionais 45/2003 de 22 de Agosto, reconhecendo as práticas da acupunctura, homeopatia, osteopatia, naturopatia, fitoterapia e quiropraxia. Em 2004 e 2005, dois Despachos conjuntos criavam uma comissão técnica consultiva para «estudar e propor os parâmetros gerais de regulamentação do exercício das terapêuticas não convencionais».²⁵

Tendo em conta que os produtos naturais pertencem a uma categoria ambivalente, muitos produtos herbais permanecem categorizados como dietéticos e como tal, sob a supervisão da ASAE, a classe médica considerava que a falta de suporte regulamentar efectivo relativo à certificação, comercialização e farmacovigilância destes produtos que assegure uma monitorização do risco e atribuição de responsabilidades em situações que ameaçam a integridade do consumidor, constituía uma lacuna legal grave (v. Barata 2008).

Dez anos após a Lei de Enquadramento das Terapêuticas Não Convencionais, a Lei n.º 71/2013, de 2 de Setembro veio regulamentar o «exercício profissional das

actividades de aplicação de terapêuticas não convencionais», criando um Conselho Consultivo para as Terapêuticas não Convencionais, regulamentado pela Portaria 25/2014 de 3 de Fevereiro. A 8 de Outubro de 2014, seriam publicadas as Portarias 207-A a G, fixando «a caracterização e o conteúdo funcional da profissão» dos vários terapeutas não convencionais.²⁶

Assim, se já em 2008 se notava em Portugal um crescimento do consumo de produtos naturais estimado em 30% por ano, devido à recente introdução das chamadas Medicinas Alternativas e ao peso significativo que as medicinas populares detêm entre a população rural (Barata 2008, 3), o processo de enquadramento e de regulamentação das Terapêuticas Não Convencionais contribui para o alargamento da oferta de soluções de saúde, alternativas aos fármacos químicos. Daí que na Antiga Ervanária surjam clientes com indicações/prescrições de naturopatas.

Por outro lado, uma percentagem significativa de consumidores dirige-se à ervanária procurando aconselhamento para o seu problema de saúde. Os proprietários das lojas de produtos naturais e vendedores, têm tempo para ouvir cuidadosamente as queixas dos seus clientes e para trabalhar com eles na procura de um diagnóstico em que possam concordar e um produto que possam pagar (Miles 1998, 217). A maioria dos clientes depende unicamente dos conselhos e recomendações dos vendedores da ervanária (idem, 210).

Na observação que efectuei na Antiga Ervanária pude constatar ser muito frequente essa procura de informação [Imagem 51]. De facto, o aconselhamento é feito num ambiente de confidencialidade, no qual a funcionária ou a gerente ouvem atentamente o cliente.



Imagem 53 - Antiga Ervanária, Agosto de 2013.

Num dos casos que registei, uma sexagenária queixava-se do pâncreas e dos resultados das análises clínicas, referindo tomar medicamentos para a tensão, colesterol e para a circulação. Acrescentava ainda nunca ter tido «nada na bexiga», mas que agora tinha «problemas no pâncreas, a vesícula para tirar» e estava «no limite dos *diabéticos*». A empregada aconselha a que a cliente converse com o seu médico e se esclareça, mas a senhora não se mostra à vontade para falar com o médico. Questiona-se, então, a alimentação. A cliente diz que come «normal» e que não come muito. Perante o conselho para evitar «comer carnes vermelhas e fruta com muita acidez», a cliente reconhece alguns abusos, quando vai «à terra» e que já sabe as consequências. A vendedora diz que têm um «chá para tratar o pâncreas, regular a diabetes e outro para tratar o fígado e as plaquetas. São o 33 e o 25».

Aconselha a cliente a ir ao médico perguntar-lhe a opinião sobre as análises e as razões para os valores alterados e depois então, iniciar o tratamento: «duas colheres de sopa de cada chá, num litro de água, ferver, coar e beber todos os dias um litro dessa mistura». A senhora responde que sabe que tem «o fígado gordo de mais», sendo reforçado o conselho de «tomar sempre estes dois chás e ter muito cuidado com a alimentação», além da «ida ao médico». A cliente responde que o médico não lhe explica as coisas e que gosta de saber, para se ir «orientando».



Imagem 54- Expositor de chás compostos na Antiga Ervanária (Foto de Agosto de 2013).



Imagem 55 - Pormenor dos chás compostos Antiga Ervanária, compostos e infusões *HappyFlora* (Foto de Agosto de 2013).

Este pareceu-me ser um exemplo paradigmático da forma mais usual de prescrição de chás na ervanária. Evidencia-se, em primeiro lugar, o relacionamento estabelecido entre a vendedora e a cliente, em que a primeira assume uma dupla posição de uma profissional com conhecimento e amiga de confiança (Miles 1998, 217), que

contrasta com o tipo de relacionamento percebido com o médico de família. Tal como me dizia a gerente da Antiga Ervanária: «Os clientes pedem e dão informação. Costumam dizer o que tomam de medicamentos».

Sobressai, igualmente, a precaução de aconselhamento junto do médico prévio ao início do tratamento natural. Como referiu a gerente da fábrica e ervanária de Vale da Trave: «É política da ervanária aconselhar os clientes a não usarem ambos os recursos. Cada pessoa é um caso e não se deve tomar produtos naturais sem conhecimento. Há muita falta de informação e de comunicação (Clarinda Paixão, ADP)».

Neste sentido, a ADP Lda., fornece fichas técnicas aos clientes «com as precauções que devem ter quando consomem esses produtos. As pessoas podem ter outras doenças. Tem de se tomar em doses equilibradas e correctamente» (Clarinda Paixão, ADP). Mesmo na Antiga Ervanária existe essa consciência:

«Há plantas que tem de se ter cuidado. O pau d’arco não se pode tomar quando se toma anticoagulantes, porque dilui o sangue. Há algumas que são tóxicas, mas aconselham na própria embalagem. Algumas só podem ser para uso externo. Por exemplo, a arruda e a celidónea podem ser tomadas, mas em pequenas doses. Temos de ter esse cuidado, se a planta pode ser vendida àquele cliente e se tem toxicidade, se é para uso interno ou externo.» (Isaurinda Paixão, Antiga Ervanária)

No entanto, como notou a responsável pelos estudos etnobotânicos da região de Santarém:

«As pessoas não falam aos médicos sobre os chás e preparados de plantas medicinais que tomam. Mas por outro lado, os médicos também não têm muito conhecimento. Não há informação divulgada, embora devessem já ter alguma aprendizagem.» (Natália Gaspar, ESA)

De facto, perante o aumento do consumo de produtos naturais e encontrando-se as Terapêuticas Não Convencionais em processo de regulamentação científica e legislativa, houve a necessidade de reconhecer que o «escasso interesse que as medicinas alternativas suscitam junto da classe médica constitui um importante motivo de sub valorização de eventuais efeitos adversos imputáveis às suas terapêuticas» (Barata 2008, XII). A gestão do conhecimento acerca dos medicamentos naturais é, frequentemente, assumida nos locais de comercialização que funcionam como locais de prescrição. Tal implica que, como nota Lopes (2010, 31), as «alegações de eficácia e

validade terapêutica» sustentadas na «tradição e sabedoria ancestral», sejam agora «revalidadas com a evocação do discurso da certificação e evidência científica e de que são constituídos porta-voz os divulgadores locais da chancela científica: os técnicos de atendimento».

Embora o referencial de competências definido para o *fitoterapeuta* na Portaria n.º 207-E/2014 de 8 de Outubro se adequa às práticas de atendimento na ervanária, o acesso à cédula profissional²⁷ implica, naturalmente, a titularidade do grau de licenciado nessa área, onde se pressupõe que adquira, entre outros, «conhecimentos críticos das bases teóricas específicas que fundamentam o seu diagnóstico e a sua intervenção terapêutica» e «conhecimentos suficientes de fisiologia, patologia, fisiopatologia, observação de sinais e da sintomatologia para identificar as situações em que a pessoa possa necessitar da intervenção de outro profissional de saúde».

Além disso, à semelhança do que se passa na medicina convencional, a Lei n.º 71/2013, proíbe a comercialização de produtos aos utilizadores nos locais de prestação de terapêuticas não convencionais [Art.º 11.º, n.º 4]. Deste modo, procura-se distanciar os locais de prescrição dos locais de comércio de terapias, mimetizando o modelo da relação entre a medicina convencional e a farmacêutica e quebrando, simultaneamente, a expectativa do consumidor em encontrar no mesmo actor social o fornecimento do diagnóstico e da cura que caracteriza a Medicina Tradicional.



Imagem 56 - Isaurinda Paixão, gerente da Antiga Ervanária (Foto de Agosto de 2013).

Ainda assim, acredita a gerente da Antiga Ervanária que «Haverá sempre gente para a farmacêutica e haverá sempre gente para os produtos naturais. As plantas vão ser muito utilizadas, com mais sabedoria e respeito» (Isaurinda Paixão, Antiga Ervanária).

d) Consumo

A importância da prescrição ou da referenciação leiga e heterodoxa (Lopes 2010) que acompanha a aquisição dos produtos naturais nas ervanárias e lojas de produtos dietéticos assinala a erosão do conhecimento tradicional acerca das propriedades terapêuticas das plantas. Não tendo adquirido a capacidade de identificar os recursos vegetais na natureza, nem o saber da medicina popular que lhes permita autonomia na obtenção destes produtos – já disponíveis nos hipermercados, por exemplo – os consumidores necessitam de referências adicionais. Na impossibilidade de recorrer aos saberes tradicionais, as ervanárias surgem como uma alternativa de aconselhamento e de fornecimento de terapias naturais.

Uma vez que não é possível vender a planta com indicação terapêutica, encontrando-se, enquanto suplementos alimentares, limitados a dizer «a maneira de preparar a tisana, o nome da planta, todos os ingredientes e a percentagem» (Clarinda Paixão, ADP), a utilização dos chás compostos pressupõe um conhecimento especializado. Como me explicou a responsável pelos estudos etnobotânicos na região de Santarém, os «compostos naturais [...] muitas vezes são mais eficazes pelo seu modo de acção no conjunto», o que constitui «o desafio quando se trata de descodificar a acção farmacológica destes compostos» (Natália Gaspar, ESA).

De certo modo, esta eficácia dos compostos presta-se a interpretações de carácter místico, como pude deduzir quando fui assistir ao XXV Congresso de Medicina Popular em Vilar de Perdizes, em 2011 e encontrei os chás compostos *HappyFlora* destacados no meio de talismãs, amuletos e literatura esotérica, no *stand* do médium Carlos Marques.²⁸



Imagem 57 - Chás compostos *HappyFlora* no Congresso de Medicina Popular. (Foto de Vilar de Perdizes, 3 de Setembro de 2011).

É também interessante registar que o evento ficou marcado por uma operação de fiscalização da ASAE [Imagem 57]. Muito embora apenas alguns licores caseiros tenham sido confiscados e sujeitos a contra-ordenação, a operação pode ser interpretada como uma afirmação do poder da ASAE sobre os suplementos alimentares e chás, divulgados e comercializados no âmbito das terapias populares.



Imagem 58 - Protesto contra a fiscalização da ASAE no Congresso de Medicina Popular (Foto de Vilar de Perdizes, 3 de Setembro de 2011).



Imagem 59 - Afluência do público num stand de chás, «Albergaria de Santa Hildegarda». (idem)

Este evento constituiu um exemplo paradigmático da importância dos chás medicinais no âmbito da medicina popular. Além dos produtos *HappyFlora* de Vale da Trave, em Vilar de Perdizes havia chás vendidos avulso na «Albergaria de Santa Hildegarda» segundo a informação pericial de uma «aconselhadora na Medicina Popular» anunciada como Maria Feliz, os chás da cooperativa local dinamizada a partir de 2006 [Imagem 60], ou até a iniciativa privada de carácter artesanal [Imagem 59], em resposta ao interesse e procura do valor terapêutico das infusões ou decocções de plantas [Imagem 58].



Imagem 60 - Plantas Aromáticas Chás de Vilar de Perdizes, da cooperativa local (Foto de Vilar de Perdizes, 2 de Setembro de 2011).



Imagem 61 - Plantas embaladas com etiqueta agrafada. Ervas de Vilar de Perdizes (Foto de Vilar de Perdizes, 3 de Setembro de 2011).

Criando a necessidade, em torno da reabilitação dos poderes terapêuticos da natureza, a dinamização do mercado corresponde ao interesse suscitado no consumidor. Como me referia um dos investigadores relacionados com o projecto de produção agronómica de espécies medicinais: «Hoje em dia já se sabe mais sobre plantas medicinais, há uma certa procura das espécies medicinais. Obviamente que em termos farmacêuticos, dificilmente quem vive na cidade vai colher matéria vegetal» (José Grego, ESA).

Afastados do meio rural e dessa ligação tradicional com a natureza enquanto recurso terapêutico, os consumidores optam por se deslocar aos locais onde existem especialistas a quem atribuem um conhecimento avalizado, para se aconselharem e para se fornecerem, seja a ervanária, seja o reputado Congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes.

Compreendida a indicação e acção terapêutica, após aconselhamento e experiência, tal como com os fármacos de síntese, o consumidor pode adquirir os chás compostos noutros locais de venda, como os hipermercados, e exercer uma espécie de *automedicação*. No entanto, existe ainda uma outra categoria na qual se recorre aos chás medicinais, principalmente de plantas simples, que são os *tratamentos caseiros*.



Imagem 62 - Expositor de plantas simples Antiga Ervanária, na ADP Lda. Clarinda Paixão e marido (Fonte: website da ADP Lda.)

De acordo com o estudo referente aos consumos terapêuticos, 23% dos inquiridos a nível nacional e 52,6% da amostra de conveniência na qual os inquiridos foram contactados nos Centros de Saúde e Lojas de Dietética, recorrem aos tratamentos caseiros, nos quais predominam os chás (Lopes 2010, 42). Assim, adquirir uma embalagem de carqueja, de casca de catuaba ou de barbas de milho, entre alguns dos exemplos que presenciei na Antiga Ervanária, pressupõe um conhecimento prévio das

respectivas propriedades medicinais. Conforme observava o especialista em Botânica na entrevista que realizei:

«Quanto ao uso das PAM, exige uma certa classificação. Convém dizer que se usam, usam em casa, como medicamento de recurso. Muitas pessoas até já não fazem e as que fazem é com conhecimento que vem de livros. Até há 100 anos atrás o conhecimento já era veiculado: havia livros, folhetos que as pessoas consultavam.» (António Flor, PNSAC)

Nota Raposo (2010, 187) que o consumo de medicamentos naturais está associado a uma tendência de *alheamento do risco*, entendida como «uma não consciência do risco» (idem, 185), associada à ideia de *inocuidade* que, em conjunto com a lógica de minimização do risco, se alicerça «na concepção estruturada não só em torno das suas vantagens relativas a um investimento de saúde mais preventivo» (idem, 187), contribuindo para a redução do consumo de fármacos ou dos efeitos secundários gerados pela medicação convencional. A lógica do investimento de saúde mais preventivo e de reposição em relação aos excessos está patente, por exemplo, na descrição da gerente da Antiga Ervanária em relação ao movimento da loja:

«A loja é mais movimentada no princípio do mês, estamos encerrados aos sábados e domingos. Temos mais movimento à 2.^a feira, em que as pessoas se vêm abastecer depois dos excessos do fim-de-semana, ou à 6.^a antes do fim-de-semana. Principalmente na última semana do mês notamos menos movimento.» (Isaurinda Paixão, Antiga Ervanária)

Contudo, a aquisição de produtos naturais em hipermercados verificada em 10,5% da amostra nacional do estudo acerca dos consumos terapêutico (Lopes 2010, 39), parece reforçar a ideia de necessidade de uma referenciação prévia e uma certa falta de conhecimento dos consumidores em relação às potencialidades e propriedades terapêuticas das plantas, aplicadas como tratamentos caseiros.

De facto, o *alternativismo terapêutico*, entendido como o consumo exclusivo de medicamentos naturais, atinge valores bastante residuais (0,5%) no global das configurações de consumos terapêuticos, diluindo-se no *pluralismo terapêutico* (21,8%) enquanto consumo simultâneo ou alternado de medicamentos químicos e naturais (Lopes *et al.* 2009).²⁹ O recurso ao consumo de chás medicinais, como pode constatar na observação realizada na Antiga Ervanária, constitui muito frequentemente um

complemento aos fármacos ou uma forma de prevenção de problemas de saúde (v. Lopes 2010, 39), mais do que uma terapia isolada.

Assim sendo, o consumo deste tipo de recursos terapêuticos conduz, actualmente, a outro tipo de preocupação: a interacção medicamentosa.

e) Eficácia

Consideram Whyte, Van der Geest e Hardon (2002) que, apesar da vida social do medicamento se extinguir no seu consumo, este sobrevive na forma da eficácia na modificação dos corpos.

A questão da *eficácia* tem sido transversal a toda a discussão acerca do valor terapêutico das plantas medicinais [v. Capítulos II, VI a VIII] e contrasta com a ideia de *inocuidade* «fortemente implantada, tanto no cidadão comum como no seio da classe médica» (Barata 2008, 6). Mais do que pela eficácia atribuída, o consumo de medicamentos naturais é ditado por uma avaliação positiva baseada na «ideia de ausência de riscos e de consequências negativas» (Raposo 2010, 187).

Neste sentido, os debates científicos em torno da eficácia dos fármacos e da eficácia das plantas medicinais, parecem ter gerado no consumidor uma gestão do seu quotidiano terapêutico com base no carácter *metonímico* dos recursos. Os medicamentos químicos, simbolizando a ciência e tecnologia, continuam associados ao primado da eficácia sendo o risco gerido numa perspectiva de *fatalismo*, enquanto os chás, conjugando a tradição e natureza, adquirem um estatuto polivalente onde prevalecem a ideia de inocuidade e uma lógica de prevenção que, conferindo um maior controlo cognitivo ao processo terapêutico, justificam uma perspectiva de *alheamento* face ao risco (v. Raposo 2010 e Lopes 2010).

Assim, o pluralismo terapêutico é legitimado por esta lógica de complementaridade que sobressai na «autonomia leiga na gestão dos recursos medicamentosos» (Lopes 2010, 29) que atribui eficácia à conjugação de diferentes tipos de consumos (Raposo 2010, 212). Na ausência de uma «ideologia terapêutica não farmacológica» (Lopes 2010) e perante os argumentos acerca da eficácia e do risco (v. Pound *et al.* 2007), os chás e produtos herbais são consumidos como uma forma natural e inócua de minimizar tanto o recurso aos fármacos, como o risco dos efeitos secundários inerentes, articulando a atribuição de uma acção preventiva ou reparadora.

Em consonância com um mercado em expansão, começam a proliferar estudos científicos que comprovam as alegações tradicionais de efeitos terapêuticos dos chás medicinais, como por exemplo, a determinação da capacidade antioxidante total de 48 plantas medicinais cultivadas em modo de produção biológico tradicionalmente usadas em infusão ou decocção (v. Gião *et al.* 2007).

Aparentemente se, numa primeira instância, a Medicina Convencional e a Farmacêutica conseguiram impor junto do público o argumento de falta de evidência científica quanto à segurança e efectividade das práticas das Medicinas Alternativas e Complementares travando o exclusivismo de uma ideologia terapêutica não farmacológica, acabariam por contribuir para o estatuto de inocuidade popularmente concedido aos produtos herbais usado que justifica a opção pelo pluralismo terapêutico.

Daí resulta que, numa segunda instância, tenha havido a necessidade de reanalisar a eficácia, enquanto capacidade para efeito terapêutico de uma dada intervenção,³⁰ a propósito das reacções adversas mas, sobretudo, das interacções medicamentosas.

Deste modo, à medida que as ciências relacionadas com a fitoterapia continuam a produzir cada vez mais estudos que evidenciam a *eficácia e efectividade*³¹ de várias espécies botânicas, a Medicina e Farmacêutica convencionais debruçam-se sobre a *toxicidade* das plantas medicinais mais frequentemente consumidas.

«Os mecanismos responsáveis pela toxicidade das substâncias farmacóactivas de origem vegetal são ainda, na sua grande maioria, mal conhecidos embora seja cada vez mais clara a evidência do papel dos metabolitos reactivos e intermediários, resultantes da bioactivação dos extractos vegetais, como factores de agressão tissular.» (Barata 2008, 11).

Como me referia a responsável pelos estudos etnobotânicos da região de Santarém: «As pessoas têm um convencimento que as plantas não têm efeitos secundários e além disso desconhecem as interacções medicamentosas» (Natália Gaspar, ESA). Com o aumento do consumo deste tipo de produtos que, em 2008, era estimado em cerca de 30% por ano (Barata 2008, 3), tornou-se necessário reconhecer que os «variados extractos vegetais que integram os medicamentos naturais são passíveis de induzir efeitos adversos, como corolário da sua farmacóactividade» (idem, 6).

Na sequência de «dúvidas surgidas aquando do estudo de alguns casos com que fomos confrontados na prática clínica relacionados com efeitos adversos de produtos terapêuticos de origem vegetal» e da «ausência de suporte informativo cientificamente credível e sistematizado», o então Director do Serviço de Medicina do Hospital Garcia de Orta, especialista em Medicina Interna, publicou, em 2008, um «estudo de iatrogenia relacionada com produtos fitoterapêuticos», intitulado «Terapêuticas Alternativas de Origem Botânica. Efeitos Adversos e Interações Medicamentosas». Nele resume os efeitos adversos hepáticos, nefro-urológicos, cardiovasculares, neuropsiquiátricos, endocrinológicos, hematológicos, dermatológicos, oculares, musculares, sobre o aparelho respiratório e o equilíbrio hidro-electrolítico, a discrasia hemorrágica e a intoxicação salicilica, além de nove categorias de interacção medicamentosa (Barata 2008). Nestas últimas, surgem mais recorrentemente o hipericão [*Hypericum perforatum* L.] e o *Ginkgo biloba*.

A falta de conhecimento tanto dos consumidores como da classe médica acerca das reacções adversas e interacções medicamentosas constituía uma preocupação evidenciada numa das entrevistas que realizei a propósito dos estudos etnobotânicos.

«O hipericão, por exemplo, tem efeitos contrários quando as pessoas tomam imunossuppressores. Já houve inclusivamente um caso de morte. Quando as pessoas fazem transplantes de órgãos, por exemplo, têm de tomar imunossuppressores para não rejeitarem o novo órgão. Ora o hipericão anula o efeito dos imunossuppressores e pode ser fatal. Há outras situações. Há muita falta de conhecimento. É preciso dizer aos médicos que não têm conhecimento sobre isso.» (Natália Gaspar, ESA)

A interacção entre plantas e medicamentos pode resultar na «alteração da capacidade do fármaco para interagir com o seu local de acção pretendido», a nível da *farmacodinâmica*, ou numa «alteração da concentração do fármaco no seu local de acção, nomeadamente, alterações na absorção, na distribuição, no metabolismo e/ou na excreção», a nível da *farmacocinética*.³²

Atendendo à emergência desta nova realidade foi criado na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, em Abril de 2011, um Observatório de Interações Planta-Medicamento [OIPM], sendo o «primeiro centro mundial dedicado ao estudo e recolha de informação» nesta área³³ e apresentando a seguinte fundamentação:

«Na última década vários têm sido os casos de acidentes relatados nas revistas científicas que dão conta das interações que ocorrem entre os medicamentos alopáticos, disponíveis no Índice Terapêutico e os extratos de produtos naturais. Estas informações vão ajudando a criar os dados suficientes para que as evidências clínicas possam ser usadas na prevenção de novos acidentes, o que reduz os custos nos Sistemas de Saúde mas essencialmente ajuda a preservar a vida dos utentes. [...] Importa referir que uma boa parte dos medicamentos disponíveis no arsenal terapêutico teve origem em produtos de origem natural e que foi a sua toxicidade que revelou a potencial bioatividade que hoje é aproveitada na terapia, sendo que os efeitos secundários resultantes de possíveis interações podem vir aumentados.»³⁴

Propondo-se «substituir o suposto conhecimento popular pela informação científica, para desta forma modificar comportamentos e evitar danos para a saúde», o OIPM constitui-se como um «instrumento fundamental de investigação e de divulgação científica» que pode «alargar a sua ação a outros países se para isso for solicitado». A criação de uma «estratégia Nacional e Internacional que permita uma avaliação de risco deste tipo de interações» para educação e capacitação das populações em relação a estes riscos, para atingir «benefício a nível da saúde e uma redução de despesas inerentes aos possíveis acidentes causados» é outro dos objectivos do OIPM.

Este Observatório faculta uma «lista de casos relatados – publicados – de interações planta-medicamento» e uma respectiva base de dados permanentemente actualizada que pretendem também dar resposta a problemas na prática clínica, resultantes da *polimedicação* e do pluralismo terapêutico. Entre o material informativo disponibilizado, salientam-se marcadores [Imagem 62] com recomendações e precauções sobre 19 espécies: Açafraão das Índias, Aloe Vera, Anona, Beterraba, Cardo Mariano, Laranja, Mangostão, Pau d'arco, Sementes de chia, Alcachofra, Alcaçuz, Alho, Camomila, Gingko, Ginseng Asiático, Hipericão, Pirliteiro, Planta do chá e Sementes de linho.

No contexto do projecto «Aprender Saúde: entre as Plantas e os Medicamentos», aprovado pela Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica - Ciência Viva, em que o OIPM participa, foi lançada uma campanha de sensibilização da opinião pública para a interacção medicamentosa.³⁵ Nesse âmbito, foi transmitida uma reportagem no canal 1 da RTP, em 2013, que mereceu o desagrado da família Paixão e que dificultou o meu acesso a estes interlocutores.³⁶



Imagem 63 - Exemplo de marcadores - Pau d'Arco e Camomila - e verso. (Fonte: *website OIPM*)



Imagem 64 - Um dos *flyers* da campanha «Não Misture Produtos Naturais com Medicamentos». (Fonte: *website OIPM*).

De acordo com a gerente da ADP quando me recebeu para a visita guiada à fábrica e última entrevista, na reportagem teriam sido utilizadas imagens recolhidas «há mais de um ano» – muito possivelmente na época do lançamento mediático³⁷ do projecto *Terra das Ervanárias* – criticando o recurso às plantas medicinais, usando «as imagens fora de contexto, dando uma conotação negativa ao trabalho desenvolvido pela fábrica» (Clarinda Paixão, ADP). Descontentes por não ter sido «pedida autorização para a utilização das imagens na respectiva reportagem», consideraram terem sido «usadas para manipular a opinião pública» (*idem*), exigindo uma maior precaução em relação à exposição pública. Nesse sentido, foi-me reforçada a política da ervanária de

que «cada pessoa é um caso e não se deve tomar produtos naturais sem conhecimento» (idem).

No entanto, apesar da existência de uma campanha que visa induzir a separação das opções terapêuticas, sabe-se que as interacções farmacodinâmicas não se limitam aos efeitos antagonistas,³⁸ mas que também podem originar efeitos aditivos ou sinérgicos,³⁹ como exemplificou a responsável pelos estudos etnobotânicos da região de Santarém.

«Há um grande interesse em utilizar as plantas medicinais para minimizar os efeitos secundários da medicação. Já existem muitos estudos sobre isso. Utilizam-se as plantas medicinais pelo efeito sinérgico. O alecrim, por exemplo, não só tem um efeito protector (no estômago), como também aumenta o efeito dos quimioterápicos. E outros, também, compostos. Falamos de chás, óleos essenciais, extractos em álcool (liofilizado em cápsulas). [...] As plantas medicinais são muito importantes e têm um grande potencial. A resistência aos antibióticos, por exemplo, é minimizada pelos medicamentos à base de plantas pois dificultam a bioresistência. Há um efeito secundário benéfico porque provavelmente as enzimas protegem o organismo desses efeitos secundários.»
(Natália Gaspar, ESA)

Começa, então, a ser introduzida a chamada *acção coadjuvante* das plantas medicinais que, em todo este processo de avaliação de eficácia, efectividade e toxicidade, se aproximam discursiva e materialmente da categoria de *medicamento*. Entre a oferta de suplementos alimentares da Antiga Ervanária, dois dos seus produtos são apresentados como «coadjuvantes dos tratamentos convencionais» para o cancro (*Coriolus Versicolor* e *Gripimuno Forte*).

Assim, se a percepção de inocuidade e o alheamento do risco em relação aos chás medicinais são tendencialmente contrariados pela crescente divulgação das reacções adversas, as interacções medicamentosas constituíam o argumento central em desfavor do pluralismo terapêutico. Contudo, o princípio da acção coadjuvante veio legitimar a lógica da complementaridade, principalmente se tivermos em conta a «coexistência de fenómenos sociais de sentido oposto» em relação ao pluralismo terapêutico (Lopes 2010,31):

«por um lado, imprime alargamento da autonomia leiga em termos de gestão terapêutica - que aponta para uma disseminação do pluralismo terapêutico enquanto fenómeno cultural despoletado da *base para o topo* -; porém, também

se apresenta como uma forma de consumo crescentemente induzida e tutelada pelo mercado ou pelos sectores profissionais, numa lógica de novas hegemonias, culturalmente impositivas, de pluralismos conduzidos do *topo para a base*.» (Lopes 2010, 31; itálico no original)

Em suma, o carácter metonímico dos recursos terapêuticos continua a influenciar a construção cultural da eficácia (Etkin 1988, 25) e a ditar as lógicas de consumo, à margem dos conflitos entre as diferentes *matrizes ideológicas* e de *regulação institucional* (Lopes 2010, 28). As «descontinuidades significativas entre, sistemas de referência, de produção e de regulação» (idem, 29) proporcionaram, em conjunto com responsabilização pela gestão do risco, um espaço de autonomia no qual o consumidor articula informação, conhecimento e experiência no controlo da sua saúde.

As complexidades e dinâmicas em torno das discussões e campanhas sobre eficácia, efectividade e toxicidade em relação às plantas medicinais e aos medicamentos químicos, não conseguiram implantar verdadeiramente uma opção terapêutica de exclusivismo, até porque «qualquer fonte de informação nos percursos terapêuticos dos indivíduos não são um dado adquirido, mas são sempre filtrados e modulados pelas lógicas de racionalidade leiga, socialmente variáveis» (Lopes *et al.* 2012, 16).

Neste sentido, «a proliferação de fontes periciais passíveis de produzir juízos contraditórios sobre um mesmo fenómeno de saúde, reclamando-se todas do mesmo tipo de autoridade cognitiva» (Lopes *et al.* 2012, 14), contribuiu para esta atitude que, de certa forma também pode ser enquadrada na problemática da adesão à terapêutica (v. Cabral e Silva 2010).

Na dúvida perante discursos contraditórios de eficácia e efeitos adversos, o consumo de chá com fins medicinais, num universo marcado por ingestões farmacológicas, evoca a confiança numa tradição que reposiciona o sujeito na sua relação com a natureza, mediada pela ervanária.

NOTAS

¹ Outra abordagem interessante, mas que não irei desenvolver agora, seria o recurso à Teoria Actor-Rede que, revelando os enredos tecidos nas constantes reconfigurações dos actores nos diversos fluxos de tradução, os transforma em «matéria de interesse» [*matter of concern*], posicionando-os no mapeamento de controvérsias científicas (v. Latour 2005, 2011).

² O HACCP – *Hazard Analysis and Critical Control Points* é um sistema preventivo de controlo da qualidade dos alimentos, aplicável em qualquer fase da cadeia alimentar e que assenta em sete princípios: 1 - Análise dos perigos; 2 - Determinação dos pontos críticos de controlo (PCC's); 3 - Estabelecimento dos limites críticos para cada PCC; 4 - Estabelecimento dos procedimentos de monitorização dos PCC's; 5 - Estabelecimento de acções correctivas a serem tomadas quando um PCC se encontra fora dos limites críticos; 6 - Estabelecimento de sistemas de registo e arquivo de dados que documentam estes princípios e a sua avaliação; 7 - Estabelecimento de procedimentos de verificação que evidenciem que o sistema HACCP funciona de forma eficaz.

In “ISO22000:2005 - Sistema de Gestão de Segurança Alimentar” consultado em <http://www.apcer.pt/> acessado em 20 de Julho de 2009.

³ Bureau Veritas Certification – NP EN ISSO 9001:2008 – Transformação, Manipulação e Embalagem de Plantas Medicinais. 2009.

⁴ De acordo com informação no *website* <http://www.adplda.com/50/quem-somos>, consultada em 20 de Dezembro de 2014.

⁵ *Idem*.

⁶ Processo de fabrico detalhado, disponível no *website* da ADP Lda., consultado em 14 de Novembro de 2014 em <http://www.adplda.com/3/servicos>.

⁷ *Idem*.

⁸ *Idem*.

⁹ «Doutora em Farmácia, na especialidade de Farmacognosia e Fitoquímica, pela Universidade de Coimbra. Desde 2008 é Professora Catedrática da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, onde leciona várias unidades curriculares de ensino pré-graduado e pós-graduado e coordena o Curso de Pós-Graduação “Medicamentos e Produtos de Saúde à base de Plantas” e o Curso de especialização a distância “Plantas aromáticas e óleos essenciais” da Universidade de Coimbra. Atualmente é a coordenadora do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas e a coordenadora do Grupo Bromatologia, Farmacognosia e Ciências Analíticas da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. Tem coordenado e/ou colaborado em diversos Projetos de Investigação no âmbito das plantas aromáticas e medicinais e em Programas ALFA da União Europeia e CYTED. É a coordenadora nacional da Rede REMAPAM (Euro Maghreb network of Medicinal and Aromatic Plants). Tem integrado a Comissão Científica e/ou Organizadora de diversos Congressos Internacionais na área das plantas aromáticas e medicinais. É membro fundador da Sociedade Portuguesa de Fitoquímica e Fitoterapia, integrando actualmente a Comissão Científica. Tem mais de 100 trabalhos publicados em revistas estrangeiras e nacionais e é co-autora de vários capítulos de livros.»

(Sociedade Portuguesa de Fitoquímica e Fitoterapia (SPFito))

Segundo informação do *website* da SPFito, disponibilizada em <http://spfito.pt/wordpress/wp-content/uploads/2013/07/ligiasalgueiro.pdf>.

¹⁰ Segundo informação disponibilizada pela ESA de Santarém: <http://www.esa.ipsantarem.pt/newsletter/JPP/2012/PMPFI/index.html>.

¹¹ In «Universidade procura novos fármacos na flora ameaçada», publicada no Diário de Notícias *on-line*, através da Agência Lusa, em 27 de Fevereiro de 2011. Consultado em 20 de Dezembro de 2014, em http://www.dn.pt/inicio/ciencia/interior.aspx?content_id=1794652.

¹² Segundo informação do *website* da SPFito, disponibilizada em <http://spfito.pt/wordpress/wp-content/uploads/2013/07/ligiasalgueiro.pdf>.

¹³ In <http://spfito.pt/objectivos/>.

¹⁴ Fundação para a Ciência e Tecnologia: PTDC/AGR-AAM/66414/2006.

¹⁵ Divulgação do Curso de Mestrado na página de Internet Naturlink – Informação Ambiental SA: <http://naturlink.sapo.pt/Eventos/Cursos/content/Mestrado-sobre-a-Producao-de-Plantas-Medicinais-e-para-Fins-Industriais?viewall=true&print=true>.

¹⁶ Realizado a 30 de Março de 2011, na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Santarém.

¹⁷ Programa «Aromáticas sem segredos», «Um Bule de ciência. Mais um chá?», 22 de Abril, das 16h00 às 17h30, divulgado no *website* do Centro Ciência Viva do Alviela, consultado a 20 de Dezembro de 2014, em <http://www.alviela.cienciaviva.pt/visite-nos/atividades/seniores/index.asp>.

- ¹⁸ Retirado do website da empresa, em Maio de 2010, através do endereço <http://jgcoelho.pt/?id=1&lang=pt>, que actualmente já não se encontra disponível.
- ¹⁹ Cila é outro dos nomes comuns atribuídos a esta espécie.
- ²⁰ V. Société Française d’Ethnopharmacologie, acessido a Dezembro de 2014 através de [http://www.ethnopharmacologia.org/recherche-dans-prelude/?plant_id=12755#lightbox\[12755\]/5/](http://www.ethnopharmacologia.org/recherche-dans-prelude/?plant_id=12755#lightbox[12755]/5/).
- ²¹ Marca Nacional n.º 371503, registada no INPI, concedida em 2004.
- ²² Retirado do website da ADP Lda., consultado a 20 de Dezembro de 2014 em <http://www.adplda.com/35/biologicos>.
- ²³ Retirado do website da ADP Lda., consultado a 20 de Dezembro de 2014 em <http://www.adplda.com/767/detalhe/nova-marca-adp>.
- ²⁴ Retirado do website da J. Gonçalves Coelho Lda., consultado em 2010 em <http://jgcoelho.pt/?id=1&lang=pt>.
- ²⁵ Despacho conjunto n.º 327/2004, de 15 de Abril e Despacho Conjunto n.º 261/2005, de 3 de Março.
- ²⁶ Portaria n.º 207-E/2014, de 8 de Outubro.
- ²⁷ Portaria n.º 182-A/2014, de 12 de Setembro.
- ²⁸ «Carlos Marques, medium, Gota de esperança, produtos naturais e isotéricos, mestre de reiki, técnicas de meditação e respiração, autor de Descubra o Seu Próprio Ser, Diálogos com Deus, Eu & Deus, Eu Quero, Eu Desejo, Eu realizo, entre outros.» Retirado do website <http://www.carlosmarques.co.cc>, em 2011 (actualmente em <http://site24.eu/templates/template.php?tipo=contactos&nome=vidente&siteid=14491>).
- ²⁹ V. Tabelas 384 e 385 in Lopes, Noémia Mendes (Coord.), Elsa Pegado, Hélder Raposo, Telmo Clamote e Carla F. Rodrigues. 2009. Medicamentos e Pluralismo Terapêutico: consumos, lógicas e racionalidades sociais. Relatório Estatístico, CIES-ISCTE, Projecto de Investigação financiado pela FCT/MCT (PTDC/SDE/64216/2006) e pelo INFARMED. Disponível em <http://cies.iscte.pt/medicamentosepluralismoterapeutico/report.pdf>.
- ³⁰ Segundo a definição do Glossário do Curso de *Patient Expert* da EUPATI (European Patients Academy on Therapeutic Innovation) que inclui o módulo *Basic Principles of Medicine Discovery and Development*, consultado a 20 de Dezembro de 2014 em <https://edu.eupati.eu/mod/glossary/>.
- ³¹ Quando colocadas em oposição, a efectividade relaciona-se com o modo positivo como um tratamento resulta na prática da medicina, enquanto a eficácia mede a resposta positiva do tratamento nos ensaios clínicos e estudos de laboratório, segundo o Glossário supracitado.
- ³² Retirado do website do OIPM a 20 de Dezembro de 2014, em <http://www.oipm.uc.pt/>.
- ³³ Diário de Notícias, de 7 de Abril de 2011. In OIPM nos *media*, consultado a 20 de Dezembro de 2014, em http://www.oipm.uc.pt/recortes/DN_observatorioUC.pdf.
- ³⁴ Retirado do website do OIPM a 20 de Dezembro de 2014, em <http://www.oipm.uc.pt/>.
- ³⁵ Veja-se http://www.oipm.uc.pt/recortes/2013_05_13_RTP_OIPM_UC.pdf.
- ³⁶ Veja-se http://www.oipm.uc.pt/recortes/2013_05_13_RTP_OIPM_UC.pdf e http://www.oipm.uc.pt/recortes/2013_05_20_RTP_online_OIPM_UC.pdf.
- ³⁷ Veja-se, por exemplo, duas reportagens emitidas pela SIC, sobre a Terra das Ervanárias disponível em https://www.youtube.com/watch?v=s4_7oqex0KA e sobre a mirra onde aparece Maria Celeste Santos na Antiga Ervanária, em https://www.youtube.com/watch?v=INUWJEIV_b0.
- ³⁸ Define-se Antagonismo como «Ação contrária de duas substâncias que tendem a anular reciprocamente os seus efeitos». In Glossário no website da OIPM consultado em Dezembro de 2014 através de <http://www.oipm.uc.pt/home/index.php?target=glossario>.
- ³⁹ Retirado do website do OIPM a 20 de Dezembro de 2014, em <http://www.oipm.uc.pt/>.

X

Considerações finais

Situando-se na interface de dois sistemas epistemológicos (conhecimento local e científico), a discussão em torno das plantas medicinais tem-se pautado pelo diálogo e confronto entre a *tradição popular* e a *ciência*, num contínuo de experiências empíricas, apropriações mútuas e de reivindicação de autoridade que constituem a produção de conhecimento. Perante os contextos de significância política, económica e social relacionados com o potencial valor comercial do conhecimento sobre plantas, propriedades terapêuticas inerentes e dos produtos que daí possam derivar, a natureza pervasiva do conhecimento originaria uma ampla movimentação em torno dos conceitos tanto de propriedade intelectual, como da propriedade dos recursos biológicos (v. Brush 1993, Timmermans 2003, Greene 2004, Dove 2006, Alexiades 2004 e 2009).

Existe uma relação de simbiose entre a protecção do conhecimento na medicina tradicional e a protecção das comunidades bióticas que sustentam as terapias. Por um lado, a sobreexploração dos recursos devido ao crescimento do mercado pela diversificação do conhecimento acerca das propriedades terapêuticas das plantas conduz ao empobrecimento das comunidades bióticas que, ao diminuir a variedade e disponibilidade das espécies, implica a perda do conhecimento tradicional relativo àquelas que desaparecem (Anyinam 1995, Timmermans 2003, Madimetja, Masoga e Mearns 2010). Por outro lado, também a degradação do habitat e quaisquer alterações nos usos da terra afectam a capacidade de sobrevivência e de recuperação das espécies (Alexiades e Shanley 2004, Schippman, Leaman e Cunningham 2006) com igual consequência.

Nesse sentido, as práticas tradicionais relativas à extracção da flora espontânea passam a ser consideradas como sustentáveis e reveladoras de um conhecimento orientado para a preservação dos recursos necessários ao equilíbrio da vida comunitária e estrutura social (Dove 2006, Gupta 2011). Atendendo às recomendações para a adaptação de espécies espontâneas a sistemas que cultivo que pudessem satisfazer o mercado, a ausência de conhecimento sobre os benefícios e custos para a conservação para os diferentes sistemas de produção e sobre a própria produção agrícola destas plantas implicou um investimento substancial de capital e em tempo para a

investigação, reintroduzindo a questão dos direitos de propriedade intelectual e industrial (Schippman, Leaman e Cunningham 2006).

Porém, o investimento no cultivo lucrativo, procurando potenciar os princípios activos das plantas, esbarrou em dificuldades técnicas devido às características biológicas ou requisitos ecológicos de espécies que beneficiam de mecanismos inerentes às condições do habitat em que se encontram. Além de ainda não se apresentar como uma solução economicamente viável, o processo de selecção inerente aos requisitos industriais para a standardização não contribui directamente para a proclamada conservação da diversidade genética. Representando apenas 1% do número total de plantas medicinais utilizadas a nível mundial, o cultivo destas espécies não oferece, por enquanto, uma alternativa viável à colheita sustentável de populações selvagens de plantas medicinais pela necessidade de produção de conhecimento sobre o mundo vegetal.

Outro confronto no processo de adaptação dos sistemas tradicionais aos parâmetros científicos ocidentais reside nas distinções epistemológicas entre *cura* e *tratamento* [cure/healing] e entre as várias acepções de *doença* [disease/sickness/illness] que permanecem centrais na definição da *eficácia* da medicina tradicional (Waldram 2000, Adams 2002). A *particularização*, implícita na selecção do conhecimento indígena considerado útil à ciência, descontextualiza os significados e produz transformações no fluxo de conhecimento no seio da rede global (Agrawal 2002, Ellen, Parkes e Bicker 2000). Ao estudar as relações sociais que permitem a geração, manutenção, disseminação e devolução de traços culturais e inovações que incluem o conhecimento etnofarmacológico, a pesquisa do conhecimento tradicional contribui teoricamente para a investigação nesta área tendo em conta o valor dos sistemas de conhecimento local para os cuidados de saúde globais (Reyes-Garcia 2010, Vandebroek *et al.* 2011, Gupta 2012).

O conhecimento e competências etnobotânicas são produzidos e reproduzidos no seio da vida em comunidade, sendo o primeiro adquirido durante a infância através de uma memória cumulativa enquanto o desenvolvimento das competências requer tempo de interacção, observação directa e constante repetição (Reyes-Garcia 2010, Gupta 2012). Tratando-se de um conhecimento tácito e processual, envolve uma ecologia perceptual que se transforma numa ontologia de envolvimento directo (v. Ingold 2000 e 2003, Fischer 2004, Frazão-Moreira, Carvalho e Martins 2007, Kightley *et al.* 2013).

Nesse sentido, o estabelecimento da imagem de marca da aldeia de Vale da Trave como a «Terra das Ervanárias» constituiu a estratégia de protecção do conhecimento tradicional possível (Bhushan 2005, 96), pretendendo demarcar tanto o saber construído na relação entre a população e o seu meio envolvente, como o acesso privilegiado aos recursos. Correspondeu à necessidade de valorização dos terrenos comunitários e dos recursos endógenos através de um modelo de desenvolvimento sustentado na participação dos compartos, articulando o saber e experiência local com as potencialidades do mercado de plantas aromáticas e medicinais. Pretendia-se, então, rentabilizar o baldio sob as novas lógicas de gestão florestal baseada na comunidade (UNFF 2011), capitalizando o conhecimento e práticas tradicionais, através das conexões com o negócio local e com a investigação científica, com a dupla finalidade de contribuir para a conservação ambiental e promover os modos de vida rurais.

Se, por um lado, a estratégia não obteve o sucesso esperado, porque a intenção de colaboração entre a Escola Superior Agrária de Santarém e o projecto Terra das Ervanárias do Baldio de Vale da Trave foi interrompida pela doença que viria a ser fatal à mentora dos projectos de etnobotânica na região de Santarém, por outro lado, acabaria por colidir com uma comunidade marcada por alterações nas suas dinâmicas socioculturais e o modo de relacionamento com o meio natural envolvente.

Como nota Wolf (2001 [1953], 99), a ecologia, estrutura social e aculturação são mutuamente determinadas, pelo que as mudanças ecológicas implicam a preservação de segmentos com padrões tradicionais de produção e de consumo e um lento desenvolvimento de novos segmentos socioculturais. Neste caso, as alterações ocorrem em ritmos desiguais nos diferentes aspectos da cultura que, sem a correspondente adaptação nos restantes, pode reforçar a resistência à mudança. Segundo Wolf, na ausência das subseqüentes transformações ecológicas e estruturais o equilíbrio entre o tradicional e a inovação pode conquistar uma persistência própria no contexto da integração nacional (idem).

Assim, perante a emigração e o êxodo rural, o afastamento das novas gerações em relação à agricultura e procura de oportunidades profissionais noutros sectores, introduziram-se novos segmentos socioculturais na «Terra das Ervanárias» cuja relação ecológica com o lugar difere dos modos tradicionais. Uma população envelhecida de «camponeses» – entendidos como produtores agrícolas com controlo da terra sem lucro comercial (Wolf 2001 [1955a], 148) – tinha mais como objectivo a subsistência, a aquisição de bens e de serviços que possibilitassem a manutenção do seu estatuto social

do que o reinvestimento que permitisse aumentar a sua escala de operações (Wolf 2001 [1955b], 196). Esse reinvestimento notabilizou a colectora Celeste da Conceição Santos que, através de uma rede de relacionamentos fora da comunidade rural, conseguiu integrar a sua actividade num mercado de cariz capitalista, ao mesmo tempo que, nesta perspectiva, contribuiu para melhorar a subsistência dos elementos da sua comunidade a quem adquiria plantas para revenda às ervanárias.

Parece, portanto, que o projecto «Terra das Ervanárias» esbarrou numa *comunidade corporada* resistente à reformulação dos relacionamentos e na defesa do equilíbrio tradicional (Wolf 2001 [1955b], 206) marcado pela intermediação de uma *elite interna* – Celeste da Conceição Santos e a sua família – na participação da população e recursos locais no mercado (Wolf 2001 [1986], 162). Compreende-se, então, que a proposta de cultivo das plantas aromáticas e medicinais não tenha sido acolhida pela população que, satisfeita com o circuito já estabelecido, resiste à transmissão de novos conhecimentos implícita em propostas de formação.

Neste sentido, atendendo aos argumentos apresentados por Reyes-Garcia (2010) acerca da transmissão do conhecimento tradicional, as inovações e novas informações são mais rapidamente difundidas através da transmissão horizontal [entre indivíduos da mesma geração] ou oblíqua [indivíduos da geração dos pais], enquanto a transmissão vertical [dos pais para os filhos] tende a ser mais conservadora. Tratando-se de uma população envelhecida, o processo de transmissão de conhecimento com maior probabilidade de introduzir inovação, como o cultivo de plantas habitualmente colhidas na flora espontânea, seria o horizontal. Porém, recorde-se que, constituindo novidade, metade dos produtores agrícolas nacionais de plantas aromáticas e medicinais tem idade igual ou inferior a 40 anos (GPP 2013), o que inviabiliza o sucesso da formação junto de uma comunidade tradicional.

Ainda assim, o conceito de *imagem de marca* «Terra das Ervanárias» encontra alguma correspondência com o conceito de *indicação geográfica*, a nível de protecção de direitos (Bhushan 2005, 96). No entanto, apesar de uma renovada atenção nos recursos de plantas selvagens como formas de herança cultural intangível, percebidas como estando sob ameaça ou como novos recursos para o crescimento económico local e da emergência no século XXI de uma botânica popular europeia respondendo de forma dinâmica a contextos económicos, políticos e culturais em mudança na era da União Europeia e da globalização (Pardo-de-Santayana, Pieroni e Puri 2010), a tradicional colheita para comercialização tem vindo a ser travada na intersecção das

regulamentações de protecção da biodiversidade, de segurança alimentar e finalmente, pela fiscalidade.

De facto, seriam as regras de facturação impostas em 2013 como medida de combate à economia paralela que viriam a inviabilizar a manutenção desta actividade, exercida por reformados ou desempregados como forma de obter rendimentos complementares, no nível da economia informal. Esta obrigatoriedade fiscal veio ditar o desaparecimento deste tipo de práticas nos moldes tradicionais, sujeitando-as a uma diferente organização do trabalho, com implicações burocráticas que se constituem como obstáculos conduzindo ao abandono da actividade e perda do conhecimento. Como notam Pardo-de-Santayana, Pieroni e Puri (2010) a mudança de uma economia rural de subsistência baseada na agricultura para uma orientação para o mercado, faz-se acompanhar de uma rápida erosão do conhecimento etnobotânico. A produção agrícola surge, então, duplamente favorecida como condição de introdução no circuito comercial.

Não obstante o actual reconhecimento dos baldios portugueses como exemplos de boas práticas de aplicação dos direitos das comunidades locais à gestão dos recursos naturais (UNFF 2011), existe toda uma história de conflito entre os interesses comunitários, privados e nacionais em torno desses espaços que culminou com o rompimento com as funções tradicionais do baldio.

O valor científico atribuídos ao património natural e à paisagem do Maciço Calcário Estremenho e a necessidade de preservação desse valor viria a sobrepor-se às topografias autóctones através de mapeamentos e zonamentos que passariam a regular os usos e actividades locais, gradualmente submetidos às definições de protecção da paisagem adoptadas pelo Estado em consonância com as deliberações internacionais. Nesse complexo processo de mapeamentos, delimitações, propriedade e domínio sobre os recursos e a sua gestão, a «Terra das Ervanárias» inscreve-se agora na rede de percursos pedestres da Área Protegida do PNSAC e, de forma simbólica, em redes mais amplas, como o Parque Natural e a Rede Natura.

De certa forma, a «Terra das Ervanárias» demarca também um processo através do qual a população, apropriando-se da serra, participava no circuito global de plantas aromáticas e medicinais, por intermédio do negócio local. Construído na relação com o seu espaço e na interacção com outros saberes, o saber sobre plantas e o saber fazer com plantas, característico da medicina popular, acompanhou a constituição da medicina como ciência.

Ao longo do tempo, as práticas populares de cura tanto foram condenadas como supersticiosas ou autorizadas como medicina, consoante os interesses e necessidades dos governantes, permanecendo algumas delas, exemplificadas no capítulo VI, em uso nos nossos dias. Tomando o argumento de Walker (2013) de que a Inquisição foi utilizada pelos médicos movidos pela preocupação em promover a medicina «científica» racionalizada e combater a competição dos «fornecedores de remédios supersticiosos populares», a análise de processos do Tribunal do Santo Ofício relativos a indivíduos da região de Alcanede e de Santarém permitiu-me documentar os respectivos usos e crenças em torno da doença e da saúde nos séculos XVII e XVIII.

Apesar de a chamada *medicina supersticiosa* ser, ainda no século XXI, privilégio de uma ou duas mulheres de Vale da Trave que tratavam *aluamentos*, *quebranto* ou *mau-olhado*, as entrevistas realizadas no decurso do meu trabalho de campo permitiram constatar a generalização do conhecimento acerca das virtudes das plantas para tratar doenças comuns e o recurso frequente a chás diversificados, baseados tanto na experiência acumulada, como da incorporação de novos saberes.

Examinada a dinâmica de reconfigurações na utilização das plantas medicinais, entre as práticas tradicionais da medicina popular na elaboração dos preparados terapêuticos, a evolução da arte boticária e a constituição da ciência farmacêutica, evidencia-se que o conflito entre a medicina popular e a medicina convencional expressa, sobretudo, as tensões entre mundivisões diferentes (Walker 2013). Tratava-se, essencialmente, de uma questão de conceito, uma vez que o mesmo recurso empregue por um *curandeiro* é considerado *mezinha* e quando utilizado por um *médico* pertence à categoria dos *medicamentos*.

Torna-se interessante notar, por exemplo, o processo de generalização do termo *chá* para designar as bebidas preparadas com água aquecida e extractos de plantas, com a transição da categoria de *bebida terapêutica* para *bebida social* e a indiferenciação entre os processos de infusão e decocção, ocorrida em meados do século XIX. Habitadas ao recurso terapêutico às plantas do seu meio envolvente tradicionalmente validadas pela medicina popular, as populações das serras de Aire e Candeeiros terão começado desde há séculos a rentabilizar o seu conhecimento etnobotânico, através de angariadores ou intermediários ao serviço das boticas.

As plantas aromáticas e medicinais chegavam ao mercado terapêutico por intermédio de um circuito de colectores e ervanários alheios à ciência da botica que já nos séculos XVII e XVIII participavam na colheita e preparação dos medicamentos

(Dias 2007). Nos anos 1940, quando começou a florescer a exportação de plantas para perfumaria e usos medicinais (Rodrigues 1958), a riqueza florística da região das serras de Aire e Candeeiros começa a suscitar a atenção de comerciantes, capitalizando o saber etnobotânico das suas populações rurais. Contactada para o negócio por um angariador, Celeste Santos cedo percebeu as potencialidades e oportunidades: mobilizando a população local para a colheita da flora espontânea, estabeleceu-se como angariadora e empreendeu na venda directa à Antiga Ervanária da Anunciada de Lisboa.

Intensifica-se, então, uma nova relação da população com o seu espaço, com a construção de um saber aprendido nos trâmites desse circuito, com o reconhecimento de espécies alheias às utilizações locais e a recontextualização dos usos tradicionais da flora espontânea, de acordo com os discursos científicos emergentes e as correntes do mercado, que serve de justificação à «Terra das Ervanárias».

Impulsionado pela ligação à Antiga Ervanária, o negócio floresceu, assumindo um carácter semi-fábrica que permitia o processamento da matéria-prima. Em 1960, o genro de Celeste Santos junta-se ao empreendimento que viria a desenvolver e a transformar na *Américo Duarte Paixão Lda. Importação e Exportação de Plantas Mediciniais* [ADP Lda.]. Nos anos 1990, adquiriu a Antiga Ervanária e a empresa de distribuição J. Gonçalves Coelho, encontrando-se actualmente a ADP Lda. sob a gerência de Clarinda Paixão, a ervanária sob a gerência de Isaurinda Paixão – filhas de Américo Paixão e de Maria Celeste Santos, netas da fundadora Celeste Santos – enquanto Américo Paixão se dedica à distribuição através da J. Gonçalves Coelho. Outro genro de Celeste Santos, Alfredo Silvério, após uma experiência de emigração em França, estabeleceu-se como angariador, negócio no qual o seu filho também participa.

Analisando os saberes da «Terra das Ervanárias» constituídos na relação com os desafios do mercado de plantas aromáticas e medicinais, foi possível perceber como se diluem face às novas dinâmicas de controlo inerentes aos discursos da biodiversidade, da segurança e da qualidade, impostas pelo mesmo mercado. Ainda assim, a população sente-se comunitariamente representada na fábrica local que resulta do seu envolvimento e participação activa no fornecimento das encomendas.

A ADP Lda. objectifica não só o valor da natureza local, como o conhecimento tradicional em torno da actividade de colheita, num mercado de saúde onde os produtos naturais continuam a representar a transcendência das dicotomias ciência/natureza e modernidade/tradição, num processo em que a ciência, enquanto

símbolo cultural da elite e do poder, valida o mundo natural do camponês rural (Miles 1998) e que satisfaz a participação das *ervas* da «Terra das Ervanárias».

Neste sentido, a Antiga Ervanária, fundada em 1793, consubstancia quer a tradição terapêutica das boticas e do saber popular, quer a articulação de vários tipos de discursos e conceitos de *doença* que permitem a integração dos produtos naturais em diferentes lógicas de consumos de saúde. Permitindo acompanhar o gradual afastamento das plantas medicinais da categoria de *medicamento* à medida que esta vai sendo elaborada nas ciências médicas e farmacêuticas, a análise dos discursos inerentes à oferta da ervanária, evidencia a objectificação do sincretismo entre *tradição* e *modernidade*, entre *biomedicina* e *ciência*, da *cultura tradicional de saúde e natureza* (Miles 1998, Hardon *et al.* 2008). Esse sincretismo reforça o poder metonímico destas soluções terapêuticas que, numa lógica de gestão do risco e da iatrogenia clínica, cultural e social, incorporam a inocuidade do natural em consonância com um uso tradicionalmente comprovado, re-contextualizado e reactualizado como alternativa à *farmacologização* (Illich 1976, Van der Geest e Whyte 1989; Van der Geest, Whyte e Hardon 1996; Whyte, Van der Geest e Hardon 2002, Lopes 2010, Raposo 2010).

Por último, ao procurar traçar a vida social dos chás medicinais, analisados desde a sua produção, comercialização, prescrição, distribuição, consumo e eficácia, será possível elaborar uma síntese das implicações socioculturais das diversas problemáticas inerentes à «Terra das Ervanárias». Evidenciam-se, então, as alterações decorrentes da produção de conhecimento sobre plantas medicinais, da circulação entre os dois sistemas epistemológicos, as consequências da regulamentação cientificamente apoiada, em articulação com as lógicas subjacentes às práticas de consumo, abordando as principais preocupações em torno do recurso terapêutico às plantas medicinais.

A «Terra das Ervanárias» permite, em última instância, salientar a falta de consonância entre as diversas vertentes implicadas na produção de plantas medicinais e de conhecimento, não obstante toda a regulamentação protectora. A tentativa de enquadrar a tradição no mercado implica, paradoxalmente, a imposição de padrões que inviabilizam a participação do conhecimento tradicional, contribuindo duplamente para a sua erosão. Por um lado, a impossibilidade de colher plantas medicinais na flora espontânea para comercialização contribui para a perda do conhecimento etnobotânico arriscando a que, simultaneamente, as plantas percam o seu valor, aumentando o risco de extinção tanto das espécies, como dos saberes com elas relacionados (Gupta 1998, Madimetja, Masoga e Mearns 2010). Por outro lado, os requisitos da produção

industrial de produtos naturais são favoráveis à produção agrícola em maior escala, embora não constitua ainda uma opção economicamente viável, nem seja consensual o contributo para a preservação da biodiversidade ou na qualidade da matéria-prima.

Permanece, contudo, uma apetência pelo *natural* ao que se tenta inculir agora o modo de produção biológico. No entanto, apesar do princípio de sustentabilidade e de ausência de recurso aos produtos químicos de síntese, a produção biológica de plantas medicinais envolve um diferente tipo de relacionamento com a natureza. Perde-se, então, a aura de um conhecimento ancestral subjacente à identificação de uma espécie com valor terapêutico no seu habitat e respectiva preparação que invoca muito mais do que a mecânica da produção, gestão e colheita.

Ultrapassada pelo *fascínio pelos medicamentos* e pelo desenvolvimento de patentes e marcas, a *fitoterapia* foi confrontada com constantes argumentos de falta de evidência científica de eficácia defendidos pela Medicina Convencional e pela Farmacêutica. Travado o exclusivismo de uma ideologia terapêutica não farmacológica, o afastamento da categoria de *medicamento* contribuiria para a atribuição de um estatuto de inocuidade que viria precisamente a justificar o recurso aos produtos naturais e a sua inclusão nas lógicas do pluralismo terapêutico.

Deste modo, juntamente com o desenvolvimento científico e técnico que tem vindo a demonstrar a eficácia e segurança terapêutica de muitas plantas medicinais, renovando a fitoterapia de acordo com os requisitos para a autorização de introdução no mercado enquanto medicamento, o recurso generalizado a este tipo de produtos – que apesar de considerados inócuos são consumidos com finalidades terapêuticas – suscitou a necessidade de analisar também a eficácia na perspectiva das interações medicamentosas.

Mesmo a possibilidade de registo de medicamentos tradicionais à base de plantas que, a partir de 2004 na União Europeia e de 2006 em Portugal, parecia vir conceder uma nova hipótese de acesso ao mercado da saúde, implica um tal processo burocrático e científico que, em Junho de 2007, apenas estava autorizada a introdução no mercado sob esta categoria de quatro produtos na Alemanha e no Reino Unido, dois na Eslovénia e na Holanda e um na Áustria (Martins 2008).

Conclui-se, portanto, que a aparente aceitação e validação do conhecimento tradicional, etnobotânico ou etnofarmacológico, mascara a sua subversão aos princípios hegemónicos da regulação científica, desvirtuando a sua própria essência e descaracterizando os seus significados. Comercializados como suplementos alimentares,

os produtos naturais fundem-se nas de lógicas da farmacologização, como evidencia a predominância da apresentação em comprimidos. São, contudo, suplantados pelos chás medicinais, que, mantendo a ambivalência gerada pelo trânsito entre bebida terapêutica e bebida social, recuperam simultaneamente o uso socialmente aceito de uma mezinha, diluindo-se as lógicas de consumo na confiança numa tradição que reposiciona o sujeito na sua relação com a natureza, mediada pela ervanária.

Tal como a «Terra das Ervanárias» demarca as dinâmicas socioculturais implícitas aos conhecimentos etnobotânicos na zona do PNSAC e o modo como se estabeleceram as relações entre a população e os recursos naturais terapêuticos ao longo do tempo, os chás medicinais demarcam os sujeitos da sua iatrogenia social, isentando-os da responsabilidade de proceder a alterações no seu modo de vida para a gestão da sua saúde, recuperando uma relativa autonomia, como uma reaproximação à tradição e à natureza.

Ao entrar no mercado de saúde, as ervas que curam já não têm impressos os percursos na serra onde um saber, construído pela tradição, orienta tanto a busca das espécies no meio da flora espontânea para um determinado efeito terapêutico, como a sua preparação. São agora colhidas em campos cultivados para o efeito, importadas de outros campos ou de outros saberes, marcadas por um fluxo mais amplo, onde a ciência e a tradição se confrontam na produção de conhecimento e se entrecruzam na regulamentação burocrática da oferta de soluções terapêuticas e no quotidiano dos consumidores.

Bibliografia

- Abel, Marília. 1988. «Os Baldios Portugueses em Período de Transição (1820-1910)», *Revista de História*, Vol. VIII, Porto: 339-343.
- Aboelsoud, N. H. 2010. «Herbal medicine in ancient Egypt», *Journal of Medicinal Plants Research*, 4 (2): 82-86.
- Ackerknecht, Erwin H. 1982. *A Short History of Medicine*, JHU Press.
- Adams, Vincanne. 2002. «Randomized Controlled Crime: Postcolonial Sciences in Alternative Medicine Research», *Social Studies of Science*, 32 (5/6): 659-690.
- Adrião, José Maria. 1900. «Tradições Populares colhidas no concelho do Cadaval», *Revista Lusitana*, 06: 97-129.
- Adusei, Poku. 2012. *Patenting of Pharmaceuticals and Development in Sub-Saharan Africa: Laws, Institutions, Practices, and Politics*, Springer Science & Business Media.
- Agrawal, Arun. 2002. «Indigenous knowledge and the politics of classification», *International Social Science Journal*, 54 (173): 287-297.
- Agrawal, Madhu. 1993. «International Pharmaceutical Marketing: an historical perspective». In *CHARM Proceedings*, vol. 6.
- Albergaria, Cláudia Alexandra Soares de. 2006. *Um olhar crítico sobre o conceito e a prática da Reserva Ecológica Nacional*. Tese de Mestrado em Engenharia do Ambiente, Ramo Geoambiente, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Alexiades, M. N. e S. A. Laird. 2002. «Laying the foundation: equitable biodiversity research relationships». In Laird, S. A., *Biodiversity and Traditional Knowledge. Equitable Partnerships in Practice*, Londres: Earthscan, p. 3-15.
- Alexiades, Miguel N. 2003. «Ethnobotany in the Third Millennium: expectations and unresolved issues», *Delpinoa*, 45: 15-28.

Alexiades, Miguel N. 2004. «Ethnobiology and Globalization: Science and Ethics at the Turn of the Century». In Carlson, Thomas J. S. e Luisa Maffi (eds.), *Ethnobotany and Conservation of Biocultural Diversity*, The New York Botanical Garden Press: 283-305.

Alexiades, Miguel N. e Patricia Shanley. 2004. «Forest Products, Livelihoods and Conservation: Case Studies of Non-Timber Forest Product Systems». In Alexiades, M.N. and Shanley, P. (eds), *Forest Products, Livelihoods and Conservation: Case Studies of Non-Timber Forest Product Systems* Translated from: Alexiades, M.N. y Shanley, P. 2004. *Productos forestales, medios de subsistencia y conservación: Estudios de caso sobre sistemas de manejo de productos forestales no maderables*. En: Alexiades, M.N. y Shanley, P. (eds). *Productos Forestales, Medios de Subsistencia y Conservación. Estudios de Caso sobre Sistemas de Manejo de Productos Forestales No Maderables. Volumen 3 - America Latina*. CIFOR, Bogor, Indonesia. [online] URL: <http://www.cifor.org/scripts/newscripts/publications/detail.asp?pid=1504>

Alexiades, Miguel N. 2009. *The Cultural and Economic Globalisation of Traditional Environmental Knowledge*. In Heckler, Serena (ed.), *Landscape, Process and Power: Re-evaluating traditional environmental knowledge*, Oxford e New York: Berghahn, p. 68-98.

Alves, António Monteiro, João Santos Pereira e João M. Neves Silva. 2007. «A introdução e a expansão do eucalipto em Portugal». In Alves, António Monteiro, João Santos Pereira e João M. Neves Silva (eds.), *O Eucalipto em Portugal: Impactes Ambientais e Investigação Científica*, Lisboa: ISAPress, p. 13-24.

Alves, Daniel. 2012. «Crise e republicanismo no discurso dos lojistas de Lisboa (1890-1910)», *Análise Social*, XLVII (4.º): 766-791.

Anderson, Warwick. 2002. «Introduction: Postcolonial Technoscience», *Social Studies of Science*, 32: 643-658.

Anderson, Warwick. 2004. «Natural Histories of Infectious Disease: Ecological Vision in Twentieth-Century Biomedical Science», *Osiris*, 19: 39-61.

Andrade, Marco António e Henrique Matias. 2013. «Lithic raw material procurement and consumption during the Late Neolithic/Early Chalcolithic: the case of Casal dos

Matos and Cabeça Gorda 1 (Vila Nova de Ourém, Estremadura, Portugal)», *Complutum*, 24 (1): 91-111.

Andrade, Ruy de Oliveira. 2009. «A conversão do Reino Visigodo ao catolicismo: circunstâncias e problemáticas», *Dimensões*, Univ. Estadual Paulista/Assis, vol. 23: 137-147.

Andrade Filho, Ruy de O. 2012. «O Reino Visigodo: catolicismo e permanências pagãs», *Hist. R.*, Goiânia, 17 (2): 15-50.

ANEFA 2010. *Programa Nacional para Valorização dos Territórios Comunitários – PNVTC*. Contributos ANEFA. Acedido em Setembro de 2011 em <http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/cnvtc/pnvtc/pnvtc-discussao-publica>.

Anyinam, Charles. 1995. «Ecology and ethnomedicine: exploring links between current environmental crisis and indigenous medical practices», *Soc. Sci. Med.*, 40 (3): 321-329.

Araújo, Ana Cristina e João Zilhão. 1991. *Arqueologia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (Relatório correspondente à primeira fase do levantamento da Carta Arqueológica do Parque)*, Coleção Estudos, n.º 8, Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.

Araújo, Ana Cristina. 2003. «O Mesolítico inicial da Estremadura». In *Trabalhos de Arqueologia*, 25, Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo, Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo, IGESPAR, p. 101-114.

Araújo, Luís Manuel de. 2009. «Médicos e Medicina no Antigo Egipto», *I CURSO LIVRE DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE «Corpo, Saúde e Práticas Médicas ao Longo dos Séculos»*.

Araújo, Maria Benedita. 1992. *O Conhecimento Empírico dos Fármacos nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Ed. Cosmos.

Arnold, David. 1993. *Colonizing the body: state medicine and epidemic disease in nineteenth-century India*. University of California Press.

Azeredo, Manuel Augusto de Sá. 1917. *A Zona. Dissertação Inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Porto*, Porto: Imprensa Moderna.

Baechtold, Philippe e Tomoko Miyamoto. 2005. «International Patent Law Harmonization – a Search for the Right Balance», *Journal of Intellectual Property Rights*, vol. 10: 177-187.

Baptista, Manuel Dias. 1789. «Ensaio de huma descrição física e económica de Coimbra, e seus arredores». In *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal e suas Conquistas*, Tomo I, Lisboa: Oficina da Academia Real das Sciencias, p. 254-298.

Barata, José. 2008. *Terapêuticas Alternativas de Origem Botânica - Efeitos Adversos e Interações Medicamentosas*, Lisboa: Lidel.

Barrett, Ronald, C. W. Kuzawa, T. McDade, & G. Armelagos. 1998. «Emerging and Re-Emerging Infectious Diseases: The Third Epidemiologic Transition», *Annual Review of Anthropology*, 27: 247-271.

Barros, Maria Filomena Lopes de. 2009. «Corpo, Medicina e Saúde Pública no Islão Clássico (séculos VIII-XII)», *I CURSO LIVRE DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE «Corpo, Saúde e Práticas Médicas ao Longo dos Séculos»*.

Barros, Maria Filomena Lopes de e José Alberto Rodrigues da Silva Tavim. 2013. «Cristãos(ãs)-Novos(as), Mouriscos(as), Judeus e Mouros. Diálogos em trânsito no Portugal Moderno (séculos XVI-XVII)», *Journal of Sefardic Studies*, 1: 1-45.

Barroso, Maria do Sameiro. 2005. «Médicas na Antiguidade Clássica - um rosto reencontrado», *Cadernos de Cultura, Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*, 19: 42-55.

Bastos, Carlos (org). 1945. *Praça de Lisboa: Livro de Ouro do Comércio e Indústria da Capital*, Alto Patrocínio da Associação Comercial de Lisboa e Associação Industrial Portuguesa, ed. do organizador.

Bastos, Cristiana. 2001. «Omulu em Lisboa: Etnografias para uma Teoria da Globalização», *Etnográfica*, Vol. V (2): 303-324.

- Beck, Ulrich. 1992. *Risk society: towards a new modernity*, London: Sage Publications.
- Beirante, Maria Ângela V. da Rocha. 1981. *Santarém Quinhentista*, Lisboa: Fundo de Fomento Cultural/Livraria Portugal.
- Bennett, B.C. e G.T. Prance. 2000. «Introduced plants in the indigenous pharmacopoeia of northern South America». *Economic Botany*, 54: 90-102.
- Bento, Ofélia. 2008. «Alimentos Funcionais - Um mercado em expansão?», *I Encontro Luso-Angolano de Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural*, Universidade de Évora: 321-333.
- Bermejo, J. Esteban Hernández e Expiración García Sánchez. 1998. «Economic Botany and Ethnobotany in Al-Andalus (Iberian Peninsula: Tenth-Fifteenth Centuries), an Unknown Heritage of Mankind», *Economic Botany*, 52 (1), New York Botanical Garden Press: 15-26.
- Bica, António 2003. «O Regime Jurídico dos Baldios». *Revista Voz da Terra*, Janeiro de 2003 ao abrigo da Medida 10 do Programa Agro. Acedido em Setembro de 2011 em http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/12_vtjaneiro2003_antoniobica.pdf.
- Bicho, Nuno Ferreira. 1994. «The End of the Paleolithic and the Mesolithic in Portugal», *Current Anthropology*, 35 (5): 664-674.
- Bicho, Nuno Ferreira, Jonathan Haws, Bryan Hockett, Anastasia Markova e William Belcher. 2003. «Paleoecologia e ocupação humana da Lapa do Picareiro: resultados preliminares», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6 (2): 49-81.
- Bildtgård, Torbjörn. 2008. «Trust in Food in Modern and Late-Modern Societies». *Social Science Information*, 47 (1): 99–128.
- Birgre, Pedro. «O Rosmaninho em Portugal», Enciclopédia das Plantas. In *Herbário Digital da Universidade de Coimbra*. Disponível on-line em [http://www.uc.pt/herbario_digital/ Enc_plantas/rosmaninho](http://www.uc.pt/herbario_digital/Enc_plantas/rosmaninho), acedido em 21 de Fevereiro de 2014.
- Bhushan, Patwardhan. 2005. «Traditional Medicine: Modern Approach for Affordable Global Health», *WHO-CIPIH Study Nine on TM*, Draft Report, March 25, 2005.

- Bode, Maarten. 2007. «Taking traditional knowledge to the market», *IIAS Newsletter*, 45: 23.
- Bodeker, Gerard, Fredi Kronenberg e Gemma Burford. 2007. «Policy and Public Health. Perspectives on traditional, complementary and alternative medicine: an overview». In Bodeker, Gerard e Gemma Burford (eds.), *Traditional, complementary and alternative medicine: policy and public health perspectives*, Imperial College Press.
- Bodeker, Gerard e Gemma Burford (eds). 2007. *Traditional, complementary and alternative medicine: policy and public health perspectives*. Imperial College Press.
- Bone, Kerry e Simon Mills. 2013. *Principles and Practice of Phytotherapy: Modern Herbal Medicine*, 2.^a edição, Elsevier Health Sciences.
- Bourdieu, Pierre. 1979. «Les trois états du capital culturel». *Actes de la recherche en sciences sociales*, 30: 3-6.
- Bourdieu, Pierre. 1980. «Le capital social». *Actes de la recherche en sciences sociales*, 31: 2-3.
- Bourdieu, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, Pierre. 2006 [1979]. *A Distinção: crítica social do julgamento*, Editora Zouk.
- Boyer, Dominic. 2005. «Visiting Knowledge in Anthropology: An Introduction», *Ethnos*, 70 (2): 141–148.
- Brandão, Augusto Henrique d’Almeida. 1871. *Do Maravilhoso em Medicina. Dissertação inaugural para Acto Grande seguida de nove proposições apresentada á Escola-Medico Cirúrgica do Porto*, Porto: Typographia da Livraria Nacional.
- Brandão, Fátima e Rowland, Robert. 1980. «História da propriedade e comunidade rural: questões de método», *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980-1.º-2.º: 173-207.
- Brandão, Zephyrino Norberto Gonçalves. 1883. *Monumentos e Lendas de Santarém*. Lisboa: Typ. Horus Romaulicas, Corazzi.
- Brower, Vicki. 2005. «A nutraceutical a day may keep the doctor away», *EMBO reports*, European Molecular Biology Organization, 6 (8): 708-711.

Brown, Katrina Myrvang. 2007. «Understanding the materialities and moralities of property: reworking collective claims to land», *Trans Inst Br Geogr*, NS 32: 507–522.

Browner, C. H., Bernard R. Ortiz de Montellano, Arthur J. Rubel, Jean Benoist, E. L. Cerroni-Long, Jadwiga Charzewska, Benjamin N. Colby, Linda C. Garro, Nancie L. Gonzalez, Byron Good, Roberta L. Hall, J. M. Janzen, Arthur Kleinman, Angelina Pollak-Eltz. 1988. «A Methodology for Cross-cultural Ethnomedical Research [and Comments and Reply]», *Current Anthropology*, 29 (5) : 681-702.

Brouwer, R. 1995. «Baldios and common property resource management in Portugal». *Unasylva*, 180 (46): 37-43. Acedido em Setembro de 2011 em <http://www.fao.org/docrep/v3960e/v3960e07.htm>.

Brush, Stephen B. 1993. «Indigenous Knowledge of Biological Resources and Intellectual Property Rights: The Role of Anthropology», *American Anthropologist*, New Series, 95 (3): 653-671.

Bugalho, A. e A. Carneiro. 2004. *Intervenções para Aumentar a Adesão Terapêutica em Patologias Crônicas*. Lisboa: Centro de Estudos de Medicina Baseada na Evidência, Faculdade de Medicina de Lisboa.

Cabral, Manuel Villaverde e Pedro Alcântara da Silva. 2010. *A Adesão à Terapêutica em Portugal. Atitudes e comportamentos da população portuguesa perante as prescrições médicas*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Calainho, Daniela Buono. 2012. «Magias de cozinha: escravas e feitiços em Portugal – Séculos XVII e XVIII», *Cadernos Pagu* (39), julho-dezembro: 159-176.

Caldas, David Tiago da Conceição. 1998. *Estudo de etnobotânica no distrito de Santarém (Cistaceae – Boraginaceae)*. Relatório global de estágio para a obtenção do grau de Bacharel em Engenharia da Produção Agro-Pecuária, Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior Agrária de Santarém.

Camejo-Rodrigues, Joana, Lia Ascensão, M. Àngels Bonet, Joan Vallès. 2003. «An ethnobotanical study of medicinal and aromatic plants in the Natural Park of “Serra de São Mamede” (Portugal)», *Journal of Ethnopharmacology*, 89: 199–209.

Cardoso, João Luís e António Faustino Carvalho. 2008. «A gruta do Lugar do Canto (Alcanede) e sua importância no faseamento do Neolítico no território português». In *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*, Estudos Arqueológicos de Oeiras, 16, Oeiras: Câmara Municipal, p. 269-300.

Cardoso, Luiz. 1747. *Diccionario geografico, ou Noticia historica de todas as cidades, villas, lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, Tomo I, Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real.

Carneiro, Alexandre Lima e Fernando de Castro Pires de Lima. 1931. «Medicina Popular Minhota», *Revista Lusitana*, 29: 226-245.

Carrolo, Maria Ivone Duarte. 1999. *Traços de uma vida: Vivências da Ti’ Albertina em Alcanede*. Cadernos Culturais, n.º 10, Câmara Municipal de Santarém.

Carvalho, Ana Maria e Margarida T. Ramos. 2009. «Plantas Aromáticas e Medicinai: Usos e Saberes de sempre, perspectivas actuais e de futuro», *Revista da APH*, 98: 37-42.

Carvalho, António Faustino de. 1998. «O Abrigo da Pena d’Água (Rexaldia, Torres Novas): resultados dos trabalhos de 1992-1997», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1 (2): 39-72.

Carvalho, António Faustino. 2003. «O Neolítico Antigo no Arrife da Serra D’Aire. Um case-study da neolitização da Média e Alta Estremadura Portuguesa», *Trabalhos de Arqueologia*, 25, “Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo”, Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo, IGESPAR, p. 135-154.

Carvalho, António Faustino, Maria João Valente e Jonathan A. Haws. 2004. «Faunas mamalógicas do Neolítico antigo do Maciço Calcário Estremenho: análise preliminar de dados recentes», *Promontoria*, Ano 2, n.º 2: 143-155.

Carvalho, António Maria Romeiro. 1996. «A Mulher, a Medicina e a Aldeia. Uma Aproximação ao Tema», *Cadernos de Cultura, Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*, 10: 29-33.

Carvalho, Jorge M. F., Carla Midões, Susana Machado, José Sampaio, Augusto Costa e Vítor Lisboa. 2011. *Maciço Calcário Estremenho. Caracterização da Situação de Referência*, Relatório Interno, LNEG. Disponível on-line em: <http://onlinebiblio.lneg.pt/download.asp?file=multimedia/associa/base%20mono/35027.pdf>.

Carvalho, Luís Manuel Mendonça de. 2006. *Estudos de Etnobotânica e Botânica Económica no Alentejo*. Dissertação de Doutoramento em Biologia - Sistemática e Morfologia, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Carvalho, Pinto de (Tinop). 1899. *Lisboa d’Outros Tempos. Vol. II – Os cafés*, Lisboa: Livraria Editora.

Carvalho, Rómulo de. 1987. *A História Natural em Portugal no Século XVIII*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, Lisboa: Livraria Bertrand.

Castro, Armando. 1980. *O Pensamento Económico no Portugal Moderno (De fins do século XVIII a começos do século XX)*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa/Secretaria de Estado da Cultura/Ministério da Cultura e da Ciência.

Castro, João Bautista de. 1745. *Mappa de Portugal, Parte Primeira. Comprehende a situação, etymologia, e clima do Reino; memoria de algumas povoações, que se extinguirão, descrição circular; divisaõ antiga, e moderna; montes, rios, fontes, caldas, fertilidade, mineraes, moedas, língua, genio, e costumes Portuguezes*, Lisboa: Offic. de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio.

Charnley, Susan e Melissa R. Poe. 2007. «Community Forestry in Theory and Practice: Where Are We Now?», *Annual Review of Anthropology*, 36:301–36.

Chast, Françoise. 2002. *Histoire contemporaine des médicaments*, Paris: La Découvert.

Chen, Nancy N. 2008. *Food, Medicine, and the Quest for Good Health: nutrition, medicine, and culture*. New York: Columbia University Press.

Chen, Nancy N. 2013 [2008]. *Food, Medicine, and the Quest for Good Health: Nutrition, Medicine, and Culture*, Columbia University Press.

Collin, Johanne. 2007. «Relations de sens et relations de fonction: risque et médicament», *Sociologie et sociétés*, 39 (1): 99-122.

Comissão Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários (CNVTC). 2010. *Programa Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários*. Versão preliminar para discussão pública. Transformar os territórios comunitários em terras de oportunidade preservando as tradições – inovando. Acedido em Setembro de 2011 em <http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/cnvtc/pnvtc/pnvtc-discussao-publica>.

Conceição, J., J.R. Pita, M. Estanqueiro e J.S. Lobo. 2014. «As farmacopeias portuguesas e a saúde pública», *Acta Farmacêutica Portuguesa*, 3 (1): 47-65.

Conde, Manuel Sílvio Alves. 1997 «Ocupação humana e polarização de um espaço rural do Garb-al-Andaluz. O Médio Tejo à luz da toponímia arábica», *Arquipélago – História*, 2.^a série, II: 353-385.

Conde, Manuel Sílvio Alves. 2007. «Madîna Shantarîn. Uma aproximação à paisagem de Santarém muçulmana (séculos X-XII)». In *Actas do Colóquio «Santarém na Idade Média»*, realizado em Santarém, 13 e 14 de Março de 1998, Santarém: Câmara Municipal de Santarém, p. 347-382.

Confederação Nacional da Agricultura (CNA). 2010. «Secção - Floresta, Ambiente e Baldios. Conclusões». *6.º Congresso da CNA e da Agricultura Portuguesa*, Espinho. Acedido em Setembro de 2011 em http://www.cna.pt/dossiers/dossiercna/10-03-21_vicongresso/intervencoes/15_conclusoes_floresta_armandocarvalho.pdf.

Conrad, Peter. 2005. «The Shifting Engines of Medicalization», *Journal of Health and Social Behavior*, 46 (1): 3-14.

Costa, Aloísio Fernandes. 1975. *Elementos da Flora Aromática. O laboratório de Farmacognosia no Estudo dos óleos essenciais de Portugal e Angola*. Junta de Investigação Científica do Ultramar.

Costa, Beatriz. 1990. *Eles e Eu*, 3.^a edição, Publicações Europa-América.

- Costa, José Carlos, Maria Dalila Espírito Santo e Pedro Arsénio. 2010. «Guia geobotânico da excursão ao Parque Natural da Serras de Aire e Candeeiros», *Quercetea*, 10: 5-106.
- Cragg, G.M. e D.J. Newman. 2002. «Drugs from Nature: present developments and future prospects». In Rauter, Amelia (org.), *Natural Products in the New Millennium: Prospects and Industrial Application. Proceedings of the Phytochemical Society of Europe*, Volume 47: 285-297.
- Cragg, G. M., M.R. Boyd, J.H. 2nd Cardellina, D.J. Newman, K.M. Snader, T.G. McCloud. 1994. «Ethnobotany and drug discovery: The experience of the US National Cancer Institute», *Ciba Found Symp*, 185: 178-190.
- Crespo, Jorge. 1989. «Médicos e Curandeiros em Portugal nos Finais do Antigo Regime». In *Estudos de Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa: INIC, p. 101-112.
- Crick, Malcolm R. 1982. «Anthropology of Knowledge», *Annual Review of Anthropology*, 11: 287-313.
- Crosby, Alfred W. 2004. *Ecological Imperialism. The Biological Expansion of Europe, 900-1900*, Cambridge University Press.
- Cunha, António Proença da, Odete Rodrigues Roque e Natália Gaspar. 2011. *Cultura e Utilização das Plantas Mediciniais e Aromáticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cunha, Fanny A. Font Xavier da. 1997. «A alimentação na obra de Amato Lusitano (1511-1568)», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XX*, Cadernos de Cultura, 11: 10-16.
- Cunningham, Anthony. 2010. *Applied Ethnobotany: People, Wild Plant Use and Conservation*, Taylor & Francis.
- Custódio, Jorge. 2000. «O Palácio da Doença em Santarém». In *João Afonso de Santarém*, Câmara Municipal de Santarém, p. 18-64.

Dahanukar, Sharadini Arun e Urmila Mukund Thatte. 2000. *Ayurveda Revisited*, Popular Prakashan.

Davis, Charles e María Luz López Terrada. 2010. «Protomedicato y farmacia en Castilla a finales del siglo XVI: edición crítica del catálogo de las cosas que los boticarios han de tener en sus boticas, de Andrés Zamudio de Alfaro, protomédico general (1592-1599)», *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, vol. LXII (2): 579-626.

D’Azevedo, P. 1895. «Benzedores e feiticeiros do tempo d’El Rei D. Manuel», *Revista Lusitana*, 3: 329-347.

D’Azevedo, P. 1896. «Costumes do tempo d’El Rei D. Manuel», *Revista Lusitana*, 4: 5-12.

Delicado, Ana e Maria Eduarda Gonçalves. 2007. «Os portugueses e os novos riscos: resultados de um inquérito», *Análise Social*, XLII (184): 687-718.

Devy-Vareta, Nicole. 1985. «Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a «coutada velha» do rei», *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, Vol. I, Porto: 47-67.

Devy-Vareta, Nicole. 1986. «Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Do declínio das matas medievais à política florestal do renascimento (séc. XV e XVI)», *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I Série, Vol. I, Porto: 5-37.

Devy-Vareta, Nicole. 1993. *A Floresta no Espaço e no Tempo em Portugal. A arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Devy-Vareta, Nicole. 2003. «O Regime Florestal em Portugal através do século XX (1903-2003)». *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, 1.^a série, vol. XIX, Porto: 447-455.

Devy-Vareta, Nicole e João Carlos Garcia. 1989. «Bernardino Barros Gomes e a silvicultura no desenvolvimento da geografia portuguesa oitocentista», *Revista da Faculdade de Letras*, Universidade de Lisboa, n.º 12 - 5.^a Série: 139-148.

Dias, Cláudia Sofia e Susana Costa Marques. 2005. *Guia das plantas aromáticas e medicinais do Parque Natural do Douro Internacional*. Instituto de Conservação da Natureza: Parque Natural do Douro Internacional.

Dias, A. M. Lopes. 1992. «Algumas plantas aromáticas usadas por Amato Lusitano», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XX*, Cadernos de Cultura, 5: 20-22.

Dias, Jorge. 1984. *Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril*, 3.^a edição, Porto: Presença.

Dias, José Pedro de Sousa. 1986. *A ‘Água de Inglaterra’ no Portugal das Luzes, contributo para o estudo do papel do Segredo na terapêutica no século XVIII*. Tese, Lisboa, Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

Dias, José Pedro Sousa. 2005. «A Farmácia e a História. Uma introdução à História da Farmácia, da Farmacologia e da Terapêutica». *Texto de apoio para a disciplina de História e Sociologia da Farmácia*. Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

Dias, José Pedro Felripa Sousa. 2007. *Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*, FCG/FCT/MCTES.

Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. 1962a. *Projecto de Arborização do Parque Florestal da Serra de Candeeiros: Núcleo de Rio Maior, Turquel e Benedita*, 1.^a Repartição Técnica.

Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. 1962b. *Projecto de Arborização do Parque Florestal da Serra de Candeeiros: Núcleo de Alcobaça*, 1.^a Repartição Técnica, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.

Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. 1967. *Projecto de Arborização do Parque Florestal da Serra de Candeeiros: Núcleo de Porto de Mós*, 1.^a Repartição Técnica.

Dominguez, Maria de Fátima. 2010. «Recurso à medicina popular». *ETNICEX* (APEA. Asociación Profesional Extremeña de Antropología), 2010, 1: 67-73.

Douglas, Mary. 1991 [1966]. *Pureza e perigo. Ensaio sobre a noção de poluição e tabu*, Lisboa: Edições 70.

Dove, Michael R. 2006. «Indigenous People and Environmental Politics», *Annual Review of Anthropology*, 35:191-208.

Dove, Michael R., Daniel S. Smith, Marina T. Campos, Andrew S. Mathews, Anne Rademacher, Steve Rhee e Laura M. Yoder. 2007. «Globalisation and the construction of Western and Non-Western knowledge». In Sillitoe, Paul, *Local Science Vs Global Science: Approaches to Indigenous Knowledge in International Development*, Environmental Anthropology and Ethnobiology, Volume 4, Berghahn Books: 129-154.

Dove, Michael R. e Carol Carpenter. 2008. *Environmental Anthropology: a historical reader*. Oxford: Blackwell.

Ellen, Roy e Holly Harris. 2000. «Introduction». In Ellen, R., P. Parkes e A. Bicker (eds.), *Indigenous Environmental Knowledge and its Transformations*, Critical Anthropological Perspectives. Amsterdam: Harwood Academic Publishers, p. 1-33.

Ellen, R. e H. Harris. 2003. «Indigenous Environmental Knowledge, the History of Science and the Discourse of Development». In Sanga, Glauco e Gherardo Ortalli (eds.), *Nature knowledge: ethnoscience, cognition, and utility*, Berghahn Books: 297-300.

Ellen, R., P. Parkes e A. Bicker (eds.). 2000. *Indigenous Environmental Knowledge and its Transformations*, Critical Anthropological Perspectives. Amsterdam: Harwood Academic Publishers.

Estevão, J. A. 1983. «A Florestação dos Baldios», *Análise Social*, XIX,77-78-79 (1983, 3.º, 4.º, 5.º): 1157-1260.

Etkin, Nina L. 1988. «Ethnopharmacology: Biobehavioral Approaches in the Anthropological Study of Indigenous Medicines», *Annual Review of Anthropology*, 17: 23-42.

Etkin, Nina L. 1992. «"Side Effects": Cultural Constructions and Reinterpretations of Western Pharmaceuticals», *Medical Anthropology Quarterly*, 6 (2): 99-113.

Evans, Sue. 2008. «Changing the knowledge base in Western herbal medicine», *Social Science & Medicine*, 67: 2098–2106.

Fabian, Johannes. 2012. «Cultural anthropology and the question of knowledge», *Journal of the Royal Anthropological Institute* (N.S.) 18: 439-453.

Fabrega Jr., Horacio 1971. «Medical Anthropology», *Biennial Review of Anthropology*, Vol. 7: 167-229.

Faridi, P., Seradj H., Mohammadi-Samani S., Vossoughi M., Mohagheghzadeh A., Roozbeh J. 2014. «Randomized and double-blinded clinical trial of the safety and calcium kidney stone dissolving efficacy of Lapis judaicus», *Journal of Ethnopharmacology*, 156: 82–87.

Fernandes, J. 1996. *O Homem, o Espaço e o Tempo no Maciço Calcário Estremenho. O Olhar de um geógrafo*, Tese de Mestrado em Geografia Humana, Universidade de Coimbra.

Fernandes, Manuel Miranda. 2012. «Acácias e geografia histórica: rotas de um percurso global (parte1)», *Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia*, FLUP: 23-40.

Fernandes, Maria da Assunção Vilhena. 1990. «A Medicina Popular no Concelho de Proença-a-Nova», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*, Cadernos de Cultura, 2: 38-42.

Ferngren, Gary B. 2014. *Medicine and Religion: a Historical introduction*. JHU Press.

Ferrão, José Eduardo Mendes. 2013. «Na linha dos descobrimentos dos séculos XV e XVI. Intercâmbio de plantas entre a África Ocidental e a América», *Revista de Ciências Agrárias*, 36 (2): 250-269.

Ferreira, José Gomes. 1978. *O Mundo dos Outros. Histórias e vagabundagem*, Moraes Editores.

Ferreira, Luís dos Santos e João Carlos Leal de Matos. 2008. «Disciplina corporativa e condicionamento industrial: o Estado Novo e a indústria farmacêutica». In Duarte, António Groen e Isabel Abreu (coord.), *INFARMED 15 anos: olhar o passado*,

projectar o futuro, INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. - Ministério da Saúde, p. 41-46.

Ferreira, Manuel dos Santos da Cerveira Pinto. 2004. *O Douro no Garb Al-Ândalus. A região de Lamego durante a presença árabe*. Dissertação de Mestrado em Património e Turismo, Universidade do Minho.

Ferreira, Nuno P. S. 2008. «A alimentação portuguesa na idade medieval», *Alimentação Humana – Revista da SPCNA*, 14 (3): 104-114.

Ferreira, Octávio da Veiga. 1969. «Acerca dos conhecimentos de medicina e de cirurgia na antiguidade», *Sep. de O Arqueólogo Português, Série III* (3): 119-130.

Ficalho, Conde de. 1878. *Memorias sobre a influencia dos Descobrimentos dos portuguezes no conhecimento das plantas, I - Memoria sobre a malagueta apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa pelo Conde de Ficalho*, Lisboa: Typographia da Academia.

Figueiral, Isabel. 1998. «O Abrigo da Pena d’Água (Torres Novas): a contribuição da antracologia», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1 (2): 73-80.

Figueiredo, A. Cristina S. 2012. «Valorização de Plantas Aromáticas e Medicinais (PAMs)». Comunicação apresentada no *I Encontro Ibérico de Plantas Aromáticas e Medicinais* (I EIPAMS), Beja, 18 de Maio de 2012.

Figueiredo, Jeronimo Joaquim de. 1820. «Materia Pharmaceutica Vegetal Portuguesa para Utilidade da Nação e Commodidade dos Boticários», *Jornal de Coimbra*, 1820, Volume XVI, n.º LXXXIX, Parte I: 181-208.

Figueiredo, Patrick. 2011. «A “Água de Inglaterra” em Portugal». In Bastos, Cristiana e Renilda Barreto (org.), *A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios*, Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, p. 129-150.

Flor, António. 1991. «Acções de Sensibilização para a Observação e Protecção da Flora do PNSAC». In *1.ªs Jornadas Ambiente Cársico e Educação Ambiental no PNSAC*, Centro Interpretativo de Porto de Mós, 20, 21, 22 de Novembro, p. 103-108.

Flor, António. 2005. *Plantas a Proteger no PNSAC*. Instituto da Conservação da Natureza.

Fonseca, João Paulo e Pedro Duarte Coelho. 2012. «*Caracterização da situação actual da Serra de Aire e perspectivas de actuação no âmbito do projecto “Conservation of Natural and Semi-Natural Habitats in the Serras de Aire e Candeeiros”*». Quercus/ISPA-IU Centro de Biociências. Acedido on-line em https://habitatsconservation.files.wordpress.com/2011/10/caracterizaccca7acc83o_habitats_life040.pdf.

Fonseca, Joaquim Ernesto da. 2012. *Hospitais de Santarém. Da reconquista ao século XX*, Perez, Maques e Cardoso Lda. (ed. de autor).

Forjaz, Pereira. 1961. «Uma botica de Lisboa em 1775», *Separata dos Anais Azevedos*, vol. XIII, n.º 2/3, Lisboa: Sociedade Industrial de Farmácia - Laboratório Azevedos.

Foster, George M. 1974. «Medical Anthropology: Some Contrasts with Medical Sociology», *Medical Anthropology Newsletter*, 6 (1): 1-6.

Foucault, Michel. 2004 [1976]. «The Crisis of Medicine or the Crisis of Antimedecine?», *Foucault Studies*, 1: 5-19.

Foucault, Michel. 2001 [1980]. *O Nascimento da Clínica*, 5.^a ed., Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

Fowler, Catherine S. 2000. «Ethnoecology. An Introduction». In Minnis, Paul E. (ed.), *Ethnobotany: A Reader*, University of Oklahoma Press: 12-16.

Frake, Charles O. 2008. «Pleasant Places, Past Times and Sheltered Identity in Rural East Anglia». In Dove, Michael R. e Carol Carpenter (eds.), *Environmental anthropology: a historical reader*, Blackwell Publishing: 435-456.

Frazão, Casimira Pires e Maria Suzete Agostinho. 2013. *A Religiosidade dos nossos Avós em terras de Alcanede*, Alpiarça: Garrido Artes Gráficas.

Frazão, F. Santos Serra. 1939 [1937]. «Calão Minderico. Alguns termos do «Calão» que usam os cardadores e negociantes de Minde, concelho de Alcanena», *Revista Lusitana*, vol. 37 (1-4): 101-148.

Frazão-Moreira, Amélia, 2001, «As Classificações Botânicas Nalu (Guiné-Bissau): Consensos e Variabilidades», *Etnográfica*, Vol. V (1): 131-155.

Frazão-Moreira, Amélia, Ana M. Carvalho e M. Elisabete Martins. 2007. «Conocimientos acerca de plantas en la nueva ruralidad. Cambio social y agro ecología en el Parque», *Perifêria*, 7: 1-15.

Frazão-Moreira, Amélia, Ana Maria Carvalho e Maria Elisabete Martins. 2009. «Local ecological knowledge also 'comes from books': Cultural change, landscape transformation and conservation of biodiversity in two protected areas in Portugal», *Anthropological Notebooks*, Slovene Anthropological Society, 15 (1): 27–36.

Freire, Dulce. 2004. «Os baldios da discórdia: as comunidades locais e o Estado», *Mundo Rural - Transformação e Resistência na Península Ibérica (século XX)*, Lisboa, Edições Colibri: 191-224.

Freire, João Paulo. 1931. *Lisboa do meu tempo e do passado*, Volume 2, Parceria A. M. Pereira.

Freitas, Helena e Martins, Maria João. 2012. «A Europa e a política de ambiente em Portugal», *Debater a Europa*, Periódico do CIEDA e do CEIS20, em parceria com GPE e a RCE, n.º 7 (Julho/Dezembro): 78-88.

Gabinete de Planeamento e Políticas [GPP]. 2013. *As Plantas Aromáticas Medicinais e Condimentares, Portugal Continental 2012*. Acedido em Setembro de 2014 em http://www.gpp.pt/IPAM/Estudo_PAM_final.pdf.

Gaspar, N., J. Godinho, T. Vasconcelos, D. Caldas, P. Mendes, O. Barros. 2002. «Ethnobotany in the Center of Portugal (Santarém)». In Rauter, A. P., F. B. Palma, J. Justino, M. E. Araújo, S. P. Santos, *Natural products in the new millennium: prospects and industrial application*, Proceedings of the Phytochemical Society of Europe, 47, Dordrecht : Kluwer Academic Publishers, p. 271-284.

Giao, Maria S., Maria L. Gonzalez-Sanjose, Maria D. Rivero-Perez, Claudia I. Pereira, Manuela E. Pintado e F. Xavier Malcata. 2007. «Infusions of Portuguese medicinal plants: Dependence of final antioxidant capacity and phenol content on extraction features», *Journal of the Science of Food and Agriculture*, 87 (14): 2638-2647.

Giordano, Mark. 2003. «The Geography of the Commons: The Role of Scale and Space», *Annals of the Association of American Geographers*, 93 (2): 365-375.

Godoy, Ricardo, Victoria Reyes-García, Elizabeth Byron, William R. Leonard e Vincent Vadez. 2005. «The Effect of Market Economies on the Well-Being of Indigenous Peoples and on Their Use of Renewable Natural Resources», *Annual Review of Anthropology*, 34:121-138.

Gomes, Bernardino Barros. 1948. «Plano de Arborização da Serra d’Aire», *Separata das Publicações da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas*, vol. XV, Tomo I e II.

Gomes, Saúl António. 2012. «Livros de ciência em bibliotecas medievais portuguesas», *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 14 (1): 13-26.

Gonçalves, Beatriz dos Santos. 2005. «Por graça e mercê: a concessão do perdão régio frente aos crimes que atentavam “contra a moral e os bons costumes” no século XV português». In *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*, Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM. Acedido a 20 de Junho de 2013, em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0153.pdf>

Gonçalves, Iria. 1965. «Físicos e cirurgiões quatrocentistas. As cartas de exame», *Do Tempo e da História*: 69-112.

Gonçalves, Maria Eduarda. 2000. «The Importance of Being European: The Science and Politics of BSE in Portugal», *Science, Technology, & Human Values*, 25 (4): 417-448.

Gonçalves, Maria Eduarda (coord). 2007. *Os portugueses e os novos riscos*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais (Estudos e investigações; 45).

Gonçalves, M. E., Mafalda Domingues. 2007. «Crónica de uma Crise Anunciada: a BSE entre Incerteza Científica, Controvérsia Pública e Inércia Política». In Gonçalves, Maria Eduarda (coord.), *Os Portugueses e os Novos Riscos*, Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais (Estudos e investigações; 45), p. 21-48.

Gonçalves, Paula Alexandra Ramos (coord). 2005. *Plantas aromáticas e medicinais da Reserva Natural da Serra da Malcata*. Penamacor: Instituto da Conservação da Natureza.

Gonçalves, Vítor dos Santos e Ana Ramos Pereira. 1979. «Considerações sobre o espólio neolítico da gruta dos Carrascos. Monsanto. Alcanena», *O Arqueólogo Português*, III (7-9): 49-87.

Goody, Jack. 1993. *The culture of flowers*, Cambridge University Press.

Graça, L. 1996. *Evolução do sistema hospitalar: Uma perspectiva sociológica*. Lisboa: Disciplina de Sociologia da Saúde / Disciplina de Psicossociologia do Trabalho e das Organizações de Saúde. Grupo de Disciplinas de Ciências Sociais em Saúde. Escola Nacional de Saúde Pública. Universidade Nova de Lisboa (Textos, T 1238 a T 1242). Acedido a 15 de Setembro de 2012, em <http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos102.html>.

Greene, Shane. 2004. «Indigenous People Incorporated? Culture as Politics, Culture as Property in Pharmaceutical Bioprospecting», *Current Anthropology*, 45 (2): 211-237.

Grisley, Gabriel. 1656. *Desenganos para a Medicina ou Botica para todo pay de famílias*, Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira.

Grupo de Trabalho para o Estudo e Aproveitamento do Mato. 1963. *Relatório, 2.º Subgrupo: Óleos essenciais e outros produtos extractivos*.

Gupta, A. Das. 2011. «Does Indigenous Knowledge have anything to deal with Sustainable Development?», *Antrocom Online Journal of Anthropology*, 7 (1): 57-64.

Gupta, A. Das. 2012. «Way to Study Indigenous Knowledge and Indigenous Knowledge System», *Antrocom Online Journal of Anthropology*, 8 (2): 373-393.

Gupta, A. K. 1998. «Rewarding local communities for conserving biodiversity: The case of the honey bee». In L. D. Guruswamy e J. A. McNeely (Eds.), *Protection of global biodiversity: Converging strategies*, Durham/London: Duke University Press: 180–198.

Gusmão, F. A. Rodrigues de. 1864. «Literatura Medica Portuguesa», *Gazeta Médica de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional: p. 589-598.

Hamilton, Alan. 2004a. «The People and Plants Initiative: the idea, the structure of the programme, and the legacy», *People and Plants Handbook*, 9: 1-5.

Hamilton, Alan C. 2004b. «Medicinal plants, conservation and livelihoods», *Biodiversity and Conservation*, 13: 1477–1517.

Hardin, Garrett. 1968. «The Tragedy of the Commons», *Science*, New Series, Vol. 162, N. ° 3859: 1243-1248.

Hardon, Anita, Alice Desclaux, Marc Egrot, Emmanuelle Simon, Evelyne Micollier e Margaret Kyakuwa. 2008. «Alternative medicines for AIDS in resource-poor settings: Insights from exploratory anthropological studies in Asia and Africa», *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 4:16.

Hayden, Cori. 2007. «Taking as Giving: Bioscience, Exchange, and the Politics of Benefit-Sharing», *Social Studies of Science*, 37 (5): 729-758.

Heinrich, Michael, Johanna Kufer, Marco Leonti, Manuel Pardo-de-Santayana. 2006. «Ethnobotany and ethnopharmacology - Interdisciplinary links with the historical sciences», *Journal of Ethnopharmacology* 107, 157–160.

Helm, June. 1962. «The Ecological Approach in Anthropology», *American Journal of Sociology*, 67 (6): 630-639.

Herculano, Alexandre. 1849. «Breves reflexões sobre alguns pontos de economia agrícola». In *Opúsculos*, 1907, Tomo VII, Lisboa: J.Bastos, 3-43.

Hespanha, António Manuel. 1980. «O jurista e o legislador na construção da propriedade burguesa liberal em Portugal», *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980-1.º-2.º: 211-236.

Heyn, Birgit. 1990. *Ayurveda: The Indian Art of Natural Medicine and Life Extension*, Inner Traditions / Bear & Co.

Hobsbawm, Eric. 1988. «Tradições Inventadas». In *Desporto e Sociedade. Antologia de Textos*, n.º 80, Lisboa: Ministério da Educação/Direcção Geral dos Desportos.

Hrudayanath, Thatoi e Jayanta Kumar Patra. 2011. «Biotechnology and Pharmacological Evaluation of Medicinal Plants: An Overview», *Journal of Herbs, Spices & Medicinal Plants*, 17:3, 214-248.

Hsu, Elisabeth. 2010. «Plants in Medical Practice and Common Sense: On the Interface of Ethnobotany and Medical Anthropology». In Hsu, E. e S. Harris (eds.), *Plants, Health and Healing: on the Interface of Ethnobotany and Medical Anthropology*, Oxford: Berghahn, p.1-48.

Illich, Ivan. 1976. *Medical Nemesis. The expropriation of health*, Nova Iorque: Pantheon Books.

Ingold, Tim. 1993. «The temporality of the landscape», *World Archaeology*, 25:2, 152-174.

Ingold, Tim. 2000. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge.

Ingold, Tim. 2003. «Two reflections on ecological knowledge». In Glauco, Sanga e Gherardo Ortalli (eds.), *Nature Knowledge. Ethnoscience, Cognition, and Utility*, Berghahn Books: 301–311.

Ingold, Tim. 2010. «What is a human being?». In Fuentes, Agustín, Jonathan Marks, Tim Ingold, Robert Sussman, Patrick V. Kirch, Elizabeth M. Brumfiel, Rayna Rapp and Faye Ginsburg, Laura Nader, and Conrad P. Kottak, «Vital Topics Forum. On Nature and the Human», *American Anthropologist*, 112 (4): 513-514.

Instituto Geographico de Portugal. 1868. *Relatorio àcerca da arborisação geral do pais: Apresentado a s. Ex., o ministro das abras publicas, commercio e industria em resposta ao quesitos do Artigo 1.º do decreto de 21 de Setembro de 1867*, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

Janes, Craig R. e Corbett, Kitty K. 2009. «Anthropology and Global Health», *Annual Review of Anthropology* (Reviews in Advance. Planned volume publication date October 2009).

Jasanoff, Sheila. 2006. «Biotechnology and Empire: The Global Power of Seeds and Science», *Osiris*, 21 (1), Global Power Knowledge: Science and Technology in International Affairs: 273-292.

Jepson, Paul e Robert J. Whittaker. 2002. «Histories of Protected Areas: Internationalisation of Conservationist Values and their Adoption in the Netherlands Indies (Indonesia)», *Environment and History*, 8: 129–172.

Jevremovic, Milutin, Natasa Lazarevic, Snezana Pavlovic e Milan Orlic. 2011. «Radionuclide concentrations in samples of medicinal herbs and effective dose from ingestion of ¹³⁷Cs and natural radionuclides in herbal tea products from Serbian market», *Isotopes in Environmental and Health Studies*, 47:1, 87-92.

Katzer, G., 1998. *Gernot Katzer's Spice Pages*. Acedido em Fevereiro de 2014 em <http://gernot-katzers-spice-pages.com/engl/index.html>.

Kightley, Eric P., Victoria Reyes-García, Kathryn Demps, Ruth V Magtanong, Victoria C Ramenzoni, Gayatri Thampy, Maximilien Gueze e John Richard Stepp. 2013. «An empirical comparison of knowledge and skill in the context of traditional ecological knowledge», *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 9:71.

Kim, Jongyoung. 2007. «Alternative Medicine's Encounter with Laboratory Science: The Scientific Construction of Korean Medicine in a Global Age», *Social Studies of Science*, 37 (6): 855-880.

King, Nicholas B. 2002. «Security, Disease, Commerce: Ideologies of Postcolonial Global Health», *Social Studies of Science*, 32 (5/6): 763-789.

Kleinman, Arthur. 1978. «What Kind of Model for the Anthropology of Medical Systems?», *American Anthropologist*, New Series, 80 (3): 661-665.

- Kuper, Adam. 2008. «O retorno do nativo». In Kuper, Adam, *A Reinvenção da Sociedade Primitiva: Transformações de um Mito*, Editora Universitária UFPE, Recife: 273-303.
- Kury, Lorelai. 2004. «Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)», *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1): 109-29.
- Lalitha, N. 2002. «TRIPS and Pharmaceutical Industry: issues of strategic importance», *Reviews of Development & Change*, vol. 7: 101-133.
- Latour, Bruno. 2005. *Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network-Theory*, Oxford University Press.
- Latour, Bruno. 2011. «Networks, Societies, Spheres: Reflections of an Actor-Network Theorist», *International Journal of Communication*, 5: 796–810.
- Leitão, M., C. T. North, J. Norton, O. V. Ferreira, G. Zbyszewski. 1987. «A gruta pré-histórica do Lugar do Canto, Valverde (Alcanede)», *O Arqueólogo Português*, Série IV (5): 37-65.
- Leone, José. 1977. «Da botica de Todos-os-Santos aos Boticários de S. José», *Separata do Boletim Clínico dos Hospitais Civis de Lisboa*, 37 (1/4): 325-347.
- Lewis, D. 2005. «*Anthropology and development: the uneasy relationship*» [online], Londres: LSE Research Online. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/archive/00000253>.
- Liberato, Maria Cândida. 2003. «Plantas Medicinais: súmula de conhecimentos e contribuição portuguesa», *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, vol. XLIX: 119-144.
- Lima, Manoel Gomes de. 1764. *Diário Universal de Medicina, Cirurgia, Pharmacia &c.*, Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- Little, Paul E. 1999. «Environments and Environmentalisms in Anthropological Research: Facing a New Millennium», *Annual Review of Anthropology*, Vol. 28 : 253-284.

Lopes, Alfredo Luiz. 1890. *O Hospital de Todos os Santos – Hoje denominado de S. José. Contribuições para a História das Ciências Médicas em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Lopes, Aurélio. 1995. *Religião popular no Ribatejo*, Assembleia Distrital de Santarém.

Lopes, Aurélio. 1998. *Tempo de Solstícios*, Santarém: Edição O Mirante Jornal do Ribatejo.

Lopes, Aurélio. 2007. *A Sagração da Primavera*, Alpiarça: Edições Cosmos.

Lopes, José. 2007. «Gestão dos terrenos comunitários do noroeste da Península ibérica: muito estado e pouca participação». *Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*, Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 - SPER / UAlg, 2008.

Lopes, Maria Helena Ramos. 1991. «A Flora do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Aspectos da sua conservação». In *1.ªs Jornadas Ambiente Cársico e Educação Ambiental no PNSAC*, Centro Interpretativo de Porto de Mós, 20, 21, 22 de Novembro, p. 25-27.

Lopes, Noémia Mendes. 2010. «Consumos terapêuticos e pluralismo terapêutico». In Lopes, Noémia Mendes (org.), *Medicamentos e pluralismo terapêutico: práticas e lógicas sociais em mudança*, Porto: Afrontamento, p. 19-86.

Lopes, Noémia Mendes (Coord.), Elsa Pegado, Hélder Raposo, Telmo Clamote e Carla F. Rodrigues. 2009. *Medicamentos e Pluralismo Terapêutico: consumos, lógicas e racionalidades sociais. Relatório Estatístico*, CIES-ISCTE, Projecto de Investigação financiado pela FCT/MCT (PTDC/SDE/64216/2006) e pelo INFARMED. Disponível em <http://cies.iscte.pt/medicamentosepluralismoterapeutico/report.pdf>.

Lopes, Noémia, Telmo Clamote, Hélder Raposo, Elsa Pegado, Carla Rodrigues. 2012. «O natural e o farmacológico: padrões de consumo terapêutico na população portuguesa», *SAÚDE & TECNOLOGIA*, 8: 5-17.

López, Víctor, Anna K. Jäger, Silvia Akerreta, Rita Yolanda Cavero, Maria Isabel Calvo. 2010. «Antioxidant Activity and Phenylpropanoids of *Phlomis lychnitis* L.: A Traditional Herbal Tea», *Plant Foods for Human Nutrition*, 65 (2): 179-185.

Lopo, Rui. 2009. «Frei Gil de Santarém — servo de Deus ou do Diabo? — O catedrático do abismo». In Baêna, Miguel Sanches de e Paulo Alexandre Loução (eds.), *Grandes Enigmas da História de Portugal*, Lisboa: Ésquilo, pp. 267-277.

Madimetja D. Magoro, Mogomme A. Masoga e Martie A. Mearns. 2010. «Traditional health practitioners' practices and the sustainability of extinction-prone traditional medicinal plants», *International Journal of African Renaissance Studies - Multi-, Inter- and Transdisciplinarity*, 5:2, 229-241.

Marques, José. 2006. «Os Santos dos Caminhos Portugueses», *Revista da Faculdade de Letras - História*, Porto, III Série, vol. 7: 243-262.

Marques, José Manuel Paulo Trincão. 2010. *Contributo para a análise da gestão jurídico-administrativa da conservação da natureza em Portugal. O caso de estudo do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Gestão e Conservação da Natureza. Faculdade de Ciências do Mar e Ambiente - Universidade do Algarve.

Marques, Vera Regina Beltrão. 1999. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*, Campinas: Ed. Unicamp.

Martin, Emily. 1990. «Toward an Anthropology of Immunology: The Body as Nation State», *Medical Anthropology Quarterly*, 4 (4): 410-426.

Martins, Alfredo Fernandes. 1949. *Maciço Calcário Estremenho. Contribuição para um estudo de geografia física*, Coimbra [Tese de Doutoramento]: Coimbra Editora.

Martins, Ana Paula. 2008. «O uso tradicional como evidência na regulamentação dos medicamentos à base de plantas». In Duarte, António Groen e Isabel Abreu (coord.), *INFARMED 15 anos: olhar o passado, projectar o futuro*, INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. - Ministério da Saúde: 101-108.

Martins, F., O. Pinho e IMPLVO Ferreira. 2004. «Alimentos funcionais: conceitos, definições, aplicações e legislação», *Alimentação Humana*, Revista da SPCNA, 10 (2): 67-78.

Mateus, Elsa Frazão. 2009. *Animais à Mesa. Zoonoses e Estratégias no Consumo de Carne*, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social e Cultural, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Mateus, Elsa. 2011. «Social Life of a Biological Therapy». Comunicação apresentada no *2nd Annual Medical Anthropology Young Scholars Meeting*, Institute of Polish Culture, University of Warsaw, 13-14 de Junho de 2011.

Mateus, José Eduardo, Paula Fernanda Queiroz, Wim van Leeuwen. 2003. «O Laboratório de Paleoecologia e Arqueobotânica - Uma visita guiada aos seus programas, linhas de trabalho e perspectivas». In Mateus, José Eduardo e Marta Moreno-García (eds), *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura*, Trabalhos de Arqueologia, 29, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 106-191.

Máthé, Á. e Máthé, I. 2008. «Quality assurance of cultivated and gathered medicinal plants», *Acta Hort.* (ISHS) 765:67-76. Acedido em http://www.actahort.org/books/765/765_8.htm.

Matos, Albano Mendes de. 1997. «Hábitos alimentares na Serra da Gardunha», *Cadernos de Cultura, Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XX*, n.º 11: 46-54.

Matos, Alberto Mendes de. 1991. «A Medicina Popular no Séc. XIX - sua prática nas aldeias da Serra da Gardunha», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*, *Cadernos de Cultura*, 3: 32-39.

Mayers, J. e Bass, S. 2004. *Policy that works for forests and people: real prospects for governance and livelihoods*. London: Earthscan.

McCartney, William T. 2003. «An introductory overview of the essential oil industry in Australia», *Paper presented at the IFEAT International Conference 'Australia and New Zealand: Essential Oils and Aroma Chemicals - Production and Markets'*; Sydney, 2-6 Nov. 2003. Pages 3–17 in the Conference Proceedings.

McCleery, Iona 2005. «Saintly Physician, Diabolical Doctor, Medieval Saint: Exploring the Reputation of Gil de Santarém in Medieval and Renaissance Portugal», *Portuguese Studies*, Vol. 21: 112-125.

McKenna, Stephen. 1938. *Paganism and Pagan Survivals in Spain up to the Fall of the Visigothic Kingdom*, Catholic University of America Press.

Mata, Luís. 2006. «Santarém entre o Mito e a História». *Comunicação apresentada na Conferência Santos e Pescadores*, Círculo Cultural Scalabitano, Santarém.

Mata, Luís. 2007. «O “cais” de Santa Iria: uma reflexão sobre uma velha questão», *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano VI, (11): 271-293.

Mendes, P., D. Caldas, M. Brido e N. Gaspar. 1999. «Plantas com uso medicinal na região de Santarém». In Justino, Jorge (dir.), *Jornadas do ambiente e qualidade*, Santarém: Instituto Politécnico, p. 158-165.

Merlin, M. D. 2003. «Archaeological evidence for the tradition of psychoactive plant use in the Old World», *Economic Botany*, 57 (3): 295-323.

Ministério do Ambiente/Instituto da Conservação da Natureza. 1998. «Primeiro Relatório Nacional a submeter à Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica».

Miles, Ann. 1998. «Science, Nature, and Tradition: The Mass-Marketing of Natural Medicine in Urban Ecuador», *Medical Anthropology Quarterly*, New Series, 12 (2): 206-225.

Monteiro, Ana Raquel Marques. 2008. *Produtos à base de plantas dispensados em ervanárias para o emagrecimento: efeitos terapêuticos, toxicologia e legislação*, Dissertação de Mestrado em Medicina Legal, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto.

Morais, J. A. David de. 2005. «Breves nótulas médico-antropológicas sobre o tratamento vernáculo do “cobro” (herpes zóster) no Alentejo», *Medicina Interna – Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna*, 12 (2):56-62.

Mosse, David. 2013. «The Anthropology of International Development», *Annual Review of Anthropology*, 42: 227–246.

Myre, M., A. R. Pinto da Silva. 1949. «La geobotanique au Portugal pendant les dernières années (1938–1946)», *Vegetatio*, 1 (2-3): 184-191.

Natividade, M. Vieira. 1960. *Mosteiro e Coutos de Alcobaça. Alguns capítulos extraídos dos manuscritos inéditos do autor e publicados no centenário do seu nascimento*. Alcobaça: Tipografia Alcobacense.

Nazarea, Virginia D. 2006. «Local Knowledge and Memory in Biodiversity Conservation», *Annual Review of Anthropology*, 35: 317–35.

Nunes, Berta. 2011. «O saber médico do povo». *Comunicação apresentada no XXV Congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes*, realizado entre 1 e 4 de Setembro de 2011.

Nunes, João Arriscado, Tiago Santos Pereira e Marisa Matias. 2004. «The BSE Crisis in Portugal or How to ‘Domesticate’ European Regulatory Policies». *Discussion Paper 23*. STAGE (Science, Technology and Governance in Europe).

Nunes, J. J. 1919. «A vegetação na toponímia portuguesa», *Boletim da Classe de Letras (Antigo Boletim da Segunda Classe)*, Actas e Pareceres, Estudos, Documentos e Notícias, Volume XIII, 1918-1919, Academia das Ciências de Lisboa: 131-175.

Nunn, John F. 2002. *Ancient Egyptian Medicine*, University of Oklahoma Press.

Oguamanam, Chidi. 2004. «Localizing Intellectual Property in the Globalization Epoch: The Integration of Indigenous Knowledge», *Indiana Journal of Global Legal Studies*, 11 (2): 135-16.

Oliveira, Ana Sofia Baptista de e Rafael Ferrão Neiva. 2001. *Plantas aromáticas e medicinais do Parque Natural da Serra da Estrela: seus usos tradicionais*. [Lisboa]: Instituto da Conservação da Natureza.

Oliveira, Ricardo Pessa de. 2011. «Para o estudo da saúde conventual no início do século XIX: as boticas», *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, vol. LXIII (1): 123-154.

Olson, Elizabeth Anne. 2013. «Anthropology and Traditional Ecological Knowledge: A Summary of Quantitative Approaches to Traditional Knowledge, Market Participation, and Conservation», *Culture, Agriculture, Food and Environment*, 35 (2): 140–151.

Ostrom, E. 1990. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Actions*, Cambridge: Cambridge University Press.

Ostrom, E. 1998. «A Behavioral Approach to the Rational Choice Theory of Collective Action: Presidential Address», American Political Science Association, 1997, *American Political Science Review*, 92: 1–22.

Ostrom, E. 1999. «Coping with the Tragedies of the Commons», *Annual Review of Political Science*, 2: 493–535.

Ostrom, E. 2000. «Collective Action and the Evolution of Social Norms», *Journal of Economic Perspectives*, 14, Summer: 137–158.

Ostrom, E. 2005. *Understanding Institutional Diversity*, Princeton NJ: Princeton University Press.

Ostrom, E., J. Walker e R. Gardner. 1992. «Covenants with and without a Sword: Self-Governance is Possible», *American Political Science Review*, 86: 404–417.

Ostrom, E., R. Gardner e J. Walker. 1994. *Rules, Games, and Common-Pool Resources*, Ann Arbor MI: University of Michigan Press.

Ostrom, E. Joanna Burger, Christopher B. Field, Richard B. Norgaard e David Policansky. 1999. «Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges», *Science*, 284: 278–282.

Overwalle, Geertrui Van 2006. «Intellectual property protection for medicinal and aromatic plants». In Bogers, R.J., L.E. Craker and D. Lange (eds.), *Medicinal and Aromatic Plants*, Holanda: Springer, p. 121-128.

Pardo de Santayana, Manuel, Emilio Blanco, Ramón Morales. 2005. «Plants known as té in Spain: An ethno-pharmaco-botanical review», *Journal of Ethnopharmacology*, 98: 1-19.

Pardo-de-Santayana, Manuel, Javier Tardío, Emilio Blanco, Ana Maria Carvalho, Juan José Lastra, Elia San Miguel e Ramón Morales. 2007. «Traditional knowledge of wild edible plants used in the northwest of the Iberian Peninsula (Spain and Portugal): a comparative study», *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 3 (27).

Pardo-de-Santayana, Manuel, Andrea Pieroni e Rajindra K. Puri. 2010. «The Ethnobotany of Europe, Past and Present». In Pardo de Santayana, A. Pieroni e R. Puri (eds.), *Ethnobotany in the New Europe: people, health and wild plant resources*, Berghahn Press: 1-15.

Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros/Instituto de Conservação da Natureza PNSAC/ICN. 2007. *Revisão do Plano de Ordenamento Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Caracterização e Diagnóstico*. Versão Preliminar para Discussão Acedido em Setembro de 2011 em http://www.icn.pt/downloads/POPNSAC/relatorio_caracterizacao.pdf.

Pearson, Michael. 1993. «The Good Oil: Eucalyptus Oil Distilleries in Australia», *Australasian Historical Archaeology*, 11: 99-107.

Peixe, João. 2012. «Ensalmos: Benefícios castigados». Comunicação apresentada no Colóquio Crime e castigo (II Encontro do Grupo de Estudos Lusófonos), in *Atas - Colóquio*, disponível em <http://web.letras.up.pt/gel/II%20Encontro/Jo%C3%A3o%20Peixe.pdf>, acedido em Fevereiro de 2014.

Peixoto, A. A. Rocha. 1990 [1908]. «Survivances du régime communautaire en Portugal (Abrégé d'une monographie inédite)». In Rocha Peixoto, *Etnografia Portuguesa (Obra Completa)*, Lisboa: Publicações D. Quixote, pp. 330-347.

Pereira, Fernando Faria, Rita Ferreira Anastácio, António Godinho Henriques. 2008. «As paredes de pedra seca do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros: sua representatividade e importância para a Rede Natura». *Actas 14.º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Ambiente e Conservação da Natureza*, 4 a 6 de Julho de 2008: 766-801.

Petryna, Adriana e Arthur Kleinman. 2006. «The Pharmaceutical Nexus». In Petryna, Adriana, Andrew Lakoff, Arthur Kleinman (eds), *Global pharmaceuticals: ethics, markets, practices*. Duke University Press: 1-32.

Pimentel, Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa. 2009. «Práticas médicas, superstições e mezinhas na Antiga Roma», *I CURSO LIVRE DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE* «Corpo, Saúde e Práticas Médicas ao Longo dos Séculos».

Pina, Luis de. 1925-27. «Medicina Popular (Segundo a tradição de Guimarães)», *Revista Lusitana*, 26: 147.

Pinto, António João Catela de Carvalho. 2014. *Análise económica de medicamentos em Portugal*, Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Saúde da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Farmacêuticas.

Pinto, José Ferreira de Macedo. 1862. *Medicina Administrativa e Legislativa. Obra destinada para servir de texto no ensino d’esta sciencia, e para elucidar os facultativos civis e militares, os farmacêuticos, os engenheiros, os magistrados administrativos, os directores de estabelecimentos de industria e de educação literária, etc., nas questões de hygiene pública e polícia médica e sanitária*, Primeira Parte, Hygiene Pública, Coimbra: Imprensa da Universidade.

Pinto, José Ferreira de Macedo. 1863. *Medicina Administrativa e Legislativa. Obra destinada para servir de texto no ensino d’esta sciencia, e para elucidar os facultativos civis e militares, os farmacêuticos, os engenheiros, os magistrados administrativos, os directores de estabelecimentos de industria e de educação literária, etc., nas questões de hygiene pública e polícia médica e sanitária*, Segunda Parte, Polícia Hygienica, Coimbra: Imprensa da Universidade.

Pita, João Rui. 1999. «Um livro com 200 anos: A Farmacopeia Portuguesa (Edição oficial). A publicação da primeira farmacopeia oficial: Pharmacopeia Geral (1794)», *Revista de História das Ideias*, 20: 47-100.

Pita, João Rui. 2008. «O 1º Congresso Nacional de Farmácia (Lisboa, 1927) e a Cultura Farmacêutica Portuguesa», *Estudos do Século XX*, 8: 329-343.

Pita, João Rui. 2009. *A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911)*, Volume 15 de Ciências e culturas, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Pita, João Rui. 2010. «A farmácia e o medicamento em Portugal nos últimos 25 anos», *Debater a Europa*, Periódico do CIEDA e do CIEJD, em parceria com GPE, RCE e o CEIS20, n.º 2/3: 38-55.

Pita, João Rui e Ana Leonor Pereira. 2005. «A Bela Idade da Primeira Farmacopeia Portuguesa: 300 anos», *Cadernos de Cultura - Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*, 19: 74-82.

Pita, João Rui e Ana Leonor Pereira. 2012. «A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro)», *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 14.1: 227-268.

Plant, Martin. 2011. *Drug Nation: Patterns, Problems, Panics & Policies*, Oxford University Press.

Pombal, Marquês de. «Carta do Marquês de Pombal ao Bispo de Coimbra Reitor da Universidade, Dr. Francisco de Lemos em resposta sobre o plano do Jardim Botânico da Universidade, oferecido e traçado pelos Lentes de Filosofia italianos», *Jornal de Coimbra*, 1820, vol. XVI, Parte II, p. 193-194.

Pope, Christian e Unni Kjærnes. 2003. «Trust in Food in Europe. A Comparative Analysis», *Professional Report N.º 5*, National Institute for Consumer Research.

Portugal. Instituto Geographico. 1868. *Relatorio à cerca da arborisação geral do pais: Apresentado a s. Ex., o ministro das obras publicas, commercio e industria em resposta ao quesitos do Artigo 1.º do decreto de 21 de Setembro de 1867*, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

Portugal, Thomaz Antonio de Villa Nova. 1790. «Memoria sobre a Cultura dos terrenos baldios que há no Termo da Villa de Ourem». In *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal e suas Conquistas*, Tomo II, Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, p. 413-430.

Pound, Pandora, Nicky Britten, Myfanwy Morgan, Lucy Yardley, Catherine Pope, Gavin Daker-White, Rona Campbell. 2005. “Resisting medicines: a synthesis of qualitative studies of medicine taking”, *Social Science & Medicine*, 61: 133–155.

Prioreschi, Plinio. 1991. «Possible Reasons for Neolithic Skull Trephining», *Perspect. Biol. Med.*, 34 (2): 296-303.

Prioreschi, Plinio. 1996. *A History of Medicine: Primitive and ancient medicine*, vol. 1, Horatius Press.

Prioreschi, Plinio. 2003. *A History of Medicine: Medieval Medicine*, vol. 5, Horatius Press.

Quave, Cassandra L., Manuel Pardo-de-Santayana e Andrea Pieroni. 2012. «Review Article. Medical Ethnobotany in Europe: From Field Ethnography to a More Culturally Sensitive Evidence-Based CAM?», *Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*, Hindawi Publishing Corporation, Volume 2012.

Queirós, Margarida. 2002. «Os Parques Naturais e o Ordenamento do Território em Portugal», *Inforgeo*, 16/17, Lisboa, Edições Colibri, 2001/02, pp. 141-150.

Quinlan, Marsha B. e Robert J. Quinlan. 2007 «Modernization and Medicinal Plant Knowledge in a Caribbean Horticultural Village», *Medical Anthropology Quarterly*, 21 (2): 169–192.

Radich, Maria Carlos e Fernando Oliveira Baptista. 2005. «Floresta e Sociedade: Um Percurso (1875-2005)», *Silva Lusitana*, 13 (2):143 – 157.

Rajat, Sarin, Sharma Manisha, Singh Robin e Kumar Sunil. 2012. «Nutraceuticals: a Review», *IRJP, International Research Journal of Pharmacy*, 3 (4): 95-99.

Raposo, Hélder. 2009. «Risco e incerteza no pensamento biomédico: notas teóricas sobre o advento da quantificação e da prova experimental na medicina moderna», *Análise Social*, vol. XLIV (193): 747-765.

Raposo, Hélder. 2010. «Consumos terapêuticos, percepção e gestão do risco». In Lopes, Noémia Mendes (org.), *Medicamentos e pluralismo terapêutico: práticas e lógicas sociais em mudança*, Porto: Afrontamento, p. 159-222.

Raposo, Hélder António Santos Nunes e Liliana Aranha Caetano. 2011. «Um olhar interdisciplinar sobre os suplementos alimentares: reconfiguração dos papéis

profissionais no contexto das novas tendências de consumo terapêutico», *Saúde & Transformação Social*, Florianópolis, 1 (3): 12-22.

Rauter, A. P., I. Branco, R. G. Lopes, J. Justino, F. V. M. Silva, J. P. Noronha, E. J. Cabrita, I. Brouard, J. Bermejo. 2007. «A new lupene triterpenetriol and anticholinesterase activity of *Salvia sclareoides*», *Fitoterapia*, 78 (7-8): 474-481.

Reboredo, Fernando e João Pais. 2012. «A construção naval e a destruição do coberto florestal em Portugal - Do Século XII ao Século XX», *Ecologi@*, 4: 31-42.

Redzic, Sule Jman. 2006. «Wild Edible Plants and Their Traditional Use in the Human Nutrition in Bosnia-Herzegovina», *Ecology of Food and Nutrition*, 45 (3): 189-232.

Relvas, Eunice e Pedro Bebiano Braga. 1991. *Coretos em Lisboa: 1790-1990*, Lisboa: Editorial Fragmentos.

Reyes-García, Victoria, James Broesch, Laura Calvet-Mir, Nuria Fuentes-Peláez, Thomas W. McDade, Soroush Parsa, Susan Tanner, Tomás Huanca, William R. Leonard, Maria R. Martínez-Rodríguez. 2009. «Cultural transmission of ethnobotanical knowledge and skills: an empirical analysis from an Amerindian society», *Evolution and Human Behavior*, 30: 274–285.

Reyes-García, Victoria. 2010. «The relevance of traditional knowledge systems for ethnopharmacological research: theoretical and methodological contributions», *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 6: 32.

Ribeiro, J. e Conrado, J. 1994. *Lisboa. As lojas de um tempo ao outro*, Lisboa: Editorial de Notícias.

Ribeiro, Luís da Silva. 1934. «Notas de Etnografia da Ilha Terceira (Açores)», *Revista Lusitana*, 32: 250.

Ribeiro, Orlando. 1987. *A Formação de Portugal*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação.

Ribeiro, Orlando. 1991. «Novas contribuições para o estudo do povoamento de Portugal». In Ribeiro, Orlando, *Opúsculos Geográficos*, IV Volume – O Mundo Rural, Lisboa: FCG, p. 317-

Roberts, Rebecca S. e Jacque Emel. 1992. «Uneven Development and the Tragedy of the Commons: Competing Images for Nature-Society Analysis», *Economic Geography*, 68 (3): 249-271.

Rocha, Cristina. 1998. «A escolarização dos saberes: Condições e consequências no caso farmacêutico», *Educação, Sociedade & Culturas*, 9: 49-68.

Rodrigues, Ana Maria Seabra de Almeida. 2009. «Os receituários medievais, entre magia e ciência», *I CURSO LIVRE DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE «Corpo, Saúde e Práticas Médicas ao Longo dos Séculos»*.

Rodrigues, Isilda Teixeira e Carlos Fiolhais. 2013. «O ensino da medicina na Universidade de Coimbra no século XVI», *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 20 (2): 435-456.

Rodrigues, Joana Salomé Camejo e Sílvia Neves. 2002. *Plantas medicinais da Serra do Açor*. Serra do Açor: ICN/Paisagem Protegida.

Rodrigues, Maria de Lourdes Silva. 1958. «Óleos essenciais. Plano de estudos para o seu melhor conhecimento e valorização», *Estudos e Informação*, n.º 90, 04, Ministério da Economia/D.G.S.F.A.

Rodrigues, Martinho Vicente. 2000. «O Hospital de Jesus Cristo». In *João Afonso de Santarém*, Câmara Municipal de Santarém, p. 68-79.

Rodrigues, Orlando. 1999. «O Ciclo de um baldio: uso, expulsão e abandono», *Comunicação apresentada no 1º Encontro Galiza-Portugal de Estudos Rurais*, Bragança 12 e 13 de Novembro. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

Rosa, Mélanie Elisabeth Ferreira. 2013. *As Árvores Ornamentais Introduzidas nos Jardins de Lisboa: uma perspectiva histórica (séc. XVIII-XIX)*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Rowland, Robert. 2010. «Cristãos-novos, marranos e judeus no espelho da Inquisição», *Topoi*, 11 (20): 172-188.

Sá, Isabel dos Guimarães. 1996. «Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno», *Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora: actas, Évora: Hospital do Espírito Santo*, p. 87-103.

Sá, Vítor de. 1985. «A Reforma administrativa liberal que precedeu a de Mousinho da Silveira», *Revista da Faculdade de Letras – História*, 2 (2), Porto: 201-216.

Sahlins, Marshall. 1997a. «O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I)», *MANA*, 3 (1): 41-73.

Sahlins, Marshall. 1997b. «O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II)», *MANA*, 3 (2):103-150.

Salgueiro, Lígia. 2012. «Plantas Aromáticas como “laboratório de síntese” de compostos com interesse medicinal». Comunicação apresentada no I Encontro Ibérico de Plantas Aromáticas e Mediciniais (I EIPAMS), Beja, 18 de Maio de 2012.

Salvado, Pedro Miguel. 1993. «Práticas Etnomedicinais na Raia», *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI*, Cadernos de Cultura, 7: 41-47.

Santo, Maria Dalila Espírito e M. Lousã, 1981. *Flora do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros – Relatório*. Centro de Botânica Aplicada à Agricultura da Universidade Técnica de Lisboa. Disponibilizado para consulta pela autora.

Santo, Maria Dalila Espírito e M. Lousã. 1988. *Plantas a Proteger no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros - locais onde foram inventariadas*, Departamento de Botânica e Engenharia Biológica, Instituto Superior de Agronomia. Disponibilizado para consulta pela autora.

Santo, Maria Dalila Espírito. 1997. «Serras de Aire e Candeeiros. Proposta de Sítio n.º 38, Junho 1997. Habitats naturais contidos na Directiva 92/43/CEE», ISA, *Formulário Natura 2000*. Disponibilizado para consulta pela autora.

Santo, Moisés Espírito. 2004. *Cinco mil anos de cultura a Oeste: Etno-história da religião popular numa região da Estremadura*, Lisboa: Assírio & Alvim.

Santos, Boaventura de Sousa e Maria Paula Meneses (org.). 2009. *Epistemologias do Sul*, Lisboa: Almedina.

Santos, Boaventura de Sousa. 2009. «Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes». In Santos, Boaventura de Sousa e Maria Paula Meneses (org.), *Epistemologias do Sul*, Lisboa: Almedina, p. 23-72.

Santos, Boaventura de Sousa. 2012. *De las dualidades a las ecologías*, Cuaderno de Trabajo N.º 18, La Paz: Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía.

Santos, Dulce O. Amarante dos. 2012. «Aproximações à medicina monástica em Portugal na Idade Média», *História* (São Paulo), 31 (1): 47-64.

Santos, José R. dos. 1994. «Usages des plantes et espace du corps: une topologie du domaine corporel», *Ecologie Humaine*, XII (1): 53-88.

Santos, N. P. dos e Pinto, A. C. 2012. «“A Mata é sua Farmácia” – A Pesquisa de Plantas Brasileiras para o Combate de Doenças Tropicais no Século XIX», *Rev. Virtual Quim.*, 4 (2), 162-172.

Schippmann, Uwe, Danna J. Leaman and A. B. Cunningham. 2002. «Impact of Cultivation and Gathering of Medicinal Plants on Biodiversity: Global Trends and Issues». In FAO, *Biodiversity and the Ecosystem Approach in Agriculture, Forestry and Fisheries. Satellite event on the occasion of the Ninth Regular Session of the Commission on Genetic Resources for Food and Agriculture*. Rome, 12-13 October 2002. Inter-Departmental Working Group on Biological Diversity for Food and Agriculture. Rome.

Schippmann, Uwe, Danna Leaman e A. B. Cunningham. 2006. «A comparison of cultivation and wild collection of medicinal and aromatic plants under sustainability aspects». In Bogers, R.J., L.E. Craker e D. Lange (eds.), *Medicinal and Aromatic Plants*, Springer: 75-95.

Schmidt, Luísa. 2008. «Políticas Ambientais em Portugal – processos e insucessos entre o “global” e o “nacional”», *Comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia «Mundos Sociais: Saberes e Práticas»*, realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, de 25 a 28 de Junho de 2008.

Schmidt, Luísa, Joaquim Gil Nave, Tim O’Riordan e João Guerra. 2011. «Trends and Dilemmas Facing Environmental Education in Portugal: From Environmental Problem Assessment to Citizenship Involvement», *Journal of Environmental Policy & Planning*, 13:2, 159-177.

Sequeira, G. de Matos. 1917. *Depois do Terramoto. Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*, vol. II, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Semedo, João Curvo. 1716. *Polyanthea medicinal. Noticias galenicis e Chymicas*, Lisboa: Oficina de Antonio Pedrozo Galram.

Serrão, Joaquim Veríssimo. 1959. *Santarém, História e Arte*, 2.^a ed., Santarém: Comissão Municipal de Turismo de Santarém.

Serrão, Joel (Org.). 1981. *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I, Porto: Livraria Figueirinhas: 277-282.

Serviço Nacional de Parques Reservas e Património Paisagístico [SNPRPP]. 1981. *Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Plano de Ordenamento. 1.^a parte.*

Siebers, Hans. 2004. «Management of knowledge and social transformation. A case study from Guatemala». In Bicker, Alan, Paul Sillitoe e Johan Pottier (eds.), *Development and Local Knowledge: New Approaches to Issues in Natural Resources Management, Conservation and Agriculture*, Volume 41 de ASA Monographs, Studies in environmental anthropology, Psychology Press: 31-50.

Sillitoe, Paul e Alan Bicker. 2004. «Introduction. Hunting for theory, gathering ideology». In Bicker, Alan, Paul Sillitoe e Johan Pottier (eds.), *Development and Local Knowledge: New Approaches to Issues in Natural Resources Management, Conservation and Agriculture*, Volume 41 de ASA Monographs, Studies in environmental anthropology, Psychology Press: 1-18.

Sillitoe, Paul. 2006. «Ethnobiology and applied anthropology: rapprochement of the academic with the practical», *J. Roy. Anthropol. Inst. (N.S.)*, S119-S142.

Sillitoe, Paul. 2007. *Local Science Vs Global Science: Approaches to Indigenous Knowledge in International Development*, Environmental Anthropology and Ethnobiology, Volume 4, Berghahn Books.

Silva, A. C. Correia da. 1972. «Inventário de uma botica conventual do século XVIII», *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*, Vol. 32, Porto: Tipografia Porto Médico.

Silva, António José da. [1737]. *Guerras do Alecrim e Manjerona*. Biblioteca Digital, Coleção Clássicos da Literatura Portuguesa, Porto Editora.

Silva, J. Martins e. 2002. «Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911», *RFML*, Série III; 7 (5): 237-249.

Silva, Luis Gonsaga da. 1813. «Introdução Histórico-Médica para as Observações Médicas em a Villa de Santarém, exigidas pela Portaria de 24 d’Outubro de 1812», *Jornal de Coimbra*, vol. 3, n.º XIV: 138-148.

Silveira, Luís. 2009. *Os três poderes de uma causa pia na Idade Média Portuguesa: O exemplo do Hospital dos Inocentes de Santarém*. Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais/Estudos sobre o Poder, Lisboa, Universidade Aberta.

Sobo, Elisa J. 2004. «Theoretical and Applied Issues in Cross-Cultural Health Research Key Concepts and Controversies». In Ember, Carol R. e Melvin Ember (eds.), *Encyclopedia of Medical Anthropology. Health and Illness in the World’s Cultures*, Volume I, Kluwer Academic/Plenum Publishers: Topics: 3-11.

Sousa, Fr. Luís e Fr. Luís Cacegas. 1767. *Primeira parte da História de S. Domingos Particular do Reino e Conquistas de Portugal*, Livro II, Capítulo I, Lisboa: Officina de António Rodrigues Galhardo.

Spiro, Melford E. 1986. «Cultural Relativism and the Future of Anthropology», *Cultural Anthropology*, 1 (3): 259-286.

Sousa, Edite. 2006. *A participação da população nos processos de tomada de decisão como elo de compatibilização entre a conservação da natureza e as actividades desenvolvidas pela população – um estudo de caso no Parque Natural das Serras de*

Aire e Candeeiros. Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Sousa, Micaela Figueira de, João Rui Pita e Ana Leonor Pereira. 2014. «Farmácia e medicamentos em Portugal em meados do século XX. O papel da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos (1940)», *CEM/Cultura, Espaço & Memória*, n.º 5, Porto: CITCEM, p. 11-26.

Tavares, Alice. 2009. «Os judeus nas vilas da Guarda, Santarém, Évora e Beja, segundo os seus Costumes e Foros», *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 9: 121-148.

Tecedeiro, Luís António. 1961. «Assistência hospitalar rural (Alguns dos seus problemas)», *Separata Acção Médica*, 25.

Tecedeiro, Luís António. 1997. *Medicina Popular da Chamusca*, Alpiarça: Garrido Artes Gráficas.

Terenó, Maria do Céu S., Marízia M.D. Pereira e Maria Filomena Monteiro. 2011. «Mosteiro de Santa Clara de Évora e seu enquadramento paisagístico», *Livro de Resumos do Congreso Internacional Las Clarisas, ocho siglos de vida religiosa (1211-2011)*, Priego de Córdoba – Jáen 27-29 de Julio de 2011. Comunicação Oral. Disponível em http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/4633/1/SANTA%20CLARA%20DE%20C3%89VORA_TERENO_PEREIRA_MONTEIRO_2011.pdf.

Timmermans, Karin. 2003. «Intellectual property rights and traditional medicine: policy dilemmas at the interface», *Social Science & Medicine*, 57: 745–756.

Tolar, Tjaša, Stefanie Jacomet, Anton Velušček, Katarina Cufar. 2011. «Plant economy at a late Neolithic lake dwelling site in Slovenia at the time of the Alpine Iceman», *Veget Hist Archaeobot*, publicado on-line 15 Janeiro 2011.

Trüninger, Mónica. 2000. *Consumo e ambiente. Consumos verdes: alimentação e risco*. Lisboa: Observa – Ambiente, Sociedade e Opinião Pública.

Turner, Victor 1964. *The Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual*, Ithaca, NY: Cornell University Press.

Turner, Victor 1969. *The Ritual Process*, Ithaca, NY: Cornell University Press.

UNESCO. 1972. *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*.

United Nations Forum on Forests [UNFF], 9th session New York, 24 January-4 February 2011. «Community-based forest management. Report of the Secretary-General. United Nations Economic and Social Council», E/CN.18/2011/4. Acedido em Setembro de 2011 em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/638/85/PDF/N1063885.pdf?OpenElement>.

Vandebroek, Ina. 2013. «Intercultural health and ethnobotany: How to improve healthcare for underserved and minority communities?», *Journal of Ethnopharmacology*, 148: 746–754.

Vandebroek, Ina, Victoria Reyes-García, Ulysses P de Albuquerque, Rainer Bussmann e Andrea Pieroni. 2011. «Local knowledge: Who cares?», *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 7:35.

Van der Geest, Sjaak van der e Susan Reynolds Whyte. 1989. «The Charm of Medicines: Metaphors and Metonyms», *Medical Anthropology Quarterly*, New Series, 3 (4): 345-367.

Van der Geest, Sjaak, Susan Reynolds Whyte e Anita Hardon. 1996. «The Anthropology of Pharmaceuticals: A Biographical Approach», *Annual Review of Anthropology*, 25: 153-178.

Vasconcellos, J. Leite de. 1897. *Religiões da Lusitânia da parte que principalmente se refere a Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Vasconcelos, João de Carvalho e. 1949. *Plantas Medicinaias e Aromáticas*, D.G.S.A.: Lisboa.

Vasconcelos, José Leite de. 1988. *Etnografia Portuguesa: vida tradicional portuguesa: o indivíduo, a família*, vol. X., Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Vasconcelos, José Leite de. 1980 [1933]. *Etnografia Portuguesa*, vol. I, Reimpressão fac-similada da edição de 1980, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda [1994].

Vasconcelos, José Leite de. 1996 [1918]. «Signum Salomonis. Estudo de Etnografia Comparativa». In *Signum Salomonis. A Figa. A Barba em Portugal. Estudos de Etnografia Comparativa*, p. 45-162.

Verma, S.K., V. Jain, Verma, D. e R. Khamesra. 2007. «Crataegus oxyacantha - a cardioprotective herb», *Journal of Herbal Medicine and Toxicology*, 1 (1): 65-71.

Vuckovic, Nancy e Mark Nichter. 1997. «Changing patterns of pharmaceutical practice in the United States», *Soc. Sci. Med.*, 44 (9): 1285-1302.

Waldram, James B. 2000. «The Efficacy of Traditional Medicine: Current Theoretical and Methodological Issues», *Medical Anthropology Quarterly*, New Series, 14 (4), Ritual Healing in Navajo Society: 603-625.

Walker, Timothy D. 2013. *Médicos, medicina popular e Inquisição. A repressão das Curas Mágicas em Portugal durante o Iluminismo*. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais.

Wang, Jie, Xingjiang Xiong e Bo Feng. 2013. «Effect of Crataegus Usage in Cardiovascular Disease Prevention: An Evidence-Based Approach», *Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*, Article ID 149363.

Wayland, Coral. 2003. «Contextualizing the Politics of Knowledge: Physicians' Attitudes toward Medicinal Plants», *Medical Anthropology Quarterly*, 17 (4): 483-500.

Welmoed, A. Out. 2009. «Sowing the seed? Human impact and plant subsistence in Dutch wetlands during the Late Mesolithic and Early and Middle Neolithic (5500-3400 cal BC)», *Archaeological Studies Leiden University*, 18, Leiden University Press: the Netherlands.

West, Paige, James Igoe e Dan Brockington. 2006. «Parks and Peoples: The Social Impact of Protected Areas», *Annual Review of Anthropology*, 35: 251-277.

White, Chantel E. e Cheryl A. Makarewicz. 2012. «Harvesting practices and early Neolithic barley cultivation at el-Hemmeh, Jordan», *Veget Hist Archaeobot*, 21: 85-94.

Whyte, Susan Reynolds, Sjaak Van der Geest e Anita Hardon. 2002. *Social Lives of Medicines*. Cambridge: Cambridge University Press.

Williams, Simon J. and Michael Calnan. 1996. «The 'limits' of medicalization?: modern medicine and the lay populace in 'late' modernity», *Social Science & Medicine*, 42 (12): 1609-1620.

Wolf, Eric R. 1984. «Culture: Panacea or Problem?», *American Antiquity*, 49 (2): 393-400.

Wolf, Eric R. 2001. *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley: University of California Press, disponível em <http://ark.cdlib.org/ark:/13030/kt2z09q1jj/>.

Wolf, Eric R. 2001 [1953]. «Building the Nation». In Wolf, Eric R., *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley: University of California Press, p. 99-100.

Wolf, Eric R. 2001 [1955a]. «Closed Corporate Peasant Communities in Mesoamerica and Central Java». In Wolf, Eric R., *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley: University of California Press, p. 147-159.

Wolf, Eric R. 2001 [1955b]. «Types of Latin American Peasantry: A Preliminary Discussion». In Wolf, Eric R., *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley: University of California Press, p. 193-214.

Wolf, Eric R. 2001 [1984]. «Incorporation and Identity in the Making of the Modern World». In Wolf, Eric R., *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley: University of California Press, p. 353-369.

Wolf, Eric R. 2001 [1986]. «The Vicissitudes of the Closed Corporate Peasant Community». In Wolf, Eric R., *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley: University of California Press, p. 160-165.

W.H.O. 1978a. Thirty-first World Health Assembly Geneva, 8-24 May 1978, WHA31.33 Medicinal plants. Consultado on-line em <http://whqpauling.who.int/sd/cgi-bin/om_isapi.dll?hitsperheading=on&infobase=wha&record=5{6/34/E01}>.

W.H.O. 1978b. *The Promotion and Development of Traditional Medicine. Report of a WHO Meeting on the Promotion and Development of Traditional Medicine*, World Health Organization, Technical Report Series, 622, Genebra.

W.H.O. 1998a. «Guidelines for the Appropriate Use of Herbal Medicines», WHO Regional Publications, *Western Pacific Series*, n.º 23, Manila 1998.

W.H.O. 1998b. *Regulatory situation of herbal medicines: a worldwide review*, World Health Organization Programme on Traditional Medicine, Genebra: World Health Organization. Disponível em <http://apps.who.int/iris/handle/10665/63801>.

W.H.O. 2009. *Global health risks: mortality and burden of disease attributable to selected major risks*, WHO Library Cataloguing-in-Publication Data.

Worthen, Dennis B. 2003. «American Pharmaceutical Patents From a Historical Perspective», *International Journal of Pharmaceutical Compounding*, 7 (6): 37-41.

York, William H.J. 2012. *Health and Wellness in Antiquity through the Middle Ages. Health and Wellness in Daily Life*, ABC-CLIO.

Fontes Documentais

«A Dom Diogo Lobo, Barão de Alvito, doação das rendas das saboarias pretas das vilas de Torres Novas, de Soure, de Pombal, de Alcanede e de Alcobaça e de seus termos, as quais foram de Dona Joana de Noronha, conforme uma sucessão de cartas, a primeira, dada em Montemor-o-Novo, a 13 de Janeiro de 1485, ainda sendo D. Manuel duque, e confirmada em Torres Vedras, a 9 de Setembro de 1496», A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, liv. 15, fl. 18.

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Santarém [AHSCMS], Manuscritos do Cónego Duarte Dias, LCD-067.

AHSCMS, Livro LHJ-0726.

AHSCMS, Livro Anual de Registos da Mesa Administrativa - (1711-1712), LSC-0212.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [A.N.T.T.], Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 1477.

A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 3738.

A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 5972.

A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6249.

A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 6297.

A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 7320.

A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 7322.

A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 7579.

A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 8101.

A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 9458.

A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 9593.

A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 10436.

A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 10436-1.

A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 10547.

A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11220.

Diligência de habilitação de Caetano Lopes de Araújo, A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1076.

Diligência de habilitação de Estevão Vieira Gomes, A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1484.

Anexos

Tabela 5 - Marca HappyFlora Plantas Medicinais. Compostos – infusão e tradicionais (2009/2010).

Designação	Indicação	Composição	
		(nome científico)	(nome vernacular)
1 Happymagri	Excelente chá tradicionalmente usado para adelgaçar e ajudar a reduzir o peso.	<i>Fucus vesiculosus L.</i> , <i>Fragaria Vesca L.</i> , <i>Equisetum arvense L.</i> , <i>Fraxinus excelsior L.</i> , <i>Foeniculum Vulgare G.</i>	Algas Marinhas, Morangueiro, Cavalinha, Freixo, Funcho planta
2 Happydigest	Excelente chá tradicionalmente usado para estimular a digestão, ajudar a diminuir a azia, a sensação de enfartamento e os gases intestinais.	<i>Cymbopogon citratus</i> , <i>Matricaria chamomilla L.</i> , <i>Mentha piperita L.</i> , <i>Melissa off.</i> , <i>Menthapulegium L.</i>	Erva Príncipe, Camomila, Hortelã-pimenta, Cidreira, Poejo
3 Happysex	Excelente chá tradicionalmente usado para aumentar a energia e a vitalidade do organismo. Ajuda a melhorar o seu desempenho sexual.	<i>Turnera diffusa W.</i> , <i>Ptychopetalum olacoids B.</i> , <i>Trigonella foenum-graecum L.</i> , <i>Panax ginseng</i> , <i>Pausinystalia yohimbe</i>	Damiana, Marapuama, Feno-grego, Ginseng, Pau de Cabinda
4 Happygrip	Excelente chá tradicionalmente usado em caso de arrepios e resfriado. Ajuda a melhorar as defesas das vias respiratórias.	<i>Sambucus nigra L.</i> , <i>Pterospartum tridentatum L.</i> , <i>Mentha pulegium L.</i> , <i>Rumex crispus L.</i> , <i>Borrago officinalis L.</i>	Sabugueiro, Carqueja, Poejo, Regalo da horta, Borragem
5 Happycolest	Excelente chá tradicionalmente usado pela sua contribuição para a diminuição da taxa de colesterol.	<i>Peucedanum lancifolium L.</i> , <i>Fraxinus excelsior L.</i> , <i>Cydonia oblonga M.</i> , <i>Equisetum arvense L.</i> , <i>Fragaria vesca L.</i>	Bruco, Freixo, Marmeleiro, Cavalinha, Morangueiro
6 Happyrin	Excelente chá tradicionalmente usado para ajudar ao bom funcionamento dos rins, bexiga e vias urinárias.	<i>Equisetum arvense L.</i> , <i>Fragaria vesca L.</i> , <i>Zea mays L.</i> , <i>Arctostaphylos Uva-ursi L.</i> , <i>Polygonum aviculare L.</i>	Cavalinha, Morangueiro, Barbas de Milho, Uva-ursina, Sempre Noiva
7 Happytoss	Excelente chá tradicionalmente usado para aliviar o catarro e a tosse. Tem um efeito calmante sobre as vias respiratórias.	<i>Rumex crispus L.</i> , <i>Mentha pulegium L.</i> , <i>Hyssopus officinalis L.</i> , <i>Origanum virens</i> , <i>Pinus sps.</i>	Regalo da Horta, Poejo planta, Hissopo, Orégãos, Renovo de Pinheiro
8 Happynerve	Excelente chá tradicionalmente usado para ajudar à manutenção do normal funcionamento dos nervos e para facilitar um sono reparador.	<i>Tília europeia L.</i> , <i>Citrus sinensis L.</i> , <i>Salvia officinalis L.</i> , <i>Crataegus Oxyacantha L.</i> , <i>Passiflora coerulea L.</i>	Tília, Laranja flor, Salva Brava, Crataegos, Passiflora
9 Happylax	Excelente chá tradicionalmente usado para estimular o bom funcionamento intestinal.	<i>Rumex crispus L.</i> , <i>Chicorium Endívia L.</i> , <i>Malva sylvestris L.</i> , <i>Equisetum arvense L.</i> , <i>Cassia sps.</i>	Regalo da Horta, Chicória, Cavalinha, Sene
10 Hepatyflora	Excelente chá tradicionalmente usado para manter a depuração do fígado e da vesícula biliar e contribuir para o seu bom funcionamento.	<i>Rubia tinctorum L.</i> , <i>Peumus boldus M.</i> , <i>Hipericum perforatum L.</i> , <i>Geranium Robertianum L.</i> , <i>Persea gratíssima G.</i>	Tintória Vermelha, Boldo, Hiperião Kneip, Erva S. Roberto, Abacate
11 Diabetyflora	Excelente chá tradicionalmente usado para ajudar a equilibrar os níveis de açúcar no sangue e urina.	<i>Cytisus scoparius L.</i> , <i>Coreopsis tinctoria N.</i> , <i>Pterospartum tridentatum L.</i> , <i>Erythraea Centaurium L.</i> , <i>Geranium Robertianum L.</i>	Giesta Branca, Estrelas do Egito, Carqueja, Fel da Terra Erva S. Roberto,
12 Happyreuma	Excelente chá tradicionalmente usado para ajudar nos casos de fragilidade óssea e/ou articulações rígidas, auxiliando no alívio das dores. Mantém os níveis saudáveis de ácido úrico no organismo.	<i>Parietaria officinalis L.</i> , <i>Fraxinus excelsior L.</i> , <i>Betula alba L.</i> , <i>Equisetum arvense L.</i> , <i>Echinodorus macrophyllus</i>	Alfavaca, Freixo, Bétula, Cavalinha, Chá Mineiro

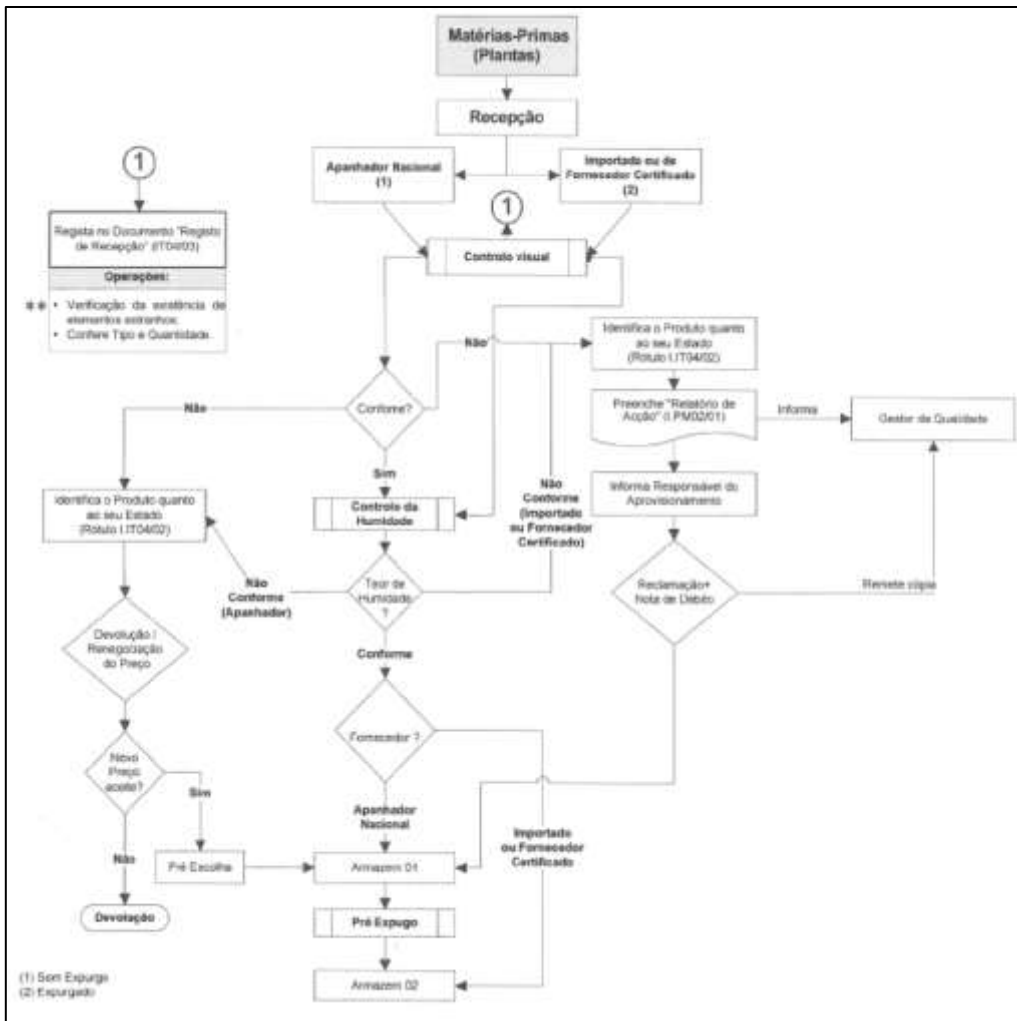


Figura 2 - Fluxograma do procedimento com as matérias-primas. (In <http://www.adplda.com/3/servicos>)

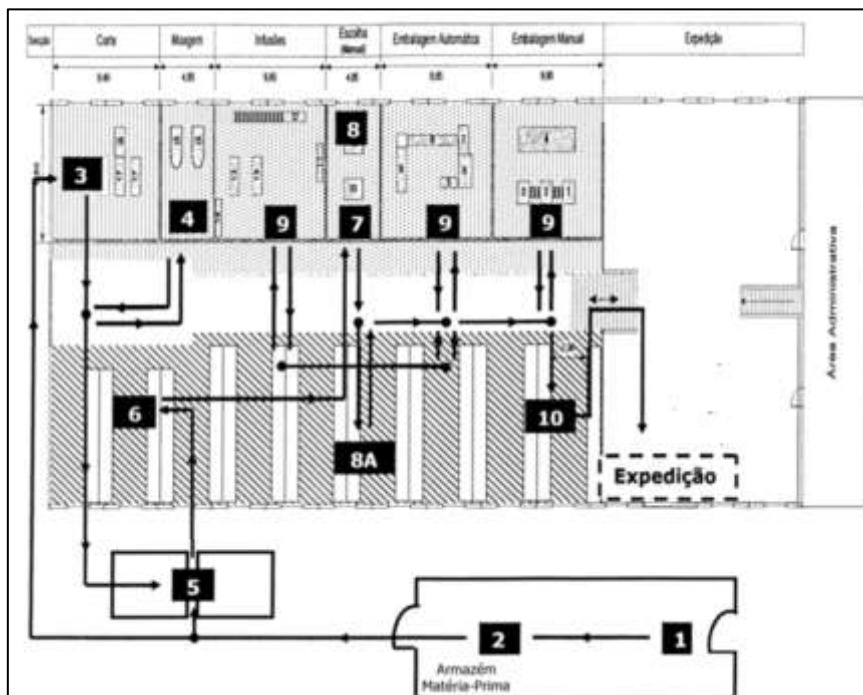


Figura 3 - Circuito de Fabrico. (Fonte: Processo de Fabrico detalhado, ADP Lda.).

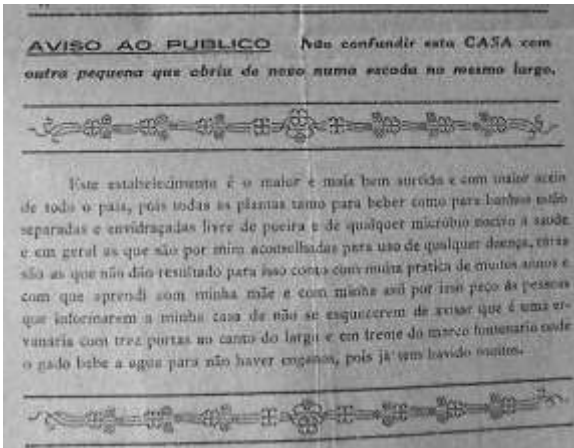


Imagem 65 – Folheto Alfredo Augusto Tavares Antigo Ervanário. (Fonte: <http://www.custojusto.pt/braga/colecoes/cartaz-comercial-alfredo-augusto-tavares-1793-14109232>, Novembro de 2014).



Imagem 66 - Trindade. Vale da Trave (Abril de 2012).



Imagem 67 - Maria Alice e Maria Hortência (Dia Comunitário de Vale da Trave, Dezembro de 2012).



Imagem 68 - Graciete e Madalena (Dia Comunitário de Vale da Trave, Dezembro de 2012).



Imagem 69 - Maria Celeste (à esq.) e Clarinda (à dta.) em dia de Procissão. (Festas do Vale da Trave 2013, foto de Madalena Durão).



Imagem 70 - Luís Ferreira (Dia Comunitário de Vale da Trave, Dezembro de 2012).

